RELATÓRIOS CGD

# RELATÓRIO E CONTAS 2012

www.cgd.pt

Caixa Geral de Depósitos

Caixa Geral de Depósitos, S.A. • Sede Social: Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa • Capital Social EUR 5.900.000.000 • CRCL e Contribuinte sob o n.º 500 960 046

[ FOLHA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO ]

# ÍNDICE

**1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ..... 9**

1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA ..... 9
1.2. PRINCIPAIS INDICADORES ..... 11
1.3. SUMÁRIO EXECUTIVO ..... 12
1.4. APRESENTAÇÃO DO GRUPO ..... 14
1.4.1. Estrutura acionista ..... 14
1.4.2. Marcos históricos ..... 14
1.4.3. Dimensão e *ranking* do Grupo ..... 16
1.4.4. Estrutura do Grupo CGD - desenvolvimentos recentes ..... 18
1.4.5. Rede de distribuição ..... 21
1.4.6. A marca Caixa ..... 23
1.4.7. Capital humano ..... 38
1.5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO ..... 43
1.5.1. Evolução global ..... 43
1.5.2. Economia portuguesa ..... 45
1.5.2.1. Evolução global ..... 45
1.5.2.2. Agregados de depósitos e crédito ..... 47
1.5.2.3. Taxas de juro ..... 48
1.5.2.4. Evolução cambial ..... 49
1.5.2.5. Mercado de capitais ..... 50
1.6. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO ..... 52
1.6.1. Objetivos estratégicos ..... 52
1.6.2. Áreas de negócio ..... 56
1.6.2.1. Banca de retalho em Portugal ..... 56
1.6.2.2. Crédito especializado ..... 80
1.6.2.3. Atividade internacional ..... 81
1.6.2.4. Banca de investimento ..... 94
1.6.2.5. Gestão de ativos ..... 98
1.6.2.6. Atividade seguradora e da saúde ..... 101
1.7. ANÁLISE FINANCEIRA ..... 113
1.7.1. Atividade consolidada ..... 113
1.7.1.1. Resultados e rendibilidade ..... 113
1.7.1.2. Evolução do balanço ..... 119
1.7.1.3. Gestão de capital ..... 131
1.7.1.4. Fundo de pensões e plano médico do pessoal da CGD ..... 133
1.7.1.5. *Rating* do Grupo ..... 134
1.7.2. Atividade individual ..... 136
1.7.2.1. Evolução do balanço ..... 136
1.7.2.2. Gestão de capital ..... 137
1.7.2.3. Resultados ..... 137
1.7.3. Principais riscos e incertezas em 2013 ..... 138
1.8. GESTÃO DOS RISCOS ..... 139
1.8.1. Risco de crédito ..... 140
1.8.2. Risco de mercado ..... 146
1.8.3. Risco de taxa de juro do balanço ..... 148
1.8.4. Risco de liquidez ..... 149
1.8.5. Risco operacional ..... 152

1.9. EVENTOS SUBSEQUENTES ... 154
1.10. NOTAS FINAIS ... 154
1.11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS ... 155
1.12. DECLARAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA ... 156
1.12.1. Conselho de Administração ... 156
1.12.2. Posição obrigacionista dos membros do Conselho de Administração ... 157
1.12.3. Indicação sobre acionistas da CGD ... 157
1.13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS ... 159
Balanços individuais ... 159
Demonstrações dos resultados individuais ... 160
Demonstrações individuais do rendimento integral ... 161
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais ... 162
Demonstrações das alterações nos capitais próprios individuais ... 163
Balanços consolidados ... 164
Demonstrações dos resultados consolidados ... 165
Demonstrações consolidadas do rendimento integral ... 166
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados ... 167
Demonstrações das alterações nos capitais próprios consolidados ... 168

**2. ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS ... 169**

2.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS ... 169
1. Nota introdutória ... 169
2. Políticas contabilísticas ... 170
3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais ... 195
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito ... 196
5. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados ... 197
6. Ativos financeiros disponíveis para venda ... 199
7. Ativos financeiros com acordo de recompra ... 206
8. Aplicações em instituições de crédito ... 207
9. Crédito a clientes ... 209
10. Derivados ... 213
11. Ativos não correntes detidos para venda ... 218
12. Outros ativos tangíveis ... 219
13. Ativos intangíveis ... 220
14. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ... 221
15. Imposto sobre o rendimento ... 226
16. Outros ativos ... 231
17. Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito ... 236
18. Recursos de clientes e outros empréstimos ... 237
19. Responsabilidades representadas por títulos ... 238
20. Passivos financeiros associados a ativos transferidos ... 244
21. Provisões e imparidade ... 247
22. Outros passivos subordinados ... 249
23. Outros passivos ... 254
24. Capital ... 256
25. Reservas, resultados transitados e resultado do exercício ... 257
26. Juros e rendimentos e juros e encargos similares ... 259
27. Rendimentos de instrumentos de capital ... 261
28. Rendimentos e encargos com serviços e comissões ... 262
29. Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e resultados de reavaliação cambial ... 263
30. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda ... 264

31. Resultados de alienação de outros ativos ....265
32. Outros resultados de exploração ....266
33. Custos com pessoal e número médio de empregados ....267
34. Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados ....268
35. Gastos gerais administrativos ....275
36. Passivos contingentes e compromissos ....276
37. Relato por segmentos ....279
38. Entidades relacionadas ....281
39. prestação de serviço de mediação de seguros ....284
40. Divulgações relativas a instrumentos financeiros ....285
41. Gestão de capital ....314

2.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS ....319

1. Nota introdutória ....319
2. Políticas contabilísticas ....320
3. Empresas do grupo e transações ocorridas no período ....354
4. Caixa e disponibilidades em bancos centrais ....361
5. Disponibilidades em outras instituições de crédito ....362
6. Aplicações em instituições de crédito ....363
7. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao justo valor através de resultados ....365
8. Ativos financeiros disponíveis para venda ....367
9. Ativos financeiros com acordo de recompra ....375
10. Produtos “unit-linked” ....376
11. Derivados ....377
12. Investimentos a deter até à maturidade ....382
13. Crédito a clientes ....384
14. Ativos e passivos não correntes detidos para venda ....388
15. Propriedades de investimento ....391
16. Outros ativos tangíveis ....393
17. Ativos intangíveis ....394
18. Investimentos em associadas ....399
19. Imposto sobre o rendimento ....400
20. Provisões técnicas de resseguro cedido ....404
21. Outros ativos ....406
22. Recursos de instituições de crédito e bancos centrais ....409
23. Recursos de clientes e outros empréstimos ....411
24. Responsabilidades representadas por títulos ....412
25. Provisões e passivos contingentes ....418
26. Provisões técnicas de contratos de seguros ....422
27. Outros passivos subordinados ....432
28. Outros passivos ....438
29. Capital ....440
30. Reservas, resultados transitados e lucro do exercício ....441
31. Interesses minoritários ....445
32. Juros e rendimentos e juros e encargos similares ....447
33. Rendimentos de instrumentos de capital ....449
34. Rendimentos e encargos com serviços e comissões ....450
35. Resultados em operações financeiras ....451
36. Outros resultados de exploração ....453
37. Margem técnica da atividade de seguros ....454
38. Custos com pessoal ....464
39. Pensões de reforma e outros benefícios de longo prazo ....465
40. Outros gastos administrativos ....474
41. Imparidade em ativos ....476
42. Relato por segmentos ....477

43. Entidades relacionadas ..... 481
44. Divulgações relativas a instrumentos financeiros ..... 483
45. Divulgações relativas a risco de contratos de seguro ..... 514
46. Gestão de capital ..... 527

2.3. RELATÓRIOS EBA ..... 532

Adoção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Authority (EBA) relativas à transparência da informação e à valorização dos ativos ..... 532

2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS ..... 538

2.4.1. Relatório de auditoria – contas individuais ..... 538
2.4.2. Certificação legal das contas individuais ..... 541
2.4.3. Relatório de auditoria – contas consolidadas ..... 543
2.4.4. Certificação legal das contas consolidadas ..... 545
2.4.5. Relatório e parecer da comissão de auditoria ..... 547

**3. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE ..... 557**

Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo a que a CGD se encontra obrigada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 ..... 557

3.1. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA ..... 560

3.1.1. Informação sobre as orientações de gestão que sejam aplicáveis à CGD, nomeadamente as orientações estratégicas destinadas à globalidade do SEE, as orientações gerais destinadas ao sector financeiro e as orientações especificas destinadas individualmente à Instituição, definidas pelo Ministro das Finanças ..... 560
3.1.2. Missão ..... 560
3.1.3. Principais objetivos estratégicos ..... 560
3.1.4. Informação sobre a elaboração anual de um plano de atividades e de um relatório informando do cumprimento da missão, objetivos e políticas da empresa, integrando as políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e a salvaguarda da competitividade, designadamente pela via da investigação, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo ..... 562

3.2. PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO ..... 563

3.2.1. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita ..... 563
3.2.2. Código de conduta ..... 564
3.2.3. Cumprimento de legislação e regulamentação ..... 566

3.2.3.1. Aplicação de normas de natureza fiscal ..... 566
3.2.3.2. Aplicação de normas de prevenção do branqueamento de capitais. 566
3.2.3.3. Aplicação de normas de concorrência e de proteção do consumidor ..... 566
3.2.3.4. Aplicação de normas de natureza ambiental ..... 568
3.2.3.5. Aplicação de normas de natureza laboral ..... 569

3.2.4. Implementação de políticas efetivas de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, e de conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, bem como de valorização profissional dos trabalhadores ..... 570

3.2.4.1. Implementação de políticas efetivas de Igualdade de tratamento e de Oportunidades entre homens e mulheres ..... 570
3.2.4.2. Implementação de políticas efetivas de Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional ..... 571

3.2.4.3. Implementação de políticas efetivas de Valorização profissional dos trabalhadores da empresa ....572
3.3. TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS ....574
3.4. OUTRAS TRANSAÇÕES ....576
3.4.1. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços ....576
3.4.2. Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado ....576
3.4.3. Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual ....577
3.4.4. Evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores ....577
3.5. MODELO SOCIETÁRIO ....577
3.5.1. Assembleia-Geral ....578
3.5.2. Conselho de Administração ....579
3.5.3. Órgãos de fiscalização ....582
3.5.3.1. Composição da Comissão de Auditoria ....582
3.5.3.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ....584
3.5.4. Comissão de estratégia, governação e avaliação ....584
3.5.5. Auditor externo ....585
3.5.6. Secretário da sociedade ....585
3.5.7. Conselhos delegados ....585
3.5.8. Prevenção de conflitos de interesses ....586
3.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS ....587
3.6.1. Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização ....587
3.6.2. Estatuto remuneratório fixado em 2012 ....587
3.6.3. Remuneração e outras regalias dos membros dos órgãos sociais ....589
3.6.4. Informação sobre a Política de Remuneração dos Colaboradores ....589
3.6.5. Remuneração da sociedade de revisores oficiais de contas e do auditor externo ....592
3.7. SISTEMA DE CONTROLO ....592
3.7.1. Sistema de controlo interno ....592
3.7.2. Sistema de controlo de proteção dos investimentos da empresa e dos seus activos ....595
3.7.3. Sistema de controlo de salvaguarda dos ativos de clientes à guarda da CGD ....599
3.8. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE ....599
3.8.1. Representante para as relações com o mercado ....599
3.8.2. Divulgação de informação privilegiada ....600
3.8.3. Divulgação de outras informações ao mercado ....602
3.8.4. Divulgação de informação no *site* do SEE ....603
3.8.5. Divulgação de informação no *site* da CGD ....604
3.8.6. Elaboração de um relatório sobre o governo da sociedade ....605
3.9. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL ....605
3.9.1. Estratégias adoptadas ....605
3.9.2. políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade ....607
3.9.3. Grau de cumprimento das metas fixadas ....608
3.9.4. Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa ....609
3.9.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial ....610

3.9.5.1. Responsabilidade social ..... 610
3.9.5.2. Desenvolvimento sustentável ..... 613
3.9.5.3. Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade .. 614
3.9.6. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo ..... 616
3.9.7. Planos de ação para o futuro ..... 617
3.10. NOMEAÇÃO DE UM PROVEDOR DO CLIENTE ..... 617
ANEXO I - *CURRICULUM VITAE* DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS ..... 620
*Curriculum Vitae* dos membros da Assembleia Geral ..... 620
*Curriculum Vitae* dos membros do Conselho de Administração ..... 624
*Curriculum Vitae* de membros da Conselho de Administração que cessaram funções durante o ano de 2012 ..... 641
ANEXO II - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CGD..... 644

**4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS ..... 647**

4.1. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS AOS OBJETIVOS DE GESTÃO ..... 647
4.2. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS AOS DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO À DGTF E À IGF ..... 647
4.2.1. Planos de atividades e orçamentos anuais ..... 647
4.2.2. Planos de investimento ..... 647
4.2.3. Relatórios trimestrais de execução orçamental ..... 647
4.2.4. Cópias das atas das assembleias gerais ..... 648
4.3. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS À DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS ..... 648
4.4. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA - DILIGÊNCIAS E RESULTADOS OBTIDOS ..... 648
4.5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS AO NÍVEL DAS REMUNERAÇÕES ..... 649
4.5.1. Orgãos sociais ..... 649
4.5.2. Colaboradores ..... 649
4.6. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS RELATIVAS À APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO ..... 649
4.7. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS AO NÍVEL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA ..... 650
4.7.1. Aplicação das normas de contratação pública ..... 650
4.7.2. Indicação dos atos e contratos celebrados com valor superior a 5 m€ .... 650
4.8. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS AO NÍVEL DA RACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICA DE APROVISIONAMENTO DE BENS E SERVIÇOS ..... 651
4.8.1. Sistema Nacional de Compras Públicas ..... 651
4.8.2. Parque de veículos do Estado ..... 651
4.9. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS AO PRINCÍPIO DE IGUALDADE DO GÉNERO ..... 652
4.10. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS AO PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS DEFINIDO PARA 2012 ..... 653
4.11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS À REDUÇÃO DO NÚMERO DE EFETIVOS E DE CARGOS DIRIGENTES ..... 653
4.12. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS ..... 654

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL ANUAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA ..... 655**

# 1. Relatório do Conselho de Administração

## 1.1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Um dos mais evidentes efeitos da crise financeira, visível a partir do verão de 2007, consiste na alteração, já verificada mas não concluída, no quadro de atuação dos vários participantes no mercado, designadamente na importância hoje atribuída à solidez, liquidez sustentada, transparência e eficiência dos bancos em geral.

O sistema bancário europeu está a viver um novo paradigma, caracterizado por profundas alterações regulatórias, tecnológicas, comportamentais, de governo, e significativos ajustamentos do modelo de negócio das instituições.

Não obstante todo o caminho que existe ainda para percorrer, os bancos portugueses concretizaram já um evidente esforço de desalavancagem, capitalização e de reforço da liquidez e, bem assim, de racionalização de custos, o que deverá permitir um ainda mais elevado grau de resiliência a uma prolongada envolvente operacional pouco amigável.

Terão, no entanto, de se verificar novos avanços, não apenas em consequência do novo paradigma mas, ainda, dos efeitos do Programa de Assistência Financeira (PAEF) em curso no nosso País e, no caso dos bancos que realizaram aumentos de capital com recurso à linha de recapitalização prevista no PAEF, das implicações da disciplina de concorrência comunitária, que também se aplica à CGD por força do aumento de capital realizado em 2012 e que foi equiparado a ajuda do Estado.

A Caixa, instituição com uma missão e perfil que resultam da natureza de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, assume responsabilidades acrescidas na contribuição ativa para a transformação e estabilidade da envolvente financeira, e para a recuperação da atividade e equilíbrio sustentado da economia.

Prosseguindo estes objetivos, a Caixa tem reforçado a sua posição de referência como primeiro banco das famílias portuguesas, robustecendo, em paralelo, o negócio com todos os segmentos das empresas, dedicando, pela sua importância para a recuperação económica, especial atenção às boas PMEs do setor de transacionáveis.

A extensa e leal base de clientes particulares da Caixa constitui um dos ativos mais importantes do Grupo CGD, visível e rigorosamente preservado ao longo da sua história.

Manter e reforçar a confiança dos cidadãos através do aperfeiçoamento contínuo de uma relação de proximidade e de um serviço comercial de excelência extensivo aos diferentes estratos etários e sociais, assume prioridade maior na estratégia do Grupo.

Num difícil enquadramento macroeconómico em que a recessão excede as previsões e o desemprego atinge máximos históricos, a promoção da poupança constitui um desafio crucial, que a Caixa prossegue com seriedade lançando produtos que procuram convergir para as necessidades e expetativas de uma sociedade que vê rapidamente alterados os seus hábitos e experiências.

Os clientes da Caixa têm reconhecido este esforço e continuam a permitir que, num contexto de redução do rendimento disponível, os depósitos de particulares continuem a crescer.

Também a quota de mercado do Grupo no negócio de empresas tem apresentado uma nítida trajetória de crescimento, salientando-se, por exemplo, o desenvolvimento verificado em 2012 nos segmentos PME Líder e PME Excelência. Soluções como a Linha Caixa Capitalização, orientada para o reforço da autonomia financeira das empresas, PME Crescimento e serviço Caixa Mais Tesouraria têm, entre outras, facilitado a implementação e gestão dos projetos de empresas com potencial de crescimento.

De grande importância para o negócio de empresas tem sido também a alargada plataforma internacional do Grupo que, estabelecendo corredores comerciais entre as regiões do globo de maior crescimento, constitui um efetivo agente de dinamização das exportações e do investimento no exterior. Esta evolução positiva no segmento empresarial tem sido acompanhada, naturalmente, por uma rigorosa avaliação e gestão de risco de cada empresa e operação.

Deve ainda ser feita uma especial menção ao caminho trilhado pelo Grupo ao longo dos anos - e que a presente crise não interrompeu - na combinação da sua estratégia de negócio com o contributo para o desenvolvimento sustentável, englobando este vertentes tão alargadas como a do equilíbrio ambiental, do mérito académico, do talento jovem e empreendedorismo, da inserção social e da promoção da educação financeira, procurando contribuir para a tomada de decisões mais esclarecidas e favoráveis por parte dos cidadãos.

Sendo referenciais de relevo, a história e a tradição da Caixa não bastam para assegurar o seu sucesso futuro, o qual se apresenta hoje mais desafiante e complexo do que em situações também conturbadas que se ultrapassaram no passado.

Não obstante a Caixa apresentar uma robusta situação de solvência e solidez que os rácios de capital evidenciam (o *Core Tier 1* atingiu o maior valor de sempre) e com a situação de liquidez confortável, a persistência de um quadro de muito baixas taxas de juro e o ritmo crescente das imparidades têm penalizado de forma visível a rentabilidade da Caixa que, apesar de alguma melhoria face a 2011, apresenta pelo segundo ano consecutivo um resultado líquido negativo.

O ano de 2013 continuará a apresentar-se difícil.

A solidez reforçada do Grupo Caixa permitirá, contudo, que seja prosseguida uma trajetória de melhoria contínua sempre focada na entrega de valor e no investimento na confiança dos seus clientes.

# Grupo CGD – Atividade Consolidada

## 1.2. Principais Indicadores

(milhões de euros)

| DE BALANÇO | 2009 | 2010 | 2011 (*) | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| Créditos sobre clientes (bruto) | 79 627 | 84 517 | 81 631 | 78 902 |
| Aplicações em títulos (**) | 25 929 | 30 547 | 25 176 | 28 696 |
| Recursos de clientes | 64 256 | 67 680 | 70 587 | 71 404 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 25 182 | 19 307 | 14 923 | 10 591 |
| Capitais próprios | 7 157 | 7 735 | 5 324 | 7 280 |
| Ativo líquido | 120 985 | 125 757 | 120 642 | 116 857 |
| **DE EXPLORAÇÃO** | | | | |
| Margem financeira alargada | 1 641 | 1 613 | 1 832 | 1 463 |
| Margem complementar | 867 | 978 | 611 | 963 |
| Margem técnica da atividade seguradora | 491 | 509 | 470 | 513 |
| Custos operativos | 1 936 | 1 903 | 1 776 | 1 718 |
| Produto da atividade bancária e seguradora | 2 999 | 3 099 | 2 913 | 2 939 |
| Resultado bruto da exploração | 1 063 | 1 138 | 1 138 | 1 221 |
| Resultado antes de impostos | 374 | 370 | -545 | -367 |
| Resultado líquido de impostos | 279 | 255 | -488 | -395 |
| **RÁCIOS** | | | | |
| *Core Tier 1* (Banco de Portugal) | 8,3% | 8,8% | 9,5% | 11,6% |
| *Core Tier 1* (EBA) | n.d. | n.d. | n.d. | 9,4% |
| *Tier 1* (Banco de Portugal) | 8,5% | 8,9% | 9,0% | 11,2% |
| Rácio de solvabilidade (Banco de Portugal) | 12,6% | 12,3% | 11,6% | 13,6% |
| Crédito a clientes líquido / Depósitos de clientes | 141,7% | 136,0% | 122,2% | 114,0% |
| Crédito em risco / Crédito total (1) | n.d. | 4,2% | 6,9% | 9,4% |
| Crédito com incumprimento / Crédito total (1) | 3,0% | 3,1% | 4,3% | 6,4% |
| Crédito vencido / Crédito total | 2,9% | 2,9% | 3,9% | 5,7% |
| Imparidade acumulada / Crédito vencido | 105,3% | 105,3% | 105,0% | 92,8% |
| Imparidade acumulada / Crédito vencido > 90 dias | 122,4% | 117,4% | 116,5% | 100,6% |
| *Cost-to-income* (atividade consolidada) (1) | 64,7% | 63,3% | 60,8% | 58,4% |
| *Cost-to-income* (atividade individual) (1) | 59,6% | 58,5% | 55,7% | 57,1% |
| Rendibilidade bruta dos capitais próprios – ROE (1) | 5,9% | 5,0% | -8,1% | -5,7% |
| Rend., após impostos, dos capitais próprios – ROE (1) | 4,8% | 4,1% | -6,4% | -5,3% |
| Rendibilidade bruta dos ativos – ROA (1) | 0,32% | 0,29% | -0,44% | -0,31% |
| Rendibilidade, após impostos, dos ativos – ROA (1) | 0,26% | 0,24% | -0,35% | -0,29% |

| OUTROS INDICADORES | 2009 | 2010 | 2011 (*) | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| Número de agências bancárias | 1 273 | 1 326 | 1 351 | 1 311 |
| Portugal (2) | 848 | 864 | 860 | 848 |
| Estrangeiro | 425 | 462 | 491 | 463 |
| Número de escritórios de representação (3) | 11 | 10 | 11 | 12 |
| Número de empregados (4) | 22 237 | 23 083 | 23 205 | 23 028 |
| CGD Portugal | 9 791 | 9 672 | 9 509 | 9 401 |
| Noutras instituições bancárias | 4 495 | 5 029 | 5 531 | 5 484 |
| Seguradoras | 3 642 | 3 559 | 3 463 | 3 411 |
| Sociedades financeiras | 357 | 368 | 368 | 443 |
| Em outras atividades | 3 952 | 4 455 | 4 334 | 4 289 |
| *RATINGS* (LONGO/CURTO PRAZO) | | | | |
| Moody's | Aa2/P-1 | A1/P-1 | Ba2/NP | Ba3/NP |
| Standard & Poor's | A+/A-1 | A-/A-2 | BB+/B | BB-/B |
| FitchRatings | AA-/F1+ | A/F1 | BB+/B | BB+/B |
| DBRS | | | BBB / R-2 (*high*) | BBB (*low*) /R-2 (*mid*) |

(*) Contas proforma, considerando os valores da área de saúde da Caixa Seguros e Saúde, SA como um Ativo não corrente detido para venda.
(**) Inclui Ativos com acordo de recompra.

(1) Indicador calculado de acordo com instruções do Banco de Portugal.
(2) Inclui agências automáticas (18 em 2012).

(3) Inclui o Escritório de Representação da Argélia, que aguarda autorização das autoridades Argelinas.

(4) Não inclui os empregados com vínculo contratual à CGD colocados no Departamento de Apoio à CGA (257 em 2012) ou requisitados em serviço público ou outras situações (93 em 2012).

## 1.3. Sumário Executivo

O Resultado Bruto de Exploração do Grupo aumentou 7,3% em 2012 atingindo 1 221,1 milhões de euros, em resultado de um ligeiro crescimento (+0,9%) do Produto da Atividade Bancária e Seguradora, que atingiu no ano 2 939,0 milhões de euros, conjugado com a continuação da quebra dos Custos Operativos, que registaram de novo uma taxa de variação negativa de 3,3%.

A Margem Financeira Alargada registou uma redução de 20,2% face ao ano anterior, traduzindo a persistente e acentuada descida das taxas Euribor bem como a evolução adversa dos Rendimentos de Instrumentos de Capital em consequência do processo de desalavancagem.

A Margem Complementar cresceu de forma significativa atingindo 962,9 milhões de euros (+57,5% do que em 2011) graças ao muito favorável desempenho dos Resultados de Operações Financeiras, que ascenderam em dezembro a 363,0 milhões de euros (que compara com um valor negativo de 24,8 milhões em 2011).

A Imparidade do Crédito Líquida de Reversões, atingiu os 1 010,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 22,3% face a dezembro de 2011, refletindo as persistentes dificuldades do quadro económico português. A Caixa registou ainda um valor de 559,9 milhões de euros de Provisões e Imparidade de Outros Ativos (Líquida).

O expressivo reforço das Imparidades de Crédito, registadas como custo do exercício,

decorre de uma política prudente de provisionamento assumida num contexto de acentuada quebra da atividade económica, continuando a penalizar o Resultado Consolidado do Grupo que apresentou um valor negativo de 394,7 milhões de euros (o que representa uma melhoria de 93,7 milhões de euros face ao valor registado em 2011). O Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários foi de -367,5 milhões de euros, o que corresponde uma variação positiva de 177,6 milhões face a 2011.

Os Custos Operativos da atividade bancária doméstica continuaram a decrescer (-9,7%), em larga medida em resultado da evolução dos custos com pessoal, que voltaram a reduzir-se, desta feita em 12,7%. A Caixa prosseguiu assim uma política de racionalização operacional e aumento de eficiência visível na evolução favorável dos respetivos indicadores, designadamente o *Cost-to-Income* do Grupo, que apesar da redução dos proveitos decresceu de 60,8% em dezembro de 2011 para 58,4%.

Os Capitais Próprios do Grupo aumentaram 1 956,2 milhões de euros (+36,7%) atingindo 7 280,0 milhões no final de 2012, não obstante o Resultado Líquido ter sido negativo. Para este crescimento contribuiu o aumento do capital social em 750 milhões de euros, ocorrido no âmbito do Plano de Recapitalização da CGD em junho último, e, de forma muito significativa, a recuperação observada nas Reservas de Justo Valor que aumentaram 1 895,6 milhões. No âmbito do referido Plano foram também emitidos 900 milhões de euros de instrumentos de dívida subordinada convertível, elegíveis para fundos próprios *Core Tier 1*.

O rácio de capital total atingiu em 2012 os 13,6% e o Rácio *Core Tier 1* em base consolidada e incluindo os resultados retidos, 11,6% (9,5% em dezembro de 2011), de acordo com o normativo do Banco de Portugal. Nos termos da European Banking Authority (EBA), este rácio situou-se em 9,4% em 2012.

O Grupo apresenta assim uma robusta situação de solvência com os respetivos indicadores acima das exigências regulamentares em matéria de fundos próprios.

O Ativo Líquido do Grupo CGD totalizou 116,9 mil milhões de euros no final de dezembro de 2012, valor inferior em 3,1% ao do final de 2011. Para esta evolução contribuíram nomeadamente reduções das Aplicações em Instituições de Crédito, Disponibilidades em Bancos Centrais e Crédito a Clientes.

O Crédito a Clientes atingiu 74,7 mil milhões de euros no final do ano, menos 4,5% do que o valor registado um ano antes, refletindo o contexto recessivo da economia portuguesa e um subsequente ajustamento do padrão de gestão de algumas empresas.

A quota de mercado no crédito a empresas da Caixa era, no final de 2012, de 17,3%, o que significou um reforço de 0,9 p.p. face a dezembro de 2011. Refira-se que nos últimos três anos, a referida quota apresentou um aumento de cerca de 2 p.p.

Os Depósitos de Clientes atingiram 65,5 mil milhões de euros, crescendo 1 515 milhões (+2,4%) no ano. Os depósitos dos Particulares cresceram em Portugal 2,2%, quase mil milhões de euros face a 2011, variação que se afigura particularmente significativa na presente envolvente económica e social e apenas possível devido à confiança e segurança que a extensa e estável base de clientes da Caixa continua a conferir ao seu banco.

O Rácio de Transformação medido pelo peso do Crédito Líquido nos Depósitos de Clientes situou-se em 114,0%, valor inferior ao limite máximo indicativo de 120% estabelecido para os bancos portugueses para 2014 no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira. Esta evolução, num contexto de solidez reforçada, alarga o espaço de atuação do Grupo na promoção da atividade económica em Portugal.

Num contexto de melhoria gradual da perceção do risco Caixa por parte dos investidores, a CGD regressou em novembro aos mercados de capitais internacionais através de uma

bem-sucedida emissão de 500 milhões de euros de dívida sénior não garantida a 3 anos e cupão de 5,625% a qual manteve um bom desempenho no mercado secundário.

Já no início de 2013, a Caixa retornou ao mercado com uma emissão de 750 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias a 5 anos e cupão fixo de 3,75%.

O recurso a financiamento do BCE pela CGD continuou a reduzir-se, passando de 9 000 para 6 950 milhões de euros, respetivamente no final de 2011 e de 2012. Ainda assim, a *pool* de ativos elegíveis não utilizados terminou o ano em 9 755 milhões de euros, quase duplicando relativamente ao valor de 5 391 milhões disponíveis em dezembro de 2011.

A conjuntura económica recessiva continuou a penalizar de forma notória a qualidade do crédito, tendo o Rácio de Crédito Vencido há mais de 90 dias atingido 5,3%, situando-se o grau de cobertura do referido crédito em 100,6%. Em consonância, o Rácio de Crédito em Risco passou de 6,9% no final de 2011 para 9,4%.

A Margem Técnica da Atividade Seguradora aumentou 9,2%, atingindo um valor de 513,1 milhões de euros em 2012. A Caixa Seguros e Saúde, SGPS manteve a liderança no mercado segurador nacional, mantendo, de forma destacada, o lugar de topo, com uma quota de mercado global de 29,3%.

A atividade internacional continua a constituir importante vetor estratégico do Grupo tendo o negócio das operações situadas em economias em expansão registado um favorável desempenho, visível por exemplo em Macau, Moçambique, Angola, África do Sul e Brasil. Para tal, contribuiu a dinamização de negócio cruzado entre estas geografias, desempenhando a rede doméstica importante papel de *pivot*.

O contributo das filiais em África, Ásia e Brasil para o resultado consolidado em 2012 atingiu 82,9 milhões de euros, o que representa um crescimento de 43,5% face a 2011.

Não considerando o mercado espanhol, que estrategicamente é parte integrante do mercado doméstico do Grupo, o resultado da atividade internacional foi positivo, 118,1 milhões de euros, apresentando um crescimento de 35,1% face ao ano anterior.

Esta evolução não foi contudo suficiente para compensar totalmente os resultados desfavoráveis de algumas operações europeias afetados pelo aumento das imparidades, especialmente em Espanha, cujo resultado em 2012 foi também penalizado por custos não recorrentes do processo em curso de reestruturação do modelo de negócio naquele país.

Neste enquadramento, o contributo da atividade internacional para o Resultado Líquido de 2012 foi negativo de 41,3 milhões de euros.

## 1.4. Apresentação do Grupo

### 1.4.1. ESTRUTURA ACIONISTA

O capital da Caixa Geral de Depósitos é detido pelo acionista único, o Estado Português. Em 31 de dezembro de 2012 o capital social totalizava 5 900 milhões de euros.

### 1.4.2. MARCOS HISTÓRICOS

**1876** Criação da Caixa Geral de Depósitos, na dependência da Junta de Crédito Público, com a finalidade essencial de recolha dos depósitos obrigatórios

constituídos por imposição da Lei ou dos tribunais.

**1880** É criada a Caixa Económica Portuguesa, para recebimento e administração de depósitos de classes menos abastadas, que seria fundida, de facto, com a CGD em 1885.

**1896** A CGD autonomiza-se da Junta de Crédito Público. Sob a administração da CGD, são criadas a Caixa de Aposentações para trabalhadores assalariados e o Monte da Piedade Nacional, para realização de operações de crédito sobre penhores.

**1918** A CGD desenvolve as atividades de crédito em geral.

**1969** A CGD, até então serviço público sujeito às regras da Administração do Estado, assume o estatuto de empresa pública.

**1975** Criação da Sucursal de Paris.

**1982** São criadas as empresas de *leasing* Locapor e Imoleasing. Nos anos seguintes, são criadas as sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário (Fundimo, em 1986) e mobiliário (Caixagest, em 1990) e adquiridas participações de domínio na sociedade financeira de corretagem (Sofin, em 1998) e para aquisição a crédito (Caixa de Crédito, em 2000).

**1988** Criação do Grupo Caixa por tomada de participações de domínio no Banco Nacional Ultramarino e na Companhia de Seguros Fidelidade.

**1991** Aquisição, em Espanha, do Banco da Extremadura e do Chase Manhattan Bank España, que se passou a designar por Banco Luso-Español.

**1992** Aquisição de posição na sociedade de capital de risco Promindústria, instituição que em 1997 deu origem à Caixa Investimentos, sociedade de investimentos.

**1993** A CGD é transformada numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. É consagrada a sua vocação de banco universal e plenamente concorrencial, sem prejuízo da sua especial vocação para formação e captação de poupanças e de apoio ao desenvolvimento do País.

**1995** Aquisição, em Espanha, do Banco Simeón.

**1997** Criação, de raiz, do Banco Comercial de Investimentos de Moçambique.

**1998** Criação do HPP – Hospitais Privados de Portugal, que veio posteriormente a constituir a componente de Saúde do Grupo CGD.

**2000** Aquisição da seguradora Mundial Confiança e do Banco Totta & Comercial Sotto Mayor de Investimentos, SA, mais tarde denominado Caixa Banco de Investimento.

**2001** CGD inaugura Sucursal em Timor-Leste.

A Sucursal de Paris integra o Banque Franco Portugaise, dando origem à Sucursal de França.

**2002** Racionalização e consolidação dos bancos comerciais em Espanha, mediante a fusão do Banco Luso Español, do Banco da Extremadura e do Banco Simeón.

**2004** Com a aquisição da seguradora Império Bonança em 2004, o grupo CGD passa a liderar o setor segurador nacional.

Através de um reforço de capital, a CGD passa a ter uma posição dominante no Mercantile Lisbon Bank Holding da África do Sul.

**2006** O Banco Simeón altera a designação para Banco Caixa Geral.

**2008** Constituição da Parcaixa (capital de 1 000 milhões de euros: 51% CGD e 49%

Parpública).

Criação da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest.

A Caixa Seguros passa a designar-se Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA após uma reorganização naquelas áreas de negócio, com passagem do universo HPP do balanço da Fidelidade Mundial para o balanço da Caixa Seguros.

**2009** Retoma da presença do Grupo CGD no Brasil através do início de atividade do Banco Caixa Geral Brasil.

Entrada no capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola, em que a CGD e o Santander Totta controlam 51% do total.

**2010** Exercício da opção de compra de 1% do capital social da Partang, SGPS, detentora de 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta Angola (BCGTA), passando o Grupo CGD a deter a maioria do capital da gestora de participações e indiretamente do próprio Banco.

Acordo para a aquisição de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio ("Banif CVC") pelo Grupo CGD.

Obtenção da autorização para constituição do Banco para Promoção e Desenvolvimento (BPD) em Angola, que tem o capital inicial de mil milhões de euros, a deter em partes iguais pelos Grupos CGD e Sonangol.

Constituição do Banco Nacional de Investimento (BNI), em Moçambique, cujo capital é detido em 49,5% pela CGD, 49,5% pelo Estado de Moçambique através da Direção Nacional do Tesouro e em 1% pelo Banco Comercial e de Investimentos (Grupo CGD).

**2011** Constituição da Universal Seguros, em Angola, onde a Caixa Seguros e Saúde detém 70% do capital e parceiros angolanos os restantes 30%.

**2012** Fusão das seguradoras Fidelidade-Mundial e Império Bonança, tendo esta sido incorporada na primeira e, em simultâneo, alteração da denominação social para Fidelidade-Companhia de Seguros.

Formalização da venda pela Caixa Seguros e Saúde de 100% do capital social da HPP-Hospitais Privados de Portugal à Amil Participações.

Assinatura dos contratos de aquisição de uma participação no capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, a qual passou a ter a denominação de CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio ("CGD Securities").

Assinatura do Contrato de Compra e Venda relativo à alienação da participação da CGD no Banco Nacional de Investimento (BNI).

Assinatura do Contrato de Compra e Venda relativo à alienação da participação da CGD no capital social do Banco para a Promoção e Desenvolvimento, alienação esta sujeita à obtenção das autorizações necessárias para a sua efetivação.

Recompra da totalidade das participações detidas por terceiros no Mercantile Bank Limited, tendo a CGD passado a deter a totalidade do seu capital social.

### 1.4.3. DIMENSÃO E *RANKING* DO GRUPO

O Grupo CGD manteve, em 2012, a liderança no mercado nacional nas principais áreas de negócio onde atua, conforme ilustra o quadro infra:

## QUOTAS DE MERCADO EM PORTUGAL

| | Dez 2011 | | Dez 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| **Atividade Bancária** | Quota | Ranking | Quota | Ranking |
| Ativo líquido [(a)] | 31,8% | 1º | 31,8% | 1º |
| Crédito a clientes [(b)] | 20,9% | 1º | 21,3% | 1º |
| Crédito a empresas | 16,4% | 1º | 17,3% | 1º |
| Crédito a particulares | 23,5% | 1º | 23,6% | 1º |
| Crédito à habitação | 26,6% | 1º | 26,6% | 1º |
| Depósitos de clientes [(b)] | 27,6% | 1º | 28,1% | 1º |
| Depósitos de particulares | 32,0% | 1º | 32,7% | 1º |
| **Atividade Seguradora** [(c)] | 33,4% | 1º | 29,3% | 1º |
| Ramo vida | 37,2% | 1º | 31,0% | 1º |
| Ramo não-vida | 26,6% | 1º | 26,4% | 1º |
| **Crédito Especializado** [(d)] | | | | |
| *Leasing* imobiliário | 18,4% | 3º | 13,0% | 3º |
| *Leasing* mobiliário | 15,1% | 1º | 14,0% | 1º |
| *Factoring* | 14,5% | 4º | 9,0% | 5º |
| **Gestão de Ativos** | | | | |
| Fundo de invest. mobiliário (FIM) [(e)] | 23,0% | 1º | 25,0% | 1º |
| Fundo de invest. imobiliário (FII) [(e)] | 13,9% | 1º | 13,0% | 1º |
| Fundo de pensões [(f)(h)] | 15,7% | 2º | 15,7% | 2º |
| Gestão de patrimónios [(e)(g)] | 32,9% | 1º | 37,3% | 1º |

(a) Considerando a atividade consolidada dos cinco maiores Grupos do sistema bancário português.
(b) Fonte: E.M.F. do Banco de Portugal. No Crédito estão incluídas as operações titularizadas.
(c) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal. Respeitam à atividade em Portugal.
(d) Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.
(e) Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).
(f) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal.
(g) Inclui Fundos de Pensões geridos pela CGD Pensões.
(h) Valores referentes a 2012 são provisórios

***O Grupo CGD manteve a liderança no mercado nacional nas principais áreas de negócio***

***Quota de mercado global do crédito a clientes aumentou de 20,9% para 21,3%:***

- ***quota do crédito às Empresas subiu de 16,4% para 17,3%***
- ***quota do crédito à habitação manteve-se em 26,6%***

***A Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança destacada do setor segurador nacional (quota global de 29,3%)***

***No mercado dos seguros de saúde a Multicare consolidou a sua liderança (quota superior a 33,1%)***

A quota de mercado global do crédito a clientes aumentou de 20,9% para 21,3% no final de 2012, refletindo a subida da quota do crédito às Empresas de 16,4% para 17,3%. A quota do crédito à habitação manteve-se nos 26,6%.

Em 2012 a quota de mercado da Caixa nos depósitos de clientes foi reforçada de 27,6% para 28,1%, reafirmando a posição de liderança em Portugal. De destacar a quota do segmento de particulares, que subiu de 32,0% para 32,7%.

A Caixa Seguros e Saúde manteve a liderança destacada do sector segurador nacional, detendo uma quota global de 29,3%, correspondente a um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 3 195 milhões de euros, situação que se verifica quer nos ramos Vida (31,0%), quer nos ramos Não Vida (26,4%, mais do que duplicando o valor registado pelos concorrentes mais próximos).

De referir que no mercado dos seguros de saúde a Multicare consolidou em 2012 a sua liderança, com uma quota superior a 33,1%, gerindo através de resseguro a carteira da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A, que integra as marcas Fidelidade Mundial e

Império Bonança.

Na área da locação financeira, a Caixa Leasing e Factoring (CLF) manteve a primeira posição no *ranking* do setor de locação mobiliária, com uma quota de 14%. A contração do volume de negócios no *leasing* imobiliário traduziu-se na redução da quota de mercado da CLF de 18% em 2011 para 13% em 2012. Na atividade de *factoring*, a Sociedade ocupava a quinta posição no *ranking* do setor com uma quota de mercado de 9% (14% em 2011).

***Caixa Leasing e Factoring (CLF):***

- ***1ª posição na locação mobiliária (quota de 14%)***
- ***redução da quota no leasing imobiliário de 18% para 13%***
- ***5ª posição no factoring (quota de 9%)***

Na atividade de gestão dos fundos de investimento mobiliário, o Grupo CGD ocupa igualmente lugar de destaque, com a Caixagest, na área dos fundos de investimento mobiliários, e a Fundger, na área dos fundos de investimento imobiliários, a manter a liderança no mercado, com quotas de mercado de, respetivamente, 25%, e 13,0%. Na gestão de fundos de pensões, a CGD Pensões manteve em 2012 a quota de 15,7% e o segundo lugar no *ranking* por montante. Por último, no mercado de gestão de carteiras, centrado nos mandatos de grandes clientes institucionais, a Caixagest manteve a liderança do mercado com uma quota de 37,3%.

***Caixa Gestão de Ativos:***

- ***Caixagest (quota de 25% na gestão de fundos mobiliários e 37,3% na gestão de carteiras)***
- ***Fundger (quota de 13%)***
- ***CGD Pensões (quota de 15,7%)***

Na banca de investimento nacional, o CaixaBI reafirmou uma vez mais a sua liderança, participando nas transações mais relevantes ocorridas em Portugal em 2012, liderando os rankings do sector e conquistando as mais importantes distinções internacionais, das quais se destacam "Melhor Banco de Investimento em Portugal 2012", das revistas Global Finance, Euromoney Award for Excellence e World Finance.

***CaixaBI distinguida como "Melhor Banco de Investimento em Portugal 2012", reafirmando a sua liderança***

Relativamente à presença internacional, o Grupo detém uma posição de destaque, quer pela dimensão muito relevante da sua quota de mercado (Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor), quer pelo estatuto e reconhecimento da sua marca (Macau, Cabo Verde, Timor, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola). Refira-se, em particular, as quotas detidas pelo Banco Comercial de Investimento (Moçambique) no final de 2012, de cerca de 30% em termos de Crédito e de 28,2% em termos de Depósitos, consolidando assim a sua posição de segundo maior banco do sistema em Moçambique.

***O BCI (Moçambique) atingiu a 2ª posição no setor, com uma quota de 30% no Crédito e de 28,2% nos Depósitos***

## 1.4.4. ESTRUTURA DO GRUPO CGD - DESENVOLVIMENTOS RECENTES

No exercício de 2012, o Grupo CGD continuou a privilegiar o enfoque na atividade bancária, nomeadamente fora do espaço europeu, e a redução da sua exposição a outras atividades/setores no cumprimento do previsto no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

***O Grupo CGD continuou a privilegiar o enfoque na atividade bancária***

Em junho, a CGD e a Fidelidade alienaram 33 181 144 e 215 000 ações da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., respetivamente, representativas de 10,805% do capital social da ZON, à Jadeium B.V., sociedade com sede em Amesterdão. Ainda em junho, a CGD vendeu, no âmbito da OPA lançada pela InterCement, a totalidade da participação de 9,6% que detinha no capital social da Cimpor. Em agosto, alienou a totalidade da sua participação representativa de 1,5% do capital social da Brisa à Tagus, no âmbito da OPA lançada por esta.

Quanto ao universo das participações financeiras cotadas é também de salientar, no final de novembro, a alienação pela CGD de 8 295 510 ações da Galp Energia, SGPS, S.A., representativas de 1% do capital social e direitos de voto. A alienação foi efetuada no contexto do exercício do direito de *tag along* da CGD sobre a Eni S.p.A. previsto no Consent & Waiver Agreement celebrado entre a CGD, a Eni e a Amorim Energia B.V. em março de 2012.

No decorrer do primeiro semestre de 2012, em resultado de oferta realizada junto dos acionistas minoritários, o Grupo recomprou a totalidade das participações detidas por terceiros no Mercantile Bank Limited (subsidiária do Mercantile Bank Holdings, Ltd), tendo

passado a deter, direta e indiretamente, a totalidade do seu capital social.

No que diz respeito à área seguradora há a realçar a fusão, em 31 de maio, das seguradoras Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e da Império Bonança-Companhia de Seguros, S.A., tendo esta sido incorporada na primeira. Em simultâneo, verificou-se a alteração da denominação social da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA para Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A. e o aumento do capital social de 400 milhões para 520 milhões de euros, por efeito da fusão, a que se seguiu, em junho, um novo aumento de capital social em 85 milhões de euros, passando para 605 milhões.

***Fusão da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial e Império Bonança-Companhia de Seguros***

No final de junho, a CGD, com o objetivo de aumentar os fundos próprios da Caixa Seguros e Saúde, realizou um aumento do capital social da SGPS, no montante de 351 524 920 euros, o qual passou de 448 400 000 euros para 799 924 920 euros.

Em meados de novembro, a Caixa Seguros e Saúde formalizou a venda de 100% do capital social da HPP-Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA à Amil Participações, S.A.. A transação foi efetuada por um valor de 85,6 milhões de euros, incluindo dívida, prevendo-se um acréscimo potencial de 6 milhões de euros caso sejam atingidos determinados objetivos. A conclusão do negócio está dependente da obtenção das autorizações administrativas usualmente aplicáveis.

***Formalização da venda de 100% do capital social da HPP-Hospitais Privados de Portugal à Amil Participações por €85,6 milhões***

No Brasil, depois de aproximadamente dois anos de negociações, o Grupo CGD através da CGD - Participações em Instituições Financeiras, Lta. ("CGD PINF"), sociedade brasileira, detida em partes iguais pelo CaixaBI e pelo Banco Caixa Geral Brasil, assinou os contratos definitivos de aquisição de uma participação no capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. ("Banif CVC") que, entretanto, passou a ter a denominação de CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. ("CGD Securities").

No seguimento de um Memorando de Entendimento entre o Ministério das Finanças da República de Moçambique e a CGD, foi decidido alienar a participação da CGD no Banco Nacional de Investimento (BNI). Assim, a 10 de dezembro de 2012, foi assinado, entre a CGD e o IGEPE – Instituto de Gestão de Participações do Estado, o Contrato de Compra e Venda de 1 108 milhões de ações, representativas de 49,5% do capital social do BNI.

No final de dezembro de 2012, foi assinado um Contrato de Compra e Venda de Participações Sociais entre as empresas do Grupo CGD (Gerbanca, SGPS, CGD e Caixa Participações, SGPS) e as empresas do Grupo Sonangol (Sonangol EP e Sonip – Sonangol Imobiliária e Propriedades Lda.), relativo à alienação da participação no capital social do Banco Para a Promoção e Desenvolvimento SA, alienação esta sujeita à obtenção das autorizações necessárias para a sua efetivação.

Com estas alienações a Caixa deu significativos passos para se concentrar essencialmente no negócio bancário e em simultâneo racionalizar a sua presença internacional.

## GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (*)

| | NACIONAL | INTERNACIONAL | |
|---|---|---|---|
| **BANCA COMERCIAL** | Caixa Geral de Depósitos, SA | Banco Caixa Geral (Espanha) | 99,8% |
| | | Banco Caixa Geral (Brasil) | 100,0% |
| | | BNU (Macau) | 100,0% |
| | | CGD Subsidiária Offshore Macau | 100,0% |
| | | B. Comercial do Atlântico (Cabo Verde) | 59,3% |
| | | B. Interatlântico (Cabo Verde) | 70,0% |

| | NACIONAL | | INTERNACIONAL | |
|---|---|---|---|---|
| **BANCA COMERCIAL** | | | Mercantile Bank Hold. (África do Sul) | 100,0% |
| | | | Parbanca, SGPS | 100,0% |
| | | | B. Com. Invest. (Moçambique) | 51,0% |
| | | | Partang, SGPS | 51,0% |
| | | | Banco Caixa Geral Totta (Angola) | 26,0% |
| | | | Banco Promoção e Desenvolvimento (Angola) | 50,0% |
| **GESTÃO DE ATIVOS** | Caixa Gestão de Activos, SGPS | 100,0% | | |
| | CaixaGest | 100,0% | | |
| | CGD Pensões | 100,0% | | |
| | Fundger | 100,0% | | |
| **CRÉDITO ESPECIALIZADO** | Caixa Leasing e Factoring IFIC | 51,0% | Promoleasing (Cabo Verde) | 60,2% |
| | Locarent | 50,0% | | |
| | Credip - IFIC | 80,0% | | |
| **BANCA INVESTIMENTO E CAPITAL DE RISCO** | Gerbanca, SGPS | 100,0% | A Promotora (Cabo Verde) | 52,7% |
| | Caixa Banco de Investimento | 99,7% | CGD Investimentos CVC (Brasil) | 99,9% |
| | Caixa Capital | 99,7% | | |
| | Caixa Desenvolvimento, SGPS | 99,7% | | |
| **SEGUROS E SAÚDE** | Caixa Seguros e Saúde, SGPS | 100,0% | Garantia (Cabo Verde) | 65,4% |
| | Comp. Seg. Fidelidade | 100,0% | Universal Seguros (Angola) | 70,0% |
| | Via Directa Comp. De Seguros | 100,0% | | |
| | Cares Companhia de Seguros | 100,0% | | |
| | Companhia Port. de Resseguros | 100,0% | | |
| | Fidelidade Mundial, SGII | 100,0% | | |
| | GEP- Gestão de Peritagem Automóveis | 100,0% | | |
| | EAPS – E. Análise, Prev. e Seg. | 100,0% | | |
| | HPP - Hospitais Privados Portugal, SGPS | 100,0% | | |
| | HPP - Lusíadas (**) | 100,0% | | |
| | HPP - Boavista (**) | 100,0% | | |
| | HPP - Algarve (**) | 100,0% | | |
| | HPP - Cascais (**) | 100,0% | | |
| | HPP Viseu, SA (**) | 65,0% | | |
| | LCS - Linha de Cuidados de Saúde | 100,0% | | |
| | Multicare - Seguros de Saúde | 100,0% | | |
| | EPS - Gestão de Sistemas de Saúde | 100,0% | | |

| | NACIONAL | | INTERNACIONAL | |
|---|---|---|---|---|
| SERVIÇOS AUXILIARES | Caixatec- Tecnologias de Informação | 100,0% | Inmobiliaria Caixa Geral (Espanha) | 99,8% |
| | Imocaixa | 100,0% | | |
| | Sogrupo Sistemas Informação ACE | 100,0% | | |
| | Sogrupo Compras e Serviços Partilhados ACE | 100,0% | | |
| | Sogrupo IV Gestão de Imóveis ACE | 100,0% | | |
| | Caixa Imobiliário | 100,0% | | |
| OUTRAS PARTICIPAÇ. FINANCEIRAS | Parcaixa, SGPS | 51,0% | La Seda Barcelona | 14,2% |
| | Caixa Participações, SGPS | 100,0% | Banco Internacional São Tomé e Príncipe | 27,0% |
| | Wolfpart, SGPS | 100,0% | | |
| | Portugal Telecom | 6,2% | | |
| | TagusParque | 10,0% | | |
| | AdP Águas de Portugal, SGPS | 9,7% | | |
| | SOFID Soc. Financ. Desenv. IFIC | 10,0% | | |
| | Turismo Fundos, SGFII | 33,5% | | |
| | Floresta Atlântica, SGFII | 11,9% | | |
| | VAA - Vista Alegre Atlantis | 4,5% | | |

(*) Percentagem de participação efetiva
(**) Alienado em março de 2013

## 1.4.5. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A rede comercial do Grupo CGD abrangia, no final do exercício, 1 311 Agências, das quais 848 localizadas em Portugal e 463 no estrangeiro.

A rede de Agências da CGD em Portugal registou uma redução de 12 unidades no ano, passando a abarcar 811 Agências, das quais 18 agências automáticas, e 36 Gabinetes de Empresas no final de 2012.

### NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO GRUPO

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| CGD (Portugal) | 859 | 847 |
| Agências com atendimento presencial | 804 | 793 |
| Agências automáticas | 17 | 18 |
| Gabinetes de Empresas | 38 | 36 |
| Caixa – Banco de Investimento (Lisboa+Madrid) | 2 | 2 |
| Sucursal de França | 46 | 47 |
| Banco Caixa Geral (Espanha) | 209 | 172 |
| Banco Nacional Ultramarino (Macau) | 14 | 14 |
| Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique) | 120 | 128 |

***Rede Comercial abrangente:***

- ***Portugal***
  - ***CGD: 811 Agências e 36 Gabinetes Caixa Empresas***
  - ***CaixaBI***
- ***Estrangeiro***
  - ***463 Agências e 12 Escritórios de Representação***

| | | |
|---|---|---|
| Banco Nacional de Investimentos (Moçambique) | 1 | - |
| Banco Interatlântico (Cabo Verde) | 9 | 9 |
| Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde) | 33 | 33 |
| Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul) | 15 | 15 |
| Banco Caixa Geral Brasil | 2 | 2 |
| Banco Caixa Geral Totta de Angola | 24 | 25 |
| Outras Sucursais da CGD | 16 | 16 |
| Subsidiária Offshore de Macau | 1 | 1 |
| **Total** | **1 351** | **1 311** |
| **Escritórios de representação (*)** | **11** | **12** |

(*) Em 2012 inclui o ER da Argélia que aguarda autorização das autoridades Argelinas

A rede no exterior registou uma diminuição de 40 unidades, destacando-se o Banco Caixa Geral em Espanha (menos 37), consequência do processo de reestruturação da presença do Grupo naquele país, iniciado em 2012. À semelhança do ano anterior, a rede do Banco Comercial e de Investimentos, em Moçambique, continuou a expandir-se, aumentando 8 unidades.

## REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL

| Europa | | | |
|---|---|---|---|
| **Espanha** | | **Alemanha** | |
| Banco Caixa Geral | **172** | CGD – Escritório de Represent. | **1** |
| Caixa Banco de Investimento | **1** | **Reino Unido** | |
| CGD – Sucursal de Espanha | **1** | CGD – Sucursal de Londres | **1** |
| Fidelidade – Sucursal | **1** | **Luxemburgo** | |
| **França** | | CGD – Sucursal Luxemburgo | **2** |
| CGD – Sucursal de França | **47** | Fidelidade – Sucursal | **1** |
| Fidelidade – Sucursal | **1** | **Suíça** | |
| **Bélgica** | | CGD – Escritório de Represent. | **1** |
| CGD – Escritório de Represent. | **1** | BCG – Escritório de Represent. | **1** |
| **Ilha da Madeira** | | | |
| Sucursal Financeira Exterior | **1** | | |
| **América** | | | |
| **Estados Unidos** | | **Venezuela** | |
| CGD – Sucursal de Nova Iorque | **1** | CGD – Escritório de Represent. | **1** |
| **México** | | BCG – Escritório de Represent. | **1** |
| BCG – Escritório de Represent. | **1** | **Canadá** | |
| **Brasil** | | CGD – Escritório de Represent. | **1** |
| Banco Caixa Geral Brasil | **2** | **Ilhas Cayman** | |
| CGD Investimentos | **1** | CGD – Sucursal Ilhas Cayman | **1** |

| África | | | |
|---|---|---|---|
| **Cabo Verde** | | **São Tomé e Príncipe** | |
| Banco Comercial do Atlântico | **33** | Banco Intern. S. Tomé e Príncipe | **10** |
| Banco Interatlântico | **9** | **Moçambique** | |
| Garantia | **11** | Banco Comercial e de Invest. | **128** |
| A Promotora | **1** | **Argélia** | |
| **Angola** | | CGD – Escrit. de Represent. (*) | **1** |
| Banco Caixa Geral Totta Angola | **25** | **África do Sul** | |
| Fidelidade – Universal Seguros | **1** | Mercantile Bank | **15** |
| **Ásia** | | | |
| **China – Macau** | | **China** | |
| Banco Nacional Ultramarino SA | **14** | CGD – Sucursal de Zhuhai | **1** |
| Subsidiária Offshore de Macau | **1** | CGD – Escr. Represent. Xangai | **1** |
| Fidelidade Mundial – Sucursal | **2** | **Timor-Leste** | |
| **Índia** | | CGD – Sucursal de Timor-Leste | **8** |
| CGD – Escritório de Represent. | **2** | | |

(*) Aguarda autorização das autoridades Argelinas

## 1.4.6. A MARCA CAIXA

"*A Caixa Geral de Depósitos é a marca de referência no mercado financeiro português.*

*Em 2012, foi conotada e caracterizada pelos consumidores portugueses como a marca bancária de maior notoriedade e, também, como: Relevante na sociedade, de Confiança, Sólida, Líder, de Prestígio e de Referência, Responsável social e ambientalmente.*

*A CGD é a marca que mais apoia: o ensino e as universidades, os setores estratégicos da economia, a cultura e a sustentabilidade.*"

Fonte: Brandscore – Barómetro de Marca - 2012

### Distinções da Marca CGD

- Marca Bancária de Confiança;
- Marca Bancária Portuguesa Mais Valiosa pelo 5º ano consecutivo, com um valor de 381 milhões de euros – Ranking Brand Finance Banking 500;
- Marca de Excelência pela 5ª vez consecutiva - Superbrands;
- Marcas que Marcam – CGD foi, entre 80 marcas a marca vencedora nas categorias de "Bancos" e "Cartões de Crédito e Débito".

### Distinções de Sustentabilidade

- Empresa Prime - *Ranking* Oekom para empresas com menor risco social e ambiental;
- Most Sustainable Financial Group in Portugal pela 2ª vez consecutiva - The New Economy;
- Classificação máxima (A) em desempenho do Carbon Disclosure Project e entrada no Carbon Performance Leadership Index (CPLI);

***Marca CGD***

- ***Confiança***
- ***Solidez***
- ***Liderança***
- ***Prestigio***
- ***Referência***
- ***Responsabilidade social e ambiental***

***A CGD é a marca que mais apoia:***

- ***O ensino e as universidades***
- ***Os setores estratégicos da economia***
- ***A cultura***
- ***A sustentabilidade***

***A atividade desenvolvida pela CGD em 2012 mereceu diversas distinções:***

- ***Marca Bancária de Confiança***
- ***Marca Bancária Portuguesa Mais Valiosa***
- ***Marca de Excelência***
- ***Most Sustainable Financial Group in Portugal***

## Outras Distinções

- Prémio SIL 2012 – Arrendamento

## *Sustentabilidade na Caixa Geral de Depósitos*

***Promoção do Conhecimento:***

- ***PmatE***
- ***Bolsas anuais***

***Literacia Financeira:***

- ***Programa Saldo positivo***
- ***Exposição Educação+ Financeira***

## Educação e Literacia Financeira

### *Promoção do Conhecimento*

- **PmatE Competições Nacionais de Ciência 2012**

  A CGD patrocina, desde 2006, as competições nacionais promovidas pelo Projeto Matemática Ensino (PmatE), um dos maiores eventos nacionais de educação destinado a mais de 13 mil alunos, do ensino Básico ao ensino Secundário que participam em nove competições, congregando áreas do saber como a Matemática, a Biologia, a Física, a Língua Portuguesa e a Geologia.

  Em 2012, a competição realizou-se em abril no campus de Santiago, da Universidade de Aveiro.

- **Fundação Cidade de Lisboa**

  Bolsas anuais do Colégio Universitário da Cooperação.

### *Literacia Financeira*

- **Saldo Positivo**

  Continuando a desenvolver o programa de educação financeira – Saldo Positivo – a CGD lançou em 2012 e pela primeira vez em Portugal, um programa específico dedicado às PME: com uma nova área do *site* dedicada, em exclusivo, às empresas – Saldo Positivo Empresas.

  Verificaram-se mais de 4 700 000 visualizações no *site* do Saldo Positivo (+160% do que em 2011).

- **Educação+ Financeira**

  A exposição itinerante Educação+ Financeira resultante duma parceria institucional, de vários anos, entre a Caixa Geral de Depósitos e a Universidade de Aveiro, manteve os conteúdos programáticos do ano anterior, centrados em três eixos, de acordo com o público-alvo preferencial:

  **I – Dinheiro para quê? –** Dirigido aos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico. Objetivo: proporcionar aos mais novos uma visão histórica da evolução da moeda e das trocas comerciais.

  **II – Como gastar o dinheiro? –** Destinatários: 3.º ciclo do Básico; Objetivo: responsabilizar os jovens sobre a importância do trabalho e as decisões de consumo e hábitos de poupança.

  **III – Compro ou não compro? –** Destina-se sobretudo aos alunos do Secundário e público em geral e inclui jogos abrangentes, com recurso à criação ou identificação com um avatar num PC, com o objetivo de sensibilizar para a problemática do endividamento, multi-endividamento e sobre-endividamento.

Em 2012, de norte a sul do País, mais de 26 mil pessoas visitaram a exposição Educação +Financeira. Em 2012, foi a vez de Espinho, Viana do Castelo, Trofa, Coimbra, Óbidos,

Torres Novas, Sousel, Alcochete, Évora, Albufeira, Barcelos, Castelo Branco, Vidigueira, Aveiro, Setúbal, Montemor-o-Novo, Bragança, Montalegre, Porto, Vila Verde, Valença, Pinhel, Tondela e Estarreja, receberem esta proposta lúdico-pedagógica da CGD e da UA.

## Cultura

### *Culturgest*

A integração da comunidade como fator determinante na criação de valor e na sustentabilidade do negócio é um dos pilares fundamentais da atuação socialmente responsável da CGD. Neste contexto, tem sido desenvolvido um apoio contínuo às atividades sociais e culturais, realçando-se a atividade da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest como agente crucial na promoção cultural ao serviço do público português.

Durante o ano de 2012 a Fundação continuou a ser um centro cultural de referência no panorama nacional e internacional, com iniciativas de relevo nos domínios de todas as artes, do pensamento, da ciência, dando-se a conhecer uma parte do que de mais criativo está a acontecer no mundo.

### *A CGD, o Design e a Arquitetura*

Desde 2009 que a CGD se assume como Promotora do Design e da Arquitetura, distinguindo a importância destas áreas para o desenvolvimento da economia e sociedade portuguesas.

***Promotora do Design e da Arquitetura***

Neste contexto, a CGD é, também, o patrocinador oficial da Experimenta Design.

***CGD patrocina ExperimentaDesign***

O projeto ExperimentaDesign (EXD), que contempla, de forma multidisciplinar e transversal, as áreas do *design* industrial, da arquitetura, do *design* de moda, do *design* multimédia, do "*set design*" e dos novos "*media*", entre outras, tem vindo a revelar-se um grande acontecimento, que, pela sua dimensão e oportunidade, coloca Lisboa e Portugal no mapa do mais interveniente panorama artístico europeu.

No âmbito ainda da ExperimentaDesign, a Caixa apoia a programação do Convento da Trindade (nova sede da EXD), por um período de um ano. A localização privilegiada do Convento, no Chiado, exponencia a visibilidade e a projeção da programação junto dos visitantes nacionais e estrangeiros, convertendo-o num espaço cultural emergente.

A Caixa assinou, em 2012, um protocolo com a Ordem dos Arquitetos posicionando-se como parceiro privilegiado desta classe profissional e assegurando a presença em todos os certames nacionais realizados pela Ordem dos Arquitetos, assim como em outras iniciativas ou projetos de interesse comum.

A Caixa tem vindo, ainda, a apoiar várias ações da Trienal de Arquitetura e da Ordem dos Arquitetos – secção Norte.

### *Projeto Orquestras CGD*

O Projeto Orquestras CGD resulta do estabelecimento de parcerias com as entidades que tutelam as Orquestras Metropolitana de Lisboa, do Norte, do Algarve e Clássica do Centro.

Este projeto, iniciado em 2001, consiste no apoio mecenático à atividade destas formações e à promoção de Concertos Caixa Geral de Depósitos, dedicados à música clássica tradicional e de fusão.

Em 2012, realizaram-se 57 eventos, de norte a sul do País, com uma assistência de mais de 18 mil espectadores. De salientar que 35 destas ações tiveram uma vertente

essencialmente pedagógica, promotora da criação de novos públicos e do desenvolvimento de hábitos de fruição da cultura em família (ações didático-pedagógicas, concertos para famílias e concertos *Promenade)*.

### *Outros Projetos Culturais*

No decurso de 2012, outros projetos, em diferentes áreas culturais, contaram com o apoio mecenático da CGD:

- **Música**

  Jazz ao Centro – Encontros internacionais de Jazz de Coimbra
  Festival Rota das Artes

- **Artes e letras**

  Associação Portuguesa de Escritores – Prémio Vida Literária
  Fundação Inês de Castro – Festival das Artes de Coimbra
  Fundação de Serralves
  Prémio Pessoa
  Prémios Gazeta do Clube de Jornalistas
  Fundação Júlio Pomar
  Fundação Arpad Szènes/ Vieira da Silva
  Fundação da Casa de Mateus – Prémio Literário D. Diniz
  Centro Nacional de Cultura
  Lisbon Week 2012

- **Cinema e documentário**

  Cinanima – Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho

## Desporto

A CGD aposta na promoção do desporto enquanto condição essencial para uma vida saudável, responsável e de partilha de valores fundamentais, como a dedicação, a lealdade, e o espírito de equipa.

Neste contexto, a CGD tem dado particular atenção às modalidades amadoras, e ao investimento em infraestruturas desportivas contribuindo, também por esta via, para o desenvolvimento social.

Nesta área de intervenção, salientam-se as parcerias com a Federação Portuguesa de Rugby e a Associação Académica de Coimbra.

## Voluntariado

***Voluntariado***

- ***Parceria com a Entrajuda***
- ***Educação para o Empreendorismo***
- ***Young VolunTeam***
- ***Limpeza de praias e florestas***
- ***Apoio aos sem-abrigos***

Em 2012, a Caixa continuou o seu trabalho de incentivo ao voluntariado, junto de todos os colaboradores, destacando-se ações de proteção do meio ambiente, educação financeira e apoio solidário.

Todas as ações contaram com a participação de centenas de colaboradores, familiares e amigos, confirmando que existe uma cada vez maior consciência de que cada um poderá fazer a diferença, contribuindo para uma sociedade melhor e mais justa.

### *Parceria com a Entrajuda*

Em 2012, a Caixa voltou a apoiar a Entrajuda, através de um donativo financeiro destinado a apoiar o projeto da Bolsa do Voluntariado – uma ferramenta *on-line* que pretende servir de ponto de encontro entre a procura e a oferta de trabalho voluntário. A Caixa é o

parceiro principal da Bolsa do Voluntariado, um projeto que tem vindo a evoluir desde a sua criação, nomeadamente ao nível das plataformas tecnológicas, estando atualmente disponível, para além do *site* www.bolsadovoluntariado.pt, também no Facebook (Volunteerbook), sendo a 1ª App no âmbito do 3.º setor, desenvolvida para Windows 8.

### *Educação para o Empreendedorismo*

A Caixa associou-se ao projeto "Educação para o Empreendedorismo", da Junior Achievement Portugal que tem como principal objetivo levar às escolas conceitos de literacia financeira, de cidadania e promoção do empreendedorismo, não contemplados nos programas curriculares.

A iniciativa cobriu 60 turmas de diversas escolas em todo o País, abrangendo mais de 1 200 alunos com idades entre os 6 e os 18 anos e foi levada a cabo por 60 colaboradores voluntários.

No final de cada programa, a CGD possibilitou a visita dos alunos de Lisboa ao Edifício-Sede, tendo sido recebidas 18 turmas entre março e junho de 2012.

***Feedback* de uma voluntária:**

*"Poucos desafios se assemelham ao encontro da resposta certa perante os olhares curiosos de trinta adolescentes. Mas confirmar que ainda há sede de saber coisas novas e vontade de aprimorar velhos costumes, respeitando-os, satisfaz a ansiedade natural. Encontrar o equilíbrio de desejos é, por isso, a principal experiência que retiro do programa JAP, tão felizmente impulsionado e divulgado pela CGD. Obrigada pela oportunidade!*"

Ana Rita Matos Dias (Sogrupo ACE).

### *Young VolunTeam*

Dando continuidade à sua política de liderança pela exemplaridade, a Caixa Geral de Depósitos lançou, em 2012, um desafio às escolas do Ensino Secundário – o Programa Young VolunTeam, desenvolvido em parceria com a Sair da Casca e a ENTRAJUDA e o apoio da Direção-Geral da Educação, do Ministério da Educação e Ciência. A Caixa procura, com este projeto, promover as melhores práticas na resposta aos desafios da sociedade portuguesa, na qual existe menor participação dos jovens ao nível do Voluntariado do que nos restantes países europeus, segundo um estudo de 2010 da Comissão Europeia sobre o Voluntariado na UE.

O Programa Young VolunTeam tem como objetivos sensibilizar toda a comunidade educativa para a prática do Voluntariado como expressão de Cidadania ativa e incentivar junto dos jovens o reconhecimento de competências essenciais ao seu futuro profissional em diferentes eixos: empreendedorismo, inclusão social, educação, emprego e cidadania. Os alunos participantes atuam ao longo do ano letivo como embaixadores e agentes de mudança, realizando ações de formação sobre o Voluntariado junto dos alunos de outros ciclos de ensino e implementando ações de Voluntariado na própria escola e junto da comunidade. Além dos alunos, o envolvimento dos professores responsáveis e de toda a estrutura organizacional da escola é essencial para a implementação e execução do programa. Algumas escolas contam, também, com o incentivo de um Padrinho da Caixa, que acompanha as ações da escola ao longo do ano, no âmbito da Política de Envolvimento com a Comunidade.

As escolas participantes desenvolvem diversas ações de sensibilização e de promoção do Voluntariado, bem como ações de Voluntariado que incluem campanhas de recolhas de bens e alimentos, visitas a lares de idosos ou instituições de apoio à criança ou, ainda, a criação de uma loja solidária dentro da escola. As sessões de formação no Ensino Básico

têm proporcionado aos alunos um sentimento de valorização e reforçado os laços entre as escolas participantes, originando projetos conjuntos, como é o caso de uma Rádio escolar do 3.º ciclo que promove interação com os alunos com necessidades educativas especiais.

Foram envolvidas neste projeto-piloto 25 escolas com 101 alunos. O trabalho das escolas é acompanhado, diariamente, no facebook, através de grupos que, no final do ano, ultrapassavam já os mil membros, e da página do programa educativo www.facebook.com/CGDyoungvolunteam.

### *Limpeza da praia da Sereia*

A Caixa reuniu, uma vez mais, os seus colaboradores e respetivas famílias, numa ação de voluntariado que consistiu na limpeza da praia da Sereia, na Costa da Caparica – uma iniciativa em que participaram cerca de 150 voluntários. No total, foram recolhidos, aproximadamente, 500 quilos de resíduos.

Em 2012, foi o terceiro ano consecutivo em que foram realizadas ações de voluntariado de limpeza de praia, inseridas no pilar ambiental do Programa de Sustentabilidade da Caixa.

### *Limpeza da Floresta*

Esta iniciativa, organizada e realizada pelos colaboradores da Caixa de Viana do Castelo, decorreu com grande espírito de companheirismo entre colegas, amigos e familiares.

Além da componente de lazer, estava implícita a colaboração de todos numa ação – mesmo que simbólica – que, de certa forma, contribuísse para a melhoria da comunidade, que, no caso, se tratou da limpeza do recinto de merendas.

### *Dia Verde*

Inserida na comemoração da Semana Europeia da Mobilidade de 2012, a Caixa associou-se a diversas iniciativas na promoção da mobilidade mais sustentável, nomeadamente através do desafio lançado aos seus colaboradores, para se deslocarem para o trabalho de bicicleta, e na participação nas atividades do Dia Verde, nos jardins do Museu da Eletricidade, em Belém.

A CGD esteve presente no Dia Verde com diversas iniciativas:

1. Zona "Escultura de Desperdícios: Eco-Arte" – escultura de chão, construída por crianças, e dinamização do Jogo Ciclo da Poupança;
2. Mural "O Mundo que Queremos Ter", que convidou todos os presentes a deixarem a sua mensagem;
3. Zona "Viver Melhor", com o *workshop* “Aprenda a Poupar”;
4. Zona "Voluntariado", onde colaboradores da CGD foram voluntários nas diversas iniciativas em curso.

### *Apoio aos Sem-Abrigo – Preparação e distribuição de refeições*

Esta ação, realizada com a Comunidade Vida e Paz, concretizou-se em dois momentos distintos ao longo de uma semana: a preparação das refeições e a sua distribuição.

*Aos meus olhos, esta ação traduziu a possibilidade de abrir a mente àqueles que insistem não ver a realidade. Sabem que existe, louvam quem participa, contudo, são poucos os que saem da sua zona de conforto para conhecer o flagelo da pobreza.*

Joana Sousa e Sara Silveira (Direção de Auditoria Interna).

### *Iniciativa de Natal – Caixa de Trocas*

Com o tema "Nada se Desperdiça, Tudo se Transforma", em dezembro, aconteceu, no Edifício-Sede da CGD, a iniciativa "Caixa de Trocas".

Tratou-se de uma ação de Natal, direcionada aos colaboradores da Caixa e respetivas famílias com o objetivo de fortalecer o *compromisso emocional* dos colaboradores com a Instituição. A iniciativa integrou várias atividades:

- Exposição "O Mundo Que Queremos Ter" – com uma eco-escultura e mural (com mensagens inscritas pelos participantes);
- "Caixa de Trocas" – mercadinho para trocar Livros, CD/DVD, Jogos e Brinquedos, em boas condições;
- Caixa de Doações – os objetos não trocados e/ ou trazidos foram recolhidos para serem entregues a instituições de apoio a crianças, jovens e famílias em risco;
- 3 *Ateliers* Infantis de Natal – crianças até aos 12 anos, orientadas por monitores, transformaram materiais recicláveis em novas decorações/ presentes de Natal;
- Jogo "Ciclo da Poupança" para crianças com oferta de bilhetes para a Kidzania;
- Espaço *Lounge* – com atuação do Grupo Coral dos Serviços Sociais e de Rita Dias, iniciado na sequência da ação interna CGD "Mostre o seu talento musical" e, ainda, com a presença da escritora Alice Vieira e Rosário Alçada para a leitura de um conto;
- Feira do Livro dos Serviços Sociais com descontos para colaboradores;

## *Comunicação Interna*

### Concurso Caixa de Ideias

O Concurso Caixa de Ideias é um concurso interno, destinado a todos os colaboradores e que visa estimular a apresentação de ideias originais e inovadoras, aplicáveis em áreas estratégicas de atuação da CGD. Em 2012, o concurso teve um único tema: "Preparar a sustentabilidade e competitividade da CGD, a nível organizativo e de modelo de negócio, focalizando na atividade bancária, fortalecendo-a e adequando-a à nova realidade bancária".

As ideias que passaram à final do concurso foram seis, tendo a ideia "Da Sinergia à Liderança", de uma equipa da Direção Comercial de Lisboa, sido a grande vencedora. A ideia visa uma atuação comercial orientada para a criação de sinergias entre os segmentos PME e particulares *Affluent*, melhorando a eficiência na captação de recursos de balanço nestes segmentos.

### Intranet

A Intranet é o portal interno da CGD que serve de base à divulgação de toda a informação institucional e comercial.

Consultada por todos os colaboradores da CGD, este é o meio primordial de obtenção de informação de suporte à atividade, tendo-se verificado, em 2012, 79 milhões de páginas vistas.

### Micro-site Nós Caixa

Com um volume de 500 páginas, o micro-site Nós Caixa pretende agrupar informação de interesse para os colaboradores da CGD, como a dinamização de ações de voluntariado, o concurso Caixa de Ideias e, entre outros, passatempos e classificados, O acesso ao micro-site é feito através da Intranet e apresentou, em 2012, cerca de um milhão de

páginas vistas.

## 136.º Aniversário da Caixa

### *Passatempo em equipa – A União Faz a Força*

"A União Faz a Força" foi o mote para a comemoração do 136.º aniversário da CGD, que incluiu um passatempo onde era solicitado a todos os colaboradores que, em equipa, enviassem uma fotografia com uma frase que refletisse os valores, motivação e espírito que os tornam motivo de orgulho na grande Família Caixa.

A agência das Amoreiras foi a grande vencedora, com uma escultura com o símbolo da CGD, onde foi colocada uma fotografia de cada colaborador, com uma frase alusiva à forma como todos consideram a Marca Caixa. «*Partilhamos a força que nos une… com determinação e paixão!*» O prémio, claro, também foi partilhado: bilhetes para assistirem a um jogo de futebol.

Segundo Jaquelina Vieira, gerente da Agência das Amoreiras, "*Por acreditarmos que é nos pormenores que podemos fazer a diferença na Caixa, 'vestimos' a camisola em todos os momentos, até no jogo.*".

### *A Força vem de Dentro! – Passatempo Individual*

"A força vem de dentro!" serviu de tema para um verdadeiro jogo de palavras virtual. Durante uma semana, foi lançada, diariamente, na Intranet, uma palavra ilustrativa dos valores da Caixa. Com cada uma, os colaboradores foram convidados a escrever uma frase criativa, que representasse o que é a força desta Instituição, sendo premiada diariamente a melhor frase.

## Edição do livro infantil *Uma Árvore Diferente*

A Caixa apoiou a edição de uma história escrita por filhos de colaboradores da Região de Beja. Tratou-se de uma iniciativa promovida pela Delegação dos Serviços Sociais de Beja, com o objetivo de estimular a imaginação e a criatividade dos pequenos beneficiários dos Serviços Sociais da CGD.

O desafio foi lançado com um pequeno texto e um desenho e a história foi crescendo com o contributo dos textos e/ ou desenhos de cada criança. O livro (na fase de construção) passou por 30 lares de colaboradores das Agências e Região de Beja, com filhos pequenos (dos 3 aos 12 anos).

De forma a fechar o ciclo desta iniciativa, teve lugar, no Teatro Municipal *Pax Julia*, em Beja, a Festa de Reis dos colaboradores da Região, onde foi apresentada e distribuída a versão final do livro, além de um espetáculo que deu vida à história feita pelas crianças.

## Newsletter Caixa Notícias

A Caixa Notícias é a *newsletter* interna da Caixa. De periodicidade mensal, pretende difundir, num único suporte, informação sobre todas as áreas de interesse da CGD e do Grupo – nomeadamente informação sobre os destaques de negócio, sustentabilidade, recursos humanos, cultura, informação sobre a marca, eventos e outras curiosidades do Mundo Caixa.

Esta *newsletter* é enviada a todos os colaboradores da CGD e de algumas empresas do Grupo e contempla cerca de 50 a 70 artigos por edição.

## Nós Caixa

Esta publicação foi distribuída, em 2012, a:

- Colaboradores – em versão digital, na intranet e no portal Caixapessoal;
- Aposentados da CGD, via CTT;
- Empresas do Grupo CGD;
- Órgãos de comunicação social;
- Parceiros;
- Entidades oficiais;
- Outras entidades consideradas pertinentes.

## Implementação do Novo Acordo Ortográfico

Como entidade sujeita ao poder de direção, superintendência e tutela do Governo, a Caixa segue o regime jurídico do setor empresarial do Estado e das Empresas públicas, pelo que está obrigada a aplicar, desde janeiro de 2012, a grafia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Desde então, encontra-se em curso um abrangente programa de implementação do novo acordo ortográfico, no âmbito da comunicação externa e interna, tendo já sido efetuada uma campanha interna de sensibilização e formação dos colaboradores, que incluiu um tutorial formativo disponibilizado *on-line*.

## Distinções

### *Grande Prémio APCE 2012*

- **Vencedor**

Na categoria "Boletim e *Newsletter*": encarte *Nós Caixa*

***CGD vence grande prémio APCE 2012 com o encarte "Nós Caixa"***

## *Comunicação Digital*

Em 2012, a comunicação digital da CGD teve como foco manter os vetores para a Inovação, a Criatividade, o Compromisso e a Liderança iniciados no ano anterior.

Destacaram-se, em 2012, o desenvolvimento da comunicação em novos canais, como o *mobile* e os *tablets*, através do lançamento da *App* Caixadirecta para Windows 8, tendo-se assistido também a novos desenvolvimentos a nível do digital *signage* e das redes sociais.

## Digital *Signage*

Com uma plataforma tecnológica perfeitamente consolidada e que passa pelo funcionamento de terminais para televisão corporativa, instalados em 308 das suas agências, o sistema *inline* da Caixa é um canal de comunicação institucional e comercial de alta relevância na estratégia de contacto com os seus clientes e potenciais clientes.

A grelha editorial da sua programação privilegia os conteúdos com particular interesse para a comunidade – sobretudo com reportagens sobre iniciativas e ações CGD que se destaquem pelo seu alcance regional e local.

## Redes Sociais

### *Aposta nos perfis da CGD*

Com perfis ativos onde a captação de fãs tem vindo a crescer, como é o caso dos perfis

Caixa Woman, Vantagens Caixa e Saldo Positivo**,** dedicado às temáticas da literacia financeira, a CGD lançou, no final de 2012, o seu perfil dedicado aos jovens estudantes universitários – Caixa IU.

Um mês após o seu lançamento, este perfil já tinha conquistado 16 mil fãs.

*Comunicação em ações promocionais de produtos e serviços oferecidos ao mercado*

## Caixazul

Caixazul é a marca da Caixa que identifica o serviço personalizado prestado aos seus clientes preferenciais. Tem subjacente o relacionamento próximo dos clientes com o banco e foi na proximidade entre gestor e cliente que assentou a campanha publicitária realizada em setembro.

Numa narrativa de *storytelling*, em que o gestor fala da vida e das preferências do seu cliente demonstrando o conhecimento que tem dos seus clientes e de que forma seleciona os produtos adequados às suas necessidades.

Com esta campanha apresentou-se um importante lado da Caixa, um banco que tem um serviço de diferenciação e de personalização que as pessoas querem ter: "Há um banco que o conhece como ninguém. A Caixa. Com Certeza."

As personagens da campanha foram pensadas de acordo com as características do segmento: classe alta e média alta, ensino superior, profissionais liberais, quadros técnicos e gestores, com idades entre os 30 e os 60 anos.

## Residentes no Estrangeiro (RE)

Num enquadramento em que a captação da poupança dos residentes no estrangeiro assume particular importância, realizaram-se diversas ações de comunicação durante o ano de 2012 com destaque para as campanhas de comunicação da Páscoa, do Verão e do Natal.

A campanha da Páscoa teve por base a divulgação das soluções de poupança da Caixa para este *target*, com especial enfoque nos depósitos a prazo "Depósitos Mais RE", que ofereceu aos subscritores a possibilidade de ganhar uma viagem com estadia para 2 pessoas à Ucrânia para apoiar Portugal no Campeonato Europeu de Futebol.

Na Campanha de Verão Residentes no Estrangeiro (RE) destacou-se a oferta associada aos Jogos Olímpicos, nomeadamente a "Oferta Triatlo" e o "Depósito Maratona", a fim de reforçar a ligação emocional a Portugal e à Caixa como o Banco que valoriza os portugueses que vivem lá fora.

Além destes produtos, foram, ainda, dinamizados os "Depósitos Mais RE" em moeda estrangeira e a divulgação do serviço Caixadirecta RE

Além da tradicional campanha de comunicação difundida em diversos suportes, nomeadamente Imprensa nacional e internacional, digital e exterior (Rede de Mupis, nos Aeroportos de Lisboa, Porto, Madeira e Açores; Rede de Mupis em Centros Comerciais; Rede de Mupis regional; e duas empenas de grande formato junto à fonteira de Vilar Formoso), a Caixa preparou um conjunto de iniciativas de receção e acompanhamento aos seus clientes a residir no estrangeiro.

A campanha foi, ainda, marcada pela presença televisiva com três *spots* informativos intitulados "Facilitadores de Poupança", divulgando a oferta considerada prioritária para o segmento RE.

Além das estruturas no exterior, foram identificadas 54 Agências da rede nacional com maior volume de negócio ou maior afluência de clientes provenientes do estrangeiro, onde foram disponibilizados Postos de Atendimento Especializado.

Ainda no âmbito da campanha de Verão, e com o mesmo objetivo de reforçar a identificação e a proximidade dos clientes com a Caixa, foram organizadas três eventos em zonas indicadas pela rede comercial, de maior concentração de população emigrante – em Aguiar da Beira, Ansião e Chaves. Cada uma das festas reuniu cerca de 250 clientes e incluíram jantar em ambiente descontraído, com animação e música ao vivo.

A campanha de Natal, lançada nos meios internacionais e nacionais, teve como objetivo a dinamização comercial das soluções de poupança para os RE, com especial destaque para o serviço Caixa Família (como forma de captação das segunda e terceira gerações), soluções de poupança jovem e "Depósitos Mais RE" em *offshores*.

## Empresas

### *Exportações*

Renovando o posicionamento da Caixa como o banco de apoio à economia, foi lançada uma campanha de apoio às empresas exportadoras com uma nova assinatura "Há um banco que mexe e que faz mexer o País".

Com uma forte presença em televisão, imprensa, rádio, digital e ponto de venda, esta campanha pretendeu demonstrar que a Caixa:

- Presta serviços de maior profundidade, apoiando, por exemplo, com o seu serviço de aconselhamento, a expansão da atividade e mitigação de riscos pelo conhecimento do cliente no local de destino, etc.;
- É um banco moderno e inovador que apoia as empresas que apostam em setores de ponta;
- Dispõe de um conjunto alargado de produtos e serviços e de uma rede internacional presente em 24 países, pronta a auxiliar as empresas nacionais na sua estratégia de internacionalização;

### *Caixa Empreender*

Com esta campanha, a Caixa pretendeu posicionar-se como o banco de apoio ao Empreendedorismo.

Através do universo da Fórmula 1 e do *headline* "Acelere o seu negócio", foi apresentada a nova oferta Caixa Empreender, composta pelo cartão Caixaworks Empreender, produtos de poupança com condições especiais para os clientes detentores daquele cartão e por uma linha de crédito pessoal para capitalização das empresas.

A campanha esteve presente em imprensa, rádio, digital e ponto de venda (*Corporate* TV, ATS, folhetos e cartazes). Marcou-se, também, presença no Aeroporto de Lisboa, com um painel luminoso na zona das chegadas.

### *netcaixa*

"*netcaixa* e *netcaixa on-line*: duas soluções a pensar no seu negócio" foi o *headline* escolhido para esta campanha, que evidencia agora o novo TPA virtual.

Com o objetivo de fomentar novas adesões ao TPA físico e virtual, foram destacadas condições promocionais na contratação autónoma dos dois serviços.

### *Liderança nas micro e pequenas empresas (MPE)*

A Caixa obteve o primeiro lugar no *ranking* da linha PME Crescimento 2012, em específico na linha de crédito destinada às micro e pequenas empresas. A campanha de comunicação deu a conhecer a liderança da Caixa neste segmento, apresentando o montante de financiamento já concedido a estas empresas. Os meios utilizados foram a imprensa, a rádio e o digital.

### *Apoio às Empresas*

Esta campanha pretende posicionar a Caixa como o motor do financiamento da economia, revelando o montante total de crédito concedido às empresas e os valores ainda disponíveis para financiamento. Em termos de criatividade, houve uma forte inspiração na campanha de apoio às exportações.

A campanha contou com a presença em televisão, imprensa, rádio, digital e ponto de venda (*Corporate* TV, folhetos e cartazes).

## Caixa Woman

Foram várias as ações promocionais realizadas durante o ano de 2012 que visaram ir ao encontro das expectativas deste segmento. No âmbito da comemoração do Dia da Mulher, a Caixa associou-se ao jogo “Mulheres com Garra”, no Sporting Clube de Portugal, e ao jogo “Mulheres com Chama”, no Futebol Clube do Porto.

A divulgação de algumas das iniciativas que decorreram em 2012 assentou, fortemente, nos meios de comunicação específicos (*newsletter* mensal, presença no facebook e *micro-site* próprio).

Tendo por objetivo estimular a poupança, foram premiadas as clientes que mais pouparam (via programa de arredondamento), utilizando os cartões Caixa Woman.

A marca fortaleceu a sua presença nas redes sociais, tendo o seu perfil no facebook ultrapassado as oito mil fãs.

## Cartão My Baby

Após o lançamento, em 2011, do cartão pré-pago My Baby, de forma a reforçar o envolvimento e o conhecimento pelo público desta oferta única da CGD, foram patrocinados dois eventos dedicados às famílias: Conferência “A Nossa Gravidez, o Nosso Bebé” e a ação “Barrigas de Amor”.

## Caixa Activa

Dando continuidade ao racional da comunicação Caixa Activa, procedeu-se à renovação da imagem e do *headline* dos materiais.

O fim da edição impressa da revista *Caixa Activa* não impediu a comunicação contínua com estes clientes, através da *Newsletter* mensal, que foca temas de interesse para este público, apresentando produtos e parcerias adequados.

## Caixa Mais

Tendo por objetivo reforçar o relacionamento da Caixa com os clientes de *Mass Market*, durante o ano de 2012, procedeu-se ao quinto e ao sexto *Roll Out*, que permitiu contactar cerca de 75 500 clientes.

## Crédito Imobiliário

No âmbito de um conjunto de iniciativas de divulgação e promoção da carteira de imóveis do Grupo destinados à venda e que se encontram sob a sua gestão, foi lançada uma campanha de comunicação sob o mote "Compre casa na Caixa. E os custos ficam por nossa conta."

Foi, igualmente, mantido o posicionamento-base que vem acompanhando a comunicação da Caixa Imobiliário desde a sua origem – "Bons Preços – Bons Negócios".

## Jovens e Universitários

A aposta na comunicação com o segmento sub-18 passou pela realização de diversas iniciativas e campanhas, nomeadamente a campanha "Multiplica os teus Cifrões", lançada em outubro e que contou com a participação do ator Vítor Fonseca, Cifrão, e ações na Agência da Caixa na KidZania, por altura do Dia Mundial da Poupança.

Com esta campanha, a Caixa divulgou as vantagens práticas e os benefícios da oferta comercial da Caixa, facilitando aos pais/ autorizados e aos jovens com envolvimento bancário a subscrição de produtos que, além de inovadores, permitem a gestão eficiente de mesadas/ semanadas, promovendo, por outro lado, hábitos de poupança a médio e longo prazos. Foram associados à ação prémios aos clientes que efetuassem as maiores subscrições.

Para a comunicação com o segmento Universitário, realizaram-se várias ações com o objetivo de divulgar, posicionar e gerar *goodwill* para a marca Caixa IU, nomeadamente a presença em eventos académicos (queimas das fitas e receções aos caloiros), festivais de verão e Liga Pro Surf.

Foram, também, desenvolvidas outras ações/ campanhas de captação e fidelização: "Nova Época Universitária" (com presença de *stands* em Universidades protocoladas), "Depósito Caixa IU Festivais de Verão" (depósito a prazo para universitários que premiava com passes para os festivais de verão), "Caixa Poupança Superior" (conta de poupança de abertura exclusiva por estudantes universitários) e "Cartão Caixa ISIC" (cartão de crédito que serve de identificação internacional de estudante e concede descontos em vários países).

## Meios de Pagamento

Ao longo de 2012, esteve sempre presente a comunicação de projetos de inovação nos meios de pagamento.

Como forma de estimular a utilização dos cartões no dia-a-dia, foi lançada uma campanha de divulgação dos Fracionamentos Automáticos, sem juros, no ponto de venda, baseada no *headline* "Pague as suas compras de forma fracionada e sem juros".

A dinamização do Portal Vantagens Caixa, enquanto agregador dos benefícios e vantagens associados aos cartões, foi um processo *on-going* ao longo de todo o ano, que culminou, no final do ano, com uma campanha de angariação de registos para o Portal e de fãs para o Facebook.

De destaque também a parceria com os Transportes Urbanos de Braga (TUB), com um projeto único em Portugal que permite aos clientes titulares do cartão de crédito Caixa Classic / TUB adquirirem títulos de transporte ocasionais de bordo com a simples aproximação do cartão ao leitor de cartões do autocarro.

Neste âmbito, também a divulgação das Soluções Made By mereceu destaque, permitindo reforçar o posicionamento da Caixa em atributos como o pioneirismo, a inovação, a

customização de produtos/ serviços e a orientação para o cliente.

Durante o período de Verão, à semelhança dos anos anteriores, foram desenvolvidas campanhas de dinamização dos cartões de crédito (Caixa Gold e Soma).

Com o objetivo de aumentar a notoriedade da marca, por via da associação a eventos desportivos de grande prestígio, foram desenvolvidas campanhas de comunicação associadas à Champions League e aos Jogos Olímpicos de 2012, que se traduziram no sorteio de bilhetes e viagens.

Ainda no universo desportivo, manteve-se a dinamização do cartão de crédito Benfica, no âmbito do concurso "Lugar de Ouro", tendo-se realizado diversas iniciativas promocionais em diversos jogos do Sport Lisboa e Benfica.

No período de dezembro, época que costuma refletir uma maior utilização de cartões de crédito, optou-se por comunicar o Programa de Arredondamento e a funcionalidade dos pagamentos fracionados – numa ótica de apelo à poupança e de apoio à gestão orçamental.

## Poupança

O início de 2012 foi marcado por uma campanha publicitária que veio apurar o impacto do Plano Automático de Poupança na vida dos portugueses. Pretendeu-se demonstrar, financeiramente, que as medidas do PAP estão a ter resultados práticos na vida quotidiana, permitindo poupar sem que se tenha a necessidade de parar de viver: "Com o PAP, a vida automaticamente continua."

A partir deste conceito, foram contadas as histórias de duas famílias, num apelo ao consumidor para ir ao cgd.pt e simular na calculadora da poupança quanto é que, no seu caso, poderia poupar com as medidas do PAP.

Em junho, foi lançada a 10.ª medida do PAP, destinada às famílias portuguesas – o Caixa Família. Este serviço inovador e único no mercado permite unir as poupanças dos familiares para que todos consigam melhorar a taxa de juro das suas contas, demonstrando-se que "Quem poupa em família, poupa automaticamente mais.".

## Edição de Publicações

A edição de publicações, em 2012, foi desenvolvida no âmbito da estratégia de *customer publishing* definida para o triénio de 2010-2012, através da publicação de revistas dirigidas a diversos segmentos de Clientes – *Cx* + encarte *Caixa Azul*, *Caixa Activa*, *Caixa Woman*, *Caixa no Mundo*, *Caixa Empresas*, assim como uma publicação específica para os colaboradores da Caixa – encarte *Nós Caixa* (distribuído com a revista *Cx*).

Visando reduzir custos, a partir do 2.º semestre de 2012, a tiragem da revista *Cx* foi reduzida, tendo a *Caixa Activa*, a *Caixa Woman* (neste caso, no final do 1.º trimestre) e a *Caixa no Mundo* foram descontinuadas. A *Nós Caixa* em formato papel que foi aumentado de oito para 16 páginas passou a ser distribuída aos reformados via postal e aos colaboradores no ativo em suporte digital, na intranet e no portal Caixapessoal.

No âmbito da comunicação económico-financeira, procedeu-se à publicação do Relatório & Contas de 2011, nas versões em português e em inglês.

Saliente-se ainda neste domínio a publicação de um conjunto de estudos elaborados com a assessoria técnica dos consultores Augusto Mateus & Associados.

As publicações trimestrais, abrangendo informação quantitativa e qualitativa com relevância para a atividade da CGD incidiram sobre mercados ou setores económicos específicos. Deste conjunto destacam-se os seguintes: *A Competitividade da Economia*

*Portuguesa; A Atualidade do Setor Imobiliário Residencial, Ajustamentos e Desafios; Cidades e Desenvolvimento; Norte de África: Uma Nova Frente de Desafios e Oportunidades.*

Como publicações anuais orientadas para a economia real destacam-se ainda: *Relatório de Desenvolvimento da Economia Portuguesa e Exportação, Valor e Crescimento*.

### *Cx*

Revista de marca, com periodicidade trimestral, atualmente distribuída por correio a clientes Caixazul e Caixa Woman e disponibilizada nas Agências da CGD.

### *Caixa Empresas*

Dirigida ao segmento de Empresas da CGD, com periodicidade trimestral e encartada no jornal Diário Económico, parte da sua tiragem é distribuída através da Rede de Gabinetes Caixa Empresas e das Agências da CGD.

A revista Caixa Empresas é um suporte de visibilidade e reconhecimento regular junto das empresas e dos empresários nacionais que, assim, têm oportunidade de acompanhar as ações e todo o pacote de oferta especializada da Caixa Geral de Depósitos.

### *Divulgação de Informação Económico-Financeira: Relatório & Contas 2011 (em português e inglês)*

Publicação institucional de referência da Caixa Geral de Depósitos, o *Relatório & Contas* de 2011, foi considerado uma publicação Carbono Zero, pelo terceiro ano consecutivo, ostentando, por isso, na contracapa, nas versões em português e em inglês, o selo Carbono Zero e a indicação de que ”As emissões de gases com efeito de estufa geradas pela sua produção são compensadas”.

Alinhada com as preocupações ambientais, a publicação sofreu uma redução acentuada na tiragem em papel, tendo sido feita uma impressão digital – de menores custos do que a tradicional *offset* – de apenas 50 exemplares de cada versão, para atender, sobretudo, às exigências legais das entidades reguladoras e de supervisão dos países estrangeiros onde a Caixa se encontra representada. A principal tiragem do Relatório foi efetuada em CD bilingue, onde constava como Anexo o *Relatório de Sustentabilidade* de 2011, também bilingue.

Tendo em conta a otimização de custos já acima referida, as publicações a seguir indicadas apenas foram publicadas no 1.º semestre:

### *Caixa Activa*

Este segmento passou a contar, agora, com informação publicada no *site* da CGD, assim como o envio de *newsletters*.

### *Caixa no Mundo*

A informação para o segmento de residentes no estrangeiro passou a ser disponibilizada no *site* www.cgd.pt.

### *Caixa Woman*

O último número desta revista – distribuída na Rede Comercial da CGD e em eventos diversos – foi editado no 1.º trimestre de 2012, contando, agora, o segmento feminino com informação publicada no *site* da CGD, assim como o envio de *newsletters*.

## Prémios e Distinções

### *Prémios Eficácia*

A Caixa foi distinguida nos Prémios Eficácia com o Prémio Prata, na categoria de Serviços Financeiros e Seguros, pelo ótimo desempenho da Campanha de Verão para Residentes no Estrangeiro no ano de 2011.

Os Prémios Eficácia são uma iniciativa da Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN), em conjunto com o Grupo Consultores, e distinguem e premeiam a excelência e a eficácia da comunicação realizadas pelas marcas.

### *Prémios Sapo*

Estes prémios distinguem a comunicação realizada pelas marcas no meio digital.

A Caixa foi distinguida em dois prémios com a campanha PAP – Plano Automático de Poupança:

- Prémio Ouro para o melhor plano de meios digital
- Prémio Prata com a calculadora da poupança

### *Distinções das Publicações*

- Grande Prémio APCE 2012 - Diplomas de Mérito

  Na categoria "Capa": capa da revista ***Cx*** n.º 4
  Na categoria "Publicação externa": revista ***Cx***

## 1.4.7. CAPITAL HUMANO

***A motivação, qualidade das condições de trabalho e desenvolvimento do talento numa ótica continuada e a prazo são sempre fatores incorporados nas mais importantes decisões de estratégia do Grupo***

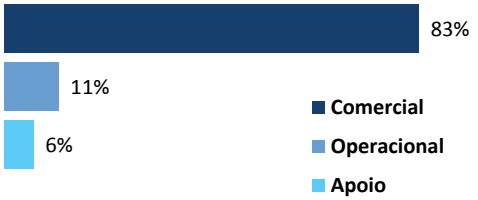
A política de Recursos Humanos (RH) insere-se numa cultura e modelo de gestão corporativa, com um enquadramento organizativo ágil, eficiente e de dimensão adequada.

O apoio às áreas do negócio, a gestão do talento através do reconhecimento do mérito e do desenvolvimento das capacidades e competências e o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal, continuaram a ser os eixos estratégicos da Gestão de RH.

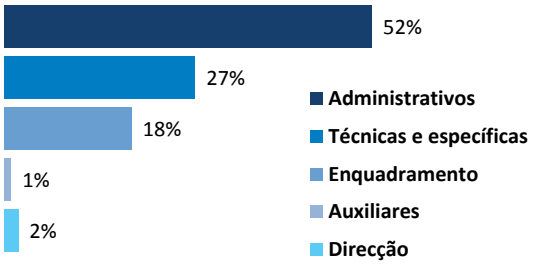
Nesse sentido, o efetivo da Caixa tem vindo a ser ajustado e distribuído de acordo com as necessidades efetivas de cada unidade, alteradas, de alguma forma, com a mudança de paradigma de negócio.

Em 31 de Dezembro de 2012, faziam parte do quadro global da Caixa Geral de Depósitos 10 392 empregados, (dos quais 9 378 empregados afetos à atividade bancária doméstica) menos 172 do que na mesma data do ano anterior.

## DISTRIBUIÇÃO POR ÁREAS

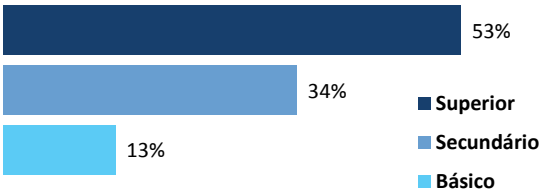



## DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL




A renovação/rejuvenescimento do efetivo tem vindo a ser concretizado, maioritariamente, através da substituição das saídas por Aposentação e por Acordos de Suspensão da Prestação de Trabalho por novos empregados, possibilitando, por um lado, que o aumento da idade média fosse apenas de 0,21 anos, de 41,94 para 42,15 anos de idade e, por outro, que se prosseguisse a tendência de aumento de colaboradores com habilitações ao nível do Ensino Superior o qual se aproximou dos 53%.

## DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA




## NÚMERO DE EMPREGADOS CGD

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| **Global da CGD (1)** | **10 564** | **10 392** | **-172** | **-1,63%** |
| **Serviço Efetivo (1)** | **9 509** | **9 378** | **-131** | **-1,38%** |
| Entradas | 566 | 552 | -14 | -2,47% |
| Saídas | 729 | 683 | -46 | -6,31% |
| **Principais indicadores** | | | | |
| Idade média | 41,94 | 42,15 | 0,21 | 0,49% |
| Antiguidade média | 17,14 | 17,33 | 0,19 | 1,10% |
| Taxa de Habilitações superiores ao Ensino Secundário | 50,15 | 52,78 | 2,63 | 5,25% |
| Taxa de Feminização | 55,96 | 56,30 | 0,34 | 0,62% |
| Taxa de Absentismo | 5,02 | 4,65 | -0,37 | -7,29% |

(1) Empregados com vínculo à CGD.

## *Recrutamento e Gestão de Competências*

O desenvolvimento de carreira dos empregados da Caixa tem sido agilizado através de Processos de Mobilidade Interna, nos quais são selecionados os empregados com perfil ajustado ao desempenho de funções de relevo para o Grupo, para as quais se candidatem. Em 2012, realizaram-se 25 Processos de Recrutamento/Mobilidade Interna, com um total de 1 241 candidaturas.

No âmbito do Recrutamento Externo, a Caixa tem procurado estreitar a proximidade com as Universidades, designadamente as de referência no panorama nacional. Tal proximidade operacionaliza-se através da presença em Feiras de Emprego e do Programa de Estágios da Caixa, no âmbito do qual é proporcionado aos finalistas de licenciatura ou mestrado e aos recém-licenciados, essencialmente das áreas financeiras, um contacto com a realidade bancária. Este processo permite à Caixa, a criação de uma bolsa de candidatos de excelência para recrutamento futuro.

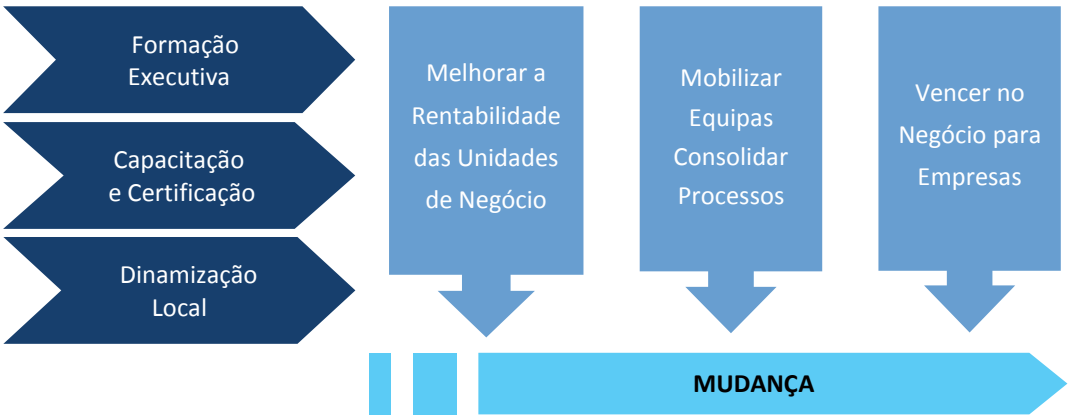
No decurso do ano de 2012, no domínio do Recrutamento Externo, a Caixa proporcionou oportunidades de Estágio em áreas comerciais a 346 jovens. Destes 177 corresponderam a Estágios Curriculares, concedidos no âmbito da responsabilidade social da Caixa, e sempre a pedido das respetivas escolas. Anualmente, no âmbito do Projeto "Academias de Verão", a Caixa proporciona 60 estágios a estudantes de cursos de interesse para a Banca e de escolas de referência nacional, possibilitando-lhes um primeiro contacto com o negócio bancário.

A Caixa esteve ainda presente em 12 feiras de Emprego promovidas pelos Gabinetes de Saídas Profissionais e pelas Associações de Estudantes de diversas Universidades.

No âmbito do Recrutamento Externo, foram realizados 489 novos contratos, 175 a termo certo de um ano, 146 a termo incerto e 168 a termo certo inferior a um ano, associados a projetos de curta duração.

## *Formação*

O Plano de Formação da Caixa em 2012 seguiu as orientações estratégicas do Grupo para o triénio 2011/2013 potenciando e sustentando um processo de mudança, verificado a todos os níveis da estrutura.




Deu-se particular ênfase à formação executiva, à capacitação e respetiva certificação, à dotação de competências chave na área das empresas e a várias iniciativas de alinhamento da estrutura e mobilização das equipas.

Verificou-se um crescimento de 29% do número de horas de formação entre 2011 e 2012, destacando-se os seguintes programas:

- Liderar a Mudança, vocacionado para os quadros com funções diretivas

- Competências Chave em 2012, essencialmente direcionado para o Negócio Empresas
- Desenvolver Equipas Integradas destinado a consolidar, nas equipas comerciais, o conhecimento iniciado noutros Programas.
- Capacitar e Certificar, vocacionado para a preparação para novas funções, desenvolvimento funcional e harmonização de conhecimentos, tendo sido iniciados 2 processos de certificação.

Em síntese, as 383 713 horas de formação ocorridas em 2012, que abrangeram 94 787 participações, permitiram um maior envolvimento em formação de praticamente todos os agrupamentos funcionais, refletindo-se numa média de 41 horas de formação por empregado.

***Formação:***

- ***Total de 383 713 horas***
- ***Média de 41 horas por empregado***

***Programas de Formação para a Mudança:***

- ***Liderar a Mudança***
- ***Competências Chave***
- ***Desenvolver Equipas Integradas***

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO

| Agrupamentos Funcionais | Dez/12 |
|---|---|
| Direção | 8 505 |
| Enquadramento | 63 373 |
| Técnicas e Específicas | 116 108 |
| Administrativas | 193 633 |
| Outras | 2 094 |
| **Total** | **383 713** |

## *Saúde e Bem-estar dos Colaboradores*

A Caixa dispõe de uma equipa multidisciplinar (médicos, enfermeiras, psicólogas e administrativas) que tem como objetivo criar e manter condições de trabalho que assegurem a saúde dos empregados.

A política de saúde ocupacional da Caixa baseia-se num modelo de organização em que a prevenção é assumida por todos (empregador e empregados), incluindo mecanismos ativos que permitem conhecer e fazer cumprir a legislação em vigor no que respeita a prevenção de riscos profissionais.

No ano de 2012, em cumprimento da obrigatoriedade legal, foram efetuados um total de 8 578 exames médicos:

***Foram realizadas consultas periódicas de:***

- ***Nutrição***
- ***Desabituação Tabágica***
- ***Gineco-mamária***
- ***Lactação***

| | |
|---|---|
| Exames Periódicos | 7 565 |
| Exames de Admissão | 216 |
| Exames Ocasionais | 270 |
| Entrevistas | 527 |

Os quais foram acompanhados de exames auxiliares de diagnóstico que incluem exames laboratoriais, eletrocardiograma, rastreios de visão e audição e, pontualmente, Rx tórax e função respiratória, bem como prova de esforço e colonoscopia.

Extra obrigatoriedade legal, a Caixa em Outubro/1999 através da Medicina do Trabalho (MT) enviou, a 10 mil empregados, um questionário sobre “Saúde no Trabalho” ao qual responderam, sob anonimato, cerca de 50% dos empregados envolvidos. Os resultados deste questionário permitiram obter informação sobre hábitos alimentares, tabágicos, alcoólicos, de exercício físico, somatização relacionada com sobrecarga de trabalho, bem como informação sobre patologias músculo-esqueléticas e do foro psicológico ligadas à

função, posto de trabalho, sexo e idade dos empregados.

As conclusões retiradas deste questionário estiveram na base de várias iniciativas / projetos que se mantêm em curso no âmbito da MT. Destacamos:

- Consulta semanal de Nutrição. Em 2012 foram efetuadas 446 consultas a um total de 193 empregados.
- Consulta semanal de Desabituação Tabágica. Em 2012 realizaram-se 42 consultas que abrangeram 20 empregados.
- Consulta Gineco-mamária, semanal, para rastreio do cancro ginecológico e mamário. Em 2012 fizeram-se 174 consultas a 135 empregadas.
- Consulta de Apoio ao empregado Viajante em serviço, ao qual é entregue uma bolsa com medicação SOS e um pequeno manual de utilização e aconselhamento. Foram efetuadas 150 consultas a 64 empregados durante o ano de 2012.
- Espaço "Cantinho da Amamentação", inaugurado em Outubro/2010, para utilização por parte de empregadas já a trabalhar, mas ainda em período de aleitamento. Este espaço destina-se a prolongar o tempo de aleitamento materno, cujo benefício é indiscutível. Neste âmbito foi também criada a Consulta da Lactação. Em 2012 realizaram-se 6 consultas a 6 empregadas.

Anualmente, no mês de Maio sob o lema "Maio Mês do Coração", a MT tem feito intervenções de prevenção das doenças cardiovasculares, as quais abrangeram 75 empregados.

Foram distribuídos folhetos informativos, alertando para atitudes corretas a tomar face aos vários fatores de risco cardiovascular (tensão arterial, alimentação, tabagismo e importância do exercício físico).

A Caixa disponibiliza ainda uma equipa de Psicologia, que diagnostica precocemente situações potencialmente geradoras de insatisfação e de comportamentos disfuncionais que impactem negativamente o clima social da empresa.

As principais linhas de ação da equipa em 2012 foram a caracterização e o acompanhamento de todas as situações de absentismo prolongado (superior a 60 dias de ausência), para além da intervenção psicossocial em situações de crise (assaltos).

## *Evolução do número de colaboradores do Grupo CGD*

***Redução de 177 empregados no Grupo em 2012***

No final de 2012 o Grupo CGD contava com 23 028 colaboradores, o que representou uma redução de 177 empregados, dos quais 108 na atividade bancária da CGD em Portugal. De salientar a continuidade da expansão registada em território Africano, nomeadamente o aumento de 203 e 30 empregados no Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique) e no Banco Totta Angola, respetivamente.

### NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO CGD

| | Dez/11 | Dez/12 | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | (%) |
| Atividade Bancária (CGD Portugal) (1) | 9 509 | 9 401 | -108 | -1,1% |
| Outros | 13 696 | 13 627 | -69 | -0,5% |
| **Total** | **23 205** | **23 028** | **-177** | **-0,8%** |

(1) Inclui empregados provenientes de outras empresas do Grupo

# 1.5. Enquadramento Macroeconómico

## 1.5.1. EVOLUÇÃO GLOBAL

A economia mundial voltou a expandir-se em 2012, embora tenha registado o segundo ano sucessivo de abrandamento. A conjuntura económica internacional continuou condicionada por um crescimento modesto da atividade no setor industrial, reflexo da fraca procura, nomeadamente por parte das principais economias, e consequente desaceleração das transações de comércio internacional.

***Propagação da crise da dívida soberana na Europa***

A procura manteve-se condicionada, em diversos casos, pelo ambiente de desalavancagem, quer de empresas, quer sobretudo de famílias, nomeadamente nas regiões desenvolvidas, e pela ausência dos estímulos monetários à economia real.

Com o rácio de dívida sobre o PIB a atingir níveis elevados, vários Governos continuaram a seguir políticas orçamentais restritivas, procurando alcançar saldos orçamentais primários positivos. Nas poucas economias em que se assistiu a algum estímulo orçamental, o impacto no crescimento não foi significativo, uma vez que o setor privado manteve uma toada de contração do consumo.

O ano de 2012 ficou marcado pela propagação da crise da dívida soberana no seio da Europa, após o contágio da mesma à dívida italiana e espanhola. Com o receio dos investidores acerca da situação das finanças públicas a agravar-se até meados do ano, alguns Governos reforçaram as medidas de austeridade.

***Política Monetária do BCE: Programa Transações Monetárias Definitivas (OMT)***

Os responsáveis governamentais e dos bancos centrais continuaram em 2012 a implementar medidas para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica, medidas que acabaram por despoletar uma evolução mais favorável do sentimento de mercado durante a segunda metade do ano.

Na Europa, ao nível dos Governos, destaque para os novos compromissos de coordenação das politicas económicas, de fiscalização orçamental, e de aumento do poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, desta feita junto do setor bancário, tendo para isso sido dados os primeiros passos com vista à criação de um mecanismo único de supervisão bancária.

Ao nível da política monetária, realce para a introdução de novos estímulos, nomeadamente o anúncio da criação por parte do Banco Central Europeu (BCE) do Programa Transações Monetárias Definitivas (OMT - Outright Monetary Transactions), o novo mecanismo de intervenção do banco central no mercado da dívida, assim como a decisão de reduzir a principal taxa diretora para um mínimo de 0,75% em julho, e, para a realização de um segundo leilão de cedência de liquidez a 3 anos, em fevereiro.

***Crescimento mundial de novo em abrandamento***

Nos EUA, a Reserva Federal reforçou a compra de títulos do Tesouro e anunciou a aquisição de títulos de dívida hipotecária, enquanto no Japão o banco central aumentou por seis vezes a dimensão do programa de compra de ativos financeiros.

Ao longo do ano as estimativas de crescimento económico por parte de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, foram sucessivamente sido revistas em baixa, em conformidade com a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo. Na atualização mais recente, em janeiro de 2013, o FMI estimava que a economia mundial terá crescido 3,2% em 2012, percentagem inferior aos 3,3% estimados em setembro de 2012.

## INDICADORES ECONÓMICOS

(Taxas de variação em %)

| | PIB | | Inflação [b] | | Desemprego [b] | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Dez/11 | Dez/12 | Dez/11 | Dez/12 |
| **União Europeia [a]** | **1,5** | **-0,3** | **3,1** | **2,6** | **9,7** | **10,5** |
| Área do Euro | 1,4 | -0,6 | 2,7 | 2,5 | 10,2 | 11,4 |
| Alemanha | 3,1 | 0,9 | 2,5 | 2,1 | 6,0 | 5,5 |
| França | 1,7 | 0,0 | 2,3 | 2,2 | 9,6 | 10,2 |
| Reino Unido | 0,9 | 0,2 | 4,5 | 2,8 | 8,0 | 7,9 |
| Espanha | 0,4 | -1,4 | 3,1 | 2,4 | 21,7 | 25,1 |
| Itália | 0,4 | -2,4 | 2,9 | 3,3 | 8,4 | 10,6 |
| **EUA** | **1,8** | **2,2** | **3,1** | **2,1** | **8,9** | **8,1** |
| **Japão** | **-0,6** | **2,1** | **-0,3** | **0,0** | **4,6** | **4,4** |
| **Rússia** | **4,3** | **4,0** | **8,5** | **5,1** | **6,6** | **5,5** |
| **China** | **9,3** | **7,8** | **5,4** | **2,7** | **4,1** | **4,1** |
| **Índia** | **7,3** | **5,1** | **8,9** | **9,7** | **n.d.** | **n.d.** |
| **Brasil** | **2,7** | **0,9** | **6,6** | **5,4** | **6,0** | **5,5** |

Fonte: Eurostat, Institutos de Estatística Nacionais
n.d. – não disponível

***Área Euro em 2012 em nova contração (-0,6%)***

***Ritmo de expansão dos EUA ligeiramente superior ao esperado***

***Economias emergentes evidenciaram também algum abrandamento***

De acordo com o Eurostat, a Área Euro em 2012 terá registado nova contração, desta feita de -0,6%, entrando em recessão pela segunda vez em quatro anos. Esta retração assentou primordialmente na procura doméstica.

As economias periféricas contraíram, e os restantes Estados Membros da Área Euro, nomeadamente os principais, embora tenham crescido, registaram fortes abrandamentos. O desemprego na região continuou a aumentar em 2012, atingindo 11,4%, no final do ano, o nível mais elevado desde o verão de 1990.

Nos EUA, apesar da crescente incerteza relacionada com o forte ajustamento orçamental previsto para 2013, o crescimento teve um contributo positivo para o sentimento dos investidores ligeiramente acima do inicialmente esperado. Destacou-se a substancial melhoria do mercado habitacional, quer ao nível de preços, quer ao nível de vendas.

Embora os níveis de crescimento mais elevados tenham sido registados pelas economias emergentes, este bloco evidenciou também algum abrandamento no decurso de 2012, sobretudo na segunda metade do ano, o qual terá resultado do enfraquecimento dos seus principais parceiros comerciais, e também das políticas de controlo de inflação implementadas ainda durante 2011.

Assim, em 2012, em muitas destas economias as políticas monetárias foram novamente objeto de ajustamento, desta feita no sentido expansionista.

## INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

(Taxas de variação em %)

| | União Europeia | | Área do Euro | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Dez/11 | Dez/12 |
| **Produto Interno Bruto (PIB)** | **1,5** | **-0,3** | **1,4** | **-0,6** |
| Consumo privado | 0,1 | -0,7 | 0,1 | -1,3 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Consumo público | -0,2 | 0,4 | -0,1 | 0,0 |
| FBCF | 1,4 | -2,7 | 1,5 | -4,1 |
| Procura Interna | 0,3 | -0,7 | 0,5 | -2,2 |
| Exportações | 6,4 | 2,3 | 6,3 | 2,6 |
| Importações | 4,1 | -0,4 | 4,2 | -1,0 |
| | | | | (%) |
| Taxa de Inflação (IHPC) | 3,1 | 2,6 | 2,7 | 2,5 |
| Taxa de desemprego | 9,7 | 10,5 | 10,2 | 11,4 |
| Saldo do Setor Público Administ. (em % do PIB) | -4,4 | -3,8 | -4,2 | -3,5 |

Fonte: Eurostat

Valores de 2012: Comissão Europeia: European Economic Forecast - fevereiro de 2013

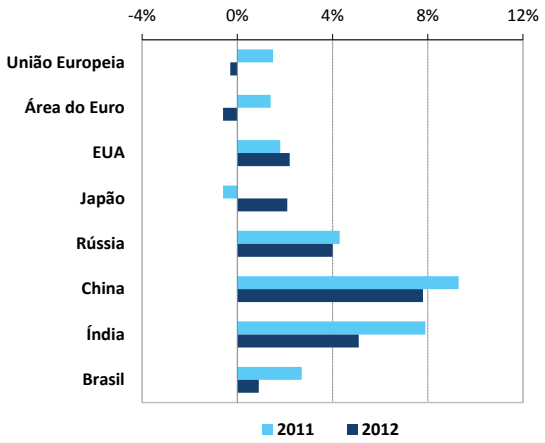
No bloco asiático voltou a assistir-se às maiores taxas de expansão. A atenção dos investidores esteve centrada, quer na China que, após três trimestres de forte desaceleração económica, voltou a registar acentuado crescimento no último trimestre do ano, quer no Japão, onde a atividade voltou praticamente a terreno negativo.

***Maiores taxas de crescimento no bloco asiático, com o PIB na China a voltar a acelerar no último trimestre do ano***

A taxa de crescimento da economia brasileira foi muito inferior à esperada. O Banco Central do Brasil destacou-se, aliás, ao decretar sete reduções da taxa diretora, enquanto, por seu lado, o governo anunciou novos estímulos ao consumo e ao investimento.

PRODUTO INTERNO BRUTO

(%)




Em 2012, a nível global, a moderação da inflação não constituiu um obstáculo à implementação de medidas de estímulo à economia; as expetativas para a evolução do nível dos preços permaneceram ancoradas.

***Moderação das taxas de inflação***

Na Área Euro, a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 2,5%, abaixo dos 2,7% de 2011, tendo o principal contributo para o arrefecimento dos preços vindo da componente energética.

No início de 2013 a produção industrial na Área Euro registou uma contração a ritmo menos acentuado, sendo visível também a diminuição das pressões inflacionistas.

## 1.5.2. ECONOMIA PORTUGUESA

### 1.5.2.1. EVOLUÇÃO GLOBAL

No decurso de 2012 prosseguiu o processo de ajustamento da economia portuguesa. Por

***Continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa***

***Redução de 3,2% da atividade económica***

um lado, assistiu-se à redução das necessidades de financiamento líquidas dos diversos setores da economia, tendo inclusive sido atingida uma capacidade líquida de financiamento de +0,4% do PIB. Por outro lado, continuou a verificar-se um ajustamento do balanço dos bancos através do aumento dos rácios de solvabilidade e da redução dos rácios de transformação.

Em 2012, no conjunto do ano, o PIB decresceu 3,2%, tendo-se assistido a variações em cadeia negativas em todos os trimestres. Este desempenho resultou do contributo negativo do consumo privado, do consumo público e do investimento, atenuado apenas pelo comportamento das exportações líquidas.

## INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

(Taxas de variação em %)

| | Dez/10 | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|---|
| **Produto Interno Bruto (PIB)** | **1,9** | **-1,6** | **-3,2** |
| Consumo privado | 2,5 | -3,8 | -5,6 |
| Consumo público | 0,1 | -4,3 | -4,4 |
| FBCF | -3,1 | -10,7 | -14,5 |
| Procura Interna | 1,8 | -5,8 | -6,8 |
| Exportações | 10,2 | 7,2 | 3,3 |
| Importações | 8,0 | -5,9 | -6,9 |
| | | | (%) |
| Taxa de Inflação (IHPC) | 1,4 | 3,6 | 2,8 |
| Taxa de desemprego | 10,8 | 12,7 | 15,7 |
| Défice do Setor Público Administ. (em % do PIB) | -9,8 | -4,4 | -5,0 |
| Dívida Pública (em % do PIB) | 93,5 | 108,1 | 119,1 |

Fonte: INE

***Aumento das exportações em 3,3%***

***Redução das importações em 6,9%***

***Inflação de 2,8%***

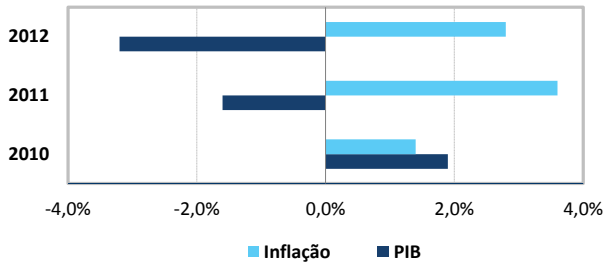
***Agravamento do desemprego, fixando-se em 15,7%***

No âmbito do comércio internacional, as exportações cresceram 3,3% e as importações diminuíram 6,9%. Observou-se um aumento da quota das exportações portuguesas ao longo de 2012. As exportações de bens destinadas ao mercado extracomunitário aumentaram 19,8%.

O IHPC português registou em 2012 uma taxa de variação média de 2,8%, 0,3 pontos percentuais acima da Área Euro. Esta resultou, em parte, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indiretos, caso do IVA.

## INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

(%)




No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve a tendência de subida em 2012. Em termos médios, esta fixou-se em 15,7%, sendo a população desempregada de 923,2 mil indivíduos, um aumento de 19,7% face ao mesmo período de 2011.

## 1.5.2.2. AGREGADOS DE DEPÓSITOS E CRÉDITO

O agregado de liquidez M3, excluindo a circulação monetária, registou em 2012 o quarto ano consecutivo de contração, desta feita de 6,8%.

Os Depósitos Totais tiveram um decréscimo de 2,7%, comportamento contrário ao dos anos anteriores, para o que contribuiu a evolução dos Depósitos de Sociedades Não Financeiras.

Observou-se um decréscimo de 7,2% do Crédito Interno Total. O Crédito às Administrações Públicas, líquido de Passivos face à Administração Central, diminuiu 5,8%, enquanto o crédito a Sociedades Não Financeiras contraiu 8,3% e o Crédito a Particulares caiu 4,3%.

***Decréscimo dos Depósitos Totais em 2,7%***

***Decréscimo de 7,2% do Crédito Interno Total***

### AGREGADOS MONETÁRIOS EM PORTUGAL [(a)]

(Taxas de variação em %)

| | Dez/10 | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|---|
| **M3, excluindo Circulação Monetária** | **-3,8%** | **-2,6%** | **-6,8%** |
| Depósitos Totais | 5,7% | 11,2% | -2,7% |
| Depósitos de Sociedades Não Financeiras | 18,1% | -8,5% | -18,8% |
| Depósitos de Particulares e Emigrantes | 2,0% | 9,8% | 0,0% |
| **Crédito Interno Total** | **10,0%** | **-2,9%** | **-7,2%** |
| Crédito às Administrações Públicas [(b)] | 107,7% | -31,1% | -5,8% |
| Crédito a Sociedades Não Financeiras | 0,8% | -3,6% | -8,3% |
| Crédito Habitação | 2,4% | -1,6% | -3,6% |
| Crédito ao Consumo e Outros Fins | -0,1% | -5,0% | -7,3% |

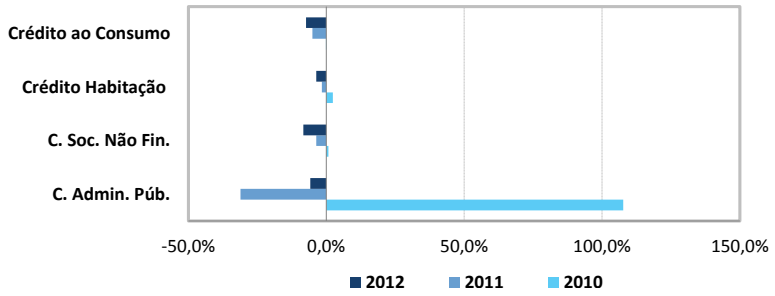
Fonte: Banco Portugal - Boletim Estatístico, fevereiro de 2013

(a) Taxas de variação com base nos saldos de fim do mês. Nos agregados de Depósitos não estão incluídos os de IFNM e nos de Crédito estão incluídos os créditos titularizados

(b) Líquido dos Passivos face à Administração Central

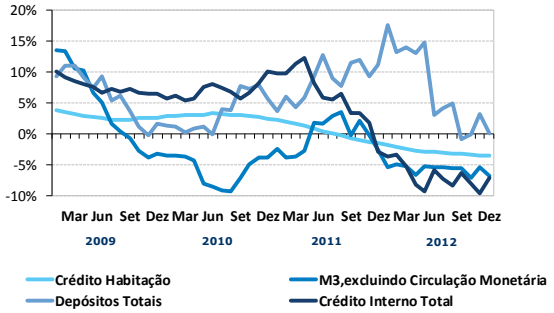
### EVOLUÇÃO DO CRÉDITO EM PORTUGAL

(%)




### MOEDA E CRÉDITO

(% - taxa de variação homóloga)



### 1.5.2.3. TAXAS DE JURO

Como resposta aos sinais de queda da atividade económica, desta feita também nas economias consideradas mais sólidas da Área Euro, o BCE decretou uma descida da taxa de juro diretora em julho de 2012, de 25 p.b., fixando-a desta forma num novo mínimo histórico de 0,75%, tendo reduzido a taxa de depósito para 0%.

Ainda assim, na segunda metade de 2012 também o Presidente do Conselho de Governadores do BCE reconheceu a possibilidade de uma descida adicional, no caso da materialização dos riscos negativos que continuaram sempre a ser considerados como preponderantes.

A manutenção e intensificação das tensões no mercado da dívida pública e o abrandamento, e mais tarde contração, da atividade económica na Área Euro, despoletou o reforço dos estímulos por parte do BCE, que no início de setembro anunciou os detalhes do novo programa de aquisição de títulos de dívida pública de países em dificuldade, no mercado secundário. A intervenção do BCE dependerá sempre de um pedido formal à Comissão Europeia, podendo existir apenas em complemento à assistência financeira prestada no âmbito de um programa formal de ajustamento económico e financeiro ou de um programa preventivo de assistência dos mecanismos de resgate.

TAXAS DE JURO [(a)]

(%)

| | 2010 | 2011 | 2012 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Dez | Dez | Mar | Jun | Set | Dez [(d)] |
| **Taxa dos *FED Funds*** | **0 - 0,25** | **0 - 0,25** | **0 - 0,25** | **0 - 0,25** | **0 - 0,25** | **0 - 0,25** |
| **Taxa Diretora do BCE** | **1,00** | **1,00** | **1,00** | **1,00** | **0,75** | **0,75** |
| ***Euribor*** | | | | | | |
| *Overnight* | 0,817 | 0,629 | 0,388 | 0,382 | 0,107 | 0,131 |
| 1 Mês | 0,782 | 1,024 | 0,419 | 0,373 | 0,115 | 0,109 |
| 3 Meses | 1,006 | 1,356 | 0,777 | 0,653 | 0,220 | 0,187 |
| 6 Meses | 1,227 | 1,617 | 1,078 | 0,930 | 0,437 | 0,320 |
| 12 Meses | 1,507 | 1,947 | 1,416 | 1,213 | 0,684 | 0,542 |
| **Novas Operações de Crédito** | | | | | | |
| Sociedades Não Financeiras [(b)] | 4,59 | 5,89 | 5,73 | 5,06 | 5,62 | 5,07 |
| Particulares – Habitação | 2,96 | 4,25 | 4,15 | 3,91 | 3,69 | 3,45 |
| **Depósitos a Prazo e de Poupança** [(c)] | | | | | | |
| Sociedades Não Financeiras | 3,10 | 4,13 | 3,35 | 2,79 | 2,58 | 2,71 |
| Particulares | 1,81 | 3,55 | 3,59 | 3,42 | 3,14 | 2,90 |

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Estatístico, fevereiro de 2013
(a) Taxas relativas a último dia do mês
(b) Operações acima de 1 milhão de euros
(c) Depósitos com prazo acordado até 2 anos
(d) Nov-12 para Novas Operações de Crédito e Depósitos a Prazo e de Poupança

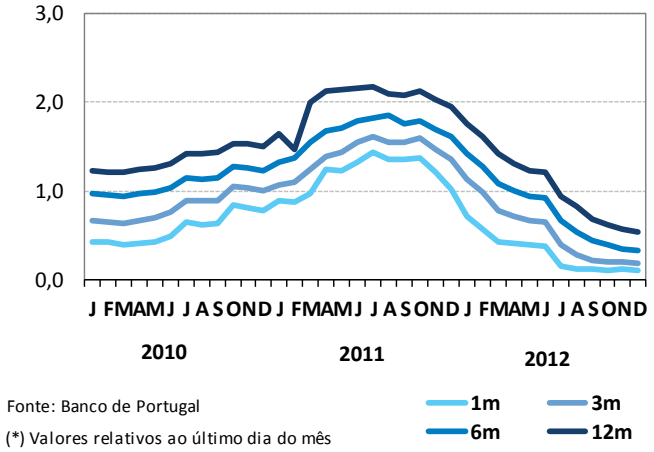
Durante 2012 as taxas de juro utilizadas como indexantes das operações de crédito mantiveram uma ininterrupta tendência de queda, acentuada, sobretudo, durante o terceiro trimestre, atingindo, em qualquer um dos prazos, os níveis mínimos perto do final do ano.

As variações negativas em 2012 mais do que anularam os acréscimos dos dois anos

anteriores. A taxa Euribor para o prazo a 1 mês caiu -91,5 p.b, enquanto que a 3, 6 e 12 meses as mesmas diminuíram -116,9 p.b., -129,7 p.b., e -140,5 p.b., respetivamente.

EURIBOR (*)

(%)




Fonte: Banco de Portugal

(*) Valores relativos ao último dia do mês

## 1.5.2.4. EVOLUÇÃO CAMBIAL

O euro registou até ao final de julho uma tendência de depreciação face às principais moedas. Após as medidas anunciadas pelo BCE, a moeda única europeia iniciou uma trajetória de apreciação que se manteve até ao final do ano.

Em dezembro de 2012, a taxa de câmbio do euro face ao dólar fixou-se em 1,319 USD, registando uma apreciação de 2,0% face a 2011. Após ter-se depreciado cerca de 5,1% até ao final de julho, a moeda única registou uma apreciação de 7,2% até final do ano.

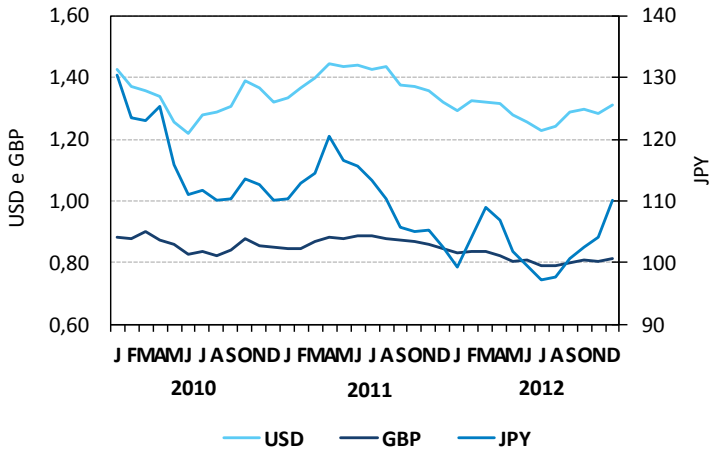
O euro registou face a outras principais moedas comportamentos distintos. Contra a libra esterlina depreciou-se cerca de 2,3%, enquanto que perante o iene ganhou 13,4%.

***Evolução cambial do Euro em 2012:***

- ***EUR/USD +2,0%***
- ***EUR/GBP -2,3%***
- ***EUR/JPY +13,4%***

TAXAS DE CÂMBIO DO EURO

(% - valores médios mensais)




Fonte: Banco de Portugal

### TAXAS DE CÂMBIO DO EURO

(Valores médios mensais)

| | USD | GBP | JPY |
|---|---|---|---|
| Dezembro 2009 | 1,441 | 0,888 | 133,16 |
| Dezembro 2010 | 1,336 | 0,861 | 108,65 |
| Dezembro 2011 | 1,294 | 0,835 | 100,20 |
| Dezembro 2012 | 1,319 | 0,816 | 113,61 |

## 1.5.2.5. MERCADO DE CAPITAIS

***Os mercados de capitais encerraram 2012 a evidenciar fortes sinais de estabilização***

A atuação dos Bancos Centrais, reduzindo as taxas diretoras, e a promessa de novos estímulos económicos, contribuiu de forma decisiva para que os mercados de capitais encerrassem 2012 a evidenciar com fortes sinais de estabilização, apesar da incerteza relacionada com a situação das finanças públicas dos EUA, tema que foi ganhando protagonismo durante a 2ª metade do ano.

As perspetivas mais positivas com que se encerrou 2012 em termos da resolução da crise da dívida europeia prenderam-se não com qualquer melhoria dos dados económicos, mas sim com os sinais de coordenação das autoridades europeias no sentido da estabilização e fortalecimento da União Monetária. A evidência de que os decisores deram os primeiros passos para a criação de uma União Bancária, o reforço da sustentabilidade orçamental, e um conjunto de novas medidas adotadas pelo BCE constituíram ações nesse sentido.

Embora a economia da Área Euro tenha voltado a cair em recessão em 2012, a divulgação de indicadores económicos positivos nos EUA e na China contribuíram, em adição, para que o sentimento de mercado recuperasse nos últimos meses do ano.

Apesar dos riscos e das incertezas, nos últimos meses de 2012, assistiu-se a uma elevada contração nos prémios de risco da maioria das classes de ativos, que no cômputo anual apresentaram rendibilidades positivas. Os fluxos de capitais permaneceram fortes, sobretudo nas economias emergentes.

### *Mercado Acionista*

Após um início de ano com tom positivo, o mercado acionista encetou uma forte queda durante o segundo trimestre de 2012, afetado pelos indícios de propagação da crise da dívida soberana europeia a países de maior dimensão.

O reforço das medidas de estímulo ao crescimento económico por parte das autoridades monetárias de diversos países, o desempenho positivo a que se foi assistindo em termos dos lucros das empresas e alguma retoma da atividade económica, nomeadamente dos EUA e da China na fase final do ano, levaram a que o mercado retomasse a tendência de subida ao longo do segundo semestre de 2012, tendo sido possível encerrar o ano com valorizações positivas dos principais índices.

Em 2012 voltou a observar-se diferentes desempenhos entre regiões, num contexto geral de valorização. Entre os países desenvolvidos da Europa, os índices acionistas registaram um ano de ganhos mais significativos, evidenciando-se os índices das economias do centro, com destaque para o DAX alemão, e em menor magnitude os da periferia. De referir o ASE da Grécia com uma subida de 33,4%. Entre os periféricos, apenas a Espanha averbou uma queda, neste caso de 4,7%. O índice japonês subiu 21%, ganho concentrado no final do ano após a vitória do LDP nas eleições legislativas ter despoletado o anúncio de mais estímulos económicos. Nos EUA, destaque para a variação positiva no ano, apesar do avolumar dos receios em torno da situação das finanças públicas.

## ÍNDICES BOLSISTAS

| | 2011 | | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| | Índice | Variação | Índice | Variação |
| Dow Jones (Nova Iorque) | 12 217,56 | 5,5% | 13 104,14 | 7,3% |
| Nasdaq (Nova Iorque) | 2 605,87 | -1,8% | 3 019,51 | 15,9% |
| FTSE (Londres) | 5 572,28 | -5,6% | 5 897,91 | 5,8% |
| NIKKEI (Tóquio) | 8 455,35 | -17,3% | 10 395,18 | 22,9% |
| CAC (Paris) | 3 159,81 | -17,0% | 3 641,07 | 15,2% |
| DAX (Frankfurt) | 5 898,35 | -14,7% | 7 612,39 | 29,1% |
| IBEX (Madrid) | 8 566,30 | -13,1% | 8 167,50 | -4,7% |
| PSI-20 (Lisboa) | 5 494,27 | -27,6% | 5 655,15 | 2,9% |

O desempenho dos mercados acionistas emergentes em 2012 foi positivo, e em linha com o dos mercados desenvolvidos. O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes subiu 15,2%, tendo-se assistido a um comportamento pouco uniforme, já que enquanto na China o índice Shangai valorizou 3,2%, na Índia o Sensex destacou-se ao subir 25,7%. No Brasil, o Bovespa apreciou-se 15,1%, e na Rússia a subida do respetivo índice foi de 5,2%.

### *Mercado Obrigacionista*

A evolução da crise da dívida soberana europeia condicionou o comportamento do mercado obrigacionista ao longo de 2012, à semelhança do verificado no ano anterior, afetando igualmente o segmento de obrigações de empresas, o qual encerrou com uma redução dos *spreads*, em particular do setor financeiro.

O contágio do receio acerca da sustentabilidade da dívida pública a países de maior dimensão, nomeadamente à Espanha e à Itália, ainda durante a fase final de 2011, agravou-se ao longo dos primeiros sete meses de 2012, mesmo após a realização de dois leilões de cedência de liquidez por parte do BCE de montantes ilimitados, a 3 anos.

As taxas de rendibilidade da dívida soberana de Itália e de Espanha esboçaram ao longo da primeira parte do ano uma tendência de subida, registando sucessivos máximos históricos, tendo a trajetória sido contrária no caso da Irlanda e, sobretudo, de Portugal.

A partir do final de julho, a atuação dos bancos centrais, em particular do BCE, foi determinante para o forte estreitamento dos custos de financiamento de Itália e de Espanha, ao mesmo tempo que contribuiu para que os de Portugal e da Irlanda mantivessem a tendência de decréscimo que nestes casos se verificava desde o início do ano.

Apesar da redução do prémio de risco não se verificou uma inversão da trajetória descendente observada ao longo dos primeiros sete meses do ano das taxas de rendibilidade dos países com melhor qualidade creditícia.

As taxas de rendibilidade dos EUA e da Alemanha desceram em 2012 nos vários prazos, algo que se verificou também nos países do centro da Europa. A tendência de queda, por efeito refúgio, levou a que no final do mês de julho tenham sido atingidos novos mínimos no caso das taxas norte-americanas e germânicas, tendo esta diminuição sido interrompida na segunda metade do ano em consequência das decisões já referidas.

As taxas de curto prazo nos EUA continuaram a beneficiar da manutenção da taxa diretora da Reserva Federal norte-americana num nível mínimo e da expectativa de que assim

permanecerá durante um prolongado período de tempo. Na Área Euro, registou-se um aumento também durante os primeiros três meses do ano, antes da significativa redução das mesmas nos quatro meses seguintes.

As taxas de rendibilidade das maturidades longas, quer norte-americanas, quer germânicas, tiveram ao longo de todo o ano de 2012 um desempenho muito sincronizado entre si. Após terem registado um aumento nos primeiros meses do ano, entraram em forte declínio e, à semelhança das taxas de prazos mais curtos, atingindo níveis mínimos históricos e estabilizando nos meses seguintes até ao final do ano. Para além de outros fatores já referidos, contribuíram também para esta evolução a diminuição das pressões inflacionistas, a par da incerteza quanto ao grau de arrefecimento económico.

Assistiu-se a uma queda maior das maturidades mais longas. Nos EUA, a taxa a 2 anos acabou por registar, ainda assim, um ganho muito marginal (+0,8 p.b.), e a taxa a 10 anos uma queda de -11,9 p.b., enquanto na Alemanha os 2 anos desceram -16 p.b., e os 10 anos diminuíram -51,3 p.b..

A queda da taxa de rendibilidade das obrigações da dívida pública portuguesa destacou-se na Europa. A taxa a 10 anos, após ter atingido logo no início do ano o valor máximo desde a introdução do euro, corrigiu ao longo de todo o ano de 2012. A queda anual de 635 p.b. quase anulou o aumento de 676 p.b. registado durante 2011. A quase ininterrupta diminuição verificou-se igualmente nas taxas de curto prazo, com os 2 anos a descerem 1 236 p.b., neste caso mais do que anulando o aumento de 1 180 p.b. observado em 2011.

Os *spreads* das taxas de rendibilidade dos países da periferia face às alemãs, reduziram-se apenas em Portugal e na Grécia. No caso português, o *spread* reduziu-se em -584 p.b., encerrando o ano no nível mais baixo desde março de 2011. Assistiu-se igualmente a um estreitamento destes diferenciais no caso das economias do centro, França, Holanda, Bélgica e Áustria, e inclusive de Itália. Entre os principais países, apenas o diferencial de Espanha aumentou, apesar da compressão registada durante a segunda metade do ano.

O contexto mais otimista teve reflexos no mercado de dívida privada, cujos *spreads*, após dois anos de forte alargamento, registaram uma redução em 2012.

O mercado primário revelou em 2012 uma assinalável melhoria, em particular após o verão, permitindo inclusivamente o financiamento de empresas de países periféricos, nomeadamente portuguesas.

O setor financeiro beneficiou das medidas do BCE, e das primeiras decisões no âmbito da criação de um futuro sistema bancário integrado, registando um forte estreitamento de *spreads* sobretudo na segunda metade do ano, mais pronunciado nas empresas financeiras do que nas empresas não financeiras.

## 1.6. Estratégia e Modelo de Negócio

***O Grupo CGD reforçou a sua posição de liderança no mercado financeiro português, apresentando uma situação de saudável e sustentada solidez financeira***

### 1.6.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Considerando o contexto adverso em que tem desenvolvido a sua atividade, o Grupo CGD tem conseguido manter e inclusivamente reforçar a sua posição de liderança no mercado financeiro português, apresentando uma situação de saudável e sustentada solidez financeira. O Grupo CGD apresenta um balanço equilibrado do ponto de vista de transformação e tem um *mix* de *funding* suportado sobretudo por recursos de clientes e peso moderado de recursos do mercado interbancário ou do BCE.

Estes indicadores assumem particular relevância para a Caixa, sobretudo num contexto em que continuarão a ser colocados desafios cada vez mais exigentes à atividade bancária em Portugal. São exemplos destes desafios:

- A conjuntura económica recessiva, nomeadamente em virtude do programa de ajustamento das finanças públicas e das contas nacionais externas;
- O aumento do nível de risco e incumprimento de dívida particular e corporativa;
- O aumento da agressividade concorrencial dos participantes no mercado, nomeadamente se ocorrer a entrada de grandes bancos europeus;
- O agravamento das exigências regulatórias de capital.

Em 2011, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, os bancos portugueses apresentaram às autoridades planos de financiamento e de capital tendo em vista o cumprimento de um conjunto de objetivos, nomeadamente os estabelecidos no Plano de Assistência Financeira e comunicados pelo Banco de Portugal:

a) Solvabilidade: *Core Tier 1* mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012, considerando as regras de Basileia 2;

b) Liquidez:

    - Rácio de transformação inferior a 120% em Dezembro de 2014;
    - Redução da utilização de *funding* do BCE no médio prazo;
    - *Stable funding ratio* superior a 100% em Dezembro de 2014.

Por sua vez, no âmbito do mesmo Plano foi estabelecido que a estrutura do Grupo CGD deveria ser objeto de racionalização, de forma a aumentar a base de capital da sua atividade bancária central. Em paralelo, a governação do Grupo deveria ser melhorada. As medidas previstas incluíam a definição de um programa para a alienação gradual das suas participações non core, bem como a alienação do negócio segurador do Grupo.

A Caixa durante o ano de 2012 prosseguiu estes objetivos tendo procedido já à alienação de uma parcela significativa das suas participações *non core*. Simultaneamente concluiu o processo de venda da área de saúde integrada na Caixa Seguros e Saúde cuja formalização ficou concluída em 1 de Março de 2013.

Para monitorizar a execução do programa, foi constituído um *Steering Committee* presidido pelo Banco de Portugal e composto por peritos designados pelo Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia, Banco Central Europeu, por três autoridades de supervisão da União Europeia - Banco de España, Autorité de Contrôle Prudentiel (França) e Banque Nationale de Belgique - e ainda pelo Banco de Portugal.

O *Steering Committee* aprovou em Julho de 2011 os Termos de Referência para os trabalhos a desenvolver que definiram o âmbito, a abordagem metodológica, os calendários de execução e os mecanismos de acompanhamento e controlo a adotar. De acordo com os Termos de Referência, o SIP compreende três vertentes:

1. Avaliação das carteiras de crédito, com referência a 30 de Junho de 2011, baseada na análise da imparidade afeta a uma amostra de créditos, bem como na apreciação dos modelos de cálculo de imparidade e das políticas e procedimentos associados;

2. Revisão do processo de cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito;

3. Validação das metodologias e dos parâmetros utilizados nos exercícios de *stress test* a realizar regularmente no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira.

No segundo semestre de 2012, o Grupo CGD, no âmbito do Programa de Inspeções *On-Site* (OIP) do Banco de Portugal, foi objeto de uma inspeção específica que abrangeu

exposições aos setores da construção e da promoção imobiliária em Portugal e Espanha.

Esta inspeção incidiu sobre os 8 maiores grupos bancários portugueses e, com base em critérios conservadores de avaliação, procurou aferir a adequabilidade dos níveis de imparidade registados para as exposições abrangidas, tendo como data de referência 30 de junho de 2012.

Os resultados da inspeção foram divulgados pelo Banco de Portugal e pela Grupo CGD no dia 3 de Dezembro de 2012, tendo-se concluído "existir uma necessidade de reforço das imparidades registadas num montante de 138 milhões de euros, dos quais 69 milhões de euros resultaram da análise de informação e eventos posteriores à data de referência, como novas insolvências/falências e reavaliações de colaterais,…"

Os reforços de imparidade que o Grupo CGD constituiu entretanto, com referência a 30 de setembro de 2012, cobriram grande parte das necessidades identificadas, reduzindo o seu montante de 138 milhões de euros para 44 milhões de euros, valor a ser registado até 31 de dezembro de 2012. Conforme divulgadas oportunamente, as necessidades identificadas foram integralmente supridas até ao final do exercício, sem repercussões materiais no que respeita ao cumprimento do mínimo definido pelo regulador para o rácio de *Core Tier 1*.

Por sua vez, na sequência do exercício de *Stress Test* realizado pela EBA (European Banking Authority) ao setor bancário Europeu no final de 2011, foi emitida, pela mesma entidade, uma recomendação para o aumento dos requisitos de capital dos bancos Europeus que estejam expostos a dívida soberana dos países com maior risco de *default*, nos quais se incluía Portugal. Sendo o Grupo CGD uma entidade central no financiamento da economia Portuguesa, a recomendação implicou naturalmente a necessidade de reforçar a base de capital do Grupo para garantir o cumprimento com os novos requisitos de capital.

Nestes termos, a CGD apresentou em janeiro de 2012 a sua proposta de Plano de Recapitalização exigido pelo European Banking Authority (EBA) tendo em vista a obtenção de um rácio de *Core Tier 1* (nos termos definidos por esta Autoridade) de 9% em 30 de junho de 2012.

O Plano foi objeto de aprovação pelas Autoridades tendo o processo de recapitalização da CGD sido concluído com sucesso em 30 de junho de 2012. Este traduziu-se num aumento de capital de 750 milhões de euros e de uma emissão de 900 milhões de euros de instrumentos híbridos de capital, ambos subscritos e realizados pelo Estado na sua qualidade de acionista único da Caixa.

O processo de recapitalização foi posteriormente considerado pelas Autoridades Europeias como sendo ajuda de Estado, levando à necessidade de elaboração de um Plano de Reestruturação que assegure a viabilidade da instituição e a limitação de impactos na concorrência, e que deverá ser aprovado pela Directorate-General for Competition (DG Comp), da Comissão Europeia.

O Plano de Reestruturação do Grupo CGD está neste momento a ser objeto de discussão entre o Estado Português e a DG Comp, esperando-se muito proximamente uma decisão sobre a sua aprovação, após a qual o Plano de Reestruturação figurará como um elemento fundamental da estratégia do Grupo CGD.

Nestas condições, o Desafio Estratégico definido para o triénio 2011-2013 deverá ser ajustado em função do Plano de Restruturação que venha a ser acordado com as autoridades da Comissão Europeia.

O Plano Estratégico do Grupo CGD para o triénio 2011-2013 está estruturado em dois desafios chave:

***Plano Estratégico:***

- ***Proteger e reforçar a saúde financeira (Solvência, Liquidez e Rendibilidade)***
- ***Reforço do enfoque no negócio bancário***

1.º Desafio: Proteger e reforçar a saúde financeira (Solvência, Liquidez e Rendibilidade) do Grupo CGD, em resposta às necessidades geradas pelo novo enquadramento económico e do sector financeiro.

2.º Desafio: Transformar a CGD, focalizando a atividade no negócio bancário, de forma a assegurar a sustentabilidade e competitividade do Grupo a nível organizativo e de modelo de negócio.

A prossecução destes dois desafios está alicerçada num conjunto de 9 diretrizes, com diferentes horizontes temporais de impacto:

I. Assegurar a sustentabilidade do *Funding*;
II. Proteger e dinamizar a geração de receita;
III. Otimizar a eficiência em custos e eficácia da Organização;
IV. Otimizar e desenvolver processos chave em acompanhamento e recuperação de crédito e em gestão do negócio imobiliário;
V. Dinamizar o crescimento rentável e sustentável da Área Internacional;
VI. Otimizar a proposta de Valor em segmentos chave, em particular as Empresas e os Particulares Affluent e Não Residentes;
VII. Otimizar o modelo e infraestrutura de abordagem comercial;
VIII. Promover a racionalização e excelência de processos;
IX. Otimizar Políticas e Gestão de RHs.

Estas Diretrizes estiveram subjacentes nas orientações específicas transmitidas às diversas entidades e estruturas orgânicas do Grupo no âmbito dos respetivos planos de atividade e orçamento para 2012, destacando-se as seguintes:

a) Gerir o Balanço, convergindo para um rácio de transformação consolidado de 120% até 2014;
b) Captar poupança e diversificar fontes de liquidez, nomeadamente nos mercados internacionais;
c) Aumentar quota nas PMEs, assumindo o papel de principal Banco das melhores PMEs;
d) Aumentar o esforço de apoio às exportações/internacionalização, contribuindo para a recuperação económica do País;
e) Apoiar a capitalização das empresas e microfinança, promovendo nomeadamente os novos sectores da economia do conhecimento e garantindo o financiamento necessário ao aumento da competitividade das empresas, sobretudo o ligado à inovação e à internacionalização, bem como à atualização tecnológica dos sectores tradicionais;
f) Melhorar a margem financeira e a rentabilidade;
g) Reestruturar o modelo Corporativo:
   - Prosseguir os trabalhos na atividade seguradora do Grupo;
   - Alienar a carteira de participações em entidades não financeiras;
   - Reestruturar algumas áreas de negócio no mercado nacional;
   - Reforçar os mecanismos necessários ao desempenho das funções de natureza corporativa, designadamente as ligadas à gestão estratégica, controlo e gestão de risco e gestão de liquidez;
h) Analisar o modelo de presença internacional do Grupo CGD, em especial em Espanha, à luz dos objetivos de incremento da rendibilidade e de desalavancagem do Balanço individual e consolidado;
i) Melhorar a eficiência, quer da Rede Comercial quer dos Serviços Centrais, através do redesenho de processos e da identificação do efetivo de referência face à atividade e às funções desempenhadas por cada unidade orgânica;
j) Reforçar a estratégia multicanal no relacionamento com os clientes, através

designadamente do desenvolvimento da banca à distância e da reconfiguração da rede física de agências, adotando novas localizações e novos formatos mais flexíveis.

Nestes termos, as estratégias e políticas definidas para o Grupo visaram o cumprimento dos objetivos corporativos anteriormente identificados.

Por último, refere-se ainda que o Decreto-Lei nº. 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, introduziu a obrigatoriedade das instituições de crédito autorizadas a receber depósitos apresentarem ao Banco de Portugal um Plano de Recuperação (o qual tem como objetivo identificar as medidas suscetíveis de serem adotadas para corrigir oportunamente uma situação em que uma instituição de crédito se encontre em desequilíbrio financeiro, ou em risco de o ficar) e um Plano de Resolução com as informações necessárias para assegurar ao Banco de Portugal a possibilidade de proceder a uma resolução ordenada da instituição. O legislador pretendeu contribuir para a estabilidade financeira do sistema, obrigando as instituições de crédito, com quota de mercado em depósitos superior a 2%, a planear preventivamente a sua resposta em cenários de crise financeira e, deste modo, garantir que estão em condições de reagir de forma mais célere e estruturada a situações de dificuldade

O Plano de Recuperação (regulado pelo Aviso do Banco de Portugal nº 12/2012) deverá ser um exercício anual onde os bancos irão por um lado, simular cenários de dificuldades financeiras de severidade variável, representativos de eventos sistémicos e de eventos idiossincráticos, e por outro lado preparar alavancas internas potenciadoras de liquidez, e de solvabilidade (rácios definidos pelas instituições reguladoras) para os cenários simulados, sem que haja acesso ou a disponibilização de apoio financeiro público extraordinário.

## 1.6.2. ÁREAS DE NEGÓCIO

### 1.6.2.1. BANCA DE RETALHO EM PORTUGAL

***A Banca de Retalho da Caixa em Portugal continuou a centrar-se nos pilares estratégicos de apoio à atividade económica e, de grande importância, de promoção da Poupança das famílias.***

A Banca de Retalho da Caixa em Portugal continuou a centrar-se nos pilares estratégicos de apoio à atividade económica e, de grande importância, de promoção da Poupança das famílias.

No seguimento destes vetores, a CGD reforçou a liderança nos principais segmentos e produtos, através nomeadamente de um melhor conhecimento, segmentação e rentabilização de clientes, inovação da oferta e otimização dos canais de distribuição, sempre numa ótica de criação de valor.

No segmento de Particulares, foram robustecidas as iniciativas de fidelização de clientes, num enquadramento de promoção da rentabilidade e da liquidez.

O enfoque estratégico nas Empresas teve por base a dinamização no segmento de Exportadoras (capitalizando na presença internacional da Caixa e na promoção de oferta específica), e das PMEs, procurando otimizar o binómio risco rentabilidade.

*Rede e canais de distribuição*

A excelência no serviço, tanto numa ótica de proximidade, como de acordo com o perfil do cliente, na realização de operações à distância, constitui um referencial da atuação da CGD com todos os seus clientes.

A 31 de Dezembro a rede física doméstica da CGD totalizava 811 Agências e 36 Gabinetes Caixa Empresas (respetivamente, menos 10 e menos 2 do que no final de 2011). A par da otimização da cobertura física, a Caixa reforçou a aposta na adaptação dos vários canais e instrumentos às necessidades dos Clientes dando particular atenção à abordagem relacional multicanal. Simultaneamente prosseguiu a consolidação dos modelos de serviço e propostas de valor ao Cliente, nomeadamente, através da extensão do Novo Modelo de Atendimento, do Serviço Caixazul, dos Serviços Caixa Empresas e Caixa Mais, bem como dos serviços destinados aos Clientes residentes no estrangeiro, estudantes universitários e recém-licenciados.

Relativamente aos canais não presenciais, em 2012 destacou-se a dimensão multicanal do serviço **Caixadirecta**, que aprofundou a articulação de processos entre a Agência, o telefone, o *on-line* e o *mobile*.

Nos canais ***on-line*** e ***mobile*** salientam-se:

- Renovação de imagem e usabilidade;
- **Gestor *on-line***: presença permanente de apoio humano alargada a mais de um milhão de clientes com Caixadirecta *on-line*;
- Novas funcionalidades, como a consulta de prestações, de crédito, de extratos de cartão de crédito e de contas de gestão automática de tesouraria, bem como agendamento de operações e transferências para fora da zona euro ou em moeda estrangeira.
- Nova e mais personalizada página inicial **Caixadirecta *on-line***, e processo de navegação facilitado entre operações e funcionalidades, tanto associadas ao Caixadirecta on-line como a outros canais.
- Ainda no âmbito dos canais não presenciais, a 26 de outubro foi lançada a primeira **App Caixadirecta**, para PC e *tablet* com o sistema operativo Windows 8. A APP Caixadirecta, descrita na seção dedicada aos canais eletrónicos.

Quanto ao **Caixa *e-banking*** salienta-se a disponibilização da funcionalidade de autorização de débito SEPA nas vertentes de consulta, alteração e aceitação da autorização por parte do devedor.

A aposta contínua na gestão integrada e articulação de canais confirma a liderança da Caixa na inovação de serviços.

***A 31 de Dezembro a rede física doméstica da CGD totalizava 811 Agências e 36 Gabinetes Caixa Empresas***

***Lançamento da primeira App Caixadirecta, para PC e tablet com o sistema operativo Windows 8***

***A aposta contínua na gestão integrada de canais confirma a liderança da Caixa na inovação de serviços***

***Serviço Caixazul***

***"Há um banco que o conhece como ninguém. A Caixa. Com certeza.":***

- ***Maior número de canais de interação***
- ***Novas funcionalidades***
- ***Nova oferta de produtos financeiros***

## *Segmento de clientes - Particulares*

### Inovação em produtos e serviços

Ao longo do ano, a Caixa reforçou a sua função de referência bancária, segura e rigorosa, junto das famílias portuguesas.

### Gama Alta

Para os clientes Gama Alta e para outros clientes particulares que indiciam potencial de crescimento comercial, *o* Banco continuou a apostar no **Serviço Caixazul,** o qual, partindo da identificação das necessidades e expectativas de cada cliente, oferece um acompanhamento financeiro personalizado através de um Gestor Dedicado.

O relacionamento comercial com os clientes *affluent* tem vindo a ser fortalecido, fruto de um conjunto de fatores, em que se destacam:

- Disponibilização de um maior número de canais de interação que tem permitido maior facilidade e sucesso de contato;

- Novas funcionalidades e nova imagem do serviço Caixa directa *on-line*. De salientar o serviço de "mensagens seguras" e o acesso à agenda do Gestor, para marcação e/ou desmarcação de reuniões;
- Disponibilização de oportunidades de negócio através do Gestor *on-line*
- Campanha estruturante de Conhecimento de Clientes Caixazul 2012;
- Divulgação ativa das principais características e vantagens dos produtos estrela e/ou campanha (enviadas por *email* ou entregues em mão aos clientes identificados como destinatários-alvo);
- Melhor caracterização/registo do perfil de investidor dos clientes;
- Ações de dinamização de *cross-selling* e de *up-selling*, que proporcionam aos clientes a escolha diversificada de produtos, cobrindo necessidades financeiras próprias de cada fase da vida e de cada perfil financeiro.

A adequação e sofisticação da oferta foi concretizada essencialmente através da atualização da oferta de depósitos *on-line* exclusivos Caixazul, e da reformulação do crédito pessoal, com benefício direto aos clientes Caixazul consubstanciado em reduções variadas do *spread*, conforme a finalidade, destacando-se ainda as seguintes iniciativas:

- Lançamento do Caixazul Supra outubro 2017, um produto financeiro exclusivo, de longo prazo, capital e remuneração mínima garantidos, com taxa majorada e eficiência fiscal;
- Protocolos com Ordens e Associações profissionais, de que fica o exemplo do Protocolo com a Ordem dos Médicos, acompanhado de dois depósitos pelo prazo de um ano, exclusivos, com remuneração acima da Oferta Global;
- Nova funcionalidade de arredondamento sobre os montantes das compras feitas com o cartão Caixazul, para crédito de uma conta de poupança.

Os clientes Caixazul acedem atualmente a 11 produtos/serviços com condições especiais e a 10 exclusivos, dos quais salientamos:

- Cartão Platina, de elevado prestígio, com alargado pacote de seguros que inclui, entre outros, um seguro de saúde e internamento hospitalar e um serviço exclusivo de *concierge*;
- Depósitos a prazo *on-line* exclusivos para prazos de 1, 3, 6 e 12 meses (Caixazul Netf@cil e Caixazul Netpr@zo);

Novas vantagens nos prémios de uma vasta gama de seguros, designadamente de Saúde (Planos e Cartões), Acidentes Pessoais e Empregadas Domésticas.

### *Mass-Market*

- Prosseguiu o alargamento do **Serviço Caixa Mais**, presente no final do ano na totalidade das Agências Muito Grandes, em 97% das Agências Médias e 76% das Agências Pequenas.

  Posicionado como o serviço *standard* da Caixa, o Serviço Caixa Mais, é o serviço personalizado destinado a clientes particulares com potencial de evolução de negócio (que não sejam elegíveis para o Serviço Caixazul) sendo prestado por 1 021 Assistentes Comerciais, que procuram ajustaras soluções do Banco às necessidades de mais de 473 mil clientes.

O ano de 2012 marca o arranque do serviço Caixa Mais nos canais não presenciais (Caixadirecta *on-line*, Caixadirecta mobile e Caixadirecta APP Windows 8) através do Gestor *on-line*, com a identificação do modelo de serviço, do Assistente Comercial, da apresentação de oportunidades de negócio, *callback* e mensagens seguras.

***Arranque do serviço Caixa Mais nos canais não presenciais***

- **Lançamento do Serviço Caixa Família**

Num enquadramento em que a promoção da poupança constitui um objeto maior da política económica portuguesa, a Caixa lançou no início do segundo semestre, o **Serviço Caixa Família** com uma abordagem inovadora de poupança criando valor para cada indivíduo e para o grupo, numa lógica racional e emocional.

***Serviço Caixa Família: abordagem inovadora de poupança da comunidade familiar***

Este serviço visa incentivar o hábito de poupar regularmente melhorando a remuneração individual e, consequentemente, a coletiva, numa lógica em que "o todo é maior do que a soma das partes". Os clientes têm assim a possibilidade de criar uma rede de poupança junto da sua comunidade natural e com maiores afinidades e preocupações – a família.

Com o Caixa Família, avós, pais e filhos, todos juntos ficam a ganhar. Podem entrar e sair do grupo sempre que quiserem, beneficiam de melhor remuneração nas suas contas de poupança e a titularidade e condições de movimentação não se alteram. Adicionalmente, é possível ainda acionar um sistema de *member get member* dentro da comunidade familiar à volta do cliente aderente dinamizador (a partir do qual se identificam as relações familiares dos restantes aderentes), que será provavelmente o primeiro vendedor e angariador de clientes para o serviço.

***Relançamento do cartão Made By - uma solução taylor-made, pioneira e inovadora***

- **Relançamento do cartão Made By**

Com a novidade da adesão através do serviço Caixadirecta on-line, em Julho de 2012 foi relançado o cartão Made By, solução que permite a cada cliente construir, dentro de um leque muito alargado de combinações, o seu próprio cartão de crédito: possibilidade de personalização da imagem do cartão e escolha das funcionalidades e serviços valorizados. O resultado é um cartão único em que o cliente só paga o custo das suas opções e não outras que não valoriza ou de que não necessita.

**O cartão Made By** reforça o posicionamento da Caixa em atributos como pioneirismo, inovação, customização de produtos/serviços e orientação para o cliente, tendo inclusivamente sido reconhecido internacionalmente como o cartão vencedor do Trophées 2011 Innovative Cards.

***Pacote Zero - serviço bancário limitado a custo mínimo***

- **Vinculação e Pacotes de produtos** – reformulação da oferta existente e lançamento do Pacote Zero

Com o objetivo de robustecer a vinculação, aumentar a rentabilidade dos clientes e simplificar a oferta, tornando a operativa comercial mais eficaz, foram implementados durante o mês de dezembro de 2012 ajustamentos importantes na oferta de Pacotes concretizados no lançamento do Pacote Zero e na reformulação do Pacote Caixa.

O **Pacote Zero** consiste na oferta de um serviço bancário de custo baixo para o banco, que se reflete em baixo preço para o cliente. Destina-se principalmente a novos clientes ou a clientes de muito fraco relacionamento com o Banco, dispostos a aceitar um serviço reduzido mas gratuito. O Pacote Zero constitui uma solução bancária com melhores condições para os clientes alvo dos "Serviços

Mínimos Bancários"

Este produto é composto por uma conta de depósitos à ordem com rendimento domiciliado e, acesso gratuito ao serviço Caixadirecta on-line onde podem ser efetuadas transferências nacionais gratuitas entre contas da Caixa e emitido também gratuitamente o Extrato Global Digital; é atribuído ao cliente um cartão de débito que permite efetuar compras e levantamentos em território nacional, isento de anuidade.

**O Pacote Caixa**, composto pelos cinco principais produtos e serviços bancários[1] que permitem a gestão financeira do dia-a-dia, foi melhorado tornando-o mais simples e eficaz.

- **Oferta Caixa Activa consolida comunicação a clientes**

  Reforçaram-se os suportes de comunicação das **Soluções Caixa Activa**, oferta inovadora dirigida a clientes com mais de 55 anos, com o envio mensal de uma *newsletter* específica sobre as melhores soluções financeiras para este grupo de clientes.

  Porque uma das maiores preocupações dos clientes com mais idade é o bem-estar e segurança dos seus descendentes, a *newsletter* inclui conteúdos de negócio de maior abrangência intergeracional e, numa abordagem de reforço do relacionamento familiar, passatempos e parcerias.

- **Oferta Caixa Woman**

  Em 2012, a oferta Caixa Woman, proposta de valor inovadora para mulheres ativas, continuou a robustecer a sua posição no mercado através de iniciativas de dinamização comercial. Destacaram-se as comemorações do Dia da Mulher (8 Março) que, para além do habitual jogo "mulheres com Garra", realizado em Lisboa, estendeu a sua ação ao norte do Pais com a primeira edição do jogo "mulheres com Chama" e a campanha de incentivo à utilização da função arredondamento nos cartões Caixa Woman com oferta de 3 viagens a Londres (de 16 de junho a 15 de agosto).

- **Fortalecimento da Oferta Jovem**

***Caixa:***

***Banco da poupança jovem e parceiro na educação***

  No segmento jovem, a Caixa continuou a posicionar-se com o Banco da poupança e o parceiro na educação financeira, apostando na valorização da poupança desde os primeiros anos.

  Destacam-se:

  - Duas campanhas de promoção e reforço continuado das poupanças, utilizando, entre outros meios, *marketing* direto muito alargado, seguido de contacto comercial. Na campanha realizada em Outubro foram atribuídos prémios aos maiores aforradores;
  - Lançamento do **depósito Caixa PopAforro** com o mínimo de abertura de apenas 25 euros e reforços, pontuais ou programados, a partir de 10 euros;
  - Dinamização dos **cartões pré-pagos LOL**, que facilitam a gestão do dia-a-dia e fomentam a poupança já que, no final dos meses, o dinheiro não gasto do cartão é acumulado e transferido automaticamente, a partir de 10 euros, para a conta poupança CaixaProjecto;
  - Apresentação do ator/cantor Vítor Fonseca, conhecido como Cifrão, como

[1] Conta à ordem com rendimento domiciliado, cartão de débito ou débito diferido, cartão de crédito e serviço Caixadirecta.

o Embaixador da Poupança Jovem e lançamento da embaixada da poupança no *site* da Caixa;
  - Exposição itinerante de literacia financeira **Educação + Financeira**, que percorreu o País pelo 3.º ano consecutivo contactando alunos do ensino básico e secundário.

- **Oferta My Baby** fortaleceu comunicação junto do público-alvo

  A oferta My Baby é uma solução inovadora de produtos financeiros e vantagens com vista a facilitar e responder às necessidades específicas relacionadas com o nascimento de um filho e a primeira fase de vida da criança. Visa a simplificação do dia-a-dia, assim como a melhor gestão do orçamento familiar e a poupança para o futuro do bebé, proporcionando vantagens em saúde e outros parceiros.

  Em 2012, para além da contínua dinamização da oferta nos Hospitais HPP, a Caixa reforçou presença em eventos como a conferência «Cuidar de nós, Cuidar do nosso bebé» e evento «Barrigas de Amor».

- **Crédito Pessoal**

  A Caixa reformulou a sua oferta de Crédito Pessoal assumindo um compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade social, mediante a atribuição de descontos no *spread*, para as finalidades de formação, saúde e energias renováveis:

  - A Caixa financiou cursos superiores, mestrados, doutoramentos e MBA, premiando o mérito académico com descontos no *spread*, através da Crediformação e da linha de Crédito para Estudantes com Garantia Mútua (com uma quota de mercado de cerca de 50%);
  - Na área das energias renováveis estabeleceu protocolos com várias entidades para a aquisição e instalação de equipamentos "amigos do ambiente";
  - No financiamento automóvel incentivou a compra de automóveis "amigos do ambiente" através de reduções no *spread*;
  - A Caixa reestruturou a sua oferta para saúde com a criação do Crédito Pessoal Saúde Emergência, modalidade destinada em exclusivo para Clientes de menor rendimento.

## Universitários e Universidades

***Confirmação da liderança no mercado universitário***

***Lançamento da marca Caixa IU***

A promoção do conhecimento, do talento e do mérito académico continuaram a destacar-se como eixos de atuação do Grupo Caixa junto da sociedade portuguesa, tendo para tal continuado a ser utilizados diversos instrumentos como bolsas de investigação, prémios monetários, concursos e soluções para jovens empreendedores, bem como oferta aos estudantes de soluções financeiras para a respetiva vida académica e ingresso na vida profissional.

Neste enquadramento, o ano de 2012 foi mais um ano de afirmação da liderança da Caixa no mercado Universitário, tendo mais de 70 protocolos ativos com os estabelecimentos de ensino canalizado benefícios a favor da comunidade académica em geral.

### *Nova Marca*

Prosseguindo o plano de lançamento da nova marca Caixa IU, iniciado em 2011, que se deverá assumir no mercado como marca de referência para o Segmento Universitário, foi renovada a imagem do cartão universitário, associando-o à nova marca e abrangendo,

desde setembro, todas as novas emissões e renovações.

Sob a égide da nova marca, foram apoiados pela Caixa mais de 120 eventos em escolas parceiras, além de outras iniciativas de âmbito regional ou nacional como as festas temáticas das Associações Académicas e os Festivais de Verão.

Também o sítio da *internet* dirigido ao segmento - www.caixaiu.pt, foi reformulado no seu *look & feel* e estrutura de conteúdos sendo igualmente lançado o espaço Caixa IU no Facebook.

### *Dinamização Comercial*

***Lançamento de novo produto de poupança Caixapoupança Superior***

***Residentes no Estrangeiro (RE):***

- ***Depósitos Mais RE***
- ***Oferta Triatlo***
- ***Depósito Maratona***

Sob o lema «Segue o teu Curso», ocorreu a 18ª edição da Campanha da Nova Época Universitária 2012, destacando-se o lançamento de um novo produto de poupança – **Caixapoupança Superior** – que, além de facilitar a pequena poupança continuada (aceita depósitos desde 1 euro), premeia a vinculação à Caixa como banco principal (com remuneração crescente em função dos produtos detidos, atingindo o seu máximo com a domiciliação do vencimento).

As soluções **Caixa Empreender** (para apoio a projetos de empreendedorismo), **Erasmus.go** (para apoiar formações no estrangeiro, em especial ao abrigo de programas Erasmus), os produtos de **Poupança Jovem** com destaque para os depósitos *on-line,* nomeadamente o Depósito especial Festivais de Verão, o **Crediformação** (com prazos e condições mais flexíveis), o Crédito para Estudantes com Garantia Mútua (linha de crédito sujeita a *plafond* anual), o cartão **Caixa ISIC** (cartão internacional de estudante) e o serviço **Caixadirecta** foram os principais alvos da dinamização comercial em 2012.

### *Serviço ao Cliente*

Visando um acompanhamento adaptado aos diferentes estádios do ciclo académico, em 2012, o atendimento à distância **Caixadirecta IU**, alargou e reformulou a sua estrutura, através da afetação segmentada dos clientes a três equipas de assistentes comerciais.

As **Agências Universitárias,** localizadas em cerca de 20 *campi* universitários continuaram a assegurar uma abordagem de proximidade, articulada com o atendimento à distância.

A continuidade da relação preferencial com a Caixa no momento da conclusão da fase académica e de integração na vida profissional, principal objetivo estratégico da gestão do segmento universitário, conduziu à transição em 2012 de mais de 6 400 clientes pós-universitários para novos serviços de gestão relacional: **Caixadirecta Mais**, para os clientes que preferem a interação através de canais diretos (telefone, *on-line e mobile*), **Caixa Mais**, para os clientes que valorizam o contacto físico, ou ainda **Caixazul** no caso de clientes *affluent.*

## Residentes no Estrangeiro

Destacando a importância da captação de poupanças para o País, ao longo de 2012, a Caixa lançou várias ações destinadas especificamente a clientes residentes no estrangeiro (RE):

- Campanha de Páscoa: tendo como principal objetivo estimular o crescimento das poupanças, Esta campanha incluiu o passatempo “Poupança à Portuguesa”, com oferta de uma Viagem à Ucrânia, atrás mencionada.
- Campanha de Verão «Apoiamos Portugal e quem poupa também»: promovendo o espírito de portugalidade nos Jogos Olímpicos, teve como principal objetivo aumentar a vinculação dos clientes através do lançamento do Depósito Maratona com adesão a um conjunto de produtos (Oferta Triatlo: Caixadirecta + Cartão de

débito ou débito diferido + Depósito a Prazo on-line).

- Campanha «Poupar em Família neste Natal»: destaque para as soluções de poupança jovem e para o Serviço Caixa Família antes referidas.

Adicionalmente, foram realizadas várias ações de Conhecimento do Cliente que permitiram potenciar a relação de proximidade entre o cliente e o gestor e a recolha de informação de suporte à construção de propostas personalizadas. Neste domínio, deu-se especial atenção a clientes com indícios de emigração ou expatriação recente.

A par destas iniciativas a Caixa continuou a privilegiar uma boa articulação e complementaridade entre a Rede de Agências Caixa, Sucursais e Escritórios de Representação no exterior e os canais à distância, nomeadamente através do Caixadirecta Internacional e da consolidação dade atribuição de gestores dedicados e personalizados para os clientes RE com maior património através do Serviço Caixazul Internacional.

## Investimento e Poupança

A promoção da poupança constitui um dos objetivos chave da Caixa Geral de Depósitos.

Assim, no sentido de reforçar a captação de novos recursos de balanço e a retenção dos vencimentos, foram lançadas diversas Soluções de Poupança e Investimento ajustadas aos diferentes perfis de investimento dos clientes (Prudente, Equilibrado, Dinâmico e Arrojado). Nomeadamente:

- A nível dos **Depósitos**, seis iniciativas bimestrais de captação de recursos (Oferta Base e Oferta Integrada De Depósitos) e **10 mecanismos de poupança automática**[2].
- Nove dos dez mecanismos de poupança automática foram lançados em 2011, tendo o décimo, o já mencionado **Serviço Caixa Família**, sido lançado em 1 de julho de 2012
- Até 31 de outubro de 2012, campanha de venda do *kit* **Papexperience**, destinado a Clientes e não Clientes que pretendessem oferecer, um "presente com futuro" e com o objetivo de:
  - tangibilizar e acionar os mecanismos de poupança automática;
  - dinamizar os fluxos de entrada para as contas de poupança; e
  - apresentar um presente com valor financeiro e pedagógico, em que, quem oferece, constitui um prescritor da poupança na Caixa junto do seu circuito de influência familiar, social e/ou profissional.
- Sete campanhas de **Seguros Financeiros** de médio/longo prazo, que garantem no final do prazo, o capital e uma remuneração fixa.
- A nível dos **Fundos de Investimento**, lançamento de um novo FEI Fechado (Caixagest Rendimento Corporate II - 2014_ FEI), por prazos de 3 anos e realização de 12 ações de dinamização dos Fundos em Oferta Permanente.
- No que toca às Soluções **de Rendimento e de Reforma**, verificaram-se:
  - duas ações de dinamização dos Fundos de Pensões Caixa Reforma Activa, Caixa Reforma Prudente, Caixa Reforma Valor e Caixagest Rendimento

***PAP:***

- ***10 mecanismos de poupança automática***
- ***kit Papexperience***

***Lançamento de um novo FEI Fechado - Caixagest Rendimento Corporate II - 2014_ FEI***

[2] Reforço Automático Caixa Aforro Poupe Mais, Reforço Automático de Contas Poupança Jovem, Reforço Automático Conta Poupança Caixa Activa, Transferências Automáticas Excedente Mesada, Conversão Automática de Consumo em Poupança (Cashback), Arredondamento Automático Compras (Mealheiro), Agendamento Automático Transferências para Poupança, Reforços Automática da Poupança no Vencimento de DP, Serviço de Gestão Automática de Tesouraria e Serviço Caixa Família.

Garantido 2022;
  - dinamização de cinco séries especiais de PPR (Levexpert).

De referir que, no que se refere a captação concretizada em campanhas:

- Cerca de 72% respeitam a Depósitos (mercado doméstico), cerca de 19% a Fundos de Investimento e 10% a Seguros Financeiros.
- 85% das campanhas de captação lançadas tiveram como destinatários o segmento Gama Alta e os Seniores.

Destacam-se ainda as seguintes iniciativas:

- **Seguros não financeiros**, para complemento da oferta de seguros:
  - Lançamento de 17 iniciativas de dinamização de seguros de proteção de bens e de pessoas com um total de vendas próximo dos 100 mil novos contratos.
  - **Upgrade da Oferta Multicare**, com a disponibilização de um novo tipo de produto, o Simplecare, que constitui uma forma simples de utilizar os serviços da rede Multicare. Com duas opções - Simplecare Base e Simplecare Plus - o cliente pode escolher entre um seguro que lhe permite efetuar oito consultas na rede Multicare, por anuidade de seguro, ou aumentar o nível de proteção, contratando, também, um capital de Internamento Hospitalar de 75 000 euros.

***Upgrade da Oferta Multicare - Simplecare Base e Simplecare Plus***

***Prestação de serviços bancários mínimos***

- **Serviços Mínimos Bancários** – Na sequência do Protocolo, celebrado a 27 de novembro de 2012, entre a Caixa, o Governo e o Banco de Portugal, a Caixa iniciou, a partir de 21 de Dezembro de 2012, a prestação dos Serviços Mínimos Bancários a clientes particulares ao abrigo do novo regime legal (Decreto-Lei 225/2012, de 17 de Outubro).

## Financiamento Imobiliário

***"Compre casa na Caixa. E os custos ficam por nossa conta."***

O setor imobiliário em 2012 refletiu a fase atual do ciclo económico e a decorrente alteração do clima de confiança e das expetativas da população portuguesa.

Ao longo deste período, assistiu-se, assim, a uma quebra acentuada do saldo de crédito à habitação e da produção de novas operações.

Num contexto de agravamento do desemprego e de elevado endividamento das famílias, diversos fatores continuam a contribuir para esta evolução:

- excesso de oferta de habitação, resultante em grande parte do forte ritmo de construção dos últimos anos;
- adoção de critérios mais restritivos na concessão de crédito, refletindo o agravamento do risco de crédito;
- menor confiança das famílias e consequente adiamento das decisões de aquisição ou troca de habitação;
- necessidade de adequar os rácios de transformação aos critérios impostos no memorando de entendimento FMI/BCE/EU.

Ainda que acompanhando as tendências mais recentes do mercado hipotecário, a Caixa continuou a garantir aos seus clientes o acesso ao crédito imobiliário, disponibilizando soluções de financiamento desenhadas especificamente para a presente conjuntura.

Assim, a Caixa tem vindo a oferecer soluções integradas de venda de imóveis pertencentes ao Grupo e de crédito à habitação, em condições vantajosas, prioritariamente dirigidas às famílias com recursos mais limitados.

Neste âmbito, a Caixa realizou diversos leilões de imóveis associando condições de

financiamento muito atrativas, nomeadamente ao nível do prazo máximo, do *spread* e da relação financiamento/garantia, assim como por via da isenção da comissão de estudo e da dispensa de registos provisórios.

Neste processo que abrange também a possibilidade de arrendamento de imóveis do Grupo, tem sido desenvolvida uma colaboração ativa com diversas redes de mediação imobiliária com as quais a Caixa mantém acordos de parceria, em particular nas iniciativas de "Open House", as quais oferecem a possibilidade de visitar, com maior celeridade, os imóveis em comercialização, a preços mais reduzidos do que os inicialmente estabelecidos. Num contexto de abrandamento no sector imobiliário, o Grupo procura contribuir para a estabilização financeira das empresas de construção suas clientes, tendo criado, para o efeito, uma oferta promocional de financiamento dirigida a clientes que pretendam adquirir frações habitacionais construídas por estas empresas

Adicionalmente, a Caixa tem estabelecido parcerias com mediadores imobiliários, reforçando a utilização de meios e suportes de promoção em ações de *co-marketing* destes empreendimentos, localmente, na intranet e ainda na sua rede de Agências.

A divulgação e promoção da carteira de imóveis do Grupo CGD foram intensificadas, tendo sido criado o novo *site* da Caixa Imobiliário e emitidas *newsletters* eletrónicas e impressas, com periodicidade mensal, de abrangência nacional e internacional. Simultaneamente, a Caixa tem dedicado uma atenção acrescida à gestão da sua carteira de crédito à habitação, acompanhando com rigor a situação financeira dos seus Clientes e propondo proativamente a renegociação dos contratos de crédito, adequando-os aos seus níveis de rendimento e reduzindo o risco de incumprimento.

Incluem-se nestas soluções de reconciliação nomeadamente o alargamento do prazo da operação, a mudança do regime contratual, a introdução de um período de carência de capital, o diferimento de uma parte do capital para o final do empréstimo, ou ainda a mudança da data de pagamento da prestação, tendo sido efetuadas, ao longo de 2012, mais de 25 000 alterações contratuais.

Adicionalmente, passou a ser possível a regularização de prestações vencidas, através de introdução de um plano de diferimentos da divida vencida (capital, juros, moras e encargos) por um prazo máximo de 12 meses ou através de capitalização da dívida.

Direcionando-se também para as famílias mais endividadas, a Caixa permite agora a consolidação de diversas dívidas, nomeadamente crédito imobiliário, crédito pessoal, crédito automóvel e cartões de crédito, ajustando as prestações aos rendimentos presentes dos clientes.

Procurando estimular o mercado de arrendamento habitacional, a Caixa, que foi pioneira na criação e desenvolvimento de fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH), vem reforçando a sua aposta nestes instrumentos.

Estes fundos assumem-se, cada vez mais, como referenciais importantes na procura de soluções de recuperação de crédito, incorporando simultaneamente uma vertente social, ao permitir que os clientes da CGD em dificuldades económicas possam permanecer na sua habitação atual mediante o pagamento de uma renda, sendo-lhes facultada a possibilidade de celebração de contratos de arrendamento com opção de compra.

Também neste âmbito foi lançada uma nova iniciativa que permite aos clientes da Caixa a possibilidade de trocar a sua habitação atual, por outra, propriedade do Grupo CGD, de menor dimensão e valor, proporcionando uma redução efetiva dos encargos com os respetivos empréstimos. Esta solução reforça o apoio da Caixa às famílias em *stress* financeiro.

A opção pelos FIIAH's tem contribuído, também, para o que vem sendo outra das apostas estratégicas da CGD, a reabilitação urbana, realidade à qual a Caixa se associou,

desenvolvendo e comercializando linhas específicas de financiamento.

Inscrita como uma das medidas do "Plano de Emergência Social" (PES), o "Programa Social de Arrendamento" é inspirado no "Programa Arco-íris – Novos Horizontes para o Arrendamento", que resultou numa experiência bem sucedida da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e do Grupo CGD, destinando-se a classes sociais que, apresentando rendimentos superiores aos que permitem a atribuição de uma habitação social, não apresentam, contudo, capacidade financeira para arrendarem um imóvel em mercado livre, representando um triplo benefício:

- Acesso à habitação, uma vez que as rendas a praticar serão inferiores às praticadas em mercado livre;
- Rentabilização do património imobiliário do banco;
- Apoio ao mercado da Reabilitação Urbana.

É hoje inegável a aposta da Caixa neste importante setor de atividade, considerado estratégico para o País. Assim e para além de um conjunto alargado de protocolos com diversas entidades que atuam nesta área, a CGD concorreu à gestão de um Fundo de Desenvolvimento Urbano no âmbito da Iniciativa Comunitária Jessica, desenvolvida pela Comissão Europeia (CE) e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), em estreita colaboração com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), visando a promoção de projetos de reabilitação e regeneração urbana potenciadores da coesão social e da sustentabilidade.

Finalmente, a Caixa levou a cabo em 2012 uma reestruturação profunda, em particular nas vertentes organizativa, operativa, e de sistemas e plataformas de suporte, do modelo de gestão interna do negócio imobiliário, adotando uma abordagem que visa assegurar a eficácia e articulação de todas as fases da cadeia de valor, nomeadamente a concessão, o acompanhamento e a recuperação de crédito, assim como as fases de aquisição e comercialização de imóveis provenientes dos processos de recuperação.

## *Segmento de Clientes – Empresas*

***Oferta Caixa Empreender: "Acelere o seu negócio"***

Contribuir para o crescimento económico português, nomeadamente através do financiamento e apoio à internacionalização das empresas e do incentivo à inovação e empreendedorismo, constitui uma das prioridades estratégicas da Caixa.

Prosseguindo este objetivo, a Caixa viu reforçada a sua quota de mercado no crédito a empresas em 0,9 p.p. em 2012 (nos últimos 4 anos, esta apresentou uma subida de 2,5 p.p.).

O negócio de empresas contempla a atividade de empresas de micro, pequena e média dimensão, incluindo o negócio dos Empresários em Nome Individual (ENI), tendo até novembro de 2012 sido contratados mais de 1 830 milhões de euros em operações de crédito neste segmento.

A atividade comercial centrou-se no crescimento em novos clientes e no aumento do relacionamento comercial, através de campanhas de comunicação e iniciativas de dinamização, e na consolidação do modelo de serviço Caixa Empresas, serviço de atendimento personalizado e de aconselhamento financeiro, prestado nomeadamente a:

- PME, através de uma rede própria de 36 Gabinetes com 115 Gestores dedicados;
- ENI e Micro Empresas, através de um espaço dedicado em algumas Agências e com uma equipa de 243 gestores dedicados.

Foram implementadas, ao longo de 2012, várias medidas de prevenção e acompanhamento do incumprimento, nomeadamente a disponibilização de alertas de negócio sobre risco de crédito, a flexibilização do prazo para empresas de bom risco e o

aumento dos níveis de colaterização das operações. A Caixa procedeu também à revisão da política de *pricing* das operações de crédito, alinhada com a atualização das taxas de produtos de captação para empresas, tendo lançado dois novos depósitos com total liquidez nos prazos de 7 e 15 dias.

Os produtos de comércio externo apresentaram um volume de novas operações de 157 milhões de euros em novembro de 2012, representando 8,1% do total de comissões cobradas em produtos de crédito e outras responsabilidades extrapatrimoniais.

Para apoiar a estrutura comercial da Rede de Agências e Gabinetes, foram lançadas *leads* de negócio com enfoque nas PME Líder e Excelência, nas empresas exportadoras e produtoras de bens transacionáveis. O reforço da dinâmica comercial assentou na atribuição de limites financeiros para apoiar a tesouraria das empresas com destaque para as Empresas PME Líder e Excelência. De salientar as principais iniciativas de 2012:

- **Lançamento da Linha Caixa Empresas Exportações**

  Esta Linha conta com mais de 2 300 operações enquadradas no montante total de 360 milhões de euros, e pretende apoiar a flexibilização da tesouraria das empresas exportadoras ou produtoras de bens transacionáveis, apresentando três vantagens:

  - Flexibilização do prazo e das condições em operações de médio e longo prazo ou novas operações;
  - Benefícios condicionados à relação comercial com a Caixa, através de uma grelha de bonificações no *spread*;
  - Antecipação de recebimentos de exportação, no prazo de 48 horas para clientes com limites contratados para dívida comercial.

  O Grupo Caixa dispõe de vários instrumentos de apoio ao comércio externo e de uma rede internacional com presença em 23 países responsáveis por cerca de 80% dos destinos de exportação das empresas portuguesas.

  A campanha de comunicação "Apoio às Exportações" veio reforçar o papel da Caixa enquanto motor da economia nacional lançando a sua nova assinatura para o segmento de empresas "Há um banco que mexe e faz mexer o País. A Caixa com certeza".

- **Nova Oferta Empreendedorismo**

  A Caixa reforçou a sua oferta com o lançamento de novos instrumentos de crédito nomeadamente o Cartão Caixa Empreender, que pretende cobrir necessidades de tesouraria e a Linha Caixa Capitalização, que visa o reforço da capitalização das empresas. A Linha Caixa Capitalização, para empresas com perspetivas de crescimento, combina atributos de dívida e de capital proporcionando recursos estáveis e reduzindo o impacto na tesouraria do agravamento generalizado dos prazos médios de recebimento, facilitando ainda a alocação de meios ao esforço de crescimento, em especial no mercado externo ou em produtos substitutos de importações.

  Destaca-se ainda a prestação de serviços de apoio à profissionalização da Gestão, que permite otimizar o posicionamento competitivo da empresa no mercado.

  Através da Caixa Capital, o Grupo Caixa intervém na criação de Empresas (*Startups*) e nas Participações em negócios emergentes veiculados a partir do Desafio Caixa Empreender+, configurado em formato de Concurso www.caixaempreendermais.pt, com uma dotação inicial de 25 milhões de euros.

***Empresas exportadoras: "Há um Banco que mexe e que faz mexer o País"***

***Linha Caixa Capitalização:***

***Reforço da capitalização das empresas***

Foram analisados mais de 750 projetos de elevado potencial.

- **Investe QREN**

  A Caixa promoveu a divulgação e dinamização da Linha Investe QREN, lançada em outubro 2012, que visa assegurar o financiamento da contrapartida nacional privada de operações no âmbito do QREN, no montante global de 1 000 milhões de euros, dos quais 600 milhões se destinam a projetos QREN apresentados por PME.

***Linha PME Crescimento:***

- ***Liderança no segmento destinada às Micro e Pequenas Empresas***
- ***Quota de mercado de 17% com um montante de €420 milhões***

- **Linha PME Crescimento**

  Com um *plafond* de 2 500 milhões de euros, esta linha visa a criação de emprego e o apoio ao crescimento económico, pela via do investimento ou das exportações. A Caixa atingiu uma quota de mercado de 17%, no montante de 420 milhões de euros, tendo alcançado a liderança no segmento destinada às Micro e Pequenas Empresas[3].

- **Linhas PME INVESTE**

  Assistiu-se a uma forte e proactiva dinamização das Linhas PME Investe e PME Crescimento refletido num volume de candidaturas superior a 4 000 milhões de euros, tendo a Caixa aderido ainda às Medidas de Alargamento destas Linhas para 2012.

- **Linhas de Crédito para os setores Agrícola, Pecuário e das Pescas:**

  Para o setor primário, a Caixa apoiou a capacidade produtiva e reforça a tesouraria das empresas através das seguintes iniciativas:

  – Alargamento do prazo de reembolso em linhas de apoio aos setores agrícola e das pescas;
  – Linha de crédito de apoio à alimentação animal – Seca 2012 – procurando compensar o aumento dos custos relativos à alimentação animal;
  – Lançamento de uma Linha de crédito com o IFAP (no apoio aos projetos do PRODER e PROMAR) de 150 milhões e 72 milhões de euros no Crédito Campanha (linha crédito bonificada com IFAP).

- **Apoios ao setor do Turismo**

  A Caixa assinou protocolos de entendimento com o Turismo de Portugal, tendo em vista disponibilizar às empresas do setor do turismo:

  – Carência de capital em financiamentos ao abrigo de Linhas de Crédito de Apoio ao Setor do Turismo.
  – Linha de Crédito de Apoio à Tesouraria das Empresas do Sector do Turismo designadamente através da antecipação de recebimentos a prazo que as empresas turísticas detenham sobre terceiros: remessas documentárias, letras, cheques, faturas (*factoring*).
  – Linha de Crédito de Apoio à Qualificação da Oferta para Empresas do Setor do Turismo - destinada à criação e requalificação de empreendimentos ou atividades de animação, que se diferenciem da oferta existente na região e à criação e requalificação de estabelecimentos de restauração, desde que, num caso e noutro, se apresentem de interesse para o turismo.

[3] Fonte: 26/12/2012 operações entradas SGM.

## Inovação em produtos e serviços

Ao longo do ano, a Caixa reforçou a sua competitividade no mercado através do lançamento e melhoramento de produtos com caraterísticas inovadoras, com destaque para os seguintes:

***Linha Caixa Capitalização - prazos alargados***

***Caixa Mais Tesouraria: solução integradora da gestão de fluxos de tesouraria***

- **Linha Caixa Capitalização**

  Facilidade de crédito pioneira no mercado financeiro nacional que combina atributos de dívida e de capital, com prazos de reembolso alargados e *bullet* para o crédito e sem exigências de garantias hipotecárias.

- **Caixa Mais Tesouraria**

  Solução que integra, num único produto, a gestão de fluxos de tesouraria, antecipando créditos sobre devedores e/ou garantindo pagamentos a fornecedores.

- **Serviço Netcaixa *on-line***

  Serviço que com total segurança e rapidez nas transações, procura dar resposta a novos hábitos de compra dos consumidores, potenciando um aumento do volume de vendas para os comerciantes através dos pagamentos em ambiente *web*. É um serviço de conveniência, cómodo, fiável e eficiente, disponível 24h por dia.

  O serviço netcaixa é a solução da Caixa para aceitação de pagamentos eletrónicos nos Terminais de Pagamento Automático (TPA) para cartões de débito e de crédito, das marcas Visa e Mastercard. A Caixa valoriza e premeia os seus clientes através de um benefício de *cashback* que corresponde à devolução de percentagem da Tarifa de Serviço Comerciante nas transações efetuadas com cartões emitidos pela Caixa

A Caixa disponibiliza às empresas uma Rede Multicanal, com destaque para o serviço Caixa *e-banking* que tem vindo a aumentar as funcionalidades disponíveis, e possui uma extensa plataforma internacional disponível para apoiar a internacionalização das empresas.

### *Qualidade do Serviço e experiência do cliente*

É objetivo permanente da Caixa constituir uma referência de qualidade do Serviço e Satisfação do Cliente.

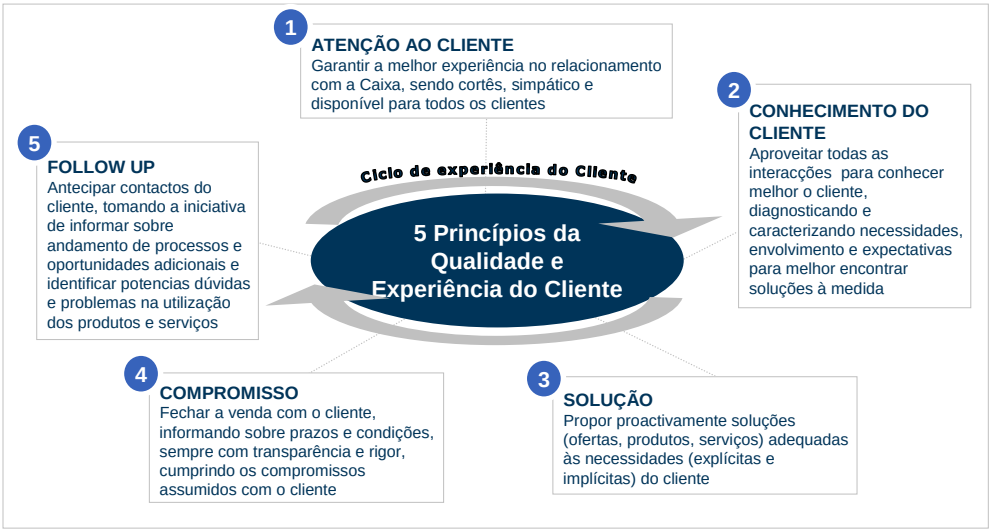
A gestão da qualidade de serviço encontra-se assim alinhada com as melhores práticas internacionais multi-setoriais, nomeadamente nas metodologias de recolha e análise da opinião dos clientes.

A avaliação e monitorização da Experiência do Cliente são asseguradas, por exemplo, através de visitas mistério aos diversos pontos de venda e de inquéritos de opinião aos clientes. A auscultação regular dos clientes é conjugada com estudos *on-line*, de *benchmarking* e outros estudos de mercado de caráter pontual e qualitativo, especialmente para avaliação dos momentos chave de interação com o Banco e do nível de adequação das propostas de valor.

Sob a perspetiva de que toda a Organização é responsável pela melhoria contínua da Experiência e Satisfação do Cliente, os resultados são comunicados de forma regular a

toda a estrutura interna, introduzidos nos planos formativos e traduzidos, quer em orientações concretas de atuação sobre as oportunidades de melhoria identificadas, quer em índices de satisfação e lealdade dos Clientes, os quais são integrados no sistema de incentivos da Rede Comercial, importante instrumento de gestão e de motivação para a prestação de um serviço de qualidade.

Em 2012, e com o objetivo de transformar todos os contributos e resultados em barómetros e aceleradores da experiência do cliente e da ação comercial em cada modelo de serviço, destacam-se: lançamento de ações que contribuam para o crescimento dos níveis de recomendação da Caixa e para a conversão de "Detratores" (clientes que não recomendam a Caixa e, que a prazo, poderão abandonar o Banco) em clientes "Promotores" (Embaixadores da Caixa); nas visitas mistério, reforço das ponderações atribuídas aos aspetos com maior impacto na satisfação e experiência do cliente, nomeadamente qualidade do atendimento e proatividade comercial; teste de uma plataforma *on-line* para lançamento de um programa de monitorização regular da informação veiculada pelos clientes nos meios *on-line*; início do desenvolvimento de uma plataforma *on-line* específica para divulgação dos resultados do *Tableau* da Qualidade e Experiência do Cliente; comunicação interna dos cinco princípios da Qualidade e Experiência do Cliente:




Em 2012 os índices globais da qualidade de serviço e da satisfação de clientes continuaram a evoluir de forma positiva, refletindo-se o enfoque da CGD em proporcionar sistematicamente a melhor experiência ao cliente em elevados níveis de fidelização e recomendação dos clientes.

## *Convergência entre a Estratégia Comercial e a Sustentabilidade e Responsabilidade Social*

***Estreita articulação entre os objetivos de negócio e o compromisso renovado com a Sustentabilidade e Responsabilidade Social***

A Caixa mantem uma estreita articulação entre os objetivos de negócio e o compromisso renovado com a Sustentabilidade e a Responsabilidade Social.

Assim, em 2012 foram reforçados mecanismos facilitadores e indutores de poupança e, em paralelo, intensificado o foco no apoio ao empreendedorismo, na formação dos jovens e no mérito das comunidades académicas. Prosseguiu-se também a política de viabilização do investimento das famílias e das empresas em energias renováveis. Destacam-se a este respeito os já mencionados Mecanismos de Poupança Automática, a prestação de Serviços Mínimos Bancários, o Pacote Zero e a reformulação da oferta de Crédito Pessoal com atribuição de descontos no *spread*, para as finalidades de formação, saúde e energias renováveis.

Na vertente do **Empreendedorismo / Microfinanciamento** – A oferta da Caixa inclui as

seguintes soluções de investimento:

- **Caixa Jovem Empreendedor** – aquisição de equipamentos / outras componentes do lançamento de pequenos negócios ou modernização do negócio, ou sociedades recentemente constituídas ou em processo de constituição, com capital maioritariamente detido por jovens até aos 40 anos;
- **Microfinanciamento ANJE** (Protocolo com a ANJE) - condições idênticas às da Caixa Jovem Empreendedor;
- **Microcrédito ANDC** (Protocolo com a ANDC) - aquisição de equipamentos ou outras componentes no âmbito de projetos em qualquer área de atividade, promovidos por particulares ou por ENIs;
- **Microinvest e Invest+** - destinadas exclusivamente à criação de novas empresas por cidadãos desempregados, com taxas de juro bonificadas, similares às das Linhas PME Investe para Micro e Pequenas Empresas. Apresenta-se no quadro seguinte a distribuição por linhas de crédito, sendo de destacar a elevada representatividade da Caixa na angariação e contratação de operações:

| Finalidade | Quota de Mercado da Caixa (fonte externa) |
|---|---|
| Jovem Empreendedor | Produto Caixa |
| Invest + | 17% (junho/12) |
| Microinvest | 28% (junho/12) |
| Microcrédito ANDC | - |
| Microfinanciamento ANJE | - |

- **Fundo Caixa Empreender+** – projetos de elevado potencial em fase de crescimento e que apresentem dinâmicas de inovação e sustentabilidade, através de participação no capital;
- **Cartão Caixa Empreender** – “conta-corrente" no bolso para novas empresas (empresas com menos de 2 anos de atividade de todos os setores), cujas principais vantagens são a autonomia (utilização através da conta DO e POS), a flexibilidade – pagamentos (amortizações mensais) pela totalidade ou parciais (com mínimo de 5% do saldo utilizado), com possibilidade de fracionamento até 25% do *plafond* do cartão numa linha a 36 meses – rapidez (disponibilização de uma linha de crédito para apoio da tesouraria de curto prazo até 50 milhões de euros e a comunicação (extrato próprio).

  Os benefícios exclusivos para detentores do cartão são os depósitos (“DP on-line 7 e 15 dias Caixa Empreender ” e “Poupança Caixa Empreender”, com remuneração igual à dos depósitos Caixa PME Líder) e o desconto até 15% e coberturas mais alargadas em seguros de proteção ao negócio (Multicare PME e cartão ActivCare, Multiriscos, Acidentes de Trabalho, Vida Grupo).

Os cinco exemplos expostos são um testemunho concreto e quantificado da adequada compatibilização entre os objetivos de negócio da atividade *core* da Caixa e o seu compromisso com a Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

## *Canais eletrónicos*

Nas últimas décadas tem-se assistido a uma aproximação do Grupo CGD ao cliente, procurando antecipar e satisfazer, com qualidade, as suas expetativas multicanal e necessidades de conveniência. Esta aproximação tem sido concretizada com a conceção e desenvolvimento de novos canais e redes, a adoção de modelos de serviço e de

negócio inovadores, dirigidos às novas necessidades, preferências e comportamentos dos clientes.

Face aos desafios do mercado os Canais Eletrónicos têm contribuído para a transformação do modelo de negócio e operativo da CGD, num correto equilíbrio custo/rentabilidade, atuando em várias vertentes:

***Proximidade ao cliente através de novos canais, redes e novas formas de acesso numa abordagem de dimensão informativo-transacional-relacional***

- Inovação financeira, para fazer face a um mercado cada vez mais concorrencial e aberto a novos *players*, nomeadamente não financeiros;
- Novas formas de acesso, intensificando a estratégia multicanal da Caixa, centrada nas necessidades do cliente - *mobile banking*, SMS, APP Caixadirecta para *Windows* 8, e assentes nas novas tecnologias de comunicação;
- Modelo de distribuição, com o lançamento de modelos de serviço inovadores (Agências à distancia para segmentos específicos – Universitários, Não Residentes, Caixadirecta mais e Microcrédito);
- Infraestrutura tecnológica, com o desenvolvimento de novas plataformas de canais e de gestão de redes.

Neste movimento inovador caracterizado por uma maior sofisticação na interação do cliente com a CGD distinguem-se mudanças de paradigma, passando sucessivamente do *informativo*, ao *informativo-transacional,* com uma forte motivação de automatização das transações executadas no balcão. Atualmente, os canais são caracterizados pela dimensão *informativo-transacional-relacional,* alavancada fortemente nos novos acessos mais sofisticados num aprofundamento da estratégia multicanal: O Cliente usa os diferentes canais de acordo com a sua necessidade específica, localização e acesso mais conveniente – PC, Telefone fixo ou móvel, *Smartphone* ou PDA.

## Self-Service

A rede de *Self-service* compreende a gestão dos ATM da CGD integrados na rede Multibanco e o serviço Caixautomática, rede privativa de ATS e Atualizadores de caderneta, de acesso restrito aos seus clientes. No final de 2012, a Caixa disponibilizava 4 843 equipamentos automáticos, tendo realizado 272 milhões de operações e movimentaram-se 16,6 mil milhões de euros.

A rede Caixautomática, constituída por 1 496 ATS e 1 012 atualizadores de caderneta, foi responsável por 137 milhões de operações e 9 mil milhões de euros movimentados. De referir, o esforço contínuo na melhoria do nível de serviço com a disponibilização de novas funcionalidades.

A rede de ATM Multibanco da Caixa atingiu as 2 335 unidades, representando uma quota de 17,4% do mercado. Efetuou 135 milhões de operações e movimentou 7,5 mil milhões de euros.

### *netcaixa*

A Caixa disponibiliza, sob a marca netcaixa, um serviço completo de *Acquiring*[4], que permite aos comerciantes a aceitação de pagamentos eletrónicos com cartões da marca nacional Multibanco e das marcas internacionais VISA e MasterCard, na vertente de débito e de crédito, quer para cartões nacionais, quer para cartões estrangeiros, em Terminais de Pagamento

[4] O Acquiring consiste na atividade que permite a aceitação, pelos Comerciantes, dos cartões com as marcas representadas pelo Acquirer. Este contrata com aqueles as condições de aceitação e assegura-lhes o pagamento das transações efetuadas.

Automático (TPA).

A solução netcaixa disponibiliza uma linha de atendimento, 24 horas por dia, todos os dias do ano, através do número 707 24 24 77.

Em 2012, a atividade de *acquiring* foi influenciada negativamente pela evolução da procura interna. Contudo, a evolução das quotas de mercado mostra que a Caixa teve um comportamento mais positivo que o mercado. Esta atividade representou a captação de mais de 10 milhões de euros/dia.

Em conformidade com o plano estratégico definido para 2012, o serviço netcaixa, procedeu a um conjunto de iniciativas, das quais se destaca:

- Dinamização do serviço *netcaixa on-line* (TPA Virtual);
- Campanha de oferta *netcaixa MB-Only* e Multimarca;
- Consolidação do serviço de instalação e assistência *Premium* com vista a melhorar os níveis de satisfação / fidelização dos clientes;
- Contínua dinâmica de inovação para o desenvolvimento e disponibilização de novas soluções, como por exemplo o *contactless* e as Redes Privadas;
- Melhoria da eficiência operacional;
- Melhoria da eficiência do parque instalado.

O alinhamento das políticas de gestão do serviço netcaixa com a estratégia da Caixa permitiu alavancar a melhoria da rentabilidade, continuar a captar clientes de referência em diversos setores de atividade, mitigar o risco e incrementar o comissionamento.

## Canais não presenciais

A Caixa disponibiliza com as melhores práticas de segurança, as melhores soluções, suportadas na inovação, conveniência e usabilidade, atribuindo maior valor ao relacionamento com os clientes.

Destaque para a entrada em produção da Aplicação *App Caixadirecta* para *Windows* 8 e de uma nova plataforma para os canais não presenciais de particulares, que suporta o funcionamento dos canais telefone, *on-line, mobile e sms* do serviço Caixadirecta, garantindo uniformidade e coerência no tratamento dos Clientes independentemente do canal utilizado, e permitindo maior eficiência no desenvolvimento e lançamento de novas funcionalidades e serviços.

Registe-se o facto da App Caixadirecta ter sido eleita "*The Best Mobile Banking App*" pelo setor financeiro internacional através da EFMA (*European Financial Management Association*).

### *Serviço Caixadirecta*

A Área de *Contact Center* assegura a execução de contactos e operações *inbound*, a prestação de serviços e execução de ações de *outbound,* sendo responsável pela promoção da gestão eficiente dos contactos, e ainda a informação a clientes e não clientes, bem como assegurar a captação de negócio através de estratégias de *up-selling* e *cross-selling*. Efetua campanhas de *telemarketing,* de fidelização, de promoção e venda direta a clientes e não clientes, de produtos e serviços, também disponibilizados na rede presencial, realiza inquéritos, assim como, ações de recuperação de crédito.

As principais linhas de contacto disponibilizadas na plataforma *CaixaContactCenter* garantem o atendimento ao serviço Caixadirecta (informativo e transacional) e Caixa *e-Banking*, as linhas de apoio ao cliente - Cartão de Crédito e Centro de Autorizações, Caixautomática, netcaixa, Associação Nacional de Farmácias (ANF).

O Caixadirecta, canal Telefone, serviço de banca telefónica da Caixa, disponível 24 horas

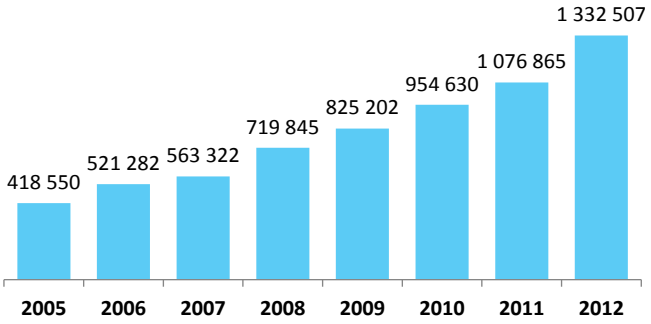
por dia, permite o acesso direto à Caixa, a clientes ou não clientes, disponibilizando com toda a comodidade e segurança, a execução de operações e consulta de saldos (apenas após digitar o seu número de contrato e código de acesso), informação sobre os produtos bancários e a comunicação de roubos e extravios de meios de pagamento, assim como a realização de simulações de crédito.

Possibilita ainda uma interação multilingue (português, inglês, francês e espanhol) em modo automático através de guia vocal (IVR), e um atendimento personalizado através de um Assistente, disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano, na linha 707 24 24 24, da Rede fixa, e nos números 91 405 24 24, 93 200 24 24 e 96 200 24 24, das Redes Móveis.

O canal telefone, apresentou no período, ao nível da adesão, uma evolução positiva (+11%), ultrapassando 1,65 milhões de contratos. As chamadas recebidas – atividade de *Inbound,* ultrapassaram os 2 milhões, incluindo o atendimento de linhas informativas e transacionais. Quanto à atividade de *outbound*, foram efetuadas cerca de 1,8 milhões de chamadas e contactados cerca de 154 mil clientes.

No âmbito do *Internet Banking*, a Caixa disponibiliza aos seus clientes particulares os serviços Caixadirecta on-line, Caixadirecta *invest*, Caixadirecta *sms,* Caixadirecta *mobile* e *APP Caixadirecta* para *Windows* 8, e aos seus clientes empresa e institucionais os serviços Caixa *e-Banking* e Caixa *e-Banking mobile.*

## CAIXADIRECTA ONLINE - CONTRATOS ATIVOS




***Liderança nos serviços de homebanking***

***Caixadirecta on-line: site mais visitado***

De registar que a Caixa assume a liderança no mercado, no que respeita à utilização de serviços de *homebanking* (Estudo *Marktest* para o período janeiro-novembro de 2012), sendo o site ***Caixadirecta on-line*** aquele que apresenta mais páginas visitadas – 405 milhões, e tempo despendido – 2,3 milhões de horas, para além de surgir numa posição cimeira no que respeita também ao número de utilizadores únicos, com 1,445 milhões, logo atrás do site público www.cgd.pt, que apresentou 1,778 milhões no mesmo período.

O serviço Caixadirecta *on-line* permite ao cliente, sem custos, e no caso de serviços pagos, com um custo inferior ao praticado pela Agência, aceder às suas contas e efetuar operações de consulta, transferências (nacionais e internacionais) e pagamentos, requisitar cheques, subscrever produtos financeiros, aderir a cartões, efetuar operações de bolsa, agendamentos, gerir a carteira de fundos, consultar documentos (cópias de cheques), aceder ao Caixadirecta *invest,* ao Gestor on-line, à Loja On-line e ao serviço MB DOX, através de um dispositivo com acesso à internet

O serviço manteve a tendência de crescimento do número de clientes com canal *on-line* ativo, registando um incremento bastante significativo de cerca de 24% face a 2011. Em termos de utilização, em média, foram efetuadas, por dia, cerca de 1 milhão de operações.

A convite da Microsoft, a Caixa Geral de Depósitos desenvolveu uma Aplicação (App) do Serviço Caixadirecta, no sistema operativo Windows 8 e associou-se ao lançamento mundial deste novo sistema, disponível em *tablets* e computadores. Esta App disponibiliza duas áreas distintas:

- Não Autenticada, para qualquer utilizador do sistema operativo que faça *download* da App;
- Autenticada, para clientes aderentes ao Serviço Caixadirecta.

A primeira, para além de promover a oferta de produtos e serviços do Banco, dá informação acerca da localização das Agências e disponibiliza uma demonstração com as principais funcionalidades da App. É também nesta área que os Clientes aderentes fazem a autenticação para aceder ao Serviço Caixadirecta.

Relativamente à área autenticada, os Clientes têm disponíveis as transações mais procuradas, de forma simples e de rápida execução, bem como funcionalidades inovadoras, de que é exemplo o Gestor *on-line* e o PAP (Plano Automático de Poupança).

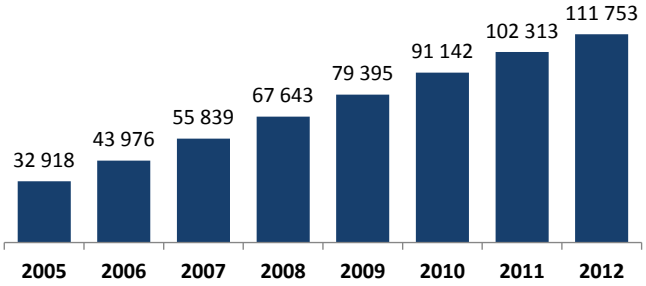
Na App os Clientes poderão efetuar consultas e operações bancárias relacionadas com transferências, pagamentos, cartões e alertas de negócio.

O "Gestor *on-line*" facilita o acesso a apoio personalizado via Gestor ou *Contact Center*, quer através de pedido de *callback*, quer via mensagens seguras. Este serviço apresenta ainda um conjunto de oportunidades de negócio selecionadas de acordo com o perfil do Cliente.

### *Caixa e-Banking*

O *Caixa e-Banking* é o serviço de *Internet banking* para empresas e clientes institucionais.

CAIXA E-BANKING - CONTRATOS ATIVOS




O serviço permite efetuar operações bancárias e aceder a informação *on-line*, com PC ou através de telemóvel, *smartphone* ou PDA com acesso à internet, no endereço https://m.caixaebanking.cgd.pt. Para aceder ao serviço via mobile basta ser utilizador do *Caixa e-Banking*.

Em 2012 manteve-se a tendência de crescimento continuado do serviço, seja na evolução dos contratos ativos (+9,2%), seja no volume de operações realizadas (+9,8%), cerca de 240 mil operações por dia.

## Banca à distância

As Agências à distância, focalizadas no acompanhamento e na gestão de clientes considerados estratégicos (universitários, recém licenciados e residentes no estrangeiro), servem já cerca de 200 mil clientes.

### *Serviço Caixadirecta IU*

O Serviço Caixadirecta IU da Caixa Geral de Depósitos destina-se a dar resposta às necessidades dos clientes universitários que valorizam o atendimento à distância e o acompanhamento especializado de uma equipa de Comerciais.

O Serviço Caixadirecta IU oferece assim: apoio financeiro; atendimento personalizado

através do canal telefone ou do *homebanking*; acesso privilegiado aos produtos e serviços específicos para Universitários e acesso ao serviço 24 horas/7 dias por semana.

Os clientes podem aceder por:

- Telefone: 808.212.213 + nº de contrato Caixadirecta + código de acesso;
- *On-Line*: Serviço Caixadirecta + nº de contrato Caixadirecta + código de acesso;
- Reply2Me: sms - acesso ao serviço disponível 24h/365 dias (envio de SMS para 3510 com indicação de reply2me [espaço] [N.º de Contrato])

Os clientes contam também com um portal dedicado - www.caixaiu.cgd.pt.

### *Serviço Caixadirecta Mais*

Lançado em 2010, é um serviço de gestão à distância que atingiu a fase de consolidação, dirigido, na fase atual, a clientes recém-licenciados a iniciar a vida ativa.

Em 2012, a atividade de gestão destes clientes focou-se no esforço de conhecimento das suas preferências e necessidades, sob a convicção de que tal favorece a gestão a longo prazo num formato sustentado de fidelização, gerador de proveito mútuo.

Os clientes acedem ao serviço Caixadirecta Mais, através do número 707 24 24 24 + nº de contrato, em modo automático ou atendimento personalizado, 24 horas por dia, todos os dias do ano.

### *Serviço Caixadirecta Internacional*

O serviço Caixadirecta Internacional assegura o atendimento aos clientes residentes no estrangeiro, nomeadamente clientes residentes na Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Suíça, África do Sul, Brasil, EUA, Canadá e Venezuela.

O Serviço está disponível 24 horas/7 dias por semana, através de seis linhas gratuitas, exclusivas para clientes com contrato Caixadirecta, e que podem ser consultadas no site www.cgd.pt.

### *Microcrédito*

***Agência Central para o Microcrédito:***

***Promoção de pequenos negócios e geração do próprio emprego***

A Agência Central para o Microcrédito (ACM) é uma agência criada dentro da estrutura do *Contact Center* especialmente vocacionada para a concessão de microcrédito e financiamento de programas de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, no âmbito dos protocolos estabelecidos com a Associação Nacional do Direito ao Crédito (ANDC), com a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Tem como objetivo consolidar o papel da Caixa no estímulo à economia através da criação de pequenos negócios e geração do próprio emprego, assumindo um papel de responsabilidade social.

A Linha de Apoio ao Cliente encontra-se disponível num horário permanente, numa base 24/7, através do nº 808 200 980 ou, ainda, através de *e-mail*: microcredito@cgd.pt.

## *Cartões*

Em 2012, a CGD manteve a liderança na emissão de cartões, de débito, débito diferido, pré-pagos e de crédito, não obstante a conjuntura difícil e a queda do consumo que se verificaram.

Os objetivos definidos, aumento da base de clientes detentores de cartões de Crédito e de Débito Diferido da CGD, e, consequentemente, do aumento dos valores das respetivas

faturações, foram globalmente atingidos.

Numa conjuntura de aumento generalizado do incumprimento, foi necessário continuar a investir significativamente no controlo do risco, na melhoria dos custos e na manutenção/aumento da faturação.

No âmbito da Prevenção do Risco de Incumprimento:

- Investiu-se na caraterização e limites de funcionamento de alguns produtos na melhoria da informação divulgada de alertas de risco e de ações de formação;
- Construíram-se soluções para facilitar o pagamento da dívida a Clientes em situação financeira difícil e em risco de incumprimento;
- Ajustaram-se as grelhas de decisão automática de cartões com base no nível de risco do Cliente atribuído pelo *Scoring* (canal *on-line*).

No âmbito do Controlo do Crédito vencido:

- Construíram-se soluções para facilitar o pagamento da dívida já vencida a Clientes em situação financeira difícil;
- Ajustou-se o quadro de soluções exclusivas do incumprimento em cartões ao novo enquadramento legal – implementação da Instrução 18/2012 e Aviso 17/2012 do BdP e DL 227/2012;
- Alargou-se o âmbito da recuperação externa do crédito vencido em cartões, a qual passou a incluir os cartões Caixaworks.

Caraterização pormenorizada das ações realizadas e desenvolvidas em 2012:

- *Contactless* (Pagamentos sem contato) – Foram concluídos os processos de certificação do *contactless* da Visa e da MasterCard. No âmbito do *roll out* nacional promovido pela Visa, a Caixa iniciou a sua estratégia de emissão de cartões com tecnologia contactless, disponibilizando uma funcionalidade inovadora que permite, também, realizar pagamentos sem contato de alto valor com a introdução do NIP;

- *Mobile Payments* (Caixa Mobile e Piloto NFC) – Enquadrado na dinâmica de inovação que tem impulsionado os meios de pagamento, continuou-se a investir na captação de novas áreas de negócio, nomeadamente nos pagamentos de baixo valor, com recurso a novas tecnologias em que se pretende a eliminação do cartão como objeto físico, passando todas as suas funcionalidades para o telemóvel;

- Caixa Mobile – No decorrer do ano 2012 foi robustecido e consolidado o piloto que permite aos Colaboradores da Caixa utilizar o telemóvel para efetuar pagamentos, utilizando as tecnologias SMS e Códigos 2D, em algumas das máquinas de venda automática de Líquidos e Sólidos existentes no Edifício-Sede da CGD;

- Projeto-piloto NFC (SIBS) – Durante 2012, a Caixa participou no Grupo de Trabalho constituído pela SIBS e Bancos, para definição do modelo técnico e operativo da solução de pagamentos móveis NFC a implementar;

- Novos produtos para particulares – Foram desenvolvidas características técnicas e implementadas parametrizações para novos produtos, algumas delas na sequência do aproveitamento de novas funcionalidades, decorrentes da implementação da nova *release* da aplicação de suporte a cartões – CAMSII;

- Continuaram-se a constituição e o desenvolvimento de parcerias estratégicas com Empresas ligadas a outros setores de atividade, quer do Grupo CGD, quer externas, como suporte da atividade de lançamento de novos cartões e de otimização dos cartões existentes;

- Novos Pré-pagos Empresas - No âmbito das novas tendências e oportunidades de mercado foram efetuados os desenvolvimentos necessários à disponibilização de uma nova operativa de gestão eletrónica de cartões pré-pagos que permite a transferência/gestão de fundos por parte de Clientes Empresas e Institucionais, no âmbito dos pagamentos a efetuar aos seus Colaboradores e Beneficiários, respetivamente;
- O Portal de Parcerias, www.vantagenscaixa.com, a loja *on-line, Loja Vantagens*, e o perfil no *Facebook,* continuaram a ser utilizados como instrumentos de conhecimento e aumento do relacionamento com os clientes do ponto de vista dos seus interesses pessoais e da oferta que se encontra disponível para a satisfação desses mesmos interesses quer ao nível de parcerias constituídas e do aumento da relação com os parceiros, quer na angariação de novos registos e no aumento das vendas registadas;
- Plano de campanhas – Foram desenvolvidas campanhas proactivas de comunicação e de dinamização, para promover a adesão e a intensificação da utilização seletiva dos cartões e a utilização do crédito, apostando na angariação de novos clientes, na definição de novos atributos, em novos segmentos e em novas funcionalidades, diferenciando-se a oferta e os canais.

No plano das campanhas de lançamento de novos produtos / funcionalidades destacamos as seguintes:

- Cartão Caixa Platina – cartão de crédito (dual em ATM), disponibilizado no circuito presencial ao segmento de gama alta, através de ações de marketing direto;
- TUB (Transportes Urbanos de Braga) – Projeto-piloto implementado na rede de transportes urbanos da cidade de Braga, em que é associada a função de *ticketing* (pagamento de bilhetes) a um cartão de crédito (*Classic*);
- *Made by* – a solução que permite aos Clientes "construir" o seu cartão foi disponibilizada no Serviço Caixadirecta *on-line*, em sistema de *self-service*;
- *Instant Issuing* – (Cartões Pré-emitidos) – Foi desenvolvida esta solução que pretende responder às necessidades de conveniência dos nossos Clientes, bem como às necessidades próprias de um negócio em constante evolução, com vantagens óbvias em matéria de eficiência de vendas e de serviço. Este serviço implicou a instalação de máquinas num número restrito de Agências, (13), que permitem emitir automaticamente os cartões na Agência e entregá-los imediatamente aos clientes;
- Funcionalidade de Arredondamento - Com o objetivo de estimular a poupança através da utilização dos meios de pagamento da CGD, os cartões de crédito, exceto o cartão *Made By*, têm associada a funcionalidade de arredondamento do valor das compras realizadas, com o remanescente a reverter automaticamente para as contas de poupança associadas a cada produto. Esta funcionalidade de arredondamento, iniciada com os cartões de crédito, foi também alargada aos cartões de débito diferido;
- *Cash-back* do cartão Caixa *Classic* para conta poupança: também como estímulo à poupança;
- Funcionalidade de Fracionamentos Automáticos em que os clientes titulares de cartões de crédito da Caixa podem optar, no momento da compra em parceiros aderentes, por fracionar as suas compras, sem custos, aumentando a comodidade no pagamento;
- *3D-Secure – Secure Code* - é um serviço que permite realizar pagamentos *on-line*

com segurança adicional, tanto em sites nacionais como estrangeiros. Nesta fase, está apenas disponível para cartões da rede Maestro.

A adesão ao *3D-Secure* é realizada no serviço Caixadirecta on-line e consiste na criação de um código secreto alfanumérico necessário para efetuar pagamentos com segurança em *sites* seguros nacionais ou estrangeiros.

- *Extratos digitais* - desde 2012, os Clientes CGD, utilizadores do serviço CDOL passaram a poder consultar o extrato de cartão no serviço CDOL.

  O envio de extrato em papel, com exceção dos clientes que solicitarem a sua manutenção, foi suprimido.

No plano das campanhas transversais destacamos as campanhas para os cartões da rede Visa e para os cartões da rede MasterCard, procurando potenciar as sinergias com as redes internacionais.

## Reconhecimento externo da atividade da Caixa

Em 2012, tal como aconteceu nos dois anos anteriores, a CGD voltou a ser finalista em concursos nacionais e internacionais com os seus cartões.

Com base no estudo de notoriedade espontânea, “Marcas que Marcam”, realizado pela QSP - Consultoria de Marketing, em parceria com o Diário Económico, que premiou as marcas com maior notoriedade em Portugal, a Caixa venceu a categoria de 'Cartões de Crédito e de Débito'

A Caixa Geral de Depósitos foi ainda finalista em cinco categorias dos *Card & Payments Trailblazer Awards 2012*, um evento promovido, pela VRL, a nível Europeu que distingue as melhores empresas a concorrer na indústria de cartões e de meios de pagamento:

- Melhor Cartão de Crédito: Cartão Caixa Platina

  Cartão dirigido a Clientes Caixazul e utilizadores habituais de cartões de crédito, com elevado potencial económico-financeiro. Oferece limites de crédito mais elevados, e a prestação de serviços de *Concierge & Life Style Management* com vista à gestão otimizada do tempo do Cliente.

- Melhor Cartão de Débito: Cartão Caixautomática (Visa ou Mastercard)

  Cartão de débito diferido que difere as compras efetuadas em TPA, realizando-se as operações em ATM e ATS (Serviço Caixautomática) imediatamente sob a conta DO.

- Melhor Cartão Pré-pago: Cartão *My Baby*

  O Cartão *My Baby* é um Cartão Pré-Pago disponível para Clientes que adiram à linha de crédito finalidade pré-natal ou com conta à ordem na Caixa. Cartão que permite gerir de forma mais eficaz o dinheiro destinado ao pagamento das despesas relacionadas com o nascimento de um filho.

- Melhor Cartão *Co-branded* ou com programa de lealdade: Cartão Caixa Vitória

  O Cartão Caixa Vitória é um cartão de crédito que valoriza e concretiza a afinidade dos sócios e adeptos do Vitória de Guimarães, bem como o seu relacionamento com a Caixa. Para além de se tratar de um meio de pagamento universal, a sua utilização permite aos sócios e ao clube beneficiar de um *cash-back*, em função da utilização do cartão e da performance desportiva do Clube.

- Melhor iniciativa de Marketing do ano: Lugar de Ouro

  Parceria entre a Caixa Geral de Depósitos e o Sport Lisboa e Benfica, que

premeia titulares do cartão de crédito Benfica e/ou sócios do SLB com viagens para acompanhar a equipa nas competições europeias, em função do seu "lugar" no estádio.

- A Caixa foi vencedora na Categoria "Melhor Cartão de Débito".

### 1.6.2.2. CRÉDITO ESPECIALIZADO

O setor da Locação Financeira[5] apresentou uma diminuição de 38% face ao período homólogo, refletindo os decréscimos de 21% e 45% registados nos subsetores de Leasing Imobiliário e Leasing Mobiliário, respetivamente. O setor do Factoring também reduziu a sua produção, decrescendo 17% face ao ano de 2011. O Crédito ao Consumo reduziu a sua produção em 22%.

PRODUÇÃO DO SETOR NO ANO

(milhares de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 | Var. (%) |
|---|---|---|---|
| Leasing imobiliário | 653 605 | 517 751 | -21% |
| Leasing mobiliário | 1 756 546 | 973 506 | -45% |
| Factoring | 27 559 309 | 22 948 089 | -17% |
| Crédito ao consumo | 4 419 782 | 3 467 482 | -22% |

*Caixa Leasing e Factoring*

A Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (CLF) representa o Grupo CGD no setor do crédito especializado, desenvolvendo a sua atividade nos setores da Locação Financeira (Leasing Imobiliário e Leasing Mobiliário), do Factoring e do Crédito ao Consumo.

CAIXA LEASING E FACTORING - PRODUÇÃO E QUOTA DE MERCADO

(milhares de euros)

| | Produção CLF | | | Quota de Mercado CLF | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 2011 | | 2012 | |
| **Produto** | 2011 | 2012 | Var. (%) | **Ranking** | **%** | **Ranking** | **%** |
| *Leasing* imobiliário | 120 389 | 65 778 | -45% | 3º | 18% | 3º | 13% |
| *Leasing* mobiliário | 262 466 | 135 688 | -48% | 1º | 15% | 1º | 14% |
| **Total *Leasing*** | **382 855** | **201 466** | **-47%** | | | | |
| ***Factoring*** | **4 033 212** | **2 150 848** | **-47%** | **4º** | **14%** | **5º** | **9%** |
| **Crédito ao Consumo** | **13 124** | **4 169** | **-68%** | | **0,30%** | | **0,12%** |
| **Financiamento automóvel** | | | | | | | |
| *Leasing* mobiliário (viaturas ligeiras) | 94 740 | 39 268 | -59% | | | | |
| Crédito ao Consumo | 8 279 | 3 404 | -59% | | | | |

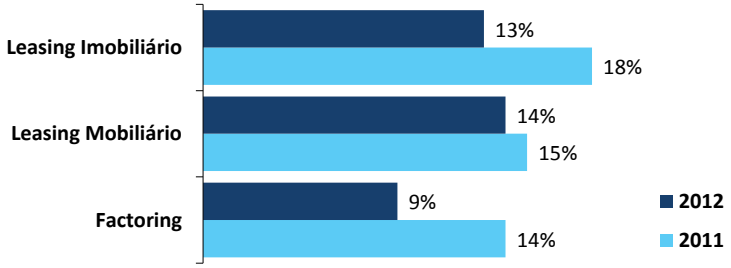
A Sociedade seguiu a tendência do setor, tendo decrescido 47% em termos globais, e

[5] Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

45% e 48% nos negócios de Leasing Imobiliário e de Leasing Mobiliário, respetivamente. Atendendo ao abrandamento da atividade imobiliária, a CLF diminuiu a sua quota de mercado de 18%, em 2011, para 13% em 2012. Na Locação Mobiliária, a Empresa, embora tenha reduzido ligeiramente a sua quota de mercado, manteve a primeira posição no ranking do subsetor. No setor do Factoring, a Sociedade obteve a quinta posição no ranking do setor com uma quota de mercado de 9% (14% em 2011). No segmento do Factoring Doméstico, a Empresa apresenta uma produção, de 1.814 milhões de euros, que lhe confere a terceira posição no *ranking* deste segmento (primeira posição em 2011).

***Redução da atividade de Leasing, Factoring e Crédito ao Consumo, em linha com o mercado***

QUOTAS DE MERCADO CLF




O ativo líquido da Caixa Leasing e Factoring decresceu 15,2%, em resultado da redução verificada na carteira de crédito a clientes (líquido) que decresceu 16,7%.

CAIXA LEASING E FACTORING - INDICADORES

(milhares de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Ativo líquido | 3 163 272 | 2 682 797 |
| Créditos sobre clientes | 3 177 609 | 2 722 853 |
| Provisões para crédito | -120 960 | -175 277 |
| Capitais próprios | 126 979 | 87 574 |
| Resultado líquido | -11 402 | -39 405 |
| Capital social | 10 000 | 10 000 |
| *% do Grupo* | 51% | 51% |
| Nº de colaboradores ao serviço | 191 | 190 |

A margem financeira e produto bancário cresceram 5,8% e 1,2%, respetivamente.

A Sociedade apresentou, a 31 de Dezembro de 2012, um Resultado Líquido negativo no montante de 39,4 milhões de euros, em resultado sobretudo do crescimento de 72,9% nas dotações de provisões e imparidade.

## 1.6.2.3. ATIVIDADE INTERNACIONAL

***Apoio à internacionalização: vetor estratégico do Grupo CGD***

***Plataforma internacional única no panorama financeiro português com presenças nas zonas mais dinâmicas do mundo***

Consciente do papel fulcral do comércio externo e do negócio internacional no relançamento da economia portuguesa, o grupo Caixa Geral de Depósitos manteve-se profundamente empenhado no suporte e acompanhamento das ações e estratégias de internacionalização das empresas portuguesas, utilizando a sua extensa e diversificada plataforma Internacional, a qual é uma alavanca fundamental e única, no panorama do sector financeiro português.

Prosseguindo os focos estratégicos de apoio à internacionalização da economia

portuguesa, de apoio às comunidades portuguesas emigradas e de desenvolvimento da presença da CGD junto de países com afinidade histórica, cultural e linguística com Portugal, o Grupo CGD está presente em quase todos os países de expressão oficial portuguesa, que mantêm uma relação com Portugal desde há 5 séculos.

As principais presenças do Grupo CGD encontram-se em alguns dos mercados de maior crescimento a nível internacional, como é o caso de Moçambique, Angola, Brasil e extremo Oriente, cobrindo igualmente alguns dos principais corredores comerciais internacionais.

A presença internacional da CGD assume diferentes formas, seja através de presença direta ou mediante participação no capital ou na gestão. Atualmente, o Grupo Caixa Geral de Depósitos está presente, ou representado através de sucursais, filiais, participadas ou escritórios de representação: em África, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, África do Sul e São Tomé e Príncipe; na Europa, em Espanha, França, Luxemburgo, Bélgica, Alemanha, Suíça e Londres; na América, em Nova Iorque, Canadá, Brasil, Venezuela, México e Ilhas Caimão; e, finalmente, na Ásia, na China, Macau, Zhuhai e Xangai, bem como na Índia e em Timor Leste.

A CGD promoveu, através das suas sucursais e filiais no exterior, a realização de parcerias e de diversas iniciativas, no quadro do desenvolvimento e da consolidação da rede internacional do Grupo.

***Atividade internacional:***

- ***Margem Financeira aumentou 4,9%***
- ***Margem Complementar aumentou 25,4%***
- ***Resultado Bruto de Exploração aumentou 1,7%***
- ***Contributo negativo para Resultado Liquido Consolidado devido a fatores não recorrentes, sobretudo imparidades e desalavancagem***

***Excluindo a operação em Espanha, o resultado consolidado da área internacional é positivo em €118,1 milhões (+35,1%)***

## *Sucursais e Filiais*

Resultado de um conjunto de fatores não recorrentes associados sobretudo ao elevado valor de imparidades registadas e ao plano de desalavancagem global que o Grupo se comprometeu a levar a cabo durante 2011 e 2012, o contributo da atividade internacional do Grupo para o resultado líquido consolidado foi negativo, no valor de 41 milhões de euros.

A margem financeira da área internacional registou um crescimento de 4,9%, situando-se nos 478 milhões de euros. A margem complementar também evidenciou uma evolução positiva, com um crescimento de 25,4% face a 2011, ascendendo a 216 milhões de euros.

Em termos operacionais, o contributo para o resultado bruto de exploração consolidado foi de 261 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento homólogo de 1,7%. Os custos de estrutura cresceram na área internacional cerca de 16,3%, o que se refletiu numa subida do *cost-to-income* de 59,4% em 2011 para 62,6% em 2012. Esta evolução decorreu sobretudo do processo de expansão do Grupo em alguns mercados estrategicamente prioritários.

Na rede internacional, a captação continuou a aumentar, com os recursos de clientes a ascender a 13 409 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 15,7%, tendo o crédito a clientes (líquido) atingido 13 280 milhões de euros, menos 2,7% do que no final de 2011.

### ÁREA INTERNACIONAL [(a)]

(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| **Sucursais** | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| Crédito a Clientes Líquido | 5 553 | 5 160 | -393 | -7,1% |
| Crédito Bruto | 5 921 | 5 613 | -308 | -5,2% |
| *do qual: Crédito Vencido* | *181* | *373* | *192* | *106,1%* |
| Imparidade de Crédito | 368 | 453 | 86 | 23,3% |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Recursos de Clientes | 2 857 | 3 375 | 518 | 18,1% |
| Resultado Líquido | -41 | -82 | -41 | 100,6% |
| N.º de Agências | 61 | 62 | 1 | 1,6% |
| N.º de Empregados | 694 | 695 | 1 | 0,1% |
| **Filiais** | | | | |
| Crédito a Clientes Líquido | 8 098 | 8 120 | 22 | 0,3% |
| Crédito Bruto | 8 347 | 8 348 | 1 | 0,0% |
| *do qual: Crédito Vencido* | *319* | *360* | *41* | *12,9%* |
| Imparidade de Crédito | 249 | 228 | -21 | -8,4% |
| Recursos de Clientes | 8 859 | 10 034 | 1 174 | 13,3% |
| Resultado Líquido | 52 | 41 | -11 | -21,2% |
| N.º de Agências | 440 | 412 | -28 | -6,4% |
| N.º de Empregados | 4 757 | 4 784 | 27 | 0,6% |
| **Total** | | | | |
| Crédito a Clientes Líquido | 13 651 | 13 280 | -371 | -2,7% |
| Crédito Bruto | 14 268 | 13 961 | -307 | -2,2% |
| *do qual: Crédito Vencido* | *500* | *733* | *233* | *46,2%* |
| Imparidade de Crédito | 617 | 681 | 64 | 10,3% |
| Recursos de Clientes | 11 716 | 13 409 | 1 693 | 14,4% |
| Resultado Líquido | 11 | -41 | -51 | - |
| N.º de Agências | 501 | 474 | -27 | -5,4% |
| N.º de Empregados | 5 451 | 5 479 | 28 | 0,5% |

(a) Não inclui a Sucursal Financeira Exterior na Madeira, os Escritórios de Representação e Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe

***Desempenho positivo sobretudo em África e Ásia***

***Resultados na Europa penalizados por imparidades e, em Espanha, também por custos não recorrentes associados à restruturação da presença ibérica do Grupo***

## Angola

Nos últimos 5 anos, a economia de Angola cresceu a uma taxa média de 9,2% ao ano, com a economia não petrolífera a registar um crescimento médio anual de 12%.

Segundo as últimas estimativas do Governo, em 2012, a economia angolana deverá registar um crescimento real do PIB na ordem dos 7,4%, com o sector petrolífero a expandir-se em 4,3% e o sector não-petrolífero em 9,1%. Em termos absolutos, o contributo do setor não petrolífero para o PIB é em cada ano mais significativo. Em 2012, o setor petrolífero deverá representar apenas 39% do PIB, enquanto que, por exemplo, em 2002 era de 56%, o que evidencia uma diversificação da economia angolana e, adicionalmente, uma redução da dependência deste País do setor do petróleo.

Os setores que mais contribuíram para a expansão da atividade económica não-petrolífera, foram a agricultura, a energia, a construção, a comércio e a indústria transformadora.

A taxa de inflação (IPC da Província de Luanda) baixou de 11,3% em 2011 para 9,0% em 2012, refletindo o conjunto de medidas de política económica que visam a criação de um ambiente macroeconómico capaz de abrandar o impacto dos choques externos, garantindo o crescimento sustentável e equilibrado da economia. O agregado M3 terá crescido 15,7% (OGE 2013), com os Depósitos Totais a aumentarem cerca de 10% e o

Crédito à Economia em torno dos 20%. No mercado cambial primário, a taxa média de câmbio de referência do Kwanza face ao Dólar dos EUA fixou-se em 95,826. A depreciação foi de apenas 0,571%.

A rede bancária angolana continua a expandir-se, dispondo atualmente de 1 155 agências e dependências. O Banco Nacional de Angola refere que o sector se manteve sólido ao registar um rácio de solvabilidade de 18,6%.

***Banco Caixa Geral Totta de Angola:***

***Foco estratégico na banca de empresas, particulares de gama alta e acompanhamento de empresas portuguesas***

O **Banco Caixa Geral Totta de Angola** tem prosseguido a sua atividade com o foco estratégico na banca de empresas e clientes particulares de gama alta e acompanhamento do negócio dos clientes do Grupo Caixa, quer em termos de apoio de investimento em Angola, quer no que respeita ao comércio externo entre Portugal e Angola e entre outras geografias onde existem presenças do Grupo.

Neste sentido, de salientar que o Caixa Totta aderiu ao programa "Angola Invest", estando em condições de oferecer um produto competitivo e diferenciador de apoio às pequenas e médias empresas angolanas.

Em 2012, ainda no âmbito da política de expansão da rede comercial levada a cabo nos últimos 3 anos, o Caixa Totta abriu duas novas agências, perfazendo um total de 22 agências e 3 centros de empresa.

## Moçambique

O Fundo Monetário Internacional reviu em alta o crescimento económico de Moçambique em 2012 e 2013 para 7,5% e 8,4%. A economia Moçambicana resiste à desaceleração da atividade económica mundial, mantendo um ritmo de expansão elevado como resultado do recente desenvolvimento do sector mineiro e dos fluxos cada vez maiores de IDE para o país. Apesar de partir de uma base reduzida, o país poderá em breve assumir-se como uma das economias com maior crescimento económico, conseguindo superar as taxas de crescimento registadas na China.

O combate à pobreza e o alcance de um crescimento mais inclusivo permanecem as prioridades do governo de Moçambique na proposta para o Orçamento de Estado de 2013. No entanto, o estado expansionista da atual política orçamental e a entrada crescente de capital estrangeiro no país poderão colocar pressões inflacionistas, justificando uma política monetária cautelosa pelo Banco de Moçambique. A inflação permanece controlada, tendo atingido 2,6% no final do ano, após ter ascendido a 5,5% e 16,6%, em Dezembro de 2011 e Dezembro de 2010, respetivamente.

O rácio entre a dívida pública e o PIB tem-se mantido relativamente estável em 40% desde 2006, ano em que o FMI aprovou a Iniciativa Multilateral do Alívio da Dívida. Os planos de investimento em infraestruturas públicas e em outros sectores prioritários para os próximos anos deverão aumentar os valores nominais da dívida e do défice público, mas o seu efeito sobre os rácios destas variáveis em relação ao PIB deverá ser mitigado pelas taxas de crescimento económico elevadas.

Nos anos mais recentes o sector bancário moçambicano tem registado um assinalável desenvolvimento caracterizado pelo aumento da concorrência, que se traduziu nomeadamente na implementação de políticas mais agressivas na captação de depósitos, no desenvolvimento de novos produtos financeiros e na entrada de novos *players* no mercado. A modernização levada a cabo no setor manifestou-se em investimentos em infraestruturas tecnológicas (modernização de ATM e de POSs), e na expansão e descentralização da rede de agências para as zonas rurais, com vista a uma crescente bancarização da economia.

No decurso de 2012 o **Banco Comercial e de Investimentos** reforçou o posicionamento estratégico da marca BCI como sendo um banco moçambicano, que valoriza a cultura

nacional, a tradição e o desenvolvimento sustentável do país.

Neste âmbito, o Banco desenvolveu um conjunto de iniciativas que permitiram melhorar a sua performance global, continuando a investir fortemente na formação dos seus colaboradores e prosseguindo a política de expansão no mercado através da abertura de 8 novos balcões, passando a totalizar 128, e reforçando a rede BCI Exclusivo (mais 1 Centro e 2 espaços Exclusivos, visando garantir uma melhor qualidade de serviço aos segmentos *Affluent* e Pequenos Negócios).

Ao nível do negócio, o BCI consolidou a sua quota de Mercado: em dezembro de 2012, de acordo com os dados do BdM, o BCI detinha quotas de mercado de cerca de 30% em termos de Crédito e 28,2% em termos de Depósitos, consolidando assim a sua posição de segundo maior banco do sistema.

É igualmente relevante o aumento da carteira de clientes, refletindo o investimento e os resultados no relacionamento com os Clientes, que se traduziu na captação de quase 155 000 novos clientes (+38%).

Por outro lado, ao nível dos Canais Eletrónicos foi dada continuidade à expansão e desenvolvimento da rede eletrónica, tendo o número de ATM s e POS aumentado 9% e 57%, respetivamente.

Em 2012 o BCI foi, pela 2ª vez consecutiva, considerado o melhor Banco Comercial em Moçambique, pela revista "World Finance", assim como o Melhor Banco em Moçambique pela revista "Banking and Finance Review".

Em Moçambique, o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) inaugurou em março de 2012 o segundo Centro Integrado de Negócios, na Cidade de Quelimane, o qual representa um conceito inteiramente inovador no País, por reunir num mesmo local uma agência universal do BCI, um Centro BCI Corporate e um Centro BCI Exclusivo. Este novo conceito permite uma maior capacidade de prestação de serviços bancários a todos os principais segmentos de mercado, de forma perfeitamente ajustada às necessidades e às expectativas específicas de cada um, oferecendo maior comodidade e segurança e garantindo, simultaneamente, uma elevada eficiência operacional.

Por outro lado, em 2012, a PMR.africa atribuiu dois importantes prémios ao BCI e ao seu Presidente da Comissão Executiva. O BCI foi galardoado com o prémio correspondente à categoria de Melhor Banco de Moçambique na cerimónia *Leaders and Achievers*, e o seu PCE, Ibraimo Ibraimo, recebeu o *Diamond Arrow Award* 2012 correspondente à categoria de Empresário Mais Influente no quadro da contribuição para o crescimento e desenvolvimento económico de Moçambique.

Também no African Banker Awards 2012, o BCI foi pela primeira vez distinguido como vencedor do prémio Best Regional Bank in Southern Africa, sendo a mais prestigiada distinção do setor bancário ao nível do continente africano.

O BCI foi o Banco vencedor na Região Austral de África, por se destacar no sector bancário da região em critérios como a expansão dos seus serviços para novos clientes; a inovação na oferta de novos serviços; a adoção de práticas de inclusão social nomeadamente pelo contributo dado ao aumento dos níveis de bancarização da população; o uso de novas tecnologias e uma forte contribuição para o fortalecimento e credibilização do setor.

***BCI (Moçambique):***

- ***Quotas de mercado:***

  ***- Depósitos: 28,2%***
  ***- Crédito: 30%***
- ***128 agências***
- ***155 mil novos clientes***
- ***Melhor Banco Comercial em Moçambique pela 2ª vez consecutiva (World Finance)***
- ***Melhor Banco em Moçambique (Banking and Finance Review)***
- ***Melhor Banco em Moçambique (PMR.africa)***
- ***Diamond Arrow Award 2012 atribuído ao PCE do BCI (PMR.africa)***
- ***Best Regional Bank in Southern Africa (African Banker Awards 2012)***

## Cabo Verde

O crescimento de Cabo Verde abrandou em 2012, dada a conjuntura externa globalmente adversa, a estagnação na zona euro e a fraca procura doméstica. Os indicadores de tendência da atividade económica apontam para uma contração da procura interna e expansão da procura externa líquida. Segundo o Banco de Cabo Verde e de acordo com

as ultimas projeções, a taxa de crescimento do PIB em 2012 deverá fixar-se no intervalo de 4% a 5%, contra 5,1% registado em 2011.

Apesar do ritmo de crescimento económico ter continuado a abrandar no quarto trimestre de 2012, o turismo e a construção dão sinais de alguma retoma. O indicador de clima económico evoluiu negativamente em comparação com o mesmo período de 2011 e a conjuntura é desfavorável, revela o diagnóstico de conjuntura do Instituto Nacional de Estatística.

O défice orçamental até setembro de 2012 atingiu 8,5% do PIB, agravando-se em 3,3 p.p. face a setembro de 2011. A redução das receitas fiscais e dos donativos, respetivamente em 5,2% e 79%, num contexto de forte crescimento das despesas de investimento (16,8%) explicam o comportamento das contas públicas até o 3º trimestre do ano de 2012.

Em termos acumulados, as remessas de emigrantes cresceram 2,6% até novembro de 2012, que compara com o crescimento homólogo de 30,6% observado em 2011. O efeito de base associado ao crescimento excecional ocorrido no ano anterior, bem como a conjuntura económica e financeira nos principais países de acolhimento (em particular em Portugal, Espanha e França) explicam o comportamento menos favorável das remessas.

A expansão monetária continua moderada, condicionada pela evolução do crédito interno. Em novembro de 2012 o M2 cresceu 3,1% em termos homólogos e 2,9% relativamente a dezembro de 2011, impulsionado pelo crescimento das reservas internacionais líquidas do Banco Central. O aumento dos ativos externos líquidos do país (não obstante o aumento dos passivos externos de curto prazo dos bancos comerciais) tem sido contrabalançado, entretanto, pela redução do crédito líquido ao Sector Público Administrativo e pelo forte abrandamento do crédito à economia cabo-verdiana.

Em Cabo Verde, a revista The Banker, do Grupo Financial Times, elegeu o Banco Comercial do Atlântico - BCA - como "The Best Commercial Bank 2011 - Cabo Verde", distinguindo-o, assim, como o melhor banco comercial a atuar em Cabo Verde.

Esta distinção reflete o sucesso da estratégia de crescimento e desenvolvimento do banco a nível nacional e da diáspora, focada numa clara orientação para o cliente, com produtos e serviços inovadores no sistema financeiro, numa permanente avaliação crítica dos seus métodos, processos e procedimentos, visando elevar os patamares de produtividade e eficiência, e numa aposta na competência e mérito dos seus colaboradores, fatores determinantes para a criação de riqueza e diferenciação positiva face à concorrência do mercado.

***BCA:***

***Líder em Notoriedade de Marca e Marca de Confiança no setor bancário***

Em 2012, o **Banco Comercial do Atlântico** continuou a ser o líder em Notoriedade de Marca no setor bancário e, pelo terceiro ano consecutivo, foi eleito pela maioria dos cabo-verdianos, através de um estudo independente da Afrosondagem, a Marca de Confiança no setor bancário.

Em termos da dinamização e ofertas comerciais, o BCA prosseguiu a sua estratégia de inovação e melhoria da qualidade dos serviços que oferece aos clientes e manteve como importância estratégica a captação e retenção de recursos.

Neste contexto, tendo o banco como eixo de referência a eficácia e a inovação ao serviço das famílias e das empresas, desenvolveu-se um conjunto de iniciativas que permitiram intensificar a intervenção do BCA no mercado, fidelizando os atuais clientes e angariando novos. Neste domínio, de entre as várias iniciativas, destaca-se a promoção dos produtos já existentes e que continuam a ser ofertas exclusivas no mercado, nomeadamente o BCA Leasing e o BCA Factoring, entre outros.

Manteve-se a política de expansão no mercado e uniformização e modernização das suas agências, com a inauguração de novas instalações da agência avenida na cidade da Praia e a reinauguração da agência do Maio.

O investimento no capital humano foi e continua a ser um dos objetivos estratégicos do BCA com a capacitação dos seus colaboradores que passou pela formação contínua, pelo projeto *assessmen*t, e pelo arranque do projeto VALORh.

Apesar da persistência da crise e do consequente abrandamento da economia, o **Banco Interatlântico** conseguiu ter um desempenho globalmente positivo, especialmente a nível da atividade comercial, apostando na captação de recursos, através da dinamização da oferta de produtos de poupança para os particulares e de produtos de gestão de tesouraria para as empresas. Como resultado, o Banco conseguiu inverter a tendência de diminuição dos depósitos iniciada em 2011 e estabilizou a sua carteira de crédito.

***Banco Interatlântico:***

***Crescimento de 13,3% dos recursos totais de clientes***

Os recursos totais de clientes registaram um crescimento de 13,3%, com destaque para o segmento de empresas, que evidenciou um crescimento de 16,5%. O segmento de particulares registou um crescimento de 10,5%. Os depósitos dos emigrantes continuam a ter um crescimento assinalável, tendo crescido 12,3%.

***Garantia:***

***Selo Morabeza – seguradora preferida dos cabo-verdianos pela terceira vez consecutiva***

Líder no mercado segurador cabo-verdiano, a **Garantia** está direcionada para a exploração dos ramos vida e não vida, apresentando um diversificado leque de soluções de proteção destinados a particulares, empresas e profissionais liberais.

Esta seguradora desde há muito que ocupa lugar de relevo na economia cabo-verdiana, com uma forte implantação no mercado e uma grande solidez financeira alcançada através da prestação de um serviço de qualidade, constante adequação às necessidades do mercado e garantindo a satisfação dos seus clientes.

Atualmente, a Companhia conta com 11 agências e 3 Lojas de Mediação Exclusiva, estando presente em 7 das 9 ilhas habitadas do arquipélago, conseguindo no entanto dar cobertura a todo o território nacional através de sinergias com o Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico e Correios de Cabo Verde.

A experiência e a confiança alcançada nos 21 anos de história, a qualidade dos seus produtos e serviços, o rigor financeiro, a estratégia multicanal na distribuição dos produtos e a constante procura de novas soluções contribuíram para que a Garantia tenha sido brindada pela terceira vez consecutiva com o Selo Morabeza, que a distingue como a seguradora preferida dos cabo-verdianos.

Em 2012, a Companhia pautou-se pela reorganização interna, reformulou o sítio de internet e intranet, mas a grande conquista foi a Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade no âmbito da Norma NP EN ISO 9001:2008.

## São Tomé e Príncipe

O ano 2012 caracterizou-se pela falta de liquidez para as instituições financeiras no mercado interno assim como no mercado externo. A crise financeira mundial continuou a fazer-se sentir no país, tornando o clima de negócios incerto e os investimentos estrangeiros quase nulos.

O Banco Central (BCSTP), na qualidade de regulador e fiscalizador do sistema financeiro santomense, mantém os seus objetivos centrados na estabilidade de preços e em particular na preservação das reservas cambiais, como forma de conferir sustentabilidade ao regime de paridade fixa entre a Dobra e o Euro, em vigor desde 1 de Janeiro de 2010.

Em 2012, o BCSTP procedeu à redução da taxa de referência em 1 ponto percentual, passando de 15% para 14%, em linha com a descida da taxa de inflação, que terá passado de 11,9% em 2011 para 10% em 2012.

O nível de penetração dos cartões de débito “Dobra 24”, sistema de pagamentos implementado em Outubro 2011, foi muito satisfatório, facto que encorajou sobremaneira a entidade gestora dos cartões a introduzir o POS em 2012.

***BISTP:***

***Líder do sistema financeiro santomense:***

- ***maior ativo***
- ***maior volume de crédito***
- ***maior volume de depósitos***
- ***maior rede de agências, ATM e POS***
- ***maior nº de clientes***

O **Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe** (BISTP) é o maior e mais antigo banco comercial, tendo beneficiado do estatuto de monopólio em STP até à revisão da Lei Bancária, em 2003. Atualmente operam neste mercado, com cerca de 180 mil habitantes, 8 bancos comerciais.

Não obstante a exiguidade do mercado e a falta de liquidez que o tem caracterizado nestes últimos anos, desencorajando o investimento privado, o BISTP tem mantido a sua posição de líder do sistema financeiro santomense com o maior ativo, maior volume de crédito, maior volume de depósitos, maior rede de agências, ATM e POS espalhadas pelo país e maior número de clientes.

A política comercial agressiva desenvolvida pelo BISTP, visando a fidelização dos seus clientes e atrair novos, baseada na criação de novos produtos e outras ofertas comerciais, permitiu sustentar o crescimento da carteira de depósitos ao longo do ano de 2012.

A prossecução, pelo BISTP, de uma política expansionista da sua rede de agências, consubstanciada numa ação marketing direcionada, em especial para um público mais jovem, tem permitido uma melhoria de penetração no mercado, bem como o aumento significativo de clientes.

## África do Sul

A taxa de crescimento do PIB nominal prevista para o final de 2012 na África do Sul é de 2,8%, mantendo-se a indústria de serviços financeiros como o seu maior contribuinte, com 18% do total.

Com uma população estimada de cerca de 52 milhões de habitantes e uma taxa de desemprego atual de 25,5%, a criação de emprego mantém-se como desafio chave para o Estado, cujo partido político dominante continua a ser o Congresso Nacional Africano, o qual detém, aproximadamente, 60% dos lugares no parlamento.

O investimento privado continua a apresentar níveis relativamente baixos, sendo os maiores gastos relacionadas com projetos de infraestruturas do Governo.

O sistema financeiro sul-africano, cuja maturidade e nível de sofisticação são comparáveis com os dos países desenvolvidos, continua a ser dominado pelos quatro maiores grupos bancários a operar no mercado.

***Mercantile:***

- ***Banco de nicho com soluções taylor-made***
- ***Contributo para o resultado consolidado: €14,0 milhões***
- ***Rating: Baa3.za/P-3.za (Moody's)***

Enquanto banco de nicho, o **Mercantile** permanece focado no segmento das PMEs, diferenciando-se dos seus pares através de um modelo de serviço personalizado e de uma oferta de soluções financeiras à medida dos seus clientes, assente num leque de produtos que inclui um conjunto de empréstimos para investimento e tesouraria, produtos transacionais e serviços construídos "à medida", em função das necessidades específicas de cada empresa, assim como dos seu sócios/proprietários.

No decorrer do primeiro semestre de 2012, em resultado de oferta realizada junto dos acionistas minoritários, o Grupo recomprou a totalidade das participações detidas por terceiros no Mercantile Bank Limited (subsidiária do Mercantile Bank Holdings, Ltd), tendo passado a deter, direta e indiretamente, a totalidade do seu capital social.

## Brasil

Em 2012, o Brasil enfrentou um ano de baixo crescimento económico, em parte decorrente da crise internacional, apesar do lançamento de um conjunto de medidas que visaram estimular o consumo.

A estimativa do crescimento do PIB evoluiu ao longo do ano (entre os 3,5% iniciais e os 0,9% finais) afetada pela perda de competitividade da indústria, em consequência do aumento dos custos laborais sem a adequada compensação da produtividade e pela

diminuição da procura externa em decorrência do menor crescimento dos mercados importadores.

Para o **BCG-Brasil** o ano de 2012 foi positivo, sendo marcado por um moderado crescimento da carteira de crédito, pelo impacto da descida da SELIC sobre a rentabilidade do capital e pelo bom comportamento da captação, em especial junto a empresas. O banco participou em operações relevantes de financiamento de projetos, de mercado de capitais e de assessoria financeira.

***BCG Brasil:***

- ***Contributo para o resultado consolidado: €6,6 milhões***
- ***Rating: A+ (Fitch)***

Merece especial destaque a conclusão da aquisição pelo BCG-Brasil de 50% da Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A., que se passou a denominar CGD Investimentos, Corretora de Valores e Câmbio S.A., sendo os restantes 50% detidos pela Caixa – Banco de Investimento S.A..

Em dezembro de 2012, a FitchRatings manteve o *rating* do BCG- Brasil em A+. O banco recebeu no início de 2011, a sua primeira classificação de risco em base local, AA (bra) e em 25/11/2011 viu o seu *rating* baixar para A+ (bra), em consequência da revisão do *rating* da República Portuguesa e da própria CGD.

Em termos de volume de ativos, o BCG-Brasil conseguiu melhorar a sua posição no *ranking* passado de 101º (março de 2012) para 97º (setembro de 2012).

No *ranking* de Câmbio, a 30/9/2012, o BCG Brasil ocupa o 37º lugar, 10 posições acima do lugar que ocupava em finais de 2011.

## Nova Iorque (EUA) e Ilhas Caimão

No continente Norte Americano e América Central, o Grupo CGD está presente através de duas Sucursais (Nova Iorque e Ilhas Caimão). Estas Sucursais desenvolvem as suas atividades em estreita coordenação com a Sede as restantes unidades do Grupo CGD, com particular relevo para o Banco Caixa Geral Brasil e Caixa – Banco de Investimento.

A **Sucursal de Nova Iorque** é uma unidade especializada no negócio por grosso. A sua atividade desenvolve-se com maior ênfase no mercado de capitais, no financiamento à importação e exportação, na participação em operações sindicadas, e recentemente na captação de recursos em USD para o Grupo, nomeadamente através da gestão do programa de papel comercial em USD do Grupo CGD.

Em 2012, tendo presente o elevado grau de incerteza subjacente ao sentimento negativo que caracterizou os mercados financeiros mundiais e, em particular, os da Zona Euro, as Sucursais de Nova Iorque e das Ilhas Caimão prosseguiram a sua política de monitorização da liquidez e das necessidades de *funding*, prosseguindo um conjunto de medidas preventivas já iniciadas em 2010.

## Reino Unido

A atividade da **Sucursal de Londres** está maioritariamente vocacionada para a criação de produtos financeiros estruturados para as diferentes entidades do Grupo e gestão das respetivas coberturas do risco, destinados a investidores e a instituições financeiras, sendo um ponto de contacto privilegiado entre o Grupo e a City of London.

As profundas alterações no enquadramento geral do mercado, colocaram a atividade da Sucursal sob alguma pressão desde 2011, dada a redução da colocação de produtos estruturados pela CGD, bem como o progressivo encerramento dos mercados *wholesale* a contrapartes portuguesas, fruto da redução contínua dos níveis de *rating*. Apesar da conjuntura de crise financeira vivida em 2012, a Sucursal continuou a construir produtos inovadores para as estruturas do Grupo em diversas regiões do globo, a exemplo dos produtos de capital garantido e não garantido oferecidos pelo Banco Caixa Geral em

Espanha.

A Sucursal presta também serviços de divulgação à comunidade portuguesa residente no Reino Unido e aos cidadãos britânicos e irlandeses com interesses em Portugal, que pretendam aplicar recursos ou obter crédito à habitação em Portugal, a exemplo da campanha "Live in Portugal" específica para clientes de língua inglesa.

## França

***Sucursal de França:***

***Enfoque na população portuguesa, particularmente na 2ª e 3ª gerações e alargamento a outros estratos de população***

A **Sucursal de França**, constitui uma importante operação do Grupo na área internacional e encontra-se vocacionada, fundamentalmente, para dar resposta às solicitações da população portuguesa ou de origem portuguesa radicada naquele país, bem como à recente vaga de novos emigrantes. Não obstante, a Sucursal de França tem alargado a sua atuação a outras populações com particular enfoque para as populações lusófonas e para a clientela de proximidade.

Em 2012, a Sucursal de França prosseguiu a estratégia de consolidação e expansão da sua presença junto da comunidade local, mantendo uma bem-sucedida política de captação de recursos através do enriquecimento da gama de produtos de poupança e investimento comercializados.

A atividade creditícia evidenciou algum decréscimo em virtude do contexto macro económico difícil e da necessidade de proceder a uma maior seletividade nas operações contratadas.

Por forma a reforçar o seu posicionamento no sector da construção, a Sucursal de França associou-se à Câmara de Comércio e Indústria Franco Portuguesa na realização da 1ª edição do Salão do Imobiliário Português em Paris, na qual apresentou a sua oferta de imóveis e serviços imobiliários, apoiando, também, a venda de imóveis do Grupo Caixa, ao apresentar ao mercado oportunidades de investimento, a par com um conjunto de vantagens exclusivas para a concretização de negócios imobiliários.

Esta iniciativa insere-se numa lógica de reforço da proximidade aos clientes não residentes do Grupo Caixa e da dinamização e promoção externas das oportunidades de investimento imobiliário, em Portugal.

Igualmente relevante foi o papel desempenhado pela Sucursal no encaminhamento de remessas para Portugal, no valor de 315,2 milhões de euros.

## Luxemburgo

Com o PIB *per capita* mais elevado de toda a União Europeia, (quase 3 vezes a média dos 27), o Luxemburgo tem conseguido escapar ao pior da crise mundial e europeia, estimando-se um crescimento positivo do PIB na ordem dos 1,1% em 2012, sendo expectável que esta taxa suba para valores superiores a 3% a partir de 2014.

A economia Luxemburguesa é dominada pelo sector dos serviços, com especial ênfase no sector financeiro, integrando a lista das 10 mais importantes praças financeiras do mundo. É o primeiro centro internacional de bancos privados da zona euro.

A **Sucursal da CGD no Luxemburgo** posiciona-se atualmente como banco da comunidade portuguesa (que representa 18% da população residente).

Em 2012 a Sucursal deu continuidade à atividade de banca de particulares e de apoio a PMEs.

## Espanha

A economia espanhola, para além de condicionada pela conjuntura externa desfavorável,

confrontou-se, em 2012, com diversos desafios na vertente interna, que obrigaram à implementação de amplas reformas estruturais. O governo espanhol procedeu à implementação de diversas reformulações legislativas, que incidiram sobre o sistema fiscal, mercado laboral, regime de pensões, saúde, educação e, não menos importante, sobre o sector financeiro, o qual se encontrava extremamente fragilizado pela elevada exposição ao setor imobiliário. No dia 20 de julho de 2012, os ministros das Finanças da zona euro aprovaram um programa de ajuda à banca espanhola, num montante máximo de 100 mil milhões de euros, com vista à recuperação da credibilidade do sistema e recapitalização das instituições financeiras.

A reforma do setor financeiro passou, entre outros aspetos, pela criação de uma Sociedade de Gestão de Ativos Procedentes da Reestruturação Bancária (SAREB), destinada, precisamente, a viabilizar a aquisição dos ativos imobiliários detidos pelas instituições financeiras e pela ampliação dos poderes do Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária (FROB). As novas regras contemplam ainda o aumento de requisitos para a solvência dos bancos e contemplam um leque ampliado de medidas que se traduzem numa regulação acrescida. A reestruturação do sistema financeiro espanhol deverá levar, previsivelmente, ao encerramento de milhares de agências bancárias, tendência já iniciada no decurso do ano.

***BCG Espanha:***

***Processo de restruturação da rede e redefinição do modelo de negócios***

Em 2012, o **Banco Caixa Geral** (BCG), em linha com as preocupações de solvência e rentabilidade transversais ao sistema financeiro em Espanha, levou a cabo o *downsizing* da rede e a redução do número de pessoal, a fim de melhor responder às mudanças no entorno competitivo. O plano de reestruturação, implementado no decurso do último trimestre do ano, implicou a saída de 175 trabalhadores e o fecho de 36 agências. Assim, a 31 de Dezembro, o BCG passou a contar com 797 empregados e 173 balcões, continuando presente nas principais zonas de desenvolvimento económico e social - Madrid, Catalunha, Comunidade Valenciana, Andaluzia, Pais Basco, Astúrias, Cantábria, Navarra e La Rioja - e em especial, nas comunidades fronteiriças com Portugal - Galiza, Estremadura e Castela-Leão.

O Banco continua a apostar em manter equipas comerciais especializadas tanto em negócio de particulares com património como em empresas com Negócio Ibérico.

No que se refere a produtos de passivo, o banco centrou a sua oferta comercial numa gama de depósitos com rentabilidades e prazos ajustados ao mercado. Estes depósitos, ao proporcionar rentabilidades atrativas com 100% de capital garantido e a possibilidade de contratar a prazos distintos, tiveram uma boa recetividade por parte dos clientes, o que se traduziu num crescimento sensível dos recursos de clientes, em 2012. Ao mesmo tempo assistiu-se a uma diminuição da carteira de empréstimos, o que proporcionou uma melhoria significativa da taxa de transformação do Banco e uma evolução muito favorável das suas necessidades de financiamento.

Durante o exercício, o Banco Caixa Geral definiu como objetivo principal acompanhar e facilitar aos empresários espanhóis e portugueses a expansão das suas atividades na Península Ibérica. Refira-se que, o BCG foi a entidade comercializadora em Espanha dos dispositivos Via Verde, sendo desta forma um dinamizador da mobilidade geográfica na Península Ibérica.

A atividade da Sucursal de Espanha tem, desde a sua origem, uma função de complementaridade da atividade exercida pelo Banco Caixa Geral e pela Sucursal do CaixaBI no mercado espanhol, atuando como uma plataforma operacional para operações de maior dimensão.

## Macau - China

A economia de Macau é fortemente dependente do sector do jogo e do turismo. Sendo a

única parte da China onde o jogo é legal, Macau atrai todos os anos grande número de visitantes do continente, tornando assim a economia macaense muito dependente da economia chinesa. Por esta via, e dada a forte dependência do exterior, o abrandamento registado na economia chinesa em 2012 teve impacto no crescimento da economia macaense.

Não obstante, o sector do jogo e turismo, bem como as atividades conexas, deverá continuar a crescer de forma sustentada, embora a um ritmo mais lento que em anos anteriores. Durante este ano, o setor apresentou um comportamento favorável, com a receita bruta do jogo a subir 13,5%, o que se deveu, principalmente, ao aumento de 0,5% do total de visitantes chegados ao Território.

Embora tenha registado um ritmo de crescimento mais lento que o verificado no ano anterior, a economia de Macau continuou o seu bom desempenho em 2012, com um crescimento estimado de 9,8% em termos reais, estimulado principalmente pela exportação de serviços, investimento e despesa em consumo privado, num contexto em que as taxas de juro continuam em níveis historicamente baixos.

Estima-se que a taxa de desemprego ascenda a 1,9% no final de 2012, fazendo com que o mercado de trabalho continue praticamente numa situação de pleno emprego, provocando uma pressão sobre o aumento de salários e maiores dificuldades por parte das empresas em obter recursos humanos. Em simultâneo, estima-se uma taxa de inflação de 6,1%, não obstante os sinais de abrandamento nos últimos meses do ano.

Neste contexto positivo da economia local, o sector bancário beneficiou da expansão económica, embora a rentabilidade das operações continue a ser fortemente pressionada pela entrada de grandes bancos provenientes da China, que concorrencialmente são muito agressivos, procurando continuadamente conquistar quota de mercado.

***BNU Macau:***

- ***Presente no território desde 1902***
- ***Crescimento de 19,3% do volume de negócio***

O Grupo CGD está presente em Macau desde 1902 através do **Banco Nacional Ultramarino**, que desenvolve a sua atividade de banca universal sendo, simultaneamente, em conjunto com o Bank of China, um dos dois bancos locais emissores de moeda da Região Administrativa Especial de Macau. Enquanto Caixa do Tesouro do Governo de Macau, o banco tem um número significativo de contas do Governo e entidades do setor público.

Apesar do aumento de concorrência no setor bancário, o BNU continuou a apresentar um bom desempenho ao nível do crescimento do seu volume de negócio, beneficiando do bom clima económico que a região económica de Macau atravessa. No ano de 2012, o volume de negócio do BNU cresceu 19,3%, com preponderância do crescimento dos recursos de clientes sobre o do crédito, o que levou à diminuição do rácio de transformação de depósitos em crédito, para 45% em 2012. A captação de recursos de clientes registou mesmo o crescimento mais expressivo dos últimos dois anos.

O Banco Nacional Ultramarino (BNU) recebeu a medalha de Mérito Industrial e Comercial relativo a 2011, atribuída pela Região Administrativa Especial de Macau e entregue pelo Chefe do Executivo, Chui Sai On, numa cerimónia que se realizou no início de 2012.

O BNU celebrou o 110º aniversário da sua presença em Macau, cuja presença tem sido marcada por uma longa e distinta história que começou a ser traçada em 1902 com a abertura da sua primeira agência e com o facto de se ter tornado num banco emissor de moeda em Macau.

A CGD dispõe também de uma Sucursal na cidade de Zhuhai, vocacionada para o acompanhamento de clientes do Grupo na região, com particular destaque para os clientes do BNU (Macau), atendendo à proximidade geográfica entre as duas unidades, e para os clientes do Grupo com relações comerciais e de investimento que envolvam a República Popular da China.

## Timor-Leste

Timor-Leste mantém o processo de desenvolvimento e consolidação da sua jovem democracia, com a alavanca económica que a exploração do gás e petróleo no seu território tem representado.

A **Sucursal da CGD em Timor-Leste** tem vindo a desenvolver a sua atividade num contexto conservador, centrando-se no segmento de particulares com estabilidade de rendimentos, designadamente do setor público e pensionistas, associando-se à marca CGD/BNU conceitos de estabilidade, rigor e segurança, os quais têm sido um ativo fundamental.

A Sucursal tem mantido, com sucesso, a linha de crédito específica para apoio à importação de combustível destinado à Central Elétrica de Hera - novo projeto emblemático inaugurado pelo Governo em finais de 2011. Também deu continuação ao Protocolo com a Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional (SEFOPE) com uma linha de crédito a jovens timorenses que se deslocam para a Coreia do Sul, onde frequentam estágios de aprendizagem em diversos setores estruturantes para o futuro da economia timorense (pesca, agricultura, algumas engenharias).

Tem sido feito um esforço de modernização de toda a rede comercial no território, visando prestar mais e melhores serviços aos seus clientes e à comunidade Timorense, em linha com as responsabilidades de uma marca centenária, indissociavelmente ligada à história de Timor-Leste.

Neste programa de modernização, assume particular importância a disponibilização de meios de pagamento neste país (cartões de débito e de crédito), apoiando e fomentando o desenvolvimento do setor bancário.

Neste ano, em que comemorou 100 anos, a Sucursal em Timor e a Caixa Geral de Depósitos foram distinguidas pelo Presidente da República de Timor, José Ramos Horta. As comemorações do Centenário da presença do BNU Timor do Grupo Caixa decorreram entre maio e dezembro com o lema Muito Passado, Mais Futuro.

***Sucursal de Timor:***

- ***Presente no território desde 1912***
- ***Modernização da rede comercial com disponibilização pioneira de meios de pagamento***

### *Residentes no Estrangeiro*

Ao nível dos clientes particulares e decorrente da atual conjuntura económica interna, assistimos de novo, a um aumento da mobilidade das novas gerações de portugueses, seja porque procuram noutros mercados melhores condições de vida, acompanhando as motivações da emigração tradicional, seja porque, dotados de cursos superiores e maiores qualificações, não encontram em Portugal ocupações que valorizem e aproveitam as suas competências.

Assim, em 2012, o volume de negócios do segmento dos particulares residentes no estrangeiro ultrapassou os 5,8 mil milhões de euros e a captação de recursos representou cerca de 9% da captação de particulares da CGD, contribuindo positivamente para os objetivos da instituição.

A gestão deste segmento continua pois a ser um vetor de atuação estratégica do Grupo CGD, com especial atenção no acompanhamento das novas vagas de emigração, continuando a reforçar laços com os clientes e o nosso posicionamento como principal parceiro financeiro de quem vive fora de Portugal.

***A gestão do segmento dos particulares residentes no estrangeiro continua a ser um vetor de atuação estratégica do Grupo CGD:***

- ***o volume de negócios deste segmento ultrapassou os 5,8 mil milhões de euros***
- ***a captação de recursos representou cerca de 9% da captação de particulares da CGD***

## 1.6.2.4. BANCA DE INVESTIMENTO

O ano de 2012 revelou-se positivo para o CaixaBI em termos de atividade. A prossecução da estratégia de internacionalização do Banco para os mercados brasileiro e da África lusófona, o reforço do enfoque nas atividades de assessoria e intermediação e o esforço de contenção de custos, permitiram que mesmo num ano marcado por um contexto macroeconómico recessivo e por elevados níveis de aversão ao risco por parte dos investidores, o CaixaBI tenha alcançado bons resultados.

### CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO - INDICADORES

(milhares de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 | Dez/12 (*) | Variação Dez/12(*) - 11 |
|---|---|---|---|---|
| Margem financeira | 29 052 | 32 156 | 28 166 | -3,1% |
| Comissões líquidas | 61 793 | 63 267 | 58 551 | -5,2% |
| Resultados em ativos financeiros | -31 282 | 6 296 | 7 327 | - |
| Outros resultados de exploração | -520 | -129 | 2 012 | - |
| **Produto Bancário** | **59 043** | **101 589** | **96 055** | **62,7%** |
| **Produto Bancário ajustado (*)** | **86 729** | **122 631** | **117 098** | **35,0%** |
| Provisões e imparidades | -31 896 | -30 676 | -30 748 | -3,6% |
| Custos de estrutura | -24 774 | -30 686 | -23 387 | -5,6% |
| **Resultados antes de impostos** | **2 373** | **40 227** | **41 921** | **-** |
| Impostos | 6 220 | -11 812 | -12 229 | - |
| Interesses minoritários | -40 | -874 | -874 | - |
| **Resultado Líquido** | **8 553** | **27 541** | **28 817** | **236,9%** |
| *Cost-to-income* ajustado (**) | 28,1% | 24,7% | 19,6% | -8,53 p.p. |

(*) Excluindo a consolidação da CGD Investimentos, para efeito de comparação com o homólogo.

(**) Ajustado por imparidades em ativos financeiros.

***CaixaBI:***

- ***Comissionamento da banca de investimento ultrapassou €63 milhões***
- ***Significativo aumento do resultado líquido e do produto bancário***
- ***Cost-to-income: 19,6%***

No que respeita à atividade de assessoria, a participação em operações de grande dimensão contribuiu para o bom desempenho alcançado ao nível das comissões líquidas, as quais ascenderam no ano a 63,3 milhões de euros. Para este bom resultado contribuiu também a CGD Investimentos[6], sociedade corretora com sede em São Paulo, adquirida no primeiro semestre do ano e que constituiu um passo importante na implementação da estratégia de internacionalização do Banco para o Brasil. Não considerando a consolidação desta sociedade (contas "pro-forma"), as comissões líquidas ascenderam a 58,6 milhões de euros.

Os resultados em operações financeiras e instrumentos de capital tiveram também um desempenho muito positivo, atingindo os 27,3 milhões de euros quando corrigidos pelo reforço de imparidades em ativos financeiros, os quais ascenderam no ano a 21,0 milhões. Em base pro-forma, os resultados em operações financeiras ajustados pelas imparidades foram de 28,4 milhões de euros, os quais comparam com um prejuízo de 3,6 milhões em 2011.

O Produto Bancário ajustado do CaixaBI atingiu os 122,6 milhões de euros. Em base *pro-forma*, o Produto Bancário ajustado ascendeu a 117,1 milhões de euros, o que

[6] A CGD Investimentos foi consolidada proporcionalmente no CaixaBI, em 50%, no exercício de 2012.

representou um crescimento de 35% face ao período homólogo.

O enquadramento macroeconómico recessivo ao nível das economias portuguesa e espanhola não deixou contudo de ter um impacto negativo nos resultados, os quais foram fortemente afetados pelo reforço de imparidades e provisões, que no ano alcançaram 51,7 milhões de euros. Em base *pro-forma*, o reforço de imparidades e provisões foi também de 51,7 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de cerca de 13% face aos 59,6 milhões registados em 2011.

O *cost-to-income* do CaixaBI fixou-se em 24,7%, quando ajustado pelas imparidades em ativos financeiros, permanecendo claramente abaixo dos seus *peers*. De realçar que em base *pro-forma*, o *cost-to-income* ajustado do CaixaBI foi de 19,6%, o que compara com os 28,1% alcançados em 2011.

O bom desempenho geral do CaixaBI refletiu-se ao nível do Resultado Líquido apurado no ano, que ascendeu a 27,5 milhões de euros. Em base *pro-forma*, o resultado líquido do Banco foi de 28,8 milhões de euros representando um crescimento significativo face ao resultado de 8,6 milhões atingido em 2011.

O CaixaBI reafirmou uma vez mais a sua liderança na banca de investimento nacional, participando nas transações mais relevantes ocorridas em Portugal em 2012, liderando os rankings do sector e conquistando as mais importantes distinções internacionais.

**Best Investment Bank in Portugal**
**Euromoney Award for Excellence**

**Best Investment Bank in Portugal**
**Global Finance**

**Best Investment Bank in Portugal**
**World Finance**

**Best Investment Bank**
**In Portugal**
**EMEA Finance**

**Highly Commended**
**Deal of the Year**
**The Banker**

**Best Cross-border**
**M&A Deal**
**EMEA Finance**

- 1º *Bookrunner* de Emissões Obrigacionistas em Euro de Emitentes Portugueses

  Bloomberg League Table - líder pelo 6º ano consecutivo

- *M&A league table*

  Bloomberg[7] - 1º lugar no *ranking* português e 12º no Brasil (1º banco português nesta geografia), em termos de volume de transações anunciadas/concluídas

- *Project Finance league table*

  Dealogic Project Finance Review - 1º lugar no *ranking* de Project Finance Advisor em Portugal

[7] Extração de dados a 3 de janeiro de 2013.

## *Project Finance*

O Grupo CGD, através do CaixaBI, participou em operações a nível global num montante aproximado de 414 milhões de euros, alcançando o 1º lugar no *ranking* da Dealogic para o papel de *MLA* em operações de *project finance* em Portugal e sendo o banco português melhor posicionado em todas as geografias em que atuou.

***CaixaBI:***

***Expansão geográfica da atividade nomeadamente em Angola, Moçambique e Brasil***

A nível internacional destaca-se a progressiva expansão geográfica da atividade do Banco, com o acompanhamento de operações em Angola e Moçambique e, conjuntamente com o BCG - Brasil, com a estruturação e/ou assessoria financeira de um conjunto diverso de projetos no Brasil.

Das operações estruturadas numa base de *project finance* destacam-se a conclusão com sucesso do processo de refinanciamento de cinco parques eólicos da EuroWatt em França, a conclusão do processo de refinanciamento da Tagusgás na sequência da alteração do respetivo Contrato de Concessão e o *financial close* do financiamento ao Luanda Shopping, em Angola.

## *Structured Finance*

No que respeita a operações estruturadas numa base *corporate*, destaca-se a assessoria financeira prestada à Tagus na estruturação e montagem do financiamento à Oferta Pública de Aquisição de ações da Brisa, e a participação na estruturação e montagem de um financiamento à Semapa para aquisição da Supremo Cimentos, no Brasil.

## *Corporate Finance – Dívida*

O CaixaBI liderou 13 emissões no mercado primário de obrigações, continuando a posicionar-se, de acordo com o *ranking* da Bloomberg e pelo sexto ano consecutivo, como o 1º *bookrunner* de emissões obrigacionistas em euro de emitentes de base nacional.

No regresso ao mercado de *Eurobonds* pelos emitentes portugueses, o CaixaBI atuou como *bookrunner* em 3 das 5 emissões ocorridas em 2012:

- Brisa: *Joint Lead* e *Bookrunner* na emissão de *Notes,* no montante de 300 milhões de euros, com maturidade em 2018.
- Portugal Telecom: *Joint Lead* e *Bookrunner* na emissão de *Notes,* no montante de 750 milhões de euros, com maturidade em 2018.
- CGD: *Joint Lead* e *Bookrunner* na emissão de *Notes,* no montante de 500 milhões de euros, com maturidade em 2015.

Adicionalmente, no mercado primário de dívida é ainda de destacar a participação na *Tender Offer* da CGD sobre duas emissões de *covered bonds*, bem como nas Ofertas Públicas de Subscrição de obrigações pela Brisa, Galp Energia, Portugal Telecom, SONAE Investimentos, Efanor Investimentos, Mota-Engil e Futebol Clube do Porto. O CaixaBI foi ainda *Sole Lead Manager* na emissão de *Notes* e Líder Conjunto na Oferta Pública de Subscrição de obrigações da REN.

No segmento do papel comercial, o CaixaBI manteve uma posição de referência, tendo, no decorrer de 2012, organizado e liderado 16 novos programas de papel comercial, num montante global de 935 milhões de euros, dos quais se destacam os programas da Galp Energia (550 milhões de euros) e da Zon Multimédia (100 milhões de euros).

## *Mercado de Capitais - Ações*

São de realçar a já referida assessoria da Oferta Pública de Aquisição de ações da Brisa,

lançada pela Tagus, e a assessoria na alienação da participação de 1% da Caixa Geral de Depósitos no capital social da Galp Energia através de um *accelerated bookbuilding*.

Também de referir a organização pelo CaixaBI, em conjunto com a *NYSE Euronext Lisbon,* da edição de 2012 do *Portuguese Day*, na emblemática *New York Stock Exchange*, em Wall Street, e que contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro e do Presidente do IGCP num painel sobre Economia e Dívida Pública Portuguesa, e de vários responsáveis das maiores cotadas na *NYSE Euronext Lisbon*.

O objetivo do evento – divulgar e promover junto da comunidade financeira norte-americana as empresas portuguesas cotadas, as oportunidades de investimento existentes em Portugal, e o próprio país – foi amplamente alcançado, tendo-se concretizado mais de duzentas e cinquenta reuniões com cerca de cem investidores, e cujo resultado imediato foi a constatação do crescente interesse dos investidores por ativos portugueses.

## *Corporate Finance – Assessoria*

O CaixaBI ocupou uma vez mais o primeiro lugar em Portugal nos *rankings* da Bloomberg na área de *M&A,* através do envolvimento em 15 operações com um valor agregado de cerca de 15,6 mil milhões de euros. No Brasil, o CaixaBI, em conjunto com o BCG - Brasil, ocupou a 12ª posição no *ranking* de bancos de investimento em termos de volume de operações de *M&A* anunciadas / concluídas, sendo o banco português melhor posicionado, com um valor agregado de cerca de 8,0 mil milhões de euros.

Realça-se a assessoria ao Grupo SGC na alienação da Pargim Empreendimentos e Participações (negócio de *real estate* focado em centros comerciais no Brasil) à brasileira Aliansce, projeto que constitui mais um exemplo do sucesso do CaixaBI na implementação da sua estratégia *cross-border* entre Portugal e Brasil.

De destacar a assessoria financeira à Parpública na 2ª fase de reprivatização da REN, a qual se traduziu na alienação de uma participação de 40% da REN, dos quais 25% à State Grid China Corporation e 15% à Oman Oil Company.

Também de assinalar a assessoria financeira à CGD na alienação das participações na Zon Multimédia e na Cimpor, bem como a assessoria financeira à Caixa Seguros e Saúde na alienação da totalidade do capital social da HPP Saúde à Amil.

## *Sindicação e Vendas*

O CaixaBI foi *Dealer Manager* e Intermediário Financeiro da *tender offer* lançada pela CGD, atuando também como *Joint Lead* Manager nas emissões de *Eurobonds* pela Brisa, pela Portugal Telecom e pela CGD. Colocou ainda 342 emissões de Papel Comercial, num montante total de 7 946 milhões de euros.

## *Intermediação Financeira*

O ano de 2012 foi caracterizado pela ausência de emissões de ações no mercado primário em Portugal, com a exceção dos aumentos de capital concretizados no setor bancário. Segundo dados da CMVM, o Grupo CGD ocupou o 3º lugar do *ranking* dos intermediários financeiros portugueses em 2012, com uma quota de mercado de 12%.

Importa também destacar a já referida concretização em 2012 da aquisição da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A., uma importante corretora a operar no mercado de capitais brasileiro. Esta operação irá fortalecer a presença do Grupo CGD no mercado brasileiro, em particular na atividade de banca de investimento, constituindo um

importante passo na implementação da estratégia de internacionalização do Banco para o Brasil.

*Assessoria e Gestão de Risco para Empresas*

- ***3º lugar no ranking de intermediários financeiros segundo CMVM***
- ***2º lugar no ranking de performance geral dos OEVT***

No decorrer de 2012 o CaixaBI continuou com a atividade de *liquidity provider* sobre diversos títulos cotados na Euronext Lisboa entre os quais a Cofina, Orey Antunes, Altri, Inapa, Ibersol e SAG Gest. A Euronext reconhece o bom desempenho do CaixaBI atribuindo o *rating* máximo "A" em todos os títulos e categorias onde atua.

De acordo com o IGCP, o CaixaBI ocupou o 2º lugar no *ranking* de performance geral em 2012 e o 4º lugar entre os 18 *primary dealers* no *ranking* global dos Operadores Especializados de Valores do Tesouro.

*Capital de Risco*

No quadro da afetação prioritária dos recursos do Grupo CGD ao financiamento da economia, constitui vocação da área de capital de risco o reforço da capacidade competitiva das empresas nacionais em mercados alargados, potenciando a criação ou o desenvolvimento de empresas que perspetivem acentuada valorização e retorno dos capitais investidos. A atividade desenvolvida neste campo tem sido naturalmente condicionada pelo contexto recessivo e incerto, que coloca entraves à assunção por parte das empresas de estratégias arrojadas de crescimento.

A Caixa Geral de Depósitos tem afetos ao capital de risco recursos na ordem dos 720 milhões de euros, na qualidade de operador direto, através dos veículos próprios geridos pela Caixa Capital, e, complementarmente, de investidor em fundos sob gestão de terceiros que disponham de uma clara especialização ou aptidão numa atividade específica.

***Fundos de Capital de Risco:***

***Caixa Empreender +, Caixa Mezzanine, Grupo CGD, Desenvolvimento e Reorganização Empresarial***

A Caixa Capital dispõe de quatro fundos de capital de risco que permitem assegurar a transversalidade na cobertura dos distintos segmentos-alvo ao longo do ciclo de vida das empresas: Caixa Empreender +, Caixa Mezzanine, Grupo CGD e Desenvolvimento e Reorganização Empresarial. Adicionalmente, a Caixa Capital dispõe desde 2012 da mais vasta rede de parcerias com operadores de referência europeus no sector, que vem sendo utilizada para promover a integração de empresas e investidores nacionais no contexto internacional, propiciando dinâmicas combinadas de escrutínio e investimento.

Durante o exercício de 2012, procedeu-se à liquidação do único fundo de enfoque setorial, o Fundo de Capital de Risco Energias Renováveis, tendo algumas das suas participações sido transferidas para o Fundo de Capital de Risco Grupo CGD.

No decorrer do ano foram analisadas 133 oportunidades de investimento, tendo sido aprovadas 23 operações no montante total de 91 milhões de euros. Foram concretizados 34 investimentos (7 novos e 27 reforços) envolvendo um montante de 13 milhões de euros e 9 operações de desinvestimento que, a valor de realização, totalizaram 31 milhões.

## 1.6.2.5. GESTÃO DE ATIVOS

***Gestão de Ativos:***

***Aumento do volume de ativos sob gestão e dos proveitos***

Em 2012 verificou-se a um crescimento no volume de ativos sob gestão na CGD, em resultado de um renovado interesse dos clientes particulares pelos fundos mobiliários de tesouraria, e em virtude da valorização das carteiras institucionais.

## Montantes sob gestão e aconselhamento

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Fundos Mobiliários | 2 490 | 3 071 |
| Patrimónios sob Gestão (sem FPs) | 14 884 | 17 524 |
| Patrimónios sob Aconselhamento | 307 | 392 |
| Fundos Imobiliários | 1 565 | 1 517 |
| Fundos de Pensões | 2 115 | 2 306 |
| **Total** | **21 361** | **24 810** |

## Comissões geradas

O nível de proveitos do negócio da gestão de ativos do Grupo CGD em 2012 totalizou 47,5 milhões de euros, que correspondeu a um acréscimo de 3,2% relativamente ao registado no ano anterior, graças ao crescimento das comissões geradas pela gestão de patrimónios e de Fundos Imobiliários.

(milhares de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Fundos Mobiliários | 17 251 | 16 332 |
| Fundos Imobiliários | 17 373 | 17 979 |
| Fundos de Pensões | 3 177 | 3 115 |
| Gestão de Patrimónios | 8 256 | 10 118 |
| **Total** | **46 056** | **47 543** |

### *Fundos mobiliários - Caixagest*

O montante dos Fundos Mobiliários registou ao longo de 2012 uma tendência constante de crescimento, apesar do seu valor médio ainda se situar baixo do observado em 2011.

Em articulação com a rede comercial e de marketing da CGD, a Caixagest promoveu a colocação de fundos de tesouraria e de mercado monetário, tendo obtido bastante recetividade por parte dos clientes com um saldo muito positivo das subscrições destas categorias de fundos: 1 000 milhões de euros.

## Fundos sob gestão

No final de Dezembro, a Caixagest geria 3 071 milhões de euros, repartidos por 46 fundos de investimento mobiliário, apresentando uma carteira de produtos diversificada por vários mercados financeiros internacionais.

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Fundos de Tesouraria | 504 | 1 010 |
| Fundos de Obrigações | 307 | 349 |
| Fundos de Fundos e Mistos | 73 | 71 |
| Fundos de Ações | 170 | 181 |
| Fundos Especiais de Investimento | 502 | 476 |
| Fundos de Capital Protegido | 934 | 983 |
| **Total** | **2 490** | **3 071** |

As comissões geradas no ano de 2012, totalizaram 16,3 milhões de euros, valor ligeiramente abaixo do ano anterior, mas com elevado potencial de crescimento em 2013, tendo em conta a atual linha de tendência.

### *Gestão de patrimónios - Caixagest*

A Caixagest continuou a desenvolver o serviço de Gestão de Patrimónios, numa lógica de proximidade da rede comercial da CGD e dos respetivos clientes em carteira. Tendo em vista a captação de novos clientes, as propostas de serviço foram adequadas à nova conjuntura, sendo de destacar a continuação do sucesso ao nível da Consultoria de Investimento.

Ao longo do ano registou-se uma forte valorização dos ativos das carteiras institucionais, mais expostas à dívida pública nacional e, em abril, a Caixagest iniciou a gestão de mais uma nova carteira Institucional, no valor de 100 milhões de euros. Deste modo, os patrimónios sob gestão e aconselhamento aumentaram 17%, situando-se em 19 862 milhões de euros no final do ano.

#### Carteiras sob gestão

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Carteiras de Seguros | 10 883 | 11 935 |
| Institucionais | 3 788 | 5 425 |
| Fundos de Pensões | 1 797 | 1 946 |
| Particulares e Empresas | 214 | 165 |
| Aconselhamento | 307 | 392 |
| **Total** | **16 988** | **19 862** |

A valorização dos ativos dos clientes Institucionais contribuiu positivamente para um crescimento de 23% no comissionamento gerado pelo serviço de gestão de carteiras, que se situou em 10,1 milhões de euros.

### *Fundos imobiliários – Fundger*

Os 26 fundos imobiliários geridos pela Fundger, totalizavam 1 517 milhões de euros, no final de dezembro.

O fundo aberto Fundimo registou ao longo do ano um volume de subscrições negativo, em resultado da competitividade das taxas de juro dos produtos bancários portugueses.

No que respeita aos fundos fechados geridos pela Fundger e atendendo à situação de se encontrarem maioritariamente afetos ao desenvolvimento e promoção imobiliária, manteve-se algum abrandamento de atividade.

#### Fundos Imobiliários sob gestão

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Fundos Abertos (Fundo Fundimo) | 922 | 914 |
| Fundos Fechados | 643 | 604 |
| **Total** | **1 565** | **1 517** |

O montante de comissões geradas pelos fundos imobiliários situou-se em quase 18 milhões de euros, valor 3% superior ao do ano anterior.

*Fundos de pensões - CGD Pensões*

No final de 2012, o valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões ascendia a 2 306 milhões de euros, valor 9% superior gerido no início do ano.

### Fundos sob gestão

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Fundos Abertos | 2 010 | 2 194 |
| Fundos Fechados | 105 | 112 |
| **Total** | **2 115** | **2 306** |

Ao longo do ano, registou-se uma valorização generalizada das carteiras dos fundos de pensões e uma recetividade crescente aos fundos abertos prudentes.

O volume de comissões geradas em 2012 totalizou 3,1 milhões de euros, o que correspondeu a um decréscimo de 2% relativamente ao ano anterior.

## 1.6.2.6. ATIVIDADE SEGURADORA E DA SAÚDE

*Contributo para Resultado da CGD*

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. obteve, nas suas contas estatutárias de 2012, um resultado de 90,9 milhões de euros (2,9 milhões de euros em 2011), um acréscimo de 88,1 milhões de euros face ao ano anterior. A área seguradora registou um contributo de 96,6 milhões de euros e a atividade hospitalar -5,7 milhões de euros (-29,9 milhões de euros em 2011).

De acordo com as normas CGD GAAP, o resultado líquido consolidado foi de 89,7 milhões de euros (3,0 milhões de euros no ano anterior), registando um acréscimo de 86,7 milhões de euros face a 2011.

***A Caixa Seguros e Saúde obteve, em 2012, de acordo com as normas CGD GAAP, um resultado líquido consolidado de €89,7 milhões (€3,0 milhões no ano anterior)***

### CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA

(milhões de euros)

| **Resumo do Balanço Consolidado** | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Ativo Líquido | | |
| Carteira de Títulos, Depósitos e Caixa | 11 554,5 | 11 690,1 |
| Imóveis de Rendimento e Investimentos em Associadas | 335,8 | 324,8 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 0,0 | 87,6 |
| Outros Ativos Tangíveis e Intangíveis | 479,6 | 419,8 |
| Ativos por Impostos Correntes e Diferidos | 271,2 | 188,0 |
| Provisões Técnicas de Resseguro Cedido | 220,0 | 192,4 |
| Outros Ativos | 596,3 | 642,0 |
| **Total do Ativo** | **13 457,6** | **13 544,8** |
| Passivo | | |
| Passivos Financeiros (contratos de investimento) | 6 854,8 | 6 749,1 |
| Provisões Técnicas (contratos de seguro) | 4 596,5 | 4 214,4 |
| Outras Provisões | 99,5 | 89,2 |
| Passivos não correntes detidos para venda | 0,0 | 100,7 |

| | | |
|---|---|---|
| Passivos por Impostos Correntes e Diferidos | 25,9 | 137,5 |
| Passivos Subordinados | 436,5 | 0,0 |
| Outros Passivos | 700,2 | 765,4 |
| **Total do Passivo** | **12 713,5** | **12 056,3** |
| Situação Líquida | | |
| Capital | 448,4 | 799,9 |
| Prémios de Emissão | 184,4 | 184,4 |
| Reservas | 88,5 | 396,3 |
| Resultado Líquido | 3,0 | 89,7 |
| Interesses Minoritários | 19,8 | 18,2 |
| **Total da Situação Líquida** | **744,1** | **1 488,5** |
| **Total do Passivo e da Situação Líquida** | **13 457,6** | **13 544,8** |
| **Resumo do Ganhos e Perdas Consolidado** | | |
| Produto da Atividade Financeira | 236,6 | 73,1 |
| Margem Técnica da Atividade de Seguros | 494,6 | 494,2 |
| Custos de Exploração | -481,0 | -329,9 |
| Variação de Provisões | -30,0 | -0,3 |
| Imparidades | -197,4 | -93,4 |
| Resultados em empresas associadas | 1,3 | 0,5 |
| **Resultados antes de impostos e de interesses minoritários** | **24,0** | **144,2** |
| Impostos sobre o rendimento | -19,8 | -55,3 |
| Interesses minoritários | -1,1 | 0,8 |
| **Resultado líquido atribuível ao acionista CGD** | **3,0** | **89,7** |

(a) Valores em consonância com as normas relativas à apresentação das demonstrações financeiras no formato IAS/IFRS (Grupo CGD) e correspondem às contas consolidadas.

A linha de negócio hospitalar foi objeto de um processo de alienação, negociado ao longo do ano, tendo-se concluído ainda no exercício de 2012, o respetivo acordo de venda (para informação mais detalhada, ver ponto 1.4.4.).

A Caixa Seguros e Saúde contribuiu com 567,3 milhões de euros (-163,9 milhões do que em 2011) para o produto da atividade do Grupo CGD, sendo 494,2 milhões de euros provenientes da margem técnica da atividade de seguros e 73,1 milhões de euros provenientes do produto da atividade financeira.

O decréscimo face ao ano anterior fica a dever-se ao produto da atividade financeira (-163,9 milhões de euros), que refletiu fundamentalmente a alteração da política contabilística de consolidação dos HPP, e cuja redução se encontra naturalmente compensada ao nível dos custos de estrutura.

O Ativo Líquido consolidado da Caixa Seguros e Saúde situou-se em 13,3 mil milhões de euros, tendo por sua vez os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascendido a 1,6 mil milhões de euros, representando um acréscimo de 91,4%, decorrente sobretudo da transferência do Passivo Subordinado (351,5 milhões de euros) para Capital Social, e da evolução positiva da Reserva de Justo Valor.

## CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, SA

(milhões de euros)

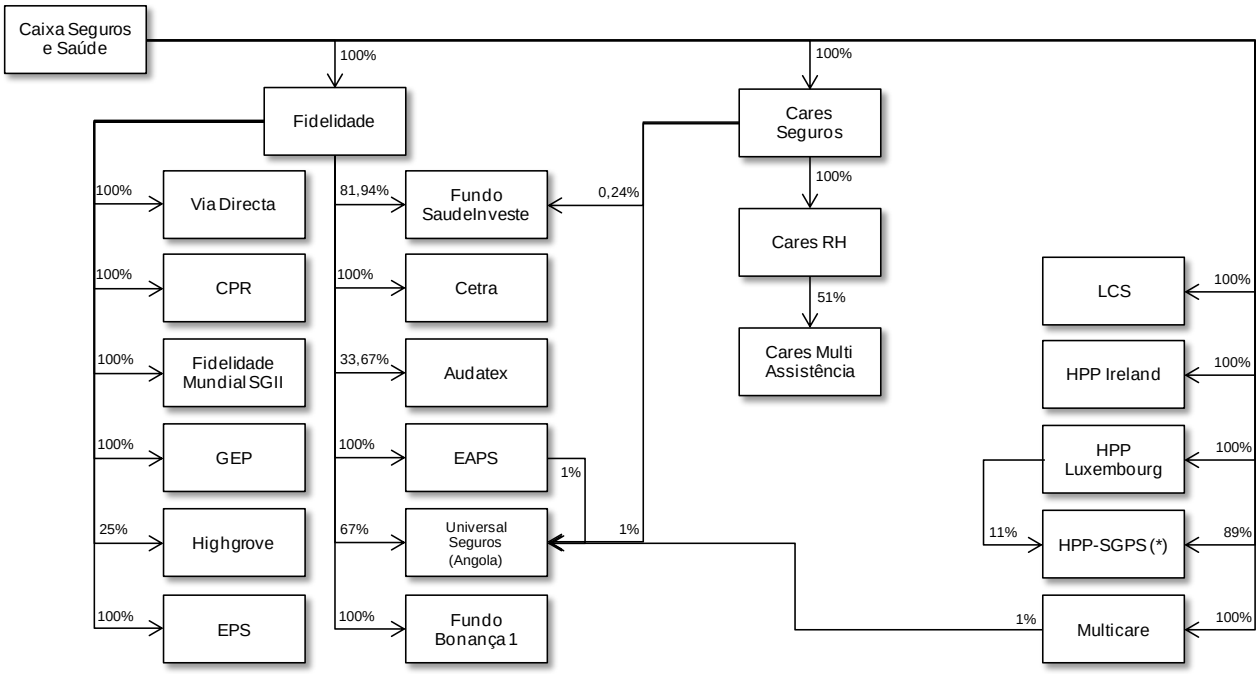
| Indicadores Caixa Seguros e Saúde, SGPS [a] | Dez/11 [*] | Dez/12 |
|---|---|---|
| Ativo Líquido | 13 329,8 | 13 283,1 |
| Capitais Próprios e Interesses Minoritários | 834,8 | 1 597,9 |
| Passivo | 12 494,9 | 11 685,1 |
| do qual: Passivo Subordinado | 436,5 | 0,0 |
| Responsabilidades com Contratos de Seguros | 11 416,5 | 10 922,8 |
| Provisões Técnic. de Seguro Direto e de Resseguro Aceite | 4 555,4 | 4 173,7 |
| Responsabilidades com Instrumentos Financeiros | 6 861,1 | 6 749,1 |
| *Combined Ratio* dos Ramos Não Vida (líquido de Resseguro) | 99,9% | 98,5% |
| *Loss Ratio* | 73,2% | 70,1% |
| *Expense Ratio* | 26,7% | 28,4% |
| Resultado Líquido | 2,9 | 90,9 |
| do qual: Atividade Seguradora | 32,8 | 96,6 |
| Atividade Hospitalar | -29,9 | -5,7 |
| Rentabilidade | | |
| ROE Líquido | 0,3% | 7,5% |
| Número de empregados | 5 618 | 5 639 |
| Seguradoras | 3 369 | 3 318 |
| Empresas Instrumentais | 221 | 228 |
| HPP (consolidado) | 2 028 | 2 093 |
| **Indicadores da Área Seguradora** | | |
| Prémios de Seguro Direto | 3 963,4 | 3 269,9 |
| Ramos Vida | 267,7 | 261,2 |
| Contratos de Investimento (Instrumentos financeiros) | 2 567,7 | 1 909,7 |
| Ramos Não Vida | 1 128,0 | 1 099,0 |
| Quotas de Mercado (Atividade em Portugal) | 33,4% | 29,3% |
| Ramos Vida (incluindo Contratos de Investimento) | 37,2% | 31,0% |
| Ramos Não Vida | 26,6% | 26,4% |
| Solvabilidade (Local GAAP) | | |
| A. Margem de Solvência (Total) | 961,0 | 1 321,0 |
| B. Margem de Solvência (Requisito Obrigatório) | 660,9 | 637,9 |
| Cobertura de Margem de Solvência (A/B) | 145,4% | 207,1% |
| Número de Agências | 149 | 145 |
| Número de mediadores exclusivos | 2 695 | 2 725 |

(a) Contas estatutárias consolidadas
(*) Contas proforma

## Dimensão/Posicionamento da Caixa Seguros e Saúde

A Caixa Seguros e Saúde atua globalmente no mercado segurador, comercializando produtos de todos os ramos de seguros, no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior e mais diversificada rede de distribuição de seguros do mercado nacional.

No que respeita à atividade internacional, a área seguradora da Caixa Seguros e Saúde definiu o enfoque da sua nos mercados onde a CGD marca presença própria, sem prejuízo de operações com maior autonomia e diversificação de canais de distribuição, como são, designadamente, os casos de Angola e Espanha.

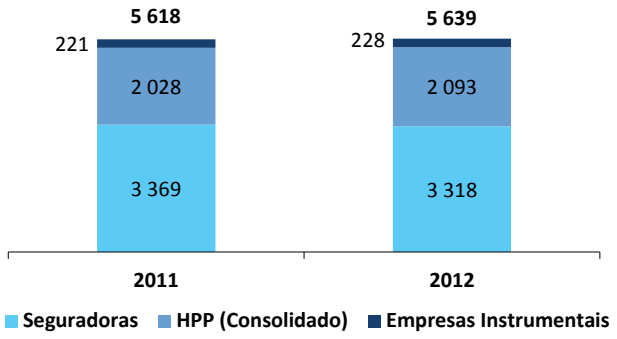



(*) - Ativos, Passivos e Ganhos e Perdas classificados como não corrente detidos para venda

## Recursos Humanos

Em termos quantitativos, verificou-se um aumento de 21 colaboradores no conjunto das empresas integradas na Caixa Seguros e Saúde face a igual período homólogo. De salientar a redução de 51 pessoas ao nível das seguradoras.

### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES



## *Análise Financeira Consolidada*

### Resultados Técnicos

Os resultados técnicos consolidados atingiram, em 2012, 195,7 milhões de euros, um acréscimo de 191 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo uma melhoria da atividade financeira, que no ano de 2011 foi negativamente influenciada pelas imparidades provenientes da exposição à divida soberana do Estado Grego.

Da análise das principais rubricas da conta técnica consolidada destacam-se os seguintes aspetos:

- Nos ramos Não Vida, o resultado técnico situou-se em 52,6 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 33,9 milhões de euros face ao ano anterior, por efeito da melhoria da sinistralidade, da atividade financeira e da contenção de custos de funcionamento. Em termos técnicos, o Rácio Combinado líquido de resseguro (excluindo o rendimento técnico das Provisões Matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho e os reforços de provisões efetuados em 2012 no mesmo ramo) ascendeu a 98,5%, apresentando uma redução de 1,4 p.p. face ao ano anterior, tendo beneficiado da redução do *Loss ratio* (3,1 p.p.) em resultado de um bom comportamento geral da sinistralidade corrente e sofrido um acréscimo por via do *Expense ratio* (+1,7 p.p.), o qual incorpora custos não recorrentes de ajustamento do volume de efetivos;
- O resultado técnico dos ramos Vida evidenciou um aumento de 157,1 milhões de euros face a 2011, decorrente, sobretudo, da melhoria da atividade financeira.

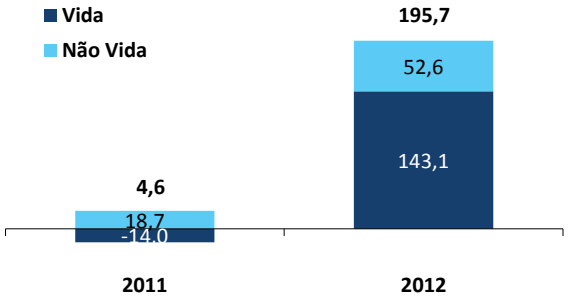
***Caixa Seguros e Saúde:***

***Os resultados técnicos consolidados atingiram, em 2012, €195,7 milhões, mais €191 milhões do que no ano anterior, dos quais:***

- ***Ramo Não Vida: €52,6 milhões***
- ***Ramo Vida: €143,1 milhões***

EVOLUÇÃO DO RESULTADO TÉCNICO

(milhões de euros)




### *Ramo Vida*

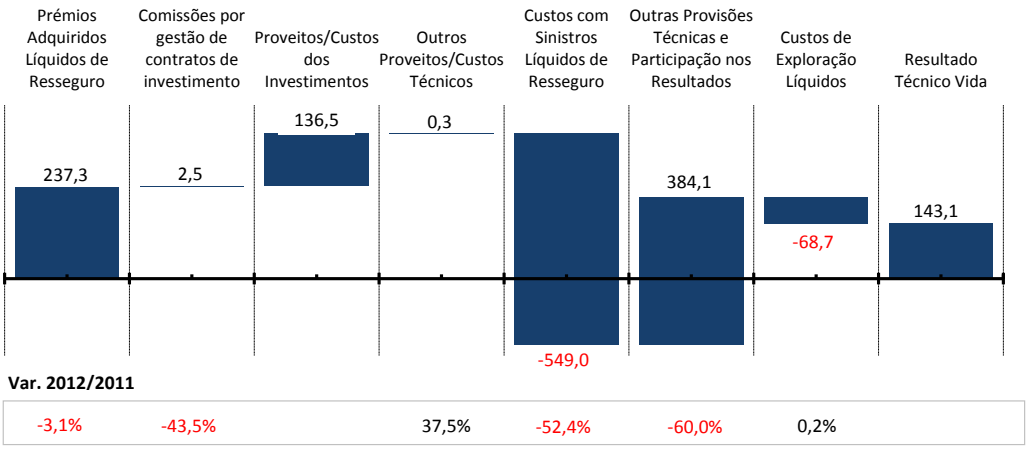
No que respeita ao ramo Vida, a Caixa Seguros e Saúde desenvolve a sua atividade através da Fidelidade, que segue uma abordagem multicanal, utilizando nomeadamente canais tradicionais, bancário e CTT.

Em 2012, o montante de prémios de seguro direto do ramo Vida, incluindo recursos captados no âmbito de contratos de investimento, atingiu 2 171 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 23,4% face ao período homólogo. Tal deveu-se essencialmente a uma menor captação de recursos via seguros financeiros, num contexto de diminuição generalizada do rendimento disponível e de maior apetência dos aforradores por produtos bancários.

O resultado técnico foi de 143,1 milhões de euros, podendo ser observado com maior detalhe no gráfico seguinte (sendo de referir que os recursos captados no âmbito de contratos de investimento não são contabilizados em prémios de seguro direto):

## DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO TÉCNICO - RAMO VIDA

(milhões de euros)




Este resultado encontra-se influenciado por uma melhoria dos Proveitos/Custos dos Investimentos, que em 2011 foram penalizados por imparidades assim como pela redução dos Custos com Sinistros face ao ano anterior.

### *Ramos Não Vida*

Nos ramos Não Vida, para além da Fidelidade, a Caixa Seguros e Saúde desenvolve ainda a sua atividade através da Ok!teleseguros, especialmente vocacionada para os canais remotos (telefone e internet), e da Universal Seguros, que atua em Angola.

Atuam, igualmente, nesta área de negócio, mas essencialmente na vertente de resseguro, as empresas Multicare, Cares e Companhia Portuguesa de Resseguros.

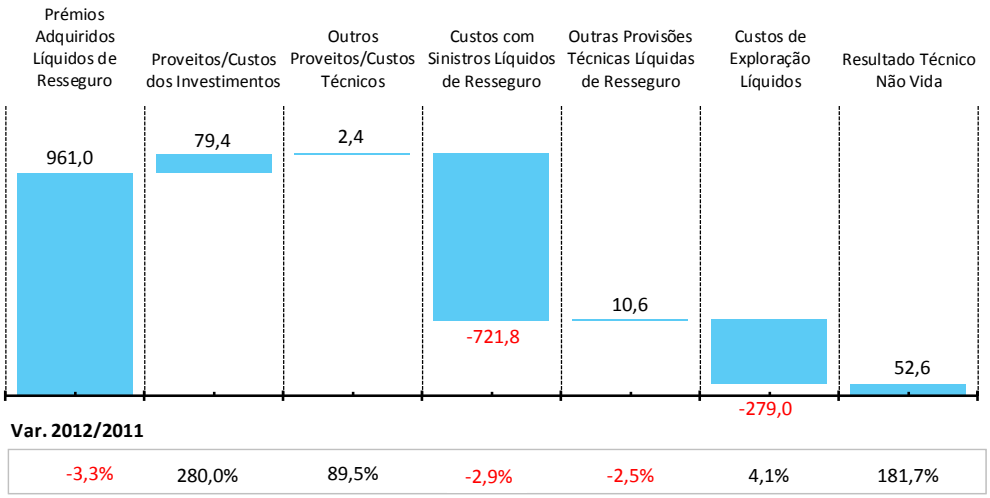
Em 2012, a Caixa Seguros e Saúde atingiu um montante de prémios de seguro direto no conjunto Não Vida de 1 099 milhões de euros, -2,6% face ao ano anterior.

O Loss ratio evidenciou uma redução de 3,1 p.p., situando-se em 70,1% (excluindo rendimento técnico das Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho e reforços extraordinários de provisões no mesmo ramo), contribuindo assim para a redução do Combined ratio, que se situou em 98,5% no final do exercício.

O resultado técnico foi de 52,6 milhões de euros, um acréscimo de 181,7% face a 2011, cujo detalhe pode ser observado no gráfico seguinte:

## DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO TÉCNICO - RAMO NÃO VIDA

(milhões de euros)



## Resultados Líquidos e Capital Próprio

Em 2012 os resultados antes de impostos atingiram 146,5 milhões de euros, um acréscimo de 141,2 milhões de euros face ao ano anterior, fruto do desempenho favorável da atividade financeira e da sinistralidade, comparativamente a 2011.

Por seu lado, o resultado líquido, após interesses minoritários, situou-se em 90,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 88,1 milhões de euros face a 2011.

Os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascenderam a 1,6 mil milhões de euros, uma melhoria de 763 milhões de euros, resultante da evolução positiva da Reserva de Justo Valor, do Resultado Liquido e do aumento do Capital Social – este último fruto da conversão dos Passivos Subordinados no valor de 351,5 milhões de euros.

***Os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascenderam a €1,6 mil milhões, uma melhoria de €763 milhões***

## Responsabilidades Técnicas e Solvência

As responsabilidades técnicas de seguro direto e de resseguro aceite apresentavam um montante de 10,9 mil milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 493,7 milhões de euros face ao ano anterior, refletindo, sobretudo, o decréscimo verificado na produção dos produtos financeiros da atividade Vida.

### RESPONSABILIDADES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

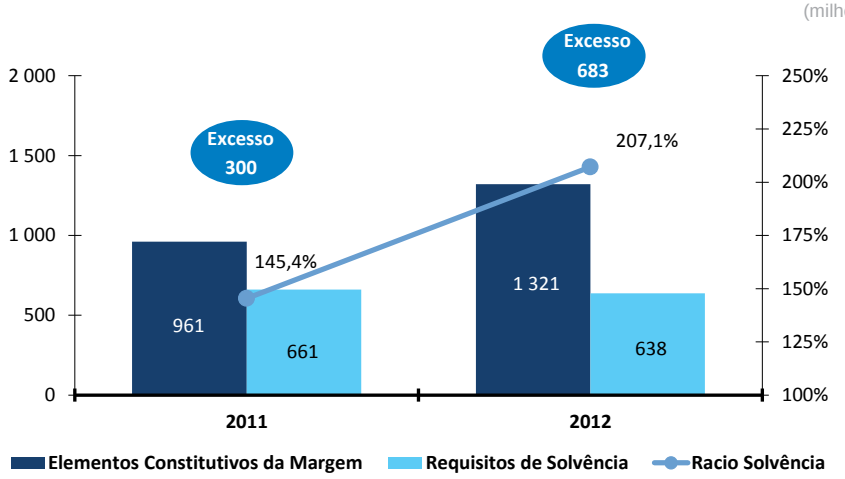
ATIVIDADE GLOBAL

(milhares de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Provisão para Prémios Não Adquiridos | 290 352 | 276 401 |
| Provisão Matemática Vida | 2 267 893 | 1 900 871 |
| Provisão para Sinistros | 1 890 729 | 1 844 987 |
| *De Vida* | *137 938* | *116 526* |
| *De Acidentes de Trabalho* | *721 310* | *770 733* |
| *De Outros Ramos* | *1 031 481* | *957 729* |
| Provisão para Participação nos Resultados | 31 645 | 83 484 |
| Outras Provisões Técnicas | 74 798 | 67 985 |
| Passivos Financeiros | 6 861 072 | 6 749 113 |
| **Total de Responsabilidades Técnicas** | **11 416 489** | **10 922 841** |
| Provisões Técnicas de Resseguro Cedido | 220 024 | 192 398 |
| **Responsabilidades Técnicas Líquidas de Resseguro** | **11 196 465** | **10 730 443** |

### MARGEM DE SOLVÊNCIA

(milhões de euros)



O montante da margem de solvência exigível da Caixa Seguros e Saúde era, em 2012, de 638 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiram 1 321 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 207,1% (145,4% em 2011) representativo de um elevado nível de segurança para com as entidades que se relacionam com as seguradoras do Grupo.

***Reforço dos elevados níveis de solvência com uma taxa de cobertura da respetiva margem, de 207,1%***

A Caixa Seguros e Saúde tem inteiramente cobertas e adequadamente representadas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros, cumprindo os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo, significativamente, os valores mínimos legalmente fixados.

## *Análise da Área Seguradora*

### Aspetos gerais

***Ramo Vida: Objetivo estratégico na área da poupança para a reforma***

***Crescimento da comercialização de seguros ligados a fundos de investimento***

As principais linhas de atuação da área seguradora do Grupo continuaram centradas no aprofundamento da relação com as redes comerciais, na conceção de produtos adaptados às necessidades dos clientes, na constante atenção ao equilíbrio da exploração técnica e no aumento da eficiência organizacional.

O desenvolvimento do *franchising* e da mediação exclusiva, o crescimento comercial dos grandes mediadores e a profissionalização da rede de mediação em geral, mantêm os eixos de atuação que pautam a atividade das seguradoras do Grupo.

Com o objetivo de atingir uma maior eficiência organizacional, implementou-se, em 2012, uma alteração substancial nas áreas de subscrição, que passaram a ter uma maior interligação com as áreas de produtos.

No que respeita aos ramos Vida, a área da poupança para a reforma continuou a ser o objetivo estratégico, comercializando-se um Plano de Poupança Reforma inovador, sob a marca ‘Leve’.

A destacar ainda o crescimento acentuado, face aos anos anteriores, da comercialização de Seguros Ligados a Fundos de Investimento (ICAEs), com garantias no termo do contrato e em caso de morte, suportados maioritariamente em Divida Pública Portuguesa, no canal bancário, no canal postal e na rede geral.

Para a generalidade dos produtos Não Vida continuaram a introduzir-se melhorias em diversos produtos, com vista a adequá-los às condições de mercado e às necessidades dos clientes.

Também ao nível do relacionamento com as redes comerciais e com o objetivo de garantir uma comunicação eficaz com a Rede de Mediação, continuou a ser divulgada uma *newsletter* com informação útil para o desempenho da atividade, nomeadamente novidades sobre produtos, linhas de atuação e de orientação comercial, informação sobre a atividade seguradora e notícias de caráter institucional.

### Enquadramento competitivo da Área Seguradora

Em 2012, o mercado segurador nacional voltou a ser condicionado por uma conjuntura económica desfavorável, tendo apresentado uma redução de 6,4% no montante de Prémios, para cerca de 11 mil milhões de euros (equivalente a cerca de 7% do PIB), em consequência da evolução quer dos ramos Vida (-8,2%, para 7 mil milhões de euros), quer dos ramos Não Vida (-3,0%, para 4 mil milhões de euros);

O decréscimo na atividade Vida continuou a refletir uma diminuição generalizada do rendimento disponível e a menor atratividade fiscal dos PPR, tendo, no entanto, sido

consideravelmente inferior à variação registada em 2011 (-38,1%) em consequência, sobretudo, das alterações nas políticas de captação de recursos por parte dos principais grupos financeiros.

Nesta área de negócio, verificou-se a manutenção dos níveis de concentração, apesar de terem ocorrido alterações substanciais nas quotas de Mercado de algumas seguradoras, em particular as que têm o canal bancário como canal preferencial.

A atividade Não Vida apresenta uma maior estabilidade da carteira de prémios, sendo a sua evolução fortemente ligada à evolução macroeconómica, pelo que o decréscimo de 3% se encontra em linha com o comportamento do PIB. De referir que os valores homólogos da Caixa Seguros relativos a 2011 incorporam o efeito favorável de uma anulação extraordinária de estornos, com um impacto positivo na carteira Não Vida de 12,5M, pelo que, em termos proforma, o decréscimo da produção seria de -2,6%, ou seja, um melhor comportamento face ao apresentado pelo Mercado sem Caixa Seguros (-2,8%), o que corresponderia a um acréscimo de quota de 0,1 p.p. face ao ano anterior;

Numa análise pelos principais ramos, há a referir a redução mais pronunciada dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel e o aumento de prémios nos ramos Doença e Riscos Múltiplos Habitação.

À semelhança de anos anteriores e em consequência dos elevados níveis de competitividade, o mercado segurador apresenta uma diminuição dos níveis de concentração ao nível da atividade Não Vida, tendo-se verificado um aumento de quota por parte das seguradoras de menor dimensão.

## Posicionamento no Mercado Segurador

Em termos de atividade seguradora, a Caixa Seguros e Saúde registou em 2012 um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 3 270 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 17,5% que teve origem, sobretudo, na redução de 23,4% dos ramos Vida.

***Liderança da Caixa Seguros e Saúde com quota global de 29,3%:***

- ***Ramo Vida: 31%***
- ***Ramo Não Vida: 26,4%***

A atividade em Portugal responsável pela maioria da produção atingiu um volume de prémios de seguro direto de 3 195 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 18%. A Caixa Seguros e Saúde mantém a liderança destacada do setor segurador nacional, detendo uma quota global de 29,3%, situação que se verifica quer nos ramos Vida (31,0%), quer nos ramos Não Vida (26,4%).

As seguradoras da Caixa Seguros registaram, em 2012, uma redução na sua representatividade global (-4,2 p.p.), tendo-se verificado a mesma tendência quer nos ramos Vida (-6,2 p.p.) quer nos ramos Não Vida (-0,2 p.p.).

O montante de Prémios da Caixa Seguros, no estrangeiro, manteve-se em linha com o registado em 2011, continuando esta a ser responsável por mais de 90% da produção captada pelas seguradoras nacionais em outros mercado.

### PRÉMIO DE SEGURO DIRETO - RAMO VIDA (ATIVIDADE TOTAL)

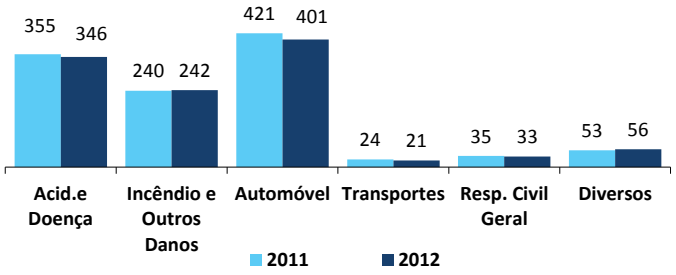
(milhões de euros)

A atividade Vida, em Portugal, contabilizou 2 143 milhões de euros de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), tendo

registado um decréscimo de 23,5% face a 2011, com origem nos produtos de capitalização e PPR, continuando a refletir uma diminuição generalizada do rendimento disponível, de par com reajustamentos nas políticas de captação de recursos por parte dos principais grupos financeiros.

PRÉMIO DE SEGURO DIRETO - RAMO NÃO VIDA (ATIVIDADE TOTAL)

(milhões de euros)




Na atividade Não Vida, a produção da Caixa Seguros e Saúde, em Portugal, atingiu 1 052 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 3,7% face a 2011, centrada nos ramos Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Transportes e Responsabilidade Civil, em consequência, sobretudo, do abrandamento económico.

A Caixa Seguros e Saúde manteve-se como líder destacada no conjunto da atividade Não Vida com uma quota de 26,4% (mais do que duplicando o valor registado pelos concorrentes mais próximos), bem como em todos os seus principais ramos.

## Síntese das Participadas sob gestão da Área Seguradora

***Conclusão da fusão entre a Fidelidade Mundial e Império Bonança***

Em 2012 concluiu-se o processo de fusão entre a Fidelidade Mundial e a Império Bonança, cuja denominação social foi alterada para Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

Este processo formalizou, do ponto vista jurídico, a integração operacional e funcional já realizada, visando maximizar a eficiência na gestão do capital do Grupo e ainda uma mais eficiente utilização de recursos, continuando no entanto, no plano comercial, a coexistir as marcas Fidelidade Mundial e Império Bonança.

A Fidelidade mantém a liderança destacada do setor segurador com uma quota de mercado de 28,9% (-4,2 p.p. que em 2011), tendo registado um montante de prémios na atividade em Portugal de 3 150 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), correspondendo a um decréscimo de 18,2% face ao ano anterior, que decorre essencialmente do comportamento do Ramo Vida nos produtos financeiros.

Esta liderança verificou-se quer nos ramos Vida com uma quota de mercado de 31,0% (37,2% em 2011), quer nos ramos Não Vida com 25,2% (25,5% em 2011).

A atividade no estrangeiro evidenciou uma produção de 67 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), mantendo-se em linha com os valores registados no ano anterior.

Em 2012 alcançou um Resultado Líquido de 98,5 milhões de euros, um acréscimo de 74,8 milhões de euros face a 2011.

A OK!teleseguros é a marca do Seguro Automóvel da Via Directa - Companhia de Seguros, S. A.. Fundada em 1998, é a seguradora do Grupo CGD, vocacionada para a venda através dos canais telefónico e Internet.

***Liderança da OK teleseguros no mercado do seguro automóvel, nos canais telefónico e Internet***

Em 2012, manteve a liderança no mercado de seguro automóvel, nos canais telefónico e Internet, alcançando um montante de prémios de seguro direto de 42,6 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 2,4% face ao ano anterior.

A OK!teleseguros alcançou em 2012 um Resultado Líquido de 1,0 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 334,3% face ao ano anterior.

A Multicare consolidou em 2012 a sua liderança no mercado dos seguros de saúde, com uma quota superior a 33,1%, gerindo através de resseguro a carteira da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A, que integra as marcas Fidelidade Mundial e Império Bonança.

***Multicare lidera o mercado dos seguros de saúde, com quota de mercado superior a 33%***

Encerrou o ano com um total de prémios de resseguro aceite de 181 milhões de euros e um resultado líquido de 5,3 milhões de euros (um acréscimo de 4,8 milhões de euros face a 2011), numa carteira superior a 647 mil pessoas seguras.

A Cares opera no mercado segurador baseando o seu negócio no resseguro aceite dos ramos Assistência e de Proteção Jurídica, tendo a maioria da sua faturação origem nas Companhias de Seguros da Caixa Seguros e Saúde.

Em 2012 a companhia registou um montante de Prémios de 41,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 14,8% face ao ano anterior.

O Resultado Líquido ascendeu no período a 7,1 milhões de euros, o que traduziu um acréscimo de 57,2% face a 2011.

No ano de 2012, a Companhia consolidou a sua estratégia de aceitação de riscos às companhias do Grupo.

Manteve, por outro lado, a gestão da carteira de negócios que se encontra em “run-off” desde o final do ano de 2003, visando a efetiva extinção desse passivo técnico, através da celebração de acordos com as cedentes titulares de negócios já findos, mas ainda com responsabilidades em suspenso.

O impacto dessa atividade vem-se revelando, de ano para ano, menos visível, dada a progressiva redução do número de situações pendentes.

O resultado líquido situou-se em 302 mil euros face a um resultado de 265 mil euros no exercício anterior, representado 13.9% de crescimento da atividade técnica.

A CARES RH tem como atividade a representação e assistência de seguradoras

estrangeiras, bem como a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras.

Em 2012, a Cares RH apresentou um volume de faturação de 1,1 milhões de euros, um acréscimo de 73,4% face ao ano anterior, tendo alcançado um Resultado Líquido de 944 mil euros.

A Cares Multiassistance tem como principal atividade a prestação de serviços de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em imóveis e respetivos recheios ao abrigo das apólices de seguro de habitação.

No ano de 2012 registou um volume de negócios de 9,7 milhões de euros, em consequência das relações comerciais com a carteira de clientes existente, tendo alcançado um Resultado Líquido de 1,5 milhões de euros, o que representa uma manutenção do resultado do ano anterior.

A Cetra é uma empresa de reparação automóvel no segmento da colisão (chapa e pintura), tratando-se de uma empresa modernizada, dotada de equipamentos adequados do ponto de vista tecnológico e de colaboradores qualificados estando, assim, preparada para responder positivamente aos desafios inerentes aos altos padrões de qualidade de serviço esperados pelos nossos acionistas e demais clientes.

O volume de atividade operacional em 2012, medido pelo número de reparações iniciadas, decresceu 17,6% em comparação com o registado no ano precedente, refletindo sobretudo a queda de sinistralidade verificada. A Cetra registou um volume de proveitos operacionais de 2,0 milhões de euros, um decréscimo de 13% face ao registado no ano anterior, tendo o resultado líquido do exercício ascendido a 132 mil euros, um decréscimo de 27,1% relativamente a 2011.

A SAFEMODE é uma empresa certificada pela NP EN ISO 9001:2000 e autorizada pela Autoridade das Condições de Trabalho para a prestação de serviços externos de Segurança e Higiene do Trabalho. Desenvolve e presta serviços técnicos de avaliação e redução de vulnerabilidades e riscos, consultoria, projetos, auditorias técnicas, certificação energética e da qualidade do ar interior em edifícios, assim comode formação, no âmbito da prevenção, proteção e segurança das pessoas, do património e do ambiente.

Em 2012, alcançou um volume de negócios de 2,0 milhões de euros e um Resultado Líquido de 75 mil euros, prosseguindo a sua missão como empresa instrumental da Caixa Seguros e Saúde, tendo dado continuidade ao suporte da atividade seguradora, nomeadamente no âmbito das análises de risco patrimoniais e no acompanhamento da carteira de Acidentes de Trabalho, e iniciado a realização de Análises de Risco Ambiental.

Durante o ano de 2012 a EPS deu continuidade à prestação de serviços de gestão de

Seguros de Saúde a seguradoras do Mercado que exploram o ramo Doença, tendo em 2012 alcançado um resultado liquido negativo de 73 mil euros.

A Fidelidade Mundial SGII tem como atividade principal o arrendamento de imóveis próprios, por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexos, tendo como objeto acessório a venda desses imóveis.

Em 2012, o volume total de proveitos operacionais foi de 3,7 milhões de euros, tendo o Resultado Líquido atingido 838 mil euros.

A GEP, responsável pelas Peritagens Automóveis e Patrimoniais e de Averiguações das Seguradoras do Grupo, registou, em 2012, um volume de negócios de 18 milhões de euros e um Resultado Liquido de 78 mil euros.

A LCS é uma sociedade anónima constituída em Março de 2006, tendo como objeto social a conceção, projeto, instalação, financiamento, exploração e posterior transferência para o Estado Português, do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (Linha Saúde 24). A sua atividade compreende serviços que vão desde a triagem, aconselhamento e encaminhamento, à assistência de Saúde Pública, informação geral de Saúde e aconselhamento terapêutico.

Em 2012, a LCS alcançou um Resultado Liquido de 2,8 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 1,2 milhões face ao ano anterior, continuando a apresentar um elevado nível de notoriedade assistida, mantendo-se sustentadamente acima dos 90%.

# 1.7. Análise Financeira

## 1.7.1. ATIVIDADE CONSOLIDADA

### 1.7.1.1. RESULTADOS E RENDIBILIDADE

O Grupo CGD prosseguiu a sua atuação em 2012 num quadro estratégico que continuou a privilegiar a promoção da poupança, o reforço da eficiência, da solvabilidade e da liquidez e, não menos importante, o financiamento da economia. Neste enquadramento e não obstante o contexto económico se ter ainda pautado por persistentes dificuldades e incertezas, o negócio bancário do Grupo CGD manteve um bom desempenho, traduzido numa evolução ligeiramente positiva do Produto da Atividade Bancária e Seguradora (+25,7 milhões de euros) face ao ano anterior. Assistiu-se em paralelo a uma nova e visível diminuição dos Custos Operativos (-57,8 milhões de euros, -3,3%), que permitiu um assinalável crescimento (+7,3%) do **Resultado Bruto de Exploração**, o qual atingiu em dezembro 1 221,1 milhões de euros.

***Grupo CGD:***

***Quadro estratégico centrado em:***

- ***Aumento da captação de poupanças***
- ***Reforço da solvência e da liquidez***
- ***Financiamento da economia***
- ***Melhoria continuada da eficiência***

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (CONSOLIDADO)

(milhares de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 (*) | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| **Margem financeira alargada (1)** | **1 832 218** | **1 462 957** | **-369 260** | **-20,2%** |
| Juros e rendimentos similares | 5 367 805 | 5 074 298 | -293 507 | -5,5% |
| Juros e encargos similares | 3 682 312 | 3 730 283 | 47 971 | 1,3% |
| *Margem financeira* | *1 685 493* | *1 344 015* | *-341 478* | *-20,3%* |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 146 724 | 118 942 | -27 782 | -18,9% |
| **Margem complementar (2)** | **611 332** | **962 933** | **351 602** | **57,5%** |
| Rendimentos de serviços e comissões (líquido) | 504 980 | 508 643 | 3 663 | 0,7% |
| Resultados em operações financeiras | -24 762 | 362 999 | 387 762 | - |
| Outros resultados de exploração | 131 114 | 91 291 | -39 823 | -30,4% |
| **Margem técnica da atividade seguradora (3)** | **469 803** | **513 113** | **43 310** | **9,2%** |
| Prémios líquidos de resseguros | 1 243 666 | 1 202 831 | -40 835 | -3,3% |
| Rendimento invest. afetos contratos de seguros | 143 388 | 179 572 | 36 184 | 25,2% |
| Custos com sinistros líquidos de resseguro | 823 924 | 783 043 | -40 881 | -5,0% |
| Comissões e outras provisões e custos associados | -93 326 | -86 247 | 7 080 | - |
| **Produto de atividade (4) = (1) + (2) + (3)** | **2 913 352** | **2 939 004** | **25 652** | **0,9%** |
| **Custos operativos (5)** | **1 775 658** | **1 717 894** | **-57 764** | **-3,3%** |
| Custos com pessoal | 939 253 | 909 118 | -30 135 | -3,2% |
| Fornecimentos e serviços de terceiros | 638 533 | 623 266 | -15 267 | -2,4% |
| Depreciações e amortizações | 197 872 | 185 510 | -12 362 | -6,2% |
| **Resultado bruto de exploração (6) = (4) - (5)** | **1 137 695** | **1 221 110** | **83 416** | **7,3%** |
| **Provisões e imparidade (7)** | **1 653 496** | **1 570 248** | **-83 248** | **-5,0%** |
| Imparidade de crédito líquida de anulações e reversões | 825 940 | 1 010 304 | 184 364 | 22,3% |
| Provisões e imparidade de outros ativos, líquida | 827 556 | 559 944 | -267 613 | -32,3% |
| **Resultados de filiais detidas para venda (8)** | **-37 953** | **-22 643** | **15 310** | **-** |
| **Resultados em empresas associadas (9)** | **8 669** | **4 284** | **-4 385** | **-50,6%** |
| **Resultados antes de impostos e de interesses minoritários (10) = (6) - (7) + (8) + (9)** | **-545 085** | **-367 496** | **177 589** | **-** |
| **Impostos (11)** | **-115 896** | **-21 525** | **94 371** | **-** |
| Correntes | 68 691 | 158 761 | 90 070 | 131,1% |
| Diferidos, líquido | -213 986 | -210 038 | 3 948 | - |
| Contribuição extraordinária sobre o setor bancário | 29 398 | 29 752 | 354 | 1,2% |
| **Resultado líquido consolidado do exercício (12) = (10) - (11)** | **-429 189** | **-345 971** | **83 218** | **-** |
| Atribuível a interesses minoritários (13) | 59 236 | 48 744 | -10 492 | -17,7% |
| **Atribuível ao acionista da CGD (14) = (12) - (13)** | **-488 425** | **-394 715** | **93 709** | **-** |

(*) Contas proforma, considerando os valores da área da saúde da Caixa Seguros e Saúde, SA como um ativo não corrente detido para venda.

Para o Resultado Bruto de Exploração contribuíram a atividade da banca comercial nacional, com 648,8 milhões de euros, a área internacional, com 260,8 milhões, e a atividade dos seguros e saúde, com 259,7 milhões.

## RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO CGD

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 | Var. (%) |
|---|---|---|---|
| Banca Comercial Nacional | 585,8 | 648,8 | 10,8% |
| Atividade Internacional | 256,5 | 260,8 | 1,7% |
| Atividade dos Seguros | 260,8 | 259,7 | -0,4% |
| Banca de Investimento | 34,6 | 51,9 | 50,0% |
| **Resultado Bruto de Exploração** | **1 137,7** | **1 221,1** | **7,3%** |

***Aumento de 7,3% do Resultado Bruto de Exploração decorrente de:***

- ***Assinalável aumento dos resultados em operações financeiras***
- ***Ligeiro aumento do produto de atividade bancária e seguradora***
- ***Redução significativa de custos operativos***

***Resultado Líquido Consolidado negativo de €394,7 milhões***

De salientar o bom comportamento da margem complementar, para o qual contribuiu o desempenho das operações financeiras cujo resultado atingiu 363,0 milhões de euros no final de dezembro.

Os efeitos conjugados da adversidade persistente da envolvente económica e financeira e da prudência da política de gestão de risco determinaram um assinalável esforço de provisionamento, tendo a Imparidade de Crédito ascendido a 1 010,3 milhões de euros. Adicionalmente, a CGD registou ainda um valor de 559,9 milhões de euros respeitantes a Provisões e Imparidade de Outros Ativos (Líquidas). Para este último montante, inferior em 267,6 milhões de euros ao registado em 2011, contribuiu o registo de imparidades associadas à desvalorização verificada nas participações ainda detidas pela CGD, a exposição a títulos da carteira da área seguradora do Grupo, e também um aumento muito significativo dos valores associados a ativos não correntes detidos para venda, sobretudo imóveis.

Não obstante o comportamento positivo da atividade bancária, a assunção dos referidos custos refletiu-se em 2012 num **Resultado Líquido Consolidado** negativo de 394,7 milhões de euros. Esta perda foi, ainda assim, inferior em 93,7 milhões de euros à registada em 2011.

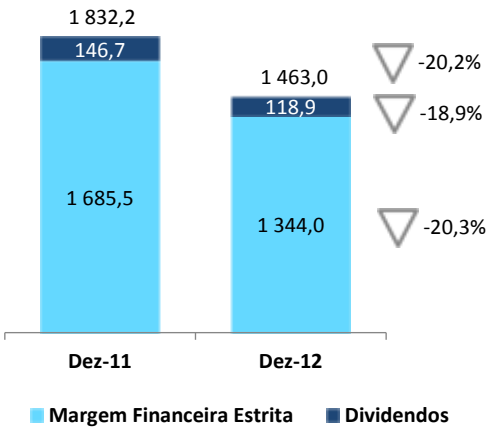
De referir que, atendendo ao facto de no final de 2012 estar em curso o processo de alienação da área da saúde ("HPP") da Caixa de Seguros e Saúde, SA, as contas consolidadas em análise, bem como os respetivos comparativos foram reexpressos de modo a apresentar as contas da HPP sob a forma de um ativo não corrente detido para venda, de acordo com a Norma "IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

A **Margem Financeira Alargada** atingiu 1 463,0 milhões de euros, reduzindo-se 20,2% relativamente ao valor verificado no ano anterior, com origem quer na Margem Financeira Estrita (-341,5 milhões, -20,3%), quer nos Rendimentos de Instrumentos de Capital (-27,8 milhões, -18,9%).

A **Margem Financeira Estrita** continuou a ser penalizada pelo comportamento das taxas Euribor que afetam de forma particular a Caixa em consequência da composição do respetivo balanço em que o volume de crédito hipotecário a taxa variável com *spreads* reduzidos continua a ter peso assinalável. As taxas Euribor mantiveram uma trajetória descendente ao longo do ano, acentuada no 3º trimestre. Para a evolução desfavorável da margem contribuiu também o registo, no 2º semestre, do custo das obrigações subordinadas de conversão contingente.

## MARGEM FINANCEIRA ALARGADA

(milhões de euros)




***Redução da Margem Financeira em resultado sobretudo de:***

- ***Descida continuada das taxas Euribor***
- ***Redução dos rendimentos de instrumentos de capital***
- ***Pagamento dos encargos dos Cocos***

Os **Rendimentos de Instrumentos de Capital** somaram 118,9 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 27,8 milhões de euros (-18,9%) face a 2011, influenciada sobretudo pela redução dos dividendos distribuídos pela Portugal Telecom.

## RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Portugal Telecom, SGPS, SA | 85,3 | 34,8 |
| ZON Multimédia, SGPS, SA | 5,3 | 5,3 |
| ADP – Águas de Portugal, SA | 5,1 | 2,9 |
| EDP – Energias de Portugal, SA | 4,2 | 6,2 |
| Brisa – Autoestradas de Portugal, SA | 2,8 | - |
| GALP Energia, SGPS, SA | 2,0 | 4,5 |
| Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento | 32,7 | 57,1 |
| Outros | 9,4 | 8,2 |
| **Total** | **146,7** | **118,9** |

Os proveitos com **Comissões Líquidas** totalizaram 508,6 milhões de euros, valor próximo do verificado em 2011 (+0,7%), destacando-se, em termos de variação, o aumento nas comissões provenientes da atividade internacional (+13,1%).

## COMISSÕES LÍQUIDAS – CONTRIBUTO POR ÁREAS DE NEGÓCIO

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 | Var. (%) |
|---|---|---|---|
| CGD Portugal | 307,5 | 299,0 | -2,8% |
| Atividade Internacional | 116,3 | 131,5 | 13,1% |
| Banca de Investimento | 49,8 | 47,1 | -5,5% |
| Gestão de Ativos | 31,6 | 31,5 | -0,2% |
| Outros | -0,3 | -0,5 | - |
| **Total** | **505,0** | **508,6** | **0,7%** |

Por tipo de comissões, refiram-se os provenientes de meios de pagamentos (139,0 milhões de euros, +1,5%) e de operações de crédito (141,9 milhões, +2,1%).

Os **Resultados em Operações Financeiras** atingiram um valor muito expressivo, 363,0 milhões de euros em 2012 contra -24,8 milhões no ano anterior.

***Resultados em Operações Financeiras de €363 milhões***

Um contributo decisivo para este ganho proveio da continuada estratégia de recompra de dívida própria, nomeadamente obrigações hipotecárias, obrigações sobre o setor público e EMTN, que proporcionou no seu conjunto um ganho de 192,2 milhões de euros (cerca de 120 milhões no ano anterior). Paralelamente, o melhor desempenho da dívida pública portuguesa nos mercados permitiu a realização de mais-valias significativas. Acresce ainda o bom desempenho das atividades regulares de *trading*, num contexto de melhoria generalizada das condições financeiras de mercado, expressas nomeadamente na redução da volatilidade e no aliviar das pressões sobre a liquidez e as dívidas dos chamados países periféricos.

Os **Outros Resultados de Exploração** atingiram 91,3 milhões de euros, reduzindo-se face aos 131,1 milhões registados em 2011.

A **Margem Técnica da Atividade de Seguros** somou 513,1 milhões de euros, evidenciando um aumento de 43,3 milhões (+9,2%) proveniente dos Rendimentos de Investimentos Afetos a Contratos de Seguros (+36,2 milhões, +25,2%). A quebra verificada nos **Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro** (-40,8 milhões de euros, -3,3%) foi compensada numa redução dos **Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro** por um montante semelhante (-40,9 milhões, -5,0%).

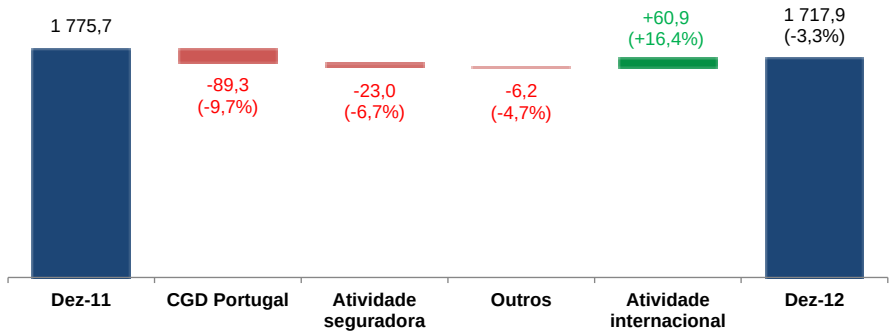
Como resultado da evolução descrita, o **Produto da Atividade Bancária e Seguradora** somou 2 939,0 milhões de euros, ficando ligeiramente acima do valor verificado no ano anterior (+0,9%).

Prosseguindo a política de contenção de custos e ganhos de eficiência iniciada em anos anteriores, registou-se uma redução dos **Custos Operativos**, que atingiram 1 717,9 milhões de euros, valor inferior em 3,3% ao verificado em 2011. Os **Custos com Pessoal** e os **Fornecimentos e Serviços de Terceiros** diminuíram, respetivamente, 30,1 milhões de euros (-3,2%) e 15,3 milhões (-2,4%).

A evolução dos custos não foi, naturalmente, uniforme nos diferentes segmentos de atividade, tendo registado uma evolução favorável na CGD Portugal (redução de 12,7% nos custos com pessoal e 2,4% nos outros gastos administrativos) e na atividade seguradora, cujos Custos Operativos apresentaram um decréscimo de 6,7%. No segmento da atividade internacional assistiu-se, por seu lado, a um aumento de 16,4%, explicado pela estratégia de expansão do Grupo em países que apresentam trajetórias de crescimento muito dinâmico e sistemas bancários cada vez mais competitivos. Estas geografias têm para o Grupo uma importância estratégica crucial face ao crescente potencial de negócio, com especial destaque para Macau, Moçambique e Angola.

## CUSTOS OPERATIVOS - CONTRIBUTO POR ÁREAS DE NEGÓCIO

(milhões de euros - Variação homóloga)



Refira-se que o efetivo do Grupo CGD registou em 2012 uma redução de 177 empregados, fixando-se em 23 028 empregados, reflexo sobretudo do decréscimo verificado no efetivo da CGD (Portugal) e do BCG em Espanha. Igualmente a Rede de Agências em Portugal registou uma redução de 10 unidades no ano, passando a abarcar 812 Agências, das quais 18 automáticas, e 36 Gabinetes no final de 2012.

Nos fornecimentos e serviços de terceiros os principais custos e respetivas variações foram os seguintes:

## FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 | Var. (%) |
|---|---|---|---|
| **Total** | **638,5** | **623,3** | **-2,4%** |
| do qual: | | | |
| Água, energia e combustíveis | 25,6 | 29,5 | 15,5% |
| Rendas e alugueres | 93,4 | 94,6 | 1,3% |
| Comunicações | 51,1 | 53,4 | 4,4% |
| Publicidade e edição de publicações | 44,0 | 41,1 | -6,6% |
| Conservação e reparação de material | 43,6 | 42,1 | -3,4% |
| Informática | 95,0 | 93,8 | -1,3% |
| Estudos e consultoria | 22,9 | 25,1 | 9,5% |

***Melhoria dos indicadores de eficiência: Redução do Cost-to-Income de 60,8% para 58,4%***

A significativa redução dos Custos Operativos proporcionou uma melhoria dos rácios de eficiência, com destaque para o *Cost-to-Income*, que baixou de 60,8% em dezembro de 2011 no Grupo CGD para 58,4%.

Na atividade bancária, o rácio diminuiu de 60,7% para 58,5%.

## INDICADORES DE EFICIÊNCIA

(%)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| *Cost-to-Income* (atividade consolidada) (1) | 60,8% | 58,4% |
| *Cost-to-Income* (atividade individual) (1) | 55,7% | 57,1% |
| Custos Pessoal / Produto Atividade (1) | 32,1% | 30,9% |
| Fornecimentos e Serviços de Terceiros / Produto de Atividade | 21,9% | 21,2% |
| Custos Operativos / Ativo Líquido médio | 1,44% | 1,45% |

(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2012 do Banco de Portugal

A **Imparidade do Crédito**, Líquida de Anulações e Reversões, ascendeu a 1 010,3 milhões de euros no exercício.

As **Provisões e a Imparidade de Outros Ativos Líquidas** atingiram no ano 559,9 milhões de euros, dos quais parte significativa destinou-se a fazer face à desvalorização verificada nas participações detidas pela CGD, designadamente na Portugal Telecom, Fundo Discovery e La Seda Barcelona, à exposição a títulos detidos pela área seguradora do Grupo, e também a um aumento dos valores associados a ativos não correntes detidos para venda, sobretudo imóveis.

## PROVISÕES E IMPARIDADE DO EXERCÍCIO

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 | Variação Absoluta | Variação (%) |
|---|---|---|---|---|
| **Provisões líquidas** | **146,1** | **75,9** | **-70,2** | **-48,0%** |
| **Imparidade de crédito** | **825,9** | **1 010,3** | **184,4** | **22,3%** |
| Perdas de imparidade, líquida de anulações e reversões | 862,4 | 1 043,7 | 181,3 | 21,0% |
| Recuperação de crédito | 36,5 | 33,4 | -3,1 | -8,5% |
| **Imparidade de outros ativos** | **681,5** | **484,0** | **-197,5** | **-29,0%** |
| Aplicações em instituiç. de crédito | 1,4 | -0,2 | -1,6 | -114,3% |
| Devedores e outras aplicações | 37,9 | 50,5 | 12,6 | 33,4% |
| Títulos | 613,1 | 273,9 | -339,2 | -55,3% |
| Investimentos em filiais excluídas da consolidação | -0,3 | 0,0 | 0,3 | - |
| Ativos não correntes detidos para Venda | 33,5 | 156,5 | 123,0 | 367,2% |
| Ativos não financeiros e outros | -4,1 | 3,3 | 7,4 | - |
| **Provisões e imparidade do Exercício** | **1 653,5** | **1 570,2** | **-83,3** | **-5,0%** |

***Redução das Provisões e Imparidades que apresentaram ainda valores muito elevados (€1,6 mil milhões)***

Os **Impostos Correntes e Diferidos** acrescidos da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário (29,8 milhões de euros) cifraram-se em -21,5 milhões de euros.

Face ao resultado negativo verificado em 2012, a Rendibilidade Bruta dos Capitais Próprios (ROE) situou-se em -5,67% e a Rendibilidade Bruta do Ativo (ROA) em -0,31%.

## RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

(%)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Rendibilidade Bruta dos Capitais Próprios – ROE (1)(2) | -8,1% | -5,7% |
| Rendibilidade Líquida dos Capitais Próprios – ROE (2) | -6,4% | -5,3% |
| Rendibilidade Bruta do Ativo – ROA (1)(2) | -0,44% | -0,31% |
| Rendibilidade Líquida do Ativo – ROA (2) | -0,35% | -0,29% |
| Produto de Atividade (3) / Ativo Líquido médio (1)(2) | 2,36% | 2,49% |

(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2012 do Banco de Portugal
(2) Considerando os valores de Capitais Próprios e de Ativo Líquido médios (13 observações)
(3) Inclui Resultados em Empresas Associadas.

## 1.7.1.2. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

***Redução de 3,1% do Ativo Líquido Consolidado, que atingiu €116,9 mil milhões no final de 2012***

A análise comparativa neste capítulo foi efetuada relativamente ao Balanço proforma de 31/12/2011, que difere do Balanço Consolidado apresentado no capítulo 1.13. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas por considerar as contas da HPP (área da saúde da Caixa Seguros e Saúde, SA) como um ativo não corrente detido para venda.

O Ativo Líquido Consolidado do Grupo CGD atingiu 116,9 mil milhões de euros no final de 2012, o que representou uma diminuição de 3,8 mil milhões (-3,1%) face ao ano

precedente, resultante do efeito no Balanço da política de desalavancagem em curso.

## BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

### SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | | | | Variação (2)-(1) | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | Dez/11 | Dez/11(*) (1) | Dez/12 (2) | Absoluta | (%) |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 2 704 | 2 704 | 1 603 | -1 101 | -40,7% |
| Aplicações em instituições de crédito | 5 942 | 5 944 | 3 823 | -2 121 | -35,7% |
| Crédito a clientes | 78 248 | 78 248 | 74 713 | -3 535 | -4,5% |
| Aplicações em títulos | 24 398 | 24 398 | 28 191 | 3 794 | 15,5% |
| Ativos financeiros com acordo de recompra | 778 | 778 | 504 | -274 | -35,2% |
| Ativos não correntes detidos para venda | 473 | 571 | 678 | 106 | 18,6% |
| Propriedades de investimento | 459 | 459 | 534 | 75 | 16,4% |
| Ativos intangíveis e tangíveis | 1 556 | 1 516 | 1 459 | -58 | -3,8% |
| Ativos por impostos correntes e diferidos | 2 017 | 2 002 | 1 530 | -472 | -23,6% |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 226 | 226 | 197 | -29 | -12,7% |
| Outros ativos | 3 765 | 3 796 | 3 624 | -172 | -4,5% |
| **Total** | **120 565** | **120 642** | **116 857** | **-3 786** | **-3,1%** |
| **Passivo** | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e instituições de crédito | 15 861 | 15 860 | 12 243 | -3 616 | -22,8% |
| Recursos de clientes | 70 587 | 70 587 | 71 404 | 817 | 1,2% |
| Passivos financeiros | 1 918 | 1 918 | 2 218 | 300 | 15,6% |
| Responsabilidades representadas por títulos | 14 923 | 14 923 | 10 591 | -4 333 | -29,0% |
| Provisões | 887 | 886 | 973 | 87 | 9,8% |
| Provisões técnicas de contratos de seguros | 4 608 | 4 611 | 4 224 | -387 | -8,4% |
| Passivos subordinados | 2 075 | 2 075 | 2 889 | 814 | 39,2% |
| Outros passivos | 4 368 | 4 457 | 5 034 | 577 | 13,0% |
| **Total** | **115 228** | **115 318** | **109 576** | **-5 742** | **-5,0%** |
| **Capitais Próprios** | **5 337** | **5 324** | **7 280** | **1 956** | **36,7%** |
| **Total do Passivo e Capitais Próprios** | **120 565** | **120 642** | **116 857** | **-3 786** | **-3,1%** |

(*) Contas proforma, considerando os valores da área da saúde da Caixa Seguros e Saúde, SA como um ativo não corrente detido para venda.

Assistiu-se a reduções nos saldos das Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (-3,2 mil milhões de euros, -37,3%) e do Crédito a Clientes (-3,5 mil milhões de euros, -4,5%) e a um aumento na carteira de Títulos (incluindo Ativos com Acordo de Recompra) de 3,5 mil milhões (+14,0%).

No **Passivo** salienta-se o decréscimo de 4,3 mil milhões (-29,0%) e de 3,6 mil milhões (-22,8%) face a dezembro de 2011, observado nas Responsabilidades Representadas por Títulos e nos Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito, respetivamente. Esta

última variação reflete a redução do financiamento obtido pela CGD junto do BCE, de 9 000 milhões de euros no final de 2011 para 6 950 milhões no final de 2012, em linha com os objetivos estabelecidos neste domínio.

Para o Ativo Líquido do grupo, contribuíram sobretudo a atividade individual da CGD, com 72,9% do total (74,4% em 2011), a Caixa Seguros e Saúde com 9,2%, o Banco Caixa Geral em Espanha com 4,7%, a Caixa Leasing e Factoring com 2,2%, e o BNU (Macau) com 2,6%.

## ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD

### SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | Dez/11 | | Dez/12 | |
|---|---|---|---|---|
| **GRUPO CGD** | Valor | Estrutura | Valor | Estrutura |
| Caixa Geral de Depósitos [(a)] | 89 767 | 74,4% | 85 152 | 72,9% |
| Caixa Seguros e Saúde | 10 684 | 8,9% | 10 772 | 9,2% |
| Banco Caixa Geral (Espanha) | 5 488 | 4,5% | 5 503 | 4,7% |
| Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau) | 2 730 | 2,3% | 3 029 | 2,6% |
| Caixa Banco de Investimento | 1 980 | 1,6% | 2 093 | 1,8% |
| Caixa Leasing e Factoring | 3 066 | 2,5% | 2 618 | 2,2% |
| Banco Comercial Investimento (Moçambique) | 1 367 | 1,1% | 1 654 | 1,4% |
| Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde) | 604 | 0,5% | 616 | 0,5% |
| Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul) | 590 | 0,5% | 644 | 0,6% |
| BCG Totta Angola | 1 085 | 0,9% | 1 160 | 1,0% |
| Outras empresas [(b)] | 3 282 | 2,7% | 3 615 | 3,1% |
| **Ativo Líquido Consolidado** | **120 642** | **100,0%** | **116 857** | **100,0%** |

(a) Atividade individual

(b) Inclui as unidades registadas pelo método de equivalência patrimonial

### *Disponibilidades e aplicações e recursos em instituições de crédito*

As **Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito** totalizaram 5,4 mil milhões de euros no final de dezembro de 2012, enquanto os recursos obtidos junto das mesmas entidades foram de 12,2 mil milhões, dos quais 6,95 mil milhões relativos a financiamentos obtidos pela CGD junto do Banco Central Europeu, valor inferior aos 9,0 mil milhões verificados no final de 2011.

Na CGD, o total de **ativos elegíveis** para as operações de financiamento junto do BCE subiu de 14,4 mil milhões de euros no final de 2011 para 16,8 mil milhões de euros na CGD.

### *Crédito a Clientes*

O **Crédito a Clientes**, em termos brutos, registou um decréscimo de 3,3% face ao ano anterior, totalizando 78,9 mil milhões de euros em dezembro 2012.

O crédito a Empresas e Institucionais e o crédito concedido a Particulares, diminuíram 1,4 mil milhões de euros (-3,7%) e 1,5 mil milhões (-3,8%), respetivamente, tendo o crédito ao Setor Público Administrativo (SPA) aumentado 3,3%, face ao ano anterior.

***Crédito a Clientes totalizou €78,9 milhões***

***Crédito a empresas e institucionais diminuiu 3,7%***

## CRÉDITO A CLIENTES [a]

### POR SEGMENTOS DE CLIENTES - SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | Dez/11 [b] | Dez/12 | Variação | | Estrutura | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Absoluta | (%) | Dez/11 | Dez/12 |
| Empresas e Institucionais | 37 092 | 35 729 | -1 363 | -3,7% | 45,4% | 45,3% |
| Setor Público Administrativo | 4 390 | 4 534 | 144 | 3,3% | 5,4% | 5,7% |
| Particulares | 40 149 | 38 639 | -1 509 | -3,8% | 49,2% | 49,0% |
| **Total** | **81 631** | **78 902** | **-2 728** | **-3,3%** | **100,0%** | **100,0%** |

(a) Atividade consolidada e antes de imparidade.

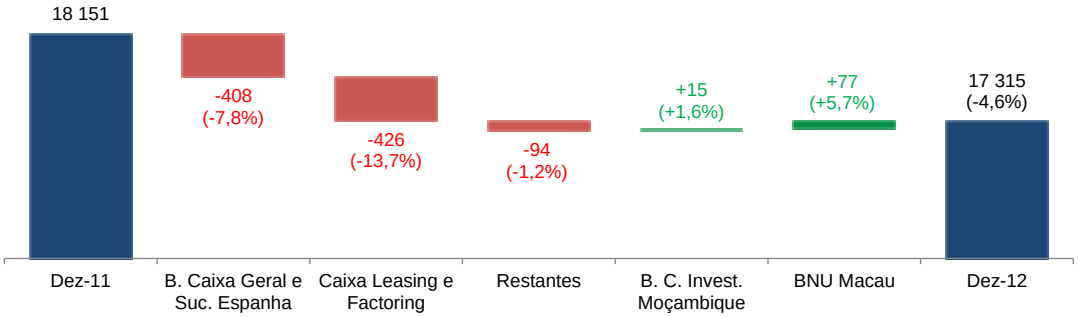
(b) Para efeitos de comparabilidade, em Dez-11 incluiu-se um montante de 1 000 milhões de euros relativo a Papel Comercial do BPN que foi transferido para a Parvalorem.

Cerca de 78% do Crédito a Clientes respeitam à atividade da CGD em Portugal.

O crédito ao segmento de Particulares, destinado na sua maior parte à aquisição de Habitação, continuou assim a manter um peso preponderante no crédito total, absorvendo 49% do saldo total concedido. O crédito às Empresas e Institucionais continua a representar, por seu turno, mais de 45% do total.

### CRÉDITO A CLIENTES - OUTRAS UNIDADES DO GRUPO

(milhões de euros - Variação homóloga)




O crédito concedido pelas restantes unidades do Grupo representou 22% do total do crédito.

***Carteira de Crédito dos bancos do Grupo em África totalizou €2,4 mil milhões, mais 11,0% face a 2011***

Os bancos do Grupo em África, região em que a expansão económica apresentou algum abrandamento, prosseguiram uma política de concessão de crédito ativa mas prudente, tendo-se registado um crescimento desta rubrica de 11,0%, totalizando 2,4 mil milhões de euros em dezembro de 2012.

Salienta-se a dinamização verificada em Angola, com o valor do crédito concedido a crescer 194,8 milhões de euros relativamente a dezembro de 2011, traduzindo o compromisso da CGD na dinamização e crescimento da economia daquele País.

***Unidades na Europa continuaram a registar reduções no crédito concedido***

As unidades da Europa continuam a registar reduções no crédito concedido, com Espanha a apresentar uma variação negativa de 427,1 milhões de euros (-7,7% face a dezembro de 2011) e a Sucursal de França uma variação também negativa de 189,7 milhões (-4,6%).

A Caixa Leasing e Factoring registou um decréscimo de 426,2 milhões de euros (-13,7%).

Em termos globais, a quota de mercado do crédito a clientes aumentou de 20,9% para 21,3% no final de 2012, refletindo a subida da quota do crédito às Empresas de 16,4% para 17,3%.

## CRÉDITO A CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO [(a)]

(%)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Empresas | 16,4% | 17,3% |
| Setor Público Administrativo | 35,1% | 34,5% |
| Particulares | 23,5% | 23,6% |
| Habitação | 26,6% | 26,6% |
| Outras finalidades | 9,0% | 9,1% |
| **Total** | **20,9%** | **21,3%** |

(a) Atividade em Portugal e incluindo os créditos titularizados

O crédito às Empresas e Institucionais por setores de atividade regista decréscimos sobretudo nos setores de Indústrias extrativas e transformadoras (-594 milhões de euros, -12,3%) e de Construção e obras públicas (-492 milhões, -8,1%), este último refletindo a contração de atividade e política de redução da exposição do Grupo a este setor.

## CRÉDITO A EMPRESAS E INSTITUCIONAIS - POR SETOR DE ATIVIDADE [(a)]

### SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

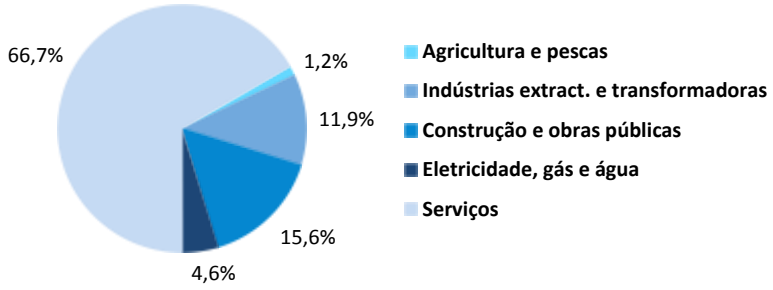
(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| Agricultura e pescas | 438 | 445 | 8 | 1,8% |
| Indústrias extract. e transformadoras | 4 844 | 4 249 | -594 | -12,3% |
| Construção e obras públicas | 6 064 | 5 573 | -492 | -8,1% |
| Eletricidade, gás e água | 1 712 | 1 638 | -73 | -4,3% |
| Serviços | 24 035 | 23 823 | -212 | -0,9% |
| **Total** | **37 092** | **35 729** | **-1 363** | **-3,7%** |

(a) Atividade consolidada

## CRÉDITO A EMPRESAS E INSTITUCIONAIS - DEZEMBRO 2012

(%)




O saldo do crédito ao setor dos serviços destinou-se sobretudo aos subsetores “atividades financeiras”, com 8,1 mil milhões de euros, “atividades imobiliárias”, com 3,8 mil milhões, “comércio por grosso e a retalho”, com 3,3 mil milhões.

No crédito a Particulares, o saldo cifrou-se em 38,6 mil milhões de euros no final do ano, com uma diminuição de 1,5 mil milhões (-3,8%), com origem quer na Habitação (-3,2%), quer nas “Outras Finalidades” (-11,6%).

## CRÉDITO A PARTICULARES [a]

### SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 | Variação Absoluta | Variação (%) |
|---|---|---|---|---|
| **Habitação** | **37 602** | **36 387** | **-1 215** | **-3,2%** |
| **Outros fins** | **2 547** | **2 253** | **-294** | **-11,6%** |
| Do qual: | | | | |
| Credicaixa (consumo) [b] | 1 038 | 912 | -126 | -12,1% |
| Cartões de crédito [b] | 346 | 317 | -29 | -8,4% |
| **Total** | **40 149** | **38 639** | **-1 509** | **-3,8%** |
| NOVAS OPERAÇÕES | | | | |
| **Habitação** | | | | |
| Número de contratos | 14 191 | 5 772 | -8 419 | -59,3% |
| Montante | 1 189 | 434 | -755 | -63,5% |

(a) Atividade consolidada
(b) Atividade em Portugal

***Crédito a particulares diminuiu 3,8%, com descida de 3,2% no crédito à habitação***

***Novas operações do crédito à habitação totalizaram 434 milhões de euros repartidos por 5 772 operações***

***Rácio de transformação situou-se em 114%***

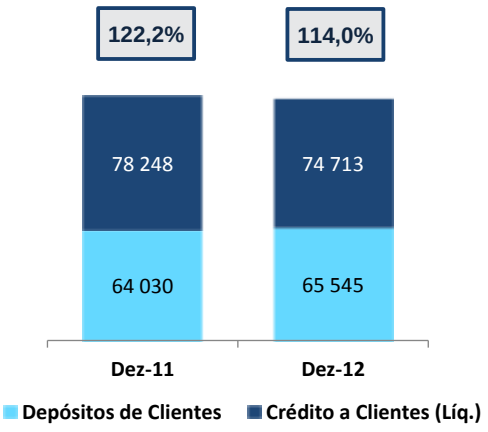
O crédito à habitação na atividade em Portugal diminuiu 3,7%, representando, no final de dezembro de 2012, cerca de 40,6% do total da carteira.

O ritmo e condições de contratação de novas operações de crédito à habitação da CGD em Portugal durante 2012 refletem uma nova abordagem a este segmento de negócio (ver capítulo 6 − Banca de Retalho - Rede Comercial em Portugal) expressa nomeadamente num menor número e volume de novos contratos (5 772 operações que totalizaram 434 milhões de euros) e num acréscimo do respetivo *spread* face à média da carteira.

A diminuição do Crédito a Clientes, conjugada com o aumento verificado na captação de recursos traduziu-se em nova redução do Rácio de Transformação que atingiu 114,0% no final de 2012. Já em setembro último, a Caixa apresentava um valor inferior aos 120% recomendados para os bancos portugueses em 2014.

## RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS

(milhões de euros)




## *Qualidade do crédito*

A deterioração que se tem vindo a assistir na situação económica e financeira não permitiu

ainda a estabilização da qualidade de crédito, refletindo-se num agravamento dos respetivos indicadores, com o **Rácio de Crédito Vencido Total** a fixar-se em 5,7% no final de 2012, acima dos 3,9% verificados em dezembro de 2011. O **Rácio de Crédito Vencido com mais de 90 dias** foi de 5,3% em dezembro de 2012, contra 3,6% no final de 2011.

## INDICADORES

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| **Crédito total** | **81 631** | **78 902** |
| Crédito sobre clientes (vincendo) | 78 409 | 74 389 |
| Crédito e juros vencidos | 3 222 | 4 513 |
| Do qual: vencido há mais de 90 dias | 2 905 | 4 165 |
| **Imparidade do crédito** | **3 383** | **4 189** |
| **Crédito líquido de imparidade** | **78 248** | **74 713** |
| **Rácios** | | |
| Rácio de crédito com incumprimento [(a)] | 4,3% | 6,4% |
| Rácio de Crédito com incump. líquido / Crédito total líquido [(a)] | 0,2% | 1,1% |
| Rácio de crédito em risco [(a)] | 6,9% | 9,4% |
| Rácio de crédito em risco líquido / Crédito total líquido [(a)] | 2,9% | 4,4% |
| Crédito vencido / Crédito total | 3,9% | 5,7% |
| Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total | 3,6% | 5,3% |
| Imparidade acumulada / Crédito com incumprimento | 95,7% | 83,0% |
| Imparidade acumulada / Crédito vencido | 105,0% | 92,8% |
| Imparidade acumulada / Crédito vencido há mais de 90 dias | 116,5% | 100,6% |
| Imparidade do crédito (DR) / Crédito total (médio) | 0,97% | 1,24% |

(a) Indicadores calculados de acordo com a Instrução n.º 23/2012 do Banco de Portugal

***Agravamento conjuntural da qualidade do crédito: crédito vencido com mais de 90 dias de 5,3%***

***Contínuo acompanhamento de empresas em setores que apresentam maior vulnerabilidade conjuntural***

Os rácios de **Crédito em Risco** e de **Crédito com Incumprimento**, calculados de acordo com a Instrução n.º 23/2012 do Banco de Portugal, foram respetivamente de 9,4% e 6,4% no final de 2012, contra 6,9% e 4,3% respetivamente no final de 2011.

A **Imparidade do Crédito**, Líquida de Anulações e Reversões, registada no período em análise representou 1,24% da carteira média de crédito, valor acima do observado no final de 2011 em 0,27 p.p..

O montante da **Imparidade Acumulada relativa ao Crédito a Clientes** (normal e vencido) ascendeu a 4 189,4 milhões de euros no final de 2012 (+806,1 milhões, +23,8% do que em igual data de 2011), resultando num grau de cobertura de Crédito Vencido com mais de 90 dias de 100,6% (116,5% no final de 2011).

Neste contexto, a Caixa tem vindo a adotar uma nova abordagem ao setor empresarial consubstanciada nomeadamente na criação da **Direção de Acompanhamento de Empresas** (DAE). Este órgão de estrutura tem como missão encontrar soluções de gestão e acompanhar e recuperar os créditos concedidos a empresas, e respetivos grupos, com envolvimento na CGD superior a 5 milhões de euros, com imparidades constituídas iguais ou superiores a 10% e empresas que pertençam a setores de atividade de risco (construção, promoção imobiliária, entre outros).

## *Carteira de Títulos*

As **Aplicações em Títulos** (incluindo Ativos com Acordo de Recompra) registaram no final do ano um acréscimo de 14,0% face a Dezembro de 2011, refletindo, em parte, a recuperação em mercado do valor da dívida pública portuguesa. O saldo atingido, contudo, mantém-se ainda inferior ao registado no final de 2010, evidenciando a desalavancagem concretizada ao longo de 2011.

### APLICAÇÃO EM TÍTULOS (CONSOLIDADO) [(a)]

SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| **Atividade bancária** | **16 226** | **19 605** | **3 379** | **20,8%** |
| Ativ. fin. justo valor atr. de resultad. | 4 044 | 3 941 | -103 | -2,5% |
| Ativ. fin. disponíveis para venda | 12 182 | 15 664 | 3 482 | 28,6% |
| **Atividade seguradora** | **8 950** | **9 091** | **141** | **1,6%** |
| Ativ. fin. justo valor atr. de resultad. | 87 | 56 | -31 | -35,7% |
| Ativ. fin. disponíveis para venda | 5 440 | 5 417 | -23 | -0,4% |
| Invest. assoc. produtos *unit-linked* | 585 | 1 148 | 563 | 96,3% |
| Invest. a deter até à maturidade | 2 837 | 2 469 | -368 | -13,0% |
| **Total** | **25 176** | **28 696** | **3 520** | **14,0%** |

(a) Após Imparidade e inclui Ativos com Acordo de Recompra.

## *Funding e Gestão de Liquidez*

***Situação de liquidez em progressiva melhoria***

***Crescimento da captação de depósitos e gestão ativa do Balanço permitiram acomodar vencimento e recompra antecipada de dívida própria***

No ano de 2012, a situação de liquidez da CGD registou uma progressiva melhoria em termos de liquidez, proporcionada por uma evolução muito favorável do *gap* comercial e também pelo atenuar da tensão nos mercados financeiros.

A atitude mais interventiva do BCE, com a realização de operações de financiamento de prazo alargado logo no 1º trimestre e a redução do rácio de reserva mínima obrigatório, reforçou-se com a adoção de medidas de expansão dos ativos de garantia elegíveis e, mais recentemente, com a eventual possibilidade de intervenção ilimitada nos mercados de dívida pública. Desta forma, instalou-se um sentimento de confiança, transmitindo uma maior serenidade aos mercados interbancários.

Simultaneamente, a concretização do Plano de Recapitalização da CGD pelo Estado no total de 1 650 milhões de euros, por meio de subscrição de um aumento de capital de 750 milhões de euros e de uma emissão de dívida elegível para fundos próprios de 900 milhões de euros, garantiu a conformidade com as recomendações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) para o reforço dos capitais e da solidez das instituições bancárias.

Esta entrada de fundos, em paralelo com o crescimento da captação de depósitos e uma política ativa de gestão do balanço, permitiu acomodar o vencimento de 4 177 milhões de euros de emissões de dívida e a recompra antecipada de dívida própria, tanto de emissões privadas como públicas, através do lançamento de ofertas de aquisição nos mercados internacionais, operações que se saldaram na realização de mais-valias relevantes.

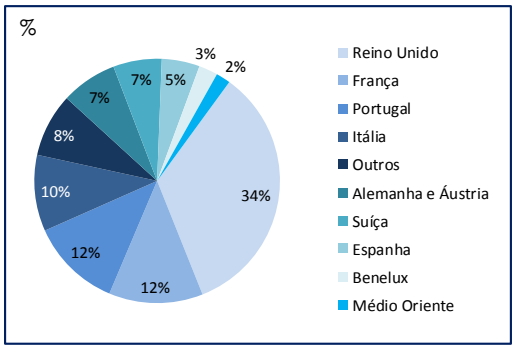
Por outro lado, o significativo estreitamento dos *spreads* da dívida soberana portuguesa ao

longo do ano, evidenciando a crescente confiança no cumprimento do Programa de Ajustamento, permitiu que, após uma ausência de quase três anos, a CGD regressasse ao financiamento nos mercados de capitais internacionais.

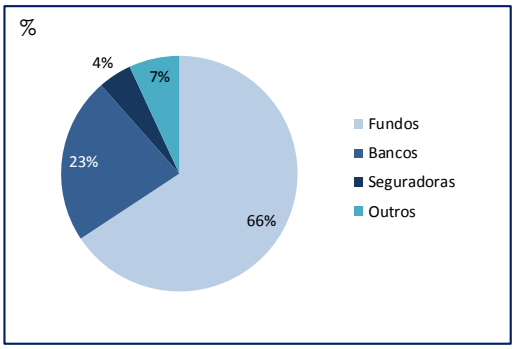
Deste modo, a CGD lançou, em novembro, uma emissão de dívida sénior não garantida ao abrigo do seu programa de EMTN, no montante de 500 milhões de euros com maturidade de 3 anos e um cupão de 5,625%. A operação registou forte procura da parte de investidores internacionais, traduzindo a boa recetividade destes à qualidade do seu crédito e a sua confiança na solidez e sustentabilidade da CGD.

***Regresso da CGD aos mercados de capitais internacionais através de uma emissão de 500 milhões de euros de dívida sénior não garantida a 3 anos e cupão de 5,625%***

**Distribuição Geográfica**



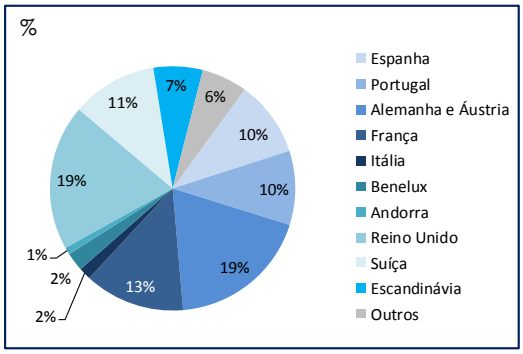

**Distribuição por Investidor**



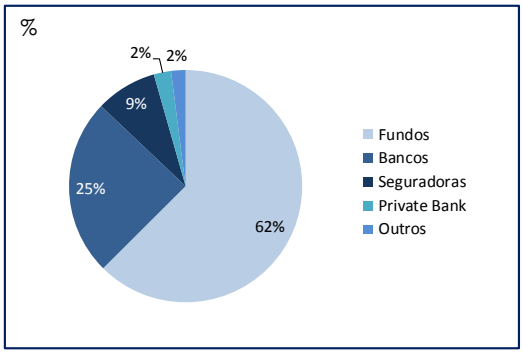

Já em Janeiro 2013 a Caixa retornou ao mercado, desta feita com uma emissão de 750 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias a 5 anos e cupão fixo de 3,75%. Ao lançar esta operação, que beneficiou de forte recetividade expressa numa procura que ultrapassou cinco vezes o montante alocado, com a participação de cerca de 200 investidores, 90% dos quais estrangeiros, a Caixa reabriu para os emitentes portugueses o mercado das *Covered Bonds*, o qual, até 2010, representou uma importante fonte de financiamento de médio e longo prazo.

***Em janeiro de 2013 nova emissão de 750 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias a 5 anos e cupão fixo de 3,75%, a qual reabriu este mercado a emitentes portugueses***

**Distribuição Geográfica**




**Distribuição por Investidor**




***Redução do recurso ao BCE pela CGD de 9 000 milhões de euros para 6 950 milhões***

***Pool elegível não utilizada quase duplica face a 2011***

A CGD reduziu o recurso ao BCE de 9 000 milhões de euros no final de 2011 para 6 950 milhões de euros em dezembro de 2012 e, no sentido de melhoria estrutural no perfil de maturidades, substituiu parte do financiamento de curto prazo por recursos a 3 anos.

A *pool* de ativos elegíveis para as operações de financiamento junto do BCE aumentou para 16 754 milhões de euros no final de 2012 face aos 14 399 milhões de euros em dezembro do ano anterior, reforço para o qual contribuiu a emissão de 1 500 milhões de euros de obrigações hipotecárias a 10 anos efetuada em julho para retenção em carteira. O montante de ativos elegíveis não utilizados terminou o ano em 9 755 milhões de euros, quase duplicando relativamente aos 5 391 milhões de euros de dezembro de 2011.

O saldo dos **Recursos Totais Captados** pelo Grupo (excluindo o mercado monetário interbancário) diminuiu 0,1% face ao valor registado no final de 2011, totalizando 100,2 mil

milhões de euros. Contudo, não considerando o *funding* obtido junto dos investidores institucionais e do Estado Português, verificou-se um aumento do saldo dos Recursos em cerca 3,8% face a dezembro do ano precedente, para 89,3 mil milhões de euros.

## CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO GRUPO - SALDOS

### SALDOS DEVEDORES EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| **No Balanço** | **90 209** | **87 767** | **-2 442** | **-2,7%** |
| **Retalho** | **75 910** | **76 872** | **962** | **1,3%** |
| Depósitos de clientes | 64 030 | 65 545 | 1 515 | 2,4% |
| Outros recursos de clientes | 11 880 | 11 328 | -553 | -4,7% |
| **Investidores Institucionais** | **14 299** | **9 995** | **-4 305** | **-30,1%** |
| EMTN | 7 128 | 5 357 | -1 771 | -24,8% |
| Obrigações hipotecárias | 5 806 | 3 042 | -2 764 | -47,6% |
| Outros | 1 365 | 1 596 | 231 | 16,9% |
| **Estado Português (CoCos)** | **0** | **900** | **900** | **-** |
| **Fora de Balanço** | **10 141** | **12 444** | **2 303** | **22,7%** |
| Unidades de participação em fundos de investimento | 4 055 | 4 588 | 533 | 13,1% |
| Fundos de pensões | 2 095 | 2 267 | 172 | 8,2% |
| Gestão de patrimónios [(a)] | 3 991 | 5 589 | 1 598 | 40,0% |
| **Total** | **100 351** | **100 212** | **-139** | **-0,1%** |
| **Total (sem Investidores Instituc. e Estado Português)** | **86 051** | **89 317** | **3 266** | **3,8%** |

(a) Não inclui as carteiras das seguradoras do Grupo CGD.

O saldo dos **Depósitos de Clientes** ascendeu a 65,5 mil milhões de euros, progredindo 1 515 milhões (+2,4%) desde o início do ano.

***Aumento dos Depósitos de Clientes (+2,4%) e dos Recursos "Fora do Balanço" (+22,7%)***

Os Depósitos de Particulares da rede comercial, em Portugal, registaram um crescimento homólogo de 2,2%, ascendendo a 44 294 milhões de euros no final de 2012.

Do saldo global dos Depósitos de Clientes, 47,4 mil milhões (72,4% do total) respeitavam a depósitos a prazo e de poupança, que aumentaram 1,6 mil milhões (+3,4%) desde o início do ano, refletindo a promoção ativa da captação de depósitos junto dos clientes e contribuindo assim para uma diminuição das necessidades de financiamento do Grupo CGD no mercado grossista.

Apesar da maior recetividade do mercado a que se assistiu na parte final do ano, o saldo dos recursos captados junto de Investidores Institucionais através de emissões próprias diminuiu 4,3 mil milhões de euros (-30,1%), totalizando 10,0 mil milhões de euros.

Os **Recursos "Fora do Balanço"** cifraram-se em 12,4 mil milhões de euros no final de dezembro de 2012, evidenciando um acréscimo anual de 22,7%, traduzindo a forte progressão do saldo respeitante à Gestão de Patrimónios.

### *Recursos de clientes*

Os **Recursos de Clientes** totalizaram 71,4 mil milhões de euros, evidenciando um incremento de 817 milhões de euros (+1,2%), sustentado pelos depósitos de clientes, que

aumentaram 1,5 mil milhões (+2,4%).

O saldo dos **Depósitos de Clientes** ascendeu a 65,5 mil milhões de euros, dos quais 47,4 mil milhões (72,4% do total) respeitantes a depósitos a prazo e de poupança, que cresceram 1,6 mil milhões de euros (+3,4%) desde o início do ano.

## RECURSOS DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

### SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

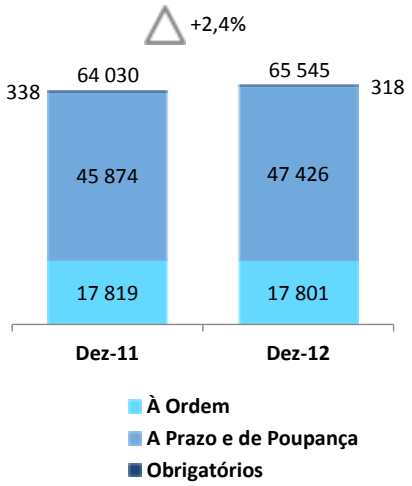
(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| **Depósitos** | **64 030** | **65 545** | **1 515** | **2,4%** |
| À ordem | 17 819 | 17 801 | -18 | -0,1% |
| A prazo e de poupança | 45 874 | 47 426 | 1 552 | 3,4% |
| Obrigatórios | 338 | 318 | -19 | -5,7% |
| **Outros recursos** [(a)] | **6 558** | **5 859** | **-698** | **-10,7%** |
| **Total** | **70 587** | **71 404** | **817** | **1,2%** |

(a) Inclui produtos dos seguros de taxa fixa

## EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS DE CLIENTES

(milhões de euros)




Do saldo dos Depósitos, 52,2 mil milhões de euros respeitavam à atividade doméstica da CGD, ou seja, cerca de 80% do total consolidado, sobressaindo ainda, entre as sucursais e filiais do Grupo, os saldos constituídos no BNU (Macau) (3,2 mil milhões de euros, +23,1%), Banco Caixa Geral (2,6 mil milhões, +6,5%), Sucursal de França (2,4 mil milhões, +24,3%) e BCI Moçambique (1,3 mil milhões, +19,5%).

O incremento das modalidades a prazo e de poupança teve origem nos particulares (+2,5 mil milhões de euros, +6,6%). Em contrapartida, o saldo dos depósitos totais das empresas contraiu 6,6%.

## DEPÓSITOS DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

### SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| **Particulares** | **50 543** | **53 126** | **2 583** | **5,1%** |
| Depósitos à ordem | 12 491 | 12 557 | 66 | 0,5% |
| Depósitos a prazo e de poupança | 38 052 | 40 569 | 2 517 | 6,6% |
| **Empresas** | **10 093** | **9 429** | **-664** | **-6,6%** |
| Depósitos à ordem | 4 223 | 4 285 | 62 | 1,5% |
| Depósitos a prazo | 5 870 | 5 144 | -726 | -12,4% |
| **Setor público** | **3 056** | **2 671** | **-384** | **-12,6%** |
| Depósitos à ordem | 1 104 | 959 | -145 | -13,1% |
| Depósitos a prazo | 1 952 | 1 713 | -240 | -12,3% |
| **Depósitos obrigatórios** | **338** | **318** | **-19** | **-5,7%** |
| **Total** | **64 030** | **65 545** | **1 515** | **2,4%** |

Em 2012 a quota de mercado da Caixa nos depósitos de clientes foi reforçada de 27,6% para 28,1%, reafirmando a posição de liderança em Portugal. De destacar a quota do segmento de particulares, que subiu de 32,0% para 32,7%.

### DEPÓSITOS DE CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO [(a)]

(%)

| | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| Empresas | 11,2% | 10,8% |
| Setor público administrativo | 25,5% | 19,3% |
| Particulares | 32,0% | 32,7% |
| *Emigrantes* | 37,7% | 40,6% |
| Obrigatórios | 95,8% | 96,8% |
| **Total** | **27,6%** | **28,1%** |

(a) Atividade em Portugal

### *Responsabilidades representadas por títulos*

As **Responsabilidades Representadas por Títulos** ascenderam a 10,6 mil milhões de euros no final de 2012, registando uma quebra de 29,0% face ao ano anterior, traduzindo as restrições que continuaram a verificar-se no acesso aos mercados grossistas. Destaca-se a redução no saldo das obrigações hipotecárias, no valor de 2,8 mil milhões de euros (-47,6%), e dos títulos emitidos ao abrigo do programa EMTN (com uma redução no valor de 1,8 mil milhões de euros, -23,4%).

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

### SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| Emissões do programa EMTN [(a)] | 7 576 | 5 801 | -1 775 | -23,4% |
| Emissões do programa ECP | 0 | 636 | 636 | - |
| *Nostrum Mortgages* | 403 | 343 | -60 | -14,9% |
| Obrigações hipotecárias | 5 806 | 3 042 | -2 764 | -47,6% |
| Obrigações sobre o setor público | 962 | 617 | -345 | -35,9% |
| Obrigações de caixa e certificados de depósito | 176 | 151 | -25 | -14,0% |
| **Total** | **14 923** | **10 591** | **-4 333** | **-29,0%** |

(a) Não inclui emissões classificadas como passivos subordinados

### *Passivos Subordinados*

A Caixa captou recursos sob a forma de **Passivos Subordinados**, que totalizaram 2,9 mil milhões de euros (+814 milhões, +39,2% do que no ano anterior), traduzindo a emissão de Obrigações de Conversão Contingente (CoCos) no montante de 900 milhões de euros no âmbito do plano de recapitalização ocorrida no final de junho. A parcela restante (853 milhões de euros) respeita, designadamente a obrigações de caixa subordinadas, colocados junto dos clientes da banca de retalho.

## PASSIVOS SUBORDINADOS

### SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| Emissões do programa EMTN [(a)] | 1 123 | 1 136 | 13 | 1,2% |
| Obrigações de Conversão Contingente (CoCos) | 0 | 900 | 900 | - |
| Outros | 952 | 853 | -99 | -10,4% |
| **Total** | **2 075** | **2 889** | **814** | **39,2%** |

(a) Não inclui emissões classificadas como responsabilidades representadas por títulos

## 1.7.1.3. GESTÃO DE CAPITAL

### *Capitais Próprios e Equiparados*

Os **Capitais Próprios** do Grupo totalizaram 7 280,0 milhões de euros no final do ano de 2012, tendo sido substancialmente reforçados face ao observado em 2011 (+1 956,2 milhões, +36,7%).

O reforço dos Capitais Próprios face a dezembro de 2011 derivou do aumento do Capital Social da CGD em 750 milhões de euros para 5 900 milhões de euros, na sequência da concretização em junho último do Plano de Recapitalização da CGD adiante referido, bem como da nítida melhoria das Reservas de Justo Valor em 1 895,7 milhões.

## CAPITAIS PRÓPRIOS

(milhões de euros)

| | Dez/11 | Dez/12 | Variação Absoluta | Variação (%) |
|---|---|---|---|---|
| Capital social | 5 150 | 5 900 | 750 | 14,6% |
| Reservas de justo valor | -2 085 | -190 | 1 896 | 90,9% |
| Outras reservas e result. transitados | 1 703 | 979 | -724 | -42,5% |
| Interesses minoritários | 1 045 | 985 | -60 | -5,7% |
| Resultado do exercício | -488 | -395 | 94 | -19,2% |
| **Total** | **5 324** | **7 280** | **1 956** | **36,7%** |

***Reforço visível dos capitais próprios que aumentaram 36,7% no ano para € 7 280 milhões***

***Plano de Recapitalização:***

- ***Aumento do capital social em €750 milhões***
- ***Emissão de €900 milhões de CoCos***

### *Plano de Recapitalização e Rácio Core Tier 1*

Tendo em vista o cumprimento das metas definidas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e das exigências da European Banking Authority (EBA) para o rácio de capital (*Core Tier 1*), o Estado Português, acionista único da CGD, aprovou em 27 de Junho de 2012 o Plano de Recapitalização do Banco no montante total de 1 650 milhões de euros, que compreendeu:

- Aumento do capital social da CGD em 750 milhões de euros;
- Emissão de instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios *Core Tier 1*, no valor global de 900 milhões de euros, subscritos totalmente pelo Estado Português.

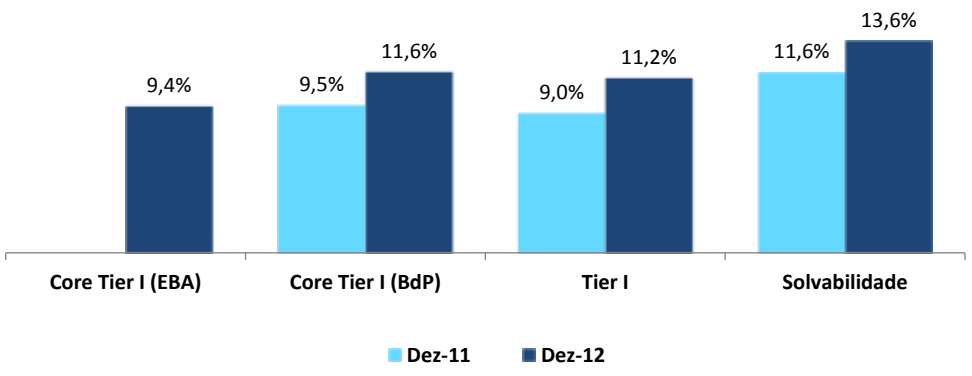
O **Rácio *Core Tier 1*** em base consolidada e incluindo os resultados retidos foi reforçado, deste modo, de 9,5% em dezembro de 2011 para 11,6% no final de 2012, valor acima dos 10% definidos pelo Banco de Portugal para 31 de dezembro de 2012.

Nos termos definidos pela European Banking Authority (EBA), o Rácio *Core Tier 1* situou-se em 9,4% em dezembro de 2012, ultrapassando o mínimo de 9% exigidos pela EBA para 30 de junho de 2012.

Por seu turno, o **Rácio *Tier 1*** subiu de 9,0% em dezembro de 2011 para 11,2%.

## RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

(%)



## RÁCIO DE SOLVABILIDADE [(a)]

(milhões de euros)

| Fundos próprios | Dez/11 | Dez/12 |
|---|---|---|
| 1. Core capital | 6 543 | 7 926 |
| *Dedução das participações em IC's e seguradoras* | *-410* | *-392* |
| *Ações preferenciais (Tier I)* | *96* | 96 |
| 2. Base – TIER I | 6 229 | 7 629 |
| 3. Complementares – TIER II | 1 820 | 1 749 |
| 4. Deduções aos fundos próprios | -42 | -47 |
| 5. Fundos próprios totais elegíveis (2+3+4) | 8 007 | 9 331 |
| 6. Posições ponderadas totais | 69 021 | 68 383 |
| **Rácios** | | |
| *Core Tier 1* (Banco de Portugal) (1./6.) | **9,5%** | **11,6%** |
| *Core Tier 1* (EBA) | **-** | **9,4%** |
| *Tier 1* (2./6.) | **9,0%** | **11,2%** |
| Rácio de solvabilidade (5./6.) | **11,6%** | **13,6%** |

(a) Com inclusão do resultado do exercício

***Melhoria da solvência com rácio Core Tier 1 (BdP) a atingir 11,6% e rácio de solvabilidade de 13,6%***

## 1.7.1.4. FUNDO DE PENSÕES E PLANO MÉDICO DO PESSOAL DA CGD

O Fundo de Pensões do Pessoal da CGD foi constituído em 31 de dezembro de 1991.

No cálculo das responsabilidades com as pensões e com o plano médico, para 2012, foram utilizados pressupostos demográficos e financeiros de que se salientam os seguintes:

- Taxa de desconto — 4,50%
- Taxa de crescimento salarial — 0,5% em 2013/2014 e 2,0% após essa data
- Taxa de crescimento das pensões — 0% em 2013/2014 e 1,0% após essa data
- Tábua de mortalidade masculina — TV 73/77 (-1 ano)
- Tábua de mortalidade feminina — TV 88/90 (-1 ano)
- Tábua de invalidez — EKV80
- Idade média reforma — 60 anos

No final de dezembro de 2012, a CGD reviu a taxa de atualização salarial, fixando-a 0,5% em 2013/2014 e 2,0% para os anos seguintes, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou a 0% em 2013/2014 e 1,0% para os anos seguintes, tendo em conta os impactos da proposta de redução dos custos globais com salários das empresas do Setor Empresarial do Estado constante da Lei do Orçamento de Estado para 2013. Adicionalmente, a CGD reduziu a Taxa de Desconto em 1 p.p. (de 5,5% para 4,5%).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com as pensões de reforma do pessoal da CGD ascendiam a 1 541,8 milhões de euros e 1 307,9 milhões de euros, respetivamente, registando um aumento 233,9 milhões de euros.

### FUNDOS DE PENSÕES EM 2012 - MOVIMENTOS NO FUNDO

(milhares de euros)

| | |
|---|---|
| **Valor do Fundo em 31.12.2011** | **1 423 271** |
| Contribuições dos empregados | 22 865 |
| Pensões pagas | -35 079 |
| Rendimento líquido do Fundo | 149 922 |
| **Valor do Fundo em 31.12.2012** | **1 560 979** |

Em 31 de dezembro de 2012, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculados pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do pessoal da CGD foram somados 5,5 milhões de euros relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

O valor do Fundo cobria, quer a parcela das responsabilidades com pensões em pagamento, quer as responsabilidades por serviços passados relativas aos trabalhadores no ativo. No final do ano as responsabilidades encontravam-se financiadas a 101,2% pelo Fundo de Pensões.

No ano, foram relevados como custos do exercício cerca de 46 milhões de euros e como amortização de custos diferidos, por contrapartida de resultados transitados, 10,6 milhões. No final do ano, os desvios atuariais e financeiros ascendiam a cerca de 109 milhões de euros.

A rentabilidade do Fundo de Pensões da CGD foi de 10,59%.

As responsabilidades associadas aos benefícios médicos pós-emprego do pessoal da CGD - plano médico encontram-se provisionadas na sua totalidade e ascendiam, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a 452,2 milhões de euros e 415,9 milhões de euros, respetivamente, como se evidencia no quadro:

### PLANO MÉDICO EM 2012 - EVOLUÇÃO DA PROVISÃO

(milhares de euros)

| | |
|---|---|
| **Valor da provisão em 31.12.2011** | **415 857** |
| (+) Custo corrente do ano | 29 306 |
| (-) Contribuições para serviços de assistência médica (SS e SAMS) | 20 272 |
| (+) Perdas atuariais | 27 354 |
| **Valor da provisão em 31.12.2012** | **452 245** |

As perdas atuariais mencionadas no quadro e referentes ao exercício deveram-se essencialmente a alterações nos pressupostos utilizados, nomeadamente a taxa de desconto tal como acima referido. O saldo acumulado dos desvios atuariais somava 58,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

## 1.7.1.5. *RATING* DO GRUPO

As agências de *rating* internacionais Standard & Poor's e DBRS procederam, no 1º semestre de 2012, a cortes nas notações dos bancos Portugueses, incluindo os da CGD, no seguimento da descida que efetuaram aos *ratings* da dívida pública portuguesa.

| | Curto Prazo | | Longo Prazo | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | CGD | Portugal | CGD | Portugal | |
| **Standard & Poor's** | B | B | BB- | BB | Jul/2012 |
| **FitchRatings** | B | B | BB+ | BB+ | Jul/2012 |
| **Moody's** | N/P | N/P | Ba3 | Ba3 | Dez/2012 |
| **DBRS** | R-2 (*mid*) | R-2 (*mid*) | BBB (*low*) | BBB (*low*) | Dez/2012 |

***Melhoria das notações Stand-Alone Credit Profile (SACP) e Viability Rating da CGD, atribuídas em julho pela S&P e FitchRatings, respetivamente***

***Já em março de 2013, a S&P alterou o outlook da CGD para estável***

Contudo, já em Julho, no seguimento da operação de recapitalização ocorrida em Junho, as notações *Stand-Alone Credit Profile* (SACP) e *Viability Rating* da CGD foram revistas em alta pela Standard & Poor's e pela FitchRatings, respetivamente.

## *Standard & Poor's*

Em 14 de fevereiro de 2012, no seguimento do *downgrade* efetuado aos *ratings* de nove membros da Área Euro, incluindo Portugal, a Standard & Poor's reviu em baixa o *rating* de longo prazo da CGD de BB+ para BB-, com *outlook* negativo, e reafirmou o *rating* de curto prazo em B.

Em 11 de julho de 2012, a Standard & Poor's reviu em alta o *Stand-Alone Credit Profile* (SACP) da CGD, de b+ para bb-, na sequência da realização do seu plano de recapitalização, tendo reafirmado os *ratings* de longo e curto prazo de BB- e B, respetivamente, com *outlook* negativo.

Já em março de 2013, a agência alterou o *outlook* da CGD para estável, na sequência de alteração semelhante no *rating* da República Portuguesa.

## *FitchRatings*

Em 18 de junho de 2012, a agência FitchRatings baixou o *Viability Rating* (VR) de quatro bancos portugueses, incluindo o da CGD, que passou de b+ para b.

Em 17 de julho de 2012, a referida notação na sequência da realização do seu plano de recapitalização a FitchRatings reviu os *ratings* da CGD, procedendo ao *upgrade* do *Viability Rating*, de b para bb-. Ainda nesta data foram reafirmados os *ratings* de longo prazo, de BB+, com *outlook* negativo, e de curto prazo, de B.

## *Moody's*

Em 28 de março de 2012, a Moody's reviu em baixa os *ratings* de diversos bancos portugueses, incluindo os da CGD, na sequência do *downgrade* efetuado em 13 de fevereiro de 2012 ao *rating* de longo prazo da República Portuguesa, de Ba2 para Ba3, com *outlook* negativo.

Deste modo, o *rating* de longo prazo da CGD passou de Ba2 para Ba3 e o *Bank Financial Strength Rating* (BFSR) passou de D (Ba2) para E+ (B1). O *outlook* é negativo.

## *DBRS*

Em 31 de janeiro de 2012, na sequência do *downgrade* que efetuou ao *rating* de longo prazo da República Portuguesa, a agência de *rating* DBRS, que iniciou a cobertura da CGD em dezembro de 2011, atribuindo um *rating* de longo prazo de BBB e um *rating* de curto prazo de R-2 (*high*), ambos com tendência negativa, baixou, essas notações para BBB (*low*), com tendência negativa (idêntica ao da República Portuguesa), e para R-2

(*mid*), também com tendência negativa.

Em 24 de maio de 2012, a agência DBRS colocou os *ratings* da CGD sob revisão com implicações negativas, na sequência e à semelhança do efetuado ao *rating* de longo prazo da República Portuguesa em 22 de maio último, refletindo o impacto dos riscos sistémicos acrescidos.

## 1.7.2. ATIVIDADE INDIVIDUAL

### 1.7.2.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

No final de 2012 o Ativo Líquido individual da Caixa Geral de Depósitos atingiu 102,2 mil milhões de euros, o que representou uma redução de 6,7 mil milhões (−6,1%) em termos anuais, traduzindo o efeito da desalavancagem em curso. Na carteira de Crédito a Clientes a redução foi de 3,1 mil milhões de euros (-4,6%) e no saldo das Aplicações em Instituições de Crédito de 4,3 mil milhões de euros (-38,8%)

BALANÇO (INDIVIDUAL)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| Caixa e disponib. em bancos centrais | 1 888 | 924 | - 964 | -51,1% |
| Aplicações em instituições de crédito | 11 209 | 6 864 | -4 345 | -38,8% |
| Crédito a clientes | 67 075 | 64 002 | -3 073 | -4,6% |
| Aplicações em títulos | 17 490 | 20 083 | 2 594 | 14,8% |
| Ativos com acordo de recompra | 1 917 | 1 500 | -417 | -21,8% |
| Investimentos em filiais e associadas | 3 522 | 3 945 | 422 | 12,0% |
| Ativos intangíveis e tangíveis | 598 | 554 | -44 | -7,4% |
| Ativos por impostos diferidos | 1 395 | 1 151 | -244 | -17,5% |
| Outros ativos | 3 775 | 3 189 | -585 | -15,5% |
| **Total** | **108 869** | **102 213** | **-6 656** | **-6,1%** |
| **Passivo** | | | | |
| Recursos de bancos centrais e instituições de crédito | 16 786 | 13 103 | -3 682 | -21,9% |
| Recursos de clientes | 57 856 | 58 248 | 392 | 0,7% |
| Passivos financeiros | 7 578 | 7 217 | -361 | -4,8% |
| Resp. representadas por títulos | 16 131 | 11 549 | -4 582 | -28,4% |
| Provisões | 1 060 | 1 145 | 86 | 8,1% |
| Passivos subordinados | 2 161 | 2 978 | 817 | 37,8% |
| Outros passivos | 2 635 | 2 044 | -591 | -22,4% |
| **Total** | **104 205** | **96 284** | **-7 921** | **-7,6%** |
| **Capitais Próprios** | **4 664** | **5 929** | **1 266** | **27,1%** |
| **Total do Passivo e Capitais Próprios** | **108 869** | **102 213** | **-6 656** | **-6,1%** |

No tocante ao Passivo, salientam-se os decréscimos de 4,6 mil milhões (-28,4%) e 3,7 mil milhões (-21,9%) observados, respetivamente, nas Responsabilidades Representadas por Títulos e nos Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito, e o aumento em 817 milhões (+37,8%) nos Passivos Subordinados, traduzindo a emissão de obrigações de conversão contingente (CoCos) no montante de 900 milhões de euros.

## 1.7.2.2. GESTÃO DE CAPITAL

Os Capitais Próprios somaram 5,9 mil milhões de euros no final de 2012, valor superior ao observado no final de 2011 em 1 266 milhões (+27,1%).

### CAPITAIS PRÓPRIOS (INDIVIDUAL)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(milhões de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| Capital | 5 150 | 5 900 | 750 | 14,6% |
| Reservas de reavaliação | -1 353 | -68 | 1 285 | - |
| Outras reservas e resultados transitados | 1 183 | 776 | -407 | -34,4% |
| Resultado do exercício | -316 | -679 | -363 | - |
| **Total** | **4 664** | **5 929** | **1 266** | **27,1%** |

O Rácio de Solvabilidade da atividade individual da CGD, determinado no quadro regulamentar do Basileia II e nos termos dos normativos do Banco de Portugal, e incluindo o resultado do exercício, situou-se, no final de 2012, em 14,1%. O rácio Tier I atingiu por seu turno 12,0%, valor acima dos 10,1% verificados no ano anterior.

## 1.7.2.3. RESULTADOS

O Resultado Líquido individual de 2012 foi negativo de 679,1 milhões de euros, refletindo sobretudo a evolução desfavorável da Margem Financeira Alargada (-30,7% do que 2011) e das provisões para crédito (+71,6%), não obstante o bom comportamento dos Resultados em Operações Financeiras e contenção dos Custos Operativos (-8,7%).

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (INDIVIDUAL)

(milhares de euros)

| | | | Variação | |
|---|---|---|---|---|
| | Dez/11 | Dez/12 | Absoluta | (%) |
| **Margem financeira alargada (1)** | **1 345 989** | **933 156** | **- 412 833** | **-30,7%** |
| Juros e rendimentos similares | 5 443 580 | 4 810 923 | - 632 657 | -11,6% |
| Juros e encargos similares | 4 316 988 | 4 025 558 | - 291 431 | -6,8% |
| *Margem financeira* | *1 126 592* | *785 365* | *-341 227* | *-30,3%* |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 219 397 | 147 790 | - 71 607 | -32,6% |
| **Margem complementar (2)** | **546 242** | **752 295** | **206 053** | **37,7%** |
| Rendimentos de serviços e comissões (líquido) | 375 497 | 374 361 | - 1 136 | -0,3% |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Resultados em operações financeiras | -56 895 | 281 126 | 338 020 | - |
| Resultados de alienação outros ativos | 143 604 | -2 945 | -146 549 | - |
| Outros resultados de exploração | 84 036 | 99 753 | 15 717 | 18,7% |
| **Produto Bancário (3) = (1) + (2)** | **1 892 231** | **1 685 450** | **-206 780** | **-10,9%** |
| **Custos operativos (4)** | **1 053 958** | **962 593** | **-91 365** | **-8,7%** |
| Custos com pessoal | 555 868 | 491 752 | -64 116 | -11,5% |
| Fornecimentos e serviços de terceiros | 376 710 | 367 046 | -9 664 | -2,6% |
| Depreciações e amortizações | 121 380 | 103 794 | -17 585 | -14,5% |
| **Resultado bruto de exploração (5) = (3) - (4)** | **838 273** | **722 857** | **-115 415** | **-13,8%** |
| **Provisões e imparidade (líquida de reposição e anulações) (6)** | **1 271 732** | **1 594 087** | **322 356** | **25,3%** |
| Provisões e corr. valor associado a crédito de clientes e valores a receber de outros devedores | 675 024 | 1 158 034 | 483 010 | 71,6% |
| Imparidade de outros ativos financeiros | 415 890 | 175 316 | -240 574 | -57,8% |
| Imparidade de outros ativos | 180 818 | 260 737 | 79 919 | 44,2% |
| **Resultados antes de impostos (7) = (5) - (6)** | **-433 459** | **-871 230** | **-437 771** | **-** |
| **Impostos (8)** | **-117 204** | **-192 163** | **-74 959** | **-** |
| Correntes | 25 853 | 13 009 | -12 844 | -49,7% |
| Diferidos | -170 003 | -232 690 | -62 687 | - |
| Contribuição extraordinária sobre o setor bancário | 26 946 | 27 518 | 572 | 2,1% |
| **Resultado do exercício (9) = (7) - (8)** | **-316 255** | **-679 067** | **-362 812** | **-** |

### 1.7.3. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS EM 2013

O processo de ajustamento do sistema financeiro e do modelo bancário europeu encontra-se ainda em curso sendo difícil de prever quais os contornos que assumirá uma vez finalizadas as alterações previstas no enquadramento regulamentar e, de grande importância, estabilizado o quadro macroeconómico.

Não obstante todo o caminho que existe ainda para percorrer, os bancos portugueses introduziram já grandes alterações nos seus modelos de negócio, levando a cabo, em paralelo, um evidente esforço de capitalização e de reforço da liquidez estável, os quais se deverão traduzir num mais elevado grau de resiliência a uma envolvente operacional que previsivelmente se manterá ainda pouco amigável.

A indefinição ainda pendente em torno do processo de Basileia III e as eventuais exigências de capital adicional que dele deverão decorrer, constitui uma importante condicionante à atuação dos bancos em geral. Em Portugal, este clima de incerteza surge ainda mais acentuado pelo fato de se encontrar ainda em curso o Programa de Assistência Financeira.

A fragilidade do crescimento na zona Euro deverá manter as taxas de juro em níveis muito baixos com os naturais efeitos adversos sobre a margem financeira e sobre a rentabilidade. Tais efeitos são particularmente notórios na Caixa Geral de Depósitos cuja carteira de crédito apresenta ainda um elevado peso de crédito hipotecário de longo prazo indexado à Euribor cuja trajetória de acentuada descida não deverá inverter-se ao longo do ano.

Na prossecução do seu objetivo de promover o financiamento das empresas portuguesas, com particular enfase no segmento de transacionáveis, a Caixa deverá continuar a procurar soluções de oferta de crédito baseadas numa prudente metodologia de *pricing* ajustado ao risco.

A política de imparidades que a Caixa tem vindo a seguir (com impacto desfavorável na respetiva rentabilidade) deverá mitigar os efeitos da deterioração da qualidade do crédito, a qual se continuará a fazer sentir ao longo do ano.

O contexto de recessão e de queda acentuada do rendimento disponível das famílias, traduz-se também em possíveis dificuldades para a manutenção do esforço de captação de poupanças que a Caixa, com sucesso, tem vindo a levar a cabo. Não obstante a diversificação das fontes de financiamento continuar a ser um importante objetivo do Grupo, a Caixa continua a privilegiar os depósitos das famílias os quais refletem um comportamento de grande responsabilidade da população portuguesa face às elevadas incertezas futuras.

A redução do financiamento do BCE (necessário conjunturalmente numa situação anormal do mercado) obrigará a uma maior disciplina e à procura de uma combinação de fontes de financiamento que conduzam a uma otimização de custos e à viabilidade da atividade de intermediação financeira.

A Caixa tem sentido um aumento de confiança dos vários participantes no mercado em consequência da menor dependência de funding oficial e da forte contribuição dos depósitos de particulares para o total do financiamento. Tal recuperação da confiança foi, aliás, evidente no sucesso da colocação em mercados internacionais, das duas recentes emissões de dívida da Caixa.

## 1.8. Gestão dos Riscos

A gestão dos riscos financeiros, efetuada de forma centralizada, abrange a avaliação e o controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos pelo Grupo CGD, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de gestão de risco.

A área de gestão de risco integra a estrutura de suporte e tem presença:

❶ No **Comité de Gestão de Ativos e Passivos** (ALCO), em conjunto com as áreas geradoras de negócio, áreas de suporte e com membros da Comissão Executiva (CE). Por deliberação da CE foram delegadas neste Comité, entre outras, as seguintes atribuições:

- A promoção do processo de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) e das ações e procedimentos necessários à sua implementação em termos consolidados e em base individual para as diversas entidades do Grupo;
- A preparação de propostas de orientações estratégicas sobre a política de financiamento e de liquidez do Grupo CGD;

- A preparação de propostas de orientações estratégicas sobre a política de gestão de risco, definindo indicadores, limites e regras de gestão;
- A preparação de propostas de orientações estratégicas relativas aos rácios de capital do Grupo CGD.

❷ No **Conselho Alargado de Crédito**, em conjunto com as áreas geradoras de negócio, a área jurídica, a área de recuperação de crédito e a Comissão Executiva. Por deliberação da CE foram delegados neste Conselho as seguintes competências:

- Autorizações de operações que, por enquadramento no normativo interno, obrigam a apreciação deste Conselho;
- Análise de crédito malparado;
- Definição da estratégia de políticas de crédito e respetivo risco.

*Perfil de risco e respetiva evolução*

O Grupo CGD apresenta tendencialmente uma postura consistente com uma adequada aversão ao risco havendo, contudo, lugar a uma componente de inovação e de acompanhamento de mercado, presente nos produtos aos quais tem exposição.

*Princípios e Políticas*

***Princípios base da gestão do risco:***

- ***Retorno ponderado pelo risco***
- ***Crescimento e diversificação do negócio***
- ***Gestão proativa***

A prossecução do perfil de risco do Grupo CGD é assegurada consagrando os seguintes princípios:

- Enfoque no retorno ponderado pelo risco;
- Crescimento sustentado e diversificado de negócio;
- Definição e acompanhamento da utilização de limites por tipo de risco;
- Gestão proativa do risco;
- Resposta atempada da área de gestão de risco.

## 1.8.1. RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito encontra-se associado às perdas e grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente/contraparte em cumprir as suas obrigações.

*Principais desenvolvimentos em 2012*

Em resultado da avaliação da candidatura, pela CGD, à utilização de modelos internos para cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, o BdP comunicou, no final do 1º semestre de 2011, um conjunto de recomendações que a CGD tem vindo a implementar desde o início de 2012.

Durante o ano, desenvolveram-se esforços para acautelar a implementação das recomendações de melhoria identificadas no âmbito das duas primeiras *work streams* do Programa Especial de Inspeções (SIP), concluído no final de 2011. Nestas *work streams*, o Banco de Portugal, apoiado por auditores independentes, procedeu à avaliação da CGD no que respeita:

- qualidade dos ativos do banco;
- às suas práticas de gestão de risco de crédito;
- qualidade do reporte prudencial efetuado periodicamente.

No segundo semestre de 2012 o Grupo CGD integrou o conjunto de oito grupos

financeiros portugueses que foram objeto de uma inspeção específica sobre a qualidade dos respetivos ativos relacionados, direta ou indiretamente com atividades de construção e promoção imobiliária em Portugal e Espanha, com referência a 30 de junho de 2012 (*On-Site Inspection Programme regarding Commercial and Real Estate* – OIP CRE).

Esta inspeção foi realizada por auditores independentes, selecionados pelo Banco de Portugal e incidiu sobre:

- a qualidade dos ativos do banco nos segmentos abrangidos;
- os procedimentos internos de reconhecimento de operações reestruturadas, com ênfase para a implementação da Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2012;
- as políticas e procedimentos internos relacionados com ativos recebidos em dação.

Conforme divulgado publicamente, "*A avaliação concluiu existir necessidade de reforço das imparidades registadas num montante de 138 milhões de euros, correspondente a cerca de 1,6% das exposições avaliadas.*

*Dos 138 milhões de euros, 69 milhões de euros resultaram da análise de informação e eventos posteriores à data de referência, como novas insolvências/falências e reavaliações de colaterais,…*"

"*Os reforços de imparidade que o Grupo CGD constituiu entretanto, com referência a 30 de setembro de 2012, cobriram já grande parte das necessidades identificadas, reduzindo o seu montante de 138 milhões de euros para 44 milhões de euros, valor que será registado até 31 de dezembro de 2012,…*"

"*Tendo em conta os montantes de reforço de imparidade já projetados pelo Grupo CGD para o quarto trimestre de 2012, o impacto dos resultados do OIP sobre o rácio Core Tier 1 previsto para 31 de dezembro de 2012 deverá ser imaterial, não comprometendo o cumprimento do mínimo regulamentar exigido de 10%.*"

O reforço identificado foi integralmente assegurado até ao final de 2012, sem, conforme previsto, comprometer o cumprimento do rácio de Core Tier 1 mínimo regulamentar exigido de 10%.

***Programa especial de Inspeções do BdP:***

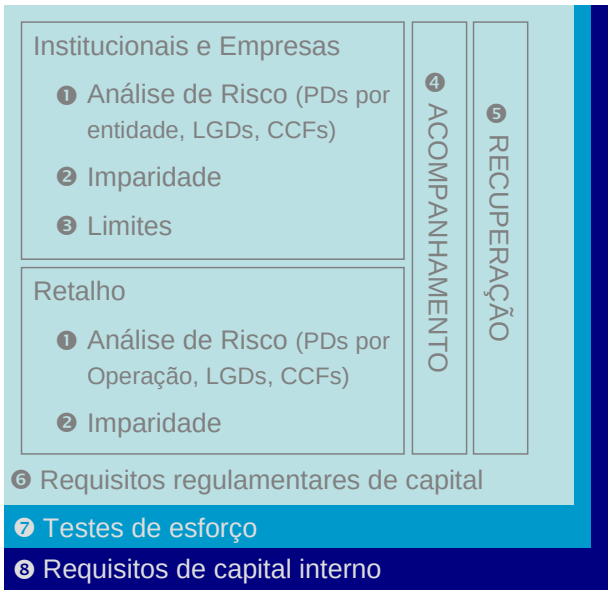
***"****Tendo em conta os montantes de reforço de imparidade já projetados pelo Grupo CGD para o quarto trimestre de 2012, o impacto dos resultados do OIP sobre o rácio Core Tier 1 previsto para 31 de dezembro de 2012 deverá ser imaterial, não comprometendo o cumprimento do mínimo regulamentar exigido de 10%****"*

***Reforço de imparidade identificado integralmente assegurado no final de 2012***

## *Metodologia*

❶ **Análise de Risco** - o Grupo CGD tem implantado um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito, que abrange todos os segmentos de clientes e é ativo tanto no momento da concessão de crédito como na monitorização do risco ao longo da vida das operações.

- No caso de empresas com um nível de exposição mais significativo, bem como de Instituições Financeiras, a apreciação do risco de crédito, além do suporte dos modelos de *rating* interno (que incorporam quer informação financeira quer elementos de caráter qualitativo), é sujeita a análise individual por uma equipa de analistas. Esta análise é efetuada numa base periódica e sempre que existam alterações no




***Processo contínuo de avaliação e controlo de risco da carteira de crédito desde a concessão até ao fim da vida das operações***

relacionamento com o cliente ou se identifiquem fatores endógenos ou exógenos que recomendem uma reavaliação do risco.

- No segmento de retalho, a apreciação do risco de crédito é suportada pela utilização de ferramentas estatísticas (modelos de *scoring* e *rating*) e por um conjunto de normativos internos que estabelecem critérios objetivos a observar na concessão de crédito.

❷ O modelo de **imparidade** do crédito, desenvolvido pelo Grupo CGD no âmbito da IAS 39, permite identificar e monitorizar os créditos com evidência objetiva ou indícios de imparidade.

Os fatores de risco utilizados no modelo de imparidade do crédito são atualizados anualmente.

Através do modelo de imparidade do crédito procede-se à análise e tratamento da carteira de crédito, que é subdivida em conformidade com as seguintes abordagens:

- Análise Coletiva de Imparidade – para as exposições consideradas individualmente não significativas, determina-se as provisões por imparidade por subsegmentos de risco, que englobam ativos com características de risco similares (segmento de crédito, tipo de colateral, histórico de comportamento de pagamento, entre outras);
- Análise Individual de Imparidade - nos clientes com exposições consideradas individualmente significativas, é efetuada uma avaliação individual, com periodicidade trimestral, que envolve as áreas comerciais da CGD, a área de recuperação de crédito e a área de gestão de risco.

  A avaliação individual dos clientes com grande exposição foca-se, essencialmente, nos seguintes pontos:

  - Cumprimento das condições contratuais acordadas com o Grupo CGD;
  - Avaliação da situação económico-financeira;
  - Perspetivas sobre a evolução da atividade do cliente;
  - Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos, no Grupo CGD e/ou no sistema financeiro;
  - Adequação de garantias e de colaterais para mitigação do crédito concedido;
  - Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento dos clientes.

Para as exposições significativas em que não foram identificadas situações objetivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma provisão coletiva, em conformidade com os fatores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

❸ **Limites** - para agilizar o processo de concessão de crédito de curto prazo a Empresas e uniformizar a análise de risco destas operações, o Grupo CGD desenvolveu e implementou um modelo de definição de limites indicativos de exposição de curto prazo para empresas, parametrizado com base em indicadores económico-financeiros e setoriais e em notações de risco. Este modelo é aplicado às empresas tanto do segmento de PME como dos segmentos de Pequenos Negócios e de Grandes Empresas.

Relativamente ao segmento de Instituições Financeiras, para cada instituição são aprovados limites internos. A definição dos limites tem em consideração o enquadramento da entidade no setor financeiro e face aos seus pares, o *rating*, o VaR, assim como outros elementos relevantes. No ano de 2012 o Grupo CGD procedeu à revisão da metodologia para atribuição de limites e cálculo de exposição de Instituições Financeiras.

O cumprimento dos limites, as exposições de crédito bem como o perfil de risco das contrapartes e grupos são acompanhados de forma regular. No âmbito deste

acompanhamento, em 2012 prosseguiu-se um processo de encarteiramento de Grupos Económicos.

❹ No âmbito do **Controlo de Risco de Crédito** é efetuado o **acompanhamento** da carteira de crédito, sendo esta analisada em termos da sua composição e correspondente qualidade. Para o efeito são produzidos relatórios com a desagregação da carteira por produto, segmento de cliente, setor de atividade, área geográfica, *Loan to Value* (LTV), taxa de esforço e notação da carteira.

***Acompanhamento contínuo de empresas e setores de maior risco***

O **seguimento** da *performance* **dos modelos** de classificação de risco desenvolvidos internamente também se revela de especial importância. Este seguimento, efetuado através do tratamento da informação proveniente da utilização dos referidos modelos, permite dispor de indicações quanto à sua continuada adequação. Obtêm-se assim orientações sobre eventuais necessidades de reestimação e informação sobre o modo da sua utilização.

❺ **Recuperação** – Adaptando-se a um cenário de agravamento continuado do incumprimento do crédito, a CGD tem vindo a reformular a abordagem ao setor empresarial, passando a dar particular enfoque ao acompanhamento de empresas / setores mais vulneráveis.

Nesse contexto, foi criada a Direção de Acompanhamento de Empresas (DAE) que tem como missão acompanhar e recuperar os créditos concedidos a empresas, e respetivos grupos, com envolvimento na CGD superior a 5 milhões de euros, com imparidades constituídas iguais ou superiores a 10% ou, independentemente do valor de imparidade, que pertençam a setores de atividade de risco (v.g., construção/ promoção imobiliária, hotelaria/turismo).

São assim, principais objetivos da DAE:

1. Reduzir a exposição a setores de atividades e empresas considerados de maior risco;
2. Reforçar Garantias;
3. Procurar soluções de gestão junto das empresas com o objetivo de as tornar solventes.

A DAE apresenta uma estrutura comercial composta por três Gabinetes, dois localizados em Lisboa e um no Porto, de forma a promover a proximidade geográfica com os clientes e a melhor incorporar as especificidades regionais do tecido empresarial Português.

No final de 2012 e dado o peso crescente da relação com Fundos de Investimento, que se assumem no mercado como veículos relevantes para a recuperação das empresas, foi criado um núcleo com competências técnicas específicas para acompanhar estas relações institucionais com os Fundos de Restruturação Empresarial, promover um controlo e acompanhamento da evolução do portefólios onde a CGD realiza investimentos, assim como realizar o reporte nos termos regulamentarmente definidos.

Em 31 de Dezembro de 2012 a DAE tinha em carteira 2,4 mil milhões de euros de responsabilidades e um volume de depósitos de 70 milhões de euros, repartidos por 63 grupos económicos, num total de 721 empresas, com imparidades constituídas de cerca de 590 milhões de euros, o que representa 25% do crédito total.

1. Repartição dos dossiers em carteira por setores de atividade:

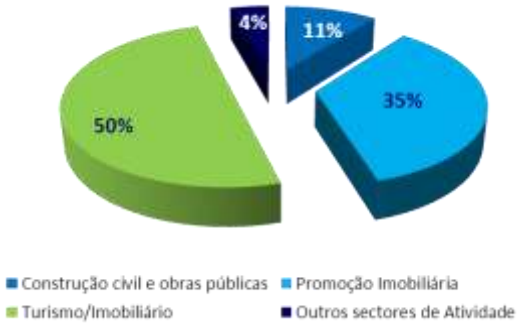
AVALIAÇÃO DA CARTEIRA EM 31 DEZEMBRO 2012

Desta forma constata-se que 67% dos clientes afetos, se encontram nos setores de atividade considerados como de risco acrescido, identificados no modelo inicial aprovado para a DAE.

2. Repartição do volume em carteira por setores de atividade:

REPARTIÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIO POR SETOR DE ATIVIDADE:

REPARTIÇÃO DO CRÉDITO VENCIDO POR SETOR DE ATIVIDADE:




Pela análise dos gráficos acima, conclui-se que os 67% de *dossiers* que pertencem a setores de atividade de risco acrescido correspondem a 88% do volume de negócios da DAE e 96% do crédito vencido (487 milhões de euros).

Em 2012, dos Grupos Empresariais afetos até Outubro, foi possível apresentar proposta e formalizar operações para 80% dos mesmos, que representam um impacto no Balanço no valor de 912 milhões de euros. Desta verba destaca-se pelo montante as operações reestruturadas autonomamente ou em sindicato bancário, no valor de 306 milhões de euros (34%), e por outro lado, com um especial relevo, as diminuições em responsabilidades diretas de clientes em 234 milhões de euros, por via de extinção.

Acompanhando a tendência de mercado de forte contração no setor da construção civil e obras públicas, que está a implicar um novo desenho do funcionamento deste setor, foram negociadas durante o ano de 2012, operações de cedências de ativos a fundos de recuperação e imobiliários, que abrangeram nove grupos empresariais com um montante de crédito envolvido de 200 milhões de euros.

A DAE tem vindo a participar ativamente e de forma crescente no Processo Especial de Revitalização da Empresa (PER); durante o ano de 2012 foram apenas registados quatro grupos de empresas cuja conclusão dos diversos processos negociais as conduziram a situação de Insolvência, com fortes perspetivas de liquidação (6% do universo de grupos empresariais afetos).

A Direção de Recuperação de Crédito (DRC) registou um acréscimo da sua atividade ao longo de 2012, motivado pelo aumento dos Processos de Insolvência, quer de empresas quer de particulares.

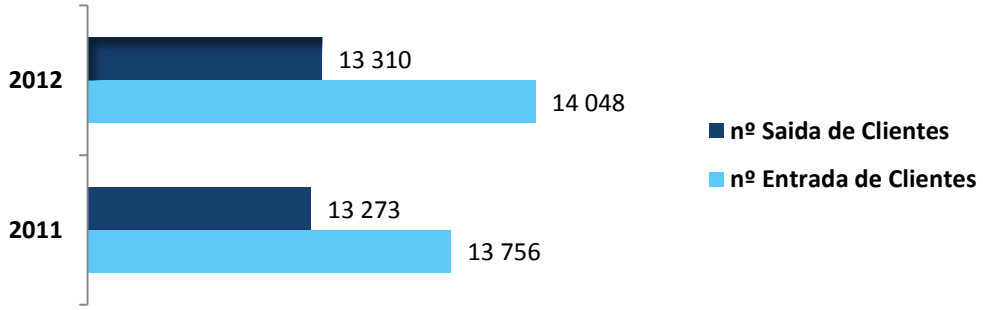
Esse facto teve como consequência imediata o agravamento do índice de incumprimento no crédito à habitação e no crédito à economia, já que a declaração de insolvência provoca que se considerem vencidas todas as responsabilidades dos mutuários à data da insolvência passando o crédito vincendo a crédito vencido.

No ano de 2012 verificaram-se 1 931 situações de insolvência de particulares, no montante de 222,3 milhões de euros de responsabilidades e 1 750 insolvências de empresas, no montante de 569,4 milhões de euros de responsabilidades.

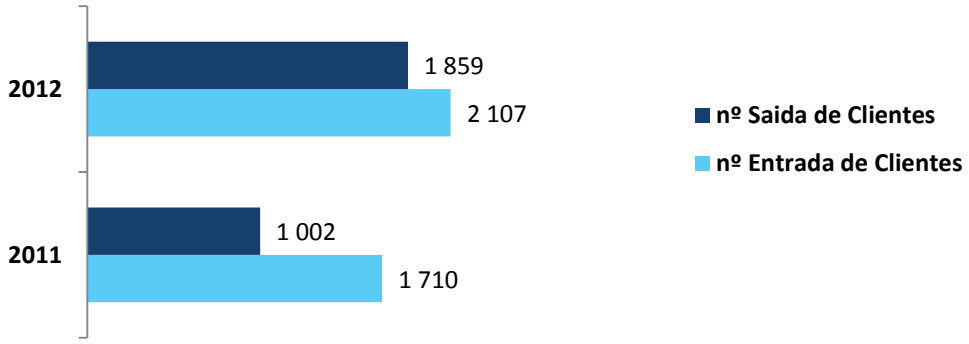
Nas insolvências, as negociações fazem-se no âmbito dos respetivos processos judiciais, prejudicando, assim, a linha orientadora da DRC de privilegiar sempre as negociações extrajudiciais como forma de regularização dos créditos e evitar-se o fecho de empresas.

O aparecimento do PER, atrás referido, e do Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE) na parte final do ano, poderá permitir a obtenção de resultados em sede extrajudicial, tendo havido um número, já significativo, de empresas com recurso a esses instrumentos de negociação com os credores.

## ÁREA NEGOCIAL PARTICULARES




## ÁREA NEGOCIAL EMPRESAS




Apesar das alterações mencionadas, no ano de 2012 a área negocial de particulares cobrou 50,4 milhões de euros e reestruturou 617,8 milhões de euros de responsabilidades, estando presentemente em fase de tratamento 13 700 clientes, com 998,9 milhões de euros, que foram enquadrados no PERSI no dia 1 de janeiro de 2013.

Na área negocial de empresas foram cobrados 63,8 milhões de euros em 2012 e regularizados 232,1 milhões, estando em fase de tratamento 1 708 clientes com responsabilidades de 548,1 milhões de euros.

Na fase contenciosa cobraram-se 253,4 milhões de euros, tendo-se regularizado, por acordo, 55,7 milhões de euros de responsabilidades, aumentando o número de ações pendentes de 34 874 para 39 270 (13% de acréscimo), a que corresponde o valor de

ações de 4 508,3 milhões de euros (acréscimo de 16% relativamente a 2011). Estão ainda em fase judicial 30 860 operações de crédito de empresas e 36 920 de particulares, que correspondem a cerca de 4 000 milhões de euros de responsabilidades de crédito.

❻ **Requisitos regulamentares de Capital** - para os instrumentos derivados, operações de recompra, contração ou concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de concessão de empréstimos com imposição de margem, aplica-se o método de avaliação ao preço de mercado (*mark-to-market*), definido na Parte 3 do Anexo V do Aviso do Banco de Portugal (BdP) n.º 5/2007, que consiste em adicionar ao valor de mercado da operação, quando positivo, o seu potencial de valorização futuro, o qual resulta da multiplicação do nocional por um fator prudencial em função do tipo de contrato.

***Realização de testes de esforço trimestrais para avaliação da situação de solvabilidade em cenários extremos, conforme previsto no Memorando de Entendimento***

Para o crédito e valores a receber aplica-se o método padrão conforme disposto no Aviso BdP n.º 5/2007 e posteriores revisões.

O documento "Disciplina de Mercado 2012", a publicar durante o primeiro semestre de 2013, facultará informação detalhada sobre os requisitos regulamentares de capital do Grupo CGD.

❼ A realização de **testes de esforço** pretende facultar uma visão analítica da posição do Grupo CGD em termos de solvabilidade quando sujeita a cenários extremos. No ano de 2012, para além das análises de sensibilidade realizadas para gestão interna, efetuaram-se os testes de esforço trimestrais exigidos em complemento ao Plano de Financiamento e Capital, conforme previsto no *Memorandum* de Entendimento (*MoU*).

❽ Os **requisitos de capital interno** por operação resultam da utilização dos fatores de risco de crédito (probabilidades de incumprimento - PDs, valores de perda em caso de incumprimento – LGDs e fatores de conversão em equivalentes de crédito - CCFs) estimados internamente.

## 1.8.2. RISCO DE MERCADO

Traduz-se em impactos negativos potenciais, nos resultados ou no capital da instituição, decorrentes de movimentos desfavoráveis do preço dos ativos em carteira face ao nível a que são transacionados.

Surge, então, da incerteza sobre a flutuação dos preços e taxas de mercado, como sejam preços de ações e índices ou taxas de juro ou câmbio, e sobre o comportamento das correlações entre os mesmos.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

### *Limites*

O estabelecimento e monitorização de limites de diversa natureza é de extrema importância para a mitigação de risco de mercado. Estes limites globais são submetidos à Comissão Executiva para discussão e aprovação. As regras de gestão estabelecidas, para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto a tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis, entre outros. Aplicam-se ainda regras de gestão específicas para risco de posição cambial de unidades do grupo CGD.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto

das coberturas no risco total incorrido ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

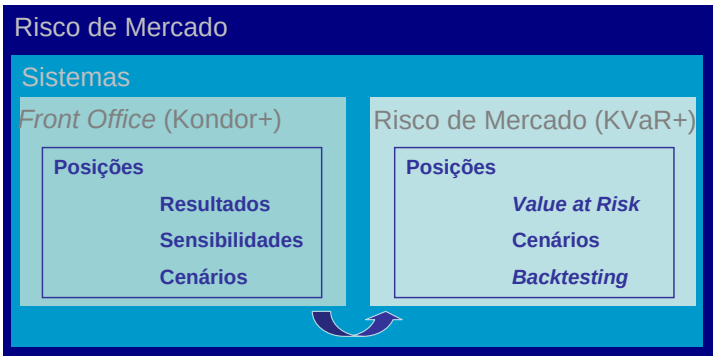
Relativamente à posição cambial do Grupo CGD, são apurados valores em termos de VaR, que se encontram sujeitos a limites, assim como a posição aberta total e a posição aberta por moeda.

***Cálculo de VAR para todos os tipos de risco de mercado em base diária, complementado com limites de sensibilidade à variação de fatores de risco***

***Controlo e avaliação do risco cambial a nível individual em base diária e quinzenalmente a nível consolidado***

## *Metodologia*

O *Value at Risk* (VaR) é uma medida de perda de valor potencial futura que, em condições normais de mercado, será majorante de perda assumindo um certo nível de confiança e um determinado horizonte temporal de investimento.




Em alguns casos a análise é complementada com limites de sensibilidade à variação de fatores de risco: *basis point value* (bpv), para taxa de juro, e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). O VaR é apurado para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, estando os níveis de confiança utilizados e os horizontes temporais de investimento considerados dependentes do objetivo de detenção das carteiras.

Desenvolvem-se, ainda, avaliações do impacto nos resultados para cenários extremos.

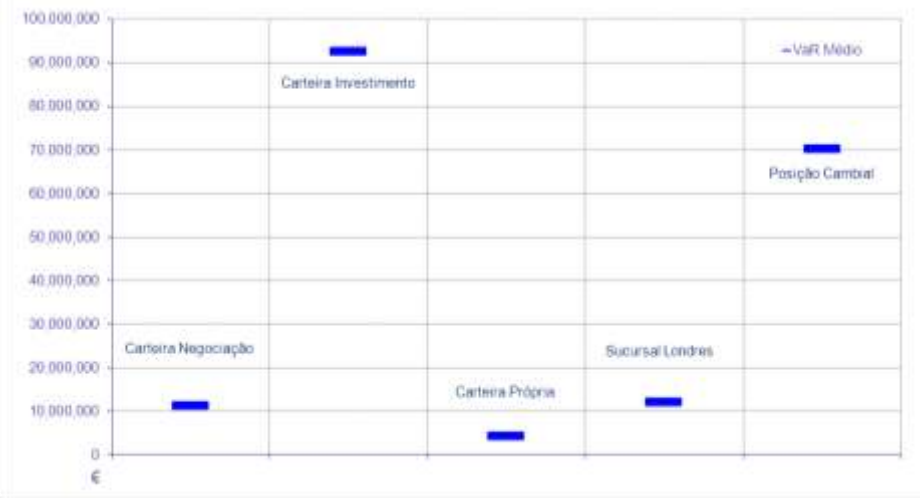
A gestão de risco de mercado procede diariamente ao cálculo e monitorização destas medidas, tendo concebido uma estrutura exaustiva de reporte de VaR, análise de sensibilidade, indicadores de rentabilidade, cumprimento de limites e *stress testing*, para todas as Entidades com exposição a Risco de Mercado nas carteiras de negociação e no risco cambial de balanço.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efetuados ao nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, ao nível consolidado para todo o Grupo.

O modelo de VaR é continuamente posto à prova quer pela sua utilização diária, quer através das análises diárias de *backtesting* teórico, quer ainda através do apuramento mensal de *backtesting* real para algumas carteiras.

O número de exceções obtidas, isto é, o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

Para o ano de 2012, retiram-se as seguintes medidas para os principais indicadores de risco de mercado e para os perímetros mais relevantes:




CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO – SEDE (VAR 95% 1D);
CARTEIRA PRÓPRIA – SEDE (VAR 99% 10D);
POSIÇÃO CAMBIAL – NÍVEL CONSOLIDADO (VAR 99% 10D)
CARTEIRA INVESTIMENTO – SEDE (VAR 99% 10D);
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO – LONDRES (VAR 95% 1D);

## 1.8.3. RISCO DE TAXA DE JURO DO BALANÇO

Trata-se do risco incorrido por uma instituição financeira sempre que, no desenvolvimento da sua atividade, contrata operações com fluxos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro. Dito de outro modo, é o risco de que ocorra uma variação da taxa de juro, associado, nomeadamente, ao *mismatch* de prazos de refixação das taxas entre ativos e passivos detidos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o seu custo financeiro.

***Risco de taxa de juro do balanço:***

- ***Cálculo mensal dos gaps de taxa de juro e de duração***
- ***Cálculo trimestral para Economic Value at Risk e Earnings at Risk***

### *Metodologia*

Para a medição deste tipo de risco, a metodologia adotada na Caixa socorre-se da agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro, de todos os ativos e passivos sensíveis à sua variação obtendo-se, desse modo, os correspondentes *gaps* de taxa de juro.

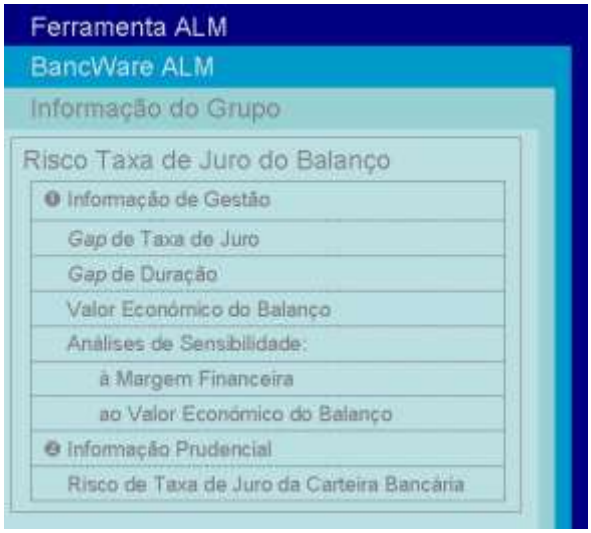
A análise da dimensão do risco de taxa de juro envolve, ainda, o cálculo mensal da duração dos ativos e passivos sensíveis, bem como o respetivo *gap* de duração. Através deste, mede-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflows* são exigidos.

Para acompanhar o efeito dos *gaps* sobre a margem financeira procede-se, trimestralmente, à simulação de cenários previsionais da evolução mensal dos ativos e passivos sensíveis.

Por decisão do ALCO, foi estabelecido um conjunto de *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco.

Os limites estabelecidos calculam-se mensalmente para o *gap* acumulado a 12 meses e o *gap* de duração, e trimestralmente para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro) e para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Na área de gestão e controlo do risco de taxa de juro, a ferramenta de gestão de ativos e passivos denominada BancWare ALM, permite a avaliação das entidades do Grupo CGD materialmente mais relevantes.




Os *outputs* produzidos para cada uma das entidades do Grupo, e em termos consolidados, são os seguintes:

Com caráter mensal: balanço contratual, valor económico do balanço e *gaps* de taxa de juro e de duração;

Com caráter trimestral: balanço previsional para o período de simulação pretendido, e margem financeira e valor económico do balanço com análises de sensibilidade a variações da taxa de juro (*up*/down 200 b.p., *up*/*down* 100 b.p. e *up*/*down* 50 b.p.).

A informação elencada destina-se à Comissão Executiva, sendo ainda disponibilizada a algumas das entidades do Grupo sob gestão, em base individual. Os indicadores suportam, também, o conjunto de informação *standard* de risco de taxa de juro destinado a apreciação nas reuniões do ALCO.

O quadro em baixo apresenta o *gap* de taxa de juro do Grupo CGD no final do ano de 2012.

### *GAP* DE TAXA DE JURO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (*)

(milhões de euros)

| | 7D | 1M | 3M | 6M | 12M | 3Y | >3Y |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total Ativo | 4 502 | 18 179 | 31 383 | 20 321 | 7 150 | 3 918 | 3 268 |
| Total Passivo + Capital | 3 108 | 7 156 | 14 563 | 12 894 | 8 220 | 36 898 | 6 386 |
| Total *Swaps* Taxa de Juro | 6 241 | -706 | -2 714 | -434 | -1 000 | -1 069 | -276 |
| Total Futuros e Opções Taxa de Juro | 0 | 0 | -604 | 477 | -1 101 | 776 | -189 |
| *Gap* do Período | 7 635 | 10 317 | 13 503 | 7 470 | -3 170 | -33 273 | -3 582 |
| *Gap* Acumulado | 7 635 | 17 952 | 31 455 | 38 925 | 35 755 | 2 482 | -1 101 |

(*) Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de Espanha, França, Londres, Nova Iorque e Ilhas Caimão, Banco Caixa Geral, Caixa—Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

A avaliação e medição do risco de taxa de juro da carteira bancária recorrem ao cálculo do impacto acumulado de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de + 200 b.p. nos fundos próprios e na margem de juros, conforme Instrução BdP n.º 19/2005. Esta informação é enviada semestralmente ao Banco de Portugal, bem como o resultado dos modelos internos de avaliação do risco de taxa de juro na CGD. Por decisão do ALCO, e para efeitos de gestão interna, este cálculo é efetuado com periodicidade trimestral, tendo sido fixados para o efeito limites de cumprimento interno.

## 1.8.4. RISCO DE LIQUIDEZ

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um desfasamento ou descompensação entre os fluxos de pagamento e de recebimento num banco gerando, desse modo, uma

incapacidade para cumprir os compromissos assumidos.

O risco de liquidez no negócio bancário pode ter a sua origem quando ocorram:

- Dificuldades na captação de recursos para financiar os ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação, mas podendo implicar, também, uma restrição do crescimento dos ativos;
- Dificuldades na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual de ativos e passivos.

***Risco de liquidez:***

- ***Cálculo mensal de gaps de liquidez e avaliação trimestral dos limites de exposição***
- ***Stress testing***
- ***Medição do "período de sobrevivência"***

## *Metodologia*

A gestão do risco de liquidez na CGD utiliza a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço. Para cada um dos diferentes intervalos temporais estabelecidos, são calculados os respetivos *gaps* de liquidez, tanto do período como acumulados.

Para efeitos de análise e definição de limites de exposição, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural que pretende incorporar, nomeadamente, o comportamento histórico dos depositantes ao nível da gestão das suas contas à ordem, a prazo e de poupança, distribuindo os seus saldos pelas diferentes bandas temporais consideradas na análise de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente, avaliando-se o cumprimento de três limites de exposição ao risco de liquidez (dois de curto prazo e um de longo prazo), fixados em ALCO.

A ferramenta utilizada para gestão do risco de taxa de juro no balanço é também utilizada na análise do risco de liquidez no balanço.

Os *outputs* produzidos mensalmente para cada uma das entidades do Grupo, e em termos consolidados, são os seguintes: *gap* de liquidez, *gap* de liquidez estrutural e mapa de origem e aplicação de fundos.

No final do ano de 2012, os valores dos *gaps* de liquidez eram os seguintes:

### *GAP* DE LIQUIDEZ, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (*)

(milhões de euros)

| | 1M | 3M | 6M | 12M | 3Y | 5Y | 10Y | >10Y |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total Ativo | 11 408 | 5 195 | 5 593 | 5 065 | 12 406 | 8 959 | 13 265 | 15 289 |
| Total Passivo + Capital | 5 444 | 7 303 | 5 111 | 9 892 | 29 054 | 14 721 | 5 308 | 12 392 |
| Total *Swaps* | 2 | 0 | 2 | 0 | 27 | -1 | -2 | 15 |
| *Gap* do Período | 5 966 | -2 107 | 483 | -4 827 | -16 621 | -5 762 | 7 956 | 2 913 |
| *Gap* Acumulado | 5 966 | 3 859 | 4 342 | -485 | -17 105 | -22 868 | -14 912 | -11 999 |

(*) Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de Espanha, França, Londres, Nova Iorque e Ilhas Caimão, Banco Caixa Geral, Caixa—Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

A gestão do risco de liquidez incorpora, ainda, a realização de exercícios de *stress testing* em articulação com o plano de contingência de liquidez existente, conforme os princípios e recomendações divulgadas pelo BCBS (Basel Committee on Banking Supervision) e pelo

CEBS (Committee of European Banking Supervisors), atualmente EBA (European Banking Authority).

A metodologia desenvolvida internamente para a avaliação da resiliência da Caixa a eventuais dificuldades de liquidez, engloba a medição e monitorização do designado "período de sobrevivência" (tempo até à ocorrência de dificuldades de liquidez se, previamente, não forem implementadas medidas corretivas), face a três cenários de *stress* ao nível dos mercados de financiamento. Considera-se, ainda, um quarto cenário — cenário base — que pressupõe que a Caixa desenvolve a sua atividade nas condições previstas no seu orçamento e consequente plano de financiamento.

O modelo existente engloba, também, um conjunto de limites para os períodos de sobrevivência definidos para cada um dos cenários referidos. Um eventual não cumprimento de qualquer um dos limites existentes pressupõe a implementação das medidas de contingência previstas no plano de contingência de liquidez.

Com vista ao regular acompanhamento dos novos *standards* mínimos de liquidez propostos no documento "Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring" — o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) — e com o objetivo de antecipar eventuais medidas corretivas necessárias ao seu cumprimento, a CGD calculou e monitorizou em permanência, durante o ano de 2012, os dois rácios referidos.

Apesar dos problemas observados nos mercados monetários e de capitais, a Caixa prosseguiu, ao longo do ano, uma política de captação de recursos cujos prazos se adequassem melhor aos *mismatches* existentes entre os prazos dos seus ativos e passivos e que, simultaneamente, garantissem uma maior estabilidade dos recursos de clientes.

Relativamente à informação de liquidez de caráter prudencial, a Caixa continuou a elaborar mensalmente o reporte de liquidez (Instrução BdP nº 13/2009), constituído por um conjunto diversificado de mapas, tendo em vista um maior conhecimento e controlo da liquidez bancária. Considerando a necessidade de acompanhar de forma permanente e tempestiva os níveis de liquidez das instituições de crédito, sobretudo em períodos de perturbação dos mercados financeiros, continuou a ser exigível pelo Banco de Portugal informação semanal de liquidez relativa aos mercados *wholesale*.

## *Objetivos para 2013*

Para 2013 a CGD irá continuar o processo de implementação de recomendações do BdP no sentido de obter autorização, da entidade de supervisão, para utilização da abordagem de modelos internos para cálculo de requisitos de capital para risco de crédito.

Pretende-se preparar, no decurso de 2013, a apresentação de candidatura formal à utilização de modelos internos para cálculo de requisitos regulamentares de fundos próprios para risco de mercado.

Continuarão a ser implementadas, pelo Grupo CGD, as recomendações identificadas pelo BdP no âmbito da inspeção permanente e das inspeções extraordinárias, em 2011 (SIP – *Special Inspection Programme*) e 2012 (OIP-CRE).

Adicionalmente, continuarão a ser desenvolvidas as ações relevantes para acompanhamento e integração das melhores práticas e princípios de gestão de risco, inerentes à revisão do Acordo de Capital (Basileia III).

A Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), a agregação de riscos e a elaboração de exercícios de *stress-testing*, continuarão a ser objeto de continuada revisão para permanecerem adequados às melhores práticas disponíveis.

## 1.8.5. RISCO OPERACIONAL

A gestão do risco operacional no Grupo CGD tem como base uma visão por processos (*end-to-end*) e encontra-se suportada num conjunto de orientações, metodologias e regulamentos reconhecidos como boas práticas:

- Princípios e abordagens de gestão do risco operacional com origem no Comité de Basileia;
- Metodologias de controlo interno propostas pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e definidas no âmbito do CobiT (Control Objectives for Information and related Technology);
- Abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal.

***Risco Operacional:***

- ***Princípios e abordagens de gestão do risco operacional com origem no Comité de Basileia***
- ***Metodologias de controlo interno propostas pelo COSO e definidas no âmbito do CobiT***
- ***Abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal***

Em termos de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Banco de Portugal aprovou em 2009 a adoção pelo Grupo CGD, em base consolidada, do método *standard*, abrangendo também, em base individual, a Caixa Geral de Depósitos, o Caixa Banco de Investimento e a Caixa Leasing e Factoring.

***Para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Banco de Portugal aprovou em 2009 a adoção pelo Grupo CGD, em base consolidada, do método standard, abrangendo também, em base individual, a Caixa Geral de Depósitos, o Caixa Banco de Investimento e a Caixa Leasing e Factoring***

A aplicação do método *standard* encontra-se ainda formalmente aprovada pelas respetivas entidades de Supervisão no Banco Caixa Geral (Espanha) e no Mercantile (África do Sul). Nas restantes instituições do Grupo no exterior o apuramento dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, em base individual, é determinado de acordo com o método do indicador básico.

Da aplicação do Método Standard decorrem, a 31.12.2012 e em base consolidada, requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional de 3 924,9 milhões de euros.

A nível organizacional, a gestão do risco operacional na CGD é assegurada pelas seguintes estruturas e funções com responsabilidades específicas neste processo:

- Comité de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, onde se inclui o acompanhamento dos limites de tolerância definidos;
- Área dedicada exclusivamente à gestão do risco operacional e controlo interno, responsável por desenvolver e implementar a estratégia e as políticas, assegurar que o risco operacional está a ser gerido adequadamente e que os controlos estão a funcionar de forma eficaz, articulando-se com os demais Departamentos, Sucursais e Filiais de forma a assegurar a harmonização de práticas ao nível das entidades do Grupo;
- Donos de Processos (*Process Owners*) aos quais compete o papel de facilitador e dinamizador no processo de gestão do risco operacional e controlo interno nos respetivos âmbitos de intervenção;
- São ainda intervenientes, com especial destaque, a Comissão Executiva (Aprova a estratégia/políticas e garante a sua implementação), a Direcção de Consultoria e Organização (Gestão e documentação de processos e gestão do catálogo de processos do Grupo), o Gabinete de Suporte à Função *Compliance* (Gestão do risco de *compliance*), a Direcção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira (Cálculo e reporte dos requisitos de fundos próprios), a Função específica de controlo interno para os sistemas de informação (suportada na metodologia Cobit) e a Direcção de Auditoria Interna (Testes aos controlos e revisão do processo de gestão);

- Assumem também funções relevantes o Gabinete de Prevenção, Segurança e Continuidade de Negócio (GPS), o Comité de Segurança de Canais Eletrónicos e a Direção de Gestão de Segurança, Risco e Continuidade, do Sogrupo Sistemas de Informação.

A metodologia adotada pelo Grupo para a gestão do risco operacional encontra-se integrada com a avaliação do sistema de controlo interno, podendo ser caracterizada através das seguintes componentes distribuídas pelas 4 fases do ciclo de gestão do risco:

1. **Identificação**
   - Catálogo de Processos do Grupo;
   - Documentação das atividades, riscos operacionais potenciais, atividades de controlo e mitigantes;
   - Recolha descentralizada de eventos de risco operacional, perdas e recuperações, incluindo *near-misses*, reforçada e suportada por procedimentos de controlo e ações de comunicação/dinamização que contribuem para garantir a integralidade da base de dados.
2. **Avaliação**
   - Questionários de autoavaliação dos riscos operacionais potenciais e dos procedimentos de controlo, desenvolvidos numa lógica de processo e dirigidos aos responsáveis e executantes das atividades;
   - Testes aos controlos para avaliação do respetivo desenho, implementação e operacionalidade;
   - Mensuração do consumo de capitais próprios.
3. **Monitorização**
   - Indicadores de risco;
   - Divulgação de informação relativa ao risco operacional, com origem nas várias componentes da metodologia, aos diversos intervenientes na sua gestão.
4. **Mitigação**
   - Dinamização e acompanhamento da implementação de planos de ação como corolário das restantes componentes da metodologia.

Esta metodologia é adotada na CGD e respetivas Sucursais, Filiais Domésticas (Caixa Gestão de Activos, Caixa Banco de Investimento, Caixa Capital e Caixa Leasing e Factoring) e Filiais no Exterior (Banco Caixa Geral, Mercantile Bank, Banco Nacional Ultramarino, Subsidiária Offshore de Macau, Banco Comercial e de Investimentos, Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Banco Caixa Geral Brasil e Banco Caixa Geral Totta de Angola).

Para além da referida metodologia de gestão do risco operacional, e tendo como objetivo garantir o funcionamento contínuo da atividade, a CGD implementou uma Estratégia Global para a Continuidade do seu Negócio, assente em dois pilares fundamentais: continuidade operacional e recuperação tecnológica.

Esta visão global implementada pela CGD, mais exigente e abrangente, incluindo pessoas e processos críticos para a atividade da Instituição, está condizente com as Recomendações sobre Gestão de Continuidade de Negócio no Setor Financeiro, aprovadas pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros em 9 de Setembro de 2010. No final de 2012 foi dado início ao projeto de adequação à Norma ISO 22301:2012 - Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio, atual *standard* internacional sobre esta matéria, devendo este projeto ser dinamizado no decurso do exercício de 2013.

A Estratégia Global para a Continuidade de Negócio adotada, assente numa abordagem integrada de gestão de crises e de fortalecimento da capacidade de resposta a situações de perturbação da atividade, para além de abranger a CGD, integra, também, outras Empresas do Grupo CGD em Portugal, como a Fidelidade Mundial, Império Bonança, Caixa Banco de Investimento, Caixa Leasing e Factoring e Caixa Gestão de Activos.

De forma a garantir as obrigações regulamentares das instituições que se apresentam como casa-mãe de um Grupo Financeiro, a Caixa encontra-se a desenvolver projetos de execução/adaptação deste quadro de boas práticas para reforço da gestão da continuidade nas suas estruturas no exterior, estando em curso no Banco Comercial de Investimentos em Moçambique (BCI), Sucursal de França e Sucursal de Timor. Prevê-se que no(s) próximo(s) ano(s) esta gestão deverá incluir as restantes estruturas em causa.

## 1.9. Eventos Subsequentes

Em carta datada de 19 de dezembro de 2012, António do Pranto Nogueira Leite renunciou ao cargo de vogal da Comissão Executiva, tendo a renúncia produzido efeito no final do mês de janeiro de 2013.

Em janeiro de 2013 a Caixa retornou ao mercado com uma emissão de 750 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias a 5 anos e cupão fixo de 3,75%.

Em março de 2013, a CGD concluiu a venda da HPP Saúde (detentora de seis hospitais em todo o país e a gestão do Hospital de Cascais) ao grupo brasileiro de saúde Amil, após a completa verificação das condições administrativas e governamentais a que estava sujeita. A alienação envolveu um valor global de 85,6 milhões de euros, prevendo-se um acréscimo potencial de 6 milhões de euros caso sejam atingidos determinados objetivos.

Também em março de 2013, a Standard & Poor's alterou o *outlook* da CGD para estável, na sequência de alteração semelhante no *rating* da República Portuguesa.

## 1.10. Notas Finais

Na sequência da renúncia de Pedro Manuel de Oliveira Cardoso e de Jorge Humberto Correia Tomé aos cargos de vogais do Conselho de Administração, foram designados como vogais João Nuno de Oliveira Jorge Palma e José Pedro Cabral dos Santos, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2012 e de 29 de março de 2012, respetivamente, para completarem o mandato de 2011 a 2013.

O vogal António do Pranto Nogueira Leite renunciou ao cargo por carta datada de 19 de dezembro de 2012, tendo a renúncia produzido efeito no final do mês de janeiro de 2013.

# 1.11. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do artigo 66º, n.º 5 alínea f) e do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26º dos Estatutos da Caixa Geral de Depósitos, propõe-se que o prejuízo apurado no exercício respeitante à atividade individual da CGD, no montante de 679 066 823 euros, seja integrado na rubrica de "Outras Reservas e Resultados Transitados" do balanço.

Lisboa, 26 de março de 2013

**O Conselho de Administração**

**Presidente:**

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

**Vice-Presidente:**

José Agostinho Martins de Matos

**Vogais:**

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa

Álvaro José Barrigas do Nascimento

# 1.12. Declarações sobre a conformidade da informação financeira apresentada

## 1.12.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da alínea c) do n º 1 do artigo 245 º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2012 e demais documentos de prestação de contas, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 26 de março de 2013

**O Conselho de Administração**

**Presidente:**

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

**Vice-Presidente:**

José Agostinho Martins de Matos

**Vogais:**

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

João Nuno de Oliveira Jorge Palma

José Pedro Cabral dos Santos

Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa

Álvaro José Barrigas do Nascimento

## 1.12.2. POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(ART.º 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

| Obrigacionistas Membros do Conselho de Administração: | Título | Nº títulos em 31/12/12 |
|---|---|---|
| Eng. Fernando Faria Oliveira | Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015 | 50 |
| | Obrigações Caixa Dia da Poupança 2010/2013 | 25 |
| Dr. Norberto Rosa | Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2017 | 200 |
| | Obrigações Caixa Valor Nacional 2010/2015 | 40 |
| Dr. Rodolfo Lavrador | Obrig. de Caixa Subordin. – CGD 2008/2018 – 1ª em. | 300 |
| Dr. João Nuno Palma | Obrig. Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário | 50 |
| | Obrigações CGD 5,125% 2014 | 1 |
| Dr. Álvaro Nascimento | Obrigações CGD 4,375% 2013 | 4 |
| Dr. José Pedro Cabal dos Santos | Obrigações CGD Valor Nacional 2010/2015 | 15 |
| **Cônjuge / Descendentes de menor idade:** | | |
| Marina Maria Wolffensperger Faria de Oliveira | Obrigações Hipotecárias CGD 2012 / 2016 | 3 |
| | Obrigações CGD Valor Nacional 2010/2015 | 25 |

## 1.12.3. INDICAÇÃO SOBRE ACIONISTAS DA CGD

(ART.º 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

| Acionistas | Capital Social em 31/12/12 | % da Participação em 31/12/12 |
|---|---|---|
| Estado Português | 5 900 000 000 Euros | 100% |

[ FOLHA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO ]

# 1.13. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

## *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.*

## BALANÇOS INDIVIDUAIS

(euros)

| ATIVO | Notas | 31-12-2012 Ativo bruto | 31-12-2012 Provisões, imparidade e amortizações | 31-12-2012 Ativo líquido | 31-12-2011 Ativo líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 3 | 924 054 500 | - | 924 054 500 | 1 887 903 736 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 4 | 424 550 958 | - | 424 550 958 | 451 016 174 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 5 | 2 609 075 904 | - | 2 609 075 904 | 3 034 281 122 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 5 | 113 180 017 | - | 113 180 017 | 440 709 825 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 6 | 17 978 198 435 | (617 268 776) | 17 360 929 659 | 14 014 580 794 |
| Ativos financeiros com acordo de recompra | 7 | 1 502 559 190 | (2 539 828) | 1 500 019 362 | 1 917 007 235 |
| Aplicações em instituições de crédito | 8 | 6 453 600 750 | (13 900 928) | 6 439 699 822 | 10 758 063 180 |
| Crédito a clientes | 9 | 67 441 790 484 | (3 439 545 302) | 64 002 245 182 | 67 074 988 393 |
| Derivados de cobertura | 10 | 97 193 263 | - | 97 193 263 | 106 887 443 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 11 | 371 792 005 | (85 348 897) | 286 443 108 | 263 059 935 |
| Propriedades de investimento | | 3 600 156 | - | 3 600 156 | 3 600 156 |
| Outros ativos tangíveis | 12 | 1 227 212 184 | (776 277 968) | 450 934 216 | 482 383 831 |
| Ativos intangíveis | 13 | 604 243 165 | (501 241 133) | 103 002 032 | 115 579 757 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 14 | 4 278 808 939 | (333 979 396) | 3 944 829 543 | 3 522 340 861 |
| Ativos por impostos correntes | 15 | 32 282 907 | - | 32 282 907 | 24 340 966 |
| Ativos por impostos diferidos | 15 | 1 151 222 867 | - | 1 151 222 867 | 1 395 281 945 |
| Outros ativos | 16 | 2 989 557 826 | (219 732 145) | 2 769 825 681 | 3 376 938 813 |
| **Total do ativo** | | 108 202 923 550 | (5 989 834 373) | 102 213 089 177 | 108 868 964 166 |

| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | Notas | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|
| Recursos de bancos centrais | 17 | 7 057 438 351 | 9 015 597 149 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 10 | 2 296 505 227 | 2 510 065 118 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 17 | 6 045 877 342 | 7 770 059 638 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 18 | 58 247 843 317 | 57 856 002 055 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 19 | 11 548 674 576 | 16 130 621 745 |
| | | | |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | 20 | 4 920 333 545 | 5 067 876 208 |
| Derivados de cobertura | 10 | 84 478 780 | 93 071 712 |
| Provisões | 21 | 1 145 191 741 | 1 059 667 763 |
| Passivos por impostos correntes | 15 | 2 607 744 | 1 484 313 |
| Passivos por impostos diferidos | 15 | 74 400 571 | 51 065 618 |
| Outros passivos subordinados | 22 | 2 978 120 539 | 2 160 728 835 |
| Outros passivos | 23 | 1 882 357 223 | 2 489 026 652 |
| Total do passivo | | 96 283 828 956 | 104 205 266 806 |
| | | | |
| Capital | 24 | 5 900 000 000 | 5 150 000 000 |
| Reservas de reavaliação | 25 | (67 731 298) | (1 352 870 872) |
| Outras reservas e resultados transitados | 25 | 776 058 342 | 1 182 823 321 |
| Resultado do exercício | 25 | (679 066 823) | (316 255 089) |
| Total do capital próprio | | 5 929 260 221 | 4 663 697 360 |
| **Total do passivo e do capital próprio** | | 102 213 089 177 | 108 868 964 166 |

**O Técnico Oficial de Contas**

Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

**O Conselho de Administração**

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
João Nuno de Oliveira Jorge Palma
José Pedro Cabral dos Santos
Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Álvaro José Barrigas do Nascimento

## *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.*

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

(euros)

| | Notas | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|
| Juros e rendimentos similares | 26 | 4 810 923 397 | 5 443 580 360 |
| Juros e encargos similares | 26 | (4 025 557 586) | (4 316 988 182) |
| MARGEM FINANCEIRA | | 785 365 811 | 1 126 592 178 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 27 | 147 789 929 | 219 396 807 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 28 | 488 768 091 | 478 743 562 |
| Encargos com serviços e comissões | 28 | (114 407 225) | (103 246 814) |
| Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados | 29 | 150 381 856 | (92 868 126) |
| Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda | 30 | 103 549 586 | 46 668 560 |
| Resultados de reavaliação cambial | 29 | 27 194 204 | (10 695 154) |
| Resultados de alienação de outros ativos | 31 | (2 945 081) | 143 603 906 |
| Outros resultados de exploração | 32 | 99 753 150 | 84 035 749 |
| PRODUTO BANCÁRIO | | 1 685 450 321 | 1 892 230 668 |
| Custos com pessoal | 33 | (491 752 475) | (555 868 148) |
| Gastos gerais administrativos | 35 | (367 046 232) | (376 710 356) |
| Amortizações do exercício | 12 e | (103 794 189) | (121 379 598) |
| Provisões líquidas de reposições e anulações | 21 | (56 632 149) | 40 193 734 |
| Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores | 21 | (1 101 401 549) | (715 217 524) |
| Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações | 21 | (175 316 334) | (415 889 966) |
| Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações | 21 | (260 737 171) | (180 817 827) |
| RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS | | (871 229 778) | (433 459 017) |
| Impostos sobre lucros | | | |
| Correntes | 15 | (40 527 417) | (52 799 557) |
| Diferidos | 15 | 232 690 372 | 170 003 485 |
| | | 192 162 955 | 117 203 928 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | (679 066 823) | (316 255 089) |
| Número médio de ações ordinárias emitidas | 24 | 1 105 000 000 | 1 012 027 397 |
| Resultado por ação (Euros) | | (0,61) | (0,31) |

**O Técnico Oficial de Contas**

Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

**O Conselho de Administração**

*Presidente:*

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

*Vice-Presidente:*

José Agostinho Martins de Matos

*Vogais:*

Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
João Nuno de Oliveira Jorge Palma
José Pedro Cabral dos Santos
Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Álvaro José Barrigas do Nascimento

## *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.*

# DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de euros)

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Variação no exercício | 1 733 051 | (1 980 996) |
| Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados | | |
| Reconhecimento de imparidade no exercício | 167 861 | 415 235 |
| Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda | (102 935) | (46 668) |
| Efeito fiscal | (512 837) | 479 142 |
| Benefícios a empregados - amortização do impacto de transição | | |
| Variação ocorrida no exercício | (33 457) | (33 457) |
| Efeito fiscal | 9 411 | 9 464 |
| Benefícios a empregados - ganhos e perdas atuariais | | |
| Variação ocorrida no exercício | (75 482) | 35 282 |
| Efeito fiscal | 8 559 | (10 096) |
| Variações cambiais | 601 | (856) |
| Outros | (142) | 1 040 |
| Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas | 1 194 630 | (1 131 910) |
| Resultado líquido do exercício | (679 067) | (316 255) |
| Total do rendimento integral do exercício | 515 563 | (1 448 166) |

## *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.*

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

(milhares de euros)

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos** | | |
| Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos | 5 409 239 | 5 820 631 |
| Juros, comissões e outros custos equiparados pagos | (3 220 879) | (3 338 680) |
| Recuperação de capital e juros | 27 870 | 31 396 |
| Pagamentos a empregados e fornecedores | (831 464) | (887 174) |
| Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios | (67 158) | (22 425) |
| Outros resultados | 95 080 | 40 152 |
| | 1 412 688 | 1 643 899 |
| **(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:** | | |
| Créditos sobre instituições de crédito e clientes | 6 386 335 | 2 691 969 |
| Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliadosao justo valor através de resultados | 446 867 | 689 435 |
| Outros ativos | (44 106) | (784 814) |
| | 6 789 097 | 2 596 590 |
| **Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:** | | |
| Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais | (3 764 780) | 101 752 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 268 692 | 2 789 391 |
| Outros passivos | (479 038) | (610 471) |
| | (3 975 127) | 2 280 672 |
| **Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros** | 4 226 658 | 6 521 161 |
| Impostos sobre lucros | (42 295) | (17 944) |
| **Caixa líquida das atividades operacionais** | 4 184 363 | 6 503 218 |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Rendimentos de filiais e associados | 67 833 | 103 261 |
| Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda | 93 586 | 103 214 |
| Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações | (183 714) | 41 753 |
| Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações | (1 420 323) | 349 774 |
| Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações | (58 512) | (101 468) |
| **Caixa líquida das atividades de investimento** | (1 501 131) | 496 535 |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Juros de passivos subordinados | (101 981) | (72 398) |
| Juros de responsabilidades representadas por títulos | (647 437) | (623 355) |
| Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos | 790 786 | (1 019 919) |
| Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquidas de reembolsos | (4 461 293) | (4 363 288) |
| Aumento de capital | 750 000 | - |
| **Caixa líquida das atividades de financiamento** | (3 669 926) | (6 078 960) |
| **Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes** | (986 693) | 920 792 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 2 338 920 | 1 414 248 |
| Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes | (3 621) | 3 880 |
| Variação líquida de caixa e seus equivalentes | (986 693) | 920 792 |
| **Caixa e seus equivalentes no fim do período** | **1 348 605** | **2 338 920** |

## *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.*

# DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS

(milhares de euros)

| | Capital | Reservas de reavaliação | | | | Outras reservas e resultados transitados | | | | Resultado do exercício | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Reservas de justo valor | Reservas por impostos diferidos | Imobilizado | Total | Reserva Legal | Outras Reservas | Resultados Transitados | Total | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 5 050 000 | (440 289) | 110 280 | 208 998 | (121 010) | 853 455 | 397 105 | (24 382) | 1 226 178 | 51 547 | 6 206 715 |
| Impacto decorrente da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de perdas e ganhos atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 2.3) | - | - | - | - | - | - | (94 852) | - | (94 852) | - | (94 852) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 - pró-forma | 5 050 000 | (440 289) | 110 280 | 208 998 | (121 010) | 853 455 | 302 253 | (24 382) | 1 131 326 | 51 547 | 6 111 863 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2010: | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reservas e resultados transitados | - | - | - | - | - | 9 451 | 17 714 | 24 382 | 51 547 | (51 547) | - |
| Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios: | | | | | | | | | | | |
| Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda | - | (1 612 430) | 479 142 | | (1 133 288) | | | | - | - | (1 133 288) |
| Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | - | - | (23 993) | (23 993) | - | (23 993) |
| Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com benefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | - | 25 187 | - | 25 187 | - | 25 187 |
| Variações cambiais em Sucursais | - | - | - | - | - | - | (856) | | (856) | - | (856) |
| Reclassificações entre outras reservas e resultados transitados | - | - | - | - | - | - | 2 011 | (2 011) | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | 1 040 | - | 1 040 | - | 1 040 |
| *Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios* | - | (1 612 430) | 479 142 | - | (1 133 288) | - | 27 381 | (26 004) | 1 377 | - | (1 131 910) |
| Aumento do Capital Social | 100 000 | - | - | (98 573) | (98 573) | - | (1 427) | - | (1 427) | - | - |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (316 255) | (316 255) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 5 150 000 | (2 052 719) | 589 423 | 110 425 | (1 352 871) | 862 906 | 345 921 | (26 004) | 1 182 823 | (316 255) | 4 663 697 |
| Distribuição do resultado do exercício de 2011: | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reservas e resultados transitados | - | - | - | - | - | - | - | (316 255) | (316 255) | 316 255 | - |
| Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios: | | | | | | | | | | | |
| Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda | - | 1 797 976 | (512 837) | - | 1 285 140 | - | - | - | - | - | 1 285 140 |
| Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | - | - | (24 046) | (24 046) | - | (24 046) |
| Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em responsabilidades combenefícios pós-emprego | - | - | - | - | - | - | (66 923) | - | (66 923) | - | (66 923) |
| Variações cambiais em Sucursais | - | - | - | - | - | - | 601 | | 601 | - | 601 |
| Reclassificações entre outras reservas e resultados transitados | - | - | - | - | - | - | (419) | 419 | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | (142) | - | (142) | - | (142) |
| *Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios* | - | 1 797 976 | (512 837) | - | 1 285 140 | - | (66 882) | (23 628) | (90 510) | - | 1 194 630 |
| Aumento do Capital Social | 750 000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 750 000 |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (679 067) | (679 067) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 5 900 000 | (254 742) | 76 586 | 110 425 | (67 731) | 862 906 | 279 038 | (365 886) | 776 058 | (679 067) | 5 929 260 |

# CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

## BALANÇOS CONSOLIDADOS

(euros)

| ATIVO | Notas | 31-12-2012 Ativo bruto | 31-12-2012 Imparidade e amortizações | 31-12-2012 Ativo líquido | 31-12-2011 Ativo líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 4 | 1 603 283 708 | - | 1 603 283 708 | 2 704 481 554 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 5 | 1 305 381 188 | - | 1 305 381 188 | 986 196 721 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6 | 2 529 812 721 | (12 413 447) | 2 517 399 274 | 4 956 118 288 |
| | | 5 438 477 617 | (12 413 447) | 5 426 064 170 | 8 646 796 563 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 7 | 3 997 417 044 | - | 3 997 417 044 | 4 131 709 466 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 8 | 21 281 392 702 | (704 916 055) | 20 576 476 647 | 16 843 642 881 |
| Ativos financeiros com acordo de recompra | 9 | 504 159 727 | - | 504 159 727 | 777 953 832 |
| Investimentos associados a produtos "Unit-linked" | 10 | 1 148 224 882 | - | 1 148 224 882 | 584 878 996 |
| Derivados de cobertura com reavaliação positiva | 11 | 98 725 204 | - | 98 725 204 | 108 128 626 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 12 | 2 469 277 441 | - | 2 469 277 441 | 2 837 379 183 |
| | | 29 499 197 000 | (704 916 055) | 28 794 280 945 | 25 283 692 984 |
| Crédito a clientes | 13 | 78 902 494 170 | (4 189 392 971) | 74 713 101 199 | 78 247 625 326 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 14 | 912 490 743 | (234 867 318) | 677 623 425 | 473 484 857 |
| Propriedades de investimento | 15 | 534 237 709 | - | 534 237 709 | 459 088 203 |
| Outros ativos tangíveis | 16 | 2 145 270 481 | (1 100 671 474) | 1 044 599 007 | 1 153 855 640 |
| Ativos intangíveis | 17 | 1 141 048 920 | (727 137 913) | 413 911 007 | 402 087 940 |
| Investimentos em associadas | 18 | 31 502 556 | - | 31 502 556 | 35 938 692 |
| Ativos por impostos correntes | 19 | 61 474 114 | - | 61 474 114 | 87 828 128 |
| Ativos por impostos diferidos | 19 | 1 468 765 756 | - | 1 468 765 756 | 1 928 680 350 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 20 | 197 427 457 | - | 197 427 457 | 226 202 088 |
| Outros ativos | 21 | 3 710 084 096 | (216 569 538) | 3 493 514 558 | 3 620 000 563 |
| **Total do ativo** | | 124 042 470 619 | (7 185 968 716) | 116 856 501 903 | 120 565 281 334 |

| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | Notas | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|
| Recursos de instituições de crédito e bancos centrais | 22 | 12 243 281 242 | 15 860 954 374 |
| | | | |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 23 | 71 404 154 074 | 70 587 491 118 |
| Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit-linked" | 10 | 1 148 224 882 | 584 878 996 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 24 | 10 590 627 336 | 14 923 308 602 |
| | | 83 143 006 292 | 86 095 678 716 |
| | | | |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | 11 | 2 218 006 441 | 1 918 487 993 |
| Derivados de cobertura com reavaliação negativa | 11 | 84 478 780 | 93 071 712 |
| Passivos não correntes detidos para venda | 14 | 100 745 748 | - |
| Provisões para benefícios dos empregados | 25 e 39 | 549 949 797 | 497 493 181 |
| Provisões para outros riscos | 25 | 423 203 901 | 389 991 013 |
| Provisões técnicas de contratos de seguros | 26 | 4 224 143 023 | 4 607 614 617 |
| Passivos por impostos correntes | 19 | 184 386 072 | 52 510 647 |
| Passivos por impostos diferidos | 19 | 190 650 194 | 166 219 860 |
| Outros passivos subordinados | 27 | 2 889 067 239 | 2 075 416 185 |
| Outros passivos | 28 | 3 325 536 849 | 3 470 589 733 |
| Total do passivo | | 109 576 455 578 | 115 228 028 031 |
| | | | |
| Capital | 29 | 5 900 000 000 | 5 150 000 000 |
| Reserva de justo valor | 30 | (189 663 644) | (2 078 222 234) |
| Outras reservas e resultados transitados | 30 | 979 109 402 | 1 708 697 168 |
| Resultado do exercício atribuível ao acionista da CGD | 30 | (394 715 421) | (488 424 904) |
| Capital próprio atribuível ao acionista da CGD | | 6 294 730 337 | 4 292 050 030 |
| Interesses minoritários | 31 | 985 315 988 | 1 045 203 273 |
| Total do capital próprio | | 7 280 046 325 | 5 337 253 303 |
| **Total do passivo e do capital próprio** | | 116 856 501 903 | 120 565 281 334 |

**O Técnico Oficial de Contas**

Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

**O Conselho de Administração**

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente: José Agostinho Martins de Matos

Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
João Nuno de Oliveira Jorge Palma
José Pedro Cabral dos Santos
Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Álvaro José Barrigas do Nascimento

## *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.*

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(euros)

| | Notas | 31-12-2012 | *Pró-forma* 31-12-2011 |
|---|---|---|---|
| Juros e rendimentos similares | 32 | 5 074 298 115 | 5 367 805 058 |
| Juros e encargos similares | 32 | (3 730 282 958) | (3 682 312 034) |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 33 | 118 942 316 | 146 724 481 |
| MARGEM FINANCEIRA ALARGADA | | 1 462 957 473 | 1 832 217 505 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 34 | 677 956 579 | 655 987 697 |
| Encargos com serviços e comissões | 34 | (169 313 601) | (151 007 672) |
| Resultados em operações financeiras | 35 | 362 999 378 | (24 762 305) |
| Outros resultados de exploração | 36 | 91 291 018 | 131 114 059 |
| PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA | | 2 425 890 847 | 2 443 549 284 |
| | | | |
| MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS | | | |
| Prémios, líquidos de resseguro | 37 | 1 202 831 308 | 1 243 666 064 |
| Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros | 37 | 179 571 648 | 143 387 591 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | 37 | (783 043 119) | (823 924 355) |
| Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros | 37 | (86 246 562) | (93 326 451) |
| | | 513 113 275 | 469 802 849 |
| PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA | | 2 939 004 122 | 2 913 352 133 |
| Custos com pessoal | 38 | (909 117 925) | (939 253 034) |
| Outros gastos administrativos | 40 | (623 266 184) | (638 532 908) |
| Depreciações e amortizações | 16 e 17 | (185 509 925) | (197 871 614) |
| Provisões líquidas de anulações | 25 | (75 912 051) | (146 070 309) |
| Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações | 41 | (1 010 304 268) | (825 940 136) |
| Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações | 41 | (484 031 546) | (681 485 825) |
| Resultados em filiais detidas para venda | 14 | (22 642 700) | (37 952 799) |
| Resultados em empresas associadas | | 4 284 029 | 8 669 328 |
| RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS | | (367 496 448) | (545 085 164) |
| Impostos sobre os resultados | | | |
| *Correntes* | 19 | (188 512 684) | (98 089 752) |
| *Diferidos* | 19 | 210 037 961 | 213 985 932 |
| | | 21 525 277 | 115 896 180 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO, do qual: | | (345 971 171) | (429 188 984) |
| Interesses minoritários | 31 | (48 744 250) | (59 235 920) |
| RESULTADO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD | | (394 715 421) | (488 424 904) |
| | | | |
| Número médio de ações ordinárias emitidas | 29 | 1 105 000 000 | 1 012 027 397 |
| Resultado por ação (Euros) | | (0,36) | (0,48) |

**O Técnico Oficial de Contas**

Maria Fátima O. Melo F. Sanchas

**O Conselho de Administração**

*Presidente:*

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

*Vice-Presidente:*

José Agostinho Martins de Matos

*Vogais:*

Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
João Nuno de Oliveira Jorge Palma
José Pedro Cabral dos Santos
Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira
Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Álvaro José Barrigas do Nascimento

## *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.*

# DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de euros)

| | | *Pró-forma* |
|---|---|---|
| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
| Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Variação no exercício | 2 410 877 | (2 670 780) |
| Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados | | |
| Reconhecimento de imparidade no exercício | 224 663 | 491 490 |
| Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda | (106 522) | (47 059) |
| Efeito fiscal | (714 383) | 657 436 |
| Variações cambiais | | |
| Variação no exercício | (72 708) | 3 065 |
| Ajustamentos de reclassificação da reserva cambial para resultados | | |
| Reconhecimento de imparidade no exercício em ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| - Unidades de participação em moeda estrangeira | (8 384) | - |
| Reconhecimento de resultados cambiais no âmbito da operação de alienação de participações financeiras em moeda estrangeira | 3 435 | - |
| Efeito fiscal | 2 183 | (1 500) |
| Benefícios pós-emprego - ganhos e perdas atuariais | | |
| Variação no exercício | (93 926) | 30 260 |
| Efeito fiscal | 14 422 | (8 492) |
| Outros | (17 844) | (8 098) |
| Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas | 1 641 814 | (1 553 678) |
| | | |
| Resultado líquido do exercício | (345 971) | (429 189) |
| TOTAL DO RENDIMENTO INGRAL DO EXERCÍCIO, do qual: | 1 295 842 | (1 982 867) |
| Interesses minoritários | (28 844) | (68 134) |
| TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD | 1 266 998 | (2 051 001) |

## *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.*

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(milhares de euros)

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos** | | |
| Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos | 5 720 936 | 5 891 252 |
| Juros, comissões e outros custos equiparados pagos | (3 006 457) | (2 857 482) |
| Prémios recebidos (seguros) | 1 196 937 | 1 258 054 |
| Indemnizações pagas (seguros) | (1 199 227) | (1 856 585) |
| Recuperação de capital e juros | 33 356 | 36 474 |
| Pagamentos a empregados e fornecedores | (1 478 211) | (1 639 753) |
| Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios | (94 328) | (39 410) |
| Outros resultados | 550 314 | 1 249 456 |
| | 1 723 319 | 2 042 007 |
| **(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:** | | |
| Créditos sobre instituições de crédito e clientes | 4 717 699 | 1 348 335 |
| Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados | 686 840 | 269 574 |
| Outros ativos | (630 428) | (1 081 595) |
| | 4 774 112 | 536 313 |
| **Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:** | | |
| Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais | (3 670 550) | 1 244 559 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 1 349 473 | 3 471 504 |
| Outros passivos | (369 024) | (1 927 520) |
| | (2 690 101) | 2 788 543 |
| **Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros** | 3 807 330 | 5 366 862 |
| Impostos sobre lucros | (33 678) | (60 045) |
| **Caixa líquida das atividades operacionais** | 3 773 652 | 5 306 817 |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 130 718 | 134 949 |
| Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações | (238 553) | 2 030 |
| Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações | (979 562) | 1 602 693 |
| Aquisições de ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações | (53 608) | (203 325) |
| **Caixa líquida das atividades de investimento** | (1 141 004) | 1 536 347 |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Juros de passivos subordinados | (101 614) | (64 298) |
| Juros de responsabilidades representadas por títulos | (615 117) | (615 135) |
| Dividendos pagos de ações preferenciais | (1 738) | (10 366) |
| Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos | 789 956 | (739 353) |
| Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e recompras | (4 185 519) | (4 485 157) |
| Aumento de Capital | 750 000 | - |
| **Caixa líquida das atividades de financiamento** | (3 364 031) | (5 914 309) |
| **Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes** | (731 383) | 928 854 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 3 690 678 | 2 733 725 |
| Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes | (50 630) | 28 099 |
| Variação líquida de caixa e seus equivalentes | (731 383) | 928 854 |
| **Caixa e seus equivalentes no fim do período** | 2 908 665 | 3 690 678 |

# *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.*

## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

(milhares de euros)

| | | | Outras reservas e resultados transitados | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital | Reservas de justo valor | Outras Reservas | Resultados Transitados | Total | Resultado do exercício | Subtotal | Interesses minoritários | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 5 050 000 | (507 360) | 1 550 669 | (143 564) | 1 407 104 | 254 873 | 6 204 617 | 1 530 350 | 7 734 967 |
| Distribuição do lucro do exercício de 2010: | | | | | | | | | |
| Transferência para reservas e resultados transitados | - | - | 230 491 | 24 382 | 254 873 | (254 873) | - | - | - |
| Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios: | | | | | | | | | - |
| Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda | - | (1 570 862) | 3 137 | - | 3 137 | - | (1 567 725) | (1 188) | (1 568 913) |
| Perdas e ganhos atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego (IAS 19) | - | - | 21 768 | - | 21 768 | - | 21 768 | - | 21 768 |
| Variações cambiais | - | - | (11 785) | - | (11 785) | - | (11 785) | 13 350 | 1 565 |
| Outros | - | - | (4 834) | - | (4 834) | - | (4 834) | (3 264) | (8 098) |
| *Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios* | - | (1 570 862) | 8 286 | - | 8 286 | - | (1 562 576) | 8 899 | (1 553 678) |
| Aumento de Capital | 100 000 | - | (100 000) | - | (100 000) | - | - | - | - |
| Alterações no perímetro do Grupo | - | - | - | - | - | - | - | (67 808) | (67 808) |
| Registo de opções de venda para aquisição de interesses minoritários - Partang | - | - | 12 248 | - | 12 248 | - | 12 248 | - | 12 248 |
| Aquisição de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance | - | - | 126 186 | - | 126 186 | - | 126 186 | (458 707) | (332 521) |
| Dividendos de ações preferenciais e outros dividendos pagos a interesses minoritários | - | - | - | - | - | - | - | (26 767) | (26 767) |
| Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados | - | - | 6 082 | (6 082) | - | - | - | - | - |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | - | (488 425) | (488 425) | 59 236 | (429 189) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 5 150 000 | (2 078 222) | 1 833 961 | (125 264) | 1 708 697 | (488 425) | 4 292 050 | 1 045 203 | 5 337 253 |
| Distribuição do lucro do exercício de 2011: | | | | | | | | | |
| Transferência para reservas e resultados transitados | - | - | (172 170) | (316 255) | (488 425) | 488 425 | - | - | - |
| Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios: | | | | | | | | | |
| Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda | - | 1 888 559 | (76 577) | - | (76 577) | - | 1 811 982 | 2 654 | 1 814 635 |
| Perdas e ganhos atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego (IAS 19) | - | - | (79 504) | - | (79 504) | - | (79 504) | - | (79 504) |
| Variações cambiais | - | - | (61 617) | - | (61 617) | - | (61 617) | (13 856) | (75 473) |
| Outros | - | - | (9 147) | - | (9 147) | - | (9 147) | (8 697) | (17 844) |
| *Total de ganhos e perdas do exercício reconhecidos nos capitais próprios* | - | 1 888 559 | (226 845) | - | (226 845) | - | 1 661 714 | (19 900) | 1 641 814 |
| Aumento de Capital | 750 000 | - | - | - | - | - | 750 000 | - | 750 000 |
| Alterações no perímetro do Grupo | - | - | - | - | - | - | - | (57 463) | (57 463) |
| Registo de opções de venda para aquisição de interesses minoritários - Partang | - | - | (14 808) | - | (14 808) | - | (14 808) | - | (14 808) |
| Aquisição de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance | - | - | 490 | - | 490 | - | 490 | (1 400) | (910) |
| Dividendos de ações preferenciais e outros dividendos pagos a interesses minoritários | - | - | - | - | - | - | - | (29 868) | (29 868) |
| Reclassificações entre Reservas e Resultados Transitados | - | - | 2 895 | (2 895) | - | - | - | - | - |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | - | (394 715) | (394 715) | 48 744 | (345 971) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 5 900 000 | (189 664) | 1 423 524 | (444 414) | 979 109 | (394 715) | 6 294 730 | 985 316 | 7 280 046 |

# 2. ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

## 2.1. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua atividade numa ótica de banca universal, atuando também, diretamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais.

Para a realização das suas operações, em 31 de dezembro de 2012 a Caixa contava com uma rede nacional de 847 agências, uma Sucursal em França com 47 agências, uma Sucursal em Timor com 8 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman e Zhuhai e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

As demonstrações financeiras individuais da Caixa foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. A Caixa apresenta separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

As demonstrações financeiras da CGD em 31 de dezembro de 2012 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua atividade global (ou atividade individual). Todos os saldos e transações entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respetivas demonstrações financeiras.

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CGD foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da Caixa:

i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;

ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange também o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;

iii. Os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Adicionalmente, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, aditado pelo Aviso nº 7/2008, de 14 de outubro, o impacto de transição para as NCA apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, no que respeita a benefícios dos empregados pós-emprego, foi registado pela Caixa em custos diferidos, estando a ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de um período de 8 anos, com exceção da parte referente a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego, em que o período a considerar são 10 anos.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

**2.2. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia**

No decorrer do exercício de 2012 a Caixa adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações" (Emendada) – As alterações efetuadas ao normativo introduzem clarificações quanto à natureza e extensão das divulgações efetuadas no âmbito da exposição a instrumentos financeiros. Adicionalmente, pretendem melhorar a qualidade das divulgações referentes a operações de transferência de ativos financeiros como são exemplo as operações de securitização. As alterações ao normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas e interpretações emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia:

- "The Package of five"

  Em maio de 2011 o IASB emitiu um conjunto de cinco normas relativas aos elementos a observar no âmbito da preparação de demonstrações financeiras consolidadas e ao tratamento de operações entre empreendedores. Desta forma foram emitidas emendas à IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e 28 – "Investimentos em associadas" assim como os novos normativos IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas", IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" e IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades". Cada um destes normativos é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção antecipada de um dos normativos que integram o "Package of five" torna-se extensiva aos restantes.

  - IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras separadas" (Emendada) – A IFRS 10 revoga a SIC - 12 "Consolidação – Entidades com finalidade especial" e baseia-se no texto da IAS 27 em matérias respeitantes ao âmbito de aplicação e critérios de preparação de demonstrações financeiras consolidadas. O novo normativo estabelece os princípios para apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A definição de controlo é estabelecida como base única de consolidação, existindo controlo sempre que uma entidade esteja exposta ou tenha direito aos rendimentos variáveis de uma entidade, tendo, adicionalmente, a capacidade de influenciar esses mesmos rendimentos. A IAS 27 (Emendada) retém apenas a contabilização e os requisitos de divulgação aplicáveis à preparação de demonstrações financeiras individuais.

- IFRS 11 – “Empreendimentos conjuntos” – O IFRS 11 revoga e substitui a IAS 31 – “Interesses em empreendimentos conjuntos” e a SIC - 13 - “Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores”. O novo normativo vem estabelecer os critérios para a identificação, classificação e tratamento contabilístico de empreendimentos conjuntos, com base nos direitos e obrigações que as partes envolvidas detêm na transação.

- IAS 28 – “Investimentos em associadas” (Emendada) – O texto emendado da IAS 28 regula a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em associadas e joint ventures, sendo aplicável a entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre outras.

- IFRS 12 – “Divulgações de interesses em outras entidades” – Este normativo estabelece os requisitos de divulgação relativos a investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, com o objetivo de permitir avaliar a natureza e riscos que as participações detidas nestas entidades representam para a posição financeira, “performance” e fluxos de caixa da entidade investidora.

- IFRS 13 – “Mensuração ao justo valor” – A IFRS 13 estabelece um quadro transversal a aplicar à mensuração inicial e subsequente de um ativo ou passivo ao justo valor, sempre que esta mensuração seja requerida por outro normativo. Vem igualmente definir o enquadramento das divulgações a prestar relativas a ativos e passivos mensurados ao justo valor. Este normativo é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada.

- IAS 19 – “Benefícios a empregados” (emendada) - A revisão do texto do normativo, elimina o método do corredor obrigando as entidades a reconhecer as variações ocorridas nos ativos do fundo e nas responsabilidades com planos de benefício definido, no periodo a que se referem. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada.

- IAS 1 – “Demonstrações Financeiras” (emendada) - O normativo emendado, vem alterar a apresentação dos itens registados como “outro rendimento integral”, visando a separação entre aqueles que possam, e os que não possam, ser reclassificados por resultados do exercício. Adicionalmente, é alterada a designação da demonstração de rendimento integral para “demonstração dos resultados e outro rendimento integral”. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2012, sendo permitida a adoção antecipada.

- IAS 32 – “Instrumentos financeiros: apresentação” (emendada) – As emendas introduzidas, pretendem clarificar os requisitos que a entidade deverá cumprir para que possa compensar ativos e passivos financeiros no seu balanço. Especificamente, o normativo emendado, explica os

principios de “direito atual legal oponível de compensação” e “realização (do ativo) e pagamento simultâneo (do passivo)”. O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: divulgações” (emendada) – O texto emendado, introduz divulgações quantitativas adicionais e separadas para ativos e passivos financeiros compensados e para instrumentos financeiros sujeitos a um acordo de compensação global. O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 sendo permitida a adoção antecipada.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações”. O texto do novo normativo introduz alterações aos atuais critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, sendo de destacar:

**Classificação e mensuração de ativos financeiros**

a) Os instrumentos de dívida que sejam detidos com o objetivo de recebimento dos fluxos contratuais (não sendo como tal geridos em função de variações do seu justo valor), sendo esses fluxos representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser mensurados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;

b) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;

c) O enquadramento da classificação e mensuração de ativos financeiros com derivados embutidos deverá ser efetuado considerando a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;

d) Encontra-se igualmente disponível uma opção de valorização ao justo valor por contrapartida de resultados para instrumentos de dívida enquadráveis na categoria de valorização ao custo amortizado, desde que em resultado desta alteração se reduza de forma significativa uma inconsistência contabilística que de outro modo subsistiria;

e) Sendo de aplicação retrospetiva, deverão no entanto ser considerados no âmbito da classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com os novos requisitos do IFRS 9, os factos e circunstâncias em vigor na data da primeira aplicação (independentemente das circunstâncias e objetivos considerados na data do reconhecimento inicial dos ativos que permaneçam em balanço na data de referência para adoção da norma).

**Requisitos de contabilização de passivos financeiros**

f) Relativamente a passivos financeiros designados na opção de mensuração pelo seu justo valor, a componente associada a alterações no risco de crédito próprio deverá ser registada por contrapartida de reservas, sendo o remanescente desta valorização reconhecida por contrapartida de resultados;

g) Instrumentos financeiros derivados passivos cuja liquidação seja feita sob a forma de entrega de instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado de forma fiável, deverão, ainda assim, ser mensurados ao justo valor.

A adoção desta norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

- IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações" (emendada). O texto do novo normativo é modificado de forma a incluir divulgações específicas a apresentar no exercício de adoção da IFRS 9, com o objetivo de permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras a reconciliação entre as categorias e linhas de balanço apresentadas em conformidade com os requisitos da IAS 39, e as novas categorias e linhas de balanço apresentadas de acordo com as disposições do novo normativo.

- "*Transition Guidance"* - Emendas à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS12

  Em junho de 2012, o IASB publicou um documento que pretende clarificar aspetos relativos ao *guidance* de adoção dos IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas", IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" e IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades", e que introduz emendas ao texto dos referidos normativos. Os normativos emendados são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

- "*Investment Entities"* - Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27

  Em outubro de 2012, o IASB publicou uma emenda à IFRS 10 que introduz uma exceção à consolidação de subsidiárias de sociedades de investimento e clarifica os critérios de classificação de uma entidade como sociedade de investimento (*investment entitiy*). As sociedades de investimento estão desta forma escusadas da consolidação das suas subsidiárias, desde que as últimas não prestem serviços relacionados com a atividade de investimento das primeiras.

- "Annual Improvements to IFRS 2009-2011 Cycle"

  O documento publicado pelo IASB em maio de 2012 pretende fazer um conjunto de emendas aos normativos IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", IAS 1 – "Apresentação das

demonstrações financeiras", IAS 16 – "Ativos fixos tangíveis", IAS 32 – "Instrumentos financeiros: Apresentação", e IAS 34 – "Relato financeiro intercalar". As emendas emitidas são de aplicação retrospectiva e obrigatória para periodos económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua aplicação antecipada. São de destacar as seguintes emendas:

- IAS 1 – "Apresentação das demonstrações financeiras" (Emendada): As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que a apresentação de informação comparativa é obrigatória apenas na extensão dos requisitos mínimos estipulados por este normativo. O texto alterado clarifica ainda que em caso de alteração retrospetiva de políticas contabilísticas ou reclassificações efectuadas pela entidade, a apresentação de um saldo de abertura do periodo comparativo à demonstração da posição financeira é mandatória apenas quando as alterações efectuadas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. A IAS 1 emendada não prevê a obrigatoriedade de apresentação de notas explicativas ao saldo de abertura do periodo comparativo.

- IAS 32 – "Instrumentos Financeiros: Apresentação" (Emendada): A emenda emitida define que o montante de imposto calculado sobre a distribuição de rendimentos de instrumentos de capital e custos de transação deverá ser registado em conformidade com os requisitos da IAS 12 – "Imposto sobre o rendimento".

- IAS 34 – "Relato financeiro intercalar" (Emendada): As principais alterações introduzidas pelo normativo emendado, dizem respeito ao relato por segmentos no contexto do reporte financeiro intercalar, nomeadamente ao requisito de divulgação separada dos activos e passivos totais por segmento reportável, sempre que esta informação seja providenciada regularmente ao orgão de gestão e haja alterações significativas aos montantes apresentados no último reporte anual.

É entendimento do Conselho de Administração que a adoção das normas e interpretações acima referidas, com especial enfoque nos requisitos introduzidos pela IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor" e pela IFRS 9 – "Instrumentos financeiros", poderão motivar alterações com algum significado ao nível da preparação e apresentação das demonstrações fianceiras da Caixa, assim como na extensão e conteúdo das divulgações a realizar. No entanto, não se encontra ainda concluída uma análise detalhada das implicações inerentes à aplicação destes normativos, pelo que não é possível proceder à sua quantificação.

### 2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas da Caixa e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada "moeda funcional"). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional da Caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em

vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

De forma a mitigar a sua exposição a risco cambial, a Caixa utiliza instrumentos financeiros derivados como "forwards" e "swaps cambiais". As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas na Nota 2.4. d) abaixo.

Nas contas globais, os ativos e passivos de Sucursais com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, sendo os proveitos e custos convertidos à taxa de câmbio média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas em "Outras reservas" do capital próprio.

**2.4. Instrumentos financeiros**

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

*Valorimetria*

Conforme descrito na Nota 2.1, estes ativos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respetivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

*Desreconhecimento*

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando a Caixa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente às operações de titularização de créditos efetuadas pela Caixa (Nota 20), os procedimentos adotados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2003, a Caixa utilizou a possibilidade permitida pela Norma IFRS 1 de não aplicar retrospectivamente os requisitos de desreconhecimento a operações efetuadas antes de 1 de janeiro de 2004. Deste modo, os créditos titularizados não estão registados no balanço da Caixa.
- Relativamente à operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2010, a Caixa não procedeu ao seu desreconhecimento, uma vez que não se encontravam reunidos os requisitos que permitissem proceder à sua remoção do balanço. Desta forma os montantes em dívida de créditos titularizados mantêm-se contabilizados na rubrica "Créditos a clientes", tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos ativos transferidos (Notas 2.4. c) e 20).

*Provisionamento*

O regime de provisionamento destes ativos corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afetos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

  (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

  (ii) estarem em incumprimento há mais de:

  . seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

  . doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;

  . vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

  Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo desta provisão é superior ao limite mínimo definido pelo Banco de Portugal, com o objetivo de refletir o diferencial face à imparidade calculada de acordo com os requisitos do IAS 39.

Provisão para risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os ativos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com exceção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iii. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica “Provisões líquidas de reposições e anulações”, da demonstração de resultados.

*Anulações de capital e juros*

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação da

Comissão Executiva. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

De acordo com as políticas em vigor no Grupo CGD, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia, sendo provisionados de acordo com as percentagens previstas no Aviso nº 3/2005 do Banco de Portugal.

b) Outros ativos financeiros

Os restantes ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
    - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
    - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
    - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
        - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares" da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da CGD ao seu recebimento.

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de outubro de 2008, a Caixa passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data têm impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 6.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - i) Preços ("bid prices") difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - ii) Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como "market-makers";
  - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados em mercados ativos a descoberto (short selling).

Estes passivos encontram-se registados pelo respetivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

ii) Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica inclui os passivos associados a operações de titularização de créditos ao consumo e à habitação cujos saldos não foram desreconhecidos na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Notas 2.4. a) e 20).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes ativos e as condições definidas na operação de titularização.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Caixa apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Caixa reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de "Resultados em ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser refletidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros detidos para negociação", respetivamente.

e) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

A CGD efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na Nota 2.1., o crédito a clientes e as contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade foi efetuada numa base individual.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. b), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Caixa uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

### 2.5. Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de "Outros passivos”. Esta última rubrica é regularizada quando os respetivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados em “Ativos não correntes detidos para venda”.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

### 2.6. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas de “Outros proveitos e custos de exploração”.

### 2.7. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis e deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

| | Anos de vida útil |
|---|---|
| Imóveis de serviço próprio | 50 - 100 |
| Equipamento: | |
| Mobiliário e material | 8 |
| Máquinas e ferramentas | 5 - 8 |
| Equipamento informático | 3 - 8 |
| Instalações interiores | 3 - 10 |
| Material de transporte | 4 - 6 |
| Equipamento de segurança | 4 - 10 |

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A CGD avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

### 2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no ativo e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Juros e rendimentos similares".

### 2.9. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Caixa.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

### 2.10. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a CGD exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas atividades, as quais são denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui ainda as participações em empresas em que a CGD tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais e associadas.

### 2.11. Impostos sobre lucros

*Impostos correntes*

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributada, com início em 2012, de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeito ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 90% no capital social por um período superior a 1 ano (com referência a 1 de janeiro de 2012) e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

O lucro tributável do grupo é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Para este feito, as contas das sucursais são integradas nas contas da sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo nos termos do artigo 91.º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficiou, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerou-se que pelo menos 85% do lucro tributável da atividade global da entidade era resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira. Contudo, tendo-se apurado prejuizo

fiscal na actividade global, os lucros apurados na Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira não foram considerados como isentos de IRC em 2011, face ao disposto na circular 3/2003.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, o lucro tributável da Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira passou a estar sujeito a IRC.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

*Ajustamentos ao resultado contabilístico*

- *Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado*

  Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

  Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efetivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação os quais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 ascendiam a aproximadamente 46.757 mEuros e 40.970 mEuros, respetivamente.

- *Provisões*

  No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2012 e 2011, a Caixa considerou o efeito dos seguintes normativos:

  - Disposições do artigo 37.º do Código do IRC, no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais a Caixa detenha uma participação superior a 10%;
  - Disposições do artigo 35.º do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (Nota 2.4.a. iii). Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique

a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos, em primeiro lugar, aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respetiva constituição.

- *Encargos com pessoal*

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilísticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite da contribuições efetivamente entregues. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. Atendendo a que a componente relativa a responsabilidades com pensões, no valor de 60.837 mEuros, cumpria os requisitos previstos no Artigo nº 183º da Lei nº 64-A, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

- *Resultado da liquidação*

O artigo 92.º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento do Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufruísse de benefícios fiscais, (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis, destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, e (iii) não aproveitasse os prejuízos fiscais de sociedades fundidas para dedução aos lucros tributáveis da nova sociedade ou da sociedade incorporante.

Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo Artigo.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta dos exercícios de 2012 e 2011, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda, custos diferidos com o fundo de pensões e os respeitantes à alteração da política contabilística realizada no âmbito do registo de responsabilidades com o Fundo de pensões e outros beneficios pós emprego, conforme o previsto no artigo 183.º da Lei 64.ª-A/2011, de 30 de dezembro. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

**2.12. Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

**2.13. Benefícios dos empregados**

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

<u>Responsabilidades com pensões e encargos com saúde</u>

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus

empregados, nos termos descritos na Nota 34. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método *"Unit Credit Projected"*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 34). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais são registados por contrapartida de "Outras Reservas".

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo é refletido pelo valor líquido em "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em custos. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

### 2.14. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

**2.15. Valores recebidos em depósito**

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

**2.16. Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

**2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas**

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

*Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber*

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, a Caixa cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.4). No entanto, sempre que considera necessário estas provisões são complementadas de forma a refletir a estimativa da Caixa sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efetuada de forma casuística pela Caixa com base no conhecimento específico da situação dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

*Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados por contrapartida de reservas de reavaliação*

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da Reserva de reavaliação. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. A Caixa determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.4. e)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

*Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.4. As valorizações obtidas

correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4, de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

*Benefícios dos empregados*

Conforme referido na Nota 2.13. acima, as responsabilidades da Caixa por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Caixa e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pela Caixa tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização. O registo de impostos diferidos gerados por prejuízos fiscais reportáveis apenas é efetuada caso se conclua estarem reunidas condições para a sua reversão no decorrer dos períodos legalmente previstos para o efeito, estando naturalmente esta avaliação dependente da concretização dos pressupostos considerados.

## 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Caixa | 336.409 | 344.021 |
| Depósitos à ordem em bancos centrais | 587.491 | 1.543.275 |
| | 923.900 | 1.887.296 |
| Juros de depósitos à ordem em bancos centrais | 155 | 607 |
| | 924.055 | 1.887.904 |

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os fundos que a Caixa mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

## 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Cheques a cobrar | | |
| - No país | 74.450 | 118.783 |
| - No estrangeiro | 4.085 | 17.304 |
| i) | 78.535 | 136.087 |
| Depósitos à ordem | | |
| - No país | 287 | 840 |
| - No estrangeiro | 337.614 | 308.597 |
| ii) | 337.901 | 309.437 |
| Outras disponibilidades iii) | 3.326 | 1.655 |
| i) + ii) + iii) | 419.762 | 447.179 |
| Juros a receber | 4.789 | 3.837 |
| | 424.551 | 451.016 |

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

## 5. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Detidos para negociação | Ao justo valor através de resultados | Total | Detidos para negociação | Ao justo valor através de resultados | Total |
| **Instrumentos de dívida** | | | | | | |
| - De emissores públicos: | | | | | | |
| . Títulos de dívida pública | 188.927 | - | 188.927 | 194.783 | - | 194.783 |
| . Obrigações de outros emissores públicos | | | | | | |
| Estrangeiros | 299.846 | - | 299.846 | 285.908 | - | 285.908 |
| - De outros emissores: | | | | | | |
| . Obrigações e outros títulos: | | | | | | |
| De residentes | - | 8.855 | 8.855 | - | 8.060 | 8.060 |
| De não residentes | - | - | - | - | 1.774 | 1.774 |
| i) | 488.773 | 8.855 | 497.628 | 480.691 | 9.834 | 490.525 |
| **Instrumentos de capital** | | | | | | |
| De residentes | 6.946 | 11 | 6.957 | 6.568 | 342.458 | 349.026 |
| De não residentes | 4.238 | - | 4.238 | 4.825 | - | 4.825 |
| ii) | 11.184 | 11 | 11.195 | 11.393 | 342.458 | 353.851 |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | |
| . Unidades de Participação | | | | | | |
| De residentes | 1.464 | 24.505 | 25.970 | 2.704 | 11.665 | 14.369 |
| De não residentes | - | 79.809 | 79.809 | 44.594 | 76.753 | 121.347 |
| iii) | 1.464 | 104.315 | 105.779 | 47.298 | 88.418 | 135.716 |
| **Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)** | | | | | | |
| - Swaps | 1.638.569 | - | 1.638.569 | 2.003.246 | - | 2.003.246 |
| - Opções de divisas e cotações | 283.202 | - | 283.202 | 312.803 | - | 312.803 |
| - Opções de taxa de juro (Caps & Floors) | 182.564 | - | 182.564 | 172.570 | - | 172.570 |
| - Futuros e outras operações a prazo | 3.320 | - | 3.320 | 6.279 | - | 6.279 |
| iv) | 2.107.655 | - | 2.107.655 | 2.494.899 | - | 2.494.899 |
| **i)+ii)+iii)+iv)** | **2.609.076** | **113.180** | **2.722.256** | **3.034.281** | **440.710** | **3.474.991** |

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 6.410 mEuros e 16.275 mEuros, respetivamente (7.296 mEuros e 22 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação - Instrumentos de dívida" inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 128.247 mEuros (118.065 mEuros em 31 de dezembro de 2011) (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados – Instrumentos de capital", incluía 342.447 mEuros, relativos a uma participação detida na Cimpor, no âmbito da aquisição pela Caixa de 64.406.000 ações, representativas de 9,584% do capital social desta Sociedade. Estas ações foram adquiridas em fevereiro de 2009 por 317.844 mEuros, detendo o vendedor uma opção de compra da participação à Caixa pelo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor. No decorrer do mês de fevereiro de 2012, o período disponível para exercício da opção atingiu o seu termo sem que o vendedor tenha procedido à recompra das referidas ações. Em 31 de dezembro de 2011, a valorização negativa da opção encontra-se registada na rubrica "Opções – Cotações" (Nota 10).

Em 3 de fevereiro de 2010 a Caixa celebrou com a Votorantim Cimentos, S.A. um acordo Parassocial nos termos do qual, e entre outras disposições, assumiu o compromisso de

manter, pelo prazo inicial de 10 anos, ações correspondentes a, no mínimo, 9,7% do capital da Cimpor. Ficou ainda atribuido à Votorantim Cimentos, S.A. o direito de primeira opção de compra (“right of first refusal”), em caso de alienação destas ações pela Caixa a terceiros.

Em junho de 2012, na sequência da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Camargo Corrêa no decorrer do mês de março deste mesmo ano, a CGD alienou à InterCement Austria Holding Gmbh a totalidade da sua participação na Cimpor pelo valor global de 354.233 mEuros, correspondente a um valor unitário de 5,5 Euros por ação, tendo para o efeito obtido a aceitação da Votorantim Cimentos, S.A. nos termos previstos no acordo Parassocial em vigor na referida data.

## 6. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Instrumentos de dívida** | | |
| De outros emissores públicos | | |
| Títulos de dívida pública nacional | 6.334.496 | 3.575.513 |
| Outros emissores públicos estrangeiros | 98.600 | 119.194 |
| De organismos financeiros internacionais | 34.574 | 33.394 |
| De outros emissores | 9.762.839 | 9.240.040 |
| i) | 16.230.508 | 12.968.141 |
| **Instrumentos de capital** | | |
| Valorizados ao justo valor | 666.395 | 1.111.207 |
| Valorizados ao custo histórico | 26.678 | 31.319 |
| ii) | 693.073 | 1.142.526 |
| **Outros instrumentos financeiros** | | |
| Unidades de participação iii) | 1.054.618 | 669.247 |
| i)+ii)+iii) | 17.978.198 | 14.779.914 |
| **Imparidade (Nota 21)** | | |
| Instrumentos de dívida | (9.364) | (47.008) |
| Instrumentos de capital | (434.772) | (608.440) |
| Unidades de participação | (173.133) | (109.841) |
| | (617.269) | (765.289) |
| **Provisões para risco país (Nota 21)** | - | (44) |
| iv) | (617.269) | (765.334) |
| **i)+ii)+iii)+iv)** | **17.360.930** | **14.014.581** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Instrumentos de dívida - De outros emissores" inclui 5.029.908 mEuros e 5.176.150 mEuros, respetivamente, de obrigações emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (dos quais 80.175 mEuros e 83.828 mEuros, respetivamente, referem-se a obrigações residuais), no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2. Estes títulos, integralmente subscritos pela CGD, encontram-se registados pelo respetivo valor nominal. A 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui igualmente 10.347 mEuros de obrigações residuais referentes à operação de titularização Nostrum Mortgages nº1 (7.815 mEuros em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Instrumentos de dívida – De outros emissores", inclui ainda, 2.887.320 mEuros e 1.807.981 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 8). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros instrumentos financeiros - unidades de participação" inclui 390.031 mEuros e 149.703 mEuros, respetivamente, relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes). Na sequência da transferência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual a CGD detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais a CGD detém uma participação minoritária, retêem autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, foram constituídas imparidades afetas às participações nos veículos, equivalentes aos valores das perdas esperadas que se encontravam atribuídas às operações de crédito e que foram revertidas no processo de desreconhecimento de balanço destes ativos. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades. Em 31 de dezembro de 2012 a exposição mantida pela CGD apresenta o seguinte detalhe:

| | Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor antes de imparidade | Imparidade acumulada | Valor líquido | Reserva de justo valor |
| | | | | |
| Fundo Recuperação, FCR | 150.000 | (14.608) | 135.392 | - |
| Fundo Recuperação Turismo, FCR | 41.189 | (13.597) | 27.593 | - |
| OXI Capital, SCR | 600 | - | 600 | - |
| Flit-Ptrel SIVAC | 128.489 | (14.663) | 113.826 | 13.936 |
| Discovery Portugal Real Estate Fund | 65.416 | (15.263) | 50.153 | - |
| Vallis Construction Sector | 71.715 | (9.248) | 62.467 | - |
| | 457.409 | (67.379) | 390.031 | 13.936 |

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, em determinadas operações a Caixa concedeu igualmente suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", cujo valor de balanço e imparidade ascendiam em 31 de dezembro de 2012 a 46.939 mEuros e 46.191 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011, a imparidade de instrumentos de dívida inclui 26.838 mEuros, relativos a obrigações emitidas por Bancos com sede na República da Islândia. As referidas exposições foram alienadas pela Caixa ao longo do exercício de 2012.

Ainda nessa data, a imparidade de instrumentos de dívida incluía igualmente 10.667 mEuros de imparidade constituída para obrigações soberanas emitidas pela República da Grécia. Conforme referido em maior detalhe na Nota 40, no decorrer do primeiro semestre de 2012 a Caixa aderiu ao programa de troca de dívida soberana proposta aos investidores privados por este emitente, tendo na sequência desta operação desreconhecido do balanço as obrigações que detinha até essa data por contrapartida das novas emissões.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Imparidade - Unidades de Participação” inclui 42.234 mEuros e 41.662 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 266.251 mEuros e 33.952 mEuros, respetivamente (127.786 mEuros e 34.844 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos de capital classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

| TITULO | 31-12-2012 | | | | | 31-12-2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Percentagem de participação | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade | Valor Balanço (Líquido) | Reserva de justo valor | Percentagem de participação | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade | Valor Balanço (Líquido) | Reserva de justo valor |
| **Instrumentos de capital valorizados ao justo valor** | | | | | | | | | | |
| Portugal Telecom, SGPS, S.A. | 6,11% | 476.093 | (270.754) | 205.339 | 16.103 | 6,11% | 459.990 | (216.256) | 243.734 | - |
| ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. | - | - | - | - | - | 10,73% | 300.757 | (223.711) | 77.047 | 1.526 |
| GALP Energia, SGPS, S.A. | 0,00% | 443 | - | 443 | (37) | 1,00% | 94.832 | - | 94.832 | (11.355) |
| REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. | 1,10% | 12.060 | - | 12.060 | 3.268 | 1,10% | 12.383 | - | 12.383 | 3.591 |
| BCP - Banco Comercial Português, S.A. | 0,91% | 121.785 | (108.332) | 13.453 | 1.973 | 2,57% | 123.820 | (98.608) | 25.212 | - |
| Brisa Privatização | - | - | - | - | - | 1,50% | 63.000 | (40.095) | 22.905 | - |
| La Seda Barcelona | 14,24% | 52.795 | (47.986) | 4.809 | - | 14,24% | 43.690 | (19.034) | 24.656 | (7.503) |
| EDP - Energias de Portugal, S.A. | 0,02% | 3.136 | (1.304) | 1.832 | 341 | 0,10% | 12.596 | (4.159) | 8.438 | 268 |
| EDP - Energias Renováveis | 0,00% | 10 | (4) | 6 | 2 | 0,00% | 7 | - | 7 | (1) |
| Outros instrumentos com características de capital | - | 41 | (20) | 21 | - | - | 130 | - | 130 | (32) |
| Outros | - | 32 | - | 32 | (30) | - | 2 | - | 2 | 24 |
| **Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico** | | | | | | | | | | |
| Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A. | 4,47% | 4.359 | (1.845) | 2.513 | - | 4,47% | 4.359 | (1.845) | 2.513 | - |
| Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência | | | | | | | | | | |
| T. Área Met. Lisboa, S.A. | 10,00% | 2.170 | - | 2.170 | | 10,00% | 2.170 | - | 2.170 | - |
| VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. | 3,62% | 4.058 | (1.178) | 2.880 | - | 3,62% | 4.058 | (1.178) | 2.880 | - |
| Outros | - | 16.091 | (3.349) | 12.742 | 83 | - | 20.732 | (3.554) | 17.178 | - |
| | | 693.073 | (434.772) | 258.301 | 21.703 | | 1.142.526 | (608.440) | 534.086 | (13.481) |

O movimento ocorrido nos principais instrumentos de capital nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| TITULO | 31-12-2011 | | | | | | 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Líquido) | Compras / (Vendas) | Utilizações Imparidade | Transferências e outros movimentos | Imparidade registada no periodo | Variação da reserva de justo valor | Valor Balanço (Líquido) |
| **Instrumentos de capital valorizados ao justo valor** | | | | | | | |
| Portugal Telecom, SGPS, S.A. | 243.734 | - | - | - | (54.498) | 16.103 | 205.339 |
| ZON - Serviços de Telecomunicações | | | | | | | |
| e Multimédia, SGPS, SA | 77.047 | (299.231) | 223.711 | - | - | (1.526) | - |
| BCP - Banco Comercial Português, S.A. | 25.212 | (4.008) | 3.191 | - | (12.915) | 1.973 | 13.453 |
| GALP Energia, SGPS, S.A. | 94.832 | (105.707) | - | - | - | 11.318 | 443 |
| Brisa Privatização | 22.905 | (63.000) | 40.275 | - | (180) | - | - |
| REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. | 12.383 | - | - | - | - | (323) | 12.060 |
| La Seda Barcelona | 24.656 | - | - | 1.603 | (28.953) | 7.503 | 4.809 |
| EDP - Energias de Portugal, S.A. | 8.438 | (9.533) | 4.447 | - | (1.592) | 73 | 1.832 |
| EDP - Energias Renováveis | 7 | - | - | - | (4) | 3 | 6 |
| Outros instrumentos com características de capital | 130 | (121) | - | - | (20) | 32 | 21 |
| Outros | 2 | 84 | - | - | - | (54) | 32 |
| **Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico** | | | | | | | |
| Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A. | 2.513 | - | - | - | - | - | 2.513 |
| Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A. | 2.170 | - | - | - | - | - | 2.170 |
| VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. | 2.880 | - | - | - | - | - | 2.880 |
| Outros | 17.178 | (4.641) | 176 | - | 29 | - | 12.742 |
| | 534.086 | (486.157) | 271.800 | 1.603 | (98.133) | 35.101 | 258.301 |

| TITULO | 31-12-2010 Valor Balanço (Líquido) | Compras / (Vendas) | Utilizações Imparidade | Transferências e outros movimentos | Imparidade registada no periodo | Variação da reserva de justo valor | 31-12-2011 Valor Balanço (Líquido) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Instrumentos de capital valorizados ao justo valor** | | | | | | | |
| Portugal Telecom, SGPS, S.A. | 458.987 | (24.209) | - | - | (216.256) | 25.212 | 243.734 |
| ZON - Serviços de Telecomunicações | | | | | | | |
| e Multimédia, SGPS, S.A. | 112.484 | - | - | - | (21.614) | (13.823) | 77.047 |
| BCP - Banco Comercial Português, S.A. | 58.364 | 5.244 | - | 33.060 | (71.456) | - | 25.212 |
| GALP Energia, SGPS, S.A. | 119.498 | - | - | - | - | (24.666) | 94.832 |
| Brisa Privatização | 46.971 | - | - | - | (40.095) | 16.029 | 22.905 |
| REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. | 15.141 | - | - | - | - | (2.758) | 12.383 |
| La Seda Barcelona | 32.539 | - | - | - | (19.034) | 11.151 | 24.656 |
| EDP - Energias de Portugal, S.A. | 8.791 | - | - | - | (621) | 268 | 8.438 |
| EDP - Energias Renováveis | 7 | - | - | - | - | 1 | 7 |
| Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. | 54.332 | (86.953) | 32.621 | - | (32.621) | 32.621 | - |
| Outros instrumentos com características de capital | 3.729 | (10.994) | - | 6.940 | - | 456 | 130 |
| Outros | 15 | (44) | 35 | - | (4) | (1) | 2 |
| **Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico** | | | | | | | |
| Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A. | 2.513 | - | - | - | - | - | 2.513 |
| Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A. | 2.170 | - | - | - | - | - | 2.170 |
| VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. | 2.880 | - | - | - | - | - | 2.880 |
| Outros | 19.238 | (2.061) | - | - | - | - | 17.178 |
| | 937.658 | (119.017) | 32.656 | 40.000 | (401.702) | 44.490 | 534.086 |

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2012 e 2011 foram os seguintes:

*Banco Comercial Português, S.A. (BCP) e BCP - Valores mobiliários perpétuos subordinados*

No âmbito da oferta pública geral de aquisição de valores mobiliários perpétuos subordinados lançada pelo Banco Comercial Português em 29 de abril de 2011 (na modalidade de oferta pública de troca), a Caixa procedeu à conversão de duas emissões dos referidos instrumentos de que era detentora, com um valor nominal global de 41.325 mEuros, em ações representativas do capital social do Oferente. Os termos de troca da operação, determinaram o recebimento de 1.600 ações do BCP por cada valor mobiliário das emissões perpétuas, cujo valor nominal era de 1.000 Euros. Em resultado desta transação a Caixa reconheceu menos valias de 8.265 mEuros (Nota 30).

Foram igualmente realizadas pela Caixa vendas de valores mobiliários perpétuos no período que antecedeu a oferta pública de troca, as quais permitiram a realização de mais valias globais no montante de 133 mEuros (Nota 30).

Posteriormente à realização desta operação, e na sequência da aprovação em Assembleia Geral de Acionistas do BCP de abril de 2011 da realização de um aumento de capital social, a Caixa procedeu ainda à aquisição de 14.567.133 novas ações com um valor de subscrição unitário de 0,36 Euros.

No decorrer do exercício de 2012, foram ainda realizadas as seguintes operações envolvendo estas espécies:

- Alienação de 6.000.000 ações do BCP em março de 2012 por um valor global de 981 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 165 mEuros;
- Aquisição de 140.000 valores mobiliários perpétuos e alienação de 154.000 valores mobiliários perpétuos pelos montantes globais de 76 mEuros e 100 mEuros, respetivamente, tendo em resultado destas transações sido registada uma menos valia de 11 mEuros (Nota 30).

*ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON)*

Em junho de 2012, a Caixa Geral de Depósitos celebrou com a empresa Jadeium B.V. um acordo para a venda de 33.181.144 ações da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (ZON), correspondentes a 10,735% do respetivo capital social, por um preço unitário de 2,6 euros.

A concretização da operação e respetiva transmissão da titularidade das ações ocorreu em 2 de julho de 2012, data da liquidação do preço de venda acordado entre as partes, pelo valor global de 86.271 mEuros. Em resultado desta transação, a CGD registou no exercício de 2012 uma mais valia de 10.751 mEuros (Nota 30).

*Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)*

Em novembro de 2012, a Caixa alienou através de operações de bolsa 8.295.510 ações da Galp, representativas de 1% do seu capital social, por um montante de 95.232 mEuros tendo em consequencia desta transação reconhecido menos valias de 10.807 mEuros (Nota 30).

Esta venda foi realizada no âmbito do exercício do direito de "*tag along*" previsto no Consent & Waiver Agreement celebrado entre a CGD, a Amorim Energia B.V. e a ENI S.p.A. (datado de março de 2012), dado esta última ter decidido proceder à alienação em mercado da participação que detinha na Galp.

*Brisa – Auto Estradas de Portugal (Brisa)*

Em resultado da oferta pública de aquisição de ações lançada sobre o capital da Brisa pela Tagus Holdings, a CGD alienou a esta última pela sua totalidade, a posição que detinha nesta participada. O preço da transação ascendeu a 24.840 mEuros, tendo sido registada uma mais valia de 2.115 mEuros (Nota 30).

*EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)*

No decorrer do exercício de 2012, a Caixa alienou 2.728.914 ações da EDP pelo valor de 6.230 mEuros. Em resultado destas transações, a Caixa reconheceu uma mais valia de 1.143 mEuros (Nota 30).

*Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A. (Portugal Telecom)*

No decorrer do exercício de 2011, a CGD adquiriu 6.157.384 ações e alienou 6.127.384 ações da Portugal Telecom pelos montantes globais de 28.618 mEuros e 28.324 mEuros, respetivamente. Como resultado destas operações foi registada uma menos valia de 24.371 mEuros (Nota 30).

*Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)*

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa alienou à Direção Geral do Tesouro títulos do Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana por 82.356 mEuros, tendo registado em resultado desta transação uma mais valia, face ao valor líquido de imparidade, no montante de 28.024 mEuros (Nota 30). O valor das perdas de imparidade reconhecidas por contrapartida de resultados do exercício no decorrer de 2011 ascendeu a 32.621 mEuros (Nota 21).

Reclassificação de títulos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.4, e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que

respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente afetados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente afetados pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, apresenta o seguinte detalhe:

**Títulos reclassificados no exercício de 2008**

| | Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação | Ativos financeiros ao custo amortizado |
|---|---|---|
| Valor de balanço da data de reclassificação | 1.001.797 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2008 | 873.101 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2009 | 560.350 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2010 | 336.275 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2011 | 261.035 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2012 | 156.972 | n.a |
| Justo Valor dos títulos reclassificados em 31-12-2012 | 156.972 | n.a |
| Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2012 | (14.612) | n.a |
| | | |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2008 e 31-12-2009 | | |
| Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | 6.315 | n.a |
| Imparidade reconhecida no exercício | (6.673) | n.a |
| Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | (60.758) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2009 e 31-12-2010 | | |
| Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | 57.186 | n.a |
| Imparidade reconhecida no exercício | (52.234) | n.a |
| Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | (2.247) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011 | | |
| Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | (17.620) | n.a |
| Outros ganhos/(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | (487) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012 | | |
| Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | 14.112 | n.a |
| Imparidade reconhecida no exercício | (3.210) | n.a |
| Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | 7.457 | n.a |

**Títulos reclassificados no exercício de 2010**

| | Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação | Ativos financeiros ao custo amortizado |
|---|---|---|
| Valor de balanço da data de reclassificação | 1.414.007 | 503.466 |
| Valor de balanço em 31-12-2010 | 1.039.972 | 504.393 |
| Valor de balanço em 31-12-2011 | 483.799 | 495.037 |
| Valor de balanço em 31-12-2012 | 342.668 | 477.515 |
| Justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2012 | 342.668 | 490.689 |
| Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2012 | (13.902) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31-12-2010 | | |
| Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | (36.589) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011 | | |
| Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | (47.894) | n.a |
| Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | (1.234) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012 | | |
| Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | 70.581 | n.a |
| Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | 604 | n.a |

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial, e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

## 7. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

A 31 de dezembro de 2012 e 2011 os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

| | 31-12-2012 | | | | 31-12-2011 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Detidos para negociação | Ao justo valor através de resultados | Ao custo amortizado | Total | Detidos para negociação | Ao justo valor através de resultados | Ao custo amortizado | Total |
| | | | | | | | | |
| **Instrumentos de dívida** | | | | | | | | |
| - De emissores públicos: | | | | | | | | |
| . Títulos da dívida pública | - | 68.576 | - | 68.576 | - | 272.634 | - | 272.634 |
| . Obrigações de outros emissores públicos | | | | | | | | |
| Estrangeiros | - | - | - | - | - | 58.130 | - | 58.130 |
| - De organismos financeiros internacionais | - | 223.851 | - | 223.851 | - | 196.363 | - | 196.363 |
| - De outros emissores | | | | | | | | |
| . Obrigações e outros títulos: | | | | | | | | |
| De residentes | - | - | - | - | - | 87.936 | - | 87.936 |
| De não residentes | - | 211.733 | - | 211.733 | - | 250.827 | - | 250.827 |
| i) | - | 504.160 | - | 504.160 | - | 865.890 | - | 865.890 |
| **Instrumentos de capital** | | | | | | | | |
| De residentes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ii) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | | | |
| . Unidades de Participação | | | | | | | | |
| De residentes | 513.205 | 199.165 | - | 712.370 | 307.501 | 208.866 | - | 516.367 |
| iii) | 513.205 | 199.165 | - | 712.370 | 307.501 | 208.866 | - | 516.367 |
| **Créditos e valores titulados** | | | | | | | | |
| De residentes | | | | | | | | |
| Outros créditos e valores a receber | - | - | 283.726 | 283.726 | - | - | 533.191 | 533.191 |
| Juros de ativos com acordo de recompra | - | - | 2.303 | 2.303 | - | - | 4.672 | 4.672 |
| iv) | - | - | 286.029 | 286.029 | - | - | 537.862 | 537.862 |
| i)+ii)+iii)+iv) | 513.205 | 703.325 | 286.029 | 1.502.559 | 307.501 | 1.074.756 | 537.862 | 1.920.119 |
| **Imparidade acumulada (Nota 21)** | | | | | | | | |
| . Unidades de Participação | - | (2.540) | - | (2.540) | - | (3.112) | - | (3.112) |
| | **513.205** | **700.785** | **286.029** | **1.500.019** | **307.501** | **1.071.644** | **537.862** | **1.917.007** |

No decorrer dos exercícios de 2012 e 2011 a Caixa celebrou junto de instituições financeiras e clientes, operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 17) e “Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos - Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Imparidade - Unidades de Participação” inclui 2.540 mEuros e 3.112 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e de fundos imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros com acordo de recompra ascende a 180.450 mEuros e 405.221 mEuros, respetivamente (202.699 mEuros e 188.802 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011).

## 8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Mercado Monetário Interbancário | 610.000 | 1.550.435 |
| Depósitos a prazo | | |
| - No país | 19.197 | 19.321 |
| - No estrangeiro | 1.325.015 | 1.761.256 |
| Empréstimos | | |
| - No país | 2.930.087 | 5.711.632 |
| - No estrangeiro | 164.646 | 123.827 |
| Outras aplicações | | |
| - No país | 182.912 | 222.432 |
| - No estrangeiro | 1.062.040 | 1.219.395 |
| Operações de compra com acordo de revenda | 131.891 | 101.077 |
| Crédito e juros vencidos | 8.085 | 19.579 |
| | 6.433.873 | 10.728.953 |
| Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos | | |
| Juros a receber | 19.896 | 45.715 |
| Proveitos diferidos | (290) | (515) |
| Correção de valor | 121 | 219 |
| | 6.453.601 | 10.774.372 |
| Provisões para risco país (Nota 21) | (1.848) | (4.152) |
| Imparidade (Nota 21) | (12.053) | (12.157) |
| | (13.901) | (16.309) |
| | 6.439.700 | 10.758.063 |

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Empréstimos - no país” incluía 1.400.000 mEuros relativos a emissões de papel comercial realizadas pelo Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), as quais se encontravam garantidas pelo Estado Português no quadro definido pela Lei nº 62-A/2008, de 11 de novembro, diploma que procedeu à nacionalização do BPN.

Em 30 de março de 2012 o Estado Português celebrou o contrato de venda do BPN, ultimando desta forma o processo de reprivatização do Banco iniciado em julho de 2011.

Decorrente do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do BPN subjacente ao processo de alienação, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A., e por inerência as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa Geral de Depósitos sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2012 ascendia a 381.667 mEuros (Nota 9) e 3.100.000 mEuros (Nota 6), respectivamente, foram transferidos para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem (Nota 9). Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a Parvalorem.

Na sequência desta operação, remanesce um programa de papel comercial concedido ao BPN com o limite de 400.000 mEuros, com vencimento em março de 2015, e que beneficia de garantia do Estado até essa data. Ainda neste âmbito, foi concedida pela Caixa ao BPN uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300.000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do BPN. Das facilidades de crédito concedidas, e com referência a 31 de dezembro de 2012, apenas se encontra utilizado o programa de papel comercial no valor de 150.000 mEuros.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia no quadro do programa de intervenção em curso. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

No que respeita às aplicações realizadas em bancos com sede na República da Islândia, o saldo acumulado de imparidade reconhecida pela Caixa nestes ativos, ascendia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a 12.053 mEuros e 12.157 mEuros, respetivamente.

No decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa procedeu à alienação de direitos sobre valores a receber no âmbito de transações realizadas junto de um banco norte-americano, tendo em resultado desta operação sido utilizadas provisões anteriormente constituídas para este ativo no montante de 39.557 mEuros.

O movimento na imparidade e nas provisões para aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2012 e 2011, é apresentado na Nota 21.

## 9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Crédito interno** | | |
| Empréstimos | 29.324.890 | 30.271.807 |
| Créditos em conta corrente | 2.968.334 | 3.646.073 |
| Outros créditos | 1.552.658 | 1.717.218 |
| Operações de compra com acordo de revenda | 884.432 | 1.100.345 |
| Descontos e outros créditos titulados por efeitos | 419.913 | 463.641 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 256.135 | 271.197 |
| Créditos tomados - factoring | 40.748 | 185.719 |
| **Crédito ao exterior** | | |
| Outros créditos | 3.314.915 | 3.795.633 |
| Empréstimos | 1.914.900 | 1.986.922 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 78.084 | 104.493 |
| Créditos em conta corrente | 9.257 | 9.921 |
| Descontos e outros créditos titulados por efeitos | 13.058 | 13.479 |
| **Outros créditos e valores a receber - titulados** | | |
| Papel comercial | 4.056.494 | 3.282.269 |
| Outros | 1.281.608 | 861.286 |
| i) | 46.115.425 | 47.710.003 |
| Créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 19) | 10.932.732 | 12.167.353 |
| Créditos afectos à emissão de obrigações sobre o Setor Público (Nota 19) | 1.418.068 | 1.620.035 |
| Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 20) | 4.892.634 | 5.055.709 |
| Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões | 248.666 | 376.204 |
| Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura | 410 | 1.337 |
| Crédito e juros vencidos | 3.833.855 | 2.622.879 |
| ii) | 21.326.365 | 21.843.516 |
| i)+ii) | 67.441.790 | 69.553.519 |
| Provisões para crédito a clientes (Nota 21) | | |
| Crédito e juros vencidos | (2.610.693) | (1.885.124) |
| Créditos de cobrança duvidosa | (825.529) | (580.981) |
| Risco-país | (3.323) | (12.426) |
| iii) | (3.439.545) | (2.478.531) |
| i)+ii)+iii) | 64.002.245 | 67.074.988 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui 88.531 mEuros e 86.366 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” inclui 750.437 mEuros e 1.002.480 mEuros, respetivamente, relativos a contratos celebrados com a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e a Império – Bonança, Companhia de Seguros, S.A.. Estes contratos preveem a realização de operações de venda de instrumentos de dívida com acordo de recompra e a realização

simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos financeiros com acordo de revenda. Nestas datas, o valor de balanço das correspondentes operações de venda com acordo de recompra ascendiam a 751.396 mEuros e 1.003.721 mEuros, respetivamente (Nota 18).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” inclui ainda 133.995 mEuros e 97.865 mEuros relativos a contratos celebrados com o Fundo de Pensões da CGD (Nota 34).

Em dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Empréstimos” inclui 381.667 mEuros e 792.953 mEuros, respetivamente, relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A (Notas 6 e 8). Estes créditos encontrando-se colaterizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos. Em resultado do processo de reprivatização do BPN concluído em março de 2012, a titularidade destas sociedades foi transferida para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado nessa data responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa junto do BPN no valor de 1.000.000 mEuros, formalizada mediante transmissão da posição contratual entre o Banco e a Parvalorem. Em 31 de dezembro de 2012, esta operação encontra-se reconhecida na rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados – Papel comercial”.

O movimento nas provisões, durante os exercícios de 2012 e 2011, é apresentado na Nota 21.

Além das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país, existem ainda provisões genéricas para riscos gerais de crédito refletidas no passivo (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos” apresentava a seguinte estrutura:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Até três meses | 147.442 | 125.978 |
| De três a seis meses | 108.445 | 107.292 |
| De seis meses a um ano | 680.297 | 414.088 |
| De um a três anos | 1.431.449 | 770.471 |
| Mais de três anos | 1.466.222 | 1.205.050 |
| | 3.833.855 | 2.622.879 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes, excluindo correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

| | 31-12-2012 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Setor Público Administrativo | | | Empresas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| **Empresas** | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca | - | - | - | 342.884 | 19.989 | 362.873 | 342.884 | 19.989 | 362.873 |
| Indústrias extrativas | - | - | - | 82.900 | 7.637 | 90.537 | 82.900 | 7.637 | 90.537 |
| Indústrias transformadoras | | | | | | | | | |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 692.448 | 47.151 | 739.599 | 692.448 | 47.151 | 739.599 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 200.167 | 36.721 | 236.888 | 200.167 | 36.721 | 236.888 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | - | - | - | 52.285 | 4.442 | 56.727 | 52.285 | 4.442 | 56.727 |
| Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras | - | - | - | 147.525 | 21.400 | 168.925 | 147.525 | 21.400 | 168.925 |
| Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão | - | - | - | 170.327 | 6.322 | 176.648 | 170.327 | 6.322 | 176.648 |
| Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear | - | - | - | 456.944 | 8 | 456.952 | 456.944 | 8 | 456.952 |
| Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | 234.598 | 2.831 | 237.429 | 234.598 | 2.831 | 237.429 |
| Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas | - | - | - | 91.406 | 3.962 | 95.369 | 91.406 | 3.962 | 95.369 |
| Fabrico de outros produtos minerais não metálicos | - | - | - | 245.094 | 27.789 | 272.883 | 245.094 | 27.789 | 272.883 |
| Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos | - | - | - | 278.801 | 25.072 | 303.874 | 278.801 | 25.072 | 303.874 |
| Fabrico de máquinas e de equipamentos | - | - | - | 59.217 | 4.863 | 64.080 | 59.217 | 4.863 | 64.080 |
| Fabrico de equipamento elétrico e de óptica | - | - | - | 122.140 | 1.988 | 124.128 | 122.140 | 1.988 | 124.128 |
| Fabrico de material de transporte | 443 | - | 443 | 47.277 | 1.654 | 48.931 | 47.720 | 1.654 | 49.374 |
| Indústrias transformadoras não especificadas | - | - | - | 128.605 | 14.064 | 142.669 | 128.605 | 14.064 | 142.669 |
| Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás | 92 | - | 92 | 1.216.062 | 3.628 | 1.219.690 | 1.216.154 | 3.628 | 1.219.782 |
| Construção | 8 | 5 | 12 | 3.983.037 | 911.762 | 4.894.800 | 3.983.045 | 911.767 | 4.894.812 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | 47 | - | 47 | 1.863.293 | 219.868 | 2.083.161 | 1.863.339 | 219.868 | 2.083.207 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | 159 | - | 159 | 620.407 | 73.106 | 693.513 | 620.566 | 73.106 | 693.672 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 50.138 | - | 50.138 | 1.579.931 | 32.921 | 1.612.852 | 1.630.069 | 32.921 | 1.662.991 |
| Atividades financeiras | 96.594 | - | 96.594 | 8.007.563 | 245.167 | 8.252.730 | 8.104.157 | 245.167 | 8.349.324 |
| Atividades imobiliárias | 1.253 | - | 1.253 | 2.335.866 | 638.037 | 2.973.904 | 2.337.120 | 638.037 | 2.975.157 |
| Outras atividades | 1.295.906 | - | 1.295.906 | 1.832.271 | 59.267 | 1.891.539 | 3.128.177 | 59.267 | 3.187.444 |
| Administração pública, defesa e segurança social obrigatória | 2.664.365 | 47.938 | 2.712.303 | 101.338 | 1.114 | 102.452 | 2.765.703 | 49.052 | 2.814.755 |
| Educação | 3.836 | 0 | 3.836 | 150.586 | 2.910 | 153.497 | 154.422 | 2.910 | 157.333 |
| Saúde e segurança social | 1.145 | 6.544 | 7.690 | 405.629 | 61.614 | 467.243 | 406.774 | 68.159 | 474.933 |
| Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais | 15.591 | 322 | 15.913 | 1.111.997 | 150.611 | 1.262.608 | 1.127.588 | 150.933 | 1.278.521 |
| Famílias com empregados domésticos | - | - | - | 260 | 61 | 321 | 260 | 61 | 321 |
| Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais | 35 | - | 35 | 12 | - | 12 | 47 | - | 47 |
| | 4.129.612 | 54.809 | 4.184.421 | 26.560.871 | 2.625.960 | 29.186.832 | 30.690.484 | 2.680.769 | 33.371.253 |
| **Particulares** | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 31.504.659 | 1.029.613 | 32.534.272 | 31.504.659 | 1.029.613 | 32.534.272 |
| Outros fins | - | - | - | 1.412.383 | 123.473 | 1.535.856 | 1.412.383 | 123.473 | 1.535.856 |
| | - | - | - | 32.917.042 | 1.153.086 | 34.070.128 | 32.917.042 | 1.153.086 | 34.070.128 |
| | 4.129.612 | 54.809 | 4.184.421 | 59.477.914 | 3.779.046 | 63.256.960 | 63.607.526 | 3.833.855 | 67.441.381 |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Setor Público Administrativo | | | Empresas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| **Empresas** | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca | - | - | - | 339.544 | 20.510 | 360.054 | 339.544 | 20.510 | 360.054 |
| Indústrias extrativas | - | - | - | 96.962 | 2.152 | 99.114 | 96.962 | 2.152 | 99.114 |
| Indústrias transformadoras | | | | | | | | | |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 774.592 | 38.394 | 812.986 | 774.592 | 38.394 | 812.986 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 232.978 | 26.670 | 259.648 | 232.978 | 26.670 | 259.648 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | - | - | - | 51.009 | 3.193 | 54.201 | 51.009 | 3.193 | 54.201 |
| Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras | - | - | - | 158.364 | 20.246 | 178.609 | 158.364 | 20.246 | 178.609 |
| Indústria de pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão | - | - | - | 129.533 | 3.922 | 133.456 | 129.533 | 3.922 | 133.456 |
| Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear | - | - | - | 669.131 | 7 | 669.138 | 669.131 | 7 | 669.138 |
| Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | 203.628 | 4.607 | 208.235 | 203.628 | 4.607 | 208.235 |
| Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas | - | - | - | 97.608 | 2.549 | 100.156 | 97.608 | 2.549 | 100.156 |
| Fabrico de outros produtos minerais não metálicos | - | - | - | 398.738 | 22.112 | 420.850 | 398.738 | 22.112 | 420.850 |
| Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos | - | - | - | 333.282 | 24.043 | 357.326 | 333.282 | 24.043 | 357.326 |
| Fabrico de máquinas e de equipamentos | - | - | - | 63.592 | 4.817 | 68.409 | 63.592 | 4.817 | 68.409 |
| Fabrico de equipamento elétrico e de óptica | - | - | - | 140.097 | 749 | 140.846 | 140.097 | 749 | 140.846 |
| Fabrico de material de transporte | 458 | - | 458 | 71.344 | 848 | 72.192 | 71.802 | 848 | 72.650 |
| Indústrias transformadoras não especificadas | - | - | - | 155.269 | 10.438 | 165.707 | 155.269 | 10.438 | 165.707 |
| Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás | 177 | - | 177 | 1.293.603 | 3.588 | 1.297.191 | 1.293.780 | 3.588 | 1.297.368 |
| Construção | 20 | - | 20 | 4.624.251 | 620.506 | 5.244.757 | 4.624.271 | 620.506 | 5.244.777 |
| Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest. | 126 | - | 126 | 2.125.422 | 169.937 | 2.295.359 | 2.125.548 | 169.937 | 2.295.485 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | 496 | - | 496 | 652.643 | 48.854 | 701.497 | 653.139 | 48.854 | 701.993 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 60.224 | - | 60.224 | 1.398.898 | 19.178 | 1.418.076 | 1.459.122 | 19.178 | 1.478.300 |
| Atividades financeiras (*) | 99.293 | - | 99.293 | 7.867.305 | 123.762 | 7.991.067 | 7.966.598 | 123.762 | 8.090.359 |
| Atividades imobiliárias | 1.360 | - | 1.360 | 2.937.115 | 236.333 | 3.173.448 | 2.938.475 | 236.333 | 3.174.808 |
| Outras atividades (*) | 697.614 | 89 | 697.702 | 1.930.149 | 38.687 | 1.968.837 | 2.627.763 | 38.776 | 2.666.539 |
| Administração pública, defesa e segurança social obrigatória | 2.979.663 | 34.433 | 3.014.096 | 235.206 | 547 | 235.753 | 3.214.869 | 34.981 | 3.249.849 |
| Educação | 4.590 | - | 4.590 | 169.216 | 2.028 | 171.244 | 173.806 | 2.028 | 175.834 |
| Saúde e segurança social | 1.814 | 7.110 | 8.924 | 403.885 | 63.196 | 467.081 | 405.699 | 70.306 | 476.005 |
| Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais | 18.002 | 1.769 | 19.771 | 1.047.772 | 26.854 | 1.074.625 | 1.065.774 | 28.623 | 1.094.396 |
| Famílias com empregados domésticos | - | - | - | 41 | 54 | 95 | 41 | 54 | 95 |
| Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais | - | - | - | 4 | - | 4 | 4 | - | 4 |
| | 3.863.835 | 43.401 | 3.907.236 | 28.601.181 | 1.538.782 | 30.139.963 | 32.465.015 | 1.582.184 | 34.047.199 |
| **Particulares** | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 32.869.652 | 930.397 | 33.800.049 | 32.869.652 | 930.397 | 33.800.049 |
| Outros fins | - | - | - | 1.594.637 | 110.298 | 1.704.935 | 1.594.637 | 110.298 | 1.704.935 |
| | - | - | - | 34.464.288 | 1.040.695 | 35.504.984 | 34.464.288 | 1.040.695 | 35.504.984 |
| | 3.863.835 | 43.401 | 3.907.236 | 63.065.469 | 2.579.478 | 65.644.946 | 66.929.303 | 2.622.879 | 69.552.182 |

(*) Para efeitos de comparabilidade com Dez/12, os saldos da Parvalorem e da Parups, no montante global de EUR 696 626 milhares, que estavam classificados no setor "Atividades financeiras" foram transferidos para o setor "Outras atividades", atual CAE das referidas empresas.

## 10. DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

| | 31-12-2012 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Montante nocional | | | Valor contabilístico | | | | |
| | Derivados de negociação | Derivados de cobertura | Total | Ativos detidos para negociação (Nota 5) | Passivos detidos para negociação | Derivados de cobertura | | Total |
| | | | | | | Ativo | Passivo | |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | | | | | |
| **Forwards Cambiais** | | | | 1.972 | (6.300) | - | - | (4.328) |
| Compras | 604.505 | - | 604.505 | | | | | |
| Vendas | 604.234 | - | 604.234 | | | | | |
| **NDF's (Non Deliverable Forward )** | | | | - | (22) | - | - | (22) |
| Compras | 25.814 | - | 25.814 | | | | | |
| Vendas | 7.362 | - | 7.362 | | | | | |
| **FRA (forward rate agreements)** | 5.000 | - | 5.000 | 75 | - | - | - | 75 |
| **Swaps** | | | | | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | 559 | (29.436) | - | - | (28.877) |
| Compras | 1.798.301 | - | 1.798.301 | | | | | |
| Vendas | 1.826.374 | - | 1.826.374 | | | | | |
| **Interest rate swaps e cross currency** | | | | | | | | |
| **Interest rate swaps** | | | | 1.633.139 | (1.709.414) | 97.193 | (84.479) | (63.560) |
| Compras | 58.864.842 | 800.413 | 59.665.255 | | | | | |
| Vendas | 58.834.866 | 786.049 | 59.620.914 | | | | | |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | 4.871 | (11.726) | - | - | (6.855) |
| Compras | 164.740 | - | 164.740 | | | | | |
| Vendas | 81.844 | - | 81.844 | | | | | |
| **Futuros** | | | | | | | | |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | - | - | - | - | - |
| Posições longas | - | - | - | | | | | |
| Posições curtas | 3.580.457 | - | 3.580.457 | | | | | |
| **Futuros de Cotações** | | | | - | (9) | - | - | (9) |
| Posições longas | 4.877 | - | 4.877 | | | | | |
| Posições curtas | 763 | - | 763 | | | | | |
| **Outros Futuros** | | | | - | - | - | - | - |
| Posições longas | (170.307) | - | (170.307) | | | | | |
| Posições curtas | 274.558 | - | 274.558 | | | | | |
| **Opções** | | | | | | | | |
| **Divisas** | | | | 517 | (334) | - | - | 184 |
| Compras | 960 | - | 960 | | | | | |
| Vendas | 953 | - | 953 | | | | | |
| **Cotações** | | | | 282.685 | (326.305) | - | - | (43.620) |
| Compras | - | - | - | | | | | |
| Vendas | - | - | - | | | | | |
| **Taxa de Juro (Caps & Floors)** | | | | 182.564 | (194.472) | - | - | (11.907) |
| Compras | 303.067 | - | 303.067 | | | | | |
| Vendas | 302.933 | - | 302.933 | | | | | |
| **Outros** | - | - | - | 1.273 | (18.489) | - | - | (17.216) |
| | 127.116.142 | 1.586.462 | 128.702.604 | 2.107.655 | (2.296.505) | 97.193 | (84.479) | (176.136) |

| | 31-12-2011 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Montante nocional | | | Valor contabilístico | | | | |
| | Derivados de negociação | Derivados de cobertura | Total | Ativos detidos para negociação (Nota 5) | Passivos detidos para negociação | Derivados de cobertura | | Total |
| | | | | | | Ativo | Passivo | |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | | | | | |
| **Forwards Cambiais** | | | | 2.589 | (1.160) | - | - | 1.429 |
| Compras | 170.936 | - | 170.936 | | | | | |
| Vendas | 151.851 | - | 151.851 | | | | | |
| **FRA (forward rate agreements)** | 5.000 | - | 5.000 | 36 | - | - | - | 36 |
| **Swaps** | | | | | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | 34.522 | (1.506) | - | - | 33.016 |
| Compras | 1.763.151 | - | 1.763.151 | | | | | |
| Vendas | 1.729.947 | - | 1.729.947 | | | | | |
| **Interest rate swaps e cross currency** | | | | | | | | |
| **Interest rate swaps** | | | | 1.959.173 | (1.945.172) | 106.887 | (93.072) | 27.816 |
| Compras | 104.856.708 | 1.045.342 | 105.902.050 | | | | | |
| Vendas | 104.810.436 | 977.880 | 105.788.316 | | | | | |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | 9.552 | (19.096) | - | - | (9.544) |
| Compras | 242.743 | - | 242.743 | | | | | |
| Vendas | 158.200 | - | 158.200 | | | | | |
| **Futuros** | | | | | | | | |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | - | - | - | - | - |
| Posições longas | (247.535) | - | (247.535) | | | | | |
| Posições curtas | 1.429.045 | - | 1.429.045 | | | | | |
| **Futuros de Cotações** | | | | 19 | - | - | - | 19 |
| Posições longas | 6.410 | - | 6.410 | | | | | |
| Posições curtas | - | - | - | | | | | |
| **Outros Futuros** | | | | - | - | - | - | - |
| Posições longas | 99.211 | - | 99.211 | | | | | |
| Posições curtas | 216.988 | - | 216.988 | | | | | |
| **Opções** | | | | | | | | |
| **Divisas** | | | | 2.682 | (2.662) | - | - | 20 |
| Compras | 1.055 | - | 1.055 | | | | | |
| Vendas | 1.055 | - | 1.055 | | | | | |
| **Cotações** | | | | 310.121 | (354.954) | - | - | (44.833) |
| Compras | - | - | - | | | | | |
| Vendas | - | - | - | | | | | |
| **Taxa de Juro (Caps & Floors)** | | | | 172.570 | (180.682) | - | - | (8.112) |
| Compras | 300.133 | - | 300.133 | | | | | |
| Vendas | 300.000 | - | 300.000 | | | | | |
| **Outros** | - | - | - | 3.634 | (4.832) | - | - | (1.199) |
| | 215.995.335 | 2.023.221 | 218.018.556 | 2.494.899 | (2.510.065) | 106.887 | (93.072) | (1.350) |

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nocional):

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | <= 3 meses | > 3 meses <= 6 meses | > 6 meses <= 1 ano | > 1ano <= 5 anos | > 5 anos | Total |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | | | |
| **Forwards Cambiais** | | | | | | |
| Compras | 298.557 | 83.365 | 204.495 | 18.088 | - | 604.505 |
| Vendas | 298.453 | 83.191 | 204.502 | 18.088 | - | 604.234 |
| **NDF's (No Deliverable Forward )** | | | | | | |
| Compras | 25.814 | - | - | - | - | 25.814 |
| Vendas | 7.362 | - | - | - | - | 7.362 |
| **FRA (forward rate agreements)** | - | - | - | 5.000 | - | 5.000 |
| **Swaps** | | | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | | | |
| Compras | 1.575.661 | 21.303 | 169.804 | 31.532 | - | 1.798.301 |
| Vendas | 1.602.144 | 21.324 | 172.324 | 30.582 | - | 1.826.374 |
| **Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps** | | | | | | |
| Compras | 5.416.398 | 5.129.761 | 8.008.363 | 24.458.892 | 16.651.840 | 59.665.255 |
| Vendas | 5.414.722 | 5.127.998 | 8.008.187 | 24.431.338 | 16.638.670 | 59.620.914 |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | | | |
| Compras | - | - | 54.106 | 110.634 | - | 164.740 |
| Vendas | - | - | - | 81.844 | - | 81.844 |
| **Futuros** | | | | | | |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | | | |
| Posições Curtas | 1.448.791 | 99.628 | 2.032.038 | - | - | 3.580.457 |
| **Futuros de Cotações** | | | | | | |
| Posições Longas | 4.877 | - | - | - | - | 4.877 |
| Posições Curtas | 763 | - | - | - | - | 763 |
| **Outros Futuros** | | | | | | |
| Posições Longas | (68.345) | (23.350) | (74.884) | (3.728) | - | (170.307) |
| Posições Curtas | 108.007 | 33.401 | 129.422 | 3.728 | - | 274.558 |
| **Opções** | | | | | | |
| **Divisas e Cotações** | | | | | | |
| Compras | 568 | 392 | - | - | - | 960 |
| Vendas | 568 | 385 | - | - | - | 953 |
| **Taxa de Juro (Caps & Floors)** | | | | | | |
| Compras | - | - | 133 | 2.933 | 300.000 | 303.067 |
| Vendas | - | - | - | 2.933 | 300.000 | 302.933 |
| | 16.134.342 | 10.577.397 | 18.908.491 | 49.191.864 | 33.890.510 | 128.702.604 |

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | <= 3 meses | > 3 meses <= 6 meses | > 6 meses <= 1 ano | > 1ano <= 5 anos | > 5 anos | Total |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | | | |
| **Forwards Cambiais** | | | | | | |
| Compras | 94.473 | 4.883 | 1.720 | 69.860 | - | 170.936 |
| Vendas | 94.738 | 5.038 | 1.715 | 50.360 | - | 151.851 |
| **FRA (forward rate agreements)** | - | - | - | 5.000 | - | 5.000 |
| **Swaps** | | | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | | | |
| Compras | 1.667.586 | 62.812 | 32.753 | - | - | 1.763.151 |
| Vendas | 1.641.859 | 57.961 | 30.127 | - | - | 1.729.947 |
| **Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps** | | | | | | |
| Compras | 5.463.693 | 6.379.396 | 13.147.611 | 38.013.638 | 42.897.711 | 105.902.050 |
| Vendas | 5.463.693 | 6.379.396 | 13.147.611 | 37.946.243 | 42.851.372 | 105.788.316 |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | | | |
| Compras | | 60.000 | | 144.100 | 38.643 | 242.743 |
| Vendas | 19.321 | 25.000 | 30.914 | 44.321 | 38.643 | 158.200 |
| **Futuros** | | | | | | |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | | | |
| Posições Longas | - | - | (247.535) | - | - | (247.535) |
| Posições Curtas | 1.132.589 | 296.455 | - | - | - | 1.429.045 |
| **Futuros de Cotações** | | | | | | |
| Posições Longas | 6.410 | - | - | - | - | 6.410 |
| **Outros Futuros** | | | | | | |
| Posições Longas | 14.704 | 41.453 | 14.897 | 28.157 | - | 99.211 |
| Posições Curtas | 79.789 | 52.895 | 51.816 | 32.489 | - | 216.988 |
| **Opções** | | | | | | |
| **Divisas e Cotações** | | | | | | |
| Compras | 1.055 | - | - | - | - | 1.055 |
| Vendas | 1.055 | - | - | - | - | 1.055 |
| **Taxa de Juro (Caps & Floors)** | | | | | | |
| Compras | - | - | - | 133 | 300.000 | 300.133 |
| Vendas | - | - | - | - | 300.000 | 300.000 |
| | 15.680.966 | 13.365.289 | 26.211.630 | 76.334.301 | 86.426.369 | 218.018.556 |

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor Nocional | Valor Contabilístico | Valor Nocional | Valor Contabilístico |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | |
| **Forwards Cambiais** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 1.152.610 | (4.597) | 230.380 | 1.576 |
| *Clientes* | 56.129 | 269 | 92.408 | (147) |
| | 1.208.739 | (4.328) | 322.788 | 1.429 |
| **NDF's (No Deliverable Forward )** | | | | |
| *Clientes* | 33.176 | (22) | - | - |
| | 33.176 | (22) | - | - |
| **FRA (forward rate agreements)** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 5.000 | 75 | 5.000 | 36 |
| **Swaps** | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 3.609.200 | (28.940) | 3.467.987 | 31.903 |
| *Clientes* | 15.475 | 63 | 25.111 | 1.113 |
| | 3.624.675 | (28.877) | 3.493.098 | 33.016 |
| **Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 117.738.834 | (15.580) | 200.068.117 | 72.760 |
| *Clientes* | 1.547.336 | (47.980) | 11.622.249 | (44.944) |
| | 119.286.170 | (63.560) | 211.690.366 | 27.816 |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 246.584 | (5.038) | 400.943 | (7.011) |
| *Clientes* | - | (1.817) | - | (2.533) |
| | 246.584 | (6.855) | 400.943 | (9.544) |
| **Futuros** | | | | |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | |
| *Em Bolsa* | 3.580.457 | - | 1.181.510 | - |
| **Futuros de Cotações** | | | | |
| *Em Bolsa* | 5.641 | (9) | 6.410 | 19 |
| *Clientes* | - | - | - | - |
| | 5.641 | (9) | 6.410 | 19 |
| **Outros Futuros** | | | | |
| *Em Bolsa* | 104.251 | - | 316.199 | - |
| | 104.251 | - | 316.199 | - |
| **Opções (Divisas e Cotações)** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | - | 3.160 | - | 8.861 |
| *Clientes* | 1.913 | (46.598) | 2.110 | (53.674) |
| | 1.913 | (43.438) | 2.110 | (44.813) |
| **Taxa de Juro (Caps & Floors)** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 600.000 | 42.292 | 600.000 | 21.250 |
| *Clientes* | 6.000 | (54.199) | 133 | (29.362) |
| | 606.000 | (11.907) | 600.133 | (8.112) |
| **Outros** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | - | (17.216) | - | 2.417 |
| *Clientes* | - | - | - | (3.616) |
| | - | (17.216) | - | (1.199) |
| | 128.702.604 | (176.136) | 218.018.556 | (1.350) |

## 11. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.5, a Caixa regista nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | | | | | | Saldo em 31-12-2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade Acumulada | Adições | Alienações e abates | Outras transferências e regularizações | Imparidade (Nota 21) | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade Acumulada |
| Ativos não correntes detidos para venda | | | | | | | | |
| Imóveis | 320.915 | (58.804) | 134.088 | (86.315) | 2.156 | (26.545) | 370.843 | (85.349) |
| Outros | 950 | - | - | - | - | - | 950 | - |
| | 321.864 | (58.804) | 134.088 | (86.315) | 2.156 | (26.545) | 371.792 | (85.349) |

| | Saldo em 31-12-2010 | | | | | | Saldo em 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade Acumulada | Adições | Alienações e abates | Outras transferências e regularizações | Imparidade (Nota 21) | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade Acumulada |
| Ativos não correntes detidos para venda | | | | | | | | |
| Imóveis | 295.851 | (46.286) | 108.686 | (92.203) | 8.581 | (12.518) | 320.915 | (58.804) |
| Outros | 985 | - | - | - | (35) | - | 950 | - |
| | 296.836 | (46.286) | 108.686 | (92.203) | 8.546 | (12.518) | 321.864 | (58.804) |

Nos exercícios de 2012 e 2011, as menos valias líquidas obtidas na alienação de imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito ascenderam a 15.298 mEuros e 11.842 mEuros, respetivamente (Notas 31 e 32).

## 12. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | | | | | | | | | Saldo em 31-12-2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações e imparidade acumuladas | Adições | Diferenças de câmbio | Transferências entre ativos tangíveis | Outras transferências e regularizações | Amortizações do exercício | Reposições líquidas de imparidade do exercício (Nota 21) | Vendas e abates líquidos | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações e Imparidade Acumulada |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | | | | | | |
| Terrenos | 77.557 | - | - | - | - | 427 | - | - | (73) | 77.912 | - |
| Edifícios | 398.728 | (198.343) | - | - | - | 869 | (7.440) | 561 | (315) | 399.741 | (205.681) |
| Obras em imóveis arrendados | 109.334 | (67.580) | 1.505 | 7 | 9.049 | 228 | (7.841) | - | (517) | 117.373 | (73.187) |
| Outros imóveis | 80 | - | - | - | - | - | - | - | - | 80 | - |
| Equipamento | | | | | | | | | | | |
| Mobiliário e material de escritóri | 64.318 | (54.061) | 547 | 3 | - | - | (2.796) | - | (16) | 63.770 | (55.776) |
| Máquinas e ferramentas | 12.671 | (10.234) | 326 | (1) | - | - | (863) | - | - | 12.809 | (10.909) |
| Equipamento informático | 100.256 | (88.133) | 5.808 | (3) | 163 | 39 | (7.172) | - | (38) | 120.711 | (109.790) |
| Instalações interiores | 264.725 | (214.416) | 2.319 | (1) | 49.936 | (207) | (16.039) | 197 | (79) | 316.709 | (230.275) |
| Material de transporte | 925 | (684) | 25 | (1) | - | 39 | (98) | - | (4) | 893 | (692) |
| Equipamento de segurança | 34.630 | (26.721) | 1.303 | - | - | - | (2.951) | - | (1) | 35.925 | (29.665) |
| Outro equipamento | 172 | (162) | - | - | - | - | (5) | - | - | 172 | (166) |
| Ativos em locação financeira | | | | | | | | - | | | |
| Imóveis | 769 | (140) | - | - | - | - | (12) | - | - | 769 | (151) |
| Equipamento | 77.328 | (58.565) | 490 | - | (104) | (19) | (10.080) | - | - | 60.825 | (51.775) |
| Ativos tangíveis em curso | 55.925 | - | 11.713 | (1) | (59.044) | (478) | - | - | - | 8.115 | - |
| Outros ativos tangíveis | 11.381 | (7.377) | 27 | - | - | (7) | (827) | - | - | 11.408 | (8.211) |
| | 1.208.800 | (726.416) | 24.063 | 3 | - | 891 | (56.123) | 758 | (1.043) | 1.227.212 | (776.278) |

| | Saldo em 31-12-2010 | | | | | | | | | Saldo em 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações e imparidade acumuladas | Adições | Diferenças de câmbio | Transferências entre ativos tangíveis | Outras transferências e regularizações | Amortizações do exercício | Reposições líquidas de imparidade do exercício (Nota 21) | Vendas e abates líquidos | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações e imparidade acumuladas |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | | | | | | |
| Terrenos | 80.757 | - | - | - | 234 | (3.434) | - | - | - | 77.557 | - |
| Edifícios | 407.749 | (200.724) | 7 | - | 703 | (5.098) | (7.436) | 5.184 | - | 398.728 | (198.343) |
| Obras em imóveis arrendados | 89.823 | (61.656) | 413 | 42 | 20.754 | - | (7.268) | - | (355) | 109.334 | (67.580) |
| Outros imóveis | 80 | - | - | - | - | - | - | - | - | 80 | - |
| Equipamento | | | | | | | | | | | |
| Mobiliário e material de escritóri | 63.323 | (51.892) | 2.449 | 10 | - | (8) | (3.585) | - | (41) | 64.318 | (54.061) |
| Máquinas e ferramentas | 11.222 | (9.654) | 282 | 1 | 1.509 | - | (922) | - | - | 12.671 | (10.234) |
| Equipamento informático | 95.773 | (81.645) | 4.257 | 15 | 64 | - | (6.341) | - | - | 100.256 | (88.133) |
| Instalações interiores | 249.283 | (202.655) | 1.643 | 2 | 14.224 | 308 | (12.152) | (344) | - | 264.725 | (214.416) |
| Material de transporte | 781 | (634) | 167 | - | - | - | (66) | - | (8) | 925 | (684) |
| Equipamento de segurança | 30.986 | (23.364) | 3.290 | - | - | - | (3.002) | - | (1) | 34.630 | (26.721) |
| Outro equipamento | 172 | (157) | - | - | - | - | (5) | - | - | 172 | (162) |
| Ativos em locação financeira | | | | | | | | | | | |
| Imóveis | 769 | (128) | - | - | - | - | (12) | - | - | 769 | (140) |
| Equipamento | 77.480 | (49.096) | 4.304 | - | (53) | - | (13.873) | - | - | 77.328 | (58.565) |
| Ativos tangíveis em curso | 65.778 | - | 28.639 | - | (37.435) | (720) | - | - | (331) | 55.925 | - |
| Outros ativos tangíveis | 11.264 | (6.298) | 117 | - | - | (21) | (1.059) | - | - | 11.381 | (7.377) |
| | 1.185.241 | (687.903) | 45.568 | 70 | - | (8.973) | (55.721) | 4.840 | (736) | 1.208.800 | (726.416) |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a imparidade registada para Imóveis de serviço próprio ascende a 2.761 mEuros e 3.518 mEuros, respetivamente (Nota 21).

## 13. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Ativos intangíveis" durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | | | | | | | Saldo em 31-12-2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações | Adições | Transferências entre ativos intangíveis | Outras transferências e regularizações | Diferenças de câmbio | Amortizações do exercício | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações |
| Sistemas de tratamento automático de dados (Software) | 532.270 | (453.581) | 6.527 | 36.712 | (10) | (20) | (47.670) | 575.469 | (501.240) |
| Outros ativos intangíveis | 695 | - | - | - | - | - | (1) | 696 | (1) |
| Ativos intangíveis em curso | 36.196 | - | 29.189 | (36.712) | (594) | - | - | 28.078 | - |
| | 569.162 | (453.582) | 35.717 | - | (604) | (20) | (47.671) | 604.243 | (501.241) |

| | Saldo em 31-12-2010 | | | | | | | Saldo em 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações | Adições | Transferências entre ativos intangíveis | Outras transferências e regularizações | Diferenças de câmbio | Amortizações do exercício | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações |
| Sistemas de tratamento automático de dados (Software) | 474.479 | (387.823) | 11.833 | 46.080 | (224) | 4 | (65.659) | 532.270 | (453.581) |
| Outros ativos intangíveis | 689 | - | 6 | - | - | - | - | 695 | - |
| Ativos intangíveis em curso | 39.090 | - | 43.573 | (46.080) | (390) | 3 | - | 36.196 | - |
| | 514.258 | (387.823) | 55.412 | - | (614) | 7 | (65.659) | 569.162 | (453.582) |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

Despesas com atividades de investigação e desenvolvimento

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 4.057 mEuros e 5.500 mEuros, respetivamente.

## 14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | | 31-12-2011 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Participação direta (%) | Custo de aquisição | Imparidade (Nota 21) | Valor de balanço | Participação direta (%) | Custo de aquisição | Imparidade (Nota 21) | Valor de balanço |
| **Filiais** | | | | | | | | |
| **Em instituições de crédito no estrangeiro** | | | | | | | | |
| Banco Caixa Geral, S.A. | 99,79% | 597.134 | (248.753) | 348.381 | 99,79% | 597.114 | (201.246) | 395.868 |
| Mercantile Bank Holdings, Ltd. | 91,75% | 128.606 | (19.146) | 109.460 | 91,75% | 128.606 | (19.146) | 109.460 |
| Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) | 99,43% | 213.557 | - | 213.557 | 97,13% | 54.521 | - | 54.521 |
| Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A. | 49,99% | 183.212 | - | 183.212 | 49,99% | 183.212 | - | 183.212 |
| Banco Caixa Geral Brasil | 99,91% | 150.839 | - | 150.839 | 99,91% | 150.839 | - | 150.839 |
| CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A. | 100,00% | 15.905 | - | 15.905 | 100,00% | 15.905 | - | 15.905 |
| Banco Interatlântico, S.A.R.L. | 70,00% | 6.352 | - | 6.352 | 70,00% | 6.352 | - | 6.352 |
| **Em outras empresas no País** | | | | - | | | | |
| Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. | 100,00% | 1.580.729 | - | 1.580.729 | 100,00% | 1.229.204 | - | 1.229.204 |
| Parcaixa, SGPS, S.A. | 51,00% | 510.000 | - | 510.000 | 51,00% | 510.000 | - | 510.000 |
| Partang, SGPS, S.A. | 51,00% | 53.248 | - | 53.248 | 51,00% | 53.248 | - | 53.248 |
| Caixa - Participações, SGPS, S.A. | 100,00% | 27.683 | - | 27.683 | 100,00% | 27.683 | - | 27.683 |
| Caixa - Gestão de Ativos, S.A. | 100,00% | 10.350 | - | 10.350 | 100,00% | 10.350 | - | 10.350 |
| CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A. | 80,00% | 8.000 | - | 8.000 | 80,00% | 8.000 | - | 8.000 |
| Wolfpart, SGPS, S.A. | 100,00% | 1.300 | (1.300) | - | 100,00% | 1.300 | (1.300) | - |
| Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A. | 80,00% | 400 | - | 400 | 80,00% | 400 | - | 400 |
| Caixatec - Tecnologias Comunicação | 100,00% | 8 | - | 8 | 100,00% | 8 | - | 8 |
| Gerbanca, SGPS, S.A. | 91,95% | 63.340 | - | 63.340 | 91,95% | 63.340 | - | 63.340 |
| Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A. | 90,00% | 2.275 | (2.275) | - | 80,00% | 20 | - | 20 |
| Parbanca, SGPS, S.A. | 10,00% | 5 | - | 5 | 10,00% | 5 | - | 5 |
| Outras | | 19 | (19) | - | | 19 | (19) | - |
| **Em outras empresas no Estrangeiro** | | | | | | | | |
| SCI – Rue du Helder | 100,00% | 9.583 | (5.497) | 4.086 | 100,00% | 9.583 | (5.497) | 4.086 |
| **Associadas e empreendimentos conjuntos** | | | | | | | | |
| **Em outras empresas no País** | | | | | | | | |
| SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. | 21,60% | 12.969 | - | 12.969 | 21,60% | 12.969 | - | 12.969 |
| Esegur – Empresa de Segurança, S.A. | 50,00% | 12.952 | - | 12.952 | 50,00% | 12.952 | - | 12.952 |
| Prado Cartolinas da Lousã, S.A. | 37,40% | 6.178 | - | 6.178 | 37,40% | 6.178 | - | 6.178 |
| Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. | 50,00% | 4.467 | - | 4.467 | 50,00% | 4.467 | - | 4.467 |
| Companhia de Papel do Prado, S.A. | 37,40% | 2.533 | (1.278) | 1.255 | 37,40% | 2.533 | (1.278) | 1.255 |
| SOFID- Sociedade Financiamento Desenvolvimento Instituições Financeiras Crédito, S.A. | 10,00% | 1.250 | - | 1.250 | 10,00% | 1.250 | - | 1.250 |
| Fundo Turismo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. | 33,47% | 125 | - | 125 | 33,47% | 125 | - | 125 |
| Floresta Atlântica SGFII, S.A. | 11,89% | 51 | - | 51 | 11,89% | 50 | - | 50 |
| YUNIT Serviços, S.A. | 33,33% | 3 | - | 3 | 33,33% | 3 | - | 3 |
| Bem Comum - Sociedade de Capital de Risco, S.A. | 32,00% | 80 | - | 80 | - | - | - | - |
| Gestínsua - Aquisição e Alienação de Património Mobiliário e Imobiliário S.A. | 21,06% | 12 | (5) | 7 | 21,06% | 12 | (5) | 7 |
| **Em outras empresas no estrangeiro** | | | | | | | | |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L. | 47,66% | 21.726 | (8.424) | 13.302 | 47,66% | 21.726 | (8.424) | 13.302 |
| Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. | 41,55% | 6.848 | (2.486) | 4.362 | 41,55% | 6.848 | (2.486) | 4.362 |
| A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L. | 36,21% | 1.326 | (212) | 1.114 | 36,21% | 1.326 | (212) | 1.114 |
| Banco Nacional de Investimento, S.A. | - | - | - | - | 49,50% | 31.250 | - | 31.250 |
| Banco Internacional de S. Tomé | 27,00% | 624 | - | 624 | 27,00% | 624 | - | 624 |
| IMOBCI | 40,00% | 144 | (62) | 82 | 40,00% | 144 | (62) | 82 |
| GCI - Sociedade de Capital de Risco | 30,00% | 66 | (66) | - | 30,00% | 66 | (66) | - |
| Inmobiliária Caixa Geral, S.A.U. | 100,00% | 60 | (60) | - | - | - | - | - |
| **Outros** | | | | | | | | |
| Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD - Caixa Capital | 85,63% | 318.606 | (37.609) | 280.997 | 93,54% | 318.606 | - | 318.606 |
| Fundo de Capital de Risco Empreender Mais | 100,00% | 25.000 | (4.101) | 20.899 | 100,00% | 25.000 | - | 25.000 |
| Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine - Caixa Capital | 100,00% | 100.000 | (655) | 99.345 | 100,00% | 100.000 | - | 100.000 |
| Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR | 100,00% | 100.000 | (2.031) | 97.969 | 100,00% | 100.000 | - | 100.000 |
| Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Caixa Arrendamento | 87,86% | 101.243 | - | 101.243 | 82,51% | 66.243 | - | 66.243 |
| Caixa Geral Finance, Limited | 0,00% | - | - | - | 0,00% | 1 | - | 1 |
| CGD - North America Finance | 100,00% | - | - | - | 100,00% | - | - | - |
| CGD Finance Limited | 100,00% | 1 | - | 1 | 100,00% | 1 | - | 1 |
| | | 4.278.809 | (333.979) | 3.944.830 | | 3.762.083 | (239.742) | 3.522.341 |

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a Caixa concedeu a algumas das suas filiais suprimentos e empréstimos subordinados para financiar as suas atividades, os quais se encontram registados em “Outros ativos” (Nota 16).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos durante os exercícios de 2012 e 2011, foram os seguintes:

*Inmobiliária Caixa Geral, S.A.U. (Inmobiliaria Caixa Geral)*

No decorrer do mês de Janeiro de 2012, a Sucursal da CGD em Espanha adquiriu pelo respetivo valor nominal ao Banco Caixa Geral, S.A., 600 ações, com um preço unitário de 10 Euros cada, da sociedade Inmobiliária Caixa Geral, representativas da totalidade do seu capital social.

Na data da transmissão desta participação, o Banco Caixa Geral cedeu igualmente à Sucursal os direitos creditórios inerentes a empréstimos concedidos à Inmobiliária no montante global de 65.714 mEuros, os quais em 31 de dezembro de 2012 se encontram reconhecidos na rubrica de "Outros ativos – devedores e outras aplicações - devedores diversos" (Nota 16). Em resultado desta transação, a Sucursal da CGD em Espanha reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais nestes ativos no montante de 33.652 mEuros, refletindo desta forma a deterioração observada no valor dos imóveis geridos pela Inmobiliária.

Já no decorrer do mês de dezembro de 2012, a Sucursal da CGD em Espanha, na sequência da deliberação do acionista, subscreveu na sua totalidade o aumento de capital da Inmobiliária de 6 mEuros para 60 mEuros, tendo igualmente esta sociedade alterado a sua forma legal de responsabilidade limitada para sociedade anónima unipessoal.

*Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Caixa Seguros e Saúde) e Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)*

Em 31 de maio de 2012 foi concretizada a fusão das seguradoras Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. e da Império Bonança - Companhia de Seguros S.A., tendo esta última sido incorporada na primeira. A fusão produziu efeitos comtabilísticos a 1 de janeiro de 2012. Na sequência desta operação verificou-se a alteração da denominação social da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. para Fidelidade - Companhia de Seguros S.A. (Fidelidade) bem como o aumento do capital social desta entidade, de 400.000 mEuros para 520.000 mEuros.

Em junho de 2012, em resultado da deliberação do acionista Caixa Seguros e Saúde SGPS, S.A. o capital social da Fidelidade foi aumentado de 520.000 mEuros para 605.000 mEuros. Este aumento de capital social foi integralmente subscrito pela CGD, mediante conversão de empréstimos subordinados de igual montante concedidos a esta entidade, tendo a Caixa Seguros e Saúde abdicado do seu direito de preferência enquanto acionista único. Em resultado desta operação a CGD passou a deter uma participação direta de cerca de 14% no capital social da Fidelidade, reduzindo-se a participação da Caixa Seguros e Saúde para 86%. Posteriormente, esta participação foi alienada pela CGD à Caixa Seguros e Saúde por um valor unitário de 5 euros por ação, ascendendo o montante global da transação a 85.000 mEuros (equivalente ao valor nominal do aumento de capital).

Ainda decorrer do mês de junho de 2012, a Caixa Seguros e Saúde realizou um aumento de capital social no montante de 351.525 mEuros por contrapartida de um empréstimo subordinado e de suprimentos anteriormente concedidos pela CGD à sua subsidiária neste montante. Deste aumento de capital resultou a emissão de 175.762.460 ações com o valor nominal de 2 Euros cada, ascendendo o capital social da Caixa Seguros e Saúde nesta data a 799.925 mEuros, integralmente detido pela CGD.

*Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A. (BPD)*

O Banco para Promoção e Desenvolvimento foi constituído em 14 de fevereiro de 2011, mediante escritura pública celebrada entre a Sonangol, Empresa Pública, a Sonangol Holdings, Limitada, a Gerbanca, S.G.P.S., S.A., a Caixa - Participações, S.G.P.S., S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária com a latitude permitida pela Lei, ascendendo o seu capital social a 45.900.000.000 Kwanzas, (correspondentes, na data da

sua constituição, a USD 500.000.000), dos quais 23.500.000 Kwanzas realizados aquela data. A participação do Grupo Caixa no capital do BPD ascende a 50%, repartido entre a CGD (49,99%), a Caixa – Participações (0,005%) e a Gerbanca (0,005%).

O montante da parcela não realizada do capital do BPD atribuível à Caixa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 ascendia a 171.838 mEuros e 178.731 mEuros, respetivamente, considerando o câmbio de fecho nessa data (Nota 23).

Ainda a 31 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de compra e venda para alienação da participação detida pelas empresas do grupo CGD às entidades do grupo Sonangol Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola , Empresa Pública (Sonangol EP) e Sonip - Sonangol Imobiliária e Propriedades, LDA.(Sonip), por um montante global de USD 29.664.249.

Esta transação encontra-se pendente de obtenção das autorizações necessárias para transmissão das participações sociais e licença de exportação de capitais por parte do Banco Nacional de Angola.

*Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)*

No decorrer do exercício de 2012, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, o BNU realizou um aumento de capital no valor de 1.600.000 mMOPS integralmente subscrito e realizado pela CGD.. Em resultado desta transação, em 31 de dezembro de 2012, a participação da Caixa no capital social do BNU Macau ascende a 99,43%.

*Banco Nacional de Investimento, S.A. (BNI)*

O Banco Nacional de Investimento, S.A. foi constituído em 14 de junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique através da Direção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L., tendo por objeto o exercício da atividade bancária na área da banca de investimento.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito e realizado do Banco Nacional de Investimento, S.A. ascendia a 70.000 mMZN (milhares de Meticais), distribuídos pela Direção Nacional de Tesouro (49,5%), CGD (49,5%) e Banco Comercial de Investimentos, S.A.R.L. (1%). Em Assembleia Geral de Acionistas de 22 de novembro de 2011 foi deliberado o aumento de capital do Banco para 2.240.000 mMZN, representado por 2.240.000.000 ações com o valor nominal de 1 Metical cada.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social do BNI encontrava-se integralmente realizado, mantendo os acionistas a proporção de titularidade do capital social inicial.

No decorrer do exercício de 2012 a CGD alienou a sua participação de 49,5% no capital social do BNI ao IGEPE - Instituto de Gestão de Participações do Estado pelo montante global de 1.067.255 mMZN, tendo em resultado desta operação reconhecido menos valias de aproximadamente 3.587 mEuros, das quais 2.515 mEuros registadas em rubricas de "Resultados de reavaliação cambial - reavaliação da posição cambial" (Nota 29) e 1.072 mEuros em "Resultados da alienação de outros ativos" (Nota 31).

Do montante global da transação, a CGD recebeu à data da sua efectivação 450.000 mMZN, sendo o remanescente devido em três prestações iguais, anuais e sucessivas, a primeira, no prazo de um ano a contar da data do contrato.

*Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR*

O Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR foi constituído em 16 de agosto de 2011, com um capital inicial de 100.000 mEuros, representado por 100.000 Unidades de Participação com um valor nominal de 1.000 Euros, cada.

O Fundo destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em sociedades que se encontrem ou se preveja venham a enfrentar dificuldades financeiras e/ou operacionais ou cuja viabilização no curto ou médio prazo implique a implementação de um processo de reorganização da sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados 15.000 mEuros, devendo a realização do valor remanescente ser efetuada em função da concretização das necessidades de investimento (Nota 23).

*Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento (FIIAH – Caixa Arrendamento)*

Em 30 de setembro de 2011, decorrente de deliberação dos participantes do Fundo, a CGD procedeu à subscrição de 38.873 unidades de participação pelo montante global de 39.999 mEuros, tendo em resultado desta transação aumentado a percentagem que detinha nessa data no capital do FIIAH - Caixa Arrendamento para 82,51%.

O aumento de capital do fundo, integralmente subscrito pela CGD, foi realizada mediante a entrega de 29.979 mEuros em numerário e o remanescente, no montante de 10.020 mEuros, através da entrega de imóveis.

No decorrer do exercício de 2012 foi realizado um novo aumento de capital no montante de aproximadamente 34.999 mEuros, através da emissão de 34.617 novas unidades de participação, integralmente subscrito e realizado pela CGD em numerário. Em consequência desta operação, a percentagem que detinha no capital do Fundo foi reforçada, ascendendo nessa data a 87,86%.

*Banco Caixa Geral, S.A.*

No exercício de 2011 e com o objetivo de consolidar a estrutura de fundos próprios do Banco Caixa Geral S.A., foi decidido pelos seus acionistas a realização de um aumento de capital social no montante de 30.000 mEuros, mediante a emissão de 4.991.672 ações com um valor nominal unitário de 6,01 euros, integralmente subscrito pela CGD.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os montantes relativos aos aumentos de capital subscritos pela Caixa Geral de Depósitos encontravam-se integralmente realizados.

*Caixaweb, S.G.P.S., S.A. (em liquidação) (Caixaweb)*

Em Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2011, foi deliberado o encerramento do processo de liquidação da Caixaweb, tendo os ativos líquidos da sociedade, em consequência desta decisão, sido entregues ao seu acionista único, a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

Em resultado desta situação a Caixa procedeu à incorporação das participações detidas pela Caixaweb nas entidades Caixatec – Tecnologias de Comunicação, S.A. (e respetivos suprimentos) e Yunit Serviços, S.A..

*Eventos subsequentes*

*CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. (em liquidação) e CGD - Sucursal Offshore de Macau, S.A.*

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da reavaliação efectuada à configuração da presença mantida pela CGD na Região Administrativa Especial de Macau (REAM) através da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi decidido proceder à alteração da estrutura jurídica até então adotada, passando esta a assumir a forma de sucursal.

O pedido formulado ao Chefe do Executivo da REAM para o estabelecimento de uma instituição financeira offshore sob a forma de sucursal foi outorgado através da publicação da Ordem Executiva nº 7/2013, de 25 de janeiro, a qual veio simultâneamente revogar a autorização anteriormente concedida para o exercício de atividades financeiras offshore

sob a forma de subsidiária.

Em resultado da obtenção das necessárias aprovações administrativas e legais, foram implementados os procedimentos necessários ao estabelecimento da nova unidade, em paralelo com o encerramento da subsidiária.

Desta forma, com data de 1 de fevereiro de 2013 (data de entrada em vigor da Ordem Executiva), a CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A. alienou ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos, S.A., pelo respetivo valor nominal, a totalidade dos seus ativos e passivos afetos à exploração da sua atividade comercial, incluindo direitos e obrigações sobre ela incidentes, independentemente da sua natureza. Estes foram na mesma data transferidos para a sucursal, a qual assegurará a sua gestão no âmbito da prossecução dos seus objetivos.

O registo de dissolução da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi realizado em 4 de fevereiro de 2013 encontrando-se os procedimentos referentes à sua liquidação em curso.

## 15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Ativos por impostos correntes** | | |
| Imposto sobre o rendimento a recuperar | 28.143 | 23.406 |
| Outros | 4.140 | 935 |
| | 32.283 | 24.341 |
| **Passivos por impostos correntes** | | |
| Imposto sobre o rendimento a pagar | (2.608) | (1.484) |
| | 29.675 | 22.857 |
| **Ativos por impostos diferidos** | | |
| Por diferenças temporárias | 1.121.989 | 1.338.295 |
| Por prejuízos fiscais reportáveis | 29.234 | 56.986 |
| | 1.151.223 | 1.395.282 |
| **Passivos por impostos diferidos** | (74.401) | (51.066) |
| | 1.076.822 | 1.344.216 |

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | Variação em | | Transferência para imposto corrente | Saldo em 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Capital Próprio | Resultados | | |
| Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis | 11.303 | - | 16.256 | - | 27.559 |
| Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente | 665.416 | - | 243.801 | 6.609 | 915.826 |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 25) | 589.423 | (512.837) | - | - | 76.586 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 56.986 | - | (27.752) | - | 29.234 |
| Benefícios dos trabalhadores | 26.482 | 7.897 | - | (1.754) | 32.626 |
| Reavaliação legal de outros ativos tangíveis | (4.945) | - | 379 | - | (4.566) |
| Outros | (449) | - | 7 | - | (443) |
| | 1.344.216 | (504.940) | 232.690 | 4.855 | 1.076.822 |

| | Saldo em 31-12-2010 | Variação em | | Transferência para imposto corrente | Saldo em 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Capital Próprio | Resultados | | |
| Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis | 10.949 | - | 355 | - | 11.303 |
| Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente | 492.673 | - | 166.082 | 6.661 | 665.416 |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 25) | 110.280 | 479.142 | - | - | 589.423 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 53.112 | - | 3.875 | - | 56.986 |
| Benefícios dos trabalhadores | 36.578 | (10.096) | - | - | 26.482 |
| Comissões | 129 | - | (129) | - | - |
| Reavaliação legal de outros ativos tangíveis | (5.608) | - | 662 | - | (4.945) |
| Despesas de carácter plurianual | 858 | - | (858) | - | - |
| Outros | (465) | - | 16 | - | (449) |
| | 698.505 | 469.047 | 170.003 | 6.661 | 1.344.216 |

Os impostos sobre lucros registados diretamente por contrapartida de capital próprio nos exercícios de 2012 e 2011 apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Impostos diferidos** | | |
| Valorização de ativos financeiros por contrapartida de reservas de reavaliação | (512.837) | 479.142 |
| Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego | 7.897 | (10.096) |
| | (504.940) | 469.047 |
| **Impostos correntes** | | |
| Amortização do impacto de transição para NCA relativoa benefícios pós-emprego | | |
| - Responsabilidades com pensões | 2.801 | 2.803 |
| - Plano médico e outros benefícios pós-emprego | 6.609 | 6.661 |
| | 9.411 | 9.464 |
| Amortização do impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego (exercício de 2011) | (1.754) | - |
| Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego | 662 | - |
| | 8.319 | 9.464 |

No decorrer do exercício de 2011 a Caixa procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

De referir que ao abrigo do artigo 183º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-/2011, de 30 de dezembro), as variações patrimoniais negativas decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores não concorrem para os limites previstos nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, sendo considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os encargos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Impostos correntes** | | |
| Do exercício | 20.752 | 18.958 |
| Contribuição sobre o sector bancário | 27.518 | 26.946 |
| Correções a exercícios anteriores | (7.743) | 6.895 |
| | 40.527 | 52.800 |
| **Impostos diferidos** | | |
| Registo e reversão de diferenças temporárias | (260.443) | (166.129) |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 27.752 | (3.875) |
| | (232.690) | (170.003) |
| Total de impostos em resultados | (192.163) | (117.204) |
| Resultado antes de impostos | (871.230) | (433.459) |
| Carga fiscal | 22,06% | 27,04% |

Nos exercícios de 2012 e 2011, a rubrica "Correções a exercícios anteriores" apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2010 e 2011) | (881) | 138 |
| Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável | (6.836) | 6.861 |
| Outros | (26) | (104) |
| | (7.743) | 6.895 |

A reconciliação entre o imposto apurado com base na taxa nominal e os encargos / (proveitos) com impostos sobre lucros nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como se segue:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Taxa | Imposto | Taxa | Imposto |
| Resultado antes de impostos | | (871.230) | | (433.459) |
| Imposto apurado com base na taxa nominal | 28,84% | (251.263) | 28,83% | (124.966) |
| Diferenças definitivas a deduzir: | | | | |
| Dividendos de participadas | 1,63% | (14.168) | 3,68% | (15.961) |
| Mais valias isentas de tributação | 1,75% | (15.208) | 2,26% | (9.783) |
| Outras | 0,21% | (1.795) | 0,31% | (1.355) |
| Diferenças definitivas a acrescer: | | | | |
| Provisões não aceites | (1,13%) | 9.870 | (0,48%) | 2.073 |
| Outras | (0,10%) | 838 | (0,43%) | 1.879 |
| Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional | (1,96%) | 17.039 | (3,15%) | 13.639 |
| Reconhecimento de imparidade em participações financeiras | (3,57%) | 31.063 | 2,49% | (10.814) |
| Benefícios fiscais | | | | |
| Criação líquida de postos de trabalho | 0,27% | (2.364) | 0,57% | (2.463) |
| Tributação autónoma | (0,15%) | 1.316 | (0,31%) | 1.341 |
| Contribuição sobre o sector bancário | (3,16%) | 27.518 | (6,22%) | 26.946 |
| Encargos / (rendimentos) resultantes da aplicação do REGTS, imputáveis à s | 1,11% | (9.648) | 0,00% | - |
| Outros | (0,91%) | 7.909 | 0,92% | (3.971) |
| | 22,83% | (198.893) | 28,48% | (123.435) |
| Correções de imposto relativas a exercícios anteriores | | | | |
| Insuficiência de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores, líquida de impostos diferidos | (1,56%) | 13.592 | 0,12% | (526) |
| Correções à base tributável de exercícios anteriores | 0,78% | (6.836) | (1,58%) | 6.861 |
| Outras | 0,00% | (26) | 0,02% | (104) |
| | 22,06% | 6.730 | 27,04% | 6.231 |
| | **22,06%** | **(192.163)** | **27,04%** | **(117.204)** |

Nos exercícios de 2012 e 2011, a taxa nominal de imposto da CGD considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua atividade foi de 28,84% e 28,83% respetivamente.

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD reflete o aditamento efetuado, ao abrigo da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87º-A do CIRC, o qual no seu nº 1 prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000 mEuros (derrama estadual).

No âmbito da publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro), a redação do artigo 87º-A do CIRC foi alterada de forma a considerar atualizações à taxa adicional de imposto a aplicar sobre a parte do lucro tributável que exceda 1.500 mEuros e 10.000 mEuros, respetivamente, quando na sua globalidade este seja superior a 10.000 mEuros, relativamente ao qual, a tributação adicional a considerar será de 3% e 5%. Considerando que a nova redação do artigo 87º-A é apenas aplicável de forma transitória aos lucros tributáveis e pagamentos adicionais por conta referentes aos dois períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, entendeu-se não proceder, decorrente desta situação, a qualquer alteração à taxa nominal de imposto utilizada no apuramento dos saldos de ativos e passivos por impostos diferidos a recuperar/ (pagar) reconhecidos com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos nas demonstrações financeiras da Caixa ascendia a 29.234 mEuros e 56.986 mEuros, respetivamente, tendo sido originados no decorrer do exercício de 2010. De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais originados no referido período de tributação poderão ser recuperados num máximo de quadro anos após o seu apuramento. Contudo, com referência aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável.

Decorrente das disposições previstas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, a Caixa reconheceu nos exercícios de 2012 e 2011 um custo de 27.518 mEuros e 26.946 mEuros, respetivamente, relativo aos encargos com este tributo. A base de incidência desta contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre os passivos da instituição, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o imposto a pagar pode ser demonstrada como se segue:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Imposto corrente do exercício | 20.752 | 18.958 |
| Imposto pago pelas Sucursais | (19.252) | (12.588) |
| Transferência de imposto corrente para resultados transitados | (2.801) | (2.803) |
| Transferência de imposto corrente para reservas | (2.416) | - |
| Retenções na fonte | (18.252) | (23.654) |
| Outros | (7.706) | (2.770) |
| Imposto sobre o rendimento a pagar / (recuperar) | (29.675) | (22.857) |

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável. Considerando que os exercícios de 2009 e 2010 já foram objeto de inspeção pelas autoridades fiscais, permanecem ainda em aberto para revisão os exercícios de 2011 e 2012. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

## 16. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Outros ativos** | | |
| Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística | 3.206 | 3.405 |
| Outros | 5.242 | 5.243 |
| **Devedores e outras aplicações** | | |
| Suprimentos | 449.169 | 437.191 |
| Empréstimos subordinados | 260.726 | 549.459 |
| Valores a receber pela venda da EDP | 460.724 | 460.724 |
| Devedores diversos | 1.470.142 | 1.408.475 |
| Bonificações a receber: | | |
| - Do Estado | 42.433 | 40.433 |
| - De outras entidades | 11.263 | 12.042 |
| Valores a receber pela venda de bens arrematados | 10.818 | 29.377 |
| Devedores por operações sobre futuros | 22.680 | 19.094 |
| Sector público administrativo | 1.020 | 1.107 |
| Outros | - | 12.661 |
| **Excesso de cobertura de responsabilidades** | | |
| Fundo de pensões (Nota 34) | 19.225 | 115.372 |
| **Despesas com encargo diferido** | | |
| Fundo de pensões (Nota 34) | 44.982 | 78.439 |
| Rendas | 4.616 | 4.295 |
| Outros | 6.374 | 8.633 |
| **Rendimentos a receber** | 37.302 | 14.430 |
| **Operações ativas a regularizar** | 139.634 | 256.789 |
| | 2.989.558 | 3.457.169 |
| **Imparidade e provisões (Nota 21)** | (219.732) | (80.230) |
| | 2.769.826 | 3.376.939 |

O movimento na imparidade e provisões para outros ativos durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 21.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 1.086.542 mEuros e 1.190.401 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução da Caixa em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da

realização de operações de cedência de liquidez colaterizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de "Swaps de taxa de juro" ("IRS") com essas entidades.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 50.282 mEuros, relativos a depósitos caução constituídos pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 36.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de "Outros ativos – devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 65.714 mEuros relativos a empréstimos concedidos à Inmobiliária Caixa Geral, S.L., os quais foram adquiridos pela Sucursal da CGD em Espanha ao Banco Caixa Geral, S.A. em janeiro de 2012. Em resultado desta transação, a Sucursal reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais nestes ativos no montante de 33.652 mEuros, a qual reflete a deterioração observada nos imóveis geridos por esta sociedade.

Os suprimentos e empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Suprimentos** | | |
| Wolfpart, SGPS, S.A. | 135.326 | 65.826 |
| Gerbanca, SGPS, S.A. | 87.732 | 87.732 |
| Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. | 86.000 | 86.000 |
| Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A. | 45.573 | 47.823 |
| Moretextile, SGPS, S.A. | 33.105 | 31.855 |
| Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. | 25.977 | 25.977 |
| Parbanca, SGPS, S.A. | 15.192 | 15.346 |
| Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. | - | 65.000 |
| Outros | 20.264 | 11.632 |
| | 449.169 | 437.191 |
| **Empréstimos subordinados** | | |
| Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. | 125.500 | 125.500 |
| BNU Macau, S.A. | 85.448 | - |
| Banco Caixa Geral, S.A. | 31.050 | 31.050 |
| CGD Macau, S.A. | 13.956 | 16.518 |
| BCI Moçambique, S.A.R.L. | 4.772 | 4.866 |
| Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. e Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. | - | 371.525 |
| | 260.726 | 549.459 |

Os suprimentos concedidos à Gerbanca, SGPS, S.A. não vencem juros e destinaram-se a financiar a aquisição do Caixa – Banco de Investimento, S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros com vencimento em 30 de julho de 2014. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano;

- Suprimento no montante de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pago juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2012 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial do empréstimo, tendo a taxa sofrido um incremento de *spread* de 2% até 31 de dezembro de 2012 e 3% até à nova data de vencimento dos suprimentos, a qual foi prorrogada até 30 de setembro de 2013.

Os suprimentos concedidos à Wolfpart, SGPS, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimentos no montante de 28.000 mEuros, concedidos a esta sociedade no exercício de 2010 para fazer face às necessidades de financiamento dos investimentos realizados pela sua participada Caixa Imobiliário, S.A.. Estes suprimentos foram reforçados em 5.900 mEuros no decorrer do primeiro semestre de 2011 e 69.500 mEuros no decorrer do segundo semestre de 2012. Os suprimentos concedidos antes do exercício de 2012 não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido. Os empréstimos concedidos em 2012 vencem juros anualmente à taxa Euribor a 12 meses sendo devidos, conjuntamente com o reembolso do capital, em 9 de dezembro de 2013;
- Suprimentos no montante de 31.926 mEuros, concedidos a esta sociedade com o objetivo financiar os investimentos realizados pela sua participada Vale de Lobo, S.A. no decorrer de 2006, assim como a aquisição de 25% do capital das sociedades "Torre de Colombo Oriente – Imobiliária, S.A." e "Torre de Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A." em 2007. Estes suprimentos não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

Considerando a evolução observada na atividade da Wolfpart, SGPS, S.A. e das suas participadas Caixa Imobiliário, S.A. e Vale de Lobo, S.A. no decurso do exercício de 2012, decorrentes essencialmente das desvalorizações verificadas em investimentos no setor imobiliário aos quais estas sociedades se encontram expostas, a Caixa entendeu recohecer imparidades para fazer face a perdas potenciais nestes ativos no valor de 64.420 mEuros.

No exercício de 2009 foram concedidos suprimentos à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. no montante de 40.000 mEuros para fazer face a necessidades de financiamento desta entidade, montante este reforçado no decorrer do exercício de 2010 no valor de 25.000 mEuros. Estes suprimentos tinham duração indeterminada e eram remunerados anual e postecipadamente à taxa correspondente ao custo médio de financiamento da CGD, fixado no primeiro dia do período de contagem de juros. No decorrer do primeiro semestre de 2012, estes suprimentos foram aplicados na sua totalidade na realização do aumento de capital social da Caixa Seguros e Saúde, S.A., o qual foi integralmente subscrito pela CGD.

No exercício de 2008, foram concedidos suprimentos não remunerados à Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A. no valor de 29.538 mEuros para aquisição de um imóvel em Espanha, os quais foram posteriormente reforçados em 5.513 mEuros. Ainda no exercício de 2008 foi autorizada a concessão de suprimentos adicionais até ao montante de 21.000 mEuros, dos quais, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se encontravam utilizados 12.772 mEuros. No decorrer do exercício de 2012 a CGD realizou prestações suplementares não remuneradas no montante de 2.250 mEuros junto desta sociedade por transformação de suprimentos concedidos, permitindo assim o reforço dos seus capitais próprios. Não obstante, e considerando os impactos no seu balanço das desvalorizações reconhecidas nos investimentos imobiliários geridos por esta sociedade no decurso do exercício de 2012, a Caixa entendeu recohecer imparidades para fazer face a perdas potenciais nestas operações no valor de 15.958 mEuros.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro

semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A. (entidade constituída em resultado desta operação), suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrecida de um *spread* de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. No exercício de 2011 a Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 22.299 mEuros, tendo este valor sido reforçado em 10.228 mEuros no decorrer de 2012.

Os suprimentos concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. não são remunerados e destinaram-se essencialmente a financiar a aquisição de ações da ex-Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A., da ex-Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S.A. e da ex-Lusofactor – Sociedade de Factoring, S.A.

Os suprimentos concedidos à Parbanca, SGPS, S.A. destinaram-se a financiar esta sociedade em aumentos de capital efetuados pelo Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. (BCI), bem como a aquisição no decurso do exercício de 2007 de 9% do capital social do BCI, na sequência da qual a Parbanca, SGPS, S.A. passou a deter 51% do capital social do Banco.

Os empréstimos subordinados concedidos à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. e à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., no montante global de 371.525 mEuros, tinham duração indeterminada e eram remunerados anual e postecipadamente à taxa correspondente ao custo médio de financiamento da CGD, fixado no primeiro dia do período de contagem de juros. No decorrer do primeiro semestre de 2012, estes empréstimos subordinados foram aplicados na sua totalidade na realização do aumento de capital social das referidas sociedades, conforme referido em maior detalhe na Nota 14.

Os empréstimos subordinados concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Empréstimo subordinado no valor de 40.000 mEuros concedido em dezembro de 2004 e com um prazo inicial de reembolso de 10 anos, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%;
- Empréstimo subordinado no valor de 50.000 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2008 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses;
- Empréstimo subordinado no montante de 35.500 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2011 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%.

Os empréstimos subordinados concedidos ao Banco Caixa Geral, S.A. têm vencimento a partir de 2024 e são remunerados a uma taxa indexada à Euribor a 12 meses.

Os empréstimos subordinados concedidos à CGD Macau, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Empréstimo subordinado no montante de 120.000.000 de Patacas remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses. Em 31 de dezembro de 2012 procedeu-se a uma amortização antecipada no valor de 24.000.000 de Patacas,

reduzindo-se o saldo desta operação para 96.000.000 de Patacas (9.114 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2012);

- Empréstimo subordinado no montante de 51.000.000 de Patacas (4.842 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2012), remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses.

Estes empréstimos foram integralmente reembolsados em janeiro de 2013 na sequência da transformação desta sociedade em sucursal (Nota 14).

O empréstimo subordinado ao BCI Moçambique no montante de 6.296.296 USD (4.772 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2012) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 30 de julho de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à Libor a 3 meses adicionada de um *spread* de 3%. O pagamento dos juros é efetuado trimestral e postecipadamente, em 30 de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

No decorrer de 2012 foi concedido um empréstimo subordinado ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. no montante de 900.000.000 de Patacas (85.448 mEuros ao câmbio de 31 de dezembro de 2012), o qual é remunerado a uma taxa de juro variável Hibor a 6 meses para dólares de Hong Kong acrescida de 2,75%. Este empréstimo tem um prazo de vencimento de 10 anos, encontrando-se previsto nos termos do contrato, a realização de amortizações parciais de 20% ao ano nos últimos 5 anos de vida útil da operação.

## 17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Recursos de bancos centrais** | | |
| Depósitos e outros recursos | | |
| No país | 150 | 544 |
| No estrangeiro | 51.308 | 4.246 |
| Empréstimos | | |
| No estrangeiro | 6.950.000 | 9.000.000 |
| Juros a pagar | 55.981 | 10.807 |
| | 7.057.438 | 9.015.597 |
| **Recursos de outras instituições de crédito** | | |
| Depósitos e outros recursos | | |
| De instituições de crédito no país | 1.289.697 | 1.184.905 |
| De instituições de crédito no estrangeiro | 3.815.201 | 4.767.642 |
| Operações de venda com acordo de recompra | 447.600 | 724.333 |
| Recursos do mercado monetário interbancário | 75.416 | 592.605 |
| Recursos a muito curto prazo | | |
| De instituições de crédito no país | 154.995 | 233.403 |
| De instituições de crédito no estrangeiro | 152.576 | 188.889 |
| Empréstimos | | |
| De instituições de crédito no estrangeiro | 39.108 | 44.166 |
| Despesas com encargos diferidos | (381) | (3.144) |
| Juros a pagar | 71.544 | 37.042 |
| Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura | 121 | 219 |
| | 6.045.877 | 7.770.060 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Empréstimos no estrangeiro” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por títulos de dívida e emissões de papel comercial da carteira da Caixa. Estes ativos não estão disponíveis para livre circulação e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 36).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pela Caixa com diversas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 7).

## 18. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Depósitos de poupança | 1.976.279 | 2.729.737 |
| Outros débitos | | |
| À vista | 15.110.567 | 15.567.414 |
| A prazo | | |
| Depósitos | 39.345.380 | 37.578.309 |
| Depósitos obrigatórios | 317.180 | 336.188 |
| Outros recursos | | |
| Operações de venda com acordo de recompra | 751.396 | 1.003.721 |
| Cheques e ordens a pagar | 41.201 | 49.011 |
| Empréstimos | 101.614 | 109.860 |
| Outros | 7.832 | 8.517 |
| | 57.651.449 | 57.382.757 |
| Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura | 37.979 | 24.787 |
| Juros a pagar | 575.072 | 468.098 |
| Receitas e encargos diferidos, líquidos | (16.657) | (19.640) |
| | 58.247.843 | 57.856.002 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se exclusivamente a contratos celebrados com a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. e com a Império – Bonança, Companhia de Seguros, S.A.. Estes contratos preveem a realização de operações de venda de instrumentos financeiros com acordo de recompra e a realização simultânea pelo mesmo montante de operações de compra de outros instrumentos com acordo de revenda. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço das correspondentes operações de compra com acordo de revenda ascendia a 750.437 mEuros e 1.002.480 mEuros (Nota 9).

Os instrumentos financeiros cedidos com acordo de recompra por um preço previamente fixado não são desreconhecidos de balanço, permanecendo classificados e valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos cedidos à Fidelidade e à Império – Bonança no âmbito contrato de venda com acordo de recompra celebrado com estas entidades correspondem essencialmente a instrumentos de dívida e a unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, ascendendo o seu valor de balanço nessas datas a 995.860 mEuros e 1.139.053 mEuros.

## 19. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Obrigações em circulação** | | |
| Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN | | |
| - Remuneração indexada a taxas de juro | 1.025.749 | 2.606.154 |
| - Remuneração indexada a ações / índices | 266.220 | 335.950 |
| - Remuneração indexada a taxas de câmbio | 712.708 | 899.234 |
| - Taxa de juro fixa | 5.000.279 | 5.240.728 |
| i) | 7.004.957 | 9.082.065 |
| **Obrigações hipotecárias ii)** | 3.001.450 | 5.728.000 |
| **Obrigações sobre o setor público iii)** | 622.700 | 944.700 |
| **Obrigações de caixa** | | |
| - Remuneração indexada a ações / índices | - | 11.890 |
| - Taxa de juro fixa | - | 6 |
| iv) | - | 11.896 |
| **Outros** | | |
| Emissões no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper | | |
| - Papel Comercial | 636.000 | - |
| Emissões no âmbito do Programa US Commercial Paper and Certificate Deposits | | |
| Outros certificados de depósito | 22.738 | 23.186 |
| v) | 658.738 | 23.186 |
| i)+ii)+iii)+iv)+v) | 11.287.845 | 15.789.847 |
| Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura | 21.855 | 76.276 |
| Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos | (18.753) | (41.843) |
| Juros a pagar | 257.728 | 306.342 |
| | 11.548.675 | 16.130.622 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados da dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| EMTN | 127.395 | 200 |
| Obrigações hipotecárias | 4.843.550 | 2.617.000 |
| Obrigações sobre o setor público | 235.450 | 37.600 |
| Outras obrigações de caixa | 4.600.000 | 4.600.000 |
| | 9.806.395 | 7.254.800 |

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1.800.000 mEuros e 2.800.000 mEuros, respetivamente, com as seguintes condições:

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e têm vencimento em 19 de julho de 2014;

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 5% e têm vencimento em 23 de dezembro de 2014.

As referidas emissões obedecem às disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro e nº 946/2010, de 22 de setembro. As emissões foram integralmente recompradas pela Caixa e encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificate Deposits (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10,000,000,000 Euro Commercial Paper and Certificate of Deposits” a CGD (diretamente ou através da Sucursal de França) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iii) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, atualmente até ao montante máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 7.845.000 mEuros e 8.345.000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

| DESIGNAÇÃO | Valor nominal | | Data de emissão | Data de reembolso | Periodicidade dos juros | Remuneração | Taxa em 31-12-2012 | Taxa em 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31-12-2012 | 31-12-2011 | | | | | | |
| Hipotecárias Série 1 2006/2016 1º tranche | 2.000.000 | 2.000.000 | 06-12-2006 | 06-12-2016 | Anualmente no dia 6 de dezembro | Taxa Fixa | 3,875% | 3,875% |
| Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*) | 900.000 | 900.000 | 30-03-2007 | 30-09-2015 | Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro | Taxa Euribor 6meses + 0,04% | 0,477% | 1,786% |
| Hipotecárias Série 3 2007/2012 | - | 2.000.000 | 28-06-2007 | 28-06-2012 | Anualmente no dia 28 de junho | Taxa Fixa | - | 4,625% |
| Hipotecárias Série 4 2007/2022 | 250.000 | 250.000 | 28-06-2007 | 28-06-2022 | Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro | Taxa Euribor 3meses + 0,05% | 0,236% | 1,454% |
| Hipotecárias Série 6 2008/2016 (*) | 200.000 | 200.000 | 27-02-2008 | 29-02-2016 | Semestralmente nos dias 27 de fevereiro e 27 de agosto | Taxa Euribor 6meses + 0,16% | 0,724% | 1,905% |
| Hipotecárias Série 7 2008/2016 | 150.000 | 150.000 | 31-03-2008 | 15-03-2016 | Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro | Taxa Euribor 3meses - 0,012% | 0,171% | 1,414% |
| Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche | 150.000 | 150.000 | 09-09-2008 | 06-12-2016 | Anualmente no dia 6 de dezembro | Taxa Fixa | 3,875% | 3,875% |
| Hipotecárias Série 8 2008/2038 | 20.000 | 20.000 | 01-10-2008 | 01-10-2038 | Anualmente no dia 1 de outubro | Taxa Fixa | 5,380% | 5,380% |
| Hipotecárias Serie 9 15/09/2016 | 175.000 | 175.000 | 08-10-2009 | 15-09-2016 | Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro | Taxa Euribor 6meses + 0,575% | 1,068% | 2,299% |
| Hipotecárias Série 10 2010/2020 | 1.000.000 | 1.000.000 | 27-01-2010 | 27-01-2020 | Anualmente no dia 27 de janeiro | Taxa Fixa | 4,250% | 4,250% |
| Hipotecárias Série 12 2011/2021 FRN (*) | 750.000 | 750.000 | 28-04-2011 | 28-04-2021 | Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro | Taxa Euribor 3meses + 0,75% | 0,949% | 2,338% |
| Hipotecárias Série 13 2011/2021 FRB (*) | 750.000 | 750.000 | 28-04-2011 | 28-04-2021 | Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro | Taxa Euribor 3meses + 0,75% | 0,949% | 2,338% |
| Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*) | 1.500.000 | - | 31-07-2012 | 31-07-2022 | Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro | Taxa Euribor 3meses + 0,75% | 0,946% | - |
| | 7.845.000 | 8.345.000 | | | | | | |

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a 10.932.732 mEuros e 12.167.353 mEuros, respetivamente (Nota 9).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 128.247 mEuros e 118.065 mEuros, respetivamente (Notas 5).

Em 31 de dezembro de 2012, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações Hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch são Baa3 e BBB, respetivamente.

(iv) <u>Obrigações sobre o Setor Público</u>

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público, até ao montante máximo de 5.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e outras categorias

limitadas de ativos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o setor público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às obrigações sobre o setor público em circulação, deverá representar no mínimo 106,5% do valor nominal global das referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das obrigações sobre o setor público não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor nominal de obrigações sobre o Setor Público emitidas pela Caixa ascendia a 900.000 mEuros e 1.000.000 mEuros,respetivamente, resultante de uma emissão efetuada em 21 de julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao setor público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a 1.418.068 mEuros e 1.620.035 mEuros, respetivamente (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2012, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações sobre o setor público pelas agências Moody's e Fitch são Baa3 e BBB-, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

| | 31-12-2012 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações | | | | Obrigações hipotecárias | Outras Obrigações | Total |
| | Ações / Índices | Taxa de câmbio | Taxa de juro | Sub-total | | | |
| Até 1 ano | 140.220 | 214.148 | 2.179.936 | 2.534.304 | - | - | 2.534.304 |
| De 1 a 5 anos | 126.000 | 268.740 | 3.584.988 | 3.979.727 | 1.731.450 | 622.700 | 6.333.877 |
| De 5 a 10 anos | - | 42.328 | 251.104 | 293.432 | 1.250.000 | - | 1.543.432 |
| Mais de 10 anos | - | 187.493 | 10.000 | 197.493 | 20.000 | - | 217.493 |
| | 266.220 | 712.708 | 6.026.028 | 7.004.957 | 3.001.450 | 622.700 | 10.629.107 |

| | 31-12-2011 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações | | | | Obrigações hipotecárias | Outras Obrigações | Total |
| | Ações / Índices | Taxa de câmbio | Taxa de juro | Sub-total | | | |
| Até 1 ano | 69.000 | 140.078 | 767.045 | 976.123 | 2.000.000 | 11.896 | 2.988.019 |
| De 1 a 5 anos | 266.950 | 370.462 | 6.686.377 | 7.323.789 | 2.458.000 | 944.700 | 10.726.489 |
| De 5 a 10 anos | - | 162.422 | 383.460 | 545.882 | 1.000.000 | - | 1.545.882 |
| Mais de 10 anos | - | 226.271 | 10.000 | 236.271 | 270.000 | - | 506.271 |
| | 335.950 | 899.234 | 7.846.881 | 9.082.065 | 5.728.000 | 956.596 | 15.766.661 |

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

## 20. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS

Em novembro de 2003 e novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte das suas carteiras de créditos hipotecários no montante de 1.000.000 e 5.345.504 mEuros, respetivamente, através de duas operações de titularização. As principais condições destas operações são apresentadas de seguida:

**Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages nº1**

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Mortgages 2003-1, FTC ("Nostrum Mortgages FTC" ou "Fundo"). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a CGD não detém qualquer participação direta ou indireta. A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando ao Nostrum Mortgages FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida acrescida dos juros corridos, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Mortgages 2003-1 PLC (Nostrum Mortgages PLC), com sede na Irlanda.

Na data da distribuição de rendimentos das unidades de titularização, o Nostrum Mortgages FTC entrega todos os montantes recebidos da Caixa ao Nostrum Mortgages PLC, deduzidos das despesas e comissões suportadas, efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, o Nostrum Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações apresentam as seguintes características:

| Dívida emitida | Montante | Rating (**) | | | Data de reembolso | Data do reembolso antecipado (*) | Remuneração | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Moody's | Fitch | S&P | | | Até ao reembolso antecipado | Após o reembolso antecipado |
| Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046 | 980.000 | Ba1 | A | BB | junho de 2046 | março de 2011 | Euribor 3 m + 0,21% | Euribor 3 m + 0,42% |
| Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046 | 5.000 | Ba2 | A | B | junho de 2046 | março de 2011 | Euribor 3 m + 0,50% | Euribor 3 m + 1,00% |
| Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046 | 15.000 | Caa1 | BBB+ | B- | junho de 2046 | março de 2011 | Euribor 3 m + 1,1% | Euribor 3 m + 2,20% |
| | 1.000.000 | | | | | | | |
| Class D Mortgage Backed Securities Entitlement Notes due 2046 | 4.000 | | | | | | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada | |
| | 1.004.000 | | | | | | | |

(*) Opção não exercida
(**) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 15 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Mortgages PLC celebrou com a Caixa um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap, o Nostrum Mortgages PLC entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante correspondente à aplicação da taxa de juro média da carteira de crédito ao valor dos créditos em situação regular no início de cada período, deduzida de 0,65%, e recebe um montante equivalente aos juros a pagar das obrigações.

Adicionalmente, a Caixa tem a opção de recomprar a carteira de crédito quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Mortgages PLC tem a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, de forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

A tranche com maior grau de subordinação (Classe D) foi adquirida pela Caixa, e encontra-se registada na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

A remuneração das obrigações Classe D corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de servicer, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B e C;
- Pagamentos líquidos do swap.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo Nostrum Mortgages PLC, com base no valor nominal desta classe deduzido das perdas em toda a carteira de crédito.

**Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages nº2**

Em 5 de novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). A transmissão dos créditos foi efetuada nessa data pelo respetivo valor nominal, acrescido de juros a receber e deduzido de outros encargos associados à operação, tendo o valor global da operação ascendido a 5.349.775 mEuros.

A Tagus é uma sociedade de titularização de créditos, propriedade do Deutsche Bank (Portugal) S.A., que por sua vez é propriedade integral do Deutsche Bank Aktiengesekkschaft, não detendo a CGD qualquer participação direta ou indireta nesta entidade.

A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, ficando a seu cargo a administração da relação com os clientes, o recebimento dos montantes de capital e juros ao abrigo dos créditos contratados, a determinação das taxas de juro aplicáveis e procedimentos de resgate de possíveis montantes em incumprimento relativos aos créditos da carteira transferida. Os montantes recebidos pela CGD são entregues à Tagus num período que não deverá exceder 5 dias úteis de acordo com os termos definidos para a transação.

Como forma de financiamento, a Tagus emitiu obrigações com um valor nominal de 5.429.950 mEuros, as quais foram integralmente subscritas pela CGD, encontrando-se registadas como ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6). As obrigações foram emitidas com diferentes níveis de subordinação, de rating e, consequentemente, com diferentes remunerações associadas, e apresentam as seguintes características:

| Dívida emitida | Montante | Rating (*) | | Maturidade | Remuneração |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Moody's | Fitch | | |
| Class A Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065 | 4.008.800 | Baa3 | A | 20 de maio de 2065 | Euribor 3m+ 0,20% |
| Class B Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065 | 1.336.250 | na | na | 20 de maio de 2065 | Euribor 3m+ 0,30% |
| | 5.345.050 | | | | |
| Class C Securitization Notes due 2065 | 84.900 | na | na | 20 de maio de 2065 | Rendimento residual gerado pela carteira titularizada |
| | 5.429.950 | | | | |

(*) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 20 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Em cada data de pagamento de juros, a Tagus tem a faculdade de

proceder à amortização parcial das obrigações, sendo esta efetuada de forma sequencial e em função do grau de subordinação das Notas.

Para cobertura do risco de taxa de juro associado à transação, a Tagus contratou um swap de taxa de juro com a CGD, através da sua Sucursal de Londres. Nos termos deste swap, a Tagus entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado em função dos juros efetivamente recebidos no âmbito da carteira de crédito titularizados no decurso do período em análise, e recebe um montante calculado com referência à Euribor 3 meses, adicionada do *spread* médio da carteira de crédito calculada para o período de juros relevante e de uma margem adicional de 0,67%.

**Movimento nos créditos**

O movimento ocorrido no valor dos ativos cedidos nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrado da seguinte forma:

| | Nostrum Mortgages nº1 | Nostrum Mortgages nº2 | Total |
|---|---|---|---|
| Saldos em 31-12-2010 | 476.584 | 5.280.725 | 5.757.309 |
| Vendas de novos créditos | 714 | 16.738 | 17.452 |
| Reembolsos | (47.513) | (175.904) | (223.417) |
| Recompras | (714) | (60.594) | (61.308) |
| Outros | (2) | (5.256) | (5.258) |
| Saldos em 31-12-2011 (Notas 9 e 36) | 429.069 | 5.055.709 | 5.484.778 |
| Vendas de novos créditos | 656 | 22.467 | 23.123 |
| Reembolsos | (39.377) | (144.783) | (184.160) |
| Recompras | - | (41.508) | (41.508) |
| Outros | (656) | 750 | 94 |
| Saldos em 31-12-2012 (Notas 9 e 36) | 389.692 | 4.892.634 | 5.282.326 |

**Registo contabilístico**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica respeita integralmente às responsabilidades associadas à carteira securitizada de crédito hipotecário da operação Nostrum Mortgages nº2, refletindo nessa data o valor nominal dos créditos titularizados, acrescido dos juros a receber ainda não vencidos.

## 21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | Reforços | Reposições e anulações | Utilizações | Diferenças de câmbio | Transferências | Outros | Saldo em 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Provisões para riscos gerais de crédito | 550.163 | 111.528 | (85.544) | - | (318) | - | - | 575.829 |
| Provisões para risco país de passivos contingentes | 2.965 | 573 | (2.901) | - | (21) | - | - | 616 |
| Provisões para encargos com benefícios de empregados | 423.532 | 9.100 | - | (20.272) | - | - | 55.654 | 468.014 |
| Provisões para contingências judiciais | 10.553 | 559 | (2.715) | - | - | - | - | 8.397 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 72.455 | 60.759 | (34.727) | (6.134) | (17) | - | - | 92.336 |
| | 1.059.668 | 182.519 | (125.887) | (26.406) | (356) | - | 55.654 | 1.145.192 |
| Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8) | 4.152 | 6.656 | (8.972) | - | 12 | - | - | 1.848 |
| Provisões para crédito a clientes (Nota 9) | 2.478.531 | 2.654.892 | (1.551.174) | (141.225) | (1.479) | - | - | 3.439.545 |
| | 2.482.683 | 2.661.548 | (1.560.146) | (141.225) | (1.467) | - | - | 3.441.394 |
| Provisões para risco-país de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6) | 44 | - | (44) | - | - | - | - | - |
| Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6) | | | | | | | | |
| Instrumentos de dívida | 47.008 | 1.510 | (779) | (38.970) | (185) | | 779 | 9.363 |
| Instrumentos de capital | 608.440 | 98.191 | - | (271.859) | - | - | - | 434.772 |
| Unidades de participação | 109.841 | 76.542 | - | (13.652) | (336) | 572 | 165 | 173.133 |
| Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra | | | | | | | | |
| Unidades de participação (Nota 7) | 3.112 | - | - | - | - | (572) | - | 2.540 |
| Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 8) | 12.157 | | (104) | - | - | - | - | 12.053 |
| | 780.603 | 176.243 | (928) | (324.482) | (521) | - | 945 | 631.861 |
| Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 12) | 3.518 | 2.761 | (3.518) | - | - | - | - | 2.761 |
| Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14) | 239.742 | 94.238 | - | - | - | - | - | 333.979 |
| Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 11) | 58.804 | 52.944 | (26.399) | - | - | - | - | 85.349 |
| Imparidade de outros ativos (Nota 16) | 80.230 | 149.932 | (9.220) | (1.210) | - | - | - | 219.732 |
| | 382.294 | 299.875 | (39.137) | (1.210) | - | - | - | 641.821 |
| | 4.705.248 | 3.320.185 | (1.726.098) | (493.323) | (2.344) | - | 56.599 | 5.860.268 |

| | Saldo em 31-12-2010 | Reforços | Reposições e anulações | Utilizações | Diferenças de câmbio | Transferências | Outros | Saldo em 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Provisões para riscos gerais de crédito | 648.582 | 101.749 | (200.501) | - | 333 | - | - | 550.163 |
| Provisões para risco país de passivos contingentes | 1.604 | 2.966 | (1.857) | - | 252 | - | - | 2.965 |
| Provisões para encargos com benefícios de empregados | 444.560 | - | - | (22.425) | - | - | 1.397 | 423.532 |
| Provisões para contingências judiciais | 9.201 | 1.352 | - | - | - | - | - | 10.553 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 20.885 | 70.765 | (14.668) | (4.552) | 25 | - | - | 72.455 |
| | 1.124.832 | 176.832 | (217.026) | (26.977) | 610 | - | 1.397 | 1.059.668 |
| Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 8) | 14.298 | 38.576 | (48.478) | - | (244) | - | - | 4.152 |
| Provisões para crédito a clientes (Nota 9) | 1.847.218 | 1.468.724 | (743.604) | (96.495) | 2.688 | - | - | 2.478.531 |
| | 1.861.516 | 1.507.300 | (792.082) | (96.495) | 2.444 | - | - | 2.482.683 |
| Provisões para risco-país de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6) | 45 | 4 | (5) | - | - | - | - | 44 |
| Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6) | | | | | | | | |
| Instrumentos de dívida | 49.295 | 12.067 | - | (14.655) | 301 | - | - | 47.008 |
| Instrumentos de capital | 239.395 | 401.702 | - | (32.656) | - | - | - | 608.440 |
| Unidades de participação | 91.178 | 882 | - | (25.030) | 249 | 42.563 | - | 109.841 |
| Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra | | | | | | | | |
| Unidades de participação (Nota 7) | 45.092 | 583 | - | - | - | (42.563) | - | 3.112 |
| Imparidade de aplicações em Instituições de crédito (Nota 8) | 88.682 | 6.750 | (6.094) | (77.181) | - | - | - | 12.157 |
| | 513.686 | 421.989 | (6.099) | (149.524) | 550 | - | - | 780.603 |
| Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 12) | 8.358 | 3.518 | (8.358) | - | - | - | - | 3.518 |
| Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14) | 123.291 | 134.319 | (345) | (17.523) | - | - | - | 239.742 |
| Imparidade de ativos não correntes detidos para venda | 46.286 | 42.178 | (29.660) | - | - | - | - | 58.804 |
| Imparidade de outros ativos (Nota 16) | 41.940 | 39.569 | (404) | (874) | - | - | - | 80.230 |
| | 219.874 | 219.585 | (38.767) | (18.398) | - | - | - | 382.294 |
| | 3.719.908 | 2.325.705 | (1.053.974) | (291.393) | 3.604 | - | 1.397 | 4.705.248 |

No decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa procedeu à alienação de direitos sobre valores a receber no âmbito de transações realizadas junto de um banco norte-americano registadas na rubrica de “Aplicações em instituições de crédito”, tendo em resultado desta operação sido utilizadas imparidades anteriormente constituídas para este ativo no montante de 39.557 mEuros.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade da CGD. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui

19.417 mEuros relativos a uma contribuição extraordinária para o Sistema de Indemnização de Investidores, a qual foi liquidada em janeiro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 34):

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Provisão para assistência médica pós-emprego | 452.245 | 415.857 |
| Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho | 4.425 | 4.425 |
| Provisão para responsabilidades com subsídio por morte | 744 | 1.750 |
| Responsabilidades da Sucursal de França | 10.600 | 1.500 |
| | 468.014 | 423.532 |

Nos exercícios de 2012 e 2011, os “Outros” movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal: | | |
| Assistência médica (Notas 33 e 34) | 29.306 | 32.434 |
| Acordos de suspensão da prestação de trabalho | - | (90) |
| Subsídio por morte | (1.006) | (97) |
| | 28.300 | 32.247 |
| Reforços, líquidos de reposições, por contrapartida de "Provisões" | 9.100 | - |
| Provisões registadas por contrapartida de outras reservas | | |
| Desvios atuariais e financeiros (Nota 34) | 27.354 | (30.850) |
| | 64.754 | 1.397 |

## 22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Obrigações | 2.873.177 | 2.080.991 |
| Empréstimos | 110.728 | 112.128 |
| | 2.983.905 | 2.193.119 |
| Juros a pagar | 36.968 | 16.370 |
| Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos | (42.752) | (48.760) |
| Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura | | - |
| | 2.978.121 | 2.160.729 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos concedidos pela Caixa Geral Finance à CGD resultam da aplicação dos montantes das emissões de ações preferenciais efetuadas por esta entidade.

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações são convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;

- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;

- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do periodo de investimento (cinco anos);

- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado;

- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

| Emitente | Designação | Moeda | Valor de emissão | Valor de balanço 31-12-2012 | Valor de balanço 31-12-2011 | Data de realização | Data de reembolso | Taxa/ pagamento de juros | Cláusula de reembolso antecipado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado | EUR | 900.000 | 900.000 | - | 29-06-2012 | 29-06-2017 | 1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro. | A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal. |
| Caixa Geral de Depósitos | Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019 | EUR | 538.552 | 537.730 | 536.862 | 11-05-2009 | 13-05-2019 | Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014. |
| Caixa Geral de Depósitos | Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (1ª emissão) | EUR | 400.000 | 386.454 | 399.325 | 12-11-2007 | 13-11-2017 | Euribor 12 meses. Caso não ocorra reembolso antecipado 5,80%. Pagamento de juros anual, no dia 12 de novembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano. |
| Caixa Geral de Depósitos | Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão) | EUR | 369.045 | 369.045 | 369.045 | 03-11-2008 | 05-11-2018 | 2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano. |
| Caixa Geral de Depósitos | Floating Rate Notes due December 2017 | EUR | 125.000 | 125.000 | 125.000 | 27-12-2007 | 27-12-2017 | 5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Floating Rate Notes due December 2017 | EUR | 120.000 | 114.000 | 104.715 | 17-12-2007 | 17-12-2017 | Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Caixa Subordinadas Renda Mais 2005/2015 | EUR | 104.891 | - | 104.891 | 29-06-2005 | 03-07-2015 | Euribor 6 meses + 0,25%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 6 meses + 0,75%. Pagamento de juros semestral, nos dias 3 de janeiro e julho. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 10º cupão. |

| Emitente | Designação | Moeda | Valor de emissão | Valor de balanço 31-12-2012 | Valor de balanço 31-12-2011 | Data de realização | Data de reembolso | Taxa/ pagamento de juros | Cláusula de reembolso antecipado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Lower Tier 2 due March 3, 2028 | EUR | 100.000 | 100.000 | 100.000 | 03-03-2008 | 03-03-2028 | 5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março. | N/A. |
| CGD (Sucursal de França) | Floating Rate Undated Subordinated Notes | EUR | 110.000 | 3.703 | 3.703 | 18-12-2002 | Perpétuo | Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão) | EUR | 81.595 | 81.245 | 81.450 | 12-11-2007 | 13-11-2017 | 1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10% respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano. |
| Caixa Geral de Depósitos | Floating Rate Notes due December 2017 | EUR | 50.000 | 50.000 | 50.000 | 28-12-2007 | 28-12-2017 | Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012. |
| CGD (Sucursal de França) | Floating Rate Notes | EUR | 21.000 | 21.000 | 21.000 | 14-07-2005 | 28-06-2016 | Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro. | N/A. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |

| Emitente | Designação | Moeda | Valor de emissão | Valor de balanço 31-12-2012 | Valor de balanço 31-12-2011 | Data de realização | Data de reembolso | Taxa/ pagamento de juros | Cláusula de reembolso antecipado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |

| Emitente | Designação | Moeda | Valor de emissão | Valor de balanço 31-12-2012 | Valor de balanço 31-12-2011 | Data de realização | Data de reembolso | Taxa/ pagamento de juros | Cláusula de reembolso antecipado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral Finance | Perpetual Non-cumulative Guaranteed Preference Shares | EUR | 350.000 | 44.885 | 46.285 | 30-09-2005 | Perpétuo | Euribor 3 meses + 0,77%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,77%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 30 de setembro de 2015. |
| Caixa Geral Finance | Perpetual Non-cumulative Guaranteed Preference Shares | EUR | 250.000 | 65.843 | 65.843 | 28-06-2004 | Perpétuo | Euribor 3 meses + 0,80%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 28 de junho de 2014. |
| Caixa Geral Finance | Floating Rate Notes due December 2017 | EUR | 55.000 | 55.000 | 55.000 | 17-12-2007 | 17-12-2017 | Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012. |

## 23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Credores** | | |
| Recursos consignados | 853.960 | 1.161.751 |
| Credores por subscrições não realizadas | | |
| BPD - Banco para Promoção e Desenvolvimento (Nota 14) | 171.838 | 178.731 |
| Fundo Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR (Nota 14) | 85.000 | 85.000 |
| FCR Mezzanine - Caixa Capital | 70.000 | 70.000 |
| FCR Empreender Mais - Caixa Capital | 10.000 | 15.000 |
| FCR Fundo de Recuperação | 34.556 | 58.218 |
| Outros | 3.336 | 3.337 |
| Recursos - conta caução | 150.145 | 164.028 |
| Caixa Geral de Aposentações | 46.123 | 19.694 |
| Fundo de pensões CGD | 226 | 47.837 |
| Fornecedores de bens de locação financeira | 17.310 | 28.343 |
| Outros fornecedores | 47.269 | 59.387 |
| Credores por venda de bens arrematados | 6.266 | 25.102 |
| Outros | 51.513 | 50.646 |
| **Outras exigibilidades** | | |
| Retenção de impostos na fonte | 43.223 | 40.139 |
| Outros impostos a pagar | 3.383 | 6.999 |
| Cobranças por conta de terceiros | 1.630 | 1.575 |
| Outras | 4.026 | 3.372 |
| **Encargos a pagar** | 112.963 | 142.991 |
| **Receitas com rendimento diferido** | 42.000 | 42.774 |
| **Outras contas de regularização** | | |
| Operações passivas a regularizar | 121.470 | 236.555 |
| Outras operações cambiais a liquidar | 6.121 | 47.545 |
| | 1.882.357 | 2.489.027 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Recursos – conta caução”, inclui 145.568 mEuros e 162.885 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados junto da Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”).

Em 31 de dezembro de 2011, o valor relativo ao Fundo de Pensões CGD, incluía 46.886 mEuros, respeitantes a contribuições da CGD a entregar ao Fundo (Nota 34).

Em 31 de dezembro de 2012, as condições dos “Recursos consignados” podem ser resumidas da seguinte forma:

| DENOMINAÇÃO | CONTRAPARTE | Saldo em 31-12-2012 | Data de início | Data de vencimento |
|---|---|---|---|---|
| CGD Empréstimo Global XI | Banco Europeu de Investimento | 146.667 | 25-06-2003 | 15-06-2023 |
| CGD Empréstimo Global X | Banco Europeu de Investimento | 133.333 | 21-11-2002 | 15-09-2022 |
| Mid-Cap I taxa revisível | Banco Europeu de Investimento | 90.909 | 14-12-2007 | 15-09-2022 |
| CGD - Empréstimo Global XII - B | Banco Europeu de Investimento | 75.000 | 19-11-2004 | 13-09-2024 |
| CGD - Empréstimo Global XIII | Banco Europeu de Investimento | 65.625 | 12-10-2006 | 15-09-2026 |
| Hospital Braga | Banco Europeu de Investimento | 65.000 | 28-07-2009 | 09-06-2020 |
| Projeto Scut Açores | Banco Europeu de Investimento | 60.000 | 11-01-2008 | 15-09-2034 |
| CGD Reabilitação Urbana | Banco Europeu de Investimento | 54.389 | 11-12-2003 | 15-12-2023 |
| Framework Loan Agreement | CEB - Council of Europe Development Bank | 50.000 | 23-06-2004 | 23-06-2014 |
| Projeto Tejo Energia CCGT | Banco Europeu de Investimento | 47.542 | 09-12-2009 | 15-09-2026 |
| CGD - Empréstimo Global XII - A | Banco Europeu de Investimento | 33.333 | 15-12-2004 | 15-09-2014 |
| CEB - PARES | CEB - Council of Europe Development Bank | 18.449 | 23-12-2009 | 23-12-2024 |
| CEB - Educação | CEB - Council of Europe Development Bank | 13.516 | 21-11-2008 | 21-11-2023 |
| Outros | | 196 | | |
| | | 853.960 | | |

Em 31 de dezembro de 2012, os recursos consignados eram remunerados à taxa de juro média anual de 0,424%.

## 24. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Número de ações | 1.180.000.000 | 1.030.000.000 |
| Valor unitário (Euros) | 5 | 5 |
| Capital Social | 5.900.000.000 | 5.150.000.000 |

***Aumentos de Capital***

Por deliberação de 24 de novembro de 2011, o acionista único aprovou a realização de um aumento de capital no montante de 100.000 mEuros, através da emissão de 20.000.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada. Este aumento de capital foi realizado pela incorporação de 98.573 mEuros provenientes de reservas de reavaliação legal de imobilizado e 1.427 mEuros provenientes de outras reservas, disponíveis para o efeito.

Em 29 de Junho de 2012, no decurso da deliberação do acionista de 27 de Junho desse mesmo mês, foi realizado um aumento de capital de 750.000 mEuros, através da emissão de 150.000.000 novas ações com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em numerário.

Adicionalmente, nesta data a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (Nota 22).

O aumento de capital e a emissão de instrumentos híbridos serviram para assegurar o cumprimento de um rácio core tier 1 de 9% em 30 de Junho de 2012, de acordo com a Recomendação da European Banking Authority (EBA), de 8 de Dezembro de 2011 (EBA/REC/2011/1).

Essa recomendação proposta pela Autoridade Bancária Europeia (acolhida pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 5/2012), com o acordo do Conselho Europeu de 26 de Outubro de 2011, requer que os bancos constituam um buffer temporário de capital que lhes permita atingir um rácio de Core Tier I de 9% em 30 de Junho de 2012, considerando as exposições de dívida soberana valorizadas a preços de mercado de 30 de Setembro de 2011.

## 25. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Reservas de reavaliação** | | |
| Reserva de reavaliação legal de imobilizado | 110.425 | 110.425 |
| Reserva de justo valor | | |
| Instrumentos de dívida | (313.791) | (2.059.830) |
| Instrumentos de capital (Nota 6) | 21.703 | (5.978) |
| Outros instrumentos | 37.345 | 13.089 |
| Reserva por impostos diferidos (Nota 15) | 76.586 | 589.423 |
| | (67.731) | (1.352.871) |
| **Outras reservas e resultados transitados** | | |
| Reserva legal | 862.906 | 862.906 |
| Outras reservas | 279.038 | 345.921 |
| Resultados transitados | (365.886) | (26.004) |
| | 776.058 | 1.182.823 |
| **Resultado exercício** | (679.067) | (316.255) |
| | 29.260 | (486.303) |

As reservas de reavaliação legal de imobilizado só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

| | |
|---|---|
| Imobilizações corpóreas: | |
| Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho | 1.752 |
| Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro | 1.219 |
| Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio | 2.304 |
| Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril | 8.974 |
| Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro | 22.880 |
| Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro | 24.228 |
| Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro | 48.345 |
| Imobilizações financeiras | 723 |
| | 110.425 |

No decorrer do exercício de 2011, a CGD realizou um aumento de capital através da incorporação de reservas disponíveis. Para o efeito, foram utilizados 98.573 mEuros provenientes de reservas de reavaliação legal de imobilizado e 1.427 mEuros provenientes de outras reservas (Nota 24).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o resultado individual da CGD foi determinado da seguinte forma:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Actividade em Portugal | (565.082) | (305.385) |
| Sucursal de Espanha | (147.749) | (95.044) |
| Sucursal de França | 15.904 | 40.613 |
| Sucursal de Londres | 9.317 | 855 |
| Sucursal do Luxemburgo | (7.569) | (1.052) |
| Sucursal de Nova Iorque | 6.950 | 3.224 |
| Sucursal de Timor | 4.301 | 1.851 |
| Sucursal de Cayman | 4.486 | 2.130 |
| Sucursal Financeira Exterior da Madeira | 366 | 36.546 |
| Sucursal do Zhuhai | 9 | 7 |
| | (679.067) | (316.255) |

***Distribuição do resultado do exercício***

*Exercício de 2010*

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2011, foi deliberada a retenção integral do resultado do exercício de 2010, tendo a sua distribuição sido efetuada mediante a incorporação de 9.451 mEuros na reserva legal, 13.423 mEuros em reservas livres e o remanescente (24.382 mEuros) sido afeto à cobertura de resultados transitados negativos.

*Exercício de 2011*

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2012, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2011, no montante de 316.255 mEuros, em resultados transitados.

## 26. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Juros e rendimentos similares** | | |
| Juros de aplicações em instituições de crédito | | |
| No país | 103.117 | 154.550 |
| No estrangeiro | 49.392 | 79.541 |
| Juros de crédito a clientes | | |
| Crédito interno | 1.557.884 | 1.689.932 |
| Crédito ao exterior | 207.305 | 240.485 |
| Crédito vencido | 41.612 | 34.855 |
| Outros créditos e valores a receber - titulados | | |
| . Papel comercial | 127.524 | 125.645 |
| . Outros | 52.610 | 49.388 |
| Juros de ativos securitizados não desreconhecidos | 97.330 | 117.076 |
| Juros de ativos financeiros detidos para negociação | | |
| Títulos | 17.917 | 23.998 |
| Swaps | 1.796.655 | 2.222.029 |
| Contratos de garantia de taxa de juro | 361 | 162 |
| Juros de ativos financeiros ao justo valor através de | | |
| resultados | 493 | 94 |
| Juros de ativos financeiros disponíveis para venda | 577.409 | 539.787 |
| Juros de derivados de cobertura | 32.772 | 49.961 |
| Juros de devedores e outras aplicações | 31.825 | 13.624 |
| Juros de disponibilidades | 9.932 | 18.124 |
| Outros juros e rendimentos similares | 5.765 | 6.625 |
| Comissões recebidas associadas ao custo amortizado | 101.022 | 77.705 |
| | 4.810.923 | 5.443.580 |

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Juros e encargos similares** | | |
| Juros de depósitos | | |
| Do setor público administrativo | 47.944 | 82.377 |
| De outros residentes | 1.003.620 | 706.521 |
| De emigrantes | 55.682 | 48.785 |
| De outros não residentes | 70.722 | 51.083 |
| | 1.177.969 | 888.766 |
| Juros de recursos de instituições de crédito | | |
| No país | 33.571 | 18.568 |
| No estrangeiro | 228.338 | 275.285 |
| Juros de passivos financeiros de negociação | | |
| Swaps | 1.757.187 | 2.195.616 |
| Outros | 2.323 | 404 |
| Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos | | |
| subordinados | 679.589 | 743.703 |
| Juros de derivados de cobertura | 13.590 | 23.205 |
| Juros de credores e outros recursos | 12.889 | 23.073 |
| Juros de recursos consignados | 10.477 | 21.030 |
| Juros de passivos por ativos não desreconhecidos | 97.330 | 117.076 |
| Outros juros e encargos similares | 12.294 | 10.261 |
| | 4.025.558 | 4.316.988 |

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Juros e encargos similares - juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados", inclui 38.231 mEuros relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 19).

## 27. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Portugal Telecom, SGPS, S.A. | 34.756 | 85.283 |
| Gerbanca, SGPS, S.A. | 18.355 | - |
| Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) | 14.791 | 27.433 |
| Parcaixa, SGPS, S.A. | 9.200 | 1.237 |
| EDP - Energias de Portugal, S.A. | 6.204 | 1.452 |
| Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A. | 6.009 | 11.000 |
| ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. | 5.310 | 5.316 |
| Partang, SGPS, S.A. | 4.182 | 5.610 |
| Banco Caixa Geral - Brasil, S.A. | 3.353 | - |
| Caixa - Participações, SGPS, S.A. | 3.300 | 4.000 |
| Galp Energia, SGPS, S.A. | 2.667 | 1.167 |
| CGD Subsidiária Offshore de Macau, S.A. | 1.899 | 1.069 |
| SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. | 1.544 | 1.540 |
| REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. | 994 | 986 |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L. | 812 | 1.515 |
| Visa Incorporated | 37 | 1.325 |
| Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. | - | 25.000 |
| CGD Finance | - | 23.406 |
| Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A. | - | 2.803 |
| BCP - Valores Mobiliários Perpétuos | - | 1.540 |
| Banco Espírito Santo, S.A. | - | 630 |
| Rendimentos distribuídos por fundos de investimento | 32.473 | 13.879 |
| Outros | 1.904 | 3.205 |
| | 147.790 | 219.397 |

## 28. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Rendimentos de serviços e comissões** | | |
| Meios de pagamento | 192.344 | 193.221 |
| Prestação de serviços a terceiros | 93.449 | 87.596 |
| Em operações de crédito | 109.913 | 112.952 |
| Gestão de ativos | 22.038 | 22.528 |
| Por garantias prestadas | 62.948 | 52.696 |
| Por operações sobre instrumentos financeiros | 6.818 | 7.920 |
| Outros | 1.258 | 1.831 |
| | 488.768 | 478.744 |
| **Encargos com serviços e comissões** | | |
| Meios de pagamento | 75.904 | 73.068 |
| Por serviços prestados a terceiros | 12.749 | 9.978 |
| Em operações de crédito | - | 135 |
| Gestão de ativos | 800 | 733 |
| Por garantias obtidas | 476 | 352 |
| Por operações sobre instrumentos financeiros | 18.864 | 15.612 |
| Outros | 5.615 | 3.369 |
| | 114.407 | 103.247 |

## 29. RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação | | |
| Instrumentos de dívida | 42.066 | (29.544) |
| Instrumentos de capital | (21.897) | (28.618) |
| Instrumentos derivados | | |
| . Taxa de juro | (75.798) | (211.044) |
| . Cotações | 9.184 | 5.473 |
| . Outros | 1.738 | 17.512 |
| | (64.875) | (188.059) |
| Outros | 470 | (2.417) |
| | (44.236) | (248.638) |
| Resultados em ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | | |
| Instrumentos de dívida | (1.486) | 175 |
| Instrumentos de capital | 11.786 | 29.111 |
| Outros títulos | (3.432) | 3.383 |
| | 6.867 | 32.670 |
| Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos | | |
| Derivados de cobertura | 26.748 | 108.235 |
| Correções de valor de instrumentos financeiros objeto de operações de cobertura | (26.176) | (102.506) |
| | 573 | 5.729 |
| Outros | | |
| Resultados na recompra de passivos emitidos | 188.540 | 104.969 |
| Outros | (1.361) | 12.402 |
| | 187.178 | 117.372 |
| | 150.382 | (92.868) |

Os resultados de reavaliação cambial têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Reavaliação da posição cambial | 117.648 | (56.474) |
| Resultados em derivados cambiais | (90.454) | 45.779 |
| | 27.194 | (10.695) |

## 30. RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda** | | |
| Instrumentos de dívida | 91.030 | 65.836 |
| Instrumentos de capital | | |
| ZON Multimédia (Nota 6) | 10.751 | - |
| Brisa - Auto Estradas de Portugal (Nota 6) | 2.115 | - |
| EDP - Energias de Portugal (Nota 6) | 1.143 | - |
| Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana (Nota 6) | - | 28.024 |
| BCP Perpétuas (Nota 6) | - | 263 |
| Outros | 5.402 | 2.545 |
| Outros títulos | 8.838 | 8.769 |
| | 119.278 | 105.437 |
| **Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda** | | |
| Instrumentos de dívida | (2.827) | (21.657) |
| Instrumentos de capital | | |
| GALP Energia (Nota 6) | (10.807) | - |
| BCP Perpétuas (Nota 6) | (11) | (8.395) |
| Portugal Telecom (Nota 6) | - | (24.371) |
| Outros | (107) | (2.443) |
| Outros títulos | (1.977) | (1.903) |
| | (15.728) | (58.768) |
| | 103.550 | 46.669 |

## 31. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Ganhos e perdas em investimentos em filiais | (1.072) | 170.980 |
| Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes | (1.169) | (25.191) |
| Ganhos e perdas na alienação de ativos tangíveis | (704) | (712) |
| Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda (Nota 11) | - | (301) |
| Outros | - | (1.171) |
| | (2.945) | 143.604 |

No exercício de 2011, a rubrica "Ganhos em investimentos em filiais" inclui 170.754 mEuros relativos à aquisição pela Caixa Geral Finance Limited à CGD de 770 ações próprias, com um valor nominal de 1 Euro cada, pelo montante global de 170.755 mEuros. A determinação do preço de venda reflete o valor acumulados dos ganhos realizados por esta sociedade em resultado da reaquisição de dívida por si emitida sob a forma de Ações Preferenciais. No exercício de 2012, o saldo desta rubrica respeita integralmente à alienação do Banco Nacional de Investimento, S.A. em Moçambique conforme descrito em maior detalhe na Nota 14.

No decorrer dos exercícios de 2012 e 2011, a CGD alienou créditos a clientes da carteira de "Corporate" e "Project Finance", num valor global de aproximadamente 1.323 mEuros e 538.765 mEuros, respetivamente. Em resultado destas transações foram registadas perdas de 1.169 mEuros e 25.191 mEuros, respetivamente.

## 32. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Outros proveitos de exploração** | | |
| Cedência de pessoal a outras entidades do Grupo | 43.971 | 52.521 |
| Recuperação de créditos incobráveis | | |
| Crédito concedido | 25.426 | 29.012 |
| Juros e despesas | 2.443 | 2.384 |
| Venda de cheques | 20.230 | 17.403 |
| Prestação de serviços diversos | 9.211 | 11.060 |
| Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações | 1.949 | 1.567 |
| Reembolso de despesas | 2.008 | 3.745 |
| Mais valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 11) | 2.636 | 4.127 |
| Outros | 52.564 | 20.238 |
| | 160.437 | 142.056 |
| **Outros custos de exploração** | | |
| Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 36) | (13.244) | (10.128) |
| Outros impostos | (9.361) | (8.186) |
| Donativos e quotizações | (5.341) | (6.368) |
| Menos-valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 11) | (17.933) | (15.668) |
| Outros | (14.805) | (17.671) |
| | (60.684) | (58.021) |
| | 99.753 | 84.036 |

## 33. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização | 1.210 | 2.029 |
| Remuneração dos empregados | 346.719 | 395.909 |
| Prémio de antiguidade | 4.640 | 4.213 |
| Assistência Médica - CGD (Nota 34) | | |
| Custo Normal (Notas 21 e 34) | 29.306 | 32.434 |
| Contribuições relativas a pessoal no ativo | 24.686 | 29.422 |
| Outros encargos relativos a remunerações | 15.577 | 16.359 |
| Fundo de Pensões - CGD (Nota 34) | | |
| Custo Normal | 48.019 | 52.598 |
| Outros | 1.130 | 742 |
| Outros encargos sociais obrigatórios | 12.734 | 13.305 |
| Outros custos com o pessoal | 7.731 | 8.856 |
| | 491.752 | 555.868 |

O número médio de empregados durante os exercícios de 2012 e 2011, por tipo de funções, foi o seguinte:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Direção | 167 | 133 |
| Chefias | 1.835 | 1.835 |
| Técnicos | 2.973 | 2.866 |
| Administrativos | 5.136 | 5.474 |
| Auxiliares | 149 | 164 |
| | 10.260 | 10.472 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (257 em ambos os períodos), os afetos aos serviços sociais da CGD (64 e 70, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (93 e 95, respetivamente) designadamente em comissão de serviço no exterior.

## 34. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

De acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 48.953, de 5 de abril de 1969 e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 são suportadas pela Caixa Geral de Aposentações ("CGA"). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o setor bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no ativo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respetivas reformas.

Com referência a 30 de novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de dezembro e nº 241-A/2004, de 30 de dezembro. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- Responsabilidades relativas aos empregados no ativo por serviços prestados após 31 de dezembro de 2000;
- Para os reformados entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2012, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- Responsabilidades com pensões de aposentação e respetivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo atualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no ativo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 7,5%
- Empregados admitidos após 1 de janeiro de 1992 10,0%

A contribuição destes últimos é efetuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respetivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

*Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma*

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram efetuados estudos atuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Método atuarial | Projected Unit Credit | Projected Unit Credit |
| Tábua de mortalidade | | |
| . Homens | TV 73/77 (-1 ano) | TV 73/77 (-1 ano) |
| . Mulheres | TV 88/90 (-1 ano) | TV 88/90 (-1 ano) |
| Tábua de invalidez | EKV 80 | EKV 80 |
| Taxa de desconto | 4,50% | 5,50% |
| Taxa de rendimento dos ativos dos fundos | 5,25% | 5,25% |
| Taxa de crescimento dos salários | 0,5% em 2013/2014 e 2,0% após essa data | 2,25% |
| Taxa de crescimento das pensões | 0% em 2013/2014 e 1,0% após essa data | 1,25% |
| Tabela de saídas: | | |
| . Idades inferiores a 30 anos | 5% | 5% |
| . Idades entre 30 e 40 anos | 1% | 1% |
| . Idades superiores a 40 anos | 0% | 0% |

Nos estudos efetuados em 2012 e 2011, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

Conforme definido pela Norma IAS 19, a taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de baixo risco, cuja *duration* é semelhante à das responsabilidades da Caixa (18 anos). A crise de dívida soberana que se tem verificado, essencialmente no Sul da Europa, implicou instabilidade significativa no mercado de dívida da Zona Euro, com uma consequente descida muito pronunciada das *yields* de mercado relativas à divida das empresas com melhores ratings e também uma redução do cabaz disponível de obrigações. De forma a refletir estas circunstâncias e a manter a representatividade da taxa de desconto, em 31 de dezembro de 2012 a Caixa incorporou na sua determinação informação sobre taxas de juro que é possível obter em obrigações de emitentes da Zona Euro, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O critério utilizado pela CGD Pensões para a determinação da taxa de rentabilidade traduz-se na aplicação, à estrutura do benchmark da carteira do Fundo, das rentabilidades anuais esperadas no médio e longo prazo de cada classe de ativos. Estas resultam de um modelo

de estimação de uma empresa de consultoria internacional, que tem como inputs não só as rentabilidades históricas registadas para cada classe de ativos, mas também as perspetivas de um painel internacional de analistas financeiros.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2012 e 2011 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Pressupostos | Real | Pressupostos | Real |
| Taxa de rendimento | 5,25% | 10,59% | 5,25% | (2,83%) |
| Taxa de crescimento dos salários | 2,25% | 2,08% | 2,25% | 1,28% |
| Taxa de crescimento das pensões | 1,25% | 0,00% | 1,25% | 0,00% |

No final de dezembro de 2012, a CGD alterou a taxa de atualização salarial para 0,5% em 2013 e 2014 e 2% após essa data, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou para 0% em 2013 e 2014 e 1% após essa data, tendo em conta os impactos da proposta de redução dos custos globais com salários das empresas do Setor Empresarial do Estado constante da Lei do Orçamento de Estado para 2013.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Número de pessoas | Responsabilidades | Número de pessoas | Responsabilidades |
| Responsabilidades por serviços passados: | | | | |
| Ativos | 8.926 | 1.013.065 | 9.374 | 842.685 |
| Reformados e pré-reformados | 5.318 | 528.689 | 4.899 | 465.214 |
| | 14.244 | 1.541.754 | 14.273 | 1.307.899 |
| Fundos de pensões autónomos | | 1.560.979 | | 1.423.271 |
| Nível de financiamento | | 101,25% | | 108,82% |

O valor do fundo de pensões reflete o valor de mercado dos seus ativos.

Nos termos do Aviso nº 4/2005, de 28 de fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades encontravam-se financiadas em 101,25% e 108,82%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no ativo da CGD ascendem a 903.357 mEuros e 800.717 mEuros, respetivamente.

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | |
|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 1.424.864 |
| Contribuições regulares | |
| . Dos empregados | 25.566 |
| . Da Caixa | 46.886 |
| Pensões pagas | (34.159) |
| Rendimentos e valias realizadas, líquidas | 55.345 |
| Mais/(menos) valias potenciais, líquidas | (91.066) |
| Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquidos | (4.166) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 1.423.271 |
| Contribuições regulares | |
| . Dos empregados | 22.865 |
| . Da Caixa | - |
| Pensões pagas | (35.079) |
| Rendimentos e valias realizadas, líquidas | 138.861 |
| Mais/(menos) valias potenciais, líquidas | 17.472 |
| Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquidos | (6.411) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 1.560.979 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os ativos do Fundo podem ser analisados como seguem:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Ações | 78.268 | 69.287 |
| Unidades de participação em fundos mobiliários e imobiliários | 290.424 | 301.180 |
| Obrigações | 377.892 | 346.456 |
| Imóveis | 473.219 | 478.730 |
| Depósitos em instituições de crédito | 478.026 | 247.364 |
| Outros (líquido de passivo) | (136.850) | (19.746) |
| Total do Fundo | 1.560.979 | 1.423.271 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outros” inclui 133.995 mEuros e 97.865 mEuros, respetivamente, relativos a operações de venda com acordo de recompra sobre diversos instrumentos financeiros celebrados com a Caixa Geral de Depósitos (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2012, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculados pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do pessoal da CGD foram somados 5.509 mEuros relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2011, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculados pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do pessoal da CGD foram somados 46.886

mEuros relativos a contribuições do ano de 2011 ainda não entregues ao Fundo pela Caixa Geral de Depósitos e registadas na rubrica "Outros passivos" (Nota 23). Adicionalmente foram deduzidos 59.285 mEuros relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados à Caixa Geral de Depósitos nos montantes de 407.809 mEuros e 408.448 mEuros, respetivamente, bem como títulos emitidos pela Caixa Geral de Depósitos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 210.371 mEuros e 194.842 mEuros, respetivamente.

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados e o fundo de pensões, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, podem ser demonstrados da seguinte forma:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Situação inicial (I)** | **115.372** | **116.651** |
| Custo do serviço corrente | (49.137) | (57.340) |
| Rendimento esperado dos ativos do fundo de pensões | 74.306 | 76.628 |
| Custo dos juros | (70.796) | (70.918) |
| Custo normal do exercício (Nota 33) | (45.627) | (51.630) |
| Acréscimos de responsabilidades por reformas antes da idade normal de reforma (Nota 33) | (2.392) | (968) |
| **Variação com impacto em resultados (II)** | (48.019) | (52.598) |
| Alteração da taxa de crescimento dos salários | 49.602 | 20.774 |
| Alteração da taxa de crescimento das pensões | 55.394 | 70.025 |
| Alteração da taxa de desconto | (251.584) | - |
| Outros desvios de responsabilidades | 22.843 | 30.148 |
| Desvios de rendimento | 75.617 | (116.514) |
| **Desvios atuariais e financeiros (III)** | (48.128) | 4.433 |
| Contribuições para Fundos de Pensões da CGD (IV) | - | 46.886 |
| **Situação final dos exercícios (I) + (II) + (III) + (IV)** | **19.225** | **115.372** |

A Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativos relativamente a trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o passivo registado pela Caixa a este respeito ascende a 4.425 mEuros e encontra-se registado na rubrica "Provisões" (Nota 21).

Assistência médica

A assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até 23 de julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados de assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" (Nota 21). O movimento nesse passivo nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | |
|---|---|
| Responsabilidades em 31 de dezembro de 2010 | 436.698 |
| Custo do ano corrente (Notas 21 e 33) | 32.434 |
| Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD | (22.425) |
| Ganhos atuariais (Nota 21) | (30.850) |
| Responsabilidades em 31 de dezembro de 2011 | 415.857 |
| Custo do ano corrente (Notas 21 e 33) | 29.306 |
| Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD | (20.272) |
| Perdas atuariais (Nota 21) | 27.354 |
| Responsabilidades em 31 de dezembro de 2012 | 452.245 |

Outros benefícios de longo prazo

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efetivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 37.918 mEuros e 40.042 mEuros, respetivamente.

A Caixa determina ainda as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se registado na rubrica de "Provisões" (Nota 21) e ascende a 744 mEuros e 1.750 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, ascendendo as responsabilidades apuradas com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a 10.600 mEuros e 1.500 mEuros, respectivamente (Nota 21).

Ganhos e perdas atuariais

A evolução dos ganhos e perdas atuariais observados nos exercícios de 2012 e 2011, assim como o movimento ocorrido nas rubricas de custos atuariais diferidos relacionados com a introdução das NCA nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrado como segue:

| | Ganhos e perdas atuariais | | Sub-total | Custos diferidos - NCA (Nota 16) | | | Sub-total (Nota 16) | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Pensões | Saúde | | Pensões | Saúde | Outros | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 65.270 | 61.869 | 127.139 | 21.271 | 89.964 | 660 | 111.895 | 239.035 |
| Desvios atuariais do ano | | | | | | | | |
| . Por contrapartida de outras reservas | (4.433) | (30.850) | (35.283) | - | - | - | - | (35.283) |
| Custos diferidos - amortização: | | | | | | | | |
| . Por contrapartida de resultados transitados | - | - | - | (10.635) | (22.491) | (330) | (33.456) | (33.456) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 60.837 | 31.019 | 91.856 | 10.636 | 67.473 | 330 | 78.439 | 170.296 |
| Desvios atuariais do ano | | | | | | | | |
| . Por contrapartida de outras reservas | 48.128 | 27.354 | 75.482 | - | - | - | - | 75.482 |
| Custos diferidos - amortização: | | | | | | | | |
| . Por contrapartida de resultados transitados | - | - | - | (10.636) | (22.491) | (330) | (33.457) | (33.457) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 108.965 | 58.373 | 167.338 | - | 44.982 | - | 44.981 | 212.322 |

Conforme disposições do Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, os saldos de benefícios a empregados com pensões e saúde apurados com referência a 31 de dezembro de 2004 no

âmbito da transição da Caixa para as Normas de Contabilidade Ajustadas (ocorrida no exercício de 2005 e registados por contrapartida de custos diferidos nessa data), encontram-se a ser amortizados por contrapartida de resultados transitados até aos exercícios de 2012 e 2014, respetivamente.

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo, bem como os ganhos e perdas atuariais no ano corrente e nos 4 anos anteriores é analisado como segue:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | | 31-12-2010 | | 31-12-2009 | | 31-12-2008 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Reforma de reforma | Plano médico | Reforma de reforma | Plano médico | Reforma de reforma | Plano médico | Reforma de reforma | Plano médico | Reforma de reforma | Plano médico |
| Responsabilidades | 1.541.754 | 452.245 | 1.307.899 | 415.857 | 1.308.213 | 436.698 | 1.332.368 | 460.025 | 1.137.181 | 427.832 |
| Valor do Fundo | 1.560.979 | | 1.423.271 | - | 1.424.864 | - | 1.332.368 | - | 1.137.181 | - |
| Provisões | - | 452.245 | - | 415.857 | - | 436.698 | - | 460.025 | - | 427.832 |
| Responsabilidades (sub) / sobre financiada | (19.225) | - | (115.372) | - | (116.651) | - | - | - | - | - |
| Ganhos / (Perdas) decorrentes de responsabilidades | (123.745) | (27.354) | 120.947 | 30.850 | 163.567 | 36.095 | (64.890) | (19.720) | 102.449 | 27.526 |
| Ganhos / (Perdas) decorrentes dos ativos do Fundo | 75.617 | - | (116.514) | - | (45.628) | - | 21.735 | - | (140.187) | - |
| | (48.128) | (27.354) | 4.433 | 30.850 | 117.939 | 36.095 | (43.155) | (19.720) | (37.738) | 27.526 |

## 35. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Serviços especializados | | |
| Serviços de informática | 72.879 | 74.412 |
| Serviços prestados por agrupamentos complementares | | |
| de empresas | 36.145 | 40.023 |
| Serviços de consultoria | 13.432 | 10.264 |
| Serviços de limpeza | 5.343 | 5.629 |
| Serviços de informação | 6.753 | 6.624 |
| Segurança e vigilância | 3.907 | 4.102 |
| Outros | 51.349 | 53.226 |
| Publicidade e edição de publicações | 22.855 | 23.464 |
| Rendas e alugueres | 55.285 | 55.197 |
| Comunicações e despesas de expedição | 25.102 | 27.030 |
| Conservação e reparação | 24.639 | 28.127 |
| Transporte de valores e outros | 9.108 | 10.339 |
| Água, energia e combustíveis | 18.260 | 15.936 |
| Deslocações, estadas e representação | 5.758 | 5.686 |
| Impressos e material de consumo corrente | 3.644 | 3.982 |
| Outros | 12.588 | 12.667 |
| | 367.046 | 376.710 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o total dos futuros pagamentos de locação operacional nos termos dos principais contratos em vigor nas referidas datas, apresentavam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Até 1 ano | 20.879 | 22.378 |
| De 1 a 5 anos | 70.498 | 94.559 |
| Superior a 5 anos | 215.649 | 232.180 |

Nos exercícios de 2012 e 2011, os honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos à revisão legal das contas anuais e outros serviços prestados, apresentam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|
| Revisão legal das contas anuais | 158 | 158 | |
| Outros serviços que não sejam de revisão | 80 | 80 | |
| | 238 | 238 | (a) |

(a) Os saldos apresentados incluem IVA

## 36. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Passivos eventuais** | | |
| Ativos dados em garantia | 23.510.673 | 23.725.412 |
| Garantias e avales | 4.304.171 | 4.930.323 |
| Créditos documentários abertos | 196.421 | 155.042 |
| Cartas de crédito em "stand-by" | 67.211 | 123.433 |
| Outras garantias prestadas e passivos eventuais | 45.046 | 51.419 |
| Aceites e endossos | 1.089 | 2.965 |
| Transações com recurso | 2 | 2 |
| | 28.124.612 | 28.988.595 |
| **Compromissos** | | |
| Compromissos revogáveis | 7.459.997 | 9.285.153 |
| Outros compromissos irrevogáveis | 2.061.858 | 3.492.238 |
| Contratos a prazo de depósitos: | | |
| - A constituir | 2.000 | - |
| - A receber | 15.720 | 239.663 |
| Subscrição de títulos | 2.418.277 | 1.448.566 |
| Responsabilidades a prazo de contribuições anuais | | |
| para o Fundo de Garantia de Depósitos | 155.391 | 155.391 |
| Operações a prazo | 11.441 | 11.748 |
| Sistema de indemnização aos investidores | 35.334 | 34.707 |
| | 12.160.019 | 14.667.467 |
| **Depósito e guarda de valores** | 33.573.998 | 38.556.693 |
| **Valores administrados pela instituição** | | |
| Ativos cedidos em operações de titularização (Nota 20) | 389.692 | 429.069 |
| Outros valores | 37.666 | 38.884 |
| | 427.358 | 467.953 |

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Garantias e avales” inclui garantias prestadas à CGD Finance e Caixa Geral Finance no âmbito de emissões de dívida e ações preferenciais nos montantes de 72.523 mEuros e 110.728 mEuros, respetivamente (79.277 mEuros e 112.128 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Ativos dados em garantia” inclui as seguintes situações:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Instrumentos de dívida** | | |
| Recursos consignados | | |
| BEI - Banco Europeu de Investimento | 1.103.452 | 781.052 |
| Banco de Portugal (*) | 21.457.305 | 21.690.507 |
| Fundo de Garantia de Depósitos | 209.500 | 195.400 |
| Royal Bank of Scotland | 16.000 | 16.000 |
| Sistema de indemnização aos investidores (futuros) | 27.915 | 26.115 |
| Euronext | 4.000 | 4.000 |
| **Instrumentos de capital** | | |
| JP Morgan | - | 319.838 |
| **Outros ativos** | | |
| Recursos consignados | | |
| Banco Europeu de Desenvolvimento | 692.500 | 692.500 |
| | 23.510.673 | 23.725.412 |

(*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário " no valor de 500 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos dados em garantia correspondem a instrumentos de dívida e a instrumentos de capital, os quais, em função da sua natureza se encontram classificados em rubricas de ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes, com exceção das garantias ao Banco Europeu de Desenvolvimento, os quais correspondem integralmente a créditos concedidos pela Caixa no montante de 692.500 mEuros. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui igualmente títulos adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessas datas a 888.000 mEuros e 1.521.848 mEuros, respetivamente. Estes títulos não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica “Crédito a clientes”.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados pelo valor nominal, com exceção dos instrumentos de capital cujo valor de balanço reflete os ajustamentos decorrentes das variações do respetivo valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia ascendia a 22.609.651 mEuros, dos quais 898.109 mEuros relativos a operações de compra com acordo de revenda (20.742.005 mEuros e 1.308.369 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pela

CGD, apresentam um valor de mercado de 242.875 mEuros e 203.781 mEuros, respetivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2012 e 2011, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD atribuível à Caixa ascendeu a 13.244 mEuros e 11.253 mEuros, respetivamente. No exercício de 2011 parte destas responsabilidades, no montante de 1.125 mEuros, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este montante sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende 155.391 mEuros.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção da Administração Fiscal ao exercício de 2005, o qual determina correções à matéria coletável no valor de 155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou estas correções por considerar que o procedimento por si adotado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correção nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas efetuadas pela Administração Fiscal, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito caução, no montante de 50.282 mEuros, encontra-se registado na rubrica “Outros ativos - devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 16).

## 37. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "repo" e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2012 e 2011 é a seguinte:

**Linhas de negócio**

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Negociação e Vendas | Banca de Retalho | Banca Comercial | Gestão de Ativos | Outros | Total |
| Margem Financeira | (106.339) | 886.488 | (177.788) | - | 183.005 | 785.366 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 16.509 | - | 131.281 | - | - | 147.790 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 29.460 | 145.394 | 82.838 | 525 | 230.552 | 488.768 |
| Encargos com serviços e comissões | (18.257) | (4.221) | (2.038) | - | (89.891) | (114.407) |
| Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos | 278.360 | 746 | (926) | - | - | 278.181 |
| Outros resultados de exploração | (1.273) | (723) | 2.981 | 37 | 98.730 | 99.753 |
| Produto bancário | 198.460 | 1.027.685 | 36.348 | 562 | 422.396 | 1.685.450 |
| Outros custos e proveitos | | | | | | (2 364 517) |
| Resultado Líquido do Exercício | | | | | | (679.067) |
| Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido) | 7.532.410 | 243.373 | 10.973 | - | 1.549 | 7.788.305 |
| Aplicações em títulos e derivados (líquido) | 21.680.398 | - | - | - | - | 21.680.398 |
| Crédito sobre clientes (líquido) | 3.037 | 32.335.959 | 31.663.249 | - | - | 64.002.245 |
| Ativo líquido total | 29.215.845 | 32.579.332 | 31.674.223 | - | 8.743.689 | 102.213.089 |
| Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais | 13.098.164 | - | - | - | 5.152 | 13.103.316 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 508 | 48.549.364 | 8.992.861 | - | 705.110 | 58.247.843 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 11.548.675 | - | - | - | - | 11.548.675 |

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Negociação e Vendas | Banca de Retalho | Banca Comercial | Gestão de Ativos | Outros | Total |
| Margem Financeira | 84.480 | 1.068.377 | (210.980) | - | 184.715 | 1.126.592 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 3.985 | - | 215.411 | - | - | 219.397 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 16.741 | 112.873 | 67.879 | 817 | 280.434 | 478.744 |
| Encargos com serviços e comissões | (14.074) | (9.796) | (371) | - | (79.005) | (103.247) |
| Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos | 92.900 | 275 | (6.465) | - | - | 86.709 |
| Outros resultados de exploração | (169.823) | (5.659) | (369) | (29) | 259.916 | 84.036 |
| Produto bancário | 14.209 | 1.166.070 | 65.105 | 788 | 646.059 | 1.892.231 |
| Outros custos e proveitos | | | | | | (2 208 486) |
| Resultado Líquido do Exercício | | | | | | (316.255) |
| Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido) | 12.599.495 | 207.098 | 277.659 | - | 12.732 | 13.096.983 |
| Aplicações em títulos e derivados (líquido) | 19.453.580 | 1 | 59.885 | - | - | 19.513.466 |
| Crédito sobre clientes (líquido) | 4.503 | 33.604.412 | 33.466.074 | - | - | 67.074.988 |
| Ativo líquido total | 32.057.578 | 33.811.510 | 33.803.618 | - | 9.196.258 | 108.868.964 |
| Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais | 16.521.588 | - | 258.094 | - | 5.976 | 16.785.657 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 1.788 | 47.954.790 | 9.894.627 | - | 4.796 | 57.856.002 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 16.107.253 | 9 | 23.359 | - | - | 16.130.622 |

## Mercados Geográficos

| | 31-12-2012 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | Resto da Europa | América do Norte | Ásia | Outros | Total |
| Margem financeira | 655.794 | 86.783 | 397 | 5.818 | 5.328 | 31.246 | 785.366 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 131.281 | 16.509 | - | - | - | - | 147.790 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 453.055 | 35.701 | 59 | 1.281 | 1.268 | (2.596) | 488.768 |
| Encargos com serviços e comissões | (108.858) | (8.900) | - | (64) | (8) | 3.423 | (114.407) |
| Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos | 329.708 | (4.042) | (35) | (328) | 656 | (47.778) | 278.181 |
| Resultados de exploração | 102.986 | (3.590) | (38) | 1.449 | 371 | (1.424) | 99.753 |
| Produto bancário | 1.563.966 | 122.461 | 382 | 8.156 | 7.616 | (17.130) | 1.685.450 |
| Outros custos e proveitos | | | | | | | (2 364 517) |
| Resultado Líquido do Exercício | | | | | | | (679.067) |
| Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido) | 11.595.880 | 3.277.112 | 111.027 | 1.632.727 | 121.307 | (8.949.748) | 7.788.305 |
| Aplicações em títulos e derivados (líquido) | 21.198.380 | 1.193.768 | - | 35.753 | - | (747.502) | 21.680.398 |
| Crédito sobre clientes (líquido) | 58.635.299 | 4.631.689 | - | 708.344 | 26.913 | - | 64.002.245 |
| Ativo líquido total | 100.195.530 | 9.241.459 | 111.503 | 2.377.879 | 154.350 | (9.867.633) | 102.213.089 |
| Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais | 15.905.716 | 4.428.175 | 7 | 1.681.385 | 43.409 | (8.955.377) | 13.103.316 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 54.868.170 | 2.580.658 | - | 696.769 | 102.246 | - | 58.247.843 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 10.667.858 | 1.214.570 | - | 22.784 | - | (356.538) | 11.548.675 |

| | 31-12-2011 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | Resto da Europa | América do Norte | Ásia | Outros | Total |
| Margem financeira | 959.844 | 105.623 | 26.716 | 6.682 | 2.818 | 24.910 | 1.126.592 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 215.411 | 3.985 | - | - | - | - | 219.397 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 442.413 | 35.572 | 267 | 1.587 | 1.201 | (2.296) | 478.744 |
| Encargos com serviços e comissões | (95.528) | (8.479) | (1.475) | (52) | (14) | 2.301 | (103.247) |
| Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos | 128.851 | 72.855 | (554) | (4.059) | 441 | (110.825) | 86.709 |
| Resultados de exploração | 89.391 | (86.687) | (49) | (567) | 726 | 81.223 | 84.036 |
| Produto bancário | 1.740.382 | 122.869 | 24.904 | 3.592 | 5.171 | (4.687) | 1.892.231 |
| Outros custos e proveitos | | | | | | | (2 208 486) |
| Resultado Líquido do Exercício | | | | | | | (316.255) |
| Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido) | 16.693.649 | 2.085.104 | 318.620 | 1.977.309 | 77.197 | (8.054.897) | 13.096.983 |
| Aplicações em títulos e derivados (líquido) | 18.980.454 | 1.236.681 | 19.312 | 59.885 | - | (782.866) | 19.513.466 |
| Crédito sobre clientes (líquido) | 61.366.567 | 4.969.524 | 0 | 719.574 | 19.323 | - | 67.074.988 |
| Ativo líquido total | 106.280.114 | 8.365.929 | 358.536 | 2.761.088 | 99.451 | (8.996.154) | 108.868.964 |
| Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais | 18.530.652 | 4.147.805 | 64.638 | 2.097.836 | 31 | (8.055.305) | 16.785.657 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 54.866.540 | 2.090.501 | 126.721 | 671.596 | 100.671 | (28) | 57.856.002 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 15.342.256 | 789.220 | - | 23.359 | - | (24.214) | 16.130.622 |

A coluna “Outros” inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais.

## 38. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

| | 31-12-2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Estado Português (DGT) | Outras entidades do Estado Português | Associadas | Entidades em controlo conjunto | Outras empresas do Grupo CGD |
| **Ativos:** | | | | | |
| Aplicações em instituições de crédito | - | - | - | 1 | 5.094.952 |
| Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação | 6.591.998 | 2.965.418 | - | - | 5.928.929 |
| Crédito a clientes | 21.834 | 4.441.972 | 388.304 | 1.117 | 166.496 |
| Outros ativos | - | 481.456 | 1.305 | 43.235 | 661.426 |
| **Passivos:** | | | | | |
| Recursos de instituições de crédito | - | - | - | 483 | 2.889.475 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 446 | 2.202.584 | 8.618 | 883 | 1.836.071 |
| Débitos representados por títulos | - | - | - | - | 1.368.721 |
| Passivos subordinados | - | - | - | - | 185.419 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | 118.485 |
| Outros passivos | - | - | 34.556 | 86.876 | 189.108 |
| **Garantias prestadas** | 22.323 | 611.451 | 6.509 | 765 | 435.032 |
| **Proveitos:** | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 260.161 | 205.956 | 3.325 | 1.106 | 1.178.838 |
| Ganhos em operações financeiras | 104.094 | 152.323 | - | - | 3.657.803 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 84 | 1.255 | 2 | 77 | 50.646 |
| Outros proveitos de exploração | - | 16 | 19 | 274 | 38.637 |
| **Custos:** | | | | | |
| Juros e encargos similares | - | 2.995 | 8 | - | 1.117.933 |
| Perdas em operações financeiras | 22 | 155.080 | - | - | 3.470.067 |
| Encargos com serviços e comissões | - | 1 | - | - | 2.251 |
| Provisões de crédito vencido (líquido de reposições) | - | (9.117) | 89 | - | - |
| Outros custos de exploração | - | - | 241 | 37 | 890 |
| Gastos gerais administrativos | - | - | - | 8.022 | 97 |

| | 31-12-2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Estado Português (DGT) | Outras entidades do Estado Português | Associadas | Entidades em controlo conjunto | Outras empresas do Grupo CGD |
| **Ativos:** | | | | | |
| Aplicações em instituições de crédito | - | 433.849 | - | - | 6.518.753 |
| Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação | 3.770.296 | 1.899.039 | - | - | 6.392.213 |
| Crédito a clientes | - | 4.131.314 | 591.010 | 8.788 | 107.909 |
| Outros ativos | 272.634 | 460.826 | 1.546 | 43.342 | 880.067 |
| **Passivos:** | | | | | |
| Recursos de instituições de crédito | - | - | - | - | 2.488.403 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 1.580.213 | 529.886 | 13.588 | 93 | 1.502.912 |
| Débitos representados por títulos | - | - | - | - | 1.637.168 |
| Passivos subordinados | - | - | - | - | 182.964 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | 542.418 |
| Outros passivos | - | - | 58.218 | 89.782 | 205.568 |
| **Garantias prestadas** | - | 564.375 | 8.333 | 779 | 467.728 |
| **Proveitos:** | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 153.910 | 174.491 | 5.726 | 1.668 | 1.400.857 |
| Ganhos em operações financeiras | 6.467 | 122.134 | - | - | 4.936.233 |
| Rendimentos de serviços e comissões | - | 1.845 | 5 | 94 | 43.572 |
| Outros proveitos de exploração | - | 65 | 23 | 337 | 43.225 |
| **Custos:** | | | | | |
| Juros e encargos similares | 3.028 | 4.629 | 28 | 2 | 1.217.230 |
| Perdas em operações financeiras | 34.315 | 105.328 | - | - | 4.591.371 |
| Encargos com serviços e comissões | - | 32 | - | - | 1.883 |
| Provisões de crédito vencido (líquido de reposições) | - | 148 | 514 | - | - |
| Outros custos de exploração | - | 79 | 256 | 39 | 758 |
| Gastos gerais administrativos | - | - | - | 8.950 | 33.425 |

Os valores apresentados nos quadros acima, com exceção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à atividade individual da Caixa, e resultam de uma extração de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo assim um detalhe integral de todas as transações com as entidades referidas.

Adicionalmente, os saldos apresentados na coluna “Outras entidades do Estado Português” excluem transações com entidades da Administração Regional ou Local.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

No decorrer do exercício de 2011, a Caixa alienou à Direção Geral do Tesouro títulos do Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, tendo em resultado desta transação reconhecido mais - valias líquidas de imparidade no montante de 28.024 mEuros. O valor das perdas de imparidade incorridas com esta participação no exercício de 2011 ascendeu a 32.621 mEuros (Nota 6).

Órgãos de gestão

Em 2012, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios de curto prazo, assim como a benefícios pós-emprego atribuídos aos membros do Conselho de Administração (considerados para este efeito como os elementos relevantes do pessoal chave da gerência conforme requisitos da IAS 24 nesta matéria), ascenderam a 1.621 mEuros e 121 mEuros, respetivamente (2.262 Euros e 107 mEuros, respetivamente, no exercício de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a 1.192 mEuros e 68 mEuros, respetivamente.

## 39. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

No exercício de 2012 e 2011, o total de remunerações referentes à prestação de serviços de mediação de seguros ascendeu a 28.607 mEuros e 22.422 mEuros, respetivamente, dizendo respeito na sua totalidade a comissões recebidas sob a forma de numerário.

As remunerações dos exercícios de 2012 e 2011 decorrem integralmente da prestação de serviços de mediação junto da Fidelidade- Companhia de Seguros S.A. (empresa do Grupo), apresentando a seguinte decomposição:

| RAMO | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Vida | 24.200 | 18.244 |
| Não Vida | 4.407 | 4.178 |
| | 28.607 | 22.422 |

As comissões recebidas pela mediação de produtos do ramo Vida e Não Vida da Fidelidade-Companhia de Seguros S.A. através da sua rede comercial são integralmente reconhecidas pela Caixa em resultados do exercício no momento da sua originação, encontrando-se contabilizadas na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” (Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2012, e 2011 os saldos a receber pela Caixa junto da Fidelidade-Companhia de Seguros S.A. relativos a comissões de mediação ascendiam a 3.906 mEuros e 2.829 mEuros, respetivamente. No âmbito da sua atividade de mediador, a Caixa não exerce qualquer atividade de cobrança junto de clientes relacionados com pagamentos associados a contratos de seguros.

## 40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

*Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Caixa*

A CGD adotou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito -

O controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD, é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, setor de atividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor da imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de default (PD) e de migração para default e recuperações após default ("loss given default" - LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efetuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, na presença de uma proposta de crédito elaborada pela área comercial é efetuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda aos clientes, numa perspetiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objeto da proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de rating e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de fatores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. É igualmente tido em consideração, o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades bem como a identificação de aspetos/ condições que poderão mitigar o risco de crédito.

Risco de mercado –

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto

das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o Value at Risk (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objetivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos ativos subjacentes (basis point value (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por fator de risco (stress-testing).

São efetuadas, diariamente, análises de backtesting teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de backtesting teórico e, mensalmente, com cálculo de backtesting real. O número de exceções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos ativos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, setor, rating e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por fator de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de ações em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

Risco cambial –

O controlo e a avaliação do risco cambial é efetuada a nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de liquidez e risco de taxa de juro –

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro do balanço, na CGD, são definidas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos (“Asset-Liability Committee”, ALCO). A Área de Risco de Liquidez da DGR controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos é o órgão delegado da Comissão Executiva responsável pelo processo de ALM, o qual reúne periodicamente tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez utiliza a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados, os volumes de “cash inflows” e “cash outflows”, bem como os respetivos “gaps” de liquidez.

Os gaps de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios sujeitos a limites (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes “buckets” considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 83% do seu saldo (“core deposits”) é considerado no “bucket” superior a 10 anos, sendo o restante (“non-core deposits”) alocado nos

“buckets” até 12 meses segundo estudos de sazonalidade e de saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes “buckets” de acordo com um modelo que estima não só a sua vida média esperada, mas também a distribuição temporal esperada para as saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no “bucket” até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. (Os títulos onerados em operações de financiamento junto do Eurosistema, ou noutro tipo de operações, são devidamente excluídos da análise). As ações e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada, são globalmente considerados no “bucket” até 1 mês.

São também realizados testes de esforço de liquidez, segundo metodologia desenvolvida internamente, e articulados com o plano de contingência de liquidez existente, visando a determinação das perspetivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos, e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

Ao longo do ano prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos “mismatchs” existentes entre os prazos dos ativos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança quer através da prática de taxas particularmente atrativas.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adotada na sua mensuração utiliza a agregação em intervalos temporais de todos os ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, de acordo com as respetivas datas de revisão das mesmas (“repricing” dates). Para esses intervalos, são depois calculados os respetivos “gaps” de taxa de juro.

A avaliação do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos ativos e passivos sensíveis, bem como o respetivo “gap” de duração. Através deste, procura medir-se o grau de sensibilidade do valor económico do balanço a variações das taxas de juro.

Para acompanhar o efeito desses “gaps” sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal do saldo dos ativos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da atividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas refletidas nas “yield curves”.

Por decisão do ALCO, foi em devido tempo aprovado um conjunto de “guidelines” relativas à gestão do risco de taxa de juro do balanço e da carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objetivo dessas “guidelines” é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o “trade-off” rentabilidade-risco no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são monitorizados mensalmente no que se refere ao “gap” acumulado a 12 meses em percentagem do ativo sensível e ao “gap” de duração, e são monitorizados trimestralmente para os indicadores “economic value at risk” (que traduz as variações no valor económico do capital do banco resultantes de variações do nível das taxas de juro), e “earnings at risk” (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco resultantes de variações do nível das taxas de juro).

Semestralmente, é também enviado ao Banco de Portugal o mapa prudencial de risco de taxa de juro da carteira bancária, que engloba todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação, de modo a possibilitar a monitorização e acompanhamento do risco de taxa de juro da carteira bancária, para o qual não existe nenhuma exigência regulamentar de fundos próprios (por oposição à carteira de negociação).

A avaliação e a medição deste tipo de risco é feita apurando o impacto nos fundos próprios e na margem financeira de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de + 200 bps (conforme Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO,

o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efetuado com periodicidade trimestral para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade da CGD.

*Risco de Crédito*

*Exposição máxima a risco de crédito*

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados** | | |
| Divida pública | 488.773 | 480.691 |
| Divida privada | 8.855 | 9.834 |
| i) | 497.628 | 490.525 |
| **Ativos financeiros disponíveis para venda *** | | |
| Divida pública | 6.433.095 | 3.684.039 |
| Divida privada | 9.788.048 | 9.237.093 |
| ii) | 16.221.144 | 12.921.133 |
| **Ativos com acordo de recompra** | | |
| Divida pública | 68.576 | 330.764 |
| Divida privada | 435.584 | 535.126 |
| Crédito e valores titulados | 286.029 | 537.862 |
| iii) | 790.189 | 1.403.752 |
| i)+ii)+iii) | 17.508.961 | 14.815.410 |
| **Instrumentos financeiros derivados** | 2.204.848 | 2.601.786 |
| Aplicações e empréstimos de instituições de crédito * | 6.439.700 | 10.758.063 |
| Crédito a clientes * | 63.421.443 | 66.517.789 |
| Outros devedores * | 2.565.788 | 3.020.151 |
| Outras operações a regularizar | 139.634 | 256.789 |
| | 74.771.412 | 83.154.579 |
| **Outros compromissos** | | |
| Garantias pessoais/institucionais prestadas | | |
| Garantias e avales ** | 4.303.548 | 4.927.351 |
| Cartas de crédito *stand-by* | 67.211 | 123.433 |
| Créditos documentários abertos | 196.421 | 155.042 |
| Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais | 46.136 | 54.386 |
| Contratos de depósitos a prazo a constituir | 2.000 | - |
| Linhas de crédito irrevogáveis | 1.262.778 | 1.848.511 |
| Outros compromissos irrevogáveis | 799.080 | 1.643.727 |
| Credit Default Swaps | 164.740 | 400.943 |
| | 6.841.914 | 9.153.393 |
| ***Exposição máxima*** | **99.122.287** | **107.123.381** |

[*] Saldos líquidos de imparidade e provisões para riscos gerais de crédito
[**] Saldos líquido de provisões

Qualidade de crédito de aplicações em instituições de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, considerando a notação de risco determinada de acordo com o modelo interno de avaliação desenvolvido pela Caixa para instituições financeiras, e por país de origem da contraparte:

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | América do Norte | Ásia | Outros | Total |
| AA- até AA+ | - | 2.039 | 865 | - | 1.402 | 4.307 |
| A- até A+ | - | 48.687 | 1.066 | - | - | 49.753 |
| Menor que A- | 844.154 | 57.090 | - | - | 84 | 901.328 |
| Sem Rating | 150.902 | 9 | - | 11.830 | 64.729 | 227.470 |
| Bancos Centrais e Supranacionais | - | - | 161.457 | 354 | - | 161.811 |
| Empresas do Grupo CGD | 2.829.333 | 2.111.964 | - | 13.776 | 139.958 | 5.095.031 |
| | 3.824.389 | 2.219.789 | 163.388 | 25.961 | 206.173 | 6.439.700 |

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | América do Norte | Ásia | Outros | Total |
| AA- até AA+ | - | 20.764 | - | - | 7.113 | 27.877 |
| A- até A+ | - | 5.071 | 4.162 | 3.439 | - | 12.672 |
| Menor que A- | 4.135.867 | 11.590 | - | 344 | 729 | 4.148.530 |
| Sem Rating | 3.908 | 411 | - | - | 202 | 4.520 |
| Bancos Centrais e Supranacionais | - | - | - | 158 | - | 158 |
| Empresas do Grupo CGD | 3.524.880 | 2.885.295 | 1 | 62.861 | 91.270 | 6.564.306 |
| | 7.664.654 | 2.923.131 | 4.163 | 66.802 | 99.313 | 10.758.063 |

No âmbito do Programa Basileia II – Projeto de Modelos de Scoring e Rating, foi desenvolvido internamente um modelo de notação de risco para o segmento de Instituições Financeiras. Este modelo permite obter estimativas de probabilidade de default – PD (probabilidade de incumprimento) a um ano. Trata-se de um modelo estatístico que utiliza informação financeira, informação de enquadramento geográfico e tipo de atividade principal de cada Instituição financeira notada.

A escala de notação do modelo varia entre AAA (melhor notação de risco à qual corresponde uma menor PD), e CCC (pior notação de risco à qual corresponde uma maior PD).

*Qualidade de crédito de títulos de dívida*

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de "rating" atribuída pela Standard & Poor's ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referencia a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| | 31-12-2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | América do Norte | Outros | Total |
| **Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados** | | | | | |
| AAA | - | 21.834 | - | - | 21.834 |
| AA+ até AA- | - | 227.846 | - | - | 227.846 |
| A+ até A- | - | 49.885 | - | - | 49.885 |
| BBB+ até BBB- | 8.855 | 281 | - | - | 9.136 |
| BB+ até BB- | 188.927 | - | - | - | 188.927 |
| | 197.782 | 299.846 | - | - | 497.628 |
| Emitidos por: | | | | | |
| Governos e outras autoridades locais | 188.927 | 299.846 | - | - | 488.773 |
| Instituições financeiras | - | - | - | - | - |
| Outros emitentes | 8.855 | - | - | - | 8.855 |
| | 197.782 | 299.846 | - | - | 497.628 |
| **Ativos financeiros registados ao justo valor através de reservas** | | | | | |
| AAA | - | 296.443 | - | - | 296.443 |
| AA+ até AA- | - | 134.389 | 35.651 | - | 170.040 |
| A+ até A- | - | 365.641 | 27.233 | 17.538 | 410.412 |
| BBB+ até BBB- | 4.059.886 | 297.092 | 48.340 | - | 4.405.318 |
| BB+ até BB- | 9.487.316 | 226.523 | - | - | 9.713.839 |
| B+ até B- | 38.818 | 34.059 | - | - | 72.877 |
| Menor que B- | - | 65.388 | 101 | 1.831 | 67.320 |
| Sem Rating | 1.576.952 | 12.102 | - | - | 1.589.054 |
| | 15.162.972 | 1.431.637 | 111.325 | 19.369 | 16.725.303 |
| Emitidos por: | | | | | |
| Corporates | 132.061 | 51.484 | 5.143 | - | 188.688 |
| Governos e outras autoridades locais | 6.403.071 | 62.949 | 35.651 | - | 6.501.671 |
| Instituições financeiras | 8.627.840 | 1.058.779 | 70.531 | 19.369 | 9.776.519 |
| Outros emitentes | - | 258.425 | - | - | 258.425 |
| | 15.162.972 | 1.431.637 | 111.325 | 19.369 | 16.725.303 |

| | 31-12-2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | América do Norte | Outros | Total |
| **Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados** | | | | | |
| AAA | - | 226.297 | - | - | 226.297 |
| AA+ até AA- | - | 64 | - | - | 64 |
| A+ até A- | 8.060 | 42.123 | - | - | 50.183 |
| BB+ até BB- | 194.783 | 17.424 | - | - | 212.207 |
| Sem Rating | 1.774 | - | - | - | 1.774 |
| | 204.617 | 285.908 | - | - | 490.525 |
| Emitidos por: | | | | | |
| Governos e outras autoridades locais | 194.783 | 285.908 | - | - | 480.691 |
| Instituições financeiras | 1.774 | - | - | - | 1.774 |
| Outros emitentes | 8.060 | - | - | - | 8.060 |
| | 204.617 | 285.908 | - | - | 490.525 |
| **Ativos financeiros registados ao justo valor através de reservas** | | | | | |
| AAA | - | 432.342 | - | 36.702 | 469.044 |
| AA+ até AA- | - | 196.840 | 59.686 | - | 256.526 |
| A+ até A- | 3.991.058 | 618.464 | 36.187 | 24.504 | 4.670.213 |
| BBB+ até BBB- | 108.771 | 320.190 | 25.778 | - | 454.739 |
| BB+ até BB- | 5.947.947 | 207.234 | - | 33.064 | 6.188.245 |
| B+ até B- | 16.476 | 3.486 | - | 1.044 | 21.006 |
| Menor que B- | - | 100.033 | 199 | - | 100.232 |
| Sem Rating | 1.612.468 | 7.815 | - | 6.734 | 1.627.017 |
| | 11.676.720 | 1.886.404 | 121.850 | 102.048 | 13.787.022 |
| Emitidos por: | | | | | |
| Corporates | 159.993 | 30.200 | - | - | 190.193 |
| Governos e outras autoridades locais | 3.848.147 | 106.970 | 59.686 | - | 4.014.803 |
| Instituições financeiras | 7.668.580 | 1.495.264 | 62.164 | 102.014 | 9.328.022 |
| Outros emitentes | - | 253.970 | - | 34 | 254.004 |
| | 11.676.720 | 1.886.404 | 121.850 | 102.048 | 13.787.022 |

*Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro*

Os mercados de crédito da dívida soberana da Zona Euro, com especial incidência em países da sua periferia caracterizados por relevantes desequilíbrios orçamentais, têm vindo a ser afetados por um contínuo ambiente de incerteza e instabilidade. Esta situação, visível no alargamento dos *spread* de risco associados a estas emissões, culminou com a necessidade de intervenção do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia junto dos governos da Grécia e da Irlanda (ainda em 2010) e, já no decorrer de 2011, junto de Portugal.

As principais características destas emissões no âmbito da atividade da Caixa e das suas sucursais em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são seguidamente apresentadas:

| | Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2012 | | | | | Justo valor | Imparidade acumulada | Reserva de Justo valor | Rating |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Maturidade Residual | | | | | | | | |
| | 2013 | 2014 | Após 2014 | sem maturidade | Total | | | | |
| **Ativos valorizados ao justo valor através de resultados** | | | | | | | | | |
| Portugal | 123.416 | 48.188 | 17.323 | - | 188.927 | 188.927 | - | - | |
| Grécia | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Irlanda | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Espanha | - | - | 134 | - | 134 | 134 | - | - | |
| Itália | - | - | 147 | - | 147 | 147 | - | - | |
| | 123.416 | 48.188 | 17.605 | - | 189.208 | 189.208 | - | - | |
| **Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação** | | | | | | | | | |
| Portugal | 3.793.972 | 1.737.427 | 869.331 | 2.342 | 6.403.071 | 6.403.071 | - | 98.087 | |
| Grécia | - | - | 2.608 | - | 2.608 | 2.608 | - | (3.799) | |
| Irlanda | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Espanha | 48.903 | 10.128 | 1.309 | - | 60.340 | 60.340 | - | (1.162) | |
| Itália | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | 3.842.875 | 1.747.555 | 873.248 | 2.342 | 6.466.020 | 6.466.020 | - | 93.126 | |
| **Total** | | | | | | | | | |
| Portugal | 3.917.387 | 1.785.615 | 886.654 | 2.342 | 6.591.998 | 6.591.998 | - | 98.087 | BB- |
| Grécia | - | - | 2.608 | - | 2.608 | 2.608 | - | (3.799) | CCC |
| Irlanda | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Espanha | 48.903 | 10.128 | 1.443 | - | 60.474 | 60.474 | - | (1.162) | BBB- |
| Itália | - | - | 147 | - | 147 | 147 | - | - | A- |
| | 3.966.290 | 1.795.743 | 890.853 | 2.342 | 6.655.228 | 6.655.228 | - | 93.126 | |

| | Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2011 | | | | | | Justo valor | Imparidade acumulada | Reserva de Justo valor | Rating |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Maturidades residuais | | | | | | | | | |
| | 2012 | 2013 | 2014 | Após 2014 | sem maturidade | Total | | | | |
| **Ativos valorizados ao justo valor através de resultados** | | | | | | | | | | |
| Portugal | 146.854 | 874 | 36.228 | 10.827 | - | 194.783 | 194.783 | - | - | |
| Grécia | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Irlanda | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Espanha | - | - | - | 50 | - | 50 | 50 | - | - | |
| Itália | - | - | - | 37 | - | 37 | 37 | - | - | |
| | 146.854 | 874 | 36.228 | 10.915 | - | 194.870 | 194.870 | - | - | |
| **Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação** | | | | | | | | | | |
| Portugal | 3.668.433 | - | - | 178.292 | 1.423 | 3.848.147 | 3.848.147 | - | (140.082) | |
| Grécia | 10.033 | - | - | - | - | 10.033 | 10.033 | (10.667) | - | |
| Irlanda | - | - | 24.139 | 14.667 | - | 38.807 | 38.807 | - | (8.228) | |
| Espanha | - | 48.133 | 9.996 | - | - | 58.130 | 58.130 | - | (2.086) | |
| Itália | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | 3.678.466 | 48.133 | 34.136 | 192.959 | 1.423 | 3.955.117 | 3.955.117 | (10.667) | (150.396) | |
| **Total** | | | | | | | | | | |
| Portugal | 3.815.286 | 874 | 36.228 | 189.119 | 1.423 | 4.042.930 | 4.042.930 | - | (140.082) | BB+ |
| Grécia | 10.033 | - | - | - | - | 10.033 | 10.033 | (10.667) | - | CCC |
| Irlanda | - | - | 24.139 | 14.667 | - | 38.807 | 38.807 | - | (8.228) | BBB+ |
| Espanha | - | 48.133 | 9.996 | 50 | - | 58.180 | 58.180 | - | (2.086) | AA- |
| Itália | - | - | - | 37 | - | 37 | 37 | - | - | A+ |
| | 3.825.320 | 49.007 | 70.364 | 203.874 | 1.423 | 4.149.987 | 4.149.987 | (10.667) | (150.396) | |

O ano de 2011 foi caraterizado pela diminuição da liquidez observada nestes mercados, com especial incidência nos intrumentos de dívida dos países intervencionados. Esta situação foi especialmente relevante no caso da República da Grécia, refletindo os efeitos das diversas fases do processo de reestruturação e reequilíbrio orçamental ainda em curso.

O segundo plano de resgate, negociado entre a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a República da Grécia em julho de 2011, e posteriormente retificado em outubro de 2011 (o qual previa um apoio global de 130 mil milhões de euros), contou igualmente com o envolvimento do Institute of International Finance, Inc ("IIF"), em representação das instituições financeiras suas associadas (o qual a CGD não integra). Este plano previa um perdão voluntário de dívida de 50%.

As eminentes dificuldades em assegurar o financiamento do seu défice público por parte da República da Grécia, assim como as incertezas decorrentes do processo de resgate e respetivos impactos nos credores, cenário este reforçado pelos sucessivos downgrades a que foram sujeitas as suas emissões de dívida pelas principais agências de notação, determinaram por parte da Caixa a decisão de se proceder ao reconhecimento de imparidade na exposição detida junto deste soberano, tendo o saldo acumulado das reservas de reavaliação negativas destas emissões, no montante de 10.667 mEuros em 31 de dezembro de 2011, sido reclassificadas para resultados desse exercício.

No início de março de 2012, em resultado das negociações realizadas no âmbito do programa de assistência à República da Grécia, a Caixa foi notificada das condições inerentes ao envolvimento do setor privado neste processo ("Private Setor Involvement - PSI"), tendo por objetivo a redução da dívida pública deste soberano para 120,5% do PIB em 2020. Os termos do envolvimento do PSI previam diversas opções de troca das posições detidas por um conjunto de obrigações com diferentes maturidades, rendibilidades e valor nominal (face ao valor inicial da emissão original em causa), tendo a Caixa decidido pela adesão ao programa de troca. No decorrer do exercício de 2012 e em resultado da sua participação nesta operação, a Caixa não reconheceu perdas adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto "Justo valor".

*Exposições afetadas pelo período de turbulência*

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda da Caixa inclui títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

| | | | | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIPO | Rating emissão | Nível de Senioridade da tranche detida | Área geográfica origem do emitente | Valor de Balanço (líquido de imparidade) | Imparidade acumulada | Reserva de Justo valor | Valor de Balanço (líquido de imparidade) | Imparidade acumulada | Reserva de Justo valor |
| **Commercial mortgage-backed securities** | | | | | | | | | |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | - | - | - | 17.372 | - | (2.091) |
| | C | Senior | União Europeia | - | - | - | 2.697 | - | (448) |
| | | | | - | - | - | 20.069 | - | (2.538) |
| **Residential mortgage-backed securities** | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | - | - | - | 19.156 | - | 2.059 |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 2.598 | - | (861) | 12.377 | - | (27) |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 13.399 | - | (6.211) | 14.397 | - | (6.360) |
| | Menor que A- | Senior | União Europeia | 19.232 | - | (4.511) | 18.526 | - | (7.279) |
| | | Mezzanine | União Europeia | 2.568 | - | (2.589) | 2.427 | - | (3.168) |
| | CCC | Mezzanine | América do Norte | 101 | (9.364) | - | 199 | (9.503) | 41 |
| | D | Mezzanine | União Europeia | 1.308 | - | (5.111) | 746 | - | (5.689) |
| | | | | 39.207 | (9.364) | (19.283) | 67.828 | (9.503) | (20.423) |
| **Collateralized Loan obligations** | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 7.000 | - | (250) | 6.642 | - | (678) |
| | | | Outros | - | - | - | 36.702 | - | (1.017) |
| | Menor que A- | Mezzanine | União Europeia | 12.316 | - | (2.323) | 6.944 | - | (7.599) |
| | CCC | Mezzanine | União Europeia | - | - | - | 434 | - | (385) |
| | | | | 19.316 | - | (2.573) | 50.723 | - | (9.679) |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | | | | |
| | Sem rating | Senior | União Europeia | - | - | - | 6.700 | (26.838) | - |
| | | | | - | - | - | 6.700 | (26.838) | - |
| | | | | 58.523 | (9.364) | (21.855) | 145.320 | (36.341) | (32.640) |

O movimento ocorrido nestes títulos no decorrer dos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| TIPO | Rating emissão (a) | Nível de Senioridade da tranche detida | Área geográfica origem do emitente | Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2011 | Alienações e amortizações de capital | Aquisições | Impacto em Resultados do Período | | Variação da reserva de justo valor | Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | Imparidade | | |
| **Commercial mortgage-backed securities** | | | | | | | | | | |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 17.372 | (18.452) | - | (1.011) | - | 2.091 | - |
| | C | Senior | União Europeia | 2.697 | (3.128) | - | (17) | - | 448 | - |
| **Residential mortgage-backed securities** | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 19.156 | (19.426) | - | 2.328 | - | (2.059) | - |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 12.377 | (10.191) | - | 1.246 | - | (834) | 2.598 |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 14.397 | (1.113) | - | (34) | - | 149 | 13.399 |
| | Menor que A- | Senior | União Europeia | 18.526 | (1.969) | - | (93) | - | 2.768 | 19.232 |
| | | Mezzanine | União Europeia | 2.427 | (518) | - | 80 | - | 578 | 2.568 |
| | CCC | Mezzanine | América do Norte | 199 | - | - | (57) | - | (41) | 101 |
| | D | Mezzanine | União Europeia | 746 | - | - | (16) | - | 578 | 1.308 |
| **Collateralized Loan obligations** | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 6.642 | - | - | (70) | - | 428 | 7.000 |
| | | | Outros | 36.702 | (37.127) | - | (592) | - | 1.017 | - |
| | Menor que A- | Mezzanine | União Europeia | 6.944 | - | - | 95 | - | 5.277 | 12.316 |
| | CCC | Mezzanine | União Europeia | 434 | (303) | - | (517) | - | 385 | - |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | | | | | |
| | Sem rating | Senior | União Europeia | 6.700 | (6.700) | - | - | - | - | - |
| | | | | 145.320 | (98.925) | - | 1.344 | - | 10.785 | 58.523 |

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 31-12-2012, com excepção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2011.

| TIPO | Rating emissão (a) | Nível de Senioridade da tranche detida | Área geográfica origem do emitente | Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2010 | Alienações e amortizações de capital | Aquisições | Impacto em Resultados do Período | | Variação da reserva de justo valor | Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | Imparidade | | |
| **Commercial mortgage-backed securities** | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 635 | (645) | - | 9 | - | 2 | - |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 27.996 | (12.399) | - | 28 | - | 1.748 | 17.372 |
| | Menor que A- | Mezzanine | União Europeia | 3.256 | (3.800) | - | (787) | - | 1.331 | - |
| | C | Senior | União Europeia | 3.045 | (370) | - | (51) | - | 73 | 2.697 |
| **Residential mortgage-backed securities** | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 23.102 | (2.227) | - | (139) | - | 135 | 20.870 |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 13.248 | (1.383) | - | (76) | - | (228) | 11.561 |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 26.265 | (3.060) | - | 43 | - | (4.118) | 19.131 |
| | | Mezzanine | União Europeia | 4.697 | (5.782) | - | (1.839) | - | 2.924 | - |
| | Menor que A- | Senior | União Europeia | 19.140 | (2.163) | - | 53 | - | (4.136) | 12.894 |
| | | Mezzanine | União Europeia | 9.221 | (6.159) | - | (2.669) | - | 2.779 | 3.172 |
| | CCC | Mezzanine | América do Norte | 415 | - | - | 5 | - | (221) | 199 |
| **Collateralized Loan obligations** | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 6.565 | - | - | 16 | - | 61 | 6.642 |
| | | | Outros | 34.555 | - | - | 1.324 | - | 824 | 36.702 |
| | A- até A+ | Mezzanine | União Europeia | 4.939 | (5.736) | - | (150) | - | 947 | - |
| | Menor que A- | Mezzanine | União Europeia | 53.817 | (34.738) | - | (1.980) | - | (10.154) | 6.944 |
| | CCC | Mezzanine | União Europeia | 847 | - | - | 16 | - | (429) | 434 |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | | | | | |
| | Sem rating | Senior | União Europeia | 8.850 | - | - | (750) | (1.400) | - | 6.700 |
| | | Outros | União Europeia | 12.815 | (19.456) | - | (475) | - | 7.115 | - |
| | n.a | Fundos | União Europeia | 90.681 | (93.798) | - | (152) | - | 3.270 | - |
| | | | | 344.087 | (191.715) | - | (7.576) | (1.400) | 1.923 | 145.320 |

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 31-12-2011.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

## Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, incluindo saldos de ativos associados a operações de venda com acordo de recompra, apresentava a seguinte decomposição:

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em *"default"* | Outros saldos | Total crédito | Justo valor das garantias de operações em default |
| **Crédito a empresas** | | | | | | |
| Vincendo | 24.487.437 | 2.454.109 | 1.929.089 | 831.830 | 29.702.465 | |
| Vencido | 16.792 | 173.678 | 2.469.601 | 1.745 | 2.661.816 | |
| | 24.504.229 | 2.627.787 | 4.398.690 | 833.575 | 32.364.281 | *6.539.284* |
| do qual: | | | | | | |
| *Administração Central* | *1.325.184* | - | - | - | *1.325.184* | |
| *Governo Regional e Local* | *2.038.246* | *2.254* | *87.580* | - | *2.128.080* | |
| | | | | | | |
| **Crédito à habitação** | | | | | | |
| Vincendo | 29.340.753 | 769.759 | 1.228.549 | 129.522 | 31.468.583 | |
| Vencido | 3.115 | 6.220 | 1.018.008 | 201 | 1.027.544 | |
| | 29.343.869 | 775.979 | 2.246.557 | 129.723 | 32.496.127 | *2.563.515* |
| **Crédito ao consumo** | | | | | | |
| Vincendo | 1.031.656 | 68.723 | 36.879 | 92.321 | 1.229.579 | |
| Vencido | 221 | 4.079 | 86.000 | 4.782 | 95.082 | |
| | 1.031.877 | 72.802 | 122.879 | 97.103 | 1.324.661 | *91.568* |
| **Outros Créditos** | | | | | | |
| Vincendo | 67.355 | 1.936 | 4.369 | 884.573 | 958.232 | |
| Vencido | 632 | 1.188 | 47.176 | 416 | 49.413 | |
| | 67.987 | 3.124 | 51.545 | 884.989 | 1.007.645 | *3.688* |
| **Total crédito vincendo** | 54.927.201 | 3.294.527 | 3.198.885 | 1.938.246 | 63.358.859 | |
| **Total crédito vencido** | 20.761 | 185.165 | 3.620.785 | 7.144 | 3.833.855 | |
| **Total de crédito a clientes (Nota 9) (*)** | 54.947.962 | 3.479.692 | 6.819.670 | 1.945.391 | 67.192.714 | |
| Crédito titulado associado a operações de venda com acordo de recompra (Nota 7) | - | - | - | 283.726 | 283.726 | |
| **Total** | 54.947.962 | 3.479.692 | 6.819.670 | 2.229.117 | 67.476.441 | |
| do qual: | | | | | | |
| *Operações reestruturadas* | *1.113.224* | *1.220.610* | *810.999* | - | *3.144.833* | |

(*) Excluindo juros a receber líquidos de proveitos diferidos e comissões e correções de valor ativos objeto de contabilidade de cobertura

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em *"default"* | Outros saldos | Total crédito | Justo valor das garantias de operações em default |
| **Crédito a empresas** | | | | | | |
| Vincendo | 26.323.677 | 2.617.365 | 1.673.434 | 563.668 | 31.178.144 | |
| Vencido | 22.358 | 81.961 | 1.478.705 | 1.175 | 1.584.198 | |
| | 26.346.035 | 2.699.326 | 3.152.139 | 564.843 | 32.762.343 | *3.639.932* |
| do qual: | | | | | | |
| *Administração Central* | *851.418* | *10* | - | - | *851.428* | |
| *Governo Regional e Local* | *2.448.835* | *8.595* | *26.449* | - | *2.483.879* | |
| | | | | | | |
| **Crédito à habitação** | | | | | | |
| Vincendo | 30.614.633 | 815.983 | 1.217.334 | 147.542 | 32.795.492 | |
| Vencido | 3.433 | 5.963 | 917.319 | 3.587 | 930.302 | |
| | 30.618.066 | 821.946 | 2.134.653 | 151.129 | 33.725.794 | *2.512.383* |
| **Crédito ao consumo** | | | | | | |
| Vincendo | 1.199.933 | 81.566 | 33.230 | 92.192 | 1.406.921 | |
| Vencido | 533 | 4.724 | 60.659 | 805 | 66.721 | |
| | 1.200.466 | 86.289 | 93.889 | 92.997 | 1.473.642 | *39.434* |
| **Outros Créditos** | | | | | | |
| Vincendo | 65.894 | 1.433 | 4.299 | 1.100.918 | 1.172.543 | |
| Vencido | 511 | 1.785 | 39.362 | - | 41.657 | |
| | 66.405 | 3.217 | 43.660 | 1.100.918 | 1.214.200 | *3.733* |
| **Total crédito vincendo** | 58.204.137 | 3.516.347 | 2.928.296 | 1.904.320 | 66.553.100 | |
| **Total crédito vencido** | 26.835 | 94.432 | 2.496.045 | 5.566 | 2.622.879 | |
| **Total de crédito a clientes (Nota 9) (*)** | 58.230.972 | 3.610.779 | 5.424.342 | 1.909.886 | 69.175.979 | |
| Crédito titulado associado a operações de venda com acordo de recompra (Nota 7) | 533.191 | - | - | - | 533.191 | |
| **Total** | 58.764.163 | 3.610.779 | 5.424.342 | 1.909.886 | 69.709.170 | |
| do qual: | | | | | | |
| *Operações reestruturadas* (**) | *524.030* | *262.366* | *59.497* | - | *845.893* | |

(*) Excluindo juros a receber líquidos de proveitos diferidos e comissões e correções de valor ativos objeto de contabilidade de cobertura

(**) De acordo com critérios de identificação em vigor a partir de junho de 2011

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias. Adicionalmente, foram incluídos neste segmento os saldos de operações de "Crédito à habitação" com vencido até 30 dias caso estas já tivessem apresentado prestações vencidas por um período superior a 90 dias em data anterior ("default");
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos" foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo.
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

*Operações reestruturadas:*

A CGD tem, ao longo da última década, efetuado investimentos significativos na área do diagnóstico, prevenção e tratamento do crédito em risco assim como do crédito em incumprimento.

Em 2003 foi criado o Gabinete de Recuperação de Crédito, focado no desenvolvimento de ações com vista à implementação de soluções extrajudiciais para a regularização do incumprimento em operações de crédito hipotecário de clientes particulares. Posteriormente a transformação do referido gabinete na Direção de Recuperação de Crédito, permitiu o alargamento do universo de clientes abrangidos a particulares com incumprimento em outros produtos e às empresas.

Em janeiro de 2012 com a criação da Direção de Acompanhamento de Empresas (DAE) que tem como missão acompanhar e recuperar os créditos concedidos a empresas, e respetivos grupos, com envolvimento na CGD (i) superior a 5 milhões de euros; (ii) com imparidades constituídas iguais ou superiores a 10% ou, (iii) independentemente do valor de imparidade, que pertençam a sectores de atividade de risco, a CGD foi pioneira na alteração da filosofia de abordagem à recuperação de crédito, privilegiando as soluções negociadas em detrimento do recurso à via judicial.

A par da mudança paradigmática associada ao cenário atual de crise sócio-económica em Portugal com aumento exponencial de “non-performing loans”, a CGD deu continuidade ao modelo implementado há já uma década na instituição desenvolvendo novas formas de abordagem tendo sempre em vista quer a recuperação do crédito concedido, quer a viabilização das empresas envolvidas (nas situações de crédito a empresas), quer ainda a manutenção de uma postura de suporte social aos seus clientes, demonstrada pela contínua procura e desenvolvimento de soluções extrajudiciais que permitam a manutenção da relação com o cliente em moldes vantajosos para ambas as partes.

Adicionalmente de realçar as iniciativas adotadas no processo de gestão do risco, nomeadamente no crédito hipotecário e cartões de crédito mediante a implementação de mecanismos automáticos de identificação de situações de potencial esforço financeiro dos clientes envolvidos e proposição de soluções que permitam evitar o incumprimento. Um exemplo desse facto é a implementação da Instrução 18/2012 do Banco de Portugal, o âmbito do qual a CGD adaptou os seus sistemas aplicacionais de forma a permitirem a marcação automática de clientes em dificuldades financeiras e de operações reestruturadas por dificuldades financeiras dos clientes mediante a verificação de determinados indicadores pré-estabelecidos. A título preventivo, foi ainda criada a possibilidade de marcação manual dos clientes como estando em dificuldades financeiras quando detetado pela rede comercial ainda sem indicadores derivados dos mecanismos anteriormente descritos.

Na DAE, face ao segmento de Empresas que acompanha, é desenvolvido um trabalho de avaliação caso a caso, não esquecendo potenciais sinergias setoriais face ao risco agravado de que são alvo alguns segmentos de atividade, avaliando-se a viabilidade das empresas numa perspetiva mais alargada, ou seja, considerando igualmente os detentores de capital envolvidos com a mesma. Assim, na procura de soluções, são analisadas a estrutura acionista, capacidade de gestão, sustentabilidade do negócio, necessidades de investimento e tesouraria futuras, não negligenciando o valor proporcionado pelas garantias para conforto dos riscos assumidos.

Ao nível das Empresas, em função do apuramento quer das capacidades de gestão, quer das possibilidades de viabilização da empresa quer ainda do crédito recuperável, é definida a solução a aplicar que poderá passar por uma reestruturação da dívida, adequando o serviço da dívida, e em alguns casos renegociando as verbas em dívida, à capacidade da empresa em gerar fluxo financeiro suficiente, no acompanhamento de

PERs ou insolvências com recuperação, na cedência das próprias Empresas ou de ativos a Fundos de Reestruturação de Empresas ou Fundos Imobiliários, respetivamente, por contrapartida da liquidação dos créditos, na dação de garantias, entre outras. A opção de renegociação e reestruturação de dívida ocorre sempre e apenas se for expetável, de acordo com a análise efetuada, que esta reestruturação permita a viabilização da empresa (no caso das empresas) e a recuperação dos créditos concedidos pela CGD (quer ao nível do crédito a empresas quer ao nível do crédito a particulares e empresários em nome individual).

Igualmente relevante na gestão de clientes em dificuldades financeiras na atividade bancária em Portugal, serão igualmente de destacar os requisitos normativos emanados pelo Decreto-Lei 227/2012, de 25 de Outubro, relativo ao Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) e ao Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI) que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2013, bem como a Lei 58/2012, de 9 de Novembro, ao abrigo da qual foi criado um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil, os quais refletem em grande medida os modelos, procedimentos e soluções de recuperação em vigor na Caixa.

*Determinação de perdas de imparidade*

Em todas as situações, a imparidade constituída reflete em cada momento a expetativa da CGD no recebimento dos créditos em dívida de acordo com a solução delineada e a valorização das garantias afetas aos créditos concedidos.

No que respeita especificamente a créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente, a Direção de Gestão de Risco, iniciou a revisão de critérios que permitam diferenciar o risco para este tipo de operações, com consequente impacto na mensuração dos respetivos níveis de perda, em complemento às definições em vigor no modelo de Imparidade.

O evento de reestruturação por dificuldades financeiras do cliente passou a ser identificado como um *trigger* de imparidade, sendo incorporado nos critérios de obrigatoriedade para efeitos de avaliação individual de imparidade, tendo também sido adotadas medidas mais conservadoras na determinação da imparidade coletiva.

Em 31 de dezembro de 2012, as operações identificadas como reestruturadas apresentavam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Crédito Vivo | Crédito Vencido | Total | Provisões | Valor de balanço líquido de provisões | Justo valor das garantias |
| Operações reestruturadas | | | | | | |
| Sociedades não financeiras e setor público | 2.421.681 | 297.313 | 2.718.994 | (531.315) | 2.187.679 | 993.209 |
| Sociedades financeiras | 60.517 | 26.596 | 87.113 | (17.720) | 69.393 | 84.436 |
| Particulares | | | | | | |
| habitação | 316.308 | 10.019 | 326.327 | (30.956) | 295.371 | 81.607 |
| consumo e outras finalidades | 11.343 | 1.055 | 12.399 | (3.559) | 8.840 | 5.529 |
| **Total** | 2.809.849 | 334.984 | 3.144.833 | (583.549) | 2.561.283 | 1.164.781 |

*Risco de liquidez*

O risco de liquidez corresponde ao risco de a CGD ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de uma forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| | 31-12-2012 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até 6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 923.915 | - | - | - | - | - | - | - | - | 923.915 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 340.443 | - | 2.814 | - | - | - | - | - | 76.504 | 419.762 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2.776.921 | 1.104.297 | 273.933 | 676.282 | 1.402.380 | 115.421 | 59.637 | 22.529 | 88.750 | 6.520.150 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | | |
| Negociação | 2.150 | 20.200 | 55.965 | 70.682 | 114.360 | 36.767 | 219.123 | 763 | 2.155.935 | 2.675.944 |
| Outros (saldos brutos) [*] | 248.911 | 1.269.873 | 1.277.168 | 1.792.127 | 3.021.272 | 1.745.474 | 3.767.920 | 5.629.266 | 785.634 | 19.537.646 |
| Ativos com acordo de recompra | 946 | 19.853 | 17.675 | 65.930 | 384.202 | 319.946 | 26.681 | - | 707.335 | 1.542.568 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 4.029.419 | 4.225.894 | 5.303.911 | 3.253.533 | 9.910.787 | 8.664.104 | 14.081.527 | 26.342.090 | (195.261) | 75.616.004 |
| | 8.322.705 | 6.640.117 | 6.931.466 | 5.858.553 | 14.833.000 | 10.881.712 | 18.154.889 | 31.994.648 | 3.618.897 | 107.235.988 |
| **Passivos** | | | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (2.895.885) | (1.803.808) | (557.832) | (770.640) | (6.549.662) | (838.780) | (7.269) | (10.872) | (49) | (13.434.797) |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.296.505) | (2.296.505) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (19.681.148) | (6.087.004) | (6.645.078) | (6.130.471) | (14.002.973) | (6.453.751) | (349.944) | (258.369) | (197.484) | (59.806.222) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (234.386) | (996.526) | (1.117.831) | (1.246.588) | (4.563.015) | (2.504.312) | (1.731.235) | (202.034) | 3.395 | (12.592.532) |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (13.242) | (25.937) | (39.485) | (78.625) | (311.695) | (308.844) | (759.098) | (4.804.100) | (25.656) | (6.366.681) |
| Outros passivos subordinados | (214) | (7.363) | (53.058) | (57.018) | (344.940) | (2.070.351) | (969.460) | (136.395) | 9.339 | (3.629.460) |
| Recursos consignados | - | (657) | (671) | (3.579) | (92.888) | (9.442) | (312.015) | (487.239) | (196) | (906.685) |
| | (22.824.875) | (8.921.294) | (8.413.955) | (8.286.921) | (25.865.173) | (12.185.479) | (4.129.022) | (5.899.008) | (2.507.156) | (99.032.882) |
| Derivados | 2.310 | (5.080) | 13.498 | 50.144 | 46.307 | 43.988 | 86.820 | 354.672 | - | 592.658 |
| Diferencial | (14.499.860) | (2.286.257) | (1.468.992) | (2.378.223) | (10.985.866) | (1.259.779) | 14.112.687 | 26.450.312 | 1.111.741 | 8.795.763 |

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

| | 31-12-2011 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | Até 3 meses | Até 6 meses | Até 1 ano | Até 3 anos | Até 5 anos | Até 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1.888.234 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.888.234 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 444.532 | - | 2.647 | - | - | - | - | - | - | 447.179 |
| Aplicações em instituições de crédito | 3.893.608 | 1.649.122 | 2.523.504 | 852.048 | 1.784.417 | 37.481 | 81.045 | 23.272 | 80.542 | 10.925.040 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | | |
| Negociação | 110.677 | 3.566 | 51.934 | 9.772 | 98.751 | 74.620 | 214.153 | - | 2.552.069 | 3.115.541 |
| Outros (saldos brutos) [*] | 892.331 | 2.768.858 | 2.303.782 | 1.931.303 | 1.796.268 | 1.276.905 | 2.220.479 | 3.958.359 | (362.911) | 16.785.375 |
| Ativos com acordo de recompra | 79 | 127.391 | 159.869 | 97.398 | 256.227 | 378.331 | 333.868 | 154.554 | 472.583 | 1.980.300 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 3.891.259 | 5.716.509 | 5.528.638 | 4.864.360 | 12.932.734 | 10.573.482 | 17.213.353 | 20.426.154 | 109.475 | 81.255.963 |
| | 11.120.719 | 10.265.446 | 10.570.374 | 7.754.881 | 16.868.397 | 12.340.818 | 20.062.897 | 24.562.339 | 2.851.759 | 116.397.631 |
| **Passivos** | | | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (7.174.397) | (3.119.416) | (959.709) | (1.641.675) | (797.859) | (2.606.404) | (793.761) | (3.315) | (80.503) | (17.177.040) |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.510.065) | (2.510.065) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (22.454.035) | (9.981.474) | (10.891.545) | (4.721.202) | (8.956.467) | (1.541.209) | (332.031) | (144.852) | 52.574 | (58.970.240) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (1.052.800) | (423.126) | (2.656.411) | (774.438) | (6.572.279) | (3.854.699) | (1.824.710) | (497.914) | (113.665) | (17.770.043) |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (17.392) | (34.067) | (51.777) | (103.129) | (410.078) | (407.204) | (1.003.178) | (6.134.754) | (22.856) | (8.184.437) |
| Outros passivos subordinados | (106.246) | (8.068) | (20.237) | (988.813) | (1.035.379) | (80.768) | (30.332) | (142.475) | 6.415 | (2.405.903) |
| Recursos consignados | (3) | (4.575) | (4.623) | (211.549) | (129.891) | (27.487) | (131.925) | (830.923) | (235) | (1.341.211) |
| | (30.804.872) | (13.570.726) | (14.584.301) | (8.440.807) | (17.901.953) | (8.517.771) | (4.115.938) | (7.754.233) | (2.668.336) | (108.358.938) |
| Derivados | (322) | (6.934) | (5.946) | 57.561 | 21.404 | (2.991) | (10.164) | (11.276) | - | 41.332 |
| Diferencial | (19.684.475) | (3.312.215) | (4.019.873) | (628.364) | (1.012.152) | 3.820.056 | 15.936.795 | 16.796.830 | 183.423 | 8.080.025 |

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

No caso do Crédito à Habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expetativas relativas a taxas de reembolso antecipado, determinadas em função de uma análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural da CGD, que diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por “bucket”;

- Depósitos à ordem de clientes – reafetação do saldo de "core deposits" (montante estável de depósitos à ordem apurado com base num histórico de observações alargado) do "bucket" "Até 1 mês" para o "bucket" "Mais de 10 anos";

- Carteira de Títulos – reafetação dos títulos de dívida e de capital considerados com elevada liquidez para a maturidade "Até 1 mês", com exceção dos títulos onerados que foram reafetados à coluna "Indeterminado".

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

| | 31-12-2012 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Maturidades remanescentes | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | De 1 mês a 3 meses | De 3 meses a 6 meses | De 6 meses a 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 923.900 | - | - | - | - | - | - | - | - | 923.900 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 343.258 | - | - | - | - | - | - | - | 76.504 | 419.762 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2.769.178 | 1.089.789 | 263.910 | 656.127 | 1.381.688 | 104.859 | 52.547 | 18.939 | 88.750 | 6.425.788 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | | |
| Negociação | 1.055.082 | 3.000 | 8.145 | 9.349 | 13.944 | 3.300 | 30.119 | 114 | 1.486.023 | 2.609.076 |
| Outros (líquido de imparidade) | 7.066.340 | 189.913 | 188.061 | 245.871 | 392.141 | 209.985 | 506.972 | 768.868 | 7.905.958 | 17.474.109 |
| Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade) | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.497.716 | 1.497.716 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 3.914.921 | 3.865.848 | 4.566.532 | 2.702.560 | 8.016.052 | 7.156.491 | 11.319.852 | 22.011.864 | (195.261) | 63.358.859 |
| | 16.072.679 | 5.148.551 | 5.026.648 | 3.613.907 | 9.803.824 | 7.474.635 | 11.909.490 | 22.799.786 | 10.859.691 | 92.709.210 |
| **Passivos** | | | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (2.890.155) | (1.758.964) | (546.113) | (725.394) | (6.275.851) | (767.699) | (5.416) | (6.409) | (49) | (12.976.050) |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.296.505) | (2.296.505) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (1.810.021) | (4.161.813) | (3.298.217) | (6.898.605) | (18.200.882) | (8.984.822) | (2.543.619) | (11.653.493) | (99.978) | (57.651.449) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (178.738) | (915.050) | (1.058.720) | (1.043.930) | (4.020.476) | (2.313.401) | (1.563.432) | (197.493) | 3.395 | (11.287.844) |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (7.717) | (15.448) | (23.204) | (46.496) | (186.963) | (189.423) | (484.880) | (3.938.102) | (25.656) | (4.917.889) |
| Outros passivos subordinados | - | - | - | - | (110.728) | (1.875.918) | (906.597) | (100.000) | 9.339 | (2.983.904) |
| Recursos consignados | - | - | - | - | (83.333) | - | (289.242) | (481.189) | (196) | (853.960) |
| | (4.886.630) | (6.851.275) | (4.926.255) | (8.714.424) | (28.878.234) | (14.131.262) | (5.793.186) | (16.376.685) | (2.409.650) | (92.967.602) |
| Diferencial | 11.186.048 | (1.702.724) | 100.393 | (5.100.517) | (19.074.410) | (6.656.626) | 6.116.304 | 6.423.100 | 8.450.041 | (258.392) |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Maturidades remanescentes | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | De 1 mês a 3 meses | De 3 meses a 6 meses | De 6 meses a 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1.887.296 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.887.296 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 444.532 | - | 2.647 | - | - | - | - | - | - | 447.179 |
| Aplicações em instituições de crédito | 3.872.525 | 1.610.686 | 2.470.485 | 818.516 | 1.764.422 | 30.969 | 76.701 | 18.516 | 46.555 | 10.709.375 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | | |
| Negociação | 696.086 | 465 | 7.098 | - | 11.117 | 8.880 | 29.990 | - | 2.280.644 | 3.034.281 |
| Outros (líquido de imparidade) | 3.314.671 | 435.354 | 350.819 | 283.462 | 228.260 | 154.722 | 267.003 | 510.126 | 8.904.468 | 14.448.884 |
| Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade) | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.912.335 | 1.912.335 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 3.724.678 | 5.207.923 | 4.730.502 | 3.911.028 | 10.115.768 | 8.368.381 | 13.692.560 | 16.692.786 | 109.475 | 66.553.100 |
| | 13.939.789 | 7.254.427 | 7.561.552 | 5.013.006 | 12.119.567 | 8.562.952 | 14.066.253 | 17.221.427 | 13.253.477 | 98.992.451 |
| **Passivos** | | | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (7.160.218) | (3.074.348) | (939.134) | (1.581.569) | (648.106) | (2.500.850) | (752.790) | (3.214) | (80.503) | (16.740.733) |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.510.065) | (2.510.065) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (3.313.727) | (6.962.354) | (7.474.274) | (6.326.929) | (13.943.361) | (4.401.877) | (2.685.780) | (12.077.150) | (197.305) | (57.382.757) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (1.000.000) | (336.890) | (2.494.486) | (484.776) | (5.784.671) | (3.482.497) | (1.565.882) | (486.271) | (154.374) | (15.789.847) |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (6.328) | (12.695) | (19.125) | (38.552) | (157.892) | (163.464) | (434.483) | (4.207.304) | (22.856) | (5.062.699) |
| Outros passivos subordinados | (104.891) | - | - | (954.918) | (972.440) | (67.285) | - | (100.000) | 6.415 | (2.193.119) |
| Recursos consignados | - | - | - | (202.953) | (100.000) | - | (65.000) | (793.563) | (235) | (1.161.751) |
| | (11.585.163) | (10.386.287) | (10.927.019) | (9.589.697) | (21.606.470) | (10.615.972) | (5.503.936) | (17.667.502) | (2.958.924) | (100.840.971) |
| Diferencial | 2.354.626 | (3.131.860) | (3.365.467) | (4.576.691) | (9.486.903) | (2.053.020) | 8.562.317 | (446.075) | 10.294.553 | (1.848.520) |

## *Risco de taxa de juro*

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem, em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua data de maturidade ou data de refixação de taxa, é apresentado no quadro seguinte:

| | 31-12-2012 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Datas de refixação / Datas de maturidade | | | | | | | | |
| | <= 7 dias | >7 dias <= 1 mês | > 1 mês <= 3 meses | > 3 meses <= 6 meses | > 6 meses <= 12 meses | > 12 meses <= 3 anos | > 3 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 547.025 | 376.875 | - | - | - | - | - | - | 923.900 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 343.258 | - | - | - | - | - | - | 76.504 | 419.762 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2.539.933 | 1.823.386 | 1.662.071 | 2.823 | 247.213 | 28.304 | 33.307 | 88.750 | 6.425.788 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | |
| Negociação | - | - | 20.000 | 54.300 | 62.327 | 92.958 | 223.556 | 2.155.935 | 2.609.076 |
| Outros (líquido de imparidade) | 44.151 | 851.804 | 6.591.475 | 1.360.392 | 4.676.233 | 2.196.427 | 967.992 | 785.634 | 17.474.109 |
| Ativos com acordo de recompra | 23.496 | 31.369 | 355.017 | 217.500 | 8.000 | 110.000 | 45.000 | 707.335 | 1.497.716 |
| Crédito a clientes (bruto) | 2.316.904 | 16.393.938 | 23.473.547 | 18.221.842 | 935.839 | 505.332 | 1.742.369 | (230.912) | 63.358.859 |
| | 5.814.766 | 19.477.371 | 32.102.109 | 19.856.857 | 5.929.612 | 2.933.022 | 3.012.225 | 3.583.247 | 92.709.210 |
| **Passivos** | | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (2.357.610) | (532.544) | (2.533.071) | (546.113) | (725.394) | (6.275.851) | (5.416) | (49) | (12.976.050) |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | (2.296.505) | (2.296.505) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (14.869.965) | (6.198.795) | (8.825.977) | (10.296.686) | (4.783.017) | (12.121.564) | (398.007) | (157.439) | (57.651.449) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (27.738) | (226.879) | (1.688.150) | (1.268.673) | (691.979) | (4.038.495) | (3.349.326) | 3.395 | (11.287.844) |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (67.977) | (1.177.450) | (2.520.003) | (1.126.329) | (160) | (252) | (61) | (25.656) | (4.917.889) |
| Outros passivos subordinados | - | (100.000) | (359.151) | (558.552) | (768.945) | - | (1.206.595) | 9.339 | (2.983.904) |
| Recursos consignados | - | - | (762.855) | - | - | - | (90.909) | (196) | (853.960) |
| | (17.323.290) | (8.235.669) | (16.689.208) | (13.796.353) | (6.969.495) | (22.436.162) | (5.050.314) | (2.467.111) | (92.967.602) |
| **Derivados (valor nocional)** | | | | | | | | | |
| Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps | 6.264.701 | (661.708) | (2.749.645) | (310.117) | (945.490) | (1.061.372) | (492.028) | - | 44.341 |
| Futuros sobre taxa de juro | - | - | 1.433.987 | 99.830 | 2.046.640 | - | - | - | 3.580.457 |
| Forward rate agreements (FRAs) | - | - | - | - | - | - | 5.000 | - | 5.000 |
| Opções de taxa de juro | - | - | - | - | - | - | - | 133 | 133 |
| | 6.264.701 | (661.708) | (1.315.658) | (210.287) | 1.101.150 | (1.061.372) | (487.028) | 133 | 3.629.931 |
| Exposição Líquida | (5.243.823) | 10.579.994 | 14.097.243 | 5.850.217 | 61.267 | (20.564.512) | (2.525.116) | 1.116.268 | 3.371.538 |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Datas de refixação / Datas de maturidade | | | | | | | | |
| | <= 7 dias | >7 dias <= 1 mês | > 1 mês <= 3 meses | > 3 meses <= 6 meses | > 6 meses <= 12 meses | > 12 meses <= 3 anos | > 3 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 894.317 | 992.979 | - | - | - | - | - | - | 1.887.296 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 444.165 | 367 | - | 2.647 | - | - | - | - | 447.179 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4.019.320 | 1.682.032 | 2.595.800 | 1.885.475 | 409.345 | 53.324 | 18.090 | 45.989 | 10.709.375 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | |
| Negociação | - | 108.927 | 3.566 | 47.719 | - | 72.500 | 249.500 | 2.552.069 | 3.034.281 |
| Outros (líquido de imparidade) | 86.561 | 1.564.024 | 8.573.940 | 2.198.551 | 1.541.552 | 283.000 | 687.061 | (485.804) | 14.448.884 |
| Ativos com acordo de recompra | 12.366 | 53.747 | 647.816 | 565.823 | 40.000 | 100.000 | 20.000 | 472.583 | 1.912.335 |
| Crédito a clientes (bruto) | 2.323.898 | 16.976.360 | 25.506.544 | 18.314.686 | 1.511.851 | 481.539 | 1.328.746 | 109.475 | 66.553.100 |
| | 7.780.626 | 21.378.437 | 37.327.666 | 23.014.901 | 3.502.748 | 990.364 | 2.303.398 | 2.694.312 | 98.992.451 |
| **Passivos** | | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (4.282.027) | (2.878.187) | (4.465.920) | (939.134) | (1.390.358) | (197.749) | (2.506.855) | (80.503) | (16.740.733) |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - | - | (2.510.065) | (2.510.065) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (14.654.229) | (7.587.256) | (12.278.172) | (12.615.258) | (7.756.273) | (915.585) | (1.628.376) | 52.391 | (57.382.757) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (500.000) | (742.148) | (1.234.990) | (2.566.209) | (699.378) | (4.912.500) | (4.980.248) | (113.665) | (15.749.137) |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (71.250) | (1.208.220) | (2.600.018) | (1.159.949) | (342) | (2) | (62) | (22.856) | (5.062.699) |
| Outros passivos subordinados | (104.891) | (100.000) | (330.551) | (558.552) | (1.005.540) | - | (100.000) | 6.415 | (2.193.119) |
| Recursos consignados | - | (676) | (1.160.841) | - | - | - | - | (235) | (1.161.751) |
| | (19.612.397) | (12.516.486) | (22.070.492) | (17.839.101) | (10.851.890) | (6.025.836) | (9.215.541) | (2.668.518) | (100.800.262) |
| **Derivados (valor nocional)** | | | | | | | | | |
| Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps | 2.502.115 | (850.686) | (2.370.908) | (706.721) | 161.275 | 1.041.172 | 337.486 | - | 113.734 |
| Futuros sobre taxa de juro | - | - | 1.132.589 | 296.455 | (247.535) | - | - | - | 1.181.510 |
| Forward rate agreements (FRAs) | - | - | - | - | - | - | 5.000 | - | 5.000 |
| Opções de taxa de juro | - | - | - | - | - | - | - | 133 | 133 |
| | 2.502.115 | (850.686) | (1.238.318) | (410.266) | (86.260) | 1.041.172 | 342.486 | 133 | 1.300.376 |
| Exposição Líquida | (9.329.656) | 8.011.265 | 14.018.856 | 4.765.534 | (7.435.402) | (3.994.300) | (6.569.658) | 25.927 | (507.434) |

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correções de valor.

Na sua construção foram utilizados os seguintes pressupostos:

- As disponibilidades em bancos centrais foram classificadas nas colunas até 1 mês, e os depósitos à ordem de clientes foram classificados na coluna “<= 7 dias”;
- Os instrumentos de capital foram classificados na coluna "Indeterminado";
- A diferença entre o valor nominal e o valor de mercado dos títulos de dívida registados ao justo valor está considerada na coluna "Indeterminado", incluindo a componente de juros corridos.

*Justo valor*

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| | 31-12-2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | Valor de balanço Total |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | |
| **Ativo** | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 924.055 | 923.902 | (152) | - | 924.055 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 424.551 | 424.551 | - | - | 424.551 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6.356.400 | 6.387.126 | 30.726 | 83.300 | 6.439.700 |
| Ativos com acordo de recompra | 1.500.019 | 1.511.236 | 11.217 | - | 1.500.019 |
| Crédito a clientes | 63.531.710 | 58.333.537 | (5.198.173) | 470.535 | 64.002.245 |
| | 72.736.735 | 67.580.352 | (5.156.383) | 553.835 | 73.290.570 |
| **Passivo** | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito | 13.059.736 | 13.142.888 | (83.152) | 43.580 | 13.103.316 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 58.024.969 | 58.596.769 | (571.800) | 222.875 | 58.247.843 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 11.530.214 | 11.166.946 | 363.269 | 18.460 | 11.548.675 |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | 4.920.334 | 4.927.941 | (7.607) | - | 4.920.334 |
| Outros passivos subordinados | 2.987.459 | 2.635.492 | 351.967 | (9.339) | 2.978.121 |
| Recursos consignados | 853.960 | 877.647 | (23.687) | - | 853.960 |
| | 91.376.672 | 91.347.681 | 28.991 | 275.576 | 91.652.248 |

| | 31-12-2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | Valor de balanço Total |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | |
| **Ativo** | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1.887.904 | 1.888.530 | 626 | - | 1.887.904 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 451.016 | 451.016 | - | - | 451.016 |
| Aplicações em instituições de crédito | 10.705.204 | 10.787.173 | 81.969 | 52.859 | 10.758.063 |
| Ativos com acordo de recompra | 1.953.007 | 1.916.143 | (36.864) | (36.000) | 1.917.007 |
| Crédito a clientes | 66.778.899 | 63.028.404 | (3.750.496) | 296.089 | 67.074.988 |
| | 81.776.031 | 78.071.266 | (3.704.765) | 312.948 | 82.088.979 |
| **Passivo** | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito | 16.705.421 | 16.870.830 | (165.409) | 80.236 | 16.785.657 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 57.608.736 | 57.249.894 | 358.842 | 247.267 | 57.856.002 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 15.854.339 | 13.579.915 | 2.274.424 | 276.283 | 16.130.622 |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | 5.039.842 | 5.084.718 | (44.876) | 28.034 | 5.067.876 |
| Outros passivos subordinados | 2.167.144 | 1.934.626 | 232.518 | (6.415) | 2.160.729 |
| Recursos consignados | 1.161.516 | 1.187.708 | (26.191) | 235 | 1.161.751 |
| | 98.536.998 | 95.907.691 | 2.629.307 | 625.640 | 99.162.637 |

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Para as emissões de dívida da Caixa cotadas, cujos preços foram considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos a taxa variável. Para o efeito foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreas*" médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito, durante o mês de dezembro de 2012. (Em 31 de dezembro de 2011, o apuramento do justo valor destes instrumentos não incorporou os *spreads* médios praticados à data);
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações concedidas pela Caixa, durante o mês de dezembro de 2012 e 2011, para tipos de crédito e operações de retalho comparáveis;
- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente:
  - O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;
  - Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo efetuado pela Caixa.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

| | 31-12-2012 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Técnicas de Valorização | | | Total |
| | Nível 1 Cotações de mercado | Nível 2 Inputs observáveis de mercado | Nível 3 Outras técnicas de valorização | |
| Títulos detidos para negociação | 500.884 | 537 | - | 501.421 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 33.371 | 79.809 | - | 113.180 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 8.065.456 | 4.071.326 | 5.203.840 | 17.340.622 |
| Ativos financeiros com acordo de recompra | 989.185 | 224.805 | - | 1.213.990 |
| Derivados de negociação | (9) | (188.446) | (395) | (188.850) |
| Derivados de cobertura | - | 12.714 | - | 12.714 |
| | 9.588.887 | 4.200.746 | 5.203.445 | 18.993.078 |

| | 31-12-2011 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Técnicas de Valorização | | | Total |
| | Nível 1 Cotações de mercado | Nível 2 Inputs observáveis de mercado | Nível 3 Outras técnicas de valorização | |
| Títulos detidos para negociação | 494.720 | 44.662 | - | 539.382 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 354.123 | 86.587 | - | 440.710 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 5.693.956 | 2.962.261 | 5.333.667 | 13.989.884 |
| Ativos financeiros com acordo de recompra | 964.448 | 414.697 | - | 1.379.145 |
| Derivados de negociação | 19 | (14.545) | (640) | (15.166) |
| Derivados de cobertura | - | 13.816 | - | 13.816 |
| | 7.507.266 | 3.507.477 | 5.333.028 | 16.347.770 |

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1** - Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;

- **Nível 2** - Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3** - Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Nos exercícios de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna "Outras técnicas de valorização" apresenta o seguinte detalhe:

| | Ativos financeiros disponíveis para venda | | | Instrumentos financeiros derivados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | Instrumentos de capital | Instrumentos de dívida<br>Asset-backed securities | Subtotal | | |
| Valor de balanço (líquido) em 31-12-2011 | 149.702 | 5.183.964 | 5.333.666 | (640) | 5.333.027 |
| Aquisições | 41.789 | - | 41.789 | - | 41.789 |
| Amortizações e alienações | - | (183.537) | (183.537) | - | (183.537) |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira | - | 37.201 | 37.201 | 244 | 37.446 |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor | 297 | 2.627 | 2.924 | - | 2.924 |
| Imparidade reconhecida no exercicio | (28.205) | - | (28.205) | - | (28.205) |
| Valor de balanço (líquido) em 31-12-2012 | 163.583 | 5.040.256 | 5.203.840 | (395) | 5.203.445 |

| | Ativos financeiros disponíveis para venda | | | Instrumentos financeiros derivados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | Instrumentos de capital | Instrumentos de dívida<br>Asset-backed securities | Subtotal | | |
| Valor de balanço (líquido) em 31-12-2010 | 103.620 | 5.452.631 | 5.556.251 | (179) | 5.556.072 |
| Aquisições | 100.000 | - | 100.000 | - | 100.000 |
| Amortizações e alienações | (82.356) | (267.214) | (349.570) | - | (349.570) |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados | (4.597) | - | (4.597) | - | (4.597) |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira | - | (2.575) | (2.575) | (461) | (3.036) |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor | 33.036 | 1.122 | 34.158 | - | 34.158 |
| Valor de balanço (líquido) em 31-12-2011 | 149.702 | 5.183.964 | 5.333.667 | (640) | 5.333.028 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os títulos valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) – instrumentos de dívida – "Asset backed securities"- incluem 4.981.589 mEuros e 5.176.150 mEuros de obrigações emitidas pela Tagus no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2, os quais nestas datas se encontram valorizados pelo respetivo valor nominal (Notas 6 e 20).

Em 31 de dezembro de 2012, uma  positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação, de aproximadamente 9.158 mEuros (3.996 mEuros em 31 de dezembro de 2011).

*Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras*

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida

internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos cash flows futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos cash flows resultantes de taxas forward (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de swaps, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRAs) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos Investor Reports).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/rating da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a origem do rating considerado: nível 2 para ratings provenientes de agências, nível 3 para ratings internos.

O recurso a ratings internos verifica-se apenas nos casos em que não existe classificação de risco externa para a emissão, emitente ou garante. Quanto ao nível 2, inclui, ainda, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os inputs utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de swaps. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | EUR | USD | GBP | EUR | USD | GBP |
| Overnight | 0,0100 | 0,3000 | 0,4250 | 0,3000 | 0,3000 | 0,5550 |
| 1 mês | 0,0600 | 0,3500 | 0,5300 | 0,9800 | 1,5600 | 0,7631 |
| 2 meses | 0,0947 | 0,4000 | 0,5400 | 1,1500 | 1,5600 | 0,9166 |
| 3 meses | 0,1290 | 0,4149 | 0,5600 | 1,2229 | 1,6698 | 1,0605 |
| 6 meses | 0,2351 | 0,3660 | 0,5505 | 1,2423 | 1,1609 | 1,0841 |
| 9 meses | 0,2504 | 0,3621 | 0,5512 | 1,1631 | 1,0138 | 1,0846 |
| 1 ano | 0,2781 | 0,3652 | 0,5544 | 1,1110 | 0,9403 | 1,0756 |
| 2 anos | 0,3790 | 0,4035 | 0,7076 | 1,0396 | 0,8690 | 1,1716 |
| 3 anos | 0,4727 | 0,4930 | 0,7696 | 1,3900 | 0,8655 | 1,3662 |
| 5 anos | 0,7714 | 0,8380 | 1,0197 | 1,7470 | 1,2800 | 1,5427 |
| 7 anos | 1,1317 | 1,2570 | 1,3665 | 2,0840 | 1,6810 | 1,8428 |
| 10 anos | 1,5753 | 1,7630 | 1,8749 | 2,3880 | 2,0600 | 2,2713 |
| 15 anos | 2,0184 | 1,9040 | 2,4388 | 2,6630 | 2,4070 | 2,6392 |
| 20 anos | 2,1715 | 2,2990 | 2,7458 | 2,6830 | 2,5240 | 2,8203 |
| 25 anos | 2,2203 | 2,5210 | 2,9084 | 2,6160 | 2,5840 | 2,9311 |
| 30 anos | 2,2413 | 2,6370 | 2,9885 | 2,5480 | 2,6180 | 2,9805 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os valores da curva de crédito do governo português e alemão eram os seguintes:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Governo Português | Governo Alemão | Governo Português | Governo Alemão |
| 3 meses | 1,1791 | -0,0022 | 4,3065 | 0,0141 |
| 6 meses | 1,5485 | -0,0022 | 5,4932 | 0,0010 |
| 9 meses | 2,0127 | -0,0022 | 7,2145 | 0,0035 |
| 1 ano | 2,1441 | -0,0022 | 9,1332 | 0,0060 |
| 2 anos | 3,3959 | -0,0022 | 14,3100 | 0,1374 |
| 3 anos | 4,4682 | -0,0022 | 15,4263 | 0,3742 |
| 5 anos | 5,2956 | 0,0462 | 15,0227 | 0,8644 |
| 7 anos | 6,4514 | 0,3132 | 15,2723 | 1,3822 |
| 10 anos | 6,7529 | 0,7502 | 13,5735 | 1,8504 |
| 15 anos | 6,8670 | 1,2968 | 13,1005 | 2,5092 |
| 20 anos | 6,8889 | 1,7265 | 12,0148 | 2,6113 |
| 25 anos | 6,8973 | 2,0333 | 10,8056 | 2,5015 |
| 30 anos | 6,9084 | 2,1204 | 10,5070 | 2,4056 |

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de fixing do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| EUR/USD | 1,3194 | 1,2939 |
| EUR/GBP | 0,8161 | 0,8353 |
| EUR/CHF | 1,2072 | 1,2156 |
| EUR/AUD | 1,2712 | 1,2723 |
| EUR/JPY | 113,61 | 100,20 |
| EUR/BRL | 2,7036 | 2,4159 |

*Risco de mercado*

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos "cash-flows" dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- "Value-at-Risk" (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - Carteira de "trading" – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  - Carteira Própria – Títulos adquiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;

. Atividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

. Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras da Caixa;

. Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade;

. Testes de esforço (*Stress Tests*).

*Análise de VaR – Risco de Mercado*

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos::

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria);
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria);
- período de amostra de preços: 730 dias do calendário;
- *decay fator*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são implicitas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 30 de dezembro de 2011, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

**Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)**

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 10.123 | 16.737 | 4.354 | 4.576 |
| Cambial | 134 | 4.755 | 8 | 28 |
| Preço | 165 | 1.968 | 116 | 186 |
| Volatilidade | - | 1 | - | - |
| Efeito diversificação | (282) | - | - | (232) |
| | 10.139 | 17.305 | 4.391 | 4.559 |

### Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 8.437 | 10.068 | 3.992 | 5.779 |
| Cambial | 1.504 | 6.255 | 370 | 6.230 |
| Preço | - | - | - | - |
| Volatilidade | - | - | - | - |
| Efeito diversificação | (1.749) | - | - | (4.932) |
| | 8.192 | 11.226 | 4.206 | 7.076 |

### Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 477 | 483 | 313 | 326 |
| Cambial | 117 | 11.695 | 10 | 502 |
| Preço | 3.832 | 4.513 | 1.729 | 3.606 |
| Volatilidade | - | 59 | 59 | - |
| Efeito diversificação | (605) | - | - | (917) |
| | 3.821 | 13.674 | 2.423 | 3.517 |

### Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 152.665 | 168.277 | 14.265 | 22.517 |
| Cambial | 99 | 1.231 | 99 | 798 |
| Preço | - | - | - | - |
| Volatilidade | - | - | - | - |
| Efeito diversificação | (61) | - | - | (527) |
| | 152.703 | 168.163 | 13.922 | 22.788 |

### Atividade da Sucursal de Londres (VaR 99%, 10 dias)

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 16.147 | 18.716 | 1.922 | 2.063 |
| Cambial | 39 | 174 | 13 | 32 |
| Preço | 223 | 1.246 | 58 | 110 |
| Volatilidade | 182 | 1.624 | 101 | 272 |
| Efeito diversificação | (374) | - | - | (434) |
| | 16.217 | 18.895 | 1.925 | 2.043 |

O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

*Análise de sensibilidade – Taxa de juro*

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de ±50, ±100 e ±200 "basis points" (bps), pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

:

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 11 | 11 | 11 | (89) | (177) | (354) |
| Aplicações em instituições de crédito | 7.488 | 4.650 | 2.803 | (4.603) | (9.099) | (17.797) |
| Carteira de Títulos | | | | | | |
| Negociação | 21.015 | 17.233 | 9.272 | (9.475) | (18.648) | (36.136) |
| Outros | 121.818 | 86.800 | 59.570 | (78.889) | (155.437) | (302.734) |
| Ativos com acordo de recompra | 3.115 | 3.044 | 2.291 | (3.013) | (5.981) | (11.788) |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 327.436 | 211.179 | 119.322 | (147.159) | (290.383) | (566.023) |
| ***Total ativo sensível*** | ***480.883*** | ***322.917*** | ***193.269*** | ***(243.227)*** | ***(479.726)*** | ***(934.832)*** |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (56.554) | (56.346) | (56.122) | 73.404 | 146.046 | 289.079 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (157.797) | (135.701) | (124.540) | 179.845 | 357.487 | 706.479 |
| Responsabilidades representadas por títulos | (507.141) | (249.875) | (123.240) | 120.008 | 236.940 | 462.142 |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (1.332) | (1.322) | (1.316) | 4.646 | 9.283 | 18.533 |
| Outros passivos subordinados | (127.021) | (63.020) | (31.127) | 30.389 | 60.068 | 117.389 |
| ***Total passivo sensível*** | ***(849.845)*** | ***(506.264)*** | ***(336.346)*** | ***408.292*** | ***809.824*** | ***1.593.621*** |
| **Total Ganho / Perda** | **(368.963)** | **(183.347)** | **(143.077)** | **165.065** | **330.098** | **658.790** |

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 311 | 311 | 221 | (221) | (441) | (882) |
| Aplicações em instituições de crédito | 22.898 | 18.117 | 9.160 | (9.105) | (18.142) | (36.026) |
| Carteira de Títulos | | | | | | |
| Negociação | 37.694 | 19.973 | 9.832 | (9.519) | (18.737) | (36.311) |
| Outros | 141.682 | 90.853 | 45.051 | (43.961) | (86.904) | (169.990) |
| Ativos com acordo de recompra | 9.104 | 7.051 | 3.518 | (3.486) | (6.940) | (13.755) |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 378.064 | 247.843 | 123.689 | (121.039) | (239.657) | (470.106) |
| ***Total ativo sensível*** | ***589.754*** | ***384.149*** | ***191.471*** | ***(187.331)*** | ***(370.821)*** | ***(727.069)*** |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (143.469) | (106.379) | (53.064) | 52.422 | 104.187 | 205.784 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (270.634) | (197.874) | (99.140) | 98.035 | 194.829 | 384.921 |
| Responsabilidades representadas por títulos | (527.964) | (265.460) | (132.019) | 128.861 | 254.214 | 495.133 |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (10.820) | (9.197) | (4.693) | 4.685 | 9.362 | 18.693 |
| Outros passivos subordinados | (28.379) | (13.976) | (6.937) | 6.842 | 13.593 | 26.840 |
| ***Total passivo sensível*** | ***(981.265)*** | ***(592.886)*** | ***(295.853)*** | ***290.845*** | ***576.185*** | ***1.131.370*** |
| **Total Ganho / Perda** | **(391.511)** | **(208.737)** | **(104.382)** | **103.515** | **205.364** | **404.301** |

De referir que em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito no justo valor de deslocações paralelas das curvas de taxas de juro de referência para operações das Sucursais do Luxemburgo, de Timor e do Zhuhai.

O impacto de uma deslocação de ±50, ±100 e ±200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis, corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada do Grupo, para os exercícios de 2013 e 2012, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de ±50, ±100 e ±200 bps:

| | PROJEÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **- 200 bp** | **- 100 bp** | **- 50 bp** | **+ 50 bp** | **+ 100 bp** | **+ 200 bp** |
| Exercício de 2012 | (214.649) | (272.834) | (149.244) | 162.919 | 319.385 | 632.419 |
| Exercício de 2013 | 4.495 | (1.127) | (25.792) | 141.612 | 283.499 | 568.056 |

De referir que em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito na margem financeira de deslocações paralelas das curvas de taxas de juro de referência para operações das Sucursais do Luxemburgo, de Timor e do Zhuhai.

No apuramento dos impactos apresentados foi considerado que o "stock" em balanço de ativos e passivos sensíveis a taxa de juro, nas datas de referência do cálculo, teria uma evolução de acordo com o enquadramento macroeconómico antecipado para os exercícios de 2013 e 2012, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação, e o *spread* médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores não tem em consideração alterações na estratégia e nas políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adotar, em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

*Risco cambial*

*Decomposição de instrumentos financeiros por moeda*

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

| | 31-12-2012 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Moeda | | | | | | |
| | Euros | Dólares Norte Americanos | Libra esterlina | Lene | Outras | Valor de Balanço de derivados de negociação | Total |
| **Ativo** | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 878.946 | 34.214 | 1.679 | 246 | 8.970 | - | 924.055 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 349.974 | 11.682 | 8.072 | 4.421 | 50.402 | - | 424.551 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 534.792 | 79.809 | - | - | 0 | 2.107.655 | 2.722.256 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 17.809.506 | 168.692 | - | - | - | - | 17.978.198 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6.110.477 | 306.627 | 15.668 | 5.502 | 15.327 | - | 6.453.601 |
| Ativos com acordo de recompra | 1.443.178 | 59.382 | - | - | - | - | 1.502.559 |
| Crédito a clientes | 66.740.395 | 603.284 | 90.348 | 1.438 | 6.326 | - | 67.441.790 |
| Provisões e imparidade de instrumentos financeiros | (4.225.757) | (65.508) | (288) | - | (1.433) | - | (4.292.987) |
| | 89.641.510 | 1.198.182 | 115.478 | 11.607 | 79.592 | 2.107.655 | 93.154.023 |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (10.753.795) | (1.914.080) | (48.518) | (6.805) | (380.117) | - | (13.103.316) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | - | - | - | - | - | (2.296.505) | (2.296.505) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (57.171.077) | (914.175) | (24.603) | (62.951) | (75.038) | - | (58.247.843) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (11.194.727) | (35.320) | - | (318.336) | (291) | - | (11.548.675) |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (4.920.334) | - | - | - | - | - | (4.920.334) |
| Outros passivos subordinados | (2.978.121) | - | - | - | - | - | (2.978.121) |
| Recursos consignados | (853.960) | - | - | - | - | - | (853.960) |
| | (87.872.014) | (2.863.576) | (73.121) | (388.092) | (455.446) | (2.296.505) | (93.948.753) |
| **Derivados (Nocionais)** | | | | | | | |
| Swaps cambiais | (1.277.282) | 973.933 | (64.961) | - | 340.238 | - | (28.072) |
| Swaps de taxa de juro | (362.203) | 17.720 | - | 378.928 | 9.896 | - | 44.341 |
| Outros Swaps | 45.000 | 37.896 | - | - | - | - | 82.896 |
| Futuros | (4.020.569) | (639) | - | - | - | - | (4.021.208) |
| FRAs | (5.000) | - | - | - | - | - | (5.000) |
| Opções e Caps & Floors | 141 | - | - | - | - | - | 141 |
| Operações cambiais a prazo | (38.644) | (277.124) | (26.567) | (2.240) | 363.297 | - | 18.722 |
| | (5.658.558) | 751.786 | (91.528) | 376.688 | 713.431 | - | (3.908.181) |
| | (3.889.062) | (913.608) | (49.171) | 203 | 337.577 | (188.851) | (4.702.910) |

| | 31-12-2011 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Moeda | | | | | | |
| | Euros | Dólares Norte Americanos | Libra esterlina | Lene | Outras | Valor de Balanço de derivados de negociação | Total |
| **Ativo** | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 1.663.680 | 213.225 | 2.175 | 237 | 8.585 | - | 1.887.904 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 413.423 | 6.088 | 7.811 | 8.728 | 14.967 | - | 451.016 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 855.862 | 123.625 | - | - | 605 | 2.494.899 | 3.474.991 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 14.463.649 | 316.265 | - | - | - | - | 14.779.914 |
| Aplicações em instituições de crédito | 10.570.532 | 133.306 | 37.177 | 8.334 | 25.023 | - | 10.774.372 |
| Ativos com acordo de recompra | 1.873.529 | 46.590 | - | - | - | - | 1.920.119 |
| Crédito a clientes | 68.684.923 | 626.392 | 227.483 | 4.510 | 10.211 | - | 69.553.519 |
| Provisões e imparidade de instrumentos financeiros | (3.269.415) | (73.338) | (325) | - | (438) | - | (3.343.516) |
| | 95.256.184 | 1.392.153 | 274.322 | 21.809 | 58.953 | 2.494.899 | 99.498.320 |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (14.241.326) | (2.461.150) | (30.782) | (4.217) | (48.182) | - | (16.785.657) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | - | - | - | - | - | (2.510.065) | (2.510.065) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (56.956.789) | (734.559) | (28.504) | (71.636) | (64.513) | - | (57.856.002) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (15.655.339) | (36.143) | - | (429.013) | (10.127) | - | (16.130.622) |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | (5.067.876) | - | - | - | - | - | (5.067.876) |
| Outros passivos subordinados | (2.160.729) | - | - | - | - | - | (2.160.729) |
| Recursos consignados | (1.161.751) | - | - | - | - | - | (1.161.751) |
| | (95.243.810) | (3.231.853) | (59.287) | (504.866) | (122.822) | (2.510.065) | (101.672.702) |
| **Derivados (Nocionais)** | | | | | | | |
| Swaps cambiais | (1.457.164) | 1.592.159 | (158.701) | (12.475) | 69.385 | - | 33.204 |
| Swaps de taxa de juro | (154.303) | 30.914 | - | 169.661 | - | - | 46.272 |
| Outros swaps | 100.000 | (15.457) | - | - | - | - | 84.543 |
| Futuros | (1.787.947) | - | - | - | - | - | (1.787.947) |
| FRAs | (5.000) | - | - | - | - | - | (5.000) |
| Opções e Caps & Floors | 133 | - | - | - | - | - | 133 |
| Operações cambiais a prazo | (34.751) | 26.838 | - | 16.723 | 10.274 | - | 19.085 |
| | (3.339.032) | 1.634.455 | (158.701) | 173.909 | 79.659 | - | (1.609.710) |
| | (3.326.658) | (205.245) | 56.334 | (309.148) | 15.791 | (15.166) | (3.784.092) |

*Análise de VaR – Risco Cambial*

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 30 de dezembro de 2011, a exposição global e o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

**VaR Cambial 99% 10d**

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| Rand da África do Sul | 4.547 | 5.351 | 4.387 | 5.036 |
| Pataca de Macau | 12.287 | 14.937 | 2.985 | 3.091 |
| Dólar dos Estados Unidos | 3.604 | 4.095 | 5 | 395 |
| Real do Brasil | 8.226 | 9.873 | 8.012 | 9.203 |
| Libra esterlina | 501 | 2.491 | 5 | 384 |
| Outras Moedas | 5.982 | - | - | 2.255 |
| Efeito diversificação | (19.527) | - | - | (4.365) |
| TOTAL | 15.620 | | | 15.998 |

## 41. GESTÃO DE CAPITAL

**Quadro regulamentar atual**

Os objetivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade;

Para atingir os objetivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade da instituições de crédito em Portugal é regulada pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, refletindo, em larga medida, as Diretivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro (Diretivas 2006/48/CE, 2006/49/CE e 2010/76/EU).

Os elementos constituintes do capital do Grupo CGD (fundos próprios de base, fundos próprios complementares e deduções) são os constantes do Aviso 6/2010, com as alterações introduzidas pelos Avisos 7/2011 e 2/2012, todos emitidos pelo Banco de Portugal.

Para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e de mercado, o Grupo utiliza o respetivo método padrão. Para risco operacional utiliza, desde de junho de 2009, o método standard (em substituição do método básico).

Os anos de 2011 e 2012 foram particularmente marcados por intervenções regulamentares do Banco de Portugal, com a emissão de um conjunto alargado de Avisos e outros instrumentos normativos relacionados com matérias de natureza prudencial, dos quais se destacam:

Em abril de 2011, através do Aviso 1/2011, o Banco de Portugal exigiu ao grupos financeiros sujeitos à sua supervisão em base consolidada o reforço dos níveis do rácio Core Tier 1 para um valor não inferior a 8% em 31 de dezembro de 2011. Essa exigência

foi justificada pela necessidade de manter e reforçar a capacidade do sistema bancário de enfrentar as situações adversas que têm prevalecido internacionalmente e que, mais recentemente, têm tido especial impacto em Portugal, bem como pela vantagem de antecipar a convergência para os novos padrões internacionais de Basileia III.

Em maio de 2011, no âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional – o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 (alterou o Aviso 1/2011) relativo ao reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional. Assim, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada do Banco de Portugal que incluam alguma das instituições de crédito referidas nas alíneas a) a c) do artigo 3.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, ficaram sujeitas ao reforço dos seus rácios core tier 1, em base consolidada, para um valor não inferior a 9%, até 31 de dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de dezembro de 2012.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em maio de 2011, com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, definiu um conjunto de medidas e ações a desenvolver pelas autoridades portuguesas relativamente ao sistema financeiro, entre as quais a elaboração de um Plano de Financiamento e de Capital para o período de 2011-2015, sujeito a monitorização e revisão trimestrais, bem como a programas especiais de inspeções sob a responsabilidade do Banco de Portugal.

O Plano de Financiamento e de Capital visa o cumprimento de um conjunto de objetivos, nomeadamente os estabelecidos no referido Plano de Assistência Financeira e comunicados pelo Banco de Portugal do qual se destaca a apresentação por parte das instituições financeiras de um rácio core tier I mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012 (de acordo com as regras de Basileia 2).

Em julho de 2011, foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei nº 88/2011 que visa reforçar os requisitos de fundos próprios para a carteira de negociações e para as retitularizações, bem como os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Diretiva nº 2010/76/UE (que altera as Diretivas n$^{os}$ 2006/48/CE e 2006/49/CE, no que diz respeito aos requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação e para retitularizações, bem como à análise das políticas de remuneração pelas autoridades de supervisão). O Banco de Portugal, através do Aviso 9/2011, datado de dezembro, atualiza o enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco e à divulgação de informação das instituições sujeitas à sua supervisão.

O Banco de Portugal, por Aviso 5/2012 datado de 20 de janeiro de 2012, determinou a sujeição do Grupo CGD ao cumprimento da Recomendação do EBA (EBA/REC/2011/1, datado de 8 de dezembro) e solicitou a elaboração de um Plano de Recapitalização para o efeito.

Inicialmente a CGD identificou e comunicou ao mercado em 8 de dezembro de 2011 uma necessidade de capital de EUR 1.834 milhões, dos quais 1.073 milhões de Euros constituindo o buffer de dívida pública, calculados com base nos valores de setembro de 2011 e no âmbito do stress test do EBA. Em junho de 2012, as necessidades adicionais de capital da CGD foram recalculadas e o valor total foi estabelecido em EUR 1.650

milhões. O valor inicial de EUR 1.073 milhões do buffer da dívida soberana foi mantido de acordo com a indicação do EBA, e o capital adicional necessário para enfrentar os requisitos mais exigentes de Core Tier 1 foi estabelecido em EUR 577 milhões. Os requisitos de capital de EUR 1.650 milhões foram cobertos por capital do acionista único, sendo 750 milhões de euros sob a forma de capital social e 900 milhões de euros através da emissão de instrumentos híbridos (CoCos) elegíveis para o core tier 1, de acordo com o Aviso 4/2012 do Banco de Portugal.

**Basileia III**

O conjunto das reformas acordadas e publicadas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária, coletivamente conhecidas como “Basileia III”, incide principalmente sobre o Pilar 1 (Determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios) do acordo conhecido como Basileia II, mas engloba igualmente um conjunto de orientações e recomendações para o Pilar 2 (Processo de Avaliação pela Autoridade de Supervisão) e Pilar 3 (Disciplina de Mercado).

Na União Europeia essas reformas estão englobadas no pacote designado por "CRD 4", o qual altera as regras em matéria de requisitos de capital para os bancos e empresas de investimento, designadamente o reforço das exigências de capital, a introdução de um buffer de conservação obrigatória de capital e um buffer discricionário anticíclico, e prevê um quadro de novas exigências regulamentares sobre a liquidez e alavancagem, bem como exigências adicionais de capital para instituições sistemicamente importantes.

As principais alterações podem ser sumarizadas nos seguintes pontos principais:

- ⇨ Aumento significativo dos requisitos de capital, quer em termos quantitativos (aumento progressivo dos rácios core tier 1 e tier 1, maiores deduções no core tier 1, criação de diferentes buffers de capital), quer em termos qualitativos (maior qualidade de capital requerido, estabelecendo 14 critérios para a qualificação do core tier 1);
- ⇨ Fixação do core tier 1 mínimo de 4,5% dos ativos ponderados pelo risco (até dezembro de 2014 será de 4% a 4,5%);
- ⇨ Rácio de solvabilidade mínimo permanece em 8%;
- ⇨ Introduzir exigências de liquidez da UE a partir de 2015, após um período inicial de observação, através de padrões mínimos globais de liquidez, consistindo tanto de um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR – Liquidity Coverage Ratio), como de um rácio estrutural de financiamento líquido estável de longo prazo (NSFR – Net Stable Funding Ratio);
- ⇨ O LCR será faseado, a partir de 60% em 2015 e atingindo 100% em 2018. A revisão em 2016 vai permitir à Comissão retardar a introdução da taxa de 100%, desde que justificada por acontecimentos internacionais. Até que o LCR esteja totalmente implementado, os Estados membros podem manter ou introduzir requisitos de liquidez nacionais;
- ⇨ Para resolver as questões de financiamento a longo prazo (NSFR), a Comissão terá de apresentar, até 31 de dezembro de 2016 uma proposta legislativa destinada a garantir que as instituições usem fontes estáveis de financiamento;

- ⇨ Promover a acumulação de buffers de capital, que possam ser utilizados em períodos de crise, incluindo tanto um buffer de conservação de capital como um buffer contracíclico para proteger o setor bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito;

- ⇨ Introdução de requisitos adicionais de capital, através de acumulação de buffers de capital, nomeadamente um buffer de conservação de capital de core tier 1 de 2,5% da exposição ao risco total, idêntico para todos os bancos na UE, e um buffer de capital anticíclico até 2,5% para uma instituição específica. Adicionalmente, os Estados-Membros terão a possibilidade de introduzir um buffer de risco sistémico adicional core tier 1 para o setor financeiro ou de um ou mais sub-grupos, ou buffers para instituições sistemicamente importantes.

- ⇨ O regulamento irá proporcionar a introdução do rácio de alavancagem (Leverage Ratio) a 1 de janeiro de 2018, em caso de consenso entre o Conselho e o Parlamento, com base num relatório a ser apresentado pelo Comissão até 31 de dezembro de 2016. Posteriormente irá seguir-se um período de observação inicial, a partir de 01 janeiro de 2015, onde as instituições serão obrigadas a divulgar o seu leverage ratio

- ⇨ Elevar os padrões para o processo de supervisão (Pilar 2) e disciplina de mercado (Pilar 3), conjuntamente com orientações adicionais nas áreas de boas práticas de valorização, testes de stress, gestão do risco de liquidez, governação empresarial e remunerações.

A definição do contéudo das novas normas prudenciais e a sua aplicação na União Europeia está dependente da finalização do processo legislativo europeu (CRD IV) e respetiva transposição para as leis nacionais dos estados membros, contudo estima-se que entre em vigor em 2014.

O Grupo tem acompanhado os trabalhos desenvolvidos no âmbito da alteração regulamentar denominada Basileia III (e CRD IV) e participou ativamente nas consultas públicas sobre a matéria. Adicionalmente, tem efetuado estudos internos para o apuramento dos impactos das propostas conhecidas no sentido de identificar medidas e estratégias para dar resposta ao cumprimento dos novos requisitos regulamentares.

## Rácios de capital

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, nos finais de 2012 e de 2011, para a sua atividade individual.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE INDIVIDUAL

(milhões de euros)

| | | 31-12-2011 (1) | 31-12-2012 (2) | Variação (2)-(1) |
|---|---|---|---|---|
| A - | FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I) | 5.947 | 6.924 | 977 |
| | Capital Social | 5.150 | 5.900 | 750 |
| | Capital Contingente ("CoCos") | | 900 | 900 |
| | Reservas e Resultados Transitados | 1.188 | 789 | (399) |
| | Resultado Líquido | (316) | (679) | (363) |
| | Impactos de transição IAS *(regime transitório)* | 69 | 45 | (24) |
| | *Deduções aos F. P. Base* | *(144)* | *(31)* | *113* |
| B - | FUNDOS PRÓP.COMPLEMENTARES (TIER II) | 2.379 | 2.211 | (168) |
| | Passivos subordinados c/ venc. indeterminado | 116 | 114 | (1) |
| | Passivos subordinados c/ venc. determinado | 2.056 | 1.965 | (91) |
| | Reservas de Reavaliação | 122 | 131 | 9 |
| | Outros elementos | 84 | - | (84) |
| C - | DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS | (1.261) | (947) | 314 |
| | Participações em empresas e Seguros e em Instituições de Crédito | | | - |
| | Outras Deduções | (1.261) | (947) | 314 |
| D - | TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS(A+B+C) | 7.065 | 8.187 | 1.123 |
| | | | | |
| E - | POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS | 59.008 | 57.907 | (1.102) |
| | Risco de Crédito | 54 758 | 53 795 | ( 963) |
| | Risco de Mercado | 1 543 | 1 497 | ( 46) |
| | Risco Operacional | 2 708 | 2 615 | ( 93) |

| RÁCIOS | 31-12-2011 (1) | 31-12-2012 (2) | Variação |
|---|---|---|---|
| TIER I (A/E) | 10,1% | 12,0% | 1,9% |
| TIER II (B/E) | 4,0% | 3,8% | -0,2% |
| DEDUÇÕES (C/E) | -2,1% | -1,6% | 0,5% |
| RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E) | 12,0% | 14,1% | 2,2% |

# 2.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

Para a realização das suas operações, em 31 de dezembro de 2012 a Caixa contava com uma rede nacional de 847 agências, uma Sucursal em França com 47 agências, uma Sucursal em Timor com 8 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman e Zhuhai e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

A Caixa participa ainda, direta e indiretamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos setores, como sejam, banca, seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais. A Caixa detém também participações em empresas de setores não financeiros da economia Portuguesa.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 da CGD e de parte das suas filiais e associadas estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias gerais. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

No decurso do primeiro semestre de 2012, em resultado do processo de alienação do Grupo HPP – Hospitais Privados de Portugal, os ativos e passivos desta entidade foram reclassificados para as classes de "Ativos e passivos não correntes detidos para venda". Ainda de acordo com os requisitos da Norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas", os resultados gerados por esta unidade são apresentados numa única linha das Demonstrações dos Resultados ("Resultados em filiais detidas para venda"), tendo o período comparativo apresentado sido reexpresso em conformidade.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

### 2.2. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

No decorrer do exercício de 2012 a Caixa adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações" (Emendada) – As alterações efetuadas ao normativo introduzem clarificações quanto à natureza e extensão das divulgações efetuadas no âmbito da exposição a instrumentos financeiros. Adicionalmente, pretendem melhorar a qualidade das divulgações referentes a operações de transferência de ativos financeiros como são exemplo as operações de securitização. As alterações ao normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas e interpretações emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia:

- "The Package of five"

  Em maio de 2011 o IASB emitiu um conjunto de cinco normas relativas aos elementos a observar no âmbito da preparação de demonstrações financeiras consolidadas e ao tratamento de operações entre empreendedores. Desta forma foram emitidas emendas à IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e 28 – "Investimentos em associadas" assim como os novos normativos IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas", IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" e IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades". Cada um destes normativos é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a

adoção antecipada. A adoção antecipada de um dos normativos que integram o "Package of five" torna-se extensiva aos restantes.

- IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras separadas" (Emendada) – A IFRS 10 revoga a SIC - 12 "Consolidação – Entidades com finalidade especial" e baseia-se no texto da IAS 27 em matérias respeitantes ao âmbito de aplicação e critérios de preparação de demonstrações financeiras consolidadas. O novo normativo estabelece os princípios para apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A definição de controlo é estabelecida como base única de consolidação, existindo controlo sempre que uma entidade esteja exposta ou tenha direito aos rendimentos variáveis de uma entidade, tendo, adicionalmente, a capacidade de influenciar esses mesmos rendimentos. A IAS 27 (Emendada) retém apenas a contabilização e os requisitos de divulgação aplicáveis à preparação de demonstrações financeiras individuais.

- IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos" – O IFRS 11 revoga e substitui a IAS 31 – "Interesses em empreendimentos conjuntos" e a SIC - 13 - "Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores". O novo normativo vem estabelecer os critérios para a identificação, classificação e tratamento contabilístico de empreendimentos conjuntos, com base nos direitos e obrigações que as partes envolvidas detêm na transação.

- IAS 28 – "Investimentos em associadas" (Emendada) – O texto emendado da IAS 28 regula a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em associadas e joint ventures, sendo aplicável a entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre outras.

- IFRS 12 – "Divulgações de interesses em outras entidades" – Este normativo estabelece os requisitos de divulgação relativos a investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, com o objetivo de permitir avaliar a natureza e riscos que as participações detidas nestas entidades representam para a posição financeira, "performance" e fluxos de caixa da entidade investidora.

- IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor" – A IFRS 13 estabelece um quadro transversal a aplicar à mensuração inicial e subsequente de um ativo ou passivo ao justo valor, sempre que esta mensuração seja requerida por outro normativo. Vem igualmente definir o enquadramento das divulgações a prestar relativas a ativos e passivos mensurados ao justo valor. Este normativo é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada.

- IAS 19 – "Benefícios a empregados" (emendada) - A revisão do texto do normativo, elimina o método do corredor obrigando as entidades a

reconhecer as variações ocorridas nos ativos do fundo e nas responsabilidades com planos de benefício definido, no periodo a que se referem. O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada.

- IAS 1 – "Demonstrações Financeiras" (emendada) - O normativo emendado, vem alterar a apresentação dos itens registados como "outro rendimento integral", visando a separação entre aqueles que possam, e os que não possam, ser reclassificados por resultados do exercício. Adicionalmente, é alterada a designação da demonstração de rendimento integral para "demonstração dos resultados e outro rendimento integral". O texto revisto da norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2012, sendo permitida a adoção antecipada.

- IAS 32 – "Instrumentos financeiros: apresentação" (emendada) – As emendas introduzidas, pretendem clarificar os requisitos que a entidade deverá cumprir para que possa compensar ativos e passivos financeiros no seu balanço. Especificamente, o normativo emendado, explica os principios de "direito atual legal oponível de compensação" e "realização (do ativo) e pagamento simultâneo (do passivo)". O normativo revisto é de aplicação obrigatória +ara exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 sendo permitida a adoção antecipada.

- IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: divulgações" (emendada) – O texto emendado, introduz divulgações quantitativas adicionais e separadas para ativos e passivos financeiros compensados e para instrumentos financeiros sujeitos a um acordo de compensação global. O normativo revisto é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 sendo permitida a adoção antecipada.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – "Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração" e IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações". O texto do novo normativo introduz alterações aos atuais critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros, sendo de destacar:

**Classificação e mensuração de ativos financeiros**

h) Os instrumentos de dívida que sejam detidos com o objetivo de recebimento dos fluxos contratuais (não sendo como tal geridos em função de variações do seu justo valor), sendo esses fluxos representativos somente de pagamentos de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser mensurados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser mensurados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;

i) Os instrumentos de capital deverão ser mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam

detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para mensuração ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;

j) O enquadramento da classificação e mensuração de ativos financeiros com derivados embutidos deverá ser efetuado considerando a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;

k) Encontra-se igualmente disponível uma opção de valorização ao justo valor por contrapartida de resultados para instrumentos de dívida enquadráveis na categoria de valorização ao custo amortizado, desde que em resultado desta alteração se reduza de forma significativa uma inconsistência contabilística que de outro modo subsistiria;

l) Sendo de aplicação retrospetiva, deverão no entanto ser considerados no âmbito da classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com os novos requisitos do IFRS 9, os factos e circunstâncias em vigor na data da primeira aplicação (independentemente das circunstâncias e objetivos considerados na data do reconhecimento inicial dos ativos que permaneçam em balanço na data de referência para adoção da norma).

**Requisitos de contabilização de passivos financeiros**

m) Relativamente a passivos financeiros designados na opção de mensuração pelo seu justo valor, a componente associada a alterações no risco de crédito próprio deverá ser registada por contrapartida de reservas, sendo o remanescente desta valorização reconhecida por contrapartida de resultados;

n) Instrumentos financeiros derivados passivos cuja liquidação seja feita sob a forma de entrega de instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado de forma fiável, deverão, ainda assim, ser mensurados ao justo valor.

A adoção desta norma é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações” (emendada). O texto do novo normativo é modificado de forma a incluir divulgações específicas a apresentar no exercício de adoção da IFRS 9, com o objetivo de permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras a reconciliação entre as categorias e linhas de balanço apresentadas em conformidade com os requisitos da IAS 39, e as novas categorias e linhas de balanço apresentadas de acordo com as disposições do novo normativo.

- “*Transition Guidance”* - Emendas à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS12

Em junho de 2012, o IASB publicou um documento que pretende clarificar aspetos relativos ao *guidance* de adoção dos IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, IFRS 11 – “Empreendimentos conjuntos” e IFRS 12 – “Divulgações de interesses em outras entidades”, e que introduz emendas ao texto dos referidos normativos. Os normativos emendados

são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

- "*Investment Entities"* - Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27

  Em outubro de 2012, o IASB publicou uma emenda à IFRS 10 introduz uma exceção à consolidação de subsidiárias de sociedades de investimento e clarifica os critérios de classificação de uma entidade como sociedade de investimento (*investment entitiy*). As sociedades de investimento estão desta forma escusadas da consolidação das suas subsidiárias, desde que as últimas não prestem serviços relacionados com a atividade de investimento das primeiras.

- "Annual Improvements to IFRS 2009-2011 Cycle"

  O documento publicado pelo IASB em maio de 2012 pretende fazer um conjunto de emendas aos normativos IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", IAS 1 – "Apresentação das demonstrações financeiras", IAS 16 – "Ativos fixos tangíveis", IAS 32 – "Instrumentos financeiros: Apresentação", e IAS 34 – "Relato financeiro intercalar". As emendas emitidas são de aplicação retrospectiva e obrigatória para periodos económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua aplicação antecipada. São de destacar as seguintes emendas:

  - IAS 1 – "Apresentação das demonstrações financeiras" (Emendada): As emendas introduzidas ao texto do normativo pretendem clarificar que a apresentação de informação comparativa é obrigatória apenas na extensão dos requisitos mínimos estipulados por este normativo. O texto alterado clarifica ainda que em caso de alteração retrospetiva de políticas contabilísticas ou reclassificações efectuadas pela entidade, a apresentação de um saldo de abertura do periodo comparativo à demonstração da posição financeira é mandatória apenas quando as alterações efectuadas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. A IAS 1 emendada não prevê a obrigatoriedade de apresentação de notas explicativas ao saldo de abertura do periodo comparativo.

  - IAS 32 – "Instrumentos Financeiros: Apresentação" (Emendada): A emenda emitida define que o montante de imposto calculado sobre a distribuição de rendimentos de instrumentos de capital e custos de transação deverá ser registado em conformidade com os requisitos da IAS 12 – "Imposto sobre o rendimento".

  - IAS 34 – "Relato financeiro intercalar" (Emendada): As principais alterações introduzidas pelo normativo emendado, dizem respeito ao relato por segmentos no contexto do reporte financeiro intercalar, nomeadamente ao requisito de divulgação separada dos activos e passivos totais por segmento reportável, sempre que esta informação seja providenciada regularmente ao orgão de gestão e haja alterações significativas aos montantes apresentados no último reporte anual.

É entendimento do Conselho de Administração que a adoção das normas e interpretações acima referidas, com especial enfoque nos requisitos introduzidos pela IFRS 13 – "Mensuração ao justo valor", pela IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" e pelo agregado de

cinco normas relativas a consolidação, empreendimentos conjuntos e empresas associadas ("The package of five"), poderão motivar alterações com algum significado ao nível da preparação e apresentação das demonstrações fianceiras do Grupo, assim como na extensão e conteúdo das divulgações a realizar. No entanto, não se encontra ainda concluída uma análise detalhada das implicações inerentes à aplicação destes normativos, pelo que não é possível proceder à sua quantificação.

### 2.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das entidades participadas, são designadas "filiais" aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efetivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo CGD foi efetuada pelo método da integração global. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

A consolidação das contas de empresas sob controlo conjunto da Caixa e de outras entidades é efetuada pelo método da consolidação proporcional, sendo os ativos, passivos, custos e proveitos desta entidade integrados nas contas consolidadas na proporção da participação que a CGD detém no seu capital.

### 2.4. Concentrações de atividades empresariais e "goodwill"

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida. Os custos incorridos no âmbito da aquisição que sejam diretamente atribuíveis à operação são reconhecidos como encargos do exercício na data da compra (em aquisições ocorridas entre 1 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2009, estes custos foram acrescidos ao custo de aquisição). Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O "goodwill" corresponde à diferença positiva, na data de compra, entre o custo de aquisição da filial e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O "goodwill" é registado como um ativo e não é sujeito a amortização.

Caso se verifique que o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos no âmbito da transação excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

A aquisição de interesses minoritários ocorridas após a obtenção de controlo sobre a filial é registada como uma transação com acionistas, não originando o registo de qualquer "goodwill" adicional. A diferença entre o valor atribuído aos interesses minoritários na data da transação e o respetivo custo de aquisição é reconhecido diretamente por contrapartida de reservas. Analogamente, os impactos decorrentes da alienação de interesses minoritários que não impliquem a perda de controlo sobre a filial são igualmente registados em reservas. Os ganhos ou perdas resultantes da alienação de interesses minoritários que determinem alterações no controlo sobre a filial são reconhecidos pelo Grupo por contrapartida de resultados na data da transação.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Para este efeito, o "goodwill" é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos "cash-flows" futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao "goodwill" são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o "goodwill" era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o "goodwill" gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

*Contabilização de opções atribuídas a interesses minoritários ( "written put options")*

As responsabilidades decorrentes de contratos de opções sobre interesses minoritários ("written put options"), são reconhecidas pelo Grupo, no momento inicial, por contrapartida de "Outras reservas". As variações subsequentes do justo valor da opção de venda, mensurado com base nas condições contratadas, são igualmente registadas por contrapartida de "Outras reservas", com exceção dos custos de financiamento inerentes ao registo da responsabilidade, os quais são reconhecidos em resultados nas rubricas de "juros e encargos similares".

### 2.5. Investimentos em associadas

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. A aplicação do método da equivalência patrimonial é efetuada até ao momento em que as perdas acumuladas incorridas pela associada e reconhecidas pelo Grupo exceda o respetivo valor de balanço da participação, momento a partir do qual este é descontinuado, exceto se existir uma obrigação legal ou construtiva que determine o reconhecimento dessas perdas mediante a constituição de uma provisão para o efeito.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do

método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O "goodwill", correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

### 2.6. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das filiais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os ativos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas", do capital próprio, sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalcular e, por consequência, não registar nas "Outras reservas" o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação de filiais ou associadas ocorridas posteriormente a esta data, apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

### 2.7. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
    - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
    - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
    - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
        - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
        - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa

efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros ativos”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade. Neste sentido, inclui também instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados em operações financeiras” ou “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”, respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares”, da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de

instrumentos de capital", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como "Ativos financeiros detidos para negociação" ou "Ativos financeiros disponíveis para venda" para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados". Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data tiveram impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada nas Notas 8 e 12.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - Preços ("bid prices") difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como "market-makers";
  - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os instrumentos de capital não cotados afetos à atividade de capital de risco são valorizados com base em:
  - Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
  - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rendibilidade;

- Cash-flows descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos ativos detidos.

As valorizações incorporam fatores de desconto para refletir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado ativo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor atual do preço para alienação do ativo, ajustado quando aplicável de modo a refletir o risco de crédito da contraparte.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);

- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas

"Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, "Aplicações em instituições de crédito", "Investimentos a deter até à maturidade" e "Crédito a clientes".

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

No caso de créditos garantidos por ações, a imparidade é determinada em função do valor estimado de realização dessas ações num prazo compatível com a maturidade dos créditos concedidos, sendo também consideradas garantias adicionais recebidas e a capacidade financeira dos devedores.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações” e "imparidade de outros ativos, líquida de verersées e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor dos ativos a que respeitam.

*Anulações de capital e juros*

Periodicamente, o Grupo abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação da Comissão Executiva das diversas entidades. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade refletidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

As recuperações de juros abatidos no ativo são igualmente refletidas a crédito da rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

<u>Ativos financeiros disponíveis para venda</u>

Conforme referido na Nota 2.7. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

### 2.8. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações".

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos os quais são registados pelo valor de arrematação.

Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate ao ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui ainda os ativos e passivos consolidados do Grupo HPP – Hospitais Privados de Portugal, cujo processo de alienação foi concluído no decorrer do mês de março de 2013.

**2.9. Propriedades de investimento**

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

**2.10. Outros ativos tangíveis**

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

Até 1 de janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas filiais reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os imóveis de serviço próprio detidos pelas Seguradoras do Grupo eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

| | Anos de vida útil |
|---|---|
| Imóveis de serviço próprio | 50 - 100 |
| Equipamento: | |
| Mobiliário e material | 8 |
| Máquinas e ferramentas | 5 - 8 |
| Equipamento informático | 3 - 8 |
| Instalações interiores | 3 - 10 |
| Material de transporte | 4 - 6 |
| Equipamento de segurança | 4 - 10 |

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

**2.11. Locação financeira**

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em "Outros ativos tangíveis" e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em "Juros e rendimentos similares".

**2.12. Ativos intangíveis**

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

**2.13. Impostos sobre lucros**

Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributado, com início em 2012, de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com

sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeito ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 90% no capital social por um período superior a 1 ano (com referência a 1 de janeiro de 2012) e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

O lucro tributável é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Para este feito, as contas das sucursais são integradas nas contas da respetiva sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo nos termos do artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira da CGD e do Caixa – Banco de Investimento, S.A. beneficiaram, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerou-se que pelo menos 85% do lucro tributável da atividade global da entidade era resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira. Contudo, nos casos em que se tenha apurado prejuizo fiscal na actividade, os lucros apurados na Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira não foram considerados como isentos de IRC em 2011, face ao disposto na circular 3/2003.

A partir de 1 de Janeiro de 2012, o lucro tributável das Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira da CGD e do Caixa – Banco de Investimento, S.A. passaram a estar sujeitos a IRC.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respetivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Apresentam-se de seguida, de forma resumida, alguns aspetos fiscais de maior relevo para a atividade do Grupo em Portugal.

*Ajustamentos ao resultado contabilístico*

- *Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado*

  Nos termos do artigo 66º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

  Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efetivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A

imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa.

- *Provisões*

No apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2012 e 2011, a Caixa e restantes entidades do Grupo sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, consideraram o efeito dos seguintes normativos, quando aplicáveis:

- Disposições do artigo 37º do Código do IRC, no âmbito do qual não são aceites como custo fiscal as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e provisões para risco-país sobre créditos concedidos a empresas sobre as quais as entidades do Grupo detanham uma participação superior a 10%;
- Disposições do artigo 35º do Código do IRC, no âmbito do qual a partir de 1 de janeiro de 2003 deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para riscos gerais de crédito apuradas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal; adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos, em primeiro lugar aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respetiva constituição.

- *Encargos com pessoal*

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilísticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite da contribuições efetivamente entregues. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. A componente respeitante a variações patrimoniais negativas de responsabilidades com pensões que cumpria os requisitos previstos no Artigo nº 183º da Lei nº 64-A, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, relativas à

Caixa e outras participadas com sede em território nacional, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

- *Resultado da liquidação*

O artigo 92º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento de Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufruísse de benefícios fiscais, (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, e (iii) não aproveitasse os prejuízos fiscais de sociedades fundidas para dedução aos lucros tributáveis da nova sociedade incorporante.

Excluem-se do resultado da liquidação os benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo Artigo.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta dos exercícios de 2012 e 2011, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes do “goodwill”;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias tributáveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e benefícios dos empregados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e os respeitantes à alteração da politica contabilistica realizada no âmbito do registo de responsabilidades com o Fundo de pensões e outros beneficios pós emprego, conforme o previsto no artigo 183.º da Lei 64.ª-A/2011, de 30 de dezembro). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

### 2.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes;
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

### 2.15. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

<u>Responsabilidades com pensões e encargos com saúde</u>

No Grupo CGD existem diversos planos de pensões incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa e a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 39. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Caixa Geral e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos

dos fundos de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método "Unit Credit Projected", e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 39). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são registados por contrapartida de "Outras Reservas".

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efetuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, dos ativos do Fundo é refletido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Custos com pessoal". Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

**2.16. Seguros**

a) Contratos de Seguro

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas do ISP.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

*Provisão para sinistros de acidentes de trabalho*

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas Homologadas e Definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

| | Obrigatoriamente remíveis | Não remíveis |
|---|---|---|
| Tábua de mortalidade | TD 88/90 | TD 88/90 (Homens) (-1) |
| | | TV 88/90 (Mulheres) (-1) |
| Taxa de desconto | 5,25% | 4% |
| Encargos de gestão | 2,40% | 4% |

Em 2012, o Grupo atualizou a tábua de mortalidade utilizada para o cálculo das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho tendo procedido ao rejuvenescimento, em um ano, da tábua de mortalidade utilizada até 2011 para as pensões não remíveis, no sentido de adequar a mesma à evolução da esperança média de vida dos pensionistas.

A estimativa da provisão matemática para pensões presumíveis de Acidentes de Trabalho é efetuada com base em triângulos de desenvolvimento das variáveis históricas consideradas relevantes para as provisões matemáticas conhecidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT- Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efetuam o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas

companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com caráter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. O seu cálculo baseia-se em modelos atuariais aplicados a matrizes de run-off destas despesas.

A provisão para despesas com assistência vitalícia tem como objetivo registar as responsabilidades associadas a todas as prestações em espécie ou em dinheiro, que configurem continuidade vitalícia e que não sejam pensões. A provisão inclui duas componentes:

- provisão para assistências vitalícias declaradas;
- provisão para assistências vitalícias presumíveis.

Dadas as características destas responsabilidades a provisão é calculada considerando os princípios gerais aplicáveis ao Ramo Vida, com as seguintes bases técnicas:

| | |
|---|---|
| Tábua de mortalidade | 35%*TV 88/90 + 65%*TD 88/90 |
| Taxa de desconto | 4% |
| Taxa de inflação | 2% |
| Encargos de gestão | 2% |

As provisões de acidentes de trabalho são calculadas recorrendo a bases de dados internas.

*Provisão para sinistros de automóvel*

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

*Provisão para sinistros dos restantes ramos*

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo atuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efetuada para os principais ramos / grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

f) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

g) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

A provisão para participação nos resultados a atribuir corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades é calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tem em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os ativos afetos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa. Nos casos em que o plano de participação nos resultados não estabelece de forma inequívoca a percentagem da atribuição, são tidas em consideração as percentagens de atribuição históricas verificadas em período não inferior a 3 anos e a informação mais recente ao dispor do Grupo.

Esta provisão é constituída por contrapartida de resultados do exercício, ou, em alternativa, na parte aplicável, diretamente por contrapartida de reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

A provisão para participação nos resultados atribuída inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos. A partir do exercício de 2011, os saldos da provisão para participação nos resultados a atribuir com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros, onde eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras, passaram a ser utilizadas para a cobertura dos prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos produtos do ramo vida com participação nos resultados, sendo os saldos remanescentes utilizados para compensação das menos valias potenciais líquidas das respetivas carteiras de investimentos. Até 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta provisão era primeiramente utilizado para compensar as menos valias potenciais líquidas das respetivas carteiras de investimentos, sendo os saldos remanescentes utilizados para cobrir os prejuízos acumulados nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo mais e menos valias realizadas e as perdas de imparidade registadas no período e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o Grupo realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor atual dos cash flows futuros associados aos contratos), incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os cash flows associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor atual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da atualização, à taxa de juro da divida pública portuguesa, dos cash-flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes cash-flows futuros são projetados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas de segunda ordem das companhias, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

*Mortalidade:*

Com base em ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade, no início e no fim do ano, e ainda as sinistradas durante o ano. A partir destes dados, recolhidos nos últimos oito anos, gradua-se uma tábua de mortalidade, com base numa lei de Gompertz-Makeham, a qual é posteriormente utilizada para estimação da mortalidade futura.

*Resgates:*

A partir dos ficheiros extraídos dos sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas, no início e fim do ano, e os montantes resgatados, por produto.

Utilizam-se os dados referidos para calibrar um modelo linear generalizado, assente no prazo decorrido desde o início do contrato, no tipo de produto e no diferencial entre taxa de juro de mercado e taxa técnica, como variáveis explicativas. Desta implementação resulta o modelo usado para estimar os resgates futuros.

*Despesas:*

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

*Taxas de Rendimento:*

A taxa de rendimento futura de cada produto é determinada com base na taxa de juro da divida pública portuguesa de maturidade igual à da duração do respetivo passivo, acrescida da provisão para participação nos resultados a atribuir e reserva de justo valor.

Com base nestas taxas de rendimento são projetadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo consequentemente incorporadas na projeção de vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Ramos não vida

Os atuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das reservas socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

j) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

k) Responsabilidades para com subscritores de produtos “Unit-linked”

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos “Unit-linked”) emitidos pelo Grupo são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afetas a produtos “Unit-linked” são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos

derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados do exercício.

l) Responsabilidades para com subscritores de contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, mas que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos do IAS 39 e registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos".

m) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida de resultados do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”.

n) Ativos intangíveis resultantes da aquisição de contratos de seguro

A diferença entre o justo valor dos contratos de seguro adquiridos no âmbito de concentrações de atividades empresariais e o respetivo valor contabilístico calculado de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo, que corresponde ao “Value in force” da carteira de contratos adquirida, é autonomizado do “Goodwill” à data da aquisição e reconhecido separadamente como um ativo intangível.

O “Value in force” é amortizado ao longo da vida dos contratos adquiridos e sujeito anualmente a um teste de imparidade.

o) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

### 2.17. Comissões

Conforme referido na Nota 2.7., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva, em “Juros e rendimentos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a uma compensação pela execução de atos únicos.

### 2.18. Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos diretos com a emissão.

A classificação das ações preferenciais emitidas pelo Grupo é efetuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As ações preferenciais emitidas por filiais que cumprem estes requisitos são refletidas no balanço consolidado na rubrica de "Interesses minoritários".

**2.19. Valores recebidos em depósito**

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

**2.20. Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

**2.21. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas**

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

*Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber*

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7.d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

*Determinação de perdas por imparidade em ativos valorizados por contrapartida de reservas de justo valor*

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (Nota 2.7.d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por

dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

*Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.7. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.7., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

*Benefícios dos empregados*

Conforme referido na Nota 2.15. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

*Imparidade do goodwill*

Conforme referido na Nota 2.4. acima, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

*Determinação dos passivos por contratos de seguros*

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16. acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas contas consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das

empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pelo Grupo tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização. O registo de impostos diferidos gerados por prejuízos fiscais reportáveis apenas é efetuada caso se conclua estarem reunidas condições para a sua reversão no decorrer dos períodos legalmente previstos para o efeito, estando naturalmente esta avaliação dependente da concretização dos pressupostos considerados.

## 3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

| Sector de atividade/Entidade | Sede | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | % Participação Efetiva | Situação líquida (a) | Resultado líquido | Situação líquida (a) | Resultado líquido |
| **Gestão de Participações Sociais** | | | | | | |
| Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A. | Lisboa | 100,00% | 23 534 | 6 478 | 23 066 | 4 863 |
| Caixa - Participações, SGPS, S.A. | Lisboa | 100,00% | 74 206 | 16 822 | 70 349 | 10 041 |
| Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. | Lisboa | 99,71% | 464 | (41) | 4 127 | 31 |
| Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. | Lisboa | 100,00% | 1 348 944 | 1 870 | 996 542 | 42 955 |
| Gerbanca, SGPS, S.A. | Lisboa | 100,00% | 79 316 | (54) | 99 331 | 14 924 |
| Parbanca, SGPS, S.A. | Madeira | 100,00% | 45 574 | 17 287 | 42 707 | 11 075 |
| Parcaixa SGPS, S.A. | Lisboa | 51,00% | 922 787 | (77 644) | 1 022 320 | 23 687 |
| Partang, SGPS, S.A. | Lisboa | 51,00% | 130 108 | 21 433 | 112 384 | 16 653 |
| **Bancário** | | | | | | |
| Banco Caixa Geral, S.A. (b) | Vigo | 99,79% | 438 533 | (39 830) | 455 627 | 1 311 |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L. | Praia | 59,33% | 28 793 | 3 088 | 27 806 | 5 190 |
| Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. | Maputo | 51,00% | 134 128 | 36 019 | 119 886 | 23 511 |
| Banco Nacional de Investimentos, S.A. | Maputo | 0,00% | - | - | 61 077 | (3 520) |
| Banco Caixa Geral Brasil, S.A. | São Paulo | 100,00% | 157 917 | 5 312 | 173 127 | 6 113 |
| Banco Interatlântico, S.A.R.L. | Praia | 70,00% | 15 054 | 1 170 | 14 633 | 1 590 |
| Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) | Macau | 100,00% | 434 875 | 31 788 | 230 813 | 29 150 |
| Caixa - Banco de Investimento, S.A. (b) | Lisboa | 99,71% | 291 829 | 27 541 | 213 816 | 8 553 |
| Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau | Macau | 100,00% | 27 374 | 3 304 | 26 470 | 2 194 |
| CGD - North America | Delaware | 100,00% | 1 | - | 1 | - |
| CGD - Participações em Instituições Financeiras Ltda. | São Paulo | 0,00% | - | - | (509) | (17) |
| CGD Investimentos CVC | São Paulo | 99,86% | 35 389 | (2 974) | - | - |
| Mercantile Lisbon Bank Holdings, Ltd. (b) | Joanesburgo | 100,00% | 149 821 | 14 057 | 159 839 | 12 791 |
| Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A. | Luanda | 26,01% | 231 423 | 44 303 | 216 262 | 37 501 |
| Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A. (b) | Luanda | 50,00% | 353 962 | (1 742) | 372 761 | (5 767) |
| **Segurador** | | | | | | |
| Cares - Companhia de Seguros, S.A. | Lisboa | 100,00% | 23 391 | 7 087 | 17 389 | 4 728 |
| Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. | Lisboa | 100,00% | 1 322 596 | 98 538 | 626 067 | 13 580 |
| Império - Bonança - Companhia de Seguros, S.A. | Lisboa | 0,00% | - | - | 203 777 | 10 195 |
| Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. | Lisboa | 100,00% | 10 056 | 302 | 9 866 | 265 |
| Garantia - Companhia de Seguros de | | | | | | |
| Cabo Verde, S.A.R.L. | Praia | 65,36% | 9 239 | 578 | 8 061 | 1 023 |
| Multicare - Seguros de Saúde, S.A. | Lisboa | 100,00% | 33 595 | 5 335 | 26 138 | 215 |
| Universal Seguros, S.A. (Angola) | Luanda | 70,00% | 3 138 | (2 562) | 6 149 | (372) |
| Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. | Lisboa | 100,00% | 29 334 | 1 012 | 25 019 | 261 |
| **Crédito Especializado** | | | | | | |
| Caixa Leasing e Factoring - Instituição | | | | | | |
| Financeira de Crédito, S.A. | Lisboa | 51,00% | 87 564 | (39 416) | 126 979 | (11 402) |
| CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A. | Lisboa | 80,00% | 11 796 | (99) | 11 895 | 193 |
| Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A. | Praia | 60,25% | 114 | (39) | 153 | (49) |
| **Gestão de Ativos** | | | | | | |
| Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. | Lisboa | 100,00% | 29 245 | 2 995 | 27 189 | 1 142 |
| CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. | Lisboa | 100,00% | 4 437 | 736 | 4 684 | 710 |
| Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. | Lisboa | 100,00% | 6 612 | 3 912 | 7 076 | 4 376 |
| **Capital de Risco** | | | | | | |
| A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L. | Praia | 52,72% | 3 210 | 6 | 3 159 | 31 |
| Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. | Lisboa | 99,71% | 42 025 | 3 922 | 38 103 | 5 148 |
| **Imobiliário** | | | | | | |
| Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A. | Lisboa | 100,00% | (22 675) | (22 900) | (2 104) | (3 235) |
| Caixa-Imobiliário S.A. | Lisboa | 100,00% | (31 602) | (31 826) | (591) | (656) |
| Fidelidade Mundial - SGII, S.A. | Lisboa | 100,00% | 45 529 | 838 | 44 142 | 2 388 |
| Inmobiliaria Caixa Geral S.A.U. | Madrid | 100,00% | (37 052) | (16 158) | (20 949) | (8 051) |
| Cibergradual, Invest. Imobiliário, S.A. | Lisboa | 100,00% | (21 907) | (23 305) | - | - |
| **Outras Entidades Financeiras** | | | | | | |
| CGD Finance | Cayman | 100,00% | 2 664 | 8 | 3 049 | 20 106 |
| Caixa Geral Finance (c) | Cayman | 0,00% | 111 225 | 1 744 | 112 194 | 10 431 |

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.
(c) O capital social está representado por 1.000 ações ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 110.128 ações preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1.000 Euros cada (112.128 ações preferenciais em 31-12-2011) .

| Sector de atividade/Entidade | Sede | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | % Participação Efetiva | Situação líquida (a) | Resultado líquido | Situação líquida (a) | Resultado líquido |
| **Outros sectores** | | | | | | |
| Caixanet - Telemática e Comunicações, S.A. | Lisboa | 80,00% | 1.782 | 4 | 1.778 | - |
| Caixatec, Tecnologias de Comunicação, S.A. | Lisboa | 100,00% | (193) | (215) | 77 | (5) |
| Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A. | Lisboa | 100,00% | 1.750 | 944 | 805 | 187 |
| Cares Multiassistance, S.A. | Lisboa | 51,00% | 2.486 | 1.538 | 2.501 | 1.552 |
| E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. | Lisboa | 100,00% | 181 | 75 | 152 | 72 |
| EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A. | Lisboa | 100,00% | 524 | (73) | 596 | (25) |
| LCS - Linha de Cuidados de Saúde, S.A. | Lisboa | 100,00% | 3.049 | 2.810 | 4.062 | 1.612 |
| Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. | Lisboa | 100,00% | 4.560 | 132 | 4.428 | 181 |
| GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A. | Lisboa | 100,00% | 242 | 78 | 204 | 86 |
| HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A. (b) | Lisboa | 100,00% | 1.711 | (3.947) | (14.688) | (14.776) |
| HPP International Ireland, Ltd. | Dublin | 100,00% | 30.894 | (19) | 30.913 | (19) |
| HPP International - Luxembourg, S.A.R.L. | Luxemburgo | 100,00% | (30.743) | (39) | (30.704) | (14.013) |
| Wolfpart, SGPS, S.A. | Lisboa | 100,00% | (78.420) | (64.201) | (12.083) | (5.776) |
| Mesquita ETVIA, Construção de Vias de Comunicação, S.A. | Lisboa | 99,98% | (10.420) | 4.650 | 20.341 | 1.947 |
| **Agrupamentos Complementares de Empresas** | | | | | | |
| Groupment d'Interet Economique | Paris | 100,00% | - | - | - | - |
| Sogrupo - Serviços Administrativos, ACE | Lisboa | 100,00% | - | - | - | - |
| Sogrupo - Sistemas de Informação, ACE | Lisboa | 100,00% | - | - | - | - |
| Sogrupo IV - Gestão de Imóveis, ACE | Lisboa | 100,00% | - | - | - | - |
| **Entidades de propósito especial e Fundos de investimento** | | | | | | |
| Fundo Nostrum Mortgage 2003-1 | Lisboa | 100,00% | 390.678 | 87 | 430.786 | (129) |
| Nostrum Mortgages PLC | Dublin | 100,00% | 4.122 | (240) | 5.443 | 928 |
| Nostrum Mortgages Nº. 2 | Lisboa | 100,00% | - | - | - | - |
| Intermoney Banking Caixa Geral RMBS | Madrid | 99,97% | - | - | - | - |
| Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD - Caixa Capital | Lisboa | 99,98% | 328.138 | (36.553) | 333.872 | (11.706) |
| Fundo de Capital de Risco - Energias Renováveis - Caixa Capital | Lisboa | 0,00% | - | - | 33.042 | 1.967 |
| Fundo de Capital de Risco Empreender Mais | Lisboa | 100,00% | 10.899 | (2.080) | 7.980 | (1.706) |
| Fundo de Capital de Risco Caixa Mezzanine - Caixa Capital | Lisboa | 100,00% | 29.344 | 7 | 29.337 | (18) |
| Fundo de Capital de Risco Desenvolvimento e Reorganização Empresarial | Lisboa | 100,00% | 12.969 | (1.352) | 14.321 | (679) |
| Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento | | | | | | |
| Habitacional - Caixa Arrendamento | Lisboa | 99,68% | 114.483 | (710) | 81.137 | 473 |
| Fundo Invest. Imobil. Fechado Imocentro | Lisboa | 100,00% | 4.392 | (255) | 4.647 | (345) |
| Caixagest Estratégia Dinâmica | Lisboa | 63,56% | 56.416 | 2.248 | 56.779 | (1.679) |
| Fundo Esp. Inv. Aberto Estrat. Alternat. | Lisboa | 80,75% | 25.321 | (225) | 26.332 | (1.836) |
| Caixa Imobiliário - Fundo de | | | | | | |
| Investimento fechado de Arrendamento Habitacional | Lisboa | 100,00% | 46.342 | (3.872) | 51.425 | 1.006 |
| Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento | Lisboa | 73,70% | 113.914 | 4.611 | 99.303 | 15.963 |
| Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento | Lisboa | 70,65% | 248.354 | (1.314) | 251.173 | 10.533 |
| Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial de Investimento | Lisboa | 66,69% | 79.679 | 3.049 | 76.631 | 2.094 |
| Caixagest Oportunidades - Fundo Especial de Investimento | Lisboa | 69,85% | 31.275 | 6.203 | 30.978 | 308 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest | Lisboa | 99,09% | 116.163 | (4.071) | 113.759 | 3.259 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1 | Lisboa | 100,00% | 14.644 | (535) | 15.179 | 65 |
| **Empresas registadas pelo método proporcional** | | | | | | |
| Esegur - Empresa de Segurança, S.A. | Lisboa | 50,00% | 10.402 | 401 | 10.000 | 445 |
| Locarent | Lisboa | 50,00% | 8.337 | 2.595 | 6.643 | 3.017 |

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

Os principais movimentos nas filiais do Grupo durante os exercícios de 2012 e 2011 foram os seguintes:

*Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (Caixa Seguros e Saúde) e Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade)*

Em 31 de maio de 2012 foi concretizada a fusão das seguradoras Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. e da Império Bonança - Companhia de Seguros S.A., tendo esta última sido incorporada na primeira. A fusão produziu efeitos comtabilísticos a 1 de janeiro de 2012. Na sequência desta operação verificou-se a alteração da denominação social da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. para Fidelidade - Companha de Seguros S.A. (Fidelidade) bem como o aumento do capital social desta entidade, de 400.000 mEuros para 520.000 mEuros.

Em junho de 2012, em resultado da deliberação do acionista Caixa Seguros e Saúde SGPS, S.A. o capital social da Fidelidade foi aumentado de 520.000 mEuros para 605.000 mEuros. Este aumento de capital social foi integralmente subscrito pela CGD, mediante conversão de empréstimos subordinados de igual montante concedidos a esta entidade, tendo a Caixa Seguros e Saúde abdicado do seu direito de preferência enquanto acionista único. Em resultado desta operação a CGD passou a deter uma participação direta de cerca de 14% no capital social da Fidelidade, reduzindo-se a participação da Caixa Seguros e Saúde para 86%. Posteriormente, esta participação foi alienada pela CGD à Caixa Seguros e Saúde por um valor unitário de 5 euros por ação, ascendendo o montante global da transação a 85.000 mEuros (equivalente ao valor nominal do aumento de capital).

Ainda no decorrer do mês de junho, a Caixa Seguros e Saúde realizou um aumento de capital social no montante de 351.525 mEuros por contrapartida de um empréstimo subordinado e de suprimentos anteriormente concedidos pela CGD à sua subsidiária neste montante. Deste aumento de capital resultou a emissão de 175.762.460 ações com o valor nominal de 2 Euros cada, ascendendo o capital social da Caixa Seguros e Saúde nesta data a 799.925 mEuros, integralmente detido pela CGD.

*Mercantile Bank Holdings, Ltd e Mercantile Bank, Ltd (Mercantile)*

No decorrer do primeiro semestre de 2012, em resultado de oferta realizada junto dos acionistas minoritários, o Grupo recomprou a totalidade das participações detidas por terceiros no Mercantile Bank Limited (subsidiária do Mercantile Bank Holdings, Ltd), tendo passado a deter, direta e indiretamente, a totalidade do seu capital social. Na sequência desta transação, as ações do Mercantile Bank Limited deixaram de estar cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo.

*CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (ex Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.)*

Em 2 de junho de 2010, o Grupo Caixa celebrou com o Grupo Banif um acordo de parceria no âmbito do qual se encontrava prevista a aquisição a este último de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (Banif CVC). Para a sua concretização, a operação necessitava de prévia aprovação das competentes autoridades regulatórias de Portugal e do Brasil.

Em 6 de fevereiro de 2012 foi assinado entre as partes o contrato relativo à aquisição da referida participação no capital da Banif CVC pelo Grupo CGD. De acordo com os termos deste contrato, a aquisição do capital da Banif CVC, concretizada através da CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda (entidade de direito brasileiro, participada em partes iguais pelo Banco Caixa Geral – Brasil, S.A. e pelo Caixa – Banco de Investimento, S.A.), foi efetuada pelo preço global de aproximadamente 123.925 mReais.

O acordo de acionistas da Banif CVC previa ainda o seguinte:

- Opção de venda pelo Grupo Banif do remanescente da participação detida na Banif CVC, a realizar no prazo entre o 12º e o 60º mês da data de assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações datado de 2 junho de 2010;

- Opção de compra pelo Grupo Caixa do remanescente da participação detida pelo Grupo Banif na Banif CVC, a partir do 60º mês da data de assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações datado de 2 de junho de 2010.

Em 2 de junho de 2012, foi exercida a opção de venda da participação remanescente de 30% do capital social da Banif CVC por um montante global de 55.726 mReais. Adicionalmente, e ainda no decorrer desta operação, a denominação social da Banif CVC foi alterada para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (CGD Investimentos CVC).

Em 31 de Outubro de 2012 foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas extraordinária a fusão por incorporação reversa da CGD – Participações em Instituições Financeiras, Ltda (PINF) na CGD Investimentos CVC. A referida incorporação foi efetivada mediante integração da totalidade dos ativos e passivos da PINF na sua participada, a qual se extinguiu, assumindo a CGD Investimentos CVC todos os direitos e obrigações decorrentes da sua atividade até à data de registo da fusão.

*Banco para Promoção e Desenvolvimento, S.A. (BPD)*

O Banco para Promoção e Desenvolvimento foi constituído em 14 de fevereiro de 2011, mediante escritura pública celebrada entre a Sonangol, Empresa Pública, a Sonangol Holdings, Limitada, a Gerbanca, SGPS., S.A., a Caixa - Participações, SGPS., S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária com a latitude permitida pela Lei, ascendendo o seu capital social a 45.900.000.000 Kwanzas, (correspondentes, na data da sua constituição, a USD 500.000.000), dos quais 23.500.000 Kwanzas realizados aquela data. A participação do Grupo Caixa no capital do BPD ascende a 50%, repartida entre a CGD (49,99%), a Caixa – Participações (0,005%) e a Gerbanca (0,005%).

Em 31 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de compra e venda para alienação da participação detida pelas empresas do grupo CGD às entidades do grupo Sonangol, Sonangol Empresa Pública (Sonangol EP) e Sonip -Sonangol Imobiliária e Propriedades, LDA.(Sonip), por um montante global equivalente ao valor do investimento efectuado e outros adiantamentos realizados por contrapartida de outras despesas de constituição entretanto incorridas.

Esta transação encontra-se pendente de obtenção das autorizações administrativas e legais necessárias à sua efetivação.

*Banco Nacional de Investimento, S.A. (BNI)*

O Banco Nacional de Investimento, S.A. foi constituído em 14 de junho de 2010, por escritura pública celebrada entre o Estado da República de Moçambique através da Direção Nacional de Tesouro, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L., tendo por objeto o exercício da atividade bancária na área da banca de investimento.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito e realizado do Banco Nacional de Investimento, S.A. ascendia a 70.000 mMZN (milhares de Meticais), distribuídos pela Direção Nacional de Tesouro (49,5%), CGD (49,5%) e Banco Comercial de Investimentos, S.A.R.L. (1%). Em Assembleia Geral de Acionistas de 22 de novembro de 2011 foi deliberado o aumento de capital do Banco para 2.240.000 mMZN, representado por 2.240.000.000 ações com o valor nominal de 1 Metical cada.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social do BNI encontrava-se integralmente realizado, mantendo os acionistas a proporção de titularidade do capital social inicial.

No decorrer do exercício de 2012 a CGD alienou a sua participação de 49,5% no capital social do BNI ao IGEPE - Instituto de Gestão de Participações do Estado pelo montante global de 1.067.255 mMZN, tendo em resultado desta operação reconhecido menos valias (incluindo reversão do efeito cambial acumulado em reservas) de aproximadamente 32 mEuros.

Do montante global da transação, a CGD recebeu à data da sua efectivação 450.000 mMZN, sendo o remanescente devido em três prestações iguais, anuais e sucessivas, a primeira, no prazo de um ano a contar da data do contrato.

*Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)*

No decorrer do exercício de 2012, após aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, o BNU realizou um aumento de capital no valor de 1.600.000 mMOPS integralmente subscrito e realizado pela CGD.

*Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR*

O Fundo de Desenvolvimento e Reorganização Empresarial, FCR foi constituído em 16 de agosto de 2011, com um capital inicial de 100.000 mEuros, representado por 100.000 Unidades de Participação com um valor nominal de 1.000 Euros, cada.

O Fundo destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em sociedades que se encontrem ou se preveja venham a enfrentar dificuldades financeiras e/ou operacionais ou cuja viabilização no curto ou médio prazo implique a implementação de um processo de reorganização da sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados 15.000 mEuros, devendo a realização do valor remanescente ser efetuada em função da concretização das necessidades de investimento.

*Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento (FIIAH – Caixa Arrendamento)*

Em 30 de setembro de 2011, decorrente de deliberação dos participantes do Fundo, a CGD procedeu à subscrição de 38.873 unidades de participação pelo montante global de 39.999 mEuros, tendo em resultado desta transação aumentado a percentagem que detém no capital do FIIAH - Caixa Arrendamento para 82,51%.

O aumento de capital do fundo, integralmente subscrito pela CGD, foi realizada mediante a entrega de 29.979 mEuros em numerário e o remanescente, no montante de 10.020 mEuros, através da entrega de imóveis.

No decorrer do exercício de 2012 foi realizado um novo aumento de capital no montante de aproximadamente 34.999 mEuros, através da emissão de 34.617 novas unidades de participação, integralmente subscrito e realizado pela CGD em numerário.

*Caixaweb, S.G.P.S., S.A. (em liquidação) (Caixaweb)*

Em Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2011, foi deliberado o encerramento do processo de liquidação da Caixaweb, tendo os ativos líquidos da sociedade, em consequência desta decisão, sido entregues ao seu acionista único, a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

Em resultado desta situação a Caixa procedeu à incorporação das participações detidas pela Caixaweb nas entidades Caixatec – Tecnologias de Comunicação, S.A. (e respetivos suprimentos) e Yunit Serviços, S.A..

*Banco Caixa Geral, S.A.*

No exercício de 2011 e com o objetivo de consolidar a estrutura de fundos próprios do Banco, foi decidido pelos seus acionistas a realização de um novo aumento de capital social no montante de 30.000 mEuros, mediante a emissão de 4.991.672 ações com um valor nominal unitário de 6,01 euros, integralmente subscrito pela CGD.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os montantes relativos aos aumentos de capital subscritos pela Caixa Geral de Depósitos encontravam-se integralmente realizados.

*Eventos subsequentes*

*CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. (em liquidação) e CGD - Sucursal Offshore de Macau, S.A.*

No decorrer do exercício de 2012, em resultado da reavaliação efectuada à configuração da presença mantida pela CGD na Região Administrativa Especial de Macau (REAM) através da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi decidido proceder à alteração da estrutura de representação até então adotada, passando esta a assumir a forma de sucursal.

O pedido formulado ao Chefe do Executivo da REAM para o estabelecimento de uma instituição financeira offshore sob a forma de sucursal foi outorgado através da publicação da Ordem Executiva nº 7/2013, de 25 de janeiro, a qual veio simultâneamente revogar a autorização anteriormente concedida para o exercício de atividades financeiras offshore sob a forma de subsidiária.

Em resultado da obtenção das necessárias aprovações administrativas e legais, foram implementados os procedimentos necessários ao estabelecimento da nova unidade, em paralelo com o encerramento da subsidiária.

Desta forma, com data de 1 de fevereiro de 2013 (data de entrada em vigor da Ordem Executiva), a CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A. alienou ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos, S.A., pelo respetivo valor nominal, a totalidade dos seus ativos e passivos afetos à exploração da sua atividade comercial, incluindo direitos e obrigações sobre ela incidentes, independentemente da sua natureza. Estes foram na mesma data transferidos para a sucursal, a qual assegurará a sua gestão no âmbito da prossecução dos seus objetivos.

O registo de dissolução da CGD – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. foi realizado em 4 de fevereiro de 2013 encontrando-se os procedimentos referentes à sua liquidação em curso.

## 4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Caixa | 619.898 | 806.559 |
| Depósitos à ordem em bancos centrais | 983.231 | 1.897.315 |
| | 1.603.129 | 2.703.874 |
| Juros de depósitos à ordem em bancos centrais | 155 | 607 |
| | 1.603.284 | 2.704.482 |

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

## 5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Cheques a cobrar | | |
| - No país | 75.039 | 129.083 |
| - No estrangeiro | 39.964 | 47.155 |
| | 115.003 | 176.239 |
| Depósitos à ordem e outras disponibilidades | | |
| - No país | 172.574 | 213.721 |
| - No estrangeiro | 1.012.973 | 592.316 |
| | 1.185.548 | 806.037 |
| Juros a receber | 4.831 | 3.921 |
| | 1.305.381 | 986.197 |

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

## 6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Mercado monetário interbancário | 163.000 | 883.073 |
| Depósitos a prazo | | |
| - No país | 37.076 | 80.343 |
| - No estrangeiro | 74.348 | 132.230 |
| Empréstimos | | |
| - No país | 715.535 | 2.570.868 |
| - No estrangeiro | 75.761 | 599.321 |
| Outras aplicações | | |
| - No país | 97.831 | 33.240 |
| - No estrangeiro | 987.403 | 547.034 |
| Operações de compra com acordo de revenda | 367.415 | 101.077 |
| Crédito e juros vencidos | 8.084 | 7.594 |
| | 2.526.452 | 4.954.780 |
| Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura | 121 | 219 |
| Juros a receber | 3.781 | 13.992 |
| Proveitos diferidos | (542) | (561) |
| | 2.529.813 | 4.968.430 |
| Imparidade (Nota 41) | (12.413) | (12.312) |
| | 2.517.399 | 4.956.118 |

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Empréstimos - no país” incluía 1.400.000 mEuros relativos a emissões de papel comercial realizadas pelo Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), as quais se encontravam garantidas pelo Estado Português no quadro definido pela Lei nº 62-A/2008, de 11 de novembro, diploma que procedeu à nacionalização do BPN.

Em 30 de março de 2012 o Estado Português celebrou o contrato de venda do BPN, ultimando desta forma o processo de reprivatização do Banco iniciado em julho de 2011.

Decorrente do processo de reorganização da estrutura de ativos e passivos do BPN subjacente ao processo de alienação, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A., e por inerência as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa Geral de Depósitos sob a forma de crédito a clientes e emissões obrigacionistas, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2012 ascendia a 381.667 mEuros (Nota 13) e 3.100.000 mEuros (Nota 8), respectivamente, foram transferidos para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a

Parvalorem (Nota 13). Assim, a partir de 30 de março de 2012, o emitente deste programa de papel comercial passou a ser a Parvalorem.

Na sequência desta operação, remanesce um programa de papel comercial concedido ao BPN com o limite de 400.000 mEuros, com vencimento em março de 2015, e que beneficia de garantia do Estado até essa data. Ainda neste âmbito, foi concedida pela Caixa ao BPN uma linha de crédito em conta corrente até ao limite de 300.000 mEuros, com vencimento em março de 2016, cuja possibilidade de utilização está condicionada ao valor de depósitos de clientes do BPN. Das facilidades de crédito concedidas, e com referência a 31 de dezembro de 2012, apenas se encontra utilizado o programa de papel comercial no valor de 150.000 mEuros.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia no quadro do programa de intervenção em curso. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

No que respeita às aplicações realizadas em bancos com sede na República da Islândia, o saldo acumulado de imparidade reconhecida pela Caixa nestes ativos, ascendia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a 12.053 mEuros e 12.157 mEuros, respetivamente.

No decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa procedeu à alienação de direitos sobre valores a receber no âmbito de transações realizadas junto de um banco norte-americano, tendo em resultado desta operação sido utilizadas provisões anteriormente constituídas para este ativo no montante de 39.557 mEuros.

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2012 e 2011, é apresentado na Nota 41.

## 7. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Detidos para negociação | Ao justo valor através de resultados | Total | Detidos para negociação | Ao justo valor através de resultados | Total |
| **Instrumentos de dívida** | | | | | | |
| - De emissores públicos: | | | | | | |
| . Títulos da dívida pública | 68.920 | - | 68.920 | 85.346 | - | 85.346 |
| . Bilhetes do Tesouro | 122.384 | 6.133 | 128.517 | 112.493 | 10.551 | 123.043 |
| . Obrigações de outros emissores | | | | | | |
| públicos: | | | | | | |
| Estrangeiros | 318.053 | 21.380 | 339.433 | 285.908 | 16.571 | 302.479 |
| - De outros emissores: | | | | | | |
| . Obrigações e outros títulos: | | | | | | |
| De residentes | 14.320 | 41.990 | 56.310 | 81.770 | 21.292 | 103.062 |
| De não residentes | 26.146 | 66.516 | 92.661 | 32.427 | 124.809 | 157.235 |
| i) | 549.822 | 136.019 | 685.841 | 597.944 | 173.222 | 771.166 |
| **Instrumentos de capital** | | | | | | |
| De residentes | 23.400 | 127.134 | 150.534 | 15.902 | 495.394 | 511.296 |
| De não residentes | 14.630 | 25.995 | 40.625 | 15.333 | 953 | 16.286 |
| ii) | 38.030 | 153.128 | 191.159 | 31.235 | 496.347 | 527.582 |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | |
| - Unidades de participação | | | | | | |
| De residentes | 1.464 | 516.887 | 518.351 | 2.704 | 234.728 | 237.433 |
| De não residentes | - | 519.095 | 519.095 | 44.594 | 573.668 | 618.262 |
| iii) | 1.464 | 1.035.982 | 1.037.446 | 47.298 | 808.396 | 855.695 |
| **Crédito e outros valores a receber iv)** | - | 410 | 410 | - | 1.337 | 1.337 |
| **Instrumentos derivados com justo valor positivo ( Nota 11)** | | | | | | |
| - Swaps | 1.614.788 | - | 1.614.788 | 1.487.109 | - | 1.487.109 |
| - Futuros e outras operações a prazo | 1.821 | - | 1.821 | 3.561 | - | 3.561 |
| - Opções de divisas e cotações | 283.399 | - | 283.399 | 312.790 | - | 312.790 |
| - Opções de taxa de juro (Caps & Floors) | 181.720 | - | 181.720 | 170.392 | - | 170.392 |
| - Outros | 833 | - | 833 | 2.078 | - | 2.078 |
| v) | 2.082.561 | - | 2.082.561 | 1.975.930 | - | 1.975.930 |
| i)+ii)+iii)+iv) | 2.671.878 | 1.325.539 | 3.997.417 | 2.652.407 | 1.479.303 | 4.131.709 |

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por entidades do Grupo nos montantes de 66.263 mEuros e 316.271 mEuros, respetivamente (48.005 mEuros e 81.774 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação - Instrumentos de dívida” inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 128.247 mEuros e 118.065 mEuros, respetivamente (Nota 24).

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados – Instrumentos de capital” incluía 342.447 mEuros relativos a uma participação detida na Cimpor, no âmbito da aquisição pela Caixa de 64.406.000 ações, representativas de 9,584% do capital social desta Sociedade. Estas ações foram adquiridas em fevereiro de 2009 por 317.844 mEuros, detendo o vendedor uma opção de compra da participação à Caixa pelo custo de aquisição, capitalizado a uma taxa indexada à Euribor. No decorrer do mês de fevereiro de 2012, o período disponível para exercício da opção atingiu o seu termo sem que o vendedor tenha procedido à recompra das referidas ações. Em 31 de dezembro

de 2011, a valorização negativa da opção encontrava-se registada na rubrica “Opções – Cotações” (Nota 11).

Em 3 de fevereiro de 2010 a Caixa celebrou com a Votorantim Cimentos, S.A. um acordo Parassocial nos termos do qual, e entre outras disposições, assumiu o compromisso de manter, pelo prazo inicial de 10 anos, ações correspondentes a, no mínimo, 9,7% do capital da Cimpor. Ficou ainda atribuido à Votorantim Cimentos, S.A. o direito de primeira opção de compra (“right of first refusal”), em caso de alienação destas ações pela Caixa a terceiros.

Em junho de 2012, na sequência da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Camargo Corrêa no decorrer do mês de março deste mesmo ano, a CGD alienou à InterCement Austria Holding Gmbh a totalidade da sua participação na Cimpor pelo valor global de 354.233 mEuros, correspondente a um valor unitário de 5,5 Euros por ação, tendo para o efeito obtido a aceitação da Votorantim Cimentos, S.A. nos termos previstos no acordo Parassocial em vigor na referida data.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados” inclui 32.986 mEuros relativos a uma participação de 10,5% do capital social da Sumol + Compal, S.A. (62.616 mEuros em 31 de dezembro de 2011, correspondentes a uma participação, à data, de 19,4% do respetivo capital social).

Foram concluídas no decorrer do exercício de 2012 as negociações, entre o Grupo CGD e a Refrigor, relativas à alienação a prazo da participação detida pelo FCR Grupo CGD no capital desta sociedade. Nos termos do referido entendimento, foi concretizada em setembro de 2012 a venda à Refrigor de 8,9% do capital da Sumol+Compal pelo montante de 28.329 mEuros. Ainda na sequência desta operação o Grupo atribuiu à Refrigor uma opção de compra sobre o remanescente da participação, a exercer até 30 de junho de 2017, tendo igualmente adquirido o direito a uma opção de venda sobre as ações da Sumol+Compal a exercer entre 30 de junho e 31 de dezembro de 2017.

## 8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Instrumentos de dívida** | | |
| - De dívida pública | 8.433.884 | 4.827.809 |
| - De outros emissores públicos | 1.206.923 | 1.044.296 |
| - De organismos financeiros internacionais | 59.077 | 57.390 |
| - De outros emissores | 8.695.568 | 8.763.637 |
| | 18.395.452 | 14.693.132 |
| **Instrumentos de capital** | | |
| - Valorizados ao justo valor | 1.242.100 | 1.728.865 |
| - Valorizados ao custo histórico | 186.406 | 194.480 |
| | 1.428.505 | 1.923.344 |
| **Outros instrumentos** | 1.457.435 | 1.107.648 |
| | 21.281.393 | 17.724.124 |
| **Imparidade (Nota 41)** | | |
| - Instrumentos de capital | (526.964) | (724.211) |
| - Instrumentos de dívida | (12.794) | (52.629) |
| - Outros instrumentos | (165.158) | (103.641) |
| | (704.916) | (880.481) |
| | 20.576.477 | 16.843.643 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores” inclui 2.887.320 mEuros e 1.807.981 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do BPN (Nota 6). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros instrumentos" inclui 390.031 mEuros e 149.703 mEuros, respetivamente, relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes). Na sequência da transferência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual o Grupo detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais o Grupo detém uma participação minoritária, retêem autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, foram constituídas imparidades afetas às participações nos veículos equivalentes aos valores das perdas esperadas que se encontravam atribuídas às operações de crédito e que foram revertidas no processo de desreconhecimento de balanço destes ativos. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização

do património destas sociedades. Em 31 de dezembro de 2012 a exposição mantida pelo Grupo apresenta o seguinte detalhe:

| | Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor antes de imparidade | Imparidade acumulada | Valor líquido | Reserva de justo valor |
| | | | | |
| Fundo Recuperação, FCR | 150.000 | (14.608) | 135.392 | - |
| Fundo Recuperação Turismo, FCR | 41.189 | (13.597) | 27.593 | - |
| OXI Capital, SCR | 600 | - | 600 | - |
| Flit-Ptrel SIVAC | 128.489 | (14.663) | 113.826 | 13.936 |
| Discovery Portugal Real Estate Fund | 65.416 | (15.263) | 50.153 | - |
| Vallis Construction Sector | 71.715 | (9.248) | 62.467 | - |
| | 457.409 | (67.379) | 390.031 | 13.936 |

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, em determinadas operações o Grupo concedeu igualmente suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", cujo valor de balanço e imparidade ascendiam em 31 de dezembro de 2012 a 46.939 mEuros e 46.191 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a imparidade de instrumentos de dívida inclui 49 mEuros e 26.885 mEuros, respetivamente, relativos a obrigações emitidas por Bancos com sede na República da Islândia. A evolução observada reflete essencialmente a utilização de perdas incorridas em períodos anteriores no montante de 26.838 mEuros na sequência da alienação de diversas exposições mantidas nestes ativos pela Caixa ao longo do exercício de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica incluía ainda 14.629 mEuros decorrentes de imparidade constituída para obrigações soberanas emitidas pela República da Grécia classificadas nesta classe de ativos. Conforme referido em maior detalhe na Nota 44, no decorrer do primeiro semestre de 2012 o Grupo aderiu ao programa de troca de dívida soberana proposta aos investidores privados por este emitente, tendo na sequência desta operação desreconhecido do balanço as obrigações que detinha até essa data por contrapartida das novas emissões. Ainda no âmbito da concretização da oferta de troca, as obrigações recebidas por contrapartida das emissões classificadas inicialmente em investimentos a deter até à maturidade (Nota 12), foram igualmente registados como ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor da Imparidade de “Outros instrumentos” inclui 2.977 mEuros e 4.772 mEuros, respetivamente, relativos a fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por empresas do Grupo que apresentaram um declínio prolongado do seu valor de mercado abaixo do preço de custo (3.749 mEuros e 3.266 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de balanço líquido de imparidade de unidades de participação de fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda ascende a 381.499 mEuros e 118.292mEuros, respetivamente (277.860 mEuros e 123.183 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

| | 31-12-2012 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Atividade bancária | Atividade Seguradora | Banca de investimento e capital de risco | Valor antes de imparidade | Imparidade acumulada | Valor líquido | Reserva de justo valor | Percentagem efetiva (%) |
| **Valorizados ao justo valor** | | | | | | | | |
| Portugal Telecom, S.A. | 476.093 | 2.642 | - | 478.735 | (271.495) | 207.240 | 16.172 | 6,16 |
| Galp Energia, SGPS, S.A. | 66.302 | 2.713 | - | 69.015 | - | 69.015 | (2.315) | 0,38 |
| SICAR NovEnergia II | - | - | 54.041 | 54.041 | - | 54.041 | 14.470 | 15,49 |
| Finpro, SGPS, S.A. | - | - | 24.692 | 24.692 | - | 24.692 | 2.435 | 17,16 |
| Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. | 14.463 | 240 | - | 14.703 | - | 14.703 | 3.215 | 1,12 |
| Banco Comercial Português, S.A. | 118.643 | 19.039 | - | 137.682 | (125.561) | 12.121 | 2.263 | 1,03 |
| La Seda Barcelona, S.A. | 52.825 | - | - | 52.825 | (47.986) | 4.838 | (53) | 14,24 |
| EDP – Energias de Portugal, S.A. | 3.136 | 3.145 | - | 6.281 | (1.676) | 4.605 | 451 | 0,05 |
| EDP Renováveis, S.A. | 10 | 1.398 | - | 1.408 | (434) | 974 | 245 | 0,00 |
| ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. | - | 8 | - | 8 | (3) | 5 | 1 | 0,00 |
| A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A. | - | - | 21.300 | 21.300 | (21.300) | - | - | 19,64 |
| Ações de entidades estrangeiras | 2.461 | 302.281 | 16.027 | 320.768 | (38.089) | 282.679 | 7.805 | |
| Outros instrumentos com características de capital | 3.183 | - | - | 3.183 | (20) | 3.163 | - | |
| Outros | 25.312 | 17.896 | 13.538 | 56.746 | (13.284) | 43.462 | 1.407 | |
| | 762.428 | 349.363 | 129.598 | 1.241.389 | (519.849) | 721.539 | 46.097 | |
| **Valorizados ao custo histórico** | | | | | | | | |
| Águas de Portugal, S.A. | 153.003 | - | - | 153.003 | - | 153.003 | - | 9,69 |
| VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A. | 4.058 | - | 711 | 4.769 | (1.178) | 3.591 | - | 4,48 |
| Outros | 29.084 | 61 | 200 | 29.345 | (5.937) | 23.408 | - | |
| | 186.145 | 61 | 911 | 187.117 | (7.115) | 180.002 | - | |
| | 948.573 | 349.424 | 130.508 | 1.428.506 | (526.964) | 901.541 | 46.097 | |

| | 31-12-2011 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Atividade bancária | Atividade Seguradora | Banca de investimento e capital de risco | Valor antes de imparidade | Imparidade acumulada | Valor líquido | Reserva de justo valor | Percentagem efetiva (%) |
| **Valorizados ao justo valor** | | | | | | | | |
| Portugal Telecom, S.A. | 459.990 | 2.688 | - | 462.678 | (216.256) | 246.422 | (2.588) | 6,18 |
| Galp Energia, SGPS, S.A. | 158.562 | 3.094 | - | 161.657 | - | 161.657 | (14.755) | 1,71 |
| ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. | 300.757 | 1.538 | - | 302.295 | (224.746) | 77.550 | 1.564 | 10,80 |
| SICAR NovEnergia II | - | - | 50.546 | 50.546 | - | 50.546 | 15.546 | 14,90 |
| Finpro, SGPS, S.A. | - | - | 35.333 | 35.333 | - | 35.333 | 11.516 | 17,16 |
| Banco Comercial Português, S.A. | 123.820 | 20.239 | - | 144.059 | (115.411) | 28.649 | 228 | 2,92 |
| La Seda Barcelona, S.A. | 48.099 | - | 2 | 48.101 | (23.445) | 24.656 | (3.094) | 14,24 |
| Brisa - Autoestradas de Portugal, S.A. | 63.000 | 2.497 | - | 65.497 | (41.627) | 23.870 | (3) | 1,56 |
| Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. | 14.785 | 246 | - | 15.032 | - | 15.032 | 3.544 | 1,12 |
| A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A. | - | - | 21.300 | 21.300 | (9.129) | 12.171 | - | 19,64 |
| EDP – Energias de Portugal, S.A. | 12.596 | 5.363 | - | 17.959 | (6.293) | 11.665 | 527 | 0,13 |
| EDP Renováveis, S.A. | 7 | 1.893 | 1.677 | 3.577 | (1.359) | 2.218 | 564 | 0,05 |
| Ações de entidades estrangeiras | 7.305 | 302.567 | 8.331 | 318.203 | (50.773) | 267.430 | (23.146) | |
| Outros instrumentos com características de capital | 130 | - | - | 130 | - | 130 | (32) | |
| Outros | 25.021 | 18.236 | 39.239 | 82.496 | (26.918) | 55.579 | (1.574) | |
| | 1.214.074 | 358.362 | 156.428 | 1.728.865 | (715.957) | 1.012.907 | (11.703) | |
| Águas de Portugal, S.A. | 153.003 | - | - | 153.003 | - | 153.003 | - | 9,69 |
| VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A. | 4.058 | - | 622 | 4.680 | (1.178) | 3.502 | - | 4,48 |
| Outros | 29.210 | 67 | 7.520 | 36.797 | (7.076) | 29.721 | - | |
| | 186.271 | 67 | 8.142 | 194.480 | (8.254) | 186.226 | - | |
| | 1.400.345 | 358.428 | 164.570 | 1.923.345 | (724.211) | 1.199.133 | (11.703) | |

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna “Atividade seguradora” inclui os títulos da Caixa Seguros e Saúde e da Garantia;
- A coluna “Banca de investimento e capital de risco” inclui os títulos detidos pelo Caixa - Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3);
- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à “Atividade bancária”.

O valor da imparidade em instrumentos de capital reconhecida pelo Grupo por contrapartida de resultados nos exercícios de 2012 e 2011 apresenta a seguinte composição (Nota 41):

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Portugal Telecom, SGPS, S.A. | 57.470 | 216.256 |
| La Seda Barcelona, S.A. | 24.543 | 19.034 |
| Banco Comercial Português, S.A. | 14.459 | 81.845 |
| A. Silva & Silva - Imobiliário & Serviços, SA | 12.171 | 9.129 |
| Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A. | 295 | 41.630 |
| ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. | 22 | 21.777 |
| Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana | - | 32.621 |
| Instrumentos de capital - atividade Seguradora | 30.111 | 35.126 |
| Outros | 3.654 | 3.538 |
| | 142.725 | 460.957 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe:

| | | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|
| Reserva de justo valor (Nota 30) | | | |
| (valores brutos, antes de interesses minoritários) | | | |
| **Instrumentos de dívida** | **i)** | (190.280) | (2.604.931) |
| **Instrumentos de capital** | **ii)** | | |
| - Justo valor positivo | | 61.096 | 65.052 |
| - Justo valor negativo | | | |
| . Menos valia inferior a 20% do custo de aquisição | | (6.030) | (29.623) |
| . Menos valia entre 20% e 30% do custo de aquisição | | (6.529) | (8.341) |
| . Menos valia entre 30% e 40% do custo de aquisição | | (1.224) | (13.586) |
| . Menos valia entre 40% e 50% do custo de aquisição | | (1.217) | (25.205) |
| | | 46.097 | (11.703) |
| **Outros instrumentos** | **iii)** | 54.007 | 17.880 |
| | **i)+ii)+iii)** | (90.175) | (2.598.753) |
| Reserva por impostos diferidos | | 59.777 | 738.453 |
| | | (30.398) | (1.860.300) |
| Saldo atribuível aos interesses minoritários | | (1.373) | 1.571 |
| | | (31.771) | (1.858.729) |

Os principais instrumentos de capital registados como “Ativos financeiros disponíveis para venda” tiveram os seguintes movimentos em 2012 e 2011:

*Banco Comercial Português, S.A. (BCP) e BCP - Valores mobiliários perpétuos subordinados*

No âmbito da oferta pública geral de aquisição de valores mobiliários perpétuos subordinados lançada pelo Banco Comercial Português em 29 de abril de 2011 (na modalidade de oferta pública de troca), a Caixa procedeu à conversão de duas emissões dos referidos instrumentos de que era detentora, com um valor nominal global de 41.325 mEuros, em ações representativas do capital social do Oferente. Os termos de troca da operação, determinaram o recebimento de 1.600 ações do BCP por cada valor mobiliário das emissões perpétuas, cujo valor nominal era de 1.000 Euros. Em resultado desta transação a Caixa reconheceu menos valias de 8.265 mEuros (Nota 35).

Foram igualmente realizadas pela Caixa vendas de valores mobiliários perpétuos no período que antecedeu a oferta pública de troca, as quais permitiram a realização de mais valias globais no montante de 133 mEuros (Nota 35).

Posteriormente à realização desta operação, e na sequência da aprovação em Assembleia Geral de Acionistas do BCP de abril de 2011 da realização de um aumento de capital social, a Caixa procedeu ainda à aquisição de 14.567.133 novas ações com um valor de subscrição unitário de 0,36 Euros.

No decorrer do exercício de 2012, foram ainda realizadas as seguintes operações envolvendo estas espécies:

- Alienação de 6.000.000 ações do BCP em março de 2012 por um valor global de 981 mEuros, tendo em resultado desta operação sido registada uma mais valia de 165 mEuros;
- Aquisição de 140.000 valores mobiliários perpétuos e alienação de 154.000 valores mobiliários perpétuos pelos montantes globais de 76 mEuros e 100 mEuros, respetivamente, tendo em resultado destas transações sido registada uma menos valia de 11 mEuros (Nota 35).

*ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ZON)*

Em junho de 2012, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. celebraram com a empresa Jadeium B.V. um acordo para a venda de 33.181.144 e 215.000 ações da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (ZON), respetivamente, correspondentes a 10,805% do respetivo capital social, por um preço unitário de 2,6 euros.

A concretização da operação e respetiva transmissão da titularidade das ações ocorreu em 2 de julho de 2012, data da liquidação do preço de venda acordado entre as partes, pelo valor global de 86.830 mEuros. Em resultado desta transação, o Grupo registou no exercício de 2012 uma mais valia de 10.869 mEuros. Deste montante 118 mEuros correspondem ao ganho realizado pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., o qual se encontra registado na margem da atividade de seguros (Nota 35).

*Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)*

Em novembro de 2012, a Caixa alienou através de operações de bolsa 8.295.510 ações da Galp, representativas de 1% do seu capital social, por um montante de 95.232 mEuros tendo em consequencia desta transação reconhecido menos valias de 10.807 mEuros (Nota 35).

Esta venda foi realizada no âmbito do exercício do direito de "*tag along*" previsto no Consent & Waiver Agreement celebrado entre a CGD, a Amorim Energia B.V. e a ENI S.p.A. (datado de março de 2012), dado esta última ter decidido proceder à alienação em mercado da participação que detinha na Galp.

*Brisa – Auto Estradas de Portugal (Brisa)*

Em resultado da oferta pública de aquisição de ações lançada sobre o capital da Brisa pela Tagus Holdings, a CGD alienou a esta última, pela sua totalidade, a posição que detinha nesta participada. O preço da transação ascendeu a 24.840 mEuros, tendo sido registada uma mais valia de 2.115 mEuros (Nota 35).

*Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A. (Portugal Telecom)*

No decorrer do exercício de 2011, a CGD adquiriu 6.157.384 ações e alienou 6.127.384 ações da Portugal Telecom pelos montantes globais de 28.618 mEuros e 28.324 mEuros, respetivamente. Como resultado destas operações foi registada uma menos valia de 24.371 mEuros (Nota 35).

*EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)*

No exercício de 2011 a Parcaixa alienou à Parpública 16.173.184 ações pelo valor de 55.458 mEuros, tendo reconhecido mais valias no montante global de 5.321 mEuros (Nota 35).

Ainda nesse exercício as valias realizadas pela Caixa Seguros e Saúde em transações de títulos EDP não afetos a carteiras de seguros ascenderam a 1 mEuros (Nota 35).

No decorrer do exercício de 2012, a Caixa alienou 2.728.914 ações da EDP pelo valor de 6.230 mEuros. Em resultado destas transações, a Caixa reconheceu uma mais valia de 1.143 mEuros (Nota 35).

*Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)*

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa alienou à Direção Geral do Tesouro títulos do Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana por 82.356 mEuros, tendo registado em resultado desta transação uma mais valia face ao valor líquido de imparidade, no montante de 28.024 mEuros (Nota 35). O valor das perdas de imparidade reconhecidas por contrapartida de resultados do exercício no decorrer de 2011 ascendeu a 32.621 mEuros.

Reclassificação *de títulos*

*Caixa Geral de Depósitos*

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.7, e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente afetados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente afetados pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, apresenta o seguinte detalhe:

**Títulos reclassificados no exercício de 2008**

| | Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação | Ativos financeiros ao custo amortizado |
|---|---|---|
| Valor de balanço da data de reclassificação | 1.001.797 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2008 | 873.101 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2009 | 560.350 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2010 | 336.275 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2011 | 261.035 | n.a |
| Valor de balanço em 31-12-2012 | 156.972 | n.a |
| Justo Valor dos títulos reclassificados em 31-12-2012 | 156.972 | n.a |
| Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2012 | (14.612) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2008 e 31-12-2009 | | |
| Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | 6.315 | n.a |
| Imparidade reconhecida no exercício | (6.673) | n.a |
| Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | (60.758) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2009 e 31-12-2010 | | |
| Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | 57.186 | n.a |
| Imparidade reconhecida no exercício | (52.234) | n.a |
| Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | (2.247) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011 | | |
| Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | (17.620) | n.a |
| Outros ganhos/(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | (487) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012 | | |
| Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | 14.112 | n.a |
| Imparidade reconhecida no exercício | (3.210) | n.a |
| Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | 7.457 | n.a |

**Títulos reclassificados no exercício de 2010**

| | Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação | Ativos financeiros ao custo amortizado |
|---|---|---|
| Valor de balanço da data de reclassificação | 1.414.007 | 503.466 |
| Valor de balanço em 31-12-2010 | 1.039.972 | 504.393 |
| Valor de balanço em 31-12-2011 | 483.799 | 495.037 |
| Valor de balanço em 31-12-2012 | 342.668 | 477.515 |
| Justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2012 | 342.668 | 490.689 |
| Reserva de justo valor dos títulos reclassificados em 31-12-2012 | (13.902) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre a data de reclassificação e 31-12-2010 | | |
| Mais/(menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | (36.589) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2010 e 31-12-2011 | | |
| Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | (47.894) | n.a |
| Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | (1.234) | n.a |
| Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos entre 31-12-2011 e 31-12-2012 | | |
| Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor | 70.581 | n.a |
| Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | 604 | n.a |

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

## 9. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Ao justo valor através de reservas de reavaliação** | | |
| **Instrumentos de dívida** | | |
| - De emissores públicos: | | |
| . Títulos da dívida pública | 68.576 | 272.634 |
| . Obrigações de outros emissores públicos: | | |
| Estrangeiros | - | 58.130 |
| - De outros emissores: | | |
| . Obrigações e outros títulos: | | |
| De não residentes | 435.584 | 447.190 |
| | 504.160 | 777.954 |

No decorrer dos exercícios de 2012 e 2011 o Grupo celebrou junto de instituições financeiras e clientes operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 22) e “Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 23).

## 10. PRODUTOS “UNIT-LINKED”

Os “Investimentos associados a produtos “unit-linked” correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica “Responsabilidades para com subscritores de produtos “unit-linked”, do passivo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Investimentos associados a produtos "unit-linked":** | | |
| - Instrumentos de dívida | 1.033.457 | 509.211 |
| - Instrumentos representativos de capital | 18.154 | 20.615 |
| - Outros | 14 | 18 |
| **Instrumentos derivados** | | |
| - Justo valor positivo | 459 | 5.765 |
| - Justo valor negativo | | |
| **Aplicações em instituições de crédito** | 96.142 | 49.270 |
| | 1.148.225 | 584.879 |
| | | |
| **Responsabilidades para com subscritores de produtos "unit-linked"** | 1.148.225 | 584.879 |

## 11. DERIVADOS

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

| | 31-12-2012 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Montante nocional | | | Valor contabilístico | | | | |
| | Derivados de negociação | Derivados de cobertura | Total | Ativos detidos para negociação (Nota 7) | Passivos detidos para negociação | Derivados de cobertura | | Total |
| | | | | | | Ativo | Passivo | |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | | | | | |
| **Forwards Cambiais** | | | | 1.716 | (6.693) | - | - | (4.977) |
| Compras | 436.162 | - | 436.162 | | | | | |
| Vendas | 570.372 | - | 570.372 | | | | | |
| **NDF's (Non Deliverable Forward )** | | | | 30 | (22) | - | - | 8 |
| Compras | 25.814 | - | 25.814 | | | | | |
| Vendas | 7.362 | - | 7.362 | | | | | |
| **FRA (forward rate agreements)** | 5.000 | - | 5.000 | 75 | - | - | - | 75 |
| **Swaps** | | | | | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | 601 | (29.723) | - | - | (29.122) |
| Compras | 2.221.628 | - | 2.221.628 | | | | | |
| Vendas | 2.249.998 | - | 2.249.998 | | | | | |
| **Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps** | | | | 1.609.317 | (1.673.941) | 98.725 | (84.479) | (50.378) |
| Compras | 62.713.285 | 825.215 | 63.538.500 | | | | | |
| Vendas | 62.690.615 | 811.026 | 63.501.640 | | | | | |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | 4.871 | (11.726) | - | - | (6.855) |
| Compras | 164.740 | - | 164.740 | | | | | |
| Vendas | 81.844 | - | 81.844 | | | | | |
| **Futuros** | | | | | | | | |
| **Futuros sobre Divisas** | | | | - | - | - | - | - |
| Posições Longas | - | - | - | | | | | |
| Posições Curtas | - | - | - | | | | | |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | - | - | - | - | - |
| Posições Longas | (3.276) | - | (3.276) | | | | | |
| Posições Curtas | 3.597.857 | - | 3.597.857 | | | | | |
| **Futuros de Cotações** | | | | - | (9) | - | - | (9) |
| Posições Longas | 4.759 | - | 4.759 | | | | | |
| Posições Curtas | 6.812 | - | 6.812 | | | | | |
| **Outros Futuros** | | | | - | - | - | - | - |
| - Negociados em nome de clientes | | | | | | | | |
| Posições Longas | (170.307) | - | (170.307) | | | | | |
| Posições Curtas | 274.558 | - | 274.558 | | | | | |
| **Opções** | | | | | | | | |
| **Divisas** | | | | 517 | (334) | - | - | 184 |
| Compras | 23.430 | - | 23.430 | | | | | |
| Vendas | 953 | - | 953 | | | | | |
| **Cotações** | | | | 282.882 | (286.505) | - | - | (3.623) |
| Compras | - | - | - | | | | | |
| Vendas | - | - | - | | | | | |
| **Taxa de Juro (Caps & Floors)** | | | | 181.720 | (189.322) | - | - | (7.602) |
| Compras | 747.261 | - | 747.261 | | | | | |
| Vendas | 771.727 | - | 771.727 | | | | | |
| **Outras opções** | | | | - | - | - | - | - |
| Compras | - | - | - | | | | | |
| Vendas | - | - | - | | | | | |
| **Outros** | - | - | - | 833 | (17.149) | - | - | (16.317) |
| | 136.420.595 | 1.636.241 | 138.056.835 | 2.082.561 | (2.215.425) | 98.725 | (84.479) | (118.617) |

| | 31-12-2011 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Montante nocional | | | Valor contabilístico | | | | |
| | Derivados de negociação | Derivados de cobertura | Total | Ativos detidos para negociação (Nota 7) | Passivos detidos para negociação | Derivados de cobertura | | Total |
| | | | | | | Ativo | Passivo | |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | 3505,077433 | -3186,519304 | 0 | 0 | 318,5581287 |
| **Forwards Cambiais** | | | | | | | | |
| Compras | 335.753 | - | 335.753 | | | | | |
| Vendas | 346.410 | - | 346.410 | | | | | |
| **FRA (forward rate agreements)** | 5.000 | - | 5.000 | 36 | - | - | - | 36 |
| **Swaps** | | | | | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | 34.777 | (1.591) | - | - | 33.186 |
| Compras | 2.167.174 | - | 2.167.174 | | | | | |
| Vendas | 2.133.643 | - | 2.133.643 | | | | | |
| **Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps** | | | | 1.442.780 | (1.394.107) | 108.129 | (93.072) | 63.730 |
| Compras | 64.286.822 | 1.070.084 | 65.356.907 | | | | | |
| Vendas | 64.238.533 | 1.002.511 | 65.241.044 | | | | | |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | 9.552 | (19.096) | - | - | (9.544) |
| Compras | 242.743 | - | 242.743 | | | | | |
| Vendas | 158.200 | - | 158.200 | | | | | |
| **Futuros** | | | | | | | | |
| **Futuros sobre Divisas** | | | | - | - | - | - | - |
| Posições Longas | 78.819 | - | 78.819 | | | | | |
| Posições Curtas | - | - | - | | | | | |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | - | - | - | - | - |
| Posições Longas | (249.713) | - | (249.713) | | | | | |
| Posições Curtas | 1.457.636 | - | 1.457.636 | | | | | |
| **Futuros de Cotações** | | | | 19 | - | - | - | 19 |
| Posições Longas | 6.410 | - | 6.410 | | | | | |
| Posições Curtas | 3.667 | - | 3.667 | | | | | |
| **Outros Futuros** | | | | - | - | - | - | - |
| . Negociados em nome de clientes | | | | | | | | |
| Posições Longas | 99.211 | - | 99.211 | | | | | |
| Posições Curtas | 216.988 | - | 216.988 | | | | | |
| **Opções** | | | | | | | | |
| **Divisas** | | | | 2.682 | (1.981) | - | - | 701 |
| Compras | 1.055 | - | 1.055 | | | | | |
| Vendas | 1.055 | - | 1.055 | | | | | |
| **Cotações** | | | | 310.108 | (314.833) | - | - | (4.725) |
| Compras | - | - | - | | | | | |
| Vendas | - | - | - | | | | | |
| **Taxa de Juro (Caps & Floors)** | | | | 170.392 | (179.501) | - | - | (9.109) |
| Compras | 769.174 | - | 769.174 | | | | | |
| Vendas | 793.037 | - | 793.037 | | | | | |
| **Outras opções** | | | | 2.078 | (4.193) | - | - | (2.114) |
| Compras | - | - | - | | | | | |
| Vendas | - | - | - | | | | | |
| | 137.091.617 | 2.072.595 | 139.164.213 | 1.975.930 | (1.918.488) | 108.129 | (93.072) | 72.499 |

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Passivos detidos para negociação” inclui ainda 2.582 mEuros relativos a responsabilidades decorrentes de operações de empréstimos de instrumentos de capital da carteira do Grupo, as quais foram liquidadas no decorrer do mês de janeiro de 2013.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | <= 3 meses | > 3 meses <= 6 meses | > 6 meses <= 1 ano | > 1ano <= 5 anos | > 5 anos | Total |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | | | |
| **Forwards Cambiais** | | | | | | |
| Compras | 205.162 | 63.533 | 149.378 | 18.088 | - | 436.162 |
| Vendas | 322.872 | 77.834 | 151.578 | 18.088 | - | 570.372 |
| **NDF's (Non Deliverable Forward )** | | | | | | |
| Compras | 25.814 | - | - | - | - | 25.814 |
| Vendas | 7.362 | - | - | - | - | 7.362 |
| **FRA (forward rate agreements)** | - | - | - | 5.000 | - | 5.000 |
| **Swaps** | | | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | | | |
| Compras | 1.850.225 | 150.820 | 189.362 | 31.532 | - | 2.221.940 |
| Vendas | 1.852.202 | 175.017 | 191.885 | 30.582 | - | 2.249.686 |
| **Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps** | | | | | | |
| Compras | 5.438.832 | 4.623.083 | 7.709.359 | 24.345.228 | 21.421.997 | 63.538.500 |
| Vendas | 5.410.909 | 4.621.320 | 7.739.113 | 24.304.671 | 21.425.627 | 63.501.640 |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | | | |
| Compras | - | - | 54.106 | 110.634 | - | 164.740 |
| Vendas | - | - | - | 81.844 | - | 81.844 |
| **Futuros** | | | | | | |
| **Futuros sobre Divisas** | | | | | | |
| Posições Longas | - | - | - | - | - | - |
| Posições Curtas | - | - | - | - | - | - |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | | | |
| Posições Longas | (3.276) | - | - | - | - | (3.276) |
| Posições Curtas | 1.466.191 | 99.628 | 2.032.038 | - | - | 3.597.857 |
| **Futuros de Cotações** | | | | | | |
| Posições Longas | 4.759 | - | - | - | - | 4.759 |
| Posições Curtas | 6.812 | - | - | - | - | 6.812 |
| **Outros Futuros** | | | | | | |
| . Negociados em nome de clientes | | | | | | |
| Posições Longas | (68.345) | (23.350) | (74.884) | (3.728) | - | (170.307) |
| Posições Curtas | 108.007 | 33.401 | 129.422 | 3.728 | - | 274.558 |
| **Opções** | | | | | | |
| **Divisas e Cotações** | | | | | | |
| Compras | 23.038 | 392 | - | - | - | 23.430 |
| Vendas | 568 | 385 | - | - | - | 953 |
| **Taxa de Juro (Caps & Floors)** | | | | | | |
| Compras | - | - | 131.383 | 233.570 | 382.308 | 747.261 |
| Vendas | - | - | 141.250 | 243.719 | 386.758 | 771.727 |
| | 16.651.135 | 9.822.063 | 18.543.991 | 49.422.956 | 43.616.691 | 138.056.835 |

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | <= 3 meses | > 3 meses <= 6 meses | > 6 meses <= 1 ano | > 1ano <= 5 anos | > 5 anos | Total |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | | | |
| **Forwards Cambiais** | | | | | | |
| Compras | 238.650 | 24.076 | 3.167 | 69.860 | - | 335.753 |
| Vendas | 265.183 | 28.136 | 2.731 | 50.360 | - | 346.410 |
| **FRA (forward rate agreements)** | - | - | - | 5.000 | - | 5.000 |
| **Swaps** | | | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | | | |
| Compras | 2.020.567 | 113.853 | 32.753 | - | - | 2.167.174 |
| Vendas | 1.994.636 | 108.879 | 30.127 | - | - | 2.133.643 |
| **Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps** | | | | | | |
| Compras | 5.373.946 | 6.464.568 | 9.475.779 | 27.825.359 | 16.217.255 | 65.356.907 |
| Vendas | 5.337.337 | 6.464.568 | 9.510.120 | 27.758.031 | 16.170.988 | 65.241.044 |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | | | |
| Compras | - | 60.000 | - | 144.100 | 38.643 | 242.743 |
| Vendas | 19.321 | 25.000 | 30.914 | 44.321 | 38.643 | 158.200 |
| **Futuros** | | | | | | |
| **Futuros sobre Divisas** | | | | | | |
| Posições Longas | 75.068 | 3.751 | - | - | - | 78.819 |
| Posições Curtas | - | - | - | - | - | - |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | | | |
| Posições Longas | (2.177) | - | (247.535) | - | - | (249.713) |
| Posições Curtas | 1.161.181 | 296.455 | - | - | - | 1.457.636 |
| **Futuros de Cotações** | | | | | | |
| Posições Longas | 6.410 | - | - | - | - | 6.410 |
| Posições Curtas | 3.667 | - | - | - | - | 3.667 |
| **Outros Futuros** | | | | | | |
| . Negociados em nome de clientes | | | | | | |
| Posições Longas | 14.704 | 41.453 | 14.897 | 28.157 | - | 99.211 |
| Posições Curtas | 79.789 | 52.895 | 51.816 | 32.489 | - | 216.988 |
| **Opções** | | | | | | |
| **Divisas e Cotações** | | | | | | |
| Compras | 1.055 | - | - | - | - | 1.055 |
| Vendas | 1.055 | - | - | - | - | 1.055 |
| **Taxa de Juro (Caps & Floors)** | | | | | | |
| Compras | - | - | - | 384.702 | 384.472 | 769.174 |
| Vendas | - | - | - | 405.623 | 387.415 | 793.037 |
| | 16.590.391 | 13.683.634 | 18.904.770 | 56.748.001 | 33.237.416 | 139.164.213 |

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor Nocional | Valor Contabilístico | Valor Nocional | Valor Contabilístico |
| **Operações Cambiais a Prazo** | | | | |
| Forwards Cambiais | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 777.909 | (4.841) | 342.195 | 685 |
| *Clientes* | 228.625 | (136) | 339.968 | (366) |
| | 1.006.534 | (4.977) | 682.163 | 319 |
| **NDF's (Non Deliverable Forward )** | | | | |
| *Clientes* | 33.176 | 8 | - | - |
| | 33.176 | 8 | - | - |
| **FRA (forward rate agreements)** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 5.000 | 75 | 5.000 | 36 |
| | 5.000 | 75 | 5.000 | 36 |
| **Swaps** | | | | |
| **Swaps Cambiais** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 4.456.152 | (29.185) | 4.275.705 | 32.073 |
| *Clientes* | 15.475 | 63 | 25.111 | 1.113 |
| | 4.471.626 | (29.122) | 4.300.816 | 33.186 |
| **Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 117.092.906 | (781.712) | 110.116.123 | (473.441) |
| *Clientes* | 9.947.233 | 731.334 | 20.481.828 | 537.171 |
| | 127.040.140 | (50.378) | 130.597.951 | 63.730 |
| **Swaps de Eventos de Crédito** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 246.584 | (5.038) | 400.943 | (9.544) |
| *Clientes* | - | (1.817) | - | - |
| | 246.584 | (6.855) | 400.943 | (9.544) |
| **Futuros** | | | | |
| **Futuros sobre Divisas** | | | | |
| *Clientes* | - | - | 78.819 | - |
| *Em Bolsa* | - | - | - | - |
| | - | - | 78.819 | - |
| **Futuros de Taxa de Juro** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 14.124 | - | - | - |
| *Clientes* | - | - | 26.414 | - |
| *Em Bolsa* | 3.580.457 | - | 1.181.510 | - |
| | 3.594.581 | - | 1.207.924 | - |
| **Futuros de Cotações** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 5.931 | - | 3.667 | - |
| *Clientes* | 5.287 | - | - | - |
| *Em Bolsa* | 354 | (9) | 6.410 | 19 |
| | 11.572 | (9) | 10.077 | 19 |
| **Outros Futuros** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 104.251 | - | - | - |
| *Em Bolsa* | - | - | 316.199 | - |
| | 104.251 | - | 316.199 | - |
| **Opções** | | | | |
| **Divisas e cotações** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 22.470 | 4.349 | - | 11.027 |
| *Em Bolsa* | - | - | - | 562 |
| *Clientes* | 1.913 | (7.789) | 2.110 | (15.613) |
| | 24.383 | (3.440) | 2.110 | (4.024) |
| **Caps &Floors** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | 300.000 | (30.545) | 994.872 | 12.038 |
| *Clientes* | 1.218.989 | 22.943 | 567.339 | (21.146) |
| | 1.518.989 | (7.602) | 1.562.211 | (9.109) |
| **Outras Opções** | | | | |
| *Instituições Financeiras* | - | - | - | 1.501 |
| *Clientes* | - | - | - | (3.616) |
| | - | - | - | (2.114) |
| *Instituições Financeiras* | - | (12.512) | - | - |
| *Clientes* | - | (3.804) | - | - |
| | - | (16.317) | - | - |
| | 138.056.835 | (118.617) | 139.164.213 | 72.499 |

## 12. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Instrumentos de dívida** | | |
| - De dívida pública | 1.856.962 | 1.818.396 |
| - De outros emissores públicos | 45.697 | 341.950 |
| - De outros emissores | | |
| De outros residentes | 250.688 | 366.944 |
| De outros não residentes | 315.931 | 430.124 |
| | 2.469.277 | 2.957.414 |
| **Imparidade (Nota 41)** | - | (120.035) |
| | 2.469.277 | 2.837.379 |

Em abril e outubro de 2011 o Grupo procedeu à reclassificação de um conjunto de instrumentos de dívida soberana e de dívida emitida por instituições financeiras e empresas (“corporates”) da classe de ativos financeiros disponíveis para venda, para a classe de investimentos a deter até à maturidade.

Os critérios que presidiram à reclassificação atenderam às carteiras a que se encontram afetos os ativos financeiros assim como às respetivas maturidades, tendo em consideração necessidades futuras de “cash flow”.

As características dos instrumentos de dívida reclassificados na data da transferência entre categorias de ativos financeiros, assim como os ganhos e perdas não reconhecidos em capitais próprios após a data da reclassificação, apresentam o seguinte detalhe:

| | Títulos de dívida pública nacional | Títulos de emissores públicos estrangeiros | Títulos de outros emissores | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Na data da reclassificação** | | | | |
| Valor de balanço | 1.760.395 | 297.508 | 843.223 | 2.901.126 |
| Reserva de justo valor | (314.586) | (80.233) | (28.604) | (423.423) |
| Taxa de juro efetiva | | 8,46% | | |
| | | | | |
| **Em 31 de dezembro de 2011** | | | | |
| Valor de balanço | 1.818.396 | 221.915 | 797.067 | 2.837.379 |
| Justo valor | 1.476.727 | 209.636 | 739.892 | 2.426.254 |
| Ganhos / (perdas) que teriam sido reconhecidos | | | | |
| por contrapartida de capitais próprios caso não tivesse | | | | |
| ocorrido a reclassificação | (341.669) | (12.280) | (57.176) | (411.125) |
| | | | | |
| **Em 31 de dezembro de 2012** | | | | |
| Valor de balanço | 1.856.962 | 45.697 | 566.619 | 2.469.277 |
| Justo valor | 2.067.765 | 46.862 | 568.278 | 2.682.904 |
| Ganhos / (perdas) que teriam sido reconhecidos | | | | |
| por contrapartida de capitais próprios caso não tivesse | | | | |
| ocorrido a reclassificação | 210.803 | 1.165 | 1.659 | 213.627 |

De referir que no apuramento da taxa efetiva dos ativos reclassificados na data da transferência entre carteiras foi considerada a recuperação da totalidade dos fluxos de caixa futuros associados a estes instrumentos.

Os montantes contabilizados em resultados nos exercícios de 2012 e 2011 relativos a títulos reclassificados (excluindo o efeito fiscal), apresentam o seguinte detalhe:

| Impacto em resultados no exercício de 2012, dos quais: | |
|---|---|
| Proveitos com juros | 128.762 |
| Imparidade reconhecida no período | (49.556) |
| Outros | (2.175) |
| | 77.031 |
| | |
| **Impacto em resultados no exercício de 2011, dos quais:** | |
| Proveitos com juros | 141.923 |
| Imparidade reconhecida no exercício | (120.035) |
| Resultados cambiais | 4 |
| Outros | 1.136 |
| | 23.026 |

No decorrer do exercício de 2011, o Grupo reconheceu perdas de imparidade nas exposições detidas em dívida soberana emitida pela República da Grécia em investimentos classificados como detidos até à maturidade no montante de 120.035 mEuros. O valor das perdas de imparidade registadas por contrapartida de resultados foi apurado considerando um pressuposto de recuperação de 50% do valor nominal e juros corridos das emissões em carteira. Adicionalmente, encontravam-se registados na rubrica de provisões para outros riscos e encargos 50.856 mEuros destinados à cobertura de perdas adicionais por imparidade nestes títulos. Estas provisões foram determinadas com base no valor de mercado no primeiro dia em que houve formação de preço (9 de março de 2012) dos ativos recebidos no âmbito da oferta de troca divulgada pela República da Grécia em 21 de fevereiro de 2012, considerada um “adjusting event” nos termos da Norma IAS 10.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de balanço dos investimentos em títulos de dívida pública grega, líquido de perdas por imparidade e de provisões registadas pelo Grupo ascendia a 53.592 mEuros, o qual refletia um nível de imparidade implícito de cerca de 76% do respetivo valor nominal. O valor de balanço de títulos de dívida soberana grega em investimentos classificados como detidos até à maturidade (líquido de imparidade acumulada), e o correspondente valor de mercado, determinado com base na cotação nessa data, ascendia a 104.448 mEuros e 56.785 mEuros, respetivamente (Nota 44).

Em face da decisão tomada pelo Grupo de aceitar as condições propostas no programa de troca de dívida soberana grega, conforme referido em maior detalhe na Nota 44, e após determinação do valor efetivo das perdas a incorrer em resultado desta operação, no decorrer do exercício de 2012 o Grupo reconheceu perdas adicionais de imparidade em títulos classificados como investimentos a deter até à maturidade no montante de 49.556 mEuros, registados por contrapartida da anulação do valor das provisões constituídas para o efeito em 2011 na rubrica de provisões para outros riscos e encargos (Nota 25). Ainda na sequência do programa de troca destes ativos, o Grupo procedeu ao desreconhecimento destas obrigações do seu balanço e ao reconhecimento das novas emissões, as quais foram inscritas na classe de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8).

## 13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Crédito interno e ao exterior | | |
| Empréstimos | 54.465.304 | 56.887.363 |
| Créditos em conta corrente | 3.600.117 | 4.170.807 |
| Outros créditos | 6.596.169 | 7.793.675 |
| Outros créditos e valores a receber - titulados | | |
| . Papel comercial | 4.068.736 | 3.293.879 |
| . Outros | 1.652.951 | 1.489.151 |
| Operações de locação financeira imobiliária | 1.572.185 | 1.691.124 |
| Desconto e outros créditos titulados por efeitos | 587.862 | 604.186 |
| Operações de compra com acordo de revenda | 133.995 | 97.865 |
| Operações de locação financeira mobiliária | 886.570 | 1.135.854 |
| Créditos tomados – factoring | 205.787 | 430.413 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 403.759 | 397.845 |
| | 74.173.436 | 77.992.162 |
| Correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura | 1.316 | 1.443 |
| Juros a receber | 284.001 | 414.236 |
| Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado | (69.526) | 805 |
| | 74.389.226 | 78.408.646 |
| Crédito e juros vencidos | 4.513.268 | 3.222.225 |
| | 78.902.494 | 81.630.871 |
| Imparidade (Nota 41) | (4.189.393) | (3.383.246) |
| | 74.713.101 | 78.247.625 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui 88.531 mEuros e 86.366 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Operações de compra com acordo de revenda” refere-se integralmente a contratos celebrados com o Fundo de Pensões da CGD.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Empréstimos” inclui 381.667 mEuros e 792.953 mEuros, respetivamente, relativos a créditos concedidos pela Caixa às entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. (Notas 6 e 8). Estes créditos encontram-se colaterizados por penhores e hipotecas sobre ativos dos referidos veículos. Em resultado do processo de reprivatização do BPN concluído em março de 2012, a titularidade destas sociedades foi transferida para a esfera do Estado Português.

Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado nessa data responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa junto do

BPN no valor de 1.000.000 mEuros, formalizada mediante transmissão da posição contratual entre o Banco e a Parvalorem. Em 31 de dezembro de 2012, esta operação encontra-se reconhecida na rubrica "Outros créditos e valores a receber – titulados – Papel comercial".

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização. O movimento nestes créditos nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Nostrum Mortgages nº1 | Nostrum Mortgages nº2 | Total |
|---|---|---|---|
| Saldos em 31-12-2010 | 476.584 | 5.280.725 | 5.757.309 |
| Vendas de novos créditos | 714 | 16.738 | 17.452 |
| Reembolsos | (47.513) | (175.904) | (223.417) |
| Recompras | (714) | (60.594) | (61.308) |
| Outros | (2) | (5.256) | (5.258) |
| Saldos em 31-12-2011 (Notas 9 e 36) | 429.069 | 5.055.709 | 5.484.778 |
| Vendas de novos créditos | 656 | 22.467 | 23.123 |
| Reembolsos | (39.377) | (144.783) | (184.160) |
| Recompras | - | (41.508) | (41.508) |
| Outros | (656) | 750 | 94 |
| Saldos em 31-12-2012 (Notas 9 e 36) | 389.692 | 4.892.634 | 5.282.326 |

Estes créditos garantem os passivos emitidos pelos veículos no âmbito destas operações, que em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no que se refere à operação Nostrum Mortgages nº1, ascendiam a 342.891 mEuros e 402.830 mEuros, respetivamente (Nota 24). Estes saldos não incluem os passivos associados à operação Nostrum Mortgages nº 2, os quais são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são eliminados no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 10.932.732 mEuros e 12.167.353 mEuros respetivamente assim como créditos afetos à emissão de obrigações sobre o Setor Público, com um valor de balanço de 1.418.068 mEuros e 1.620.035 mEuros, respetivamente (Nota 24).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o património autónomo que colateriza as referidas emissões incluia igualmente títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 128.247 mEuros e 118.065 mEuros, respetivamente (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Até três meses | 345.605 | 316.427 |
| De três a seis meses | 206.233 | 202.934 |
| De seis meses a um ano | 769.278 | 481.765 |
| De um a três anos | 1.628.158 | 931.223 |
| Mais de três anos | 1.563.995 | 1.289.875 |
| | 4.513.268 | 3.222.225 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes excluindo correções de valor de ativos objeto de operações de cobertura, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

| | 31-12-2012 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Setor Público Administrativo | | | Empresas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| **Empresas** | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | - | - | - | 421.181 | 24.261 | 445.442 | 421.181 | 24.261 | 445.442 |
| Indústrias extrativas | - | - | - | 164.235 | 9.917 | 174.152 | 164.235 | 9.917 | 174.152 |
| Indústrias transformadoras | | | | | | | | | |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 855.354 | 64.741 | 920.094 | 855.354 | 64.741 | 920.094 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 249.889 | 53.455 | 303.344 | 249.889 | 53.455 | 303.344 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | - | - | - | 58.687 | 4.960 | 63.647 | 58.687 | 4.960 | 63.647 |
| Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras | - | - | - | 181.850 | 25.955 | 207.806 | 181.850 | 25.955 | 207.806 |
| Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão | - | - | - | 210.096 | 10.544 | 220.641 | 210.096 | 10.544 | 220.641 |
| Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear | - | - | - | 461.730 | 138 | 461.868 | 461.730 | 138 | 461.868 |
| Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | 311.507 | 4.548 | 316.056 | 311.507 | 4.548 | 316.056 |
| Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas | - | - | - | 116.922 | 8.005 | 124.927 | 116.922 | 8.005 | 124.927 |
| Fabrico de outros produtos minerais não metálicos | - | - | - | 300.785 | 36.592 | 337.378 | 300.785 | 36.592 | 337.378 |
| Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos | - | - | - | 445.849 | 39.670 | 485.519 | 445.849 | 39.670 | 485.519 |
| Fabrico de máquinas e de equipamentos | - | - | - | 91.148 | 6.073 | 97.220 | 91.148 | 6.073 | 97.220 |
| Fabrico de equipamento elétrico e de óptica | - | - | - | 168.541 | 2.345 | 170.886 | 168.541 | 2.345 | 170.886 |
| Fabrico de material de transporte | 443 | - | 443 | 62.996 | 5.301 | 68.297 | 63.439 | 5.301 | 68.741 |
| Indústrias transformadoras não especificadas | - | | - | 268.765 | 28.731 | 297.496 | 268.765 | 28.731 | 297.496 |
| Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás | 14.462 | 730 | 15.193 | 1.628.384 | 10.028 | 1.638.412 | 1.642.847 | 10.758 | 1.653.605 |
| Construção | 41.669 | 875 | 42.544 | 4.585.350 | 987.541 | 5.572.891 | 4.627.019 | 988.416 | 5.615.435 |
| Com. grosso / retalho, reparação de autom., motoc. e bens pess. e domest. | 47 | - | 47 | 2.954.069 | 315.241 | 3.269.310 | 2.954.115 | 315.241 | 3.269.356 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | 159 | - | 159 | 1.104.148 | 93.888 | 1.198.035 | 1.104.307 | 93.888 | 1.198.195 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 87.512 | - | 87.512 | 2.185.807 | 141.223 | 2.327.030 | 2.273.319 | 141.223 | 2.414.542 |
| Atividades financeiras | 96.594 | - | 96.594 | 7.819.840 | 257.082 | 8.076.922 | 7.916.434 | 257.082 | 8.173.515 |
| Atividades imobiliárias | 11.664 | - | 11.664 | 3.065.731 | 695.224 | 3.760.955 | 3.077.395 | 695.224 | 3.772.619 |
| Outras atividades | 1.350.180 | - | 1.350.180 | 2.148.525 | 98.937 | 2.247.462 | 3.498.705 | 98.937 | 3.597.643 |
| Administração pública, defesa e segurança social obrigatória | 2.733.703 | 89.533 | 2.823.236 | 150.979 | 2.106 | 153.084 | 2.884.681 | 91.638 | 2.976.320 |
| Educação | 4.479 | 0 | 4.480 | 195.872 | 3.711 | 199.583 | 200.352 | 3.711 | 204.063 |
| Saúde e segurança social | 25.153 | 6.545 | 31.698 | 602.630 | 65.245 | 667.874 | 627.782 | 71.790 | 699.572 |
| Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais | 69.822 | 360 | 70.182 | 1.741.108 | 179.644 | 1.920.752 | 1.810.930 | 180.003 | 1.990.934 |
| Famílias com empregados domésticos | - | - | - | 255 | 99 | 353 | 255 | 99 | 353 |
| Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais | 35 | - | 35 | 307 | 32 | 339 | 342 | 32 | 374 |
| | 4.435.921 | 98.044 | 4.533.965 | 32.552.540 | 3.175.236 | 35.727.776 | 36.988.462 | 3.273.280 | 40.261.742 |
| **Particulares** | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 35.303.344 | 1.083.330 | 36.386.674 | 35.303.344 | 1.083.330 | 36.386.674 |
| Outros fins | - | - | - | 2.096.104 | 156.658 | 2.252.762 | 2.096.104 | 156.658 | 2.252.762 |
| | - | - | - | 37.399.449 | 1.239.988 | 38.639.437 | 37.399.449 | 1.239.988 | 38.639.437 |
| | 4.435.921 | 98.044 | 4.533.965 | 69.951.989 | 4.415.224 | 74.367.213 | 74.387.910 | 4.513.268 | 78.901.178 |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Setor Público Administrativo | | | Empresas e particulares | | | Total | | |
| | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total | Crédito vincendo | Crédito vencido | Total |
| **Empresas** | | | | | | | | | |
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | - | - | - | 404.389 | 33.145 | 437.533 | 404.389 | 33.145 | 437.533 |
| Indústrias extrativas | - | - | - | 144.755 | 4.002 | 148.757 | 144.755 | 4.002 | 148.757 |
| Indústrias transformadoras | | | | | | | | | |
| Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco | - | - | - | 941.524 | 52.696 | 994.220 | 941.524 | 52.696 | 994.220 |
| Indústria têxtil | - | - | - | 288.879 | 45.098 | 333.977 | 288.879 | 45.098 | 333.977 |
| Indústria do couro e de produtos de couro | - | - | - | 58.097 | 3.684 | 61.782 | 58.097 | 3.684 | 61.782 |
| Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras | - | - | - | 199.117 | 25.069 | 224.186 | 199.117 | 25.069 | 224.186 |
| Indústria de pasta de papel, cartão e artigos edição e impressão | - | - | - | 254.600 | 6.804 | 261.404 | 254.600 | 6.804 | 261.404 |
| Fabrico de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustível nuclear | - | - | - | 675.937 | 41 | 675.977 | 675.937 | 41 | 675.977 |
| Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais | - | - | - | 300.068 | 5.853 | 305.920 | 300.068 | 5.853 | 305.920 |
| Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas | 2.712 | - | 2.712 | 126.314 | 6.700 | 133.014 | 129.026 | 6.700 | 135.726 |
| Fabrico de outros produtos minerais não metálicos | - | - | - | 468.143 | 26.179 | 494.322 | 468.143 | 26.179 | 494.322 |
| Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos | - | - | - | 477.504 | 36.738 | 514.241 | 477.504 | 36.738 | 514.241 |
| Fabrico de máquinas e de equipamentos | - | - | - | 96.296 | 7.154 | 103.451 | 96.296 | 7.154 | 103.451 |
| Fabrico de equipamento elétrico e de óptica | - | - | - | 156.389 | 2.384 | 158.773 | 156.389 | 2.384 | 158.773 |
| Fabrico de material de transporte | 457 | - | 457 | 87.231 | 3.351 | 90.582 | 87.688 | 3.351 | 91.039 |
| Indústrias transformadoras não especificadas | 7.412 | - | 7.412 | 296.154 | 46.879 | 343.033 | 303.567 | 46.879 | 350.445 |
| Produção e distribuição de eletricidade, de água e gás | 51.737 | - | 51.737 | 1.706.396 | 5.176 | 1.711.573 | 1.758.133 | 5.176 | 1.763.309 |
| Construção | 38.504 | - | 38.504 | 5.369.521 | 694.879 | 6.064.400 | 5.408.026 | 694.879 | 6.102.905 |
| Com. grosso / retalho, reparação de autom., motoc. e bens pess. e domest. | 126 | - | 126 | 3.159.765 | 230.082 | 3.389.847 | 3.159.890 | 230.082 | 3.389.972 |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | 495 | - | 495 | 1.139.168 | 65.368 | 1.204.536 | 1.139.663 | 65.368 | 1.205.031 |
| Transportes, armazenagem e comunicações | 119.081 | - | 119.081 | 2.152.237 | 61.775 | 2.214.012 | 2.271.317 | 61.775 | 2.333.093 |
| Atividades financeiras (*) | 97.821 | - | 97.821 | 7.633.059 | 134.746 | 7.767.805 | 7.730.880 | 134.746 | 7.865.625 |
| Atividades imobiliárias | 12.999 | - | 12.999 | 3.693.022 | 297.081 | 3.990.103 | 3.706.021 | 297.081 | 4.003.102 |
| Outras atividades (*) | 740.793 | 89 | 740.882 | 2.274.626 | 77.189 | 2.351.815 | 3.015.419 | 77.278 | 3.092.696 |
| Administração pública, defesa e segurança social obrigatória | 3.038.543 | 77.439 | 3.115.982 | 276.269 | 1.580 | 277.849 | 3.314.812 | 79.019 | 3.393.831 |
| Educação | 7.927 | 148 | 8.076 | 217.908 | 2.344 | 220.252 | 225.836 | 2.492 | 228.328 |
| Saúde e segurança social | 1.857 | 7.111 | 8.968 | 637.298 | 67.285 | 704.583 | 639.155 | 74.396 | 713.551 |
| Outras atividades e serviços coletivos, sociais e pessoais | 182.982 | 1.769 | 184.751 | 1.846.860 | 65.318 | 1.912.178 | 2.029.841 | 67.087 | 2.096.929 |
| Famílias com empregados domésticos | - | - | - | 298 | 88 | 386 | 298 | 88 | 386 |
| Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais | - | - | - | 22 | 369 | 391 | 22 | 369 | 391 |
| | 4.303.446 | 86.556 | 4.390.002 | 35.081.845 | 2.009.056 | 37.090.902 | 39.385.291 | 2.095.612 | 41.480.903 |
| **Particulares** | | | | | | | | | |
| Habitação | - | - | - | 36.621.882 | 979.646 | 37.601.528 | 36.621.882 | 979.646 | 37.601.528 |
| Outros fins | - | - | - | 2.400.030 | 146.967 | 2.546.997 | 2.400.030 | 146.967 | 2.546.997 |
| | - | - | - | 39.021.912 | 1.126.613 | 40.148.525 | 39.021.912 | 1.126.613 | 40.148.525 |
| | 4.303.446 | 86.556 | 4.390.002 | 74.103.757 | 3.135.669 | 77.239.427 | 78.407.203 | 3.222.225 | 81.629.428 |

(*) Para efeitos de comparabilidade com Dez/12, os saldos da Parvalorem e da Parups, no montante global de EUR 696 626 milhares, que estavam classificados no setor "Atividades financeiras" foram transferidos para o setor "Outras atividades", atual CAE das referidas empresas.

## 14. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos de ativos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| ACTIVOS | | |
| Imóveis e equipamento | 824.911 | 576.859 |
| Filiais - HPP - Hospitais Privados de Portugal | 87.579 | - |
| | 912.491 | 576.859 |
| Imparidade de imóveis e equipamento (Nota 41) | (234.867) | (103.374) |
| | 677.623 | 473.485 |
| PASSIVOS | | |
| Filiais - HPP - Hospitais Privados de Portugal | 100.746 | - |
| | 100.746 | - |

Em 31 de dezembro de 2012, as rubricas de “Ativos e passivos não correntes detidos para venda – Filiais”, correspondem ao valor agregado dos ativos e passivos da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A (HPP). Estes saldos foram refletidos de forma agregada nesta rubrica, em conformidade com as disposições da Norma IFRS 5, após terem sido iniciados os procedimentos de alienação desta área de negócio. O processo de venda da área da Saúde resultou do objetivo de racionalização da estrutura do Grupo CGD e a concentração das suas atividades no negócio bancário (segmento “core”), conforme linhas de orientação definidas pelo acionista Estado.

Em Março de 2013, após finalização dos requisitos administrativos e obtenção das autorizações regulamentares a que a transação se encontrava sujeita, foi concluida a alienação da HPP ao grupo brasileiro de saúde Amil, pelo valor global de 85.600 mEuros. A esta importância (ao qual será abatido o montante da dívida destas unidades) poderá verificar-se um acréscimo potencial de 6.000 mEuros mediante o cumprimento de um conjunto de objetivos. Em resultado desta transação, o Grupo irá reconhecer, no decorrer do primeiro trimestre de 2013, mais valias na ordem dos 40.000 mEuros.

O valor contabilístico (sem imputações de justo valor e após ajustamentos inerentes ao processo de consolidação), das principais categorias de ativos e passivos da HPP em 31 de dezembro de 2012, é o seguinte:

| | 31-12-2012 |
|---|---|
| **Ativos não correntes detidos para venda** | |
| Clientes | 40.798 |
| Imobilizado | 30.383 |
| Disponibilidades | 7.189 |
| Existências | 5.311 |
| Outros ativos | 3.898 |
| | 87.579 |
| **Passivos não correntes detidos para venda** | |
| Empréstimos | 56.112 |
| Fornecedores e outras dívidas a terceiros | 39.204 |
| Outros passivos | 5.430 |
| | 100.746 |
| | |
| **Capital próprio** | (13.167) |

Complementarmente, foi igualmente necessário proceder à revisão da apresentação dos resultados gerados por esta unidade de negócio, os quais se encontram evidenciados de forma individualizada na demonstração de resultados consolidada sob a designação "Resultados em filiais detidas para venda". As demonstrações de resultados consolidados e as demonstrações consolidadas do rendimento integral para o período comparativo apresentado (31 de dezembro de 2011) foram reexpressas de forma a assegurar o cumprimento das disposições sobre esta matéria constantes da IFRS 5. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as principais categorias que contribuem para a determinação dos resultados da HPP apresentam a seguinte composição (sem imputações de justo valor e após ajustamentos inerentes ao processo de consolidação):

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Proveitos** | | |
| Prestação de serviços | 159.932 | 144.241 |
| Outros | 1.673 | 12.957 |
| | 161.605 | 157.198 |
| **Custos** | | |
| Custo das matérias vendidas e consumidas | 32.335 | 32.980 |
| Fornecimentos e serviços externos | 13.661 | 14.618 |
| Gastos com pessoal | 72.347 | 56.441 |
| Amortizações de ativos tangíveis e intangíveis | 50.581 | 56.452 |
| Encargos com juros | (595) | 19.639 |
| Imparidades, líquidas de reversões | 2.337 | 2.731 |
| Outros | 15.139 | 2.828 |
| | 185.805 | 185.690 |
| Impostos sobre os resultados | (1.557) | 9.461 |
| RESULTADO LÍQUIDO | (22.643) | (37.953) |

Conforme descrito na Nota 2.8, a rubrica de ativos não correntes detidos para venda inclui ainda imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | | | | | | | Saldo em 31-12-2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade Acumulada | Entradas/(saidas) do perímetro | Adições | Alienações e abates | Outras transferências e regularizações | Imparidade (Nota 41) | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade Acumulada |
| Ativos não correntes detidos para venda | | | | | | | | | |
| Imóveis | 572.584 | (101.671) | 20.198 | 336.396 | (112.375) | 24.112 | (156.487) | 815.921 | (233.165) |
| Outros | 4.274 | (1.703) | - | 14.473 | (8.705) | (1.053) | - | 8.990 | (1.703) |
| | 576.859 | (103.374) | 20.198 | 350.869 | (121.080) | 23.059 | (156.487) | 824.911 | (234.867) |

| | Saldo em 31-12-2010 | | | | | | Saldo em 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade Acumulada | Adições | Alienações e abates | Outras transferências e regularizações | Imparidade (Nota 41) | Valor Balanço (Bruto) | Imparidade Acumulada |
| Ativos não correntes detidos para venda | | | | | | | | |
| Imóveis | 491.904 | (70.425) | 146.325 | (75.183) | 11.763 | (33.471) | 572.584 | (101.671) |
| Outros | 3.612 | (1.703) | 7.026 | (5.093) | (1.271) | - | 4.274 | (1.703) |
| | 495.517 | (72.128) | 153.351 | (80.276) | 10.492 | (33.471) | 576.859 | (103.374) |

Nos exercícios de 2012 e 2011, as menos-valias na alienação de ativos não correntes detidos para venda, ascenderam a 12.413 mEuros e 7.998 mEuros, respetivamente (Nota 36).

## 15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nas “Propriedades de investimento” durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | |
|---|---|
| Saldos em 31-12-2010 | 396.441 |
| Aquisições | 45.368 |
| Reavaliações | 1.675 |
| Alienações | (12.197) |
| Transferências de ativos tangíveis e activos não correntes detidos para venda | 32.059 |
| Outros movimentos | (4.258) |
| Saldos em 31-12-2011 | 459.088 |
| Entradas e saídas do perímetro | 82.488 |
| Aquisições | 20.075 |
| Reavaliações | (10.750) |
| Alienações | (6.868) |
| Transferências de ativos tangíveis e activos não correntes detidos para venda | (2.456) |
| Outros movimentos | (7.340) |
| Saldos em 31-12-2012 | 534.238 |

Conforme referido na Nota 2.9, as propriedades de investimento encontram-se registadas pelo seu justo valor, correspondendo essencialmente a imóveis detidos no âmbito da atividade Seguradora. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação destes imóveis encontram-se reconhecidas em resultados nas rubricas “Outros rendimentos e encargos de exploração”, com excepção dos ativos afetos a contratos de seguro, os quais são registados por contrapartida da margem técnica da atividade de seguros.

No exercício de 2012, a linha "Entradas e saídas do perímetro" respeita integralmente à incorporação pelo Grupo da entidade Cibergradual - Investimentos Imobiliários, S.A., no âmbito do acordo quadro de reestruturação parcial da dívida financeira do Grupo Chamartin junto da CGD.

**Métodos de avaliação**

*Atividade Seguradora*

As avaliações de propriedades de investimento relativas à atividade desenvolvida pela Caixa Seguros e Saúde são efetuadas tendo em vista obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado, isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

Os métodos de avaliação normalmente utilizados são:

a) Método comparativo de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação com operações semelhantes, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas caraterísticas físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;

b) Método do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais caraterísticas físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas;

c) Método do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada;

d) Método do valor residual: consiste numa variação ao método do custo mencionado em b), onde o valor do bem imóvel no estado atual se obtém retirando ao valor do imóvel, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados.

*Fundos de Investimento imobiliário*

As propriedades de investimento correspondentes a imóveis que integram o património de Fundos de investimento imobiliário são avaliadas por peritos avaliadores individualmente registados na CMVM e obedecem aos requisitos e normas técnicas definidos por esta entidade.

Neste âmbito, a avaliação do imóvel é efetuada com o objetivo de determinar o melhor preço que seria obtido em resultado da sua alienação em condições normais de mercado. Para determinação do valor revalorizado do imóvel, os peritos avaliadores deverão utilizar pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação: (a) método comparativo; (b) método do rendimento; e (c) método do custo.

## 16. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos outros ativos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2012 e 2011, foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | | | | | | | | | | Saldo em 31-12-2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações e imparidade acumuladas | Entradas/(saidas) do perimetro | Adições | Diferenças de câmbio | Transferências entre ativos tangíveis | Outras transferências e regularizações | Amortizações do exercício | Reversões líquidas de imparidade no exercício | Vendas e abates líquidos | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações e Imparidade Acumulada |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | | | | | | | |
| Terrenos | 171.251 | - | - | 2 | (84) | - | (1.380) | - | - | (196) | 169.594 | - |
| Edifícios | 723.352 | (262.592) | - | 1.600 | (4.753) | 53.472 | (1.915) | (18.006) | (3.298) | (48.381) | 720.535 | (281.056) |
| Obras em imóveis arrendados | 164.694 | (85.398) | - | 2.306 | (2.180) | 34.381 | (23.843) | (12.224) | - | (2.592) | 167.503 | (92.359) |
| Outros Imóveis | 80 | (6) | - | - | - | - | - | - | - | 6 | 80 | - |
| Equipamento | | | | | | | | | | | | |
| Mobiliário e material de escritóri | 109.212 | (100.739) | 225 | 2.095 | (437) | (614) | (896) | (5.157) | - | (194) | 106.742 | (103.247) |
| Máquinas e ferramentas | 38.347 | (30.097) | - | 795 | (129) | 80 | (618) | (2.527) | - | 158 | 39.001 | (32.992) |
| Equipamento informático | 169.016 | (139.900) | 397 | 8.199 | (875) | 2.991 | 6.248 | (16.628) | - | (130) | 187.772 | (158.454) |
| Instalações interiores | 308.457 | (245.320) | 178 | 3.330 | (309) | 50.451 | (2.151) | (18.102) | 197 | 20 | 358.908 | (262.157) |
| Material de transporte | 13.663 | (6.982) | 72 | 2.242 | (285) | 355 | (444) | (2.043) | - | (895) | 13.901 | (8.218) |
| Equipamento de segurança | 42.433 | (30.412) | - | 2.397 | (300) | 451 | 136 | (3.807) | - | (3) | 44.911 | (34.016) |
| Outro equipamento | 203.449 | (68.260) | - | 918 | (60) | 124 | (7.716) | (24.653) | (15) | 474 | 156.244 | (51.983) |
| Ativos em locação financeira | 169.762 | (94.792) | - | 490 | 19 | (106) | (18.425) | (11.233) | - | - | 113.520 | (67.805) |
| Outros ativos tangíveis | 15.343 | (8.723) | - | 28 | (19) | 74 | (538) | (829) | - | - | 13.720 | (8.384) |
| Ativos tangíveis em curso | 98.016 | - | - | 31.543 | (936) | (141.659) | 67.950 | - | - | (2.075) | 52.840 | - |
| | 2.227.077 | (1.073.221) | 872 | 55.945 | (10.348) | - | 16.408 | (115.209) | (3.116) | (53.808) | 2.145.270 | (1.100.671) |

| | Saldo em 31-12-2010 | | | | | | | | | | Saldo em 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações e imparidade acumuladas | Entradas/(saidas) do perimetro | Adições | Diferenças de câmbio | Transferências entre ativos tangíveis | Outras transferências e regularizações | Amortizações do exercício | Reversões líquidas de imparidade no exercício | Vendas e abates líquidos | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações e Imparidade Acumulada |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | | | | | | | |
| Terrenos | 174.736 | - | - | 119 | (156) | 1.940 | (5.315) | - | - | (73) | 171.251 | - |
| Edifícios | 704.985 | (255.637) | 6.954 | 33.849 | 2.990 | 365 | (20.265) | (16.300) | 4.432 | (613) | 723.352 | (262.592) |
| Obras em imóveis arrendados | 129.492 | (75.850) | (239) | 5.386 | 26 | - | 31.611 | (10.479) | - | (651) | 164.694 | (85.398) |
| Outros Imóveis | 80 | (5) | - | - | 2.164 | - | (2.165) | - | - | - | 80 | (6) |
| Equipamento | | | | | | | | | | | | |
| Mobiliário e material de escritóri | 115.051 | (95.654) | (142) | 8.177 | 204 | 8 | (12.959) | (6.122) | (8) | (82) | 109.212 | (100.739) |
| Máquinas e ferramentas | 35.410 | (27.803) | 46 | 1.747 | 143 | 47 | 1.469 | (2.792) | - | (17) | 38.347 | (30.097) |
| Equipamento informático | 153.991 | (128.268) | (710) | 10.954 | 768 | 135 | 8.652 | (16.130) | - | (276) | 169.016 | (139.900) |
| Instalações interiores | 289.575 | (230.972) | 106 | 4.005 | 323 | 344 | 14.688 | (14.558) | (345) | (29) | 308.457 | (245.320) |
| Material de transporte | 9.882 | (5.738) | 670 | 5.255 | 277 | - | (1.758) | (1.722) | - | (185) | 13.663 | (6.982) |
| Equipamento de segurança | 36.500 | (26.190) | - | 4.257 | 299 | 95 | 728 | (3.641) | - | (27) | 42.433 | (30.412) |
| Outro equipamento | 207.633 | (68.553) | 24 | 2.605 | (156) | 28 | 20.077 | (26.471) | 17 | (15) | 203.449 | (68.260) |
| Ativos em locação financeira | 159.003 | (73.451) | - | 6.895 | (33) | - | 8.421 | (25.812) | - | (53) | 169.762 | (94.792) |
| Outros ativos tangíveis | 15.045 | (7.507) | (1) | 279 | 33 | 14 | (60) | (1.183) | - | - | 15.343 | (8.723) |
| Ativos tangíveis em curso | 114.239 | - | 14 | 59.557 | 1.686 | (2.976) | (73.964) | - | - | (540) | 98.016 | - |
| | 2.145.624 | (995.626) | 6.722 | 143.085 | 8.568 | - | (30.840) | (125.210) | 4.096 | (2.561) | 2.227.077 | (1.073.221) |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a imparidade acumulada de outros ativos tangíveis ascende a 14.026 mEuros e 11.068 mEuros, respetivamente (Nota 41).

As colunas “Amortizações do exercício” do mapa de movimento dos outros ativos tangíveis para o exercício de 2011 incluem 11.726 mEuros, reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados “Resultados em filiais detidas para venda” no referido período, decorrente da transferência dos ativos e passivos da HPP Saúde para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda.

## 17. ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2012 e 2011:

| | Saldo em 31-12-2011 | | | | | | | | | Saldo em 31-12-2012 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações acumuladas | Entradas/(saidas) do perimetro | Adições | Abates | Transferências e regularizações | Diferenças de câmbio | Amortizações do exercício | Imparidade do exercício (Nota 41) | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações acumuladas |
| Goodwill | | | | | | | | | | | |
| Fidelidade - Companhia de Seguros (ex - Império Bonança) | 146.707 | - | - | - | - | - | - | - | - | 146.707 | - |
| CGD Investimentos CVC | - | - | - | 42.645 | - | - | - | - | - | 42.645 | - |
| Banco Caixa Geral Totta Angola | 24.531 | - | - | - | - | - | - | - | - | 24.531 | - |
| Value-in-force - Império Bonança (Nota 2.16 n)) | 46.386 | (31.594) | - | - | - | - | - | (7.800) | - | 46.386 | (39.394) |
| Sistemas de tratamento automático de dados (Software) | 766.281 | (621.760) | (805) | 11.610 | (7.603) | 36.828 | (2.184) | (61.880) | - | 805.178 | (684.690) |
| Outros ativos intangíveis | 41.240 | (18.417) | (3.678) | 10.798 | (576) | 151 | 16 | (621) | (238) | 31.726 | (3.054) |
| Ativos intangíveis em curso | 48.715 | - | (492) | 38.258 | (72) | (42.319) | (214) | - | - | 43.876 | - |
| | 1.073.860 | (671.772) | (4.975) | 103.311 | (8.252) | (5.340) | (2.382) | (70.301) | (238) | 1.141.049 | (727.138) |

| | Saldo em 31-12-2010 | | | | | | | | | Saldo em 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações acumuladas | Entradas/(saidas) do perimetro | Adições | Abates | Transferências e regularizações | Diferenças de câmbio | Amortizações do exercício | Imparidade do exercício (Nota 41) | Valor Balanço (Bruto) | Amortizações acumuladas |
| Goodwill | | | | | | | | | | | |
| Império Bonança | 146.707 | - | - | - | - | - | - | - | - | 146.707 | - |
| Banco Caixa Geral Totta Angola | 24.531 | - | - | - | - | - | - | - | - | 24.531 | - |
| Value-in-force - Império Bonança (Nota 2.16 n)) | 46.386 | (24.739) | - | - | - | - | - | (6.855) | - | 46.386 | (31.594) |
| Sistemas de tratamento automático de dados (Software) | 683.131 | (547.095) | 750 | 35.965 | (528) | 54.409 | (3.662) | (78.451) | - | 766.281 | (621.760) |
| Outros ativos intangíveis | 38.489 | (5.255) | 2.263 | 260 | - | 117 | (10) | (1.973) | (11.069) | 41.240 | (18.417) |
| Ativos intangíveis em curso | 57.232 | - | (3.104) | 49.374 | - | (54.853) | 66 | - | - | 48.715 | - |
| | 996.476 | (577.090) | (91) | 85.600 | (528) | (326) | (3.606) | (87.279) | (11.069) | 1.073.860 | (671.772) |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

As colunas “Amortizações do exercício” e “Imparidade do exercício” do mapa de movimento dos ativos intangíveis para o exercício de 2011 incluem 2.892 mEuros e 11.069 mEuros, respetivamente, reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados “Resultados em filiais detidas para venda” no referido período, decorrente da transferência dos ativos e passivos da HPP Saúde para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a imparidade acumulada de ativos intangíveis ascende a 1.196 mEuros e 12.027 mEuros, respetivamente (Nota 41).

*Goodwill – CGD Investimentos CVC*

Conforme referido em maior detalhe na Nota 3, no decorrer do exercício de 2012, o Grupo CGD adquiriu ao Grupo Banif a totalidade do capital social da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A., entretando redenominada CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (CGD Investimentos CVC).

A aquisição concretizou-se nas seguintes fases:

- compra de 70% do capital social da Banif CVC pela CGD Participações em Instituições Financeiras em abril de 2012, em função das condições previstas no "Acordo de investimento e de compra e venda de ações" celebrado entre as partes em 2 de junho de 2010, e aditamentos posteriores, e após obtenção das autorizações administrativas e legais necessárias à sua materialização;

- compra dos remanescentes 30% do capital social desta participada em junho de 2012, mediante exercício da opção de compra concedido ao Grupo CGD nos termos contratualmente previstos na transação.

No quadro seguinte é demonstrado o apuramento do Goodwill reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo no âmbito da referida operação:

| | Valor contabilístico | Outros ajustamentos (**) | Valor contabilístico após ajustamentos |
|---|---|---|---|
| Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito | 60.827 | - | 60.827 |
| Aplicações em títulos e instrumentos derivados | 27.340 | - | 27.340 |
| Responsabilidades de operações de negociação e intermediação financeira, líquidas de valores a receber | (62.953) | - | (62.953) |
| Imobilizado de serviço próprio | 685 | - | 685 |
| Imobilizado intangível | 1.294 | - | 1.294 |
| Outros ativos e passivos, líquidos | (18.038) | - | (18.038) |
| **Ativos líquidos - CGD Investimentos CVC [1]** | 9.154 | 17.865 | 27.019 |
| | | | |
| Custo de aquisição da participação adquirida (70% do Capital Social da CGD Investimentos CVC) | | | 48.055 |
| Valor atribuído aos interesses minoritários | | | 21.609 |
| **Custo de aquisição dos ativos líquidos da CGD Investimentos CVC [2]** | | | 69.664 |
| | | | |
| **Goodwill [2-1]** | | | **42.645** |

(*) Valores contabilísticos apresentados referem-se a 31/12/2011
(**) Ajustamentos aos valores contabilísticos apresentados, ocorridos entre 31 de dezembro de 2011 e a data da referência da operação para determinação do Goodwill; A variação do valor contabilístico inclui o aumento do capital social da Corretora deliberado em Assembleia Geral de Acionistas de 8 de Fevereiro de 2012, no montante de 47.500 mil reais (aproximadamente 18.400 mEuros)

O contributo da CGD Investimentos CVC para os resultados do Grupo no decorrer do exercício de 2012 foi negativo em 2.592 mEuros (Nota 30). Caso esta sociedade tivesse incorporado o perímetro do Grupo em 1 de janeiro de 2012, este teria ascendido a um prejuízo de 2.970 mEuros.

*Goodwill – Fidelidade – Companhia de Seguros (ex -Império Bonança)*

O goodwill da Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A. tem origem na Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., na sequência da aquisição em 2005 da totalidade do capital social da Império Bonança, SGPS, S.A., que era detentora da totalidade do capital social das seguintes entidades::

- Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.;
- Seguro Direto Gere - Companhia de Seguros, S.A.;
- Impergesto - Assistência e Serviços, S.A.; e
- Servicomercial - Consultoria e Informática, Lda..

No âmbito do processo de autorização desta operação, a Autoridade da Concorrência impôs como condição para a sua realização, a alienação obrigatória pela Caixa Seguros e Saúde da participação na Seguro Direto Gere - Companhia de Seguros, S.A., o que foi realizado em 2005.

Adicionalmente, a área seguradora procedeu à liquidação das sociedades de natureza instrumental, tendo liquidado a Impergesto - Assistência e Serviços, S.A. em 2006 e a Servicomercial - Consultoria e Informática, Lda. em 2008. Ainda em 2008, procedeu-se à fusão por incorporação da Império Bonança, SGPS, S.A. na Caixa Seguros e Saúde, a qual passou a deter diretamente a totalidade do capital social da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A..

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 foram efetuados testes de imparidade ao goodwill na Fidelidade com base em avaliações independentes efetuadas para o efeito.

A avaliação efetuada incorpora a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização desta avaliação são descritos em seguida::

*Metodologias de Avaliação*

Para a elaboração da análise do valor de uso da Companhia de Seguros seguiu-se o método normalmente aplicado na avaliação de empresas do setor que resulta no apuramento dos seguintes valores:

- *Valor Patrimonial Líquido* - Consiste no valor total dos capitais da empresa, constituindo o ativo líquido do corpo acionista. Este valor tem em conta: capital acionista e lucros retidos; prémios de emissão; reservas de reavaliação; reservas não registadas (reflete valorização a preços de mercado do imobilizado e investimento); outras reservas.
- *Valor Intrínseco dos Negócios em Carteira* - Considerado como o valor atualizado dos cash flows futuros resultantes do volume de negócios que a empresa detém atualmente em carteira;
- *Embedded Value* = Valor Patrimonial Líquido + Valor Intrínseco dos Negócios em Carteira;
- *Goodwill dos Negócios Futuros* - Valor atualizado de cash flows provenientes de negócios futuros;
- *Total Appraisal Value* = Embedded Value + Goodwill dos negócios futuros.

A avaliação da carteira vida é, regra geral, efetuada com base em estudos desenvolvidos por atuários, baseando-se a valorização da carteira não vida na elaboração de avaliações na ótica do rendimento.

*Avaliação na Ótica do Rendimento*

Esta metodologia assenta no pressuposto de que a avaliação económico-financeira de uma empresa deve ter por base a atualização dos seus rendimentos futuros esperados (cash flows descontados). De acordo com esta metodologia de avaliação, o valor da empresa é estimado através da atualização dos rendimentos futuros esperados - os cash flows - resultantes da sua atividade, a uma taxa de atualização adequada ao risco associado à empresa.

No caso da avaliação económico-financeira de uma seguradora, e tendo em consideração a especificidade da atividade em questão, tendo as seguradoras que cumprir rácios regulamentares de Fundos Próprios, é usual proceder-se a avaliações na ótica do rendimento tendo como base os cash flows disponíveis para o acionista.

*Valor Residual*

O valor residual foi calculado, considerando a aplicação da fórmula VR = CFt / (KCPt – g), em que:

VR = Valor Residual

CFt = Cash flow no ano t (ano de cruzeiro)

g = Taxa de crescimento nominal da perpetuidade

KCPt = Remuneração requerida pelos capitais próprios.

*Valor dos Capitais Próprios*

Com base nas projeções económico-financeiras elaboradas, relativas aos próximos anos, calcularam-se os respetivos rendimentos futuros esperados (cash flows), os quais foram atualizados para a data de reporte da avaliação.

*Prémios Brutos*

Historicamente existe uma forte correlação entre a evolução do mercado segurador no segmento não vida e a evolução da economia. Neste sentido, indexou-se a evolução dos prémios brutos emitidos ao crescimento nominal do PIB estimado para o período de projeção, assumindo-se contudo um desconto face a esse crescimento.

No que diz respeito às provisões para prémios não adquiridos, assumiram-se valores em percentagem dos prémios brutos emitidos em linha com as médias observadas nos últimos anos.

*Custos com Sinistros*

Nas projeções efetuadas assumiram-se taxas de sinistralidade para cada um dos ramos em linha com a média observada nos últimos anos.

*Custos de Aquisição e Custos Administrativos*

Considerou-se para os custos de aquisição relacionados com a produção de prémios (ex. comissões), um valor em percentagem dos prémios brutos adquiridos em linha com o verificado nos últimos anos, tendo-se assumido para os restantes custos de aquisição um crescimento indexado à taxa de inflação estimada.

No que diz respeito aos custos administrativos, considerou-se a indexação dos custos administrativos diretamente relacionados com a produção de prémios (ex. remunerações de mediadores) ao crescimento projetado dos prémios brutos adquiridos. Relativamente aos demais custos administrativos, foram projetados por indexação à taxa de inflação estimada.

*Período de Projeção*

A aquisição da Império Bonança pelo Grupo CGD resultou de uma decisão estratégica tendo em vista consolidar a liderança do Grupo no mercado segurador português e de alcançar, simultaneamente, uma dimensão que permitisse desencadear um conjunto de iniciativas que se traduzissem em ganhos de eficiência operativa resultantes da junção da estrutura da Império Bonança com a das outras seguradoras do Grupo. A reestruturação iniciada em 2005 conclui-se em 2012 e dela resultou a fusão por absorção da Companhia na Fidelidade - Mundial com a redenominação desta última para Fidelidade - Companhia de Seguros.

Com efeito, trata-se de uma concentração estrutural e, neste sentido, é adequado considerar um período de avaliação que vai até 2022 acrescido de um valor residual.

*Pressupostos Macroeconómicos*

Os principais pressupostos macroeconómicos considerados nas projeções foram os seguintes:

| PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS | 2013P | 2014P | 2015P | 2016P | 2017P | 2018P | 2019P | 2020P | 2021P | 2022P |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Taxa de inflação | 0,80% | 1,20% | 1,30% | 1,46% | 1,55% | 1,65% | 1,75% | 1,85% | 2,00% | 2,25% |
| Crescimento real do PIB | -1,90% | 0,80% | 1,80% | 1,80% | 1,78% | 1,90% | 2,00% | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Taxa de imposto | | | | | | | | | | |
| Taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% |
| Derrama municipal | 1,50% | 1,50% | 1,50% | 1,50% | 1,50% | 1,50% | 1,50% | 1,50% | 1,50% | 1,50% |
| Derrama estadual [> 1,5 Meuros e <= 7,5 Meuros] | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% |
| Derrama estadual [> 7,5 Meuros] | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% |

*Taxa de Desconto*

A taxa de atualização dos *cash flows* corresponde ao custo de capital do acionista, apurado com base no modelo Capital Asset Pricing Model ("CAPM"), tendo sido aplicadas as seguintes taxas de desconto, por se considerar que as taxas de juro sem risco irão convergir ao longo dos próximos 6 anos:

| | 2013P | 2014P | 2015P | 2016P | 2017P | 2018P | 2019P | 2020P | 2021P | 2022P |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo dos capitais próprios | 12,7% | 12,4% | 12,1% | 11,7% | 11,4% | 11,1% | 11,1% | 11,1% | 11,1% | 11,1% |

*Pressupostos*

- Taxa de juro sem risco**:** A taxa de juro sem risco considerada varia entre 6,7% e 5,0%, estimada de acordo com as taxas de remuneração médias das Obrigações do Tesouro, de modo a incorporar a situação atual dos mercados e o nível de financiamento de médio-longo prazo considerado sustentável para a Economia Portuguesa.

  Considerando que as atuais condições macroeconómicas na zona Euro incorporam um importante efeito de fuga dos investidores dos títulos de dívida soberana dos países da periferia europeia, entende-se que os atuais referenciais estimados para a taxa de juro sem risco não deverão ser usados como *proxy* para uma taxa de desconto a considerar durante todo o período de valorização da empresa.

  Neste sentido, admitiu-se que as taxas de rentabilidade exigidas às emissões soberanas de Portugal irão convergir, ao longo de um período de 6 anos, para cerca de 5,0%.

- Prémio de risco de mercado**:** Assumiu-se uma taxa de 5,5% que corresponde ao prémio de risco utilizado em mercados maduros.

- Beta**:** A aproximação ao valor do beta foi efetuada através de uma análise de empresas cotadas tendo em consideração a atividade desenvolvida pela Fidelidade. Considerou-se assim um beta de 1,1.

- Taxa de crescimento da perpetuidade**:** Foi utilizada uma taxa de crescimento nominal da perpetuidade de 2,25%.

*Despesas com atividades de investigação e desenvolvimento*

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Caixa realizou despesas no âmbito do desenvolvimento de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, nos montantes de 4.057 mEuros e 5.500 mEuros, respetivamente.

## 18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Participação efetiva (%) | Valor de balanço | Participação efetiva (%) | Valor de balanço |
| SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. | 21,60 | 14.709 | 21,60 | 16.931 |
| Torre Ocidente Imobiliária, S.A. | 25,00 | 4.078 | 25,00 | 5.571 |
| Prado - Cartolinas da Lousã, S.A. | 38,15 | 4.482 | 38,15 | 4.257 |
| Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A. | 27,00 | 2.973 | 27,00 | 2.851 |
| Companhia de Papel do Prado, S.A. | 38,15 | 1.300 | 38,15 | 1.303 |
| Outras | | 3.961 | | 5.026 |
| | | 31.503 | | 35.939 |

Os dados financeiros estatutários (demonstrações financeiras não auditadas) das principais empresas associadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

| | | 31-12-2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Sector de atividade/Entidade | Sede | Ativos | Passivos | Situação líquida (a) | Resultado líquido | Proveitos |
| **Bancário** | | | | | | |
| Banco Internacional de São Tomé e Príncipe | São Tomé | 72.003 | 60.987 | 11.016 | 1.123 | 8.469 |
| **Imobiliário** | | | | | | |
| Torre Ocidente, Imobiliária, S.A. | Lisboa | 64.090 | 47.779 | 16.311 | (5.972) | 1.176 |
| Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A. | Lisboa | 375.996 | 456.897 | (80.901) | (20.681) | 18.874 |
| **Outros sectores** | | | | | | |
| Companhia de Papel do Prado, S.A. | Tomar | 4.382 | 975 | 3.407 | (8) | - |
| Prado - Cartolinas da Lousã, S.A. | Lousã | 18.784 | 7.035 | 11.749 | 1.186 | 19.701 |
| SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. | Lisboa | 164.850 | 96.388 | 68.462 | 8.709 | 131.685 |

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do período e exclui interesses minoritários.

| | | 31-12-2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Sector de atividade/Entidade | Sede | Ativos | Passivos | Situação líquida (a) | Resultado líquido | Proveitos |
| **Bancário** | | | | | | |
| Banco Internacional de São Tomé e Príncipe | São Tomé | 83.582 | 73.018 | 10.564 | 1.115 | 7.298 |
| **Imobiliário** | | | | | | |
| Torre Ocidente, Imobiliária, S.A. | Lisboa | 71.438 | 49.156 | 22.282 | (410) | 3.513 |
| Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A. | Lisboa | 382.837 | 436.737 | (53.900) | (21.011) | 16.063 |
| **Outros sectores** | | | | | | |
| Companhia de Papel do Prado, S.A. | Tomar | 4.377 | 962 | 3.415 | (1) | 4 |
| Prado - Cartolinas da Lousã, S.A. | Lousã | 19.452 | 8.291 | 11.161 | 812 | 21.853 |
| SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. | Lisboa | 141.551 | 63.160 | 78.391 | 16.021 | 138.645 |

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

## 19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Ativos por impostos correntes** | | |
| Imposto sobre o rendimento a recuperar | 37.841 | 56.913 |
| Outros | 23.634 | 30.915 |
| | 61.474 | 87.828 |
| **Passivos por impostos correntes** | | |
| Imposto sobre o rendimento a pagar | (46.090) | (17.523) |
| Outros | (138.297) | (34.988) |
| | (184.386) | (52.511) |
| | (122.912) | 35.317 |
| **Ativos por impostos diferidos** | | |
| Por diferenças temporárias | 1.405.302 | 1.850.133 |
| Por prejuízos fiscais reportáveis | 63.464 | 78.547 |
| | 1.468.766 | 1.928.680 |
| **Passivos por impostos diferidos** | (190.650) | (166.220) |
| | 1.278.116 | 1.762.460 |

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | Variação em | | Transferência para imposto corrente | Outros | Saldo em 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Capital Próprio | Resultados | | | |
| Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis | 54.218 | 179 | 19.874 | - | (186) | 74.085 |
| Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente | 717.712 | - | 158.639 | (3.005) | 2.721 | 876.067 |
| Reavaliação de instrumentos financeiros derivados | (11.338) | - | 264 | - | 63 | (11.010) |
| Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda | 782.069 | (713.437) | - | - | 874 | 69.505 |
| Valorização de outros títulos | 1.004 | - | 17.638 | - | (14.458) | 4.184 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 78.547 | - | (15.083) | - | - | 63.464 |
| Benefícios dos trabalhadores | 146.940 | 11.990 | 8.238 | - | (1.187) | 165.981 |
| Comissões | 17.576 | - | 606 | - | - | 18.183 |
| Reavaliação legal de outros ativos tangíveis | (5.133) | - | 391 | - | - | (4.742) |
| Outros | (19.136) | - | 19.471 | - | 22.064 | 22.399 |
| | 1.762.460 | (701.268) | 210.038 | (3.005) | 9.890 | 1.278.116 |

| | Saldo em 31-12-2010 | Variação em | | Transferência para imposto corrente | Outros | Saldo em 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Capital Próprio | Resultados | | | |
| Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis | 51.616 | 513 | 2.391 | - | (303) | 54.218 |
| Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente | 460.828 | - | 256.506 | (2.949) | 3.327 | 717.712 |
| Reavaliação de instrumentos financeiros derivados | 603 | - | (11.910) | - | (31) | (11.338) |
| Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda | 172.200 | 610.832 | - | - | (963) | 782.069 |
| Valorização de outros títulos | 13.848 | - | (12.906) | - | 63 | 1.004 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 82.263 | - | (7.982) | - | 4.267 | 78.547 |
| Benefícios dos trabalhadores | 158.629 | (8.492) | (1.239) | - | (1.958) | 146.940 |
| Comissões | 22.401 | - | 234 | - | (5.059) | 17.576 |
| Reavaliação legal de outros ativos tangíveis | (5.796) | - | 662 | - | 1 | (5.133) |
| Despesas de carácter plurianual | 858 | - | (858) | - | - | - |
| Outros | (7.267) | - | (20.046) | - | 8.177 | (19.136) |
| | 950.184 | 602.853 | 204.852 | (2.949) | 7.521 | 1.762.460 |

A coluna "Resultados" do mapa de movimento nos ativos e passivos por impostos diferidos para o exercício de 2011 inclui encargos no montante de 9.134 mEuros, os quais foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados "Resultados em filiais detidos para venda" no referido período em consequência da transferência dos ativos e passivos da HPP Saúde para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 14).

No decorrer do exercício de 2011 o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

De referir que ao abrigo do artigo 183º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-/2011, de 30 de dezembro), as variações patrimoniais negativas decorrentes da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores não concorrem para os limites previstos nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, sendo considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos dez períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Impostos correntes** | | |
| Do exercício | 189.070 | 67.890 |
| Contribuição sobre o sector bancário | 29.752 | 29.398 |
| Correções a exercícios anteriores (líquido) | (30.310) | 801 |
| | 188.513 | 98.090 |
| **Impostos diferidos** | (210.038) | (213.986) |
| Total de impostos em resultados | (21.525) | (115.896) |
| Lucro consolidado antes de impostos e interesses minoritários | (367.496) | (545.085) |
| Carga fiscal | 5,86% | 21,26% |

Nos exercícios de 2012 e 2011, a rubrica "Correções a exercícios anteriores" apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2010 e 2011) | (18.210) | (6.519) |
| Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável | (12.074) | 7.424 |
| Outros | (26) | (104) |
| | (30.310) | 801 |

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como se segue:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Taxa | Imposto | Taxa | Imposto |
| Resultado antes de impostos | | (367.496) | | (545.085) |
| Imposto apurado com base na taxa nominal | 28,84% | (105.986) | 28,83% | (157.148) |
| Sociedades registadas pelo método de equivalência patrimonial | 0,34% | (1.236) | 0,50% | (2.735) |
| Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal | (1,27%) | 4.669 | 1,10% | (5.978) |
| Diferenças definitivas a deduzir: | | | | |
| Mais valias isentas de tributação | 5,15% | (18.932) | 2,23% | (12.159) |
| Outras | 0,62% | (2.271) | 1,17% | (6.359) |
| Diferenças definitivas a acrescer | | | | |
| Provisões não aceites | (3,66%) | 13.434 | (0,38%) | 2.073 |
| Outras | (0,63%) | 2.318 | (0,49%) | 2.693 |
| Registo de imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de utilizações | (1,92%) | 7.059 | 4,21% | (22.971) |
| Anulação de prejuízos fiscais não recuperáveis | (2,93%) | 10.759 | 0,00% | - |
| Tributação autónoma | (0,67%) | 2.458 | (0,49%) | 2.652 |
| Contribuição sobre o sector bancário | (8,10%) | 29.752 | (5,39%) | 29.398 |
| Outros | (9,58%) | 35.217 | (8,78%) | 47.845 |
| | 6,19% | (22.757) | 22,51% | (122.689) |
| Correções de imposto relativas a exercícios anteriores | | | | |
| Correções à base tributável de exercícios anteriores | 3,29% | (12.074) | (1,36%) | 7.436 |
| Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativo de exercícios anteriores, líquida de impostos diferidos | (3,63%) | 13.332 | 0,10% | (539) |
| Outras | 0,01% | (26) | 0,02% | (104) |
| | (0,34%) | 1.232 | (1,25%) | 6.793 |
| | 5,86% | (21.525) | 21,26% | (115.896) |

No exercício de 2012, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua atividade, ascende a 28,84% (28,83% em 31 de dezembro de 2011).

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD reflete o aditamento, ao abrigo da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho (Lei que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento), do artigo 87º-A do CIRC, o qual no seu nº 1 prevê a aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000 mEuros (derrama estadual).

No âmbito da publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro), a redação do artigo 87º-A do CIRC foi alterada de forma a considerar atualizações à taxa adicional de imposto a aplicar sobre a parte do lucro tributável que exceda 1.500 mEuros e 10.000 mEuros, respetivamente, quando na sua globalidade este seja superior a 10.000 mEuros, relativamente ao qual, a tributação adicional a considerar será de 3% e 5%. Considerando que a nova redação do artigo 87º-A é apenas aplicável de forma transitória aos lucros tributáveis e pagamentos adicionais por conta referentes aos dois períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, entendeu-se não proceder, decorrente desta situação, a qualquer alteração à taxa nominal de imposto utilizada no apuramento dos saldos de ativos e passivos por impostos diferidos a recuperar/ (pagar) reconhecidos com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis inclui 29.234 mEuros e 56.986 mEuros, respetivamente, reconhecidos nas demonstrações financeiras da Caixa Geral de Depósitos, S.A., os quais foram originados no decorre do exercício de 2010. De acordo com o enquadramento legal em vigor, os prejuízos fiscais originados no referido período de tributação poderão ser recuperados num periodo máximo de quadro anos após o seu apuramento. Contudo, com

referência aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável

Decorrente das disposições previstas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, o Grupo reconheceu nos exercícios de 2012 e 2011 um custo de 29.752 mEuros e 29.398 mEuros, respetivamente, relativo aos encargos com este tributo. A base de incidência da nova contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre o valor dos passivos das instituições de crédito com sede no território português, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura. Encontram-se igualmente abrangidos pelo tributo as filiais de instituições de crédito cuja sede se situe fora do território português, assim como sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede fora da União Europeia.

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2009 a 2012, no caso da maioria das entidades com sede em Portugal, sendo que no caso da Caixa Geral de Depósitos, os exercícios de 2009 e 2010 foram já objeto de inspeção). Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

## 20. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Caixa Seguros** | | |
| **Ramo Vida:** | | |
| Provisão para prémios não adquiridos | | |
| | (1) | - |
| Provisão matemática | | |
| | 9.412 | 7.399 |
| Provisão para sinistros: | | |
| Sinistros declarados | 10.447 | 12.755 |
| Sinistros não declarados (IBNR) | 2.532 | 2.646 |
| | 12.979 | 15.401 |
| Provisão para participação nos resultados | 15 | - |
| Total do ramo vida | 22.405 | 22.800 |
| | | |
| **Ramos não Vida:** | | |
| Provisão para prémios não adquiridos | | |
| | 33.613 | 42.413 |
| Provisão para sinistros: | | |
| Sinistros declarados | 126.855 | 145.243 |
| Sinistros não declarados (IBNR) | 9.524 | 9.568 |
| | 136.379 | 154.811 |
| Total dos ramos não vida | 169.992 | 197.224 |
| | | |
| Subtotal Caixa Seguros i) | 192.397 | 220.024 |
| | | |
| **Outros ii)** | 5.030 | 6.178 |
| **i)+ii)** | 197.427 | 226.202 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prémios diferidos | Custos diferidos | Líquido | Prémios diferidos | Custos diferidos | Líquido |
| De seguros de vida: | | | | | | |
| | - | (1) | (1) | - | - | - |
| De seguros não vida: | | | | | | |
| Acidentes de Trabalho | 7 | (2) | 5 | 202 | (6) | 196 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 5.203 | (2.535) | 2.668 | 8.082 | (3.954) | 4.128 |
| Doença | 114 | (32) | 82 | 591 | (310) | 281 |
| Incêndio e Outros Danos | 26.502 | (4.055) | 22.447 | 32.815 | (4.479) | 28.336 |
| Automóvel | 778 | (130) | 648 | 187 | - | 187 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 2.148 | (253) | 1.895 | 1.967 | (250) | 1.717 |
| Responsabilidade Civil Geral | 3.007 | (190) | 2.817 | 3.502 | (214) | 3.288 |
| Crédito e Cauções | 228 | (7) | 221 | 154 | (3) | 151 |
| Proteção Jurídica | - | - | - | 52 | - | 52 |
| Assistência | 11 | (1) | 10 | - | - | - |
| Diversos | 3.979 | (1.159) | 2.820 | 5.736 | (1.659) | 4.077 |
| | 41.977 | (8.364) | 33.613 | 53.288 | (10.875) | 42.413 |
| | 41.977 | (8.365) | 33.612 | 53.288 | (10.875) | 42.413 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Declarados | Não declarados | Total | Declarados | Não declarados | Total |
| **De seguros de vida:** | | | | | | |
| | 10.447 | 2.532 | 12.979 | 12.755 | 2.646 | 15.401 |
| **De seguros não vida:** | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | 324 | 1 | 325 | 1.455 | - | 1.455 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 7.235 | 125 | 7.360 | 6.497 | 137 | 6.634 |
| Doença | 413 | - | 413 | 366 | - | 366 |
| Incêndio e Outros Danos | 53.563 | 6.721 | 60.284 | 79.863 | 6.954 | 86.817 |
| Automóvel | 14.416 | 67 | 14.483 | 15.579 | 51 | 15.630 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 10.017 | 217 | 10.234 | 7.023 | 239 | 7.262 |
| Responsabilidade Civil Geral | 29.851 | 246 | 30.097 | 24.184 | 161 | 24.345 |
| Crédito e Cauções | - | 18 | 18 | 6 | - | 6 |
| Diversos | 11.036 | 2.129 | 13.165 | 10.270 | 2.026 | 12.296 |
| | 126.855 | 9.524 | 136.379 | 145.243 | 9.568 | 154.811 |
| | 137.302 | 12.056 | 149.358 | 157.998 | 12.214 | 170.212 |

O movimento ocorrido nas provisões técnicas de resseguro cedido durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 26.

## 21. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Outros ativos | | |
| Certificados de dívida do Território de Macau | 383.529 | 322.294 |
| Outros | 16.731 | 20.872 |
| Devedores e outras aplicações | | |
| Recibos por cobrar - Seguros | 94.280 | 88.385 |
| Devedores diversos | 1.700.826 | 1.566.900 |
| Sector Público Administrativo | 6.833 | 6.147 |
| Suprimentos | 175.591 | 159.238 |
| Devedores por operações sobre futuros | 29.545 | 25.087 |
| Valores a receber pela venda da EDP | 460.724 | 516.182 |
| Bonificações a receber | | |
| Do Estado | 42.433 | 40.433 |
| De outras entidades | 11.272 | 12.042 |
| Valor a receber pela venda de bens arrematados | 10.999 | 29.506 |
| Outros | 412.804 | 482.576 |
| Responsabilidades com pensões e outros benefícios | | |
| Excesso / (insuficiência) de cobertura de responsabilidades | | |
| Caixa Geral de Depósitos (Nota 39) | 19.225 | 115.372 |
| Caixa Seguros e Saúde (Nota 39) | 6.328 | 1.682 |
| Outros | (473) | (348) |
| Rendimentos a receber | 63.912 | 45.189 |
| Despesas com encargo diferido | | |
| Rendas | 6.590 | 7.784 |
| Outras | 26.421 | 29.376 |
| Receitas com rendimento diferido | (3.672) | (4.784) |
| Outras operações ativas por regularizar | 172.681 | 336.282 |
| Operações de Bolsa | 73.506 | 11.209 |
| | 3.710.084 | 3.811.424 |
| Imparidade (Nota 41) | (216.570) | (191.424) |
| | 3.493.515 | 3.620.001 |

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 41.

Em 31 de dezembro de 2011 o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD e pela Parcaixa à Parpública de participações detidas nesta entidade, conforme descrito em maior detalhe na Nota 8. A dívida à Parcaixa foi regularizada no decorrer do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Devedores e outras aplicações – Devedores diversos", inclui 1.086.542 mEuros e 1.190.401 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colaterizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de "Swaps de taxa juro ("IRS") com essas entidades.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 50.282 mEuros, relativos a depósito caução constituído pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 25.

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 28). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a 383.529 mEuros e 322.294 mEuros, respetivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. | 43.000 | 43.000 |
| Moretextile, SGPS, S.A. | 33.105 | 31.855 |
| A. Silva & Silva - Imobiliário & Serviços, S.A. | 28.327 | 27.187 |
| Sagesecur - Estudo, Desenvolvimento e Participações em Projetos, S.A. | 14.830 | 14.830 |
| PP3E - Projetos e Participações em Empreendimentos de Energia Elétrica, S.A. | 10.200 | 9.891 |
| Outros | 46.129 | 32.475 |
| | 175.591 | 159.238 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo de suprimentos atribuídos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. representam 50% dos valores concedidos a esta entidade (entidade consolidada de acordo com o método proporcional), apresentando as seguintes carcaterísticas:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros com vencimento em 30 de julho de 2014. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano;
- Suprimento no montante total de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses, sendo pago juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2012 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial do empréstimo tendo a taxa sofrido um incremento de *spread* de 2% até 31 de dezembro de 2012 e 3% até à nova data de vencimento dos suprimentos, a qual foi prorrogada até 30 de setembro de 2013

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A. (entidade constituida em

resultado desta operação), suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrecida de um *spread* de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. No exercício de 2011 a Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas potenciais neste ativo no montante de 22.299 mEuros, tendo este valor sido reforçado em 10.228 mEuros no decorrer de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui ainda a cedência à Parcaixa dos direitos de crédito sobre 19,5% dos suprimentos concedidos pela Parpública à Sagesecur, no âmbito da realização do capital social desta entidade no momento da sua constituição.

## 22. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Recursos de bancos centrais** | | |
| Recursos - Banco Central Europeu | | |
| Empréstimos, depósitos e outros recursos | | |
| Caixa Geral de Depósitos | 6.950.000 | 9.000.000 |
| Outras entidades do Grupo | 1.465.000 | 1.287.000 |
| Recursos - de outros bancos centrais | | |
| Depósitos e outros recursos | | |
| De Instituições de crédito no país | 150 | 544 |
| De Instituições de crédito no estrangeiro | 51.308 | 4.246 |
| Outros recursos | 2.847 | - |
| Juros a pagar | 60.497 | 11.195 |
| | 8.529.802 | 10.302.985 |
| **Recursos de outras instituições de crédito** | | |
| Depósitos e outros recursos | | |
| De instituições de crédito no país | 1.295.717 | 1.202.239 |
| De instituições de crédito no estrangeiro | 1.357.320 | 2.518.886 |
| Recursos do mercado monetário interbancário | 45.000 | 586.600 |
| Recursos a muito curto prazo | | |
| De instituições de crédito no país | 403.995 | 237.403 |
| De instituições de crédito no estrangeiro | 10.305 | 162.236 |
| Empréstimos | | |
| De instituições de crédito no país | 16.520 | 23.819 |
| De instituições de crédito no estrangeiro | 28.380 | 29.223 |
| Recursos de organismos financeiros internacionais | 85.752 | 53.818 |
| Operações de venda com acordo de recompra | 447.600 | 724.333 |
| Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura | 121 | 219 |
| Juros a pagar | 23.150 | 22.339 |
| Despesas com encargo diferido | (381) | (3.144) |
| | 3.713.479 | 5.557.970 |
| | 12.243.281 | 15.860.954 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Recursos de bancos centrais - Recursos – Banco Central Europeu” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por instrumentos de dívida e outros créditos da carteira do

Grupo. Estes ativos não estão disponíveis para livre circulação e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pelo Grupo com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 9). A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um custo com juros e diferida ao longo do período do contrato.

## 23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|
| Depósitos de poupança | | 1.980.371 | 2.732.795 |
| Outros débitos | | | |
| À vista | i) | 17.788.935 | 17.806.732 |
| A prazo | | | |
| Depósitos | | 44.802.691 | 42.621.894 |
| Produtos de taxa fixa - seguros | | 5.600.888 | 6.269.921 |
| Depósitos obrigatórios | | 318.353 | 337.629 |
| Outros recursos: | | | |
| Cheques e ordens a pagar | | 45.731 | 53.497 |
| Empréstimos | | 151.614 | 159.911 |
| Operações com acordo de recompra | | 17.252 | 25.903 |
| Outros | | 55.135 | 72.248 |
| | ii) | 50.991.664 | 49.541.004 |
| | i)+ii) | 68.780.599 | 67.347.736 |
| Juros a pagar | | 621.669 | 502.129 |
| Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos | | (7.050) | (10.906) |
| Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura | | 38.263 | 25.264 |
| Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas) | | (9.699) | (9.527) |
| | | 643.184 | 506.960 |
| | | 71.404.154 | 70.587.491 |

A rubrica “Produtos de taxa fixa – seguros” corresponde ao valor de seguros de vida classificados como contratos de investimento (Nota 2.16) e que consequentemente são registados de acordo com a IAS 39, de modo similar aos depósitos de clientes da atividade bancária.

## 24. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Obrigações em circulação** | | |
| Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN | | |
| - Remuneração indexada a taxas de juro | 692.189 | 2.159.042 |
| - Taxa de juro fixa | 4.178.847 | 4.254.220 |
| - Remuneração indexada a ações / índices | 266.220 | 335.950 |
| - Remuneração indexada a taxas de câmbio | 611.085 | 777.416 |
| i) | 5.748.341 | 7.526.628 |
| **Obrigações hipotecárias ii)** | 3.001.450 | 5.696.350 |
| **Obrigações sobre o setor público iii)** | 617.150 | 930.900 |
| **Obrigações de caixa** | | |
| - Remuneração indexada a taxas de juro | 23.654 | 26.668 |
| - Remuneração indexada a ações / índices | - | 11.890 |
| - Taxa de juro fixa | - | 6 |
| iv) | 23.654 | 38.564 |
| vi) = i)+ii)+iii)+iv) | 9.390.595 | 14.192.442 |
| **Outros** | | |
| Emissões no âmbito do Programa Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit | | |
| - Papel Comercial | 636.000 | - |
| Emissões no âmbito do Programa US Commercial Paper and Certificates of Deposit | | |
| - Certificados de depósito | 22.738 | 23.186 |
| Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização (Nota 13): | | |
| - Crédito à habitação | 342.891 | 402.830 |
| vii) | 1.001.629 | 426.016 |
| Correção de valor de passivos objeto | | |
| de operações de cobertura | 21.855 | 76.276 |
| Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos | (14.840) | (29.769) |
| Juros a pagar | 191.388 | 258.343 |
| vi)+vii) | 10.590.627 | 14.923.309 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados de dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| EMTN | 127.395 | 200 |
| Obrigações hipotecárias | 4.843.550 | 2.617.000 |
| Obrigações sobre o setor público | 235.450 | 37.600 |
| Outras obrigações de caixa | 4.600.000 | 4.600.000 |
| | 9.806.395 | 7.254.800 |

Em 19 de julho de 2011 e 23 de dezembro de 2011, a Caixa procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas garantidos pelo Estado Português, nos montantes de 1.800.000 mEuros e 2.800.000 mEuros, respetivamente, com as seguintes condições:

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 1.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4,95% e têm vencimento em 19 de julho de 2014;

. Emissão de empréstimo obrigacionista no montante de 2.800.000 mEuros - as obrigações são remuneradas à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 5% e têm vencimento em 23 de dezembro de 2014.

As referidas emissões obedecem às disposições da Lei nº 60-A/2008, de 20 de outubro, da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e das Portarias nº 1219-A/2008, de 23 de outubro e nº 946/2010, de 22 de setembro. As emissões foram integralmente recompradas pela Caixa e encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Como forma de diversificação das fontes de financiamento a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10,000,000,000 Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit” a CGD (diretamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) US Commercial Paper

Ao abrigo deste programa a CGD North America Finance LLC pode emitir “Notes” até um montante global de dois mil milhões de Dólares Norte Americanos. As “Notes” têm maturidade máxima de 1 ano e um montante mínimo de 250.000 Dólares Norte Americanos. As emissões podem ser emitidas a desconto ou ao par. Todas as emissões são garantidas pela CGD.

(iii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iv) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, a emitir diretamente pela CGD até ao montante máximo atual de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de ativos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco

de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 7.845.000 mEuros e 8.345.000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

| DESIGNAÇÃO | Valor nominal | | Data de emissão | Data de reembolso | Periodicidade dos juros | Remuneração | Taxa em 31-12-2012 | Taxa em 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31-12-2012 | 31-12-2011 | | | | | | |
| Hipotecárias Série 1 2006/2016 1º tranche | 2.000.000 | 2.000.000 | 06-12-2006 | 06-12-2016 | Anualmente no dia 6 de dezembro | Taxa Fixa | 3,875% | 3,875% |
| Hipotecárias Série 2 2007/2015 (*) | 900.000 | 900.000 | 30-03-2007 | 30-09-2015 | Semestralmente nos dias 30 de março e 30 de setembro | Taxa Euribor 6meses + 0,04% | 0,477% | 1,786% |
| Hipotecárias Série 3 2007/2012 | - | 2.000.000 | 28-06-2007 | 28-06-2012 | Anualmente no dia 28 de junho | Taxa Fixa | - | 4,625% |
| Hipotecárias Série 4 2007/2022 | 250.000 | 250.000 | 28-06-2007 | 28-06-2022 | Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro | Taxa Euribor 3meses + 0,05% | 0,236% | 1,454% |
| Hipotecárias Série 6 2008/2016 (*) | 200.000 | 200.000 | 27-02-2008 | 29-02-2016 | Semestralmente nos dias 27 de fevereiro e 27 de agosto | Taxa Euribor 6meses + 0,16% | 0,724% | 1,905% |
| Hipotecárias Série 7 2008/2016 | 150.000 | 150.000 | 31-03-2008 | 15-03-2016 | Trimestralmente nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro | Taxa Euribor 3meses - 0,012% | 0,171% | 1,414% |
| Hipotecárias Série 1 2006/2016 2ª tranche | 150.000 | 150.000 | 09-09-2008 | 06-12-2016 | Anualmente no dia 6 de dezembro | Taxa Fixa | 3,875% | 3,875% |
| Hipotecárias Série 8 2008/2038 | 20.000 | 20.000 | 01-10-2008 | 01-10-2038 | Anualmente no dia 1 de outubro | Taxa Fixa | 5,380% | 5,380% |
| Hipotecárias Serie 9 15/09/2016 | 175.000 | 175.000 | 08-10-2009 | 15-09-2016 | Semestralmente nos dias 15 de março e 15 de setembro | Taxa Euribor 6meses + 0,575% | 1,068% | 2,299% |
| Hipotecárias Série 10 2010/2020 | 1.000.000 | 1.000.000 | 27-01-2010 | 27-01-2020 | Anualmente no dia 27 de janeiro | Taxa Fixa | 4,250% | 4,250% |
| Hipotecárias Série 12 2011/2021 FRN (*) | 750.000 | 750.000 | 28-04-2011 | 28-04-2021 | Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro | Taxa Euribor 3meses + 0,75% | 0,949% | 2,338% |
| Hipotecárias Série 13 2011/2021 FRB (*) | 750.000 | 750.000 | 28-04-2011 | 28-04-2021 | Trimestralmente nos dias 28 de janeiro, abril, julho e outubro | Taxa Euribor 3meses + 0,75% | 0,949% | 2,338% |
| Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*) | 1.500.000 | - | 31-07-2012 | 31-07-2022 | Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro | Taxa Euribor 3meses + 0,75% | 0,946% | - |
| | 7.845.000 | 8.345.000 | | | | | | |

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colaterizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões inclui créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a 10.932.732 mEuros e 12.167.353 mEuros, respetivamente (Nota 13).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 128.247 mEuros e 118.065 mEuros, respetivamente (Notas 7).

Em 31 de dezembro de 2012, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch eram de Baa3 e BBB, respetivamente.

(v) Obrigações sobre o Setor Público

Em fevereiro de 2009, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações sobre o Setor Público, até ao montante máximo de 5.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos sobre o setor público que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos sobre administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa de administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados Membros da União Europeia e outras categorias limitadas de ativos, sobre o qual os detentores das obrigações sobre o setor público emitidas detêm um privilégio creditório especial de fonte legal.

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às obrigações sobre o setor público em circulação, deverá representar no mínimo 106,5% do valor nominal global das referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações sobre o setor público emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações sobre o setor público não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das obrigações sobre o setor público não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor nominal de obrigações sobre o Setor Público emitidas pela Caixa ascendia a 900.000 mEuros e 1.000.000 mEuros,respetivamente, resultante de uma emissão efetuada em 21 de julho de 2009, com uma maturidade de 5 anos, com pagamento de juros anuais à taxa fixa de 3,625%.

O património autónomo que garante a emissão é composto por créditos concedidos ao setor público originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a 1.418.068 mEuros 1.620.035 mEuros (Nota 13).

Em 31 de dezembro de 2012, as notações de rating atribuidas às emissões de obrigações sobre o setor público pelas agências Moody's e Fitch eram de Baa3 e BBB-, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

| | 31-12-2012 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações | | | | Obrigações hipotecárias | Outras Obrigações | Total |
| | Ações / Índices | Taxa de câmbio | Taxa de juro | Sub-total | | | |
| Até 1 ano | 140.220 | 177.648 | 1.797.528 | 2.115.396 | - | - | 2.115.396 |
| Entre 1 e 5 anos | 126.000 | 203.616 | 2.812.404 | 3.142.020 | 1.731.450 | 640.804 | 5.514.274 |
| Entre 5 e 10 anos | - | 42.328 | 251.104 | 293.432 | 1.250.000 | - | 1.543.432 |
| Mais de 10 anos | - | 187.493 | 10.000 | 197.493 | 20.000 | - | 217.493 |
| | 266.220 | 611.085 | 4.871.036 | 5.748.341 | 3.001.450 | 640.804 | 9.390.595 |

| | 31-12-2011 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações | | | | Obrigações hipotecárias | Outras Obrigações | Total |
| | Ações / Índices | Taxa de câmbio | Taxa de juro | Sub-total | | | |
| Até 1 ano | 69.000 | 116.078 | 456.431 | 641.509 | 1.989.200 | 11.896 | 2.642.605 |
| Entre 1 e 5 anos | 266.950 | 278.634 | 5.589.280 | 6.134.863 | 2.437.150 | 957.568 | 9.529.581 |
| Entre 5 e 10 anos | - | 156.433 | 357.552 | 513.985 | 1.000.000 | - | 1.513.985 |
| Mais de 10 anos | - | 226.271 | 10.000 | 236.271 | 270.000 | - | 506.271 |
| | 335.950 | 777.416 | 6.413.262 | 7.526.628 | 5.696.350 | 969.464 | 14.192.442 |

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread.*

## 25. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

### Provisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | Entradas/(saidas) do perímetro | Reforços | Reposições e anulações | Utilizações | Diferenças de câmbio | Outros | Saldo em 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Provisões para encargos com benefíciosde empregados (Nota 39) | 497.493 | - | 22.601 | (7.203) | (22.142) | (409) | 59.610 | 549.950 |
| | | | | | | | | |
| Provisões para contingências judiciais | 17.912 | 5.852 | 4.322 | (3.152) | (90) | (735) | 59 | 24.168 |
| Provisões para garantias e compromissos assumidos | 125.111 | - | 68.246 | (3.716) | - | (147) | 3.998 | 193.492 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 246.968 | - | 104.755 | (109.941) | (39.929) | (512) | 4.203 | 205.544 |
| | 389.991 | 5.852 | 177.323 | (116.809) | (40.019) | (1.394) | 8.260 | 423.204 |
| | 887.484 | 5.852 | 199.924 | (124.012) | (62.161) | (1.803) | 67.870 | 973.154 |

| | Saldo em 31-12-2010 | Entradas/(saidas) do perímetro | Reforços | Reposições e anulações | Utilizações | Diferenças de câmbio | Outros | Saldo em 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Provisões para encargos com benefíciosde empregados (Nota 39) | 530.192 | (1.584) | 12.051 | (13.578) | (26.956) | (335) | (2.297) | 497.493 |
| | | | | | | | | |
| Provisões para contingências judiciais | 18.180 | - | 2.366 | (2.347) | (600) | (174) | 487 | 17.912 |
| Provisões para garantias e compromissos assumidos | 142.518 | - | 13.608 | (3.601) | - | 94 | (27.508) | 125.111 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 112.529 | (2.394) | 163.693 | (25.540) | (6.921) | 1.140 | 4.461 | 246.968 |
| | 273.227 | (2.394) | 179.667 | (31.488) | (7.521) | 1.060 | (22.560) | 389.991 |
| | 803.419 | (3.978) | 191.718 | (45.066) | (34.477) | 725 | (24.857) | 887.484 |

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade do Grupo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui 19.417 mEuros relativos a uma contribuição extraordinária para o Sistema de Indemnização de Investidores a efetuar pela CGD, a qual foi liquidada em janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica incluía ainda 50.856 mEuros destinados à cobertura de perdas de imparidade adicionais em títulos de dívida soberana grega registados na carteira de “Investimentos a deter até à maturidade” (Nota 12). Em resultado da participação do Grupo na oferta de troca de dívida soberana proposta pela República da Grécia, concretizada no decurso do primeiro semestre de 2012, esta provisão foi anulada, tendo a imparidade para os referidos títulos sido reforçada também neste período no valor de 49.556 mEuros.

A composição e o movimento nas provisões para encargos com benefícios a empregados são apresentados na Nota 39.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a despender na sua resolução, com base em estimativas da Direção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

As colunas “Reforços” e “Reposições e anulações” do mapa de movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos para o exercício de 2011 incluem encargos líquidos no montante de 582 mEuros que foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados “Resultados em filiais detidos para venda” no referido período decorrente da transferência dos ativos e passivos da HPP Saúde para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda.

### Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Passivos eventuais** | | |
| Ativos dados em garantia | 25.372.587 | 25.400.062 |
| Garantias e avales | 4.612.479 | 5.245.619 |
| Cartas de crédito "stand by" | 67.309 | 123.534 |
| Créditos documentários abertos | 410.835 | 382.499 |
| Aceites e endossos | 1.089 | 2.965 |
| Transações com recurso | 2 | 2 |
| Outros passivos eventuais | - | 8.382 |
| | 30.464.300 | 31.163.063 |
| **Compromissos** | | |
| Compromissos revogáveis | 7.661.564 | 9.617.769 |
| Linhas de crédito irrevogáveis | 1.764.341 | 2.457.880 |
| Outros compromissos irrevogáveis | - | 840.000 |
| Subscrição de títulos | 2.478.281 | 1.541.658 |
| Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD | 155.553 | 155.553 |
| Sistema de indemnização aos investidores | 38.867 | 38.895 |
| Operações a prazo | 96.638 | 99.095 |
| Contratos a prazo de depósitos | | |
| A receber | - | 203.658 |
| A constituir | 2.000 | - |
| Outros | 123.972 | 98.425 |
| | 12.321.216 | 15.052.933 |
| | | |
| **Depósito e guarda de valores** | 60.140.483 | 45.671.855 |

Os ativos dados em garantia apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Instrumentos de dívida** | | |
| Recursos consignados | | |
| BEI - Banco Europeu de Investimento | 1.103.452 | 781.052 |
| Banco de Portugal * | 23.266.065 | 23.297.282 |
| Fundo de Garantia de Depósitos | 209.940 | 195.815 |
| Royal Bank of Scotland | 16.000 | 16.000 |
| Sistema de indemnização aos investidores (futuros) | 32.345 | 29.945 |
| Euronext | 4.000 | 4.000 |
| **Instrumentos de capital** | | |
| JP Morgan | - | 319.838 |
| **Outros ativos** | | |
| Recursos consignados | | |
| Banco Europeu de Desenvolvimento | 692.500 | 692.500 |
| Banco Central Europeu | 47.754 | 30.000 |
| Outros | 531 | 33.629 |
| | 25.372.587 | 25.400.062 |

(*) Engloba a carteira de títulos afetos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos dados em garantia correspondem essencialmente a instrumentos de dívida e instrumentos de capital classificados em rubricas de ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui igualmente títulos de dívida adquiridos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda, cujo valor nominal ascendia nessas datas a 125.000 mEuros. Estes títulos não são reconhecidos em balanço, tendo o valor de aquisição sido registado como empréstimo na rubrica “Crédito a clientes”. O valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia, nas datas referidas, ascendia a 24.431.682 mEuros e 22.050.565 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Outros ativos dados em garantia” inclui créditos concedidos pelo Grupo dados em garantia ao Banco Europeu de Desenvolvimento e ao Banco Central Europeu nos montantes de 692.500 mEuros e 47.754 mEuros, respetivamente (692.500 mEuros e 30.000 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pelo Grupo, apresentam um valor de mercado de 247.329 mEuros e 206.075 mEuros, respetivamente.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal, com exceção dos instrumentos de capital cujo valor de balanço reflete os ajustamentos decorrentes das variações do respetivo valor de mercado.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2012 e 2011, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD ascendeu a 21.728 mEuros e 13.966 mEuros, respetivamente. No exercício de 2011 parte destas responsabilidades, no montante de 1.125 mEuros, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este valor sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.553 mEuros.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção ao exercício de 2005, o qual determina correções à matéria coletável no valor de 155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação integral da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou a referida correção por considerar que o procedimento por si adotado se encontra de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Por esta razão, não foi constituída qualquer provisão para esta correção nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em resultado dos procedimentos de execução fiscal decorrentes das correções anteriormente mencionadas efetuadas pela Administração Fiscal, no decorrer do exercício de 2010, a Caixa procedeu à constituição de um depósito caução no âmbito da prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação. O referido depósito caução, no montante de 50.282 mEuros, encontra-se registado na rubrica “Outros ativos - devedores e outras aplicações - devedores diversos” (Nota 21).

## 26. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|
| **Caixa Seguros** | | | |
| De seguro direto e resseguro aceite: | | | |
| Ramo Vida: | | | |
| Provisão matemática: | | | |
| De contratos de seguro | | 231.791 | 242.714 |
| De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária | | 1.669.080 | 2.025.187 |
| | | 1.900.871 | 2.267.901 |
| Provisão para participação nos resultados | | | 31.574 |
| Provisão para prémios não adquiridos | | | 1.655 |
| Provisão para sinistros: | | | |
| Sinistros declarados | | 101.171 | 125.768 |
| Sinistros não declarados (IBNR) | | 15.354 | 16.242 |
| | | 116.525 | 142.010 |
| Outras provisões técnicas | | | |
| Provisão para compromissos de taxa | | 11.014 | 8.860 |
| Provisão para estabilização de carteira | | 22.291 | 20.687 |
| | | 33.305 | 29.547 |
| Total do ramo vida | | 2.135.770 | 2.472.687 |
| | | | |
| Ramos não Vida: | | | |
| Provisão para prémios não adquiridos | | 274.781 | 288.890 |
| Provisão para sinistros: | | | |
| Sinistros declarados | | 1.666.474 | 1.679.379 |
| Sinistros não declarados (IBNR) | | 103.981 | 111.009 |
| | | 1.770.455 | 1.790.388 |
| | | | |
| Provisão para riscos em curso | | 16.768 | 31.549 |
| Outras provisões técnicas | | | |
| Provisão para participação nos resultados | | 35 | 71 |
| Total dos ramos não vida | | 2.062.039 | 2.110.898 |
| Total dos ramos vida e não vida | | 4.197.809 | 4.583.585 |
| Outras provisões da atividade seguradora | | 16.584 | 12.955 |
| **Subtotal Caixa Seguros** | **i)** | 4.214.393 | 4.596.540 |
| **Garantia** | **ii)** | 9.750 | 11.075 |
| **Total Geral** | **i)+ii)** | 4.224.143 | 4.607.615 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Provisão matemática | Provisão para participação nos resultados | Total | Provisão matemática | Provisão para participação nos resultados | Total |
| **De contratos de seguro:** | | | | | | |
| Capital Vida 4% | 3.696 | 232 | 3.928 | 4.227 | 21 | 4.248 |
| Rendas Ind. 4% | 11.186 | 2.864 | 14.050 | 11.816 | 1.835 | 13.651 |
| Vida c/ Participação | 369 | 3.565 | 3.934 | 475 | 2.664 | 3.139 |
| Rendas Grupo 4% | 100.332 | 1.201 | 101.533 | 108.936 | 990 | 109.926 |
| Vida c/ Participação Bonança | - | 1.650 | 1.650 | - | 2.052 | 2.052 |
| Vida c/ Participação Império | - | 4.204 | 4.204 | - | 4.088 | 4.088 |
| Guaranteed Education Plan | 226 | - | 226 | 107 | - | 107 |
| Guaranteed Savings 5 Years | 7.997 | - | 7.997 | 7.686 | - | 7.686 |
| F Ind. c/Part | 6.506 | 7.403 | 13.909 | 7.190 | 7.285 | 14.475 |
| F Grupo c/Part | 12.730 | 6.996 | 19.726 | 14.405 | 7.543 | 21.948 |
| Seguro de dependência | 113 | - | 113 | 118 | - | 118 |
| Proteção Sénior | 134 | - | 134 | 157 | - | 157 |
| Educação Garantida | 217 | - | 217 | 214 | - | 214 |
| Hipoteca Prima Única (Espanha) | 7.116 | - | 7.116 | 9.672 | - | 9.672 |
| Rentas Individuales Vitalicias T Gar | 110 | - | 110 | 25 | - | 25 |
| LUX-Imperio Previdência | 18 | - | 18 | 19 | - | 19 |
| LUX-Credito Consumo | 11 | - | 11 | 12 | - | 12 |
| LUX-Credito Habitação | 173 | - | 173 | 185 | - | 185 |
| LUX-Seguro Funeral | | | - | - | - | - |
| LUX-CAIXA ASSUR IMMO | 268 | - | 268 | 276 | - | 276 |
| Rendas (ESP) | 20.315 | - | 20.315 | 19.983 | - | 19.983 |
| Postal - Proteção Vida | 5.704 | - | 5.704 | 4.445 | - | 4.445 |
| F Ind. s/Part | 14.203 | - | 14.203 | 11.732 | - | 11.732 |
| F Grupo s/Part | 37.937 | - | 37.937 | 41.034 | - | 41.034 |
| Individual Life Insurance | 7 | - | 7 | - | - | - |
| Ahorro Tipo Garantizado (ESP) | 2.423 | - | 2.423 | - | - | - |
| | 231.791 | 28.115 | 259.906 | 242.714 | 26.478 | 269.192 |

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Provisão matemática | Provisão para participação nos resultados | Total | Provisão matemática | Provisão para participação nos resultados | Total |
| (Continuação) | | | | | | |
| **De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:** | | | | | | |
| Top Reforma 4%-Ind. | 52.203 | 2.831 | 55.034 | 59.937 | 58 | 59.995 |
| Seg Poupança 2ªS 2,75% | - | 580 | 580 | - | 580 | 580 |
| Seg Poupança 3ª/4ªS 3,5% | 15.270 | 3.877 | 19.147 | 17.937 | 1.976 | 19.913 |
| Garantia Crescente 2,75% -Bco | 197 | 42 | 239 | 219 | - | 219 |
| Super Garantia 2,75% (Med) | 2.081 | - | 2.081 | 3.925 | - | 3.925 |
| PIR 4% | 12.686 | 2.855 | 15.541 | 16.099 | 503 | 16.602 |
| Postal Poup Futuro Série A - 3% | 4.774 | - | 4.774 | 5.132 | - | 5.132 |
| Seg Poupança 5ªS 2,75% | 106.663 | 126 | 106.789 | 255.942 | 126 | 256.068 |
| Seg Poupança 6ªS 2,25% | 24.733 | 32 | 24.765 | 29.919 | 32 | 29.951 |
| Postal Poup Futuro Série B - 2,25% | 1.002 | - | 1.002 | 1.068 | - | 1.068 |
| Postal Poupança Segura | 18.442 | - | 18.442 | 26.856 | - | 26.856 |
| Fundo Poupança 7ª S 2% | 26.099 | 1 | 26.100 | 28.568 | 1 | 28.569 |
| Caixa Seguro Liquidez 2% | 16.054 | - | 16.054 | 21.721 | - | 21.721 |
| Postal 4,10% | - | 92 | 92 | 15.221 | 92 | 15.313 |
| Seg.Poupança 9ª Série | 31.388 | 55 | 31.443 | 33.274 | 55 | 33.329 |
| Poupança/PoupaInveste | 2.042 | - | 2.042 | 1.838 | - | 1.838 |
| Cx 10ºS Postal Ser E | 18.961 | - | 18.961 | 20.336 | - | 20.336 |
| LUX-Imperio Poupanca + | 602 | - | 602 | 561 | - | 561 |
| LUX-CPR | 40 | - | 40 | 37 | - | 37 |
| LUX-Compte Epargne Investimente | 519 | - | 519 | 533 | - | 533 |
| LUX-Cx. Invest. Seguro - Pr. Unicos | 2.115 | 48 | 2.163 | 6.152 | 48 | 6.200 |
| LUX-Cx. Invest. Seguro - Pr. Periódicos | 437 | - | 437 | 396 | - | 396 |
| Conta Poupança Reforma Individual | 58.296 | 5.539 | 63.835 | 63.743 | 279 | 64.022 |
| Plano Império Investimento | - | - | - | - | 84 | 84 |
| PUR | 17.244 | 865 | 18.109 | 20.965 | 92 | 21.057 |
| PUR 3,25% | 810 | 206 | 1.016 | 818 | 7 | 825 |
| PUR 2,4% | 10.644 | 1.049 | 11.693 | 14.145 | 259 | 14.404 |
| Conta Poupança Reforma 3% | 7.190 | 622 | 7.812 | 8.763 | 104 | 8.867 |
| Poupainveste 2ª-serie | 2.501 | - | 2.501 | 3.324 | - | 3.324 |
| Top Reforma 4%-Grupo | 1.625 | 283 | 1.908 | 1.603 | 1 | 1.604 |
| Top Reforma 2,75%-Grupo | 12.386 | 1.070 | 13.456 | 12.107 | - | 12.107 |
| Complementos Reforma | 3.351 | 74 | 3.425 | 3.580 | 1 | 3.581 |
| Epargne Libre (FRF) 3,75% | 227.892 | 601 | 228.493 | 240.179 | - | 240.179 |
| Epargne Libre Plus (FRF) | 23.372 | 61 | 23.433 | 22.878 | - | 22.878 |
| Jubilacion BCG (ESP) | - | - | - | 1.905 | 9 | 1.914 |
| Capitalização Grupo | 445 | - | 445 | 323 | 1 | 324 |
| Capital Diferido 1%+PB | - | - | - | 841 | 11 | 852 |
| Grupo Capitalização | 2.924 | 140 | 3.064 | 3.559 | 16 | 3.575 |
| PoupaInveste Empresas | 98 | - | 98 | 120 | - | 120 |
| PUR 3,25% - Grupo | 155 | - | 155 | 504 | - | 504 |
| PUR 2,4% - Grupo | 336 | 49 | 385 | 337 | 31 | 368 |
| PPR/E Fidelidade 4% | 120.841 | 6.617 | 127.458 | 137.237 | 27 | 137.264 |
| PPR/E Rendimento 1ª/2ª S 3,5% | 163.733 | 14.038 | 177.771 | 178.560 | 184 | 178.744 |
| PPR (Clássico) 4% | 29.780 | 704 | 30.484 | 35.450 | 72 | 35.522 |
| Multiplano PPR/E 3% | 6.823 | - | 6.823 | 7.880 | - | 7.880 |
| PPR/E MC Série A 3% | 22.541 | - | 22.541 | 25.678 | - | 25.678 |
| Postal PPR/E Série A 3,25% | 6.349 | - | 6.349 | 7.245 | - | 7.245 |
| PPR/E Rend. 3ª S 2,75% | 125.424 | - | 125.424 | 137.162 | - | 137.162 |
| PPR/E MC Série B 2,75% | 108.689 | 10 | 108.699 | 132.674 | 10 | 132.684 |
| Postal PPR/E Série B 2,75% | 7.989 | - | 7.989 | 9.058 | - | 9.058 |
| PPR/E Capital Garantido | 708 | 1 | 709 | 1.134 | 1 | 1.135 |
| PPR/E Rend 4ªS 2,25% | 25.299 | - | 25.299 | 31.529 | - | 31.529 |
| PPR/E Capital Mais FRN | 28.025 | 3 | 28.028 | 31.928 | 3 | 31.931 |
| Caixa PPR 4% | 9.010 | - | 9.010 | 13.251 | - | 13.251 |
| PPR - Leve Duo | 52.556 | 543 | 53.099 | 61.694 | - | 61.694 |
| Postal PPR 4,10% | 2.924 | 420 | 3.344 | 6.479 | 2 | 6.481 |
| Postal PPR/E Série E | 1.766 | - | 1.766 | 1.705 | - | 1.705 |
| Postal PPR Série F | 1.897 | - | 1.897 | 1.892 | - | 1.892 |
| PPR | 50.214 | 3.855 | 54.069 | 57.833 | 215 | 58.048 |
| PPR | 20.075 | 965 | 21.040 | 23.114 | 1 | 23.115 |
| PPR 3% | 33.255 | 2.679 | 35.934 | 36.954 | 86 | 37.040 |
| Império Bonança Reforma (PPR) -412 | 89.610 | 2.361 | 91.971 | 90.553 | 55 | 90.608 |
| Império Bonança Reforma (PPR/E) -413 | 13.488 | 675 | 14.163 | 14.923 | 4 | 14.927 |
| Império Bonança PPR/E Ganha + | 2.596 | 14 | 2.610 | 2.812 | 14 | 2.826 |
| PPR Ganha + | 12.630 | 24 | 12.654 | 16.471 | 24 | 16.495 |
| PPR Ganha + 3ª Série | 6.503 | - | 6.503 | 7.161 | - | 7.161 |
| IB PPR Leve Duo | 3.074 | 146 | 3.220 | 3.224 | 32 | 3.256 |
| PPR Ganha + 4ª Série Transferências | 4.602 | - | 4.602 | 4.973 | - | 4.973 |
| PPR Rendimento Garantido 5ª S Transfer. | 1.290 | 28 | 1.318 | 1.248 | - | 1.248 |
| FM Invest (FRA) | 100 | - | 100 | - | - | - |
| Levexpert PPR - Serie Q | 11.712 | 1.153 | 12.865 | - | - | - |
| | 1.669.080 | 55.334 | 1.724.414 | 2.025.187 | 5.096 | 2.030.283 |
| Total | 1.900.871 | 83.449 | 1.984.320 | 2.267.901 | 31.574 | 2.299.475 |

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo inicial 31-12-2011 | Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído | Montante atribuível aos segurados por capital próprio | Variação dos custos de aquisição diferidos | Outros | Resultados distribuídos | Saldo final 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Seguro direto e resseguro aceite: | | | | | | | |
| Provisão matemática: | | | | | | | |
| - De contratos de seguro | 242.714 | (11.131) | - | 7 | - | 201 | 231.791 |
| - De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária | 2.025.187 | (355.337) | - | 32 | (1.521) | 719 | 1.669.080 |
| | 2.267.901 | (366.468) | - | 39 | (1.521) | 920 | 1.900.871 |
| Provisão para participação nos resultados | | | | | | | |
| - De contratos de seguro | 26.478 | (572) | 6.809 | - | - | (4.600) | 28.115 |
| - De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária | 5.096 | (18.807) | 69.768 | - | - | (723) | 55.334 |
| | 31.574 | (19.379) | 76.577 | - | - | (5.323) | 83.449 |
| | 2.299.475 | (385.847) | 76.577 | 39 | (1.521) | (4.403) | 1.984.320 |
| Resseguro cedido: | | | | | | | |
| Provisão matemática: | | | | | | | |
| - De contratos de seguro | (7.399) | (2.013) | - | - | - | - | (9.412) |
| | (7.399) | (2.013) | - | - | - | - | (9.412) |
| | 2.292.076 | (387.861) | 76.577 | 39 | (1.521) | (4.403) | 1.974.908 |

| | Saldo inicial 31-12-2010 | Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído | Montante atribuível aos segurados por capital próprio | Variação dos custos de aquisição diferidos | Outros | Resultados distribuídos | Saldo final 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Seguro direto e resseguro aceite: | | | | | | | |
| Provisão matemática: | | | | | | | |
| - De contratos de seguro | 251.069 | (9.454) | - | - | - | 1.099 | 242.714 |
| - De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária | 2.970.247 | (949.054) | | 37 | 1.170 | 2.787 | 2.025.187 |
| | 3.221.316 | (958.508) | - | 37 | 1.170 | 3.886 | 2.267.901 |
| Provisão para participação nos resultados | | | | | | | |
| - De contratos de seguro | 27.107 | 6.718 | (1.617) | - | (149) | (5.581) | 26.478 |
| - De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária | 27.453 | (16.984) | (1.520) | - | (1.066) | (2.787) | 5.096 |
| | 54.560 | (10.266) | (3.137) | - | (1.215) | (8.368) | 31.574 |
| | 3.275.876 | (968.774) | (3.137) | 37 | (45) | (4.482) | 2.299.475 |
| Resseguro cedido: | | | | | | | |
| Provisão matemática: | | | | | | | |
| - De contratos de seguro | (5.020) | (2.378) | - | - | - | - | (7.399) |
| | (5.020) | (2.378) | - | - | - | - | (7.399) |
| | 3.270.856 | (971.152) | (3.137) | 37 | (45) | (4.482) | 2.292.076 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite dos ramos não vida apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prémios diferidos | Custos diferidos | Líquido | Prémios diferidos | Custos diferidos | Líquido |
| Acidentes de trabalho | 14.603 | (2.344) | 12.259 | 14.788 | (2.623) | 12.165 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 11.352 | (2.259) | 9.093 | 15.009 | (2.943) | 12.066 |
| Doença | 24.983 | (4.985) | 19.998 | 26.811 | (4.610) | 22.201 |
| Incêndio e Outros Danos | 93.100 | (15.887) | 77.213 | 92.205 | (16.229) | 75.976 |
| Automóvel | 155.405 | (30.390) | 125.015 | 161.840 | (29.077) | 132.763 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 3.214 | (315) | 2.899 | 3.486 | (403) | 3.083 |
| Responsabilidade Civil Geral | 10.636 | (1.481) | 9.155 | 11.856 | (1.598) | 10.258 |
| Crédito e Cauções | 419 | (55) | 364 | 356 | (37) | 319 |
| Proteção Jurídica | 2.637 | (371) | 2.266 | 2.787 | (388) | 2.399 |
| Assistência | 11.664 | (1.615) | 10.049 | 11.467 | (1.652) | 9.815 |
| Diversos | 7.770 | (1.300) | 6.470 | 9.443 | (1.598) | 7.845 |
| | 335.783 | (61.002) | 274.781 | 350.048 | (61.158) | 288.890 |

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo inicial 31-12-2011 | Responsabilidades originadas no período | Variações cambiais | Saldo final 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|
| **Seguro direto e resseguro aceite:** | | | | |
| Provisão para prémios não adquiridos: | | | | |
| Acidentes de trabalho | 14.788 | (165) | (20) | 14.603 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportad | 15.009 | (3.654) | (3) | 11.352 |
| Doença | 26.811 | (1.826) | (2) | 24.983 |
| Incêndio e Outros Danos | 92.205 | 881 | 14 | 93.100 |
| Automóvel | 161.840 | (6.377) | (58) | 155.405 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 3.486 | (273) | 1 | 3.214 |
| Responsabilidade Civil Geral | 11.856 | (1.217) | (3) | 10.636 |
| Crédito e Cauções | 356 | 64 | (1) | 419 |
| Proteção Jurídica | 2.787 | (150) | - | 2.637 |
| Assistência | 11.467 | 197 | - | 11.664 |
| Diversos | 9.443 | (1.673) | - | 7.770 |
| | 350.048 | (14.193) | (72) | 335.783 |
| Custos de aquisição diferidos: | | | | |
| Acidentes de trabalho | (2.623) | 277 | 2 | (2.344) |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportad | (2.943) | 684 | - | (2.259) |
| Doença | (4.610) | (375) | - | (4.985) |
| Incêndio e Outros Danos | (16.229) | 341 | 1 | (15.887) |
| Automóvel | (29.077) | (1.317) | 4 | (30.390) |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | (403) | 88 | - | (315) |
| Responsabilidade Civil Geral | (1.598) | 117 | - | (1.481) |
| Crédito e Cauções | (37) | (18) | - | (55) |
| Proteção Jurídica | (388) | 17 | - | (371) |
| Assistência | (1.652) | 37 | - | (1.615) |
| Diversos | (1.598) | 298 | - | (1.300) |
| | (61.158) | 149 | 7 | (61.002) |
| | 288.890 | (14.044) | (65) | 274.781 |
| **Resseguro cedido:** | | | | |
| Provisão para prémios não adquiridos: | | | | |
| Acidentes de trabalho | 202 | (195) | - | 7 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportad | 8.082 | (2.876) | (3) | 5.203 |
| Doença | 591 | (477) | - | 114 |
| Incêndio e Outros Danos | 32.815 | (6.341) | 28 | 26.502 |
| Automóvel | 187 | 616 | (25) | 778 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 1.967 | 182 | (1) | 2.148 |
| Responsabilidade Civil Geral | 3.502 | (496) | 1 | 3.007 |
| Crédito e Cauções | 154 | 74 | - | 228 |
| Proteção Jurídica | 52 | (52) | - | - |
| Assistência | - | 11 | - | 11 |
| Diversos | 5.736 | (1.757) | - | 3.979 |
| | 53.288 | (11.311) | - | 41.977 |
| Custos de aquisição diferidos: | | | | |
| Acidentes de trabalho | (6) | 4 | - | (2) |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportad | (3.954) | 1.419 | - | (2.535) |
| Doença | (310) | 278 | - | (32) |
| Incêndio e Outros Danos | (4.479) | 424 | - | (4.055) |
| Automóvel | - | (130) | - | (130) |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | (250) | (3) | - | (253) |
| Responsabilidade Civil Geral | (214) | 24 | - | (190) |
| Crédito e Cauções | (3) | (4) | - | (7) |
| Assistência | - | (1) | - | (1) |
| Diversos | (1.659) | 499 | - | (1.160) |
| | (10.875) | 2.510 | - | (8.365) |
| | 42.413 | (8.801) | - | 33.612 |

| | Saldo inicial 31-12-2010 | Responsabilidades originadas no período | Variações cambiais | Saldo final 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **Seguro direto e resseguro aceite:** | | | | |
| Provisão para prémios não adquiridos: | | | | |
| Acidentes de trabalho | 15.416 | (628) | - | 14.788 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportad | 18.839 | (3.830) | - | 15.009 |
| Doença | 27.680 | (869) | - | 26.811 |
| Incêndio e Outros Danos | 88.224 | 3.958 | 23 | 92.205 |
| Automóvel | 169.018 | (7.180) | 2 | 161.840 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 4.781 | (1.297) | 2 | 3.486 |
| Responsabilidade Civil Geral | 12.202 | (348) | 2 | 11.856 |
| Crédito e Cauções | 317 | 39 | - | 356 |
| Proteção Jurídica | 2.701 | 86 | - | 2.787 |
| Assistência | 11.812 | (345) | - | 11.467 |
| Diversos | 9.540 | (97) | - | 9.443 |
| | 360.530 | (10.512) | 30 | 350.048 |
| Custos de aquisição diferidos: | | | | |
| Acidentes de trabalho | (2.671) | 48 | - | (2.623) |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportad | (3.696) | 753 | - | (2.943) |
| Doença | (5.337) | 727 | - | (4.610) |
| Incêndio e Outros Danos | (15.456) | (773) | - | (16.229) |
| Automóvel | (31.627) | 2.550 | - | (29.077) |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | (372) | (31) | - | (403) |
| Responsabilidade Civil Geral | (1.628) | 30 | - | (1.598) |
| Crédito e Cauções | (25) | (12) | - | (37) |
| Proteção Jurídica | (341) | (47) | - | (388) |
| Assistência | (1.467) | (185) | - | (1.652) |
| Diversos | (1.615) | 17 | - | (1.598) |
| | (64.235) | 3.077 | - | (61.158) |
| | 296.295 | (7.435) | 30 | 288.890 |
| **Resseguro cedido:** | | | | |
| Provisão para prémios não adquiridos: | | | | |
| Acidentes de trabalho | - | 202 | - | 202 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportad | 11.220 | (3.138) | - | 8.082 |
| Doença | 1.856 | (1.265) | - | 591 |
| Incêndio e Outros Danos | 30.956 | 1.859 | - | 32.815 |
| Automóvel | 25 | 150 | 12 | 187 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 3.275 | (1.309) | 1 | 1.967 |
| Responsabilidade Civil Geral | 3.389 | 111 | 2 | 3.502 |
| Crédito e Cauções | 182 | (30) | 2 | 154 |
| Proteção Jurídica | 52 | - | - | 52 |
| Assistência | - | - | - | - |
| Diversos | 6.178 | (442) | - | 5.736 |
| | 57.133 | (3.862) | 17 | 53.288 |
| Custos de aquisição diferidos: | | | | |
| Acidentes de trabalho | - | (6) | - | (6) |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportad | (5.553) | 1.599 | - | (3.954) |
| Doença | (1.152) | 842 | - | (310) |
| Incêndio e Outros Danos | (4.334) | (145) | - | (4.479) |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | (354) | 104 | - | (250) |
| Responsabilidade Civil Geral | (192) | (22) | - | (214) |
| Crédito e Cauções | (4) | 1 | - | (3) |
| Diversos | (1.857) | 198 | - | (1.659) |
| | (13.446) | 2.571 | - | (10.875) |
| | 43.687 | (1.291) | 17 | 42.413 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Declarados | Não declarados | Total | Declarados | Não declarados | Total |
| De seguros de vida: | | | | | | |
| | 101.171 | 15.354 | 116.525 | 125.768 | 16.242 | 142.010 |
| De seguros não vida: | | | | | | |
| Acidentes de trabalho: | | | | | | |
| Provisão matemática | 527.330 | 3.476 | 530.806 | 513.580 | 2.643 | 516.223 |
| Provisão para assistência vitalícia | 137.151 | 18.462 | 155.613 | 130.285 | 16.053 | 146.338 |
| Provisão para assistência temporária | 121.962 | 4.345 | 126.307 | 93.296 | 5.249 | 98.545 |
| | 786.443 | 26.283 | 812.726 | 737.161 | 23.945 | 761.106 |
| Outros seguros: | | | | | | |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transporta | 15.767 | 710 | 16.477 | 14.129 | 773 | 14.902 |
| Doença | 37.540 | 1.809 | 39.349 | 31.113 | 9.051 | 40.164 |
| Incêndio e Outros Danos | 107.382 | 14.764 | 122.146 | 138.038 | 16.774 | 154.812 |
| Automóvel | 562.009 | 50.467 | 612.476 | 610.429 | 49.641 | 660.070 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 15.095 | 930 | 16.025 | 12.734 | 1.214 | 13.948 |
| Responsabilidade Civil Geral | 116.143 | 5.160 | 121.303 | 111.859 | 5.269 | 117.128 |
| Crédito e Cauções | 449 | 56 | 505 | 934 | 24 | 958 |
| Proteção Jurídica | 6.831 | 640 | 7.471 | 6.716 | 730 | 7.446 |
| Assistência | 5.515 | 57 | 5.572 | 3.260 | 91 | 3.351 |
| Diversos | 13.300 | 3.105 | 16.405 | 13.006 | 3.497 | 16.503 |
| | 880.031 | 77.698 | 957.729 | 942.218 | 87.064 | 1.029.282 |
| | 1.666.474 | 103.981 | 1.770.455 | 1.679.379 | 111.009 | 1.790.388 |
| | 1.767.645 | 119.335 | 1.886.980 | 1.805.147 | 127.251 | 1.932.398 |

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo inicial 31-12-2011 | Responsabilidades originadas no período | Montantes pagos | Variações cambiais | Saldo final 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Seguro direto e resseguro aceite:** | | | | | |
| Provisão para sinistros | | | | | |
| De seguros de vida | | | | | |
| i) | 142.010 | 553.050 | (578.535) | - | 116.525 |
| De seguros não vida: | | | | | |
| Acidentes de trabalho | | | | | |
| | 761.106 | 162.803 | (111.203) | 20 | 812.726 |
| Outros seguros: | | | | | |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transport | 14.902 | 8.229 | (6.655) | 1 | 16.477 |
| Doença | 40.164 | 152.616 | (153.431) | - | 39.349 |
| Incêndio e Outros Danos | 154.812 | 66.645 | (99.313) | 2 | 122.146 |
| Automóvel | 660.070 | 292.626 | (340.238) | 18 | 612.476 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 13.948 | 6.896 | (4.819) | - | 16.025 |
| Responsabilidade Civil Geral | 117.128 | 23.460 | (19.285) | - | 121.303 |
| Crédito e Cauções | 958 | 4 | (457) | - | 505 |
| Proteção Jurídica | 7.446 | 510 | (485) | - | 7.471 |
| Assistência | 3.351 | 28.790 | (26.569) | - | 5.572 |
| Diversos | 16.503 | 12.688 | (12.786) | - | 16.405 |
| | 1.029.282 | 592.464 | (664.038) | 21 | 957.729 |
| ii) | 1.790.388 | 755.267 | (775.241) | 41 | 1.770.455 |
| i)+ii) | 1.932.398 | 1.308.317 | (1.353.776) | 41 | 1.886.980 |
| **Resseguro cedido (Nota 20):** | | | | | |
| Provisão para sinistros | | | | | |
| De seguros de vida | | | | | |
| i) | 15.401 | (13.252) | 10.830 | - | 12.979 |
| De seguros não vida: | | | | | |
| Acidentes de trabalho | | | | | |
| | 1.455 | (3.246) | 2.116 | - | 325 |
| Outros seguros: | | | | | |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transport | 6.634 | (640) | 1.366 | - | 7.360 |
| Doença | 366 | (348) | 395 | - | 413 |
| Incêndio e Outros Danos | 86.817 | (64.947) | 38.416 | (2) | 60.284 |
| Automóvel | 15.630 | (3.320) | 2.182 | (9) | 14.483 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 7.262 | 258 | 2.714 | - | 10.234 |
| Responsabilidade Civil Geral | 24.345 | 625 | 5.127 | - | 30.097 |
| Crédito e Cauções | 6 | (403) | 415 | - | 18 |
| Diversos | 12.296 | (13.074) | 13.943 | - | 13.165 |
| | 153.356 | (81.849) | 64.558 | (11) | 136.054 |
| ii) | 154.811 | (85.095) | 66.674 | (11) | 136.379 |
| i)+ii) | 170.212 | (98.347) | 77.504 | (11) | 149.358 |

| | Saldo inicial 31-12-2010 | Responsabilidades originadas no período | Montantes pagos | Variações cambiais | Saldo final 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Seguro direto e resseguro aceite:** | | | | | |
| Provisão para sinistros | | | | | |
| De seguros de vida | | | | | |
| i) | 167.675 | 1.162.264 | (1.187.929) | - | 142.010 |
| De seguros não vida: | | | | | |
| Acidentes de trabalho | | | | | |
| | 758.782 | 121.688 | (119.364) | - | 761.106 |
| Outros seguros: | | | | | |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transport | 14.256 | 8.583 | (7.937) | - | 14.902 |
| Doença | 49.446 | 146.049 | (155.331) | - | 40.164 |
| Incêndio e Outros Danos | 170.583 | 126.784 | (142.555) | - | 154.812 |
| Automóvel | 702.071 | 324.849 | (366.850) | - | 660.070 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 40.826 | (17.896) | (8.982) | - | 13.948 |
| Responsabilidade Civil Geral | 128.455 | 6.575 | (17.902) | - | 117.128 |
| Crédito e Cauções | 946 | 346 | (334) | - | 958 |
| Proteção Jurídica | 6.895 | 796 | (245) | - | 7.446 |
| Assistência | 17.247 | 14.677 | (28.573) | - | 3.351 |
| Diversos | 15.625 | 14.434 | (13.556) | - | 16.503 |
| | 1.146.350 | 625.197 | (742.265) | - | 1.029.282 |
| ii) | 1.905.132 | 746.885 | (861.629) | - | 1.790.388 |
| i)+ii) | 2.072.807 | 1.909.149 | (2.049.558) | - | 1.932.398 |
| **Resseguro cedido (Nota 20):** | | | | | |
| Provisão para sinistros | | | | | |
| De seguros de vida | | | | | |
| i) | 17.186 | (10.683) | 8.898 | - | 15.401 |
| De seguros não vida: | | | | | |
| Acidentes de trabalho | | | | | |
| | 1.454 | (82) | 83 | - | 1.455 |
| Outros seguros: | | | | | |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transport | 3.225 | 2.893 | 516 | - | 6.634 |
| Doença | 256 | (36) | 146 | - | 366 |
| Incêndio e Outros Danos | 101.069 | (91.718) | 77.466 | - | 86.817 |
| Automóvel | 17.995 | (4.515) | 2.150 | - | 15.630 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 31.781 | (30.854) | 6.335 | - | 7.262 |
| Responsabilidade Civil Geral | 26.299 | (3.616) | 1.662 | - | 24.345 |
| Crédito e Cauções | 34 | (36) | 8 | - | 6 |
| Diversos | 12.125 | (6.688) | 6.859 | - | 12.296 |
| | 192.784 | (134.570) | 95.142 | - | 153.356 |
| ii) | 194.238 | (134.652) | 95.225 | - | 154.811 |
| i)+ii) | 211.424 | (145.335) | 104.123 | - | 170.212 |

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo inicial 31-12-2011 | Dotações no período | Variações cambiais | Saldo final 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|
| Seguro direto e resseguro aceite: | | | | |
| Acidentes de trabalho | 3.472 | (1.188) | - | 2.284 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 8 | 74 | - | 82 |
| Doença | 7.804 | (6.895) | - | 909 |
| Incêndio e Outros Danos | 5.061 | (3.214) | - | 1.847 |
| Automóvel | 13.606 | (3.247) | - | 10.359 |
| Responsabilidade Civil Geral | 823 | (98) | - | 725 |
| Crédito e Cauções | 25 | 1 | - | 26 |
| Proteção Jurídica | 1 | (1) | - | - |
| Assistência | 749 | (213) | - | 536 |
| | 31.549 | (14.781) | - | 16.768 |

| | Saldo inicial 31-12-2010 | Dotações no período | Variações cambiais | Saldo final 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| Seguro direto e resseguro aceite: | | | | |
| Acidentes de trabalho | 4.995 | (1.523) | - | 3.472 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 169 | (161) | - | 8 |
| Doença | 605 | 7.199 | - | 7.804 |
| Incêndio e Outros Danos | 7.009 | (1.948) | - | 5.061 |
| Automóvel | 26.225 | (12.619) | - | 13.606 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 17 | (17) | - | - |
| Responsabilidade Civil Geral | 2.757 | (1.934) | - | 823 |
| Crédito e Cauções | 4 | 21 | - | 25 |
| Proteção Jurídica | - | 1 | - | 1 |
| Assistência | 737 | 12 | - | 749 |
| Diversos | 1.170 | (1.170) | - | - |
| | 43.688 | (12.139) | - | 31.549 |

## 27. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Obrigações | 2.871.659 | 2.080.970 |
| Empréstimos | 22.975 | 23.708 |
| | 2.894.634 | 2.104.678 |
| Juros a pagar | 37.107 | 16.689 |
| Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos | (42.682) | (45.227) |
| Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura | 8 | (723) |
| | 2.889.067 | 2.075.416 |

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações são convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;

- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;

- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do periodo de investimento (cinco anos);

- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado;

- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

| Emitente | Designação | Moeda | Valor de emissão | Valor de balanço 31-12-2012 | Valor de balanço 31-12-2011 | Data de realização | Data de reembolso | Taxa/ pagamento de juros | Cláusula de reembolso antecipado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado | EUR | 900.000 | 900.000 | - | 29-06-2012 | 29-06-2017 | 1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro. | A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal. |
| Caixa Geral de Depósitos | Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019 | EUR | 538.552 | 537.629 | 536.823 | 11-05-2009 | 13-05-2019 | Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014. |
| Caixa Geral de Depósitos | Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (1ª emissão) | EUR | 400.000 | 379.898 | 392.811 | 12-11-2007 | 13-11-2017 | Euribor 12 meses. Caso não ocorra reembolso antecipado 5,80%. Pagamento de juros anual, no dia 12 de novembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano. |
| Caixa Geral de Depósitos | Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão) | EUR | 369.045 | 368.522 | 369.045 | 03-11-2008 | 05-11-2018 | 2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano. |
| Caixa Geral de Depósitos | Floating Rate Notes due December 2017 | EUR | 125.000 | 125.000 | 125.000 | 27-12-2007 | 27-12-2017 | 5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Floating Rate Notes due December 2017 | EUR | 120.000 | 105.000 | 95.715 | 17-12-2007 | 17-12-2017 | Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012. |
| CGD (Sucursal de França) | Floating Rate Undated Subordinated Notes | EUR | 110.000 | 209 | 209 | 18-12-2002 | Perpétuo | Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012. |

| Emitente | Designação | Moeda | Valor de emissão | Valor de balanço 31-12-2012 | Valor de balanço 31-12-2011 | Data de realização | Data de reembolso | Taxa/ pagamento de juros | Cláusula de reembolso antecipado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Caixa Subordinadas Renda Mais 2005/2015 | EUR | 104.891 | - | 104.891 | 29-06-2005 | 03-07-2015 | Euribor 6 meses + 0,25%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 6 meses + 0,75%. Pagamento de juros semestral, nos dias 3 de janeiro e julho. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 10º cupão. |
| Caixa Geral de Depósitos | Lower Tier 2 due March 3, 2028 | EUR | 100.000 | 100.000 | 100.000 | 03-03-2008 | 03-03-2028 | 5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março. | N/A. |
| Caixa Geral de Depósitos | Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão) | EUR | 81.595 | 81.245 | 81.450 | 12-11-2007 | 13-11-2017 | 1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10% respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano. |
| Caixa Geral de Depósitos | Floating Rate Notes due December 2017 | EUR | 50.000 | 50.000 | 50.000 | 28-12-2007 | 28-12-2017 | Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012. |
| CGD (Sucursal de França) | Floating Rate Notes | EUR | 21.000 | 21.000 | 21.000 | 14-07-2005 | 28-06-2016 | Euribor 6 meses + 0,22%. Pagamento de juros semestral, nos dias 28 de junho e dezembro. | N/A. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |

| Emitente | Designação | Moeda | Valor de emissão | Valor de balanço 31-12-2012 | Valor de balanço 31-12-2011 | Data de realização | Data de reembolso | Taxa/ pagamento de juros | Cláusula de reembolso antecipado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017 | EUR | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 30-07-2007 | 31-07-2017 | 1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |

| Emitente | Designação | Moeda | Valor de emissão | Valor de balanço 31-12-2012 | Valor de balanço 31-12-2011 | Data de realização | Data de reembolso | Taxa/ pagamento de juros | Cláusula de reembolso antecipado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Fixed to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado) | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral de Depósitos | Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017 | EUR | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 03-12-2007 | 04-12-2017 | 1º cupão indexado ao Fundo Caixagest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado). | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral Finance | Floating Rate Undated Subordinated Notes | EUR | 110.000 | 1.156 | 1.157 | 18-12-2002 | Perpétuo | Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral Finance | Floating Rate Notes due December 2017 | EUR | 55.000 | 55.000 | 55.000 | 17-12-2007 | 17-12-2017 | Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012. |
| Caixa Geral Finance | Floating Rate Notes due 2016 | USD | 265.000 | 17.014 | 17.868 | 06-12-2006 | 20-12-2016 | Libor 3 meses + 0,25%. Caso não ocorra reembolso antecipado Libor 3 meses + 0,75%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 20 de março, junho, setembro e dezembro. | Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 20 de dezembro de 2011. |

| Emitente | Designação | Moeda | Valor de emissão | Valor de balanço 31-12-2012 | Valor de balanço 31-12-2011 | Data de realização | Data de reembolso | Taxa/ pagamento de juros | Cláusula de reembolso antecipado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Banco Comercial e de Investimentos | Obrigações Subordinadas do BCI 2008-2018 | MZN | 216.000 | 5.161 | 5.819 | 16-10-2008 | 16-10-2018 | 1º cupão 15,25%. Cupões seguintes indexados à taxa média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo igual ou superior a 90 dias, acrescida de 1%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 16 de janeiro, abril, julho e outubro. | O Emitente poderá efetuar o reembolso antecipado, total ou parcial, ao par, por redução ao valor nominal, na data de vencimento do 2º período de contagem de juros e, posteriormente, em cada data de pagamento de juros. |
| Banco Comercial do Atlântico | Obrigações BCA Crescente 2017 | CVE | 500.000 | 4.521 | 4.535 | 17-12-2010 | 17-12-2017 | 1º e 2º ano 5,75%, 3º e 4º ano 5,85%, 5º e 6º ano 6% e 7º ano 6,25%. Pagamento de juros semestral, nos dias 17 de junho e dezembro. | O Emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal da dívida *outstanding* a partir do 5º cupão, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0.5% sobre o valor nominal das obrigações que seriam amortizadas nos períodos subsequentes. |
| Banco Interatlântico | Obrigações BI 2014 | CVE | 500.000 | 3.910 | 3.658 | 08-07-2008 | 08-07-2018 | Euribor 6 meses + 0,9% até ao 2º cupão. 6,0% até julho de 2013 . A partir dessa data, taxa da última emissão de OT's a 5 anos + 0,5%. Pagamento de juros semestral, no dia 8 de janeiro e julho. | O emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal ou parcial da dívida *outstanding* ao fim do 1º ano, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0.5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar. |
| Banco Comercial e de Investimentos | Empréstimo Subordinado IFC | USD | 8.500 | 6.526 | 6.754 | 20-03-2009 | 15-06-2015 | Libor 3 meses + 3,00% + 0,5% caso se verifiquem condições contratuais. Pagamento de juros trimestral, nos dias 15 de março, junho, setembro e dezembro. | O Mutuário (BCI) poderá pagar antecipadamente o empréstimo, no todo ou em parte, em qualquer data de pagamento de juros no dia 15 de dezembro de 2009 ou após essa data, mediante notificação com uma antecedência mínima de 30 dias à IFC. |
| Banco Comercial e de Investimentos | Empréstimo Subordinado BPI | USD | 3.704 | 2.843 | 2.943 | 30-07-2008 | 30-07-2018 | Libor 3 meses + 3,00%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de janeiro, abril, julho e outubro. | A antecipação do reembolso do capital, total ou parcial, só poderá ocorrer por iniciativa do BCI e mediante a prévia autorização do Banco de Moçambique. |

## 28. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Credores | | |
| Recursos consignados | 853.983 | 1.164.620 |
| Fornecedores de bens de locação financeira | 9.854 | 14.562 |
| Outros fornecedores | 87.686 | 96.887 |
| Recursos - conta caução | 150.349 | 164.602 |
| Recursos - conta subscrição | 28.137 | 3.863 |
| Recursos - conta cativa | 3.973 | 11.919 |
| Credores diversos: | | |
| Credores por seguro direto e resseguro | 240.350 | 204.200 |
| Credores por cedência de factoring | 28.341 | 28.641 |
| Caixa Geral de Aposentações | 46.123 | 19.694 |
| Fundo de Pensões CGD | 226 | 47.837 |
| Credores por operações sobre futuros | 19.686 | 16.335 |
| Credores por operações sobre valores mobiliários | 186 | 185 |
| Outros | 642.660 | 464.867 |
| Outras exigibilidades: | | |
| Notas em circulação - Macau (Nota 21) | 411.100 | 334.588 |
| Retenção de impostos na fonte | 70.369 | 70.997 |
| Contribuições para a Segurança Social | 13.949 | 11.841 |
| Outros impostos a pagar | 20.722 | 34.937 |
| Cobranças por conta de terceiros | 1.652 | 1.591 |
| Outros | 17.601 | 22.331 |
| Encargos a pagar | 234.927 | 271.381 |
| Receitas com rendimento diferido | 57.665 | 120.531 |
| Operações passivas a regularizar | 385.428 | 361.776 |
| Operações de Bolsa | 570 | 2.405 |
| | 3.325.537 | 3.470.590 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros recursos”, inclui 145.568 mEuros e 162.885 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados na Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações “Swap de taxa de juro” (IRS).

Em 31 de dezembro de 2011 o valor relativo ao Fundo de Pensões CGD, inclui 46.886 mEuros respeitantes a contribuições da CGD a entregar ao Fundo (Nota 39).

Em 31 de dezembro de 2012, as condições dos “Recursos consignados” podem ser resumidas da seguinte forma:

| DENOMINAÇÃO | CONTRAPARTE | Saldo em 31-12-2012 | Data de início | Data de vencimento |
|---|---|---|---|---|
| CGD Empréstimo Global XI | Banco Europeu de Investimento | 146.667 | 25-06-2003 | 15-06-2023 |
| CGD Empréstimo Global X | Banco Europeu de Investimento | 133.333 | 21-11-2002 | 15-09-2022 |
| Mid-Cap I taxa revisível | Banco Europeu de Investimento | 90.909 | 14-12-2007 | 15-09-2022 |
| CGD - Empréstimo Global XII - B | Banco Europeu de Investimento | 75.000 | 19-11-2004 | 13-09-2024 |
| CGD - Empréstimo Global XIII | Banco Europeu de Investimento | 65.625 | 12-10-2006 | 15-09-2026 |
| Hospital Braga | Banco Europeu de Investimento | 65.000 | 28-07-2009 | 09-06-2020 |
| Projeto Scut Açores | Banco Europeu de Investimento | 60.000 | 11-01-2008 | 15-09-2034 |
| CGD Reabilitação Urbana | Banco Europeu de Investimento | 54.389 | 11-12-2003 | 15-12-2023 |
| Framework Loan Agreement | CEB - Council of Europe Development Bank | 50.000 | 23-06-2004 | 23-06-2014 |
| Projeto Tejo Energia CCGT | Banco Europeu de Investimento | 47.542 | 09-12-2009 | 15-09-2026 |
| CGD - Empréstimo Global XII - A | Banco Europeu de Investimento | 33.333 | 15-12-2004 | 15-09-2014 |
| CEB - PARES | CEB - Council of Europe Development Bank | 18.449 | 23-12-2009 | 23-12-2024 |
| CEB - Educação | CEB - Council of Europe Development Bank | 13.516 | 21-11-2008 | 21-11-2023 |
| Operações realizadas pelo Banco Comercial Atlântico | | 23 | | |
| Outros | | 196 | | |
| | | 853.983 | | |

Em 31 de dezembro de 2012, os recursos consignados da CGD eram remunerados à taxa de juro média anual de 0,424%.

## 29. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Número de ações | 1.180.000.000 | 1.030.000.000 |
| Valor unitário (Euros) | 5 | 5 |
| Capital Social | 5.900.000.000 | 5.150.000.000 |

***Aumentos de Capital***

Por deliberação de 24 de novembro de 2011, o acionista único aprovou a realização de um aumento de capital no montante de 100.000 mEuros, através da emissão de 20.000.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada. Este aumento de capital foi realizado pela incorporação de 98.573 mEuros provenientes de reservas de reavaliação legal de imobilizado e 1.427 mEuros provenientes de outras reservas, disponíveis para o efeito.

Em 29 de Junho de 2012, no decurso da deliberação do acionista de 27 de Junho desse mesmo mês, foi realizado um aumento de capital de 750.000 mEuros, através da emissão de 150.000.000 novas ações com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em numerário.

Adicionalmente, nesta data a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (Nota 27).

O aumento de capital e a emissão de instrumentos híbridos serviram para assegurar o cumprimento de um rácio core tier 1 de 9% em 30 de Junho de 2012, de acordo com a Recomendação da European Banking Authority (EBA), de 8 de Dezembro de 2011 (EBA/REC/2011/1).

Essa recomendação proposta pela Autoridade Bancária Europeia (acolhida pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 5/2012), com o acordo do Conselho Europeu de 26 de Outubro de 2011, requer que os bancos constituam um buffer temporário de capital que lhes permita atingir um rácio de Core Tier I de 9% em 30 de Junho de 2012, considerando as exposições de dívida soberana valorizadas a preços de mercado de 30 de Setembro de 2011.

## 30. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8) | (31.771) | (1.858.729) |
| Ativos com acordo de recompra | (1.299) | (11.314) |
| Investimentos a deter até à maturidade | (156.594) | (208.179) |
| | (189.664) | (2.078.222) |
| Outras reservas e resultados transitados | | |
| - Reserva legal - CGD | 862.906 | 862.906 |
| - Outras reservas | 560.617 | 971.055 |
| - Resultados transitados | (444.414) | (125.264) |
| | 979.109 | 1.708.697 |
| Resultado consolidado atribuível ao acionista da Caixa | (394.715) | (488.425) |
| | 394.730 | (857.950) |

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as “Outras reservas e resultados transitados” incluem as reservas legais da CGD, no montante de 862.906 mEuros, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 110.425 mEuros e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

| | |
|---|---|
| Imobilizações corpóreas: | |
| Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho | 1.752 |
| Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro | 1.219 |
| Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio | 2.304 |
| Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril | 8.974 |
| Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro | 22.880 |
| Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro | 24.228 |
| Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro | 48.345 |
| Imobilizações financeiras | 723 |
| | 110.425 |

No decorrer do exercício de 2011, a CGD realizou um aumento de capital através da incorporação de reservas disponíveis. Para o efeito foram utilizados 98.573 mEuros

provenientes de reservas de reavaliação legal de imobilizado e 1.427 mEuros provenientes de outras reservas (Nota 29).

A “Reserva de justo valor” reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra avaliados por contrapartida de capital próprio e investimentos a deter até à maturidade (apenas no que respeita a ativos reclassificados para esta categoria da classe de ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são amortizadas até à extinção do respetivo instrumento financeiro), líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída nas “Outras reservas”.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a contribuição líquida das sucursais e filiais para o resultado consolidado da CGD é a seguinte:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Caixa Geral de Depósitos, S.A.** | | |
| Caixa Geral de Depósitos | (354.772) | (589.279) |
| Sucursal de Espanha | (117.322) | (70.449) |
| Sucursal de França | 17.758 | 38.952 |
| Sucursal de Londres | 9.317 | 855 |
| Sucursal do Luxemburgo | (7.569) | (1.052) |
| Sucursal de Cayman | 7.286 | (13.466) |
| Sucursal de Timor | 4.143 | 807 |
| Sucursal de Nova Iorque | 3.903 | 3.224 |
| Sucursal Financeira Exterior da Madeira | 366 | 43.697 |
| Sucursal do Zhuhai | 9 | 7 |
| | (436.882) | (586.705) |
| **Contribuição para o resultado das filiais:** | | |
| Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (a) | 88.860 | 4.847 |
| Caixa Imobiliário | (31.428) | (404) |
| Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) | 31.000 | 27.788 |
| Banco Caixa Geral, S.A. (a) | (25.428) | (510) |
| Imocaixa | (23.071) | (2.841) |
| Cibergradual | (22.799) | - |
| Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD | (20.551) | (5.531) |
| Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A. | (20.096) | (5.845) |
| Caixa – Banco de Investimento, S.A. (a) | 19.540 | 4.985 |
| Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. | 18.370 | 12.013 |
| Inmobiliaria Caixa Geral, SL | (16.634) | (6.459) |
| Mercantile Bank Holdings, Ltd. | 14.020 | 11.220 |
| BCG Totta de Angola | 11.349 | 9.594 |
| Parcaixa, SGPS, S.A. | 9.832 | 9.454 |
| Banco Caixa Geral - Brasil, S.A. | 6.572 | 5.504 |
| Wolfpart, Sgps | (6.266) | (6.263) |
| Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. | 3.912 | 4.376 |
| CGD Macau | 3.304 | 2.174 |
| Caixagest Oportunidades FEI | 3.092 | 129 |
| Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. | 2.995 | 1.142 |
| Fundo Invest. Imob. Fech.p/ Arrend. Hab. | (2.756) | 716 |
| CGD Investimentos CVC | (2.592) | - |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 1.802 | (4.386) |
| Caixagest Private Equity FEI | 1.605 | 8.084 |
| FCR Empreender + | (1.462) | (1.177) |
| Caixagest Infra-Estruturas FEI | 1.441 | 994 |
| Caixagest Imobiliario Internacional FEI | (1.280) | 5.264 |
| CGD Finance | (385) | 15.767 |
| Outras | 530 | (489) |
| | 43.477 | 90.144 |
| **Contribuição para o resultado das empresas associadas:** | | |
| Torre Ocidente | (1.493) | 3.263 |
| SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. | (1.232) | 3.559 |
| Outras | 1.415 | 1.313 |
| | (1.310) | 8.135 |
| **Resultado consolidado atribuível ao acionista da CGD** | (394.715) | (488.425) |

(a) Demonstrações Financeiras Consolidadas

***Distribuição do resultado do exercício***

*Exercício de 2010*

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2011, foi deliberada a retenção integral do resultado do exercício de 2010, tendo a sua distribuição sido efetuada mediante a incorporação de 9.451 mEuros na reserva legal, 13.423 mEuros em reservas livres e o remanescente (24.382 mEuros) sido afeto à cobertura de resultados transitados negativos.

*Exercício de 2011*

Em Assembleia Geral realizada em Maio de 2012, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2011, no montante de 316.255 mEuros, em resultados transitados.

## 31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Parcaixa, SGPS, S.A. (c) | 475.621 | 496.123 |
| Partang, SGPS (b) | 170.571 | 160.235 |
| Caixa Geral Finance | 96.305 | 96.465 |
| Caixagest Imobiliário Internacional FEI | 70.984 | 73.837 |
| Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. | 65.917 | 56.090 |
| Caixagest Private Equity FEI | 26.894 | 26.224 |
| Caixagest Infra-Estruturas FEI | 26.035 | 25.315 |
| Caixagest Estratégia Dinâmica | 20.531 | 22.554 |
| Caixagest Oportunidades FEI | 8.869 | 12.766 |
| Fundo Especial Investimento Aberto Caixagest Estratégias Alternativas | 5.052 | 5.853 |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L. | 4.941 | 11.813 |
| Banco Interatlântico, S.A.R.L. | 3.945 | 4.024 |
| Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (a) | 2.974 | 4.046 |
| Credip - IFIC, S.A. | 2.359 | 2.379 |
| A Promotora - Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L. | 1.179 | 1.157 |
| Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. | 1.086 | 1.635 |
| Mercantile Bank Holdings, Ltd. | 713 | 12.973 |
| Banco Nacional de Investimentos (Moçambique) | - | 30.233 |
| FCR Energias Renováveis - Caixa Capital | - | 4.810 |
| Outras | 1.341 | (3.330) |
| | 985.316 | 1.045.203 |

(a) Demonstrações Financeiras Consolidadas
(b) Inclui a atividade do Banco Caixa Geral Totta Angola
(c) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman com um capital social de 1.000 Euros. Em 28 de junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 250.000 mEuros. Caso seja decidida pelos seus Diretores a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 28 de junho de 2014 ao preço de 1.000 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

Em 30 de setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 350.000 mEuros. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 30 de setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

No decurso da sua atividade, o Grupo tem vindo a proceder à recompra de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance, cujo valor acumulado em 31 de dezembro de 2012 ascende a 505.166 mEuros (503.766 mEuros em 31 de dezembro de 2011). Em resultado desta situação, o Grupo registou no exercício de 2012 ganhos, líquidos de efeito fiscal, no montante de aproximadamente 490 mEuros, os quais foram reconhecidos por contrapartida de "Outras reservas" (126.186 mEuros em 2011).

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2012 e 2011 apresenta o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Partang, SGPS (a) | 32.044 | 27.248 |
| Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. | 17.649 | 11.541 |
| Parcaixa, SGPS, S.A. (b) | (7.193) | 7.843 |
| Caixa Geral Finance | 1.549 | 7.379 |
| Caixagest Oportunidades FEI | 1.335 | 91 |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 1.235 | 3.506 |
| Caixagest Infra-Estruturas FEI | 720 | 496 |
| Caixagest Private Equity FEI | 573 | 3.277 |
| | | |
| Banco Nacional de Investimento - Moçambique | - | (1.760) |
| Outras | 1.365 | (2.617) |
| | 48.744 | 59.236 |

(a) Inclui a atividade do Banco Caixa Geral Totta Angola
(b) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

## 32. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Juros e rendimentos similares:** | | |
| Juros de aplicações em instituições de crédito no país | 43.227 | 66.920 |
| Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro | 35.831 | 24.315 |
| Juros de crédito interno | 1.751.920 | 2.035.665 |
| Juros de crédito ao exterior | 635.607 | 533.046 |
| Juros de crédito vencido | 45.482 | 39.347 |
| Juros de ativos financeiros detidos para negociação | | |
| - Derivados | 1.152.211 | 1.318.864 |
| - Títulos | 30.860 | 29.769 |
| Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 4.399 | 5.856 |
| Juros de ativos financeiros disponíveis para venda | 693.916 | 741.027 |
| Juros de derivados de cobertura | 32.876 | 47.687 |
| Juros de devedores e outras aplicações | 29.863 | 9.535 |
| Juros de disponibilidades | 15.449 | 23.544 |
| Juros de outros créditos e outros valores a receber | 185.890 | 182.456 |
| Outros juros e rendimentos similares | 7.573 | 8.101 |
| Comissões recebidas associadas ao custo amortizado | 120.826 | 107.382 |
| Outros | 288.370 | 194.289 |
| | 5.074.298 | 5.367.805 |
| **Juros e encargos similares:** | | |
| Juros de depósitos | | |
| - Do sector público administrativo | 47.966 | 94.564 |
| - De outros residentes | 970.108 | 718.715 |
| - De emigrantes | 56.761 | 49.731 |
| - De outros não residentes | 316.503 | 185.008 |
| - Produtos de taxa fixa - seguros | 158.634 | 164.718 |
| - Outros | 617 | 765 |
| Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro | 73.867 | 94.366 |
| Juros de recursos de instituições de crédito no país | 111.626 | 138.949 |
| Juros de swaps | 1.127.070 | 1.272.096 |
| Juros de outros passivos de negociação | 3.116 | 3.273 |
| Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado | 506.692 | 616.349 |
| Juros de derivados de cobertura | 13.450 | 22.535 |
| Juros de passivos subordinados | 122.031 | 71.835 |
| Outros juros e encargos similares | 41.021 | 54.339 |
| Comissões pagas associadas ao custo amortizado | 13.594 | 11.536 |
| Outros | 167.227 | 183.533 |
| | 3.730.283 | 3.682.312 |

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Juros e encargos similares - juros de passivos subordinados", inclui 38.231 mEuros relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 27).

## 33. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Portugal Telecom, SGPS, S.A. | 34.756 | 85.283 |
| EDP - Energias de Portugal, S.A. | 6.204 | 4.202 |
| ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. | 5.310 | 5.317 |
| Galp Energia, SGPS, S.A. | 4.459 | 1.951 |
| ADP - Águas de Portugal, S.A. | 2.850 | 5.130 |
| Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A. | - | 2.803 |
| Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento | 57.150 | 32.680 |
| Outros | 8.214 | 9.358 |
| | 118.942 | 146.724 |

## 34. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Rendimentos de serviços e comissões:** | | |
| Meios de pagamento | 246.967 | 241.463 |
| Serviços prestados a terceiros | 112.560 | 107.768 |
| Em operações de crédito | 143.541 | 142.727 |
| Gestão de ativos | 45.597 | 46.892 |
| Garantias prestadas | 76.085 | 64.054 |
| Operações sobre instrumentos financeiros | 20.374 | 12.725 |
| Outros | 32.833 | 40.359 |
| | 677.957 | 655.988 |
| **Encargos com serviços e comissões:** | | |
| Meios de pagamento | 107.945 | 104.529 |
| Serviços prestados por terceiros | 23.769 | 12.407 |
| Em operações de crédito | 1.680 | 3.734 |
| Gestão de ativos | 5.800 | 7.544 |
| Garantias obtidas | 677 | 576 |
| Operações sobre instrumentos financeiros | 20.368 | 16.890 |
| Outros | 9.074 | 5.328 |
| | 169.314 | 151.008 |

## 35. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|
| **Resultados cambiais:** | | | |
| Reavaliação da posição cambial | | 196.631 | 2.052 |
| Resultados em derivados cambiais | | (85.454) | 54.909 |
| | | 111.178 | 56.960 |
| **Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação:** | | | |
| Em títulos: | | | |
| Instrumentos de dívida | | 65.289 | (36.263) |
| Instrumentos de capital | | (19.764) | (32.123) |
| Outros instrumentos | | 470 | (2.411) |
| | i) | 45.994 | (70.797) |
| Em derivados: | | | |
| Taxa de juro | | (98.762) | (243.124) |
| Cotações | | 13.437 | 15.749 |
| Eventos de crédito | | 2.248 | 14.886 |
| Outros | | (831) | 2.720 |
| | ii) | (83.907) | (209.769) |
| | i)+ii) | (37.913) | (280.566) |
| **Resultados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados:** | | | |
| Instrumentos de dívida | | 5.525 | 5.921 |
| Instrumentos de capital | | (1.232) | 34.245 |
| Outros títulos | | (9.814) | 12.975 |
| Créditos e outros valores a receber | | (927) | (1.349) |
| | | (6.449) | 51.791 |
| **Resultados na alienação de crédito a clientes** | | (1.169) | (27.543) |
| **Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda:** | | | |
| Instrumentos de dívida | iii) | 92.379 | 34.519 |
| Instrumentos de capital | | | |
| GALP Energia (Nota 8) | | (10.807) | - |
| Zon Multimédia (Nota 8) | | 10.751 | 2 |
| Brisa - Auto Estradas de Portugal | | 2.115 | - |
| EDP - Energias de Portugal (Nota 8) | | 1.143 | 5.322 |
| Portugal Telecom (Nota 8) | | 1 | (24.371) |
| Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (Nota 8) | | - | 28.024 |
| BCP Perpétuas (Nota 8) | | (11) | (8.132) |
| Outros | | 5.394 | (6.702) |
| | iv) | 8.586 | (5.857) |
| | iii)+iv) | 100.965 | 28.662 |
| Outros títulos | | 7.515 | 7.516 |
| | | 108.479 | 36.178 |
| **Resultados em operações de cobertura:** | | | |
| Derivados de cobertura | | 24.878 | 106.889 |
| Correções de valor em ativos e passivos cobertos | | (26.634) | (102.569) |
| | | (1.756) | 4.320 |
| **Outros** | | | |
| Resultados na recompra de passivos emitidos | | 192.229 | 120.568 |
| Outros | | (1.600) | 13.530 |
| | | 190.629 | 134.098 |
| | | 362.999 | (24.763) |

No decorrer dos exercícios de 2012 e 2011, o Grupo Caixa alienou créditos a clientes da carteira de “Corporate” e “Project Finance”, num valor global de aproximadamente 1.323 mEuros e 662.046 mEuros, respetivamente. Em resultado destas transações foram registadas perdas de 1.169 mEuros e 27.543 mEuros.

## 36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Outros rendimentos de exploração** | | |
| Prestação de serviços diversos | 107.951 | 114.757 |
| Reembolso de despesas | 5.548 | 6.400 |
| Rendas de locação operacional | 10.380 | 5.332 |
| Ganhos em ativos não financeiros: | | |
| - Ativos não correntes detidos para venda (Nota 14) | 12.489 | 15.455 |
| - Outros ativos tangíveis | 1.094 | 1.660 |
| - Propriedades de investimento | 4.284 | 24.550 |
| - Outros | 954 | 397 |
| Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações | 1.949 | 1.567 |
| Venda de cheques | 20.989 | 17.759 |
| Outros | 88.955 | 74.754 |
| | 254.594 | 262.631 |
| **Outros encargos de exploração:** | | |
| Donativos e quotizações | 8.562 | 9.413 |
| Perdas em ativos não financeiros: | | |
| - Ativos não correntes detidos para venda (Nota 14) | 24.902 | 23.452 |
| - Outros ativos tangíveis | 6.651 | 1.517 |
| - Outros | 13.832 | 8.013 |
| Outros impostos | 34.408 | 29.389 |
| Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos | 21.728 | 12.841 |
| Multas e penalidades | 2.651 | 1.098 |
| Outros | 50.568 | 45.795 |
| | 163.303 | 131.517 |
| | 91.291 | 131.114 |

## 37. MARGEM TÉCNICA DA ATIVIDADE DE SEGUROS

### 37.1 Prémios, líquidos de resseguro

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Caixa Seguros | | |
| Seguro direto e resseguro aceite: | | |
| Prémios brutos emitidos | | |
| - Ramos vida | 261.239 | 267.726 |
| - Ramos não vida | 1.105.072 | 1.133.143 |
| Prémios de resseguro cedido | (170.921) | (168.509) |
| | 1.195.390 | 1.232.361 |
| Outros | 7.441 | 11.305 |
| | 1.202.831 | 1.243.666 |

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro emitidos pela Caixa Seguros e Saúde apresentam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Seguro direto e resseguro aceite | Resseguro cedido | Líquido | Seguro direto e resseguro aceite | Resseguro cedido | Líquido |
| **Ramo Vida:** | | | | | | |
| - De contratos de seguro | | | | | | |
| Sem participação nos resultados | 156.378 | (22.879) | 133.499 | 154.453 | (20.656) | 133.797 |
| Com participação nos resultados | 46.011 | (1.070) | 44.941 | 52.461 | (2.228) | 50.233 |
| - De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados | 58.850 | - | 58.850 | 60.812 | - | 60.812 |
| | 261.239 | (23.949) | 237.290 | 267.726 | (22.884) | 244.842 |
| **Ramos não vida:** | | | | | | |
| Prémios brutos emitidos - | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | 137.679 | (887) | 136.792 | 149.083 | (1.106) | 147.977 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 25.143 | (7.921) | 17.222 | 27.463 | (4.387) | 23.076 |
| Doença | 184.952 | (455) | 184.497 | 178.881 | (14) | 178.867 |
| Incêndio e Outros Danos | 244.420 | (99.611) | 144.809 | 243.218 | (98.118) | 145.100 |
| Automóvel | 401.685 | (2.837) | 398.848 | 420.783 | (1.890) | 418.894 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 20.647 | (16.272) | 4.375 | 24.711 | (18.407) | 6.305 |
| Responsabilidade Civil Geral | 33.497 | (11.009) | 22.488 | 35.226 | (11.560) | 23.665 |
| Crédito e Cauções | 1.082 | (760) | 322 | 1.025 | (626) | 400 |
| Proteção Jurídica | 6.240 | (24) | 6.216 | 6.582 | (58) | 6.524 |
| Assistência | 31.739 | (47) | 31.692 | 26.815 | (4) | 26.811 |
| Diversos | 17.988 | (7.149) | 10.839 | 19.354 | (9.455) | 9.899 |
| | 1.105.072 | (146.972) | 958.100 | 1.133.143 | (145.624) | 987.519 |
| **Total de prémios, líquidos de resseguro i)** | 1.366.311 | (170.921) | 1.195.390 | 1.400.870 | (168.509) | 1.232.361 |
| | | | | | | |
| **Variação da provisão para prémios não adquiridos** | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | 165 | (195) | (30) | 628 | 202 | 830 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 3.654 | (2.876) | 778 | 3.830 | (3.138) | 692 |
| Doença | 1.826 | (477) | 1.349 | 869 | (1.265) | (396) |
| Incêndio e Outros Danos | (881) | (6.341) | (7.222) | (3.958) | 1.859 | (2.099) |
| Automóvel | 6.377 | 616 | 6.993 | 7.180 | 150 | 7.330 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 273 | 182 | 455 | 1.297 | (1.309) | (12) |
| Responsabilidade Civil Geral | 1.217 | (496) | 721 | 348 | 111 | 459 |
| Crédito e Cauções | (64) | 74 | 10 | (39) | (30) | (69) |
| Proteção Jurídica | 150 | (52) | 98 | (86) | - | (86) |
| Assistência | (197) | 11 | (186) | 345 | - | 345 |
| Diversos | 1.673 | (1.757) | (84) | 97 | (442) | (345) |
| **ii)** | 14.193 | (11.311) | 2.882 | 10.512 | (3.862) | 6.650 |
| **Prémios adquiridos:** | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | 137.844 | (1.082) | 136.762 | 149.711 | (904) | 148.808 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 28.797 | (10.797) | 18.000 | 31.293 | (7.525) | 23.768 |
| Doença | 186.778 | (932) | 185.846 | 179.750 | (1.279) | 178.471 |
| Incêndio e Outros Danos | 243.539 | (105.952) | 137.587 | 239.260 | (96.259) | 143.001 |
| Automóvel | 408.062 | (2.221) | 405.841 | 427.964 | (1.740) | 426.224 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 20.920 | (16.090) | 4.830 | 26.009 | (19.716) | 6.293 |
| Responsabilidade Civil Geral | 34.714 | (11.505) | 23.209 | 35.574 | (11.449) | 24.125 |
| Crédito e Cauções | 1.018 | (686) | 332 | 986 | (656) | 330 |
| Proteção Jurídica | 6.390 | (76) | 6.314 | 6.496 | (58) | 6.438 |
| Assistência | 31.542 | (36) | 31.506 | 27.161 | (4) | 27.157 |
| Diversos | 19.661 | (8.906) | 10.755 | 19.451 | (9.897) | 9.554 |
| | 1.119.265 | (158.283) | 960.982 | 1.143.655 | (149.486) | 994.169 |
| **Total de prémios adquiridos não vida e prémios vida i)+ii)** | 1.380.504 | (182.232) | 1.198.272 | 1.411.382 | (172.371) | 1.239.011 |

A variação da provisão para prémios não adquiridos encontra-se refletida em “Custos com sinistros – variação de outras provisões técnicas” (Nota 37.3).

## 37.2 Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ramo Vida | Ramos não vida | Total | Ramo Vida | Ramos não vida | Total |
| Juros | 65.274 | 39.514 | 104.788 | 86.601 | 41.344 | 127.945 |
| Dividendos | 10.299 | 5.510 | 15.809 | 13.626 | 5.993 | 19.619 |
| Ganhos e perdas realizados, líquidos | 20.513 | 10.068 | 30.581 | (12.365) | 5.944 | (6.421) |
| Ganhos e perdas não realizados, líquidos | 6.665 | 4.058 | 10.723 | (2.284) | (12.963) | (15.247) |
| Outros | - | 17.671 | 17.671 | - | 17.492 | 17.492 |
| | 102.751 | 76.821 | 179.572 | 85.578 | 57.810 | 143.388 |

## 37.3 Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ramo Vida | Ramos não vida | Total | Ramo Vida | Ramos não vida | Total |
| **Caixa Seguros** | | | | | | |
| Seguro direto e resseguro aceite | | | | | | |
| Sinistros pagos | 571.581 | 689.099 | 1.260.680 | 1.182.986 | 787.284 | 1.970.270 |
| Variação da provisão para sinistros | (25.559) | (12.143) | (37.702) | (25.536) | (105.217) | (130.753) |
| | 546.022 | 676.956 | 1.222.978 | 1.157.450 | 682.067 | 1.839.517 |
| Provisão para participação nos resultados | (19.379) | 36 | (19.343) | (10.266) | (210) | (10.476) |
| Variação das outras provisões técnicas | (362.711) | (14.781) | (377.492) | (953.440) | (12.534) | (965.974) |
| | 163.932 | 662.211 | 826.143 | 193.744 | 669.323 | 863.067 |
| Saldo de resseguro cedido | (10.168) | (34.610) | (44.778) | (9.320) | (30.655) | (39.975) |
| Subtotal Caixa Seguros | 153.764 | 627.601 | 781.365 | 184.424 | 638.668 | 823.092 |
| | | | | | | |
| **Outros** | - | 1.678 | 1.678 | - | 832 | 832 |
| | 153.764 | 629.279 | 783.043 | 184.424 | 639.500 | 823.924 |

Os custos com sinistros dos ramos não vida da Caixa Seguros e Saúde apresentam o seguinte detalhe por ramo:

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sinistros pagos | Variação da provisão para sinistros | Subtotal | Variação das outras provisões técnicas | Participação nos resultados | Total |
| **Seguro direto e resseguro aceite:** | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | 102.017 | 52.506 | 154.523 | (1.189) | - | 153.334 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 6.435 | 1.586 | 8.021 | 74 | 1 | 8.096 |
| Doença | 146.004 | 2.094 | 148.098 | (6.895) | - | 141.203 |
| Incêndio e Outros Danos | 95.733 | (31.795) | 63.938 | (3.214) | 26 | 60.750 |
| Automóvel | 283.147 | (45.385) | 237.762 | (3.247) | - | 234.515 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 4.672 | 2.104 | 6.776 | - | - | 6.776 |
| Responsabilidade Civil Geral | 13.197 | 4.635 | 17.832 | (97) | - | 17.735 |
| Crédito e Cauções | 387 | (452) | (65) | 1 | - | (64) |
| Proteção Jurídica | 453 | 25 | 478 | (1) | - | 477 |
| Assistência | 24.423 | 2.634 | 27.057 | (213) | 9 | 26.853 |
| Diversos | 12.631 | (95) | 12.536 | - | - | 12.536 |
| | 689.099 | (12.143) | 676.956 | (14.781) | 36 | 662.211 |
| **Resseguro cedido:** | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | (2.116) | 1.130 | (986) | - | - | (986) |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | (905) | (726) | (1.631) | - | - | (1.631) |
| Doença | (395) | (48) | (443) | - | - | (443) |
| Incêndio e Outros Danos | (33.493) | 26.326 | (7.167) | - | - | (7.167) |
| Automóvel | (1.976) | 1.132 | (844) | - | - | (844) |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | (2.594) | (2.991) | (5.585) | - | - | (5.585) |
| Responsabilidade Civil Geral | (4.800) | (5.769) | (10.569) | - | - | (10.569) |
| Crédito e Cauções | (415) | (11) | (426) | - | - | (426) |
| Proteção Jurídica | - | - | - | - | - | - |
| Assistência | - | - | - | - | - | - |
| Diversos | (6.089) | (870) | (6.959) | - | - | (6.959) |
| | (52.783) | 18.173 | (34.610) | - | - | (34.610) |
| **Líquido:** | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | 99.901 | 53.636 | 153.537 | (1.189) | - | 152.348 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 5.530 | 860 | 6.390 | 74 | 1 | 6.465 |
| Doença | 145.609 | 2.046 | 147.655 | (6.895) | - | 140.760 |
| Incêndio e Outros Danos | 62.240 | (5.469) | 56.771 | (3.214) | 26 | 53.583 |
| Automóvel | 281.171 | (44.253) | 236.918 | (3.247) | - | 233.671 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 2.078 | (887) | 1.191 | - | - | 1.191 |
| Responsabilidade Civil Geral | 8.397 | (1.134) | 7.263 | (97) | - | 7.166 |
| Crédito e Cauções | (28) | (463) | (491) | 1 | - | (490) |
| Proteção Jurídica | 453 | 25 | 478 | (1) | - | 477 |
| Assistência | 24.423 | 2.634 | 27.057 | (213) | 9 | 26.853 |
| Diversos | 6.542 | (965) | 5.577 | - | - | 5.577 |
| | 636.316 | 6.030 | 642.346 | (14.781) | 36 | 627.601 |

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sinistros pagos | Variação da provisão para sinistros | Subtotal | Variação das outras provisões técnicas | Participação nos resultados | Total |
| **Seguro direto e resseguro aceite:** | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | 130.637 | 2.999 | 133.636 | (1.523) | (20) | 132.093 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 7.937 | 602 | 8.539 | (161) | 40 | 8.418 |
| Doença | 153.241 | (11.353) | 141.888 | 6.802 | (204) | 148.486 |
| Incêndio e Outros Danos | 137.797 | (14.199) | 123.598 | (1.948) | 19 | 121.669 |
| Automóvel | 296.975 | (32.030) | 264.945 | (12.618) | (3) | 252.324 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 8.352 | (26.806) | (18.454) | (16) | - | (18.470) |
| Responsabilidade Civil Geral | 11.114 | (11.420) | (306) | (1.934) | (5) | (2.245) |
| Crédito e Cauções | 180 | 20 | 200 | 21 | - | 221 |
| Proteção Jurídica | 238 | 556 | 794 | 1 | - | 795 |
| Assistência | 27.217 | (14.504) | 12.713 | 12 | (37) | 12.688 |
| Diversos | 13.596 | 918 | 14.514 | (1.170) | - | 13.344 |
| | 787.284 | (105.217) | 682.067 | (12.534) | (210) | 669.323 |
| **Resseguro cedido:** | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | (83) | (1) | (84) | - | - | (84) |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | (486) | (3.409) | (3.895) | - | - | (3.895) |
| Doença | 7.569 | (110) | 7.459 | - | - | 7.459 |
| Incêndio e Outros Danos | (62.270) | 14.218 | (48.052) | - | - | (48.052) |
| Automóvel | (1.940) | 2.365 | 425 | - | - | 425 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | (5.935) | 24.449 | 18.514 | - | - | 18.514 |
| Responsabilidade Civil Geral | (1.063) | 1.727 | 664 | - | - | 664 |
| Crédito e Cauções | - | 26 | 26 | - | - | 26 |
| Proteção Jurídica | - | - | - | - | - | - |
| Assistência | - | - | - | - | - | - |
| Diversos | (5.542) | (170) | (5.712) | - | - | (5.712) |
| | (69.750) | 39.095 | (30.655) | - | - | (30.655) |
| **Líquido:** | | | | | | |
| Acidentes de trabalho | 130.554 | 2.998 | 133.552 | (1.523) | (20) | 132.009 |
| Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas | 7.451 | (2.807) | 4.644 | (161) | 40 | 4.523 |
| Doença | 160.810 | (11.463) | 149.347 | 6.802 | (204) | 155.945 |
| Incêndio e Outros Danos | 75.527 | 19 | 75.546 | (1.948) | 19 | 73.617 |
| Automóvel | 295.035 | (29.665) | 265.370 | (12.618) | (3) | 252.749 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 2.417 | (2.357) | 60 | (16) | - | 44 |
| Responsabilidade Civil Geral | 10.051 | (9.693) | 358 | (1.934) | (5) | (1.581) |
| Crédito e Cauções | 180 | 46 | 226 | 21 | - | 247 |
| Proteção Jurídica | 238 | 556 | 794 | 1 | - | 795 |
| Assistência | 27.217 | (14.504) | 12.713 | 12 | (37) | 12.688 |
| Diversos | 8.054 | 748 | 8.802 | (1.170) | - | 7.632 |
| | 717.534 | (66.122) | 651.412 | (12.534) | (210) | 638.668 |

O desenvolvimento dos custos com sinistros para os ramos de negócio em que existe incerteza sobre o montante e o momento dos pagamentos a efetuar, e quando essa incerteza não é normalmente eliminada no prazo de um ano é o que se apresenta nos quadros seguintes:

**Ramo:** Acidentes de Trabalho

| Valores Acumulados | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano Contabilístico | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
| 2002 | 130.420 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 130.420 |
| 2003 | 142.655 | 142.469 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 285.124 |
| 2004 | 153.668 | 143.255 | 197.014 | - | - | - | - | - | - | - | - | 493.938 |
| 2005 | 161.276 | 155.076 | 182.114 | 172.376 | - | - | - | - | - | - | - | 670.843 |
| 2006 | 162.666 | 160.052 | 195.728 | 193.813 | 171.468 | - | - | - | - | - | - | 883.726 |
| 2007 | 171.215 | 164.710 | 199.531 | 193.324 | 186.491 | 179.194 | - | - | - | - | - | 1.094.463 |
| 2008 | 175.897 | 169.027 | 199.475 | 195.119 | 189.104 | 179.630 | 189.765 | - | - | - | - | 1.298.018 |
| 2009 | 176.787 | 169.817 | 202.563 | 197.296 | 190.241 | 174.581 | 164.952 | 133.615 | - | - | - | 1.409.853 |
| 2010 | 174.602 | 164.638 | 201.362 | 195.148 | 194.371 | 178.990 | 165.772 | 124.755 | 109.463 | - | - | 1.509.101 |
| 2011 | 175.291 | 165.265 | 201.990 | 197.972 | 197.416 | 180.043 | 168.140 | 125.299 | 102.431 | 96.228 | - | 1.610.077 |
| **2012** | **212.278** | **167.477** | **203.368** | **196.041** | **202.361** | **184.019** | **171.998** | **132.534** | **107.285** | **98.659** | **88.493** | **1.764.513** |

***Custos com sinistros registados em 2012:***

| | |
|---|---|
| - Sinistros dos anos de 2002 a 2012 | 154.437 |
| - Sinistros de anos anteriores | - |
| - Custos com sinistros de resseguro aceite | 88 |
| | 154.525 |

***Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)***

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2012** | 331.831 | 33.861 | 68.745 | 35.369 | 43.091 | 40.514 | 40.567 | 49.689 | 45.726 | 48.387 | 74.520 | 812.301 |

| | |
|---|---|
| Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002 | - |
| Total de seguro directo | 812.301 |
| Provisão para sinistros de resseguro aceite | 424 |
| Total do ramo | **812.726** |

**Ramo:** Incêndio e Outros Danos em Coisas

| Valores Acumulados | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano Contabilístico | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
| 2002 | 80.450 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 80.450 |
| 2003 | 85.868 | 82.113 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 167.981 |
| 2004 | 87.491 | 82.036 | 111.921 | - | - | - | - | - | - | - | - | 281.447 |
| 2005 | 87.737 | 85.556 | 112.070 | 94.631 | - | - | - | - | - | - | - | 379.995 |
| 2006 | 85.815 | 83.938 | 110.019 | 96.767 | 84.220 | - | - | - | - | - | - | 460.759 |
| 2007 | 89.740 | 80.636 | 111.927 | 103.217 | 88.676 | 86.044 | - | - | - | - | - | 560.241 |
| 2008 | 90.467 | 80.934 | 110.548 | 102.110 | 83.467 | 87.970 | 132.779 | - | - | - | - | 688.276 |
| 2009 | 90.062 | 81.774 | 110.146 | 101.960 | 82.047 | 86.686 | 132.378 | 152.815 | - | - | - | 837.869 |
| 2010 | 88.833 | 82.584 | 110.107 | 100.150 | 82.853 | 87.190 | 129.696 | 157.357 | 122.129 | - | - | 960.898 |
| 2011 | 88.897 | 81.477 | 109.893 | 95.286 | 84.325 | 87.229 | 129.251 | 164.220 | 123.003 | 117.876 | - | 1.081.459 |
| **2012** | **86.704** | **81.419** | **108.100** | **95.179** | **80.675** | **85.752** | **127.127** | **166.718** | **121.515** | **106.718** | **85.480** | **1.145.387** |

***Custos com sinistros registados em 2012:***

| | |
|---|---|
| - Sinistros dos anos de 2002 a 2012 | 63.928 |
| - Sinistros de anos anteriores | - |
| - Custos com sinistros de resseguro aceite | 56 |
| | 63.984 |

***Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)***

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2012** | 7.208 | 4.257 | 1.429 | 1.123 | 2.816 | 2.698 | 4.280 | 18.603 | 9.998 | 24.049 | 38.743 | 115.203 |

| | |
|---|---|
| Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002 | - |
| Total de seguro directo | 115.203 |
| Provisão para sinistros de resseguro aceite | 6.943 |
| Total do ramo | **122.146** |

**Ramo:** Automóvel

| Valores Acumulados | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano Contabilístico | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
| 2002 | 576.632 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 576.632 |
| 2003 | 600.484 | 550.502 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.150.985 |
| 2004 | 630.630 | 564.933 | 554.251 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.749.815 |
| 2005 | 643.504 | 579.156 | 536.454 | 498.157 | - | - | - | - | - | - | - | 2.257.271 |
| 2006 | 641.486 | 587.860 | 543.465 | 491.652 | 438.945 | - | - | - | - | - | - | 2.703.408 |
| 2007 | 605.102 | 583.395 | 548.256 | 492.711 | 431.929 | 417.514 | - | - | - | - | - | 3.078.908 |
| 2008 | 642.737 | 579.114 | 533.898 | 483.103 | 425.695 | 399.696 | 407.253 | - | - | - | - | 3.471.497 |
| 2009 | 616.258 | 560.755 | 514.830 | 477.279 | 438.158 | 415.152 | 401.460 | 358.477 | - | - | - | 3.782.369 |
| 2010 | 614.503 | 555.398 | 510.312 | 470.204 | 426.490 | 411.203 | 401.367 | 357.009 | 323.850 | - | - | 4.070.335 |
| 2011 | 608.960 | 552.093 | 504.457 | 466.870 | 428.999 | 407.554 | 398.815 | 358.541 | 322.514 | 298.943 | - | 4.347.746 |
| **2012** | **609.187** | **550.617** | **502.612** | **462.910** | **419.904** | **400.297** | **392.526** | **358.031** | **324.813** | **269.693** | **294.735** | **4.585.325** |

***Custos com sinistros registados em 2012:***

| | |
|---|---|
| - Sinistros dos anos de 2002 a 2012 | 237.579 |
| - Sinistros de anos anteriores | - |
| - Custos com sinistros de resseguro aceite | 192 |
| | 237.771 |

***Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)***

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2012** | 46.062 | 18.305 | 27.001 | 22.501 | 29.720 | 48.392 | 57.507 | 73.226 | 72.903 | 75.818 | 137.195 | 608.631 |

| | |
|---|---|
| Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002 | - |
| Total de seguro directo | 608.631 |
| Provisão para sinistros de resseguro aceite | 3.846 |
| Total do ramo | **612.476** |

**Ramo:** Marítimo e Transportes

| Valores Acumulados | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano Contabilístico | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
| 2002 | 4.371 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.371 |
| 2003 | 4.168 | 2.546 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 6.714 |
| 2004 | 3.290 | 2.439 | 2.514 | - | - | - | - | - | - | - | - | 8.242 |
| 2005 | 3.385 | 2.527 | 2.739 | 3.810 | - | - | - | - | - | - | - | 12.461 |
| 2006 | 3.347 | 2.307 | 2.408 | 3.878 | 2.329 | - | - | - | - | - | - | 14.270 |
| 2007 | 3.054 | 2.019 | 2.577 | 3.871 | 2.658 | 3.654 | - | - | - | - | - | 17.833 |
| 2008 | 2.406 | 1.992 | 2.864 | 3.904 | 2.501 | 3.852 | 2.148 | - | - | - | - | 19.667 |
| 2009 | 2.403 | 2.036 | 2.843 | 3.757 | 2.502 | 3.796 | 2.085 | 1.630 | - | - | - | 21.052 |
| 2010 | 2.409 | 2.025 | 2.783 | 3.568 | 2.580 | 3.586 | 1.945 | 1.942 | 862 | - | - | 21.700 |
| 2011 | 2.411 | 2.019 | 2.776 | 3.476 | 2.560 | 3.550 | 2.229 | 2.858 | 906 | 879 | - | 23.664 |
| **2012** | **2.407** | **2.019** | **2.780** | **3.476** | **2.542** | **3.448** | **2.301** | **2.746** | **887** | **1.005** | **880** | **24.491** |

***Custos com sinistros registados em 2012:***

| | |
|---|---|
| - Sinistros dos anos de 2002 a 2012 | 826 |
| - Sinistros de anos anteriores | - |
| - Custos com sinistros de resseguro aceite | (10) |
| | 817 |

***Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)***

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2012 | 147 | 199 | 191 | 54 | 288 | 69 | 506 | 25 | 118 | 112 | 829 | 2.537 |

| | |
|---|---|
| Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002 | - |
| Total de seguro directo | 2.537 |
| Provisão para sinistros de resseguro aceite | 616 |
| Total do ramo | **3.153** |

**Ramo:** Aéreo

| Valores Acumulados | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano Contabilístico | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
| 2002 | 686 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 686 |
| 2003 | 719 | 607 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.326 |
| 2004 | 672 | 1.111 | 3.117 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.900 |
| 2005 | 667 | 4.379 | 2.735 | 2.506 | - | - | - | - | - | - | - | 10.287 |
| 2006 | 562 | 4.368 | 22.813 | 2.369 | 883 | - | - | - | - | - | - | 30.995 |
| 2007 | 432 | 4.244 | 23.807 | 2.250 | 985 | 454 | - | - | - | - | - | 32.172 |
| 2008 | 563 | 4.546 | 29.010 | 2.249 | 1.037 | 446 | 457 | - | - | - | - | 38.308 |
| 2009 | 563 | 4.332 | 29.010 | 1.885 | 1.037 | 474 | 564 | 894 | - | - | - | 38.757 |
| 2010 | 563 | 4.330 | 29.006 | 1.817 | 560 | 799 | 949 | 2.005 | 305 | - | - | 40.335 |
| 2011 | 563 | 4.244 | 4.372 | 1.913 | 1.116 | 1.242 | 1.300 | 1.963 | 792 | 536 | - | 18.041 |
| **2012** | **558** | **4.244** | **4.371** | **4.935** | **1.071** | **1.213** | **1.274** | **1.747** | **800** | **533** | **775** | **21.521** |

***Custos com sinistros registados em 2012:***

| | |
|---|---|
| - Sinistros dos anos de 2002 a 2012 | 3.480 |
| - Sinistros de anos anteriores | - |
| - Custos com sinistros de resseguro aceite | 70 |
| | 3.550 |

***Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)***

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2012 | 1.660 | 0 | 1.048 | 3.269 | 88 | 75 | 95 | 92 | 209 | 217 | 364 | 7.117 |

| | |
|---|---|
| Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002 | - |
| Total de seguro directo | 7.117 |
| Provisão para sinistros de resseguro aceite | 1.105 |
| Total do ramo | **8.222** |

**Ramo:** Mercadorias Transportadas

| Valores Acumulados | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano Contabilístico | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
| 2002 | 6.685 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 6.685 |
| 2003 | 8.118 | 4.893 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 13.011 |
| 2004 | 7.030 | 4.320 | 4.796 | - | - | - | - | - | - | - | - | 16.145 |
| 2005 | 6.876 | 4.536 | 5.039 | 4.272 | - | - | - | - | - | - | - | 20.723 |
| 2006 | 6.737 | 4.620 | 4.934 | 4.865 | 3.979 | - | - | - | - | - | - | 25.135 |
| 2007 | 5.474 | 4.527 | 4.999 | 4.623 | 4.597 | 5.643 | - | - | - | - | - | 29.866 |
| 2008 | 6.415 | 4.419 | 4.785 | 4.683 | 4.899 | 5.452 | 4.524 | - | - | - | - | 35.177 |
| 2009 | 6.532 | 4.389 | 4.717 | 4.599 | 5.205 | 5.771 | 5.086 | 5.994 | - | - | - | 42.293 |
| 2010 | 6.418 | 4.446 | 4.792 | 4.338 | 4.883 | 5.724 | 4.617 | 5.065 | 2.393 | - | - | 42.676 |
| 2011 | 6.451 | 4.322 | 4.824 | 4.203 | 4.465 | 5.502 | 4.428 | 4.772 | 3.355 | 2.813 | - | 45.136 |
| **2012** | **6.433** | **4.301** | **4.786** | **4.205** | **4.573** | **5.585** | **4.396** | **4.859** | **3.052** | **2.878** | **2.491** | **47.560** |

***Custos com sinistros registados em 2012:***

| | |
|---|---|
| - Sinistros dos anos de 2002 a 2012 | 2.424 |
| - Sinistros de anos anteriores | - |
| - Custos com sinistros de resseguro aceite | (7) |
| | 2.417 |

***Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)***

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2012 | 169 | 128 | 103 | 59 | 195 | 418 | 308 | 317 | 647 | 734 | 1.454 | 4.531 |

| | |
|---|---|
| Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002 | - |
| Total de seguro directo | 4.531 |
| Provisão para sinistros de resseguro aceite | 119 |
| Total do ramo | **4.650** |

**Ramo:** Responsabilidade Civil

| Valores Acumulados | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano Contabilístico | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
| 2002 | 12.802 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 12.802 |
| 2003 | 19.174 | 11.948 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 31.122 |
| 2004 | 17.817 | 28.066 | 13.042 | - | - | - | - | - | - | - | - | 58.925 |
| 2005 | 19.145 | 32.492 | 16.643 | 13.576 | - | - | - | - | - | - | - | 81.855 |
| 2006 | 19.753 | 21.360 | 16.073 | 14.563 | 13.613 | - | - | - | - | - | - | 85.362 |
| 2007 | 18.891 | 21.729 | 17.622 | 14.401 | 16.350 | 9.615 | - | - | - | - | - | 98.609 |
| 2008 | 18.602 | 21.721 | 18.092 | 13.507 | 17.811 | 14.104 | 10.805 | - | - | - | - | 114.642 |
| 2009 | 19.347 | 22.687 | 18.802 | 14.877 | 18.875 | 15.713 | 13.563 | 14.793 | - | - | - | 138.658 |
| 2010 | 20.262 | 24.405 | 19.774 | 14.642 | 24.742 | 16.060 | 13.684 | 19.847 | 16.988 | - | - | 170.403 |
| 2011 | 20.116 | 23.968 | 18.438 | 13.894 | 21.719 | 19.519 | 14.601 | 19.463 | 17.850 | 14.747 | - | 184.314 |
| **2012** | **19.843** | **23.957** | **17.970** | **14.362** | **22.091** | **20.299** | **14.978** | **21.484** | **20.358** | **14.847** | **10.127** | **200.316** |

***Custos com sinistros registados em 2012:***

| | | |
|---|---|---|
| - Sinistros dos anos de 2002 a 2012 | | 16.002 |
| - Sinistros de anos anteriores | | - |
| - Custos com sinistros de resseguro aceite | 1.000 | 1.864 |
| | | 17.866 |

***Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)***

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2012** | 17.522 | 6.128 | 3.758 | 5.989 | 4.879 | 9.474 | 5.610 | 12.748 | 13.409 | 9.412 | 8.501 | 97.431 |

| | |
|---|---|
| Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002 | - |
| Total de seguro directo | 97.431 |
| Provisão para sinistros de resseguro aceite | 23.873 |
| Total do ramo | **121.303** |

**Ramo:** Perdas Pecuniárias Diversas

| Valores Acumulados | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano Contabilístico | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total |
| 2002 | 2.207 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.207 |
| 2003 | 2.294 | 4.783 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 7.076 |
| 2004 | 2.385 | 4.340 | 7.095 | - | - | - | - | - | - | - | - | 13.819 |
| 2005 | 2.470 | 4.593 | 7.533 | 2.926 | - | - | - | - | - | - | - | 17.523 |
| 2006 | 2.438 | 4.424 | 7.328 | 4.189 | 5.079 | - | - | - | - | - | - | 23.457 |
| 2007 | 2.450 | 4.346 | 7.796 | 4.173 | 6.005 | 8.953 | - | - | - | - | - | 33.724 |
| 2008 | 2.451 | 4.352 | 7.738 | 4.216 | 6.192 | 9.745 | 32.351 | - | - | - | - | 67.045 |
| 2009 | 2.451 | 4.366 | 7.747 | 4.247 | 5.486 | 9.802 | 34.047 | 7.496 | - | - | - | 75.642 |
| 2010 | 2.450 | 4.365 | 7.749 | 4.200 | 5.444 | 9.686 | 34.480 | 14.965 | 13.515 | - | - | 96.853 |
| 2011 | 2.451 | 4.365 | 7.750 | 4.190 | 5.468 | 9.683 | 34.426 | 14.606 | 16.119 | 11.119 | - | 110.177 |
| **2012** | **2.614** | **4.366** | **7.751** | **4.188** | **5.408** | **9.575** | **33.819** | **14.799** | **18.631** | **13.868** | **7.697** | **122.715** |

***Custos com sinistros registados em 2012:***

| | |
|---|---|
| - Sinistros dos anos de 2002 a 2012 | 12.538 |
| - Sinistros de anos anteriores | - |
| - Custos com sinistros de resseguro aceite | (2) |
| | 12.535 |

***Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)***

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2012** | 4 | 1 | 1 | 26 | 1 | 46 | 1.879 | 3.981 | 3.934 | 3.635 | 2.646 | 16.154 |

| | |
|---|---|
| Provisão para sinistros de anos anteriores a 2002 | - |
| Total de seguro directo | 16.154 |
| Provisão para sinistros de resseguro aceite | 240 |
| Total do ramo | **16.395** |

A variação da provisão para sinistros da rubrica custos com sinistros líquidos de resseguro, da demonstração de resultados, tem principalmente por contrapartida a provisão para sinistros, da rubrica provisões técnicas de contratos de seguros, do passivo. Contudo, algumas operações são reconhecidas noutros elementos do balanço, nomeadamente por via dos reembolsos de sinistros refletidos em outros ativos, pelo que as variações das provisões para sinistros do balanço e da demonstração de resultados não são coincidentes.

Os custos com sinistros dos ramos vida da Caixa Seguros e Saúde em 2012 e 2011 apresentam o seguinte detalhe por ramo:

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sinistros pagos | Variação da provisão para sinistros | Subtotal | Variação das outras provisões técnicas | Participação nos resultados | Total |
| Seguro direto e resseguro aceite: | | | | | | |
| - De contratos de seguro | | | | | | |
| sem participação nos resultados | 78.077 | (14.616) | 63.461 | 2.480 | - | 65.941 |
| com participação nos resultados | 20.200 | (1.483) | 18.717 | (12.003) | (573) | 6.141 |
| - De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados | 473.304 | (9.460) | 463.844 | (353.188) | (18.806) | 91.850 |
| | 571.581 | (25.559) | 546.022 | (362.711) | (19.379) | 163.932 |
| Resseguro cedido: | | | | | | |
| - De contratos de seguro | | | | | | |
| sem participação nos resultados | (9.572) | 2.493 | (7.079) | (1.983) | - | (9.062) |
| com participação nos resultados | (938) | (97) | (1.035) | (27) | (44) | (1.106) |
| - De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados | - | - | - | - | - | - |
| | (10.510) | 2.396 | (8.114) | (2.010) | (44) | (10.168) |
| | | | | | | |
| Líquido: | | | | | | |
| - De contratos de seguro | | | | | | |
| sem participação nos resultados | 68.505 | (12.123) | 56.382 | 497 | - | 56.879 |
| com participação nos resultados | 19.262 | (1.580) | 17.682 | (12.030) | (618) | 5.034 |
| - De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados | 473.304 | (9.460) | 463.844 | (353.188) | (18.806) | 91.850 |
| | 561.071 | (23.163) | 537.908 | (364.721) | (19.423) | 153.764 |

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sinistros pagos | Variação da provisão para sinistros | Subtotal | Variação das outras provisões técnicas | Participação nos resultados | Total |
| Seguro direto e resseguro aceite: | | | | | | |
| - De contratos de seguro | | | | | | |
| sem participação nos resultados | 68.697 | 6.121 | 74.818 | 3.077 | - | 77.895 |
| com participação nos resultados | 26.382 | (5.358) | 21.024 | (9.931) | 6.718 | 17.811 |
| - De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados | 1.087.907 | (26.299) | 1.061.608 | (946.586) | (16.984) | 98.038 |
| | 1.182.986 | (25.536) | 1.157.450 | (953.440) | (10.266) | 193.744 |
| | | | | | | |
| Resseguro cedido: | | | | | | |
| - De contratos de seguro | | | | | | |
| sem participação nos resultados | (7.117) | 1.024 | (6.093) | (2.456) | - | (8.549) |
| com participação nos resultados | (1.609) | 762 | (847) | 72 | 4 | (771) |
| - De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados | - | - | - | - | - | - |
| | (8.726) | 1.786 | (6.940) | (2.384) | 4 | (9.320) |
| | | | | | | |
| Líquido: | | | | | | |
| - De contratos de seguro | | | | | | |
| sem participação nos resultados | 61.580 | 7.145 | 68.725 | 621 | - | 69.346 |
| com participação nos resultados | 24.773 | (4.596) | 20.177 | (9.859) | 6.722 | 17.040 |
| - De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados | 1.087.907 | (26.299) | 1.061.608 | (946.586) | (16.984) | 98.038 |
| | 1.174.260 | (23.750) | 1.150.510 | (955.824) | (10.262) | 184.424 |

## 37.4 Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ramo Vida | Ramos não vida | Total | Ramo Vida | Ramos não vida | Total |
| **Proveitos técnicos:** | | | | | | |
| Comissões: | | | | | | |
| De operações de resseguro cedido | 9.079 | 23.809 | 32.888 | 5.520 | 24.386 | 29.906 |
| Comissões de gestão de Co-Seguro | (6) | 840 | 834 | 14 | 915 | 929 |
| Comissões de gestão de Fundos de Pensõe | 332 | - | 332 | 225 | - | 225 |
| Outros proveitos técnicos | | | | | | |
| Outros Proveitos Técnicos | 6 | 1.868 | 1.874 | 5 | 580 | 585 |
| | 9.411 | 26.517 | 35.928 | 5.764 | 25.881 | 31.645 |
| **Custos técnicos:** | | | | | | |
| Comissões: | | | | | | |
| De operações de seguro direto: | | | | | | |
| - Comissões de mediação e corretagem | (10.475) | (84.660) | (95.135) | (9.180) | (88.623) | (97.803) |
| - Comissões de cobrança | (84) | (7.117) | (7.201) | (106) | (7.279) | (7.385) |
| - Outras | - | (14.298) | (14.298) | - | (16.283) | (16.283) |
| De operações de resseguro aceite | - | 257 | 257 | - | (1.525) | (1.525) |
| Comissões de gestão de Co-Seguro | (40) | (346) | (386) | (31) | (249) | (280) |
| Outros custos técnicos | | | | | | |
| Provisão para recibos por cobrar | 1.122 | (921) | 201 | (1.595) | 6.475 | 4.880 |
| Impostos da atividade | (1.029) | (5.803) | (6.832) | (1.341) | (6.180) | (7.521) |
| Outros | (1) | (2) | (3) | (2) | (1) | (3) |
| | (10.507) | (112.890) | (123.397) | (12.255) | (113.665) | (125.920) |
| Outros | - | 1.222 | 1.222 | - | 949 | 949 |
| | (1.096) | (85.151) | (86.247) | (6.491) | (86.835) | (93.326) |

## 38. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização | 13.248 | 13.408 |
| Remuneração dos empregados | 641.705 | 676.259 |
| Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 39) | - | 90 |
| | 654.953 | 689.757 |
| Outros encargos relativos a remunerações | 66.936 | 70.064 |
| Assistência médica - CGD | | |
| - Custo normal (Nota 39) | 29.306 | 32.434 |
| - Contribuições relativas a pessoal no ativo | 24.686 | 29.422 |
| Responsabilidades com pensões - CGD (Nota 39) | | |
| - Custo normal | 45.627 | 51.630 |
| - Reformas antes da idade normal de reforma | 2.392 | 968 |
| Outros encargos com pensões | | |
| Caixa Seguros e Saúde | 1.420 | 3.032 |
| Outros | 10.118 | 4.671 |
| Outros encargos sociais obrigatórios | 25.658 | 24.581 |
| | 206.143 | 216.802 |
| Outros custos com pessoal | 48.022 | 32.693 |
| | 909.118 | 939.253 |

O número médio de empregados da Caixa e das suas filiais durante os exercícios de 2012 e 2011, por tipo de funções, foi o seguinte:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Atividade Bancária | Atividade Seguradora e Saúde | Grupo | Atividade Bancária | Atividade Seguradora e Saúde | Grupo |
| Direção | 499 | 141 | 640 | 451 | 231 | 682 |
| Chefias | 2.953 | 637 | 3.590 | 2.803 | 563 | 3.366 |
| Técnicos | 5.126 | 2.221 | 7.347 | 5.047 | 2.192 | 7.239 |
| Administrativos | 7.463 | 2.004 | 9.467 | 7.786 | 2.090 | 9.876 |
| Auxiliares | 1.403 | 651 | 2.054 | 1.485 | 682 | 2.167 |
| | 17.443 | 5.656 | 23.099 | 17.572 | 5.758 | 23.329 |
| | | | | | | |
| **Número de efetivos no final do período** | 17.232 | 5.732 | 22.964 | 17.432 | 5.703 | 23.135 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (257 em ambos os períodos), os afetos aos serviços sociais da CGD (64 e 70, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (93 e 95, respetivamente) designadamente em comissão de serviço no exterior.

# 39. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

## 39.1 Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

*Responsabilidades com empregados da CGD*

De acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 48.953, de 5 de abril de 1969 e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 já eram suportadas pela Caixa Geral de Aposentações ("CGA"). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o setor bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no ativo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respetivas reformas.

Com referência a 30 de novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de dezembro e nº 241-A/2004, de 30 de novembro, cujo montante total ascendeu a 2.510.043 mEuros. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- Responsabilidades relativas aos empregados no ativo por serviços prestados após 31 de dezembro de 2000;
- Para os reformados entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2012, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- Responsabilidades com pensões de aposentação e respetivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo atualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no ativo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 7,5%

- Empregados admitidos após 1 de janeiro de 1992 10,0%

A contribuição destes últimos é efetuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respetivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

A transferência de responsabilidades para a CGA implicou a transferência de ativos do fundo de pensões de montante equivalente.

Responsabilidades com empregados da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.

Na área seguradora existem diversos planos de pensões de benefício definido. Deste modo, a Fidelidade é a responsável pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados provenientes do conjunto Fidelidade - Mundial, S.A. e Império Bomança - Companhia de Seguros, S.A.. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido.

Adicionalmente, a Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação após maio de 1998, benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Custos com pessoal”.

Em 23 de dezembro de 2011 foi celebrado um novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o qual foi publicado no Boletim do Trabalho nº 2 de 15 de janeiro de 2012. Na sequência da celebração deste acordo coletivo, a Caixa Seguros e Saúde registou na rubrica "Outros gastos com pessoal" a estimativa da compensação pecuniária extraordinária a pagar aos colaboradores, a título de remissão de direitos do anterior CCT, e a estimativa de encargos já incorridos com prémios de permanência a pagar aos colaboradores do Grupo.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o atual plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não é aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam reformados ou pré-reformados. O custo com o plano de contribuição definida dos antigos beneficiários é registado no custo com pessoal.

*Determinação das responsabilidades*

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram efetuados estudos atuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas, relativamente à CGD e às seguradoras do Grupo foram as seguintes:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | CGD | Caixa Seguros e Saúde | CGD | Caixa Seguros e Saúde |
| Método atuarial | Projected Unit Credit | | Projected Unit Credit | |
| Tábua de mortalidade | | | | |
| . Homens | TV 73/77 (-1 ano) | TV 73/77 (-2) | TV 73/77 (-1 ano) | TV 73/77 (-2 anos) |
| . Mulheres | TV 88/90 (-1 ano) | TV 88/90 (-2) | TV 88/90 (-1 ano) | TV 88/90 (-2 anos) |
| Tábua de invalidez | EKV 80 | | EKV 80 | |
| Taxa de desconto | 4,50% | 3,50% | 5,50% | 5,50% |
| Taxa de rendimento dos ativos dos fundos | 5,25% | 3,40% | 5,25% | 3,55% |
| Taxa de crescimento dos salários | 0,5% em 2013/2014 e 2,0% após essa data | 2,00% | 2,25% | 2,00% |
| Taxa de crescimento das pensões | 0% em 2013/2014 e 1,0% após essa data | 0,75% | 1,25% | 0,75% |
| Tabela de saídas: | | | | |
| . Idades inferiores a 30 anos | 5% | n/a | 5% | n/a |
| . Idades entre 30 e 40 anos | 1% | n/a | 1% | n/a |
| . Idades superiores a 40 anos | 0% | n/a | 0% | n/a |

Nos estudos efetuados em relação à CGD em 2012 e 2011, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

Conforme definido pela Norma IAS 19, a taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de baixo risco, cuja *duration* é semelhante à das responsabilidades da Caixa (18 anos). A crise de dívida soberana que se tem verificado, essencialmente no Sul da Europa, implicou instabilidade significativa no mercado de dívida da Zona Euro, com uma consequente descida muito pronunciada das *yields* de mercado relativas à divida das empresas com melhores ratings e também uma redução do cabaz disponível de obrigações. De forma a refletir estas circunstâncias e a manter a representatividade da taxa de desconto, em 31 de dezembro de 2012 a Caixa incorporou na sua determinação informação sobre taxas de juro que é possível obter em obrigações de emitentes da Zona Euro, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O critério utilizado pela CGD Pensões para a determinação da taxa de rentabilidade traduz-se na aplicação, à estrutura do benchmark da carteira do Fundo, das rentabilidades anuais esperadas no médio e longo prazo de cada classe de ativos. Estas resultam de um modelo de estimação de uma empresa de consultoria internacional, que tem como inputs não só as rentabilidades históricas registadas para cada classe de ativos, mas também as perspetivas de um painel internacional de analistas financeiros.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2012 e 2011 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Pressupostos | Real | Pressupostos | Real |
| Taxa de rendimento | 5,25% | 10,59% | 5,25% | (2,83%) |
| Taxa de crescimento dos salários | 2,25% | 2,08% | 2,25% | 1,28% |
| Taxa de crescimento das pensões | 1,25% | 0,00% | 1,25% | 0,00% |

No final de dezembro de 2012, a CGD alterou a taxa de atualização salarial para 0,5% em 2013 e 2014 e 2% após essa data, bem como a taxa de crescimento das pensões que passou para 0% em 2013 e 2014 e 1% após essa data, tendo em conta os impactos da proposta de redução dos custos globais com salários das empresas do Setor Empresarial do Estado constante da Lei do Orçamento de Estado para 2013.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com serviços passados do Grupo de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

| | 31-12-2012 | | | | 31-12-2011 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CGD | Caixa Seguros e Saúde | Outros | Total | CGD | Caixa Seguros e Saúde | Outros | Total |
| Responsabilidades por serviços passados: | | | | | | | | |
| Ativos | 1.013.065 | 6.568 | 34.676 | 1.054.309 | 842.685 | 23.710 | 32.867 | 899.262 |
| Reformados e pré-reformados | 528.689 | 194.875 | 20.093 | 743.656 | 465.214 | 178.329 | 20.160 | 663.703 |
| | 1.541.754 | 201.443 | 54.768 | 1.797.965 | 1.307.899 | 202.038 | 53.027 | 1.562.965 |
| | | | | | | | | |
| Fundos de pensões autónomos | 1.560.979 | 147.547 | 885 | 1.709.411 | 1.423.271 | 139.936 | 768 | 1.563.975 |
| Provisões matemáticas | - | 60.223 | - | 60.223 | - | 63.784 | - | 63.784 |
| Provisões para pensões e encargos similares | | | | | | | | |
| | - | - | 53.978 | 53.978 | - | - | 52.688 | 52.688 |
| | 1.560.979 | 207.771 | 54.863 | 1.823.613 | 1.423.271 | 203.720 | 53.455 | 1.680.447 |
| Diferencial | 19.225 | 6.328 | 95 | 25.648 | 115.372 | 1.682 | 428 | 117.482 |
| | | | | | | | | |
| Nível de financiamento | 101,25% | 103,14% | 100,17% | 101,43% | 108,82% | 100,83% | 100,81% | 107,52% |

Nos termos do Aviso nº 4/2005 de 28 de fevereiro, do Banco de Portugal, é definida para entidades financeiras com sede em Portugal a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades da Caixa encontravam-se financiadas em 101,25% e 108,82%, respetivamente.

O valor do fundo de pensões reflete o valor de mercado dos seus ativos e contribuições ainda por entregar em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no ativo da CGD ascendem a 903.357 mEuros e 800.717 mEuros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões para pensões e encargos similares de “Outras entidades”, incluem 10.600 mEuros e 1.500 mEuros, respetivamente, relativos a encargos com saúde.

No que se refere à CGD e às seguradoras do Grupo em Portugal o número de beneficiários em 2012 e 2011 era o seguinte:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | CGD | Caixa Seguros e Saúde | CGD | Caixa Seguros e Saúde |
| Ativos | 8.926 | 1.185 | 9.374 | 1.988 |
| Reformados, pré-reformados e rendeiros | 5.318 | 2.790 | 4.899 | 3.098 |
| | 14.244 | 3.975 | 14.273 | 5.086 |

O movimento no número de beneficiários da Caixa Seguros e Saúde entre 2011 e 2012 é consequência da alteração do contrato coletivo de trabalho para atividade seguradora atrás descrita.

O movimento nos fundos de pensões, provisões matemáticas e provisões para pensões e encargos similares durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | CGD | Caixa Seguros e Saúde | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 1.424.864 | 211.874 | 53.657 | 1.690.395 |
| Contribuições pagas | | | | |
| De natureza regular | | | | |
| Efetuadas pelos empregados | 25.566 | - | 180 | 25.746 |
| Efetuadas pela entidade | 46.886 | 12.430 | 341 | 59.657 |
| Variação em provisões para pensões e encargos similares | - | - | 174 | 174 |
| Variação nas provisões matemáticas | - | (3.342) | - | (3.342) |
| Pensões pagas | (34.159) | (15.002) | (1.267) | (50.428) |
| Rendimentos líquidos dos fundos de pensões | (39.886) | (2.726) | (29) | (42.641) |
| Outras variações | - | 486 | 400 | 886 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 1.423.271 | 203.720 | 53.455 | 1.680.447 |
| Contribuições pagas | | | | |
| De natureza regular | | | | |
| Efetuadas pelos empregados | 22.865 | - | 181 | 23.045 |
| Efetuadas pela entidade | - | 27.000 | 360 | 27.360 |
| Variação em provisões para pensões e encargos similares | - | (150) | 2.762 | 2.612 |
| Variação nas provisões matemáticas | - | (3.561) | - | (3.561) |
| Pensões pagas | (35.079) | (14.080) | (1.363) | (50.522) |
| Rendimentos líquidos dos fundos de pensões | 149.922 | 13.287 | 88 | 163.298 |
| Outras variações | - | (18.447) | (621) | (19.067) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | **1.560.979** | **207.771** | **54.863** | **1.823.613** |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos dos Fundos de Pensões da CGD e da Caixa Seguros e Saúde podem ser analisados como seguem:

**Fundo de Pensões - CGD**

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Ações | 78.268 | 69.287 |
| Unidades de participação em fundos de investimento mobiliários e imobiliários | 290.424 | 301.180 |
| Obrigações | 377.892 | 346.456 |
| Imóveis | 473.219 | 478.730 |
| Depósitos em instituições de crédito | 478.026 | 247.364 |
| Outros (líquido passivo) | (136.850) | (19.746) |
| Total do Fundo | 1.560.979 | 1.423.271 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os Fundos de Pensões da CGD e da Caixa Seguros e Saúde são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros" inclui 133.995 mEuros e 97.865 mEuros, respetivamente, relativos a operações de venda com acordo de recompra sobre diversos instrumentos financeiros celebrados com a Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de dezembro de 2012, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculados pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do pessoal da CGD foram somados 5.509 mEuros relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2011, ao valor do Fundo de Pensões da CGD calculado pela Sociedade Gestora foram somados 46.886 mEuros relativos a contribuições do ano de 2011 ainda não entregues ao Fundo pela Caixa Geral de Depósitos e registadas na rubrica "Outros passivos" (Nota 28). Adicionalmente foram deduzidos 59.285 mEuros relativos ao ajustamento decorrente da mensuração ao justo valor de títulos de dívida pública contabilizados no ativo do Fundo ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados a empresas do Grupo nos montantes de 408.369 mEuros e 409.008 mEuros, respetivamente. Detém ainda títulos emitidos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 210.371 mEuros e 194.842 mEuros, respetivamente.

**Fundos de Pensões - Caixa Seguros e Saúde**

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Ações | 13.946 | 12.518 |
| Outros títulos de rendimento variável | 2.983 | 4.913 |
| Obrigações | 84.339 | 89.486 |
| Imóveis | 16.057 | 14.073 |
| Depósitos em instituições de crédito | 30.117 | 14.210 |
| Outros | 105 | 4.736 |
| Total dos Fundos de Pensões | 147.547 | 139.936 |

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo de Pensões do Pessoal da CGD, bem como os ganhos e perdas atuariais no ano corrente e nos últimos 4 anos é analisado como segue:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | | 31-12-2010 | | 31-12-2009 | | 31-12-2008 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Reforma de reforma | Plano médico | Reforma de reforma | Plano médico | Reforma de reforma | Plano médico | Reforma de reforma | Plano médico | Reforma de reforma | Plano médico |
| Responsabilidades | 1.541.754 | 452.245 | 1.307.899 | 415.857 | 1.308.213 | 436.698 | 1.332.368 | 460.025 | 1.137.181 | 427.832 |
| Valor do Fundo | 1.560.979 | - | 1.423.271 | - | 1.424.864 | - | 1.332.368 | - | 1.137.181 | - |
| Provisões | - | 452.245 | - | 415.857 | - | 436.698 | - | 460.025 | - | 427.832 |
| Responsabilidades (sub) / sobre financiada | (19.225) | - | (115.372) | - | (116.651) | - | - | - | - | - |
| Ganhos / (Perdas) decorrentes de responsabilidades | (123.745) | (27.354) | 120.947 | 30.850 | 163.567 | 36.095 | (64.890) | (19.720) | 102.449 | 27.526 |
| Ganhos / (Perdas) decorrentes dos ativos do Fundo | 75.617 | - | (116.514) | - | (45.628) | - | 21.735 | - | (140.187) | - |
| | (48.128) | (27.354) | 4.433 | 30.850 | 117.939 | 36.095 | (43.155) | (19.720) | (37.738) | 27.526 |

No decorrer do exercício de 2011, o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais associados a responsabilidades com benefícios pós-emprego, os quais passsaram a ser reconhecidos na sua integralidade por contrapartida de "Outras reservas". Em resultado desta situação, as demonstrações financeiras foram reexpressas de forma a refletir os novos procedimentos de reconhecimento dos desvios atuarias no primeiro período comparativo apresentado no âmbito da preparação destas demonstrações financeiras (1 de janeiro de 2010).

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, podem ser demonstrados da seguinte forma:

| | CGD | Caixa Seguros e Saúde | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Situação em 31 de dezembro de 2010** | 116.651 | 6.491 | 3.471 | 126.613 |
| Custo dos serviços correntes | (57.340) | (851) | (1.306) | (59.496) |
| Custo dos juros | (70.918) | (6.865) | (2.757) | (80.540) |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 76.628 | 4.737 | 31 | 81.396 |
| Custo normal do exercício (Nota 38) | (51.630) | (2.978) | (4.032) | (58.641) |
| Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 38) | (968) | (8.691) | - | (9.659) |
| Outras variações com impacto em resultados | - | 4.750 | 105 | 4.855 |
| **Variações com impacto em resultados** | (52.598) | (6.919) | (3.928) | (63.445) |
| Desvios de responsabilidades | 120.947 | (2.858) | 194 | 118.283 |
| Desvios de rendimento | (116.514) | (7.462) | 351 | (123.626) |
| **Desvios** | 4.433 | (10.321) | 545 | (5.343) |
| Contribuições entregues pela entidade | 46.886 | 12.430 | 341 | 59.657 |
| Outros | - | | | - |
| **Situação em 31 de dezembro de 2011** | 115.372 | 1.682 | 428 | 117.482 |
| Custo dos serviços correntes | (74.703) | (2) | (1.328) | (76.033) |
| Custo dos juros | (45.230) | (5.101) | (1.828) | (52.159) |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 74.306 | 3.917 | 32 | 78.255 |
| Custo normal do exercício (Nota 38) | (45.627) | (1.185) | (3.125) | (49.937) |
| Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 38) | (2.392) | (11.255) | - | (13.647) |
| Outras variações com impacto em resultados | - | (146) | - | (146) |
| **Variações com impacto em resultados** | (48.019) | (12.586) | (3.125) | (63.730) |
| Desvios de responsabilidades | (123.746) | (19.137) | 65 | (142.819) |
| Desvios de rendimento | 75.618 | 9.370 | 2.366 | 87.354 |
| **Desvios** | (48.128) | (9.768) | 2.431 | (55.465) |
| Contribuições da entidade | - | 27.000 | 360 | 27.360 |
| Outros | - | - | - | - |
| **Situação em 31 de dezembro de 2012** | 19.225 | 6.328 | 95 | 25.648 |

Os desvios de responsabilidades ao nível da CGD em 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Alteração da taxa de crescimento dos salários | 49.602 | 20.774 |
| Alteração da taxa de crescimento das pensões | 55.394 | 70.025 |
| Alteração da taxa de desconto | (251.584) | - |
| Outros desvios de responsabilidades | 22.843 | 30.148 |
| | (123.746) | 120.947 |

Assistência médica

A assistência médica aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para o Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até 23 de julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica “Provisões” e em 31 de dezembro de 2012 e 2011 ascendiam a 452.245 mEuros e 415.857 mEuros, respetivamente.

A Fidelidade comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação entre junho de 1998 e julho de 2005. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estas responsabilidades ascendem a 23.375 mEuros e 11.635 mEuros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões.

Outros benefícios de longo prazo

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efetivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efetiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o correspondente passivo encontrava-se registado em “Outros passivos” e ascendia a 37.918 mEuros e 40.042 mEuros, respetivamente (Nota 28).

A Caixa determina ainda as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se registado na rubrica de “Provisões” e ascende a 744 mEuros e 1.750 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, tendo sido apuradas responsabilidades nos montantes de 10.600 mEuros e de 1.500 mEuros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente.

Provisões

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **CGD** | | |
| Provisão para assistência médica pós-emprego | 452.245 | 415.857 |
| Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho | 4.425 | 4.425 |
| Provisão para responsabilidades com subsídio por morte | 744 | 1.750 |
| Responsabilidades da Sucursal de França | 10.600 | 1.500 |
| | 468.014 | 423.532 |
| **Provisão para responsabilidades com pensões e outras** | | |
| Banco Comercial do Atlântico, S.A. | 49.679 | 48.674 |
| Outros | 1.830 | 1.894 |
| | 51.509 | 50.568 |
| **Provisão para assistência médica pós-emprego** | | |
| Caixa Seguros e Saúde (Império-Bonança) | 23.566 | 12.075 |
| Outros | 2.837 | 2.203 |
| | 26.403 | 14.278 |
| **Outros** | 4.025 | 9.115 |
| | 549.950 | 497.493 |

A Caixa regista uma provisão específica correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho.

Nos exercícios de 2012 e 2011, os movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 25):

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | 497.493 | 530.192 |
| Impacto do reconhecimento de ganhos e perdas atuariais | | |
| Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal: | | |
| Assistência médica - CGD (Nota 38) | 29.306 | 32.434 |
| Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 38) | - | (90) |
| Desvios atuariais relativos a assistência médica pós-emprego | 34.900 | (30.850) |
| Outros | (1.870) | (5.301) |
| | 62.335 | (3.807) |
| Reforços, líquidos de reposições, por contrapartida de "Provisões" | | |
| | 15.398 | (1.527) |
| Reversão dos (ganhos) / perdas atuariais reconhecidos | | |
| Pagamentos ao SAMS e Serviços Sociais da CGD | (20.272) | (22.425) |
| Outros | (4.595) | (4.531) |
| Outros | (409) | (410) |
| Saldo no final do exercício | 549.950 | 497.493 |

## 40. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Serviços especializados | | |
| - Serviços de Informática | 93.790 | 95.046 |
| - Serviços de limpeza | 10.292 | 9.818 |
| - Serviços de estudos e consultas | 9.224 | 9.964 |
| - Avenças e honorários | 5.945 | 7.331 |
| - Serviços de segurança e vigilância | 10.456 | 9.257 |
| - Serviços de Informações | 7.724 | 7.674 |
| - Outros | 165.848 | 180.602 |
| Rendas e alugueres | 94.570 | 93.395 |
| Publicidade e edição de publicações | 41.147 | 44.035 |
| Comunicações e despesas de expedição | 53.356 | 51.097 |
| Conservação e reparação | 42.088 | 43.583 |
| Água, energia e combustíveis | 29.543 | 25.575 |
| Transporte de valores e outros | 9.359 | 11.048 |
| Deslocações, estadas e representação | 19.868 | 19.844 |
| Impressos e material de consumo corrente | 9.866 | 9.746 |
| Outros | 20.191 | 20.518 |
| | 623.266 | 638.533 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o total dos futuros pagamentos de locação operacional nos termos dos principais contratos em vigor nas referidas datas, apresentavam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Até 1 ano | 20.879 | 22.378 |
| De 1 a 5 anos | 70.498 | 94.559 |
| Superior a 5 anos | 215.649 | 232.180 |

No exercício de 2012, os honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos à revisão legal das contas anuais e outros serviços prestados, apresentam o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|
| Revisão legal das contas anuais | 265 | 265 | |
| Outros serviços que não sejam de revisão | 80 | 80 | |
| | 344 | 344 | (a) |

(a) Os saldos apresentados incluem IVA

## 41. IMPARIDADE EM ATIVOS

O movimento na imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| | Saldo em 31-12-2011 | Entradas/(saidas) do perímetro | Reforços | Reposições e anulações | Utilizações | Diferenças de câmbio | Transferências e outros | Saldo em 31-12-2012 | Recuperação de crédito, juros e despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 13) | 3.383.246 | 43 | 3.342.625 | (2.298.965) | (213.261) | (6.169) | (18.127) | 4.189.393 | (33.356) |
| Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6) | 12.312 | - | 4.844 | (5.113) | (4.643) | 12 | 5.002 | 12.413 | |
| Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8) | | | | | | | | | |
| Instrumentos de capital | 724.212 | (660) | 142.725 | - | (339.159) | (37) | (115) | 526.965 | |
| Instrumentos de dívida | 52.629 | - | 1.637 | (914) | (41.153) | (185) | 779 | 12.794 | |
| Outros instrumentos | 103.641 | - | 80.922 | - | (19.569) | (336) | 501 | 165.158 | |
| Imparidade de investimentos a deter até à maturidade (Nota 12) | 120.035 | - | 49.556 | - | (169.591) | - | - | | |
| Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 16) | 11.068 | - | 6.671 | (3.555) | (112) | | (46) | 14.026 | |
| Imparidade de ativos intangíveis (Nota 17) | 12.027 | - | 238 | - | - | - | (11.069) | 1.196 | |
| Imparidade de ativos não correntes detidos para venda | | | | | | | | | |
| Imóveis e equipamento (Nota 14) | 103.374 | - | 187.819 | (31.333) | (6.510) | - | (18.483) | 234.867 | |
| Imparidade de outros ativos (Nota 21) | 191.424 | - | 65.635 | (15.102) | (4.913) | (461) | (20.014) | 216.570 | |
| | 1.330.720 | (660) | 540.047 | (56.016) | (585.651) | (1.008) | (43.444) | 1.183.989 | - |
| | 4.713.966 | (617) | 3.882.672 | (2.354.980) | (798.911) | (7.177) | (61.571) | 5.373.382 | (33.356) |

| | Saldo em 31-12-2010 | Entradas/(saidas) do perímetro | Reforços | Reposições e anulações | Utilizações | Diferenças de câmbio | Transferências e outros | Saldo em 31-12-2011 | Recuperação de crédito, juros e despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Imparidade de crédito a clientes (Nota 13) | 2.609.824 | - | 2.115.814 | (1.253.413) | (130.410) | 7.768 | 33.662 | 3.383.246 | (36.474) |
| Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6) | 88.933 | - | 41.005 | (39.568) | (77.191) | (190) | (676) | 12.312 | |
| Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8) | | | | | | | | | |
| Instrumentos de capital | 332.398 | | 460.957 | - | (68.688) | 61 | (516) | 724.212 | |
| Instrumentos de dívida | 59.982 | - | 16.364 | (121) | (24.413) | 301 | 516 | 52.629 | |
| Outros instrumentos | 100.867 | - | 15.823 | - | (12.643) | 249 | (656) | 103.641 | |
| Imparidade de investimentosa deter até à maturidade (Nota 12) | - | - | 120.035 | - | - | - | - | 120.035 | |
| Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 16) | 15.741 | - | 4.897 | (8.993) | (272) | - | (305) | 11.068 | |
| Imparidade de ativos intangíveis (Nota 17) | 958 | - | 12.502 | (1.433) | - | - | - | 12.027 | |
| Imparidade de ativos não correntes detidos para venda | | | | | | | | | |
| Imóveis e equipamento (Nota 14) | 72.128 | - | 66.144 | (32.673) | (2.463) | - | 239 | 103.374 | |
| Imparidade de outros ativos (Nota 21) | 155.804 | - | 53.706 | (7.505) | (10.191) | 38 | (428) | 191.424 | |
| Imparidade em associadas | - | - | 344 | (344) | - | - | - | - | |
| | 826.811 | - | 791.777 | (90.638) | (195.862) | 459 | (1.826) | 1.330.720 | - |
| | 3.436.635 | - | 2.907.591 | (1.344.051) | (326.272) | 8.227 | 31.837 | 4.713.966 | (36.474) |

No decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa procedeu à alienação de direitos sobre valores a receber no âmbito de transações realizadas junto de um banco norte-americano registadas na rubrica de "Aplicações em instituições de crédito", tendo em resultado desta operação sido utilizadas imparidades anteriormente constituídas para este ativo no montante de 39.557 mEuros.

As colunas "Reforços" e "Reposições e anulações" do mapa de movimento na imparidade para o exercício de 2011 inclui encargos líquidos no montante de 19.639 mEuros que foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados "Resultados em filiais detidos para venda" no referido período, decorrente da transferencia dos ativos e passivos da HPP Saúde para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 14).

Adicionalmente, a coluna "Transferências e outros" do mapa de movimento na imparidade para o exercício de 2012 inclui 11.079 mEuros e 17.679 mEuros relativos a imparidades acumuladas reconhecidas para ativos intangiveis e para devedores, outras aplicações e outros ativos no âmbito da atividade da HPP, as quais em 31 de dezembro desse ano se encontram reconhecidas na classe de ativos não correntes detidos para venda (Nota 14).

## 42. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Atividade Seguradora: inclui a atividade desenvolvida pelas Companhias de Seguros que integram a Caixa Seguros e Saúde e pela Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.. A atividade foi dividida entre Vida e Não Vida;
- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME’s. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição de resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2012 e 2011 apresenta a seguinte composição:

## Linhas de negócio

| | 31-12-2012 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Negociação e Vendas | Banca de Retalho | Banca Comercial | Gestão de Ativos | Corporate Finance | Seguros Vida | Seguros Não Vida | Outros | Total |
| Margem financeira | ( 49 553) | 1 156 538 | 21 140 | 5 803 | 170 169 | 30 833 | 5 732 | 3 353 | 1.344.015 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 21 180 | 49 | 65 237 | 25 648 | 3 | 1 001 | 203 | 5 621 | 118.942 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 42 409 | 181 792 | 113 839 | 35 128 | 82 151 | 2 529 | - | 220 108 | 677.957 |
| Encargos com serviços e comissões | ( 18 482) | ( 19 992) | ( 4 581) | ( 5 002) | ( 11 356) | ( 172) | ( 55) | ( 109 674) | (169.314) |
| Resultados em operações financeiras | 313 744 | 61 447 | ( 614) | ( 2 188) | ( 700) | 2 534 | ( 205) | ( 11 019) | 362.999 |
| Outros resultados de exploração | ( 1 192) | ( 4 138) | ( 1 405) | ( 8 885) | ( 4 969) | - | ( 2 407) | 114 286 | 91.291 |
| Prémios, líquidos de resseguro | - | - | - | - | - | 237 518 | 965 314 | - | 1.202.831 |
| Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros | - | - | - | - | - | 102 751 | 76 821 | - | 179.572 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | - | - | - | - | - | ( 153 786) | ( 629 258) | 1 | (783.043) |
| Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros | - | - | - | - | - | ( 1 025) | ( 85 340) | 118 | (86.247) |
| Produto da Atividade Bancária e Seguradora | 308 106 | 1 375 697 | 193 616 | 50 506 | 235 297 | 222 183 | 330 805 | 222 793 | 2.939.004 |
| Outros custos e proveitos | | | | | | | | | (3 333 719) |
| Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD | | | | | | | | | (394.715) |
| Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido) | 4 439 762 | 900 219 | 32 901 | 2 064 | 1 164 | 19 548 | 25 790 | 4 617 | 5.426.064 |
| Aplicações em títulos e derivados (líquido) | 17 909 682 | 503 807 | 493 433 | 585 048 | ( 44 211) | 7 482 327 | 1 608 203 | 255 992 | 28.794.281 |
| Crédito a clientes (líquido) | 1 877 356 | 36 305 575 | 36 352 378 | 95 472 | 65 906 | 1 491 | 2 454 | 12 469 | 74.713.101 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | - | - | - | - | - | 22 406 | 169 991 | 5 030 | 197.427 |
| Ativo líquido total | 24 868 586 | 38 372 525 | 36 978 566 | 837 006 | 173 845 | 7 168 457 | 2 265 520 | 6 191 997 | 116.856.501 |
| Recursos de instituições de crédito e bancos centrais | 11 501 728 | 190 931 | 489 991 | 33 646 | - | - | - | 26 985 | 12.243.281 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 1 263 028 | 53 187 753 | 11 223 675 | 64 294 | - | 5 600 888 | - | 64 516 | 71.404.154 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 10 203 616 | 342 987 | 44 024 | - | - | - | - | - | 10.590.627 |
| Provisões técnicas de contratos de seguros | - | - | - | - | - | 2 140 303 | 2 074 091 | 9 750 | 4.224.143 |
| Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked" | - | - | - | - | - | 1 148 225 | - | - | 1.148.225 |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Negociação e Vendas | Banca de Retalho | Banca Comercial | Gestão de Ativos | Corporate Finance | Seguros Vida | Seguros Não Vida | Outros | Total |
| Margem financeira | 79 650 | 1 377 672 | ( 56 462) | 8 651 | 193 267 | 45 252 | 3 667 | 33 796 | 1.685.493 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 12 417 | 4 | 109 747 | 20 513 | 109 | 1 087 | 256 | 2 592 | 146.724 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 24 317 | 164 711 | 103 343 | 35 237 | 75 469 | 4 481 | - | 248 431 | 655.988 |
| Encargos com serviços e comissões | ( 15 626) | ( 25 050) | ( 7 016) | ( 6 695) | ( 3 474) | ( 115) | ( 84) | ( 92 949) | (151.008) |
| Resultados em operações financeiras | ( 78 972) | 42 791 | ( 10 743) | 13 332 | 1 270 | ( 9 876) | 1 279 | 16 157 | (24.762) |
| Outros resultados de exploração | 769 | ( 5 893) | 141 | ( 2 658) | ( 3 870) | ( 111) | 8 955 | 133 782 | 131.114 |
| Prémios, líquidos de resseguro | - | - | - | - | - | 244 945 | 998 721 | - | 1.243.666 |
| Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros | - | - | - | - | - | 85 578 | 57 821 | ( 11) | 143.388 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | - | - | - | - | - | ( 184 466) | ( 604 265) | ( 35 194) | (823.924) |
| Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros | - | - | - | - | - | ( 6 391) | ( 86 893) | ( 42) | (93.326) |
| Produto da Atividade Bancária e Seguradora | 22 554 | 1 554 235 | 139 010 | 68 380 | 262 771 | 180 383 | 379 457 | 306 562 | 2.913.352 |
| Outros custos e proveitos | | | | | | | | | (3 401 777) |
| Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD (*) | | | | | | | | | (488.425) |
| Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido) | 6 723 009 | 1 421 313 | 291 153 | 553 | 695 | 6 857 | 34 490 | 168 727 | 8.646.797 |
| Aplicações em títulos e derivados (líquido) | 14 461 461 | 500 937 | 490 260 | 565 987 | - | 7 478 388 | 1 474 133 | 312 528 | 25.283.693 |
| Crédito a clientes (líquido) | 1 424 184 | 38 548 317 | 37 925 728 | 43 011 | 82 621 | 1 882 | 2 648 | 219 234 | 78.247.625 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | - | - | - | - | - | 23 001 | 203 201 | - | 226.202 |
| Ativo líquido total | 23 488 557 | 41 636 128 | 38 057 673 | 731 142 | 399 798 | 7 096 974 | 2 826 034 | 6 328 976 | 120.565.281 |
| Recursos de instituições de crédito e bancos centrais | 14 760 944 | 314 321 | 738 116 | 11 657 | - | - | - | 35 916 | 15.860.954 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 830 972 | 52 199 966 | 10 897 726 | 25 129 | - | 6 269 921 | - | 363 776 | 70.587.491 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 14 496 754 | 403 195 | 23 359 | - | - | - | - | - | 14.923.309 |
| Provisões técnicas de contratos de seguros | - | - | - | - | - | 2 478 538 | 2 129 076 | - | 4.607.615 |
| Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked" | - | - | - | - | - | 584 879 | - | - | 584.879 |

* Os valores apresentados refletem a reexpressão dos montantes relativos à HPP Saúde, dada a sua classificação como filial detida para venda

## Mercados Geográficos

| | 31-12-2012 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | Resto da Europa | América do Norte | América Latina | Ásia | África | Outros | Total |
| Margem financeira | 849.170 | 220.248 | 397 | 5.818 | 27.207 | 52.671 | 156.138 | 32.366 | 1.344.015 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 180.289 | 16.568 | - | - | - | 147 | 12.576 | (90.637) | 118.942 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 569.535 | 49.288 | 59 | 1.281 | 17.902 | 32.362 | 84.061 | (76.531) | 677.957 |
| Encargos com serviços e comissões | (163.159) | (15.825) | (0) | (64) | (632) | (17.856) | (19.084) | 47.305 | (169.314) |
| Resultados em operações financeiras | 318.420 | (3.353) | (35) | (328) | (2.907) | 6.552 | 85.337 | (40.685) | 362.999 |
| Outros resultados de exploração | 208.019 | (12.094) | (50) | 1.449 | (7.960) | 2.737 | 14.539 | (115.349) | 91.291 |
| Prémios, líquidos de resseguro | 1.198.308 | - | - | - | - | - | 4.523 | - | 1.202.831 |
| Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros | 195.260 | - | - | - | - | - | - | (15.689) | 179.572 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | (781.365) | 1 | - | - | - | - | (1.679) | - | (783.043) |
| Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros | (118.002) | - | - | - | - | - | 1.223 | 30.533 | (86.247) |
| Produto da Atividade Bancária e Seguradora | 2.456.475 | 254.834 | 370 | 8.156 | 33.610 | 76.613 | 337.634 | (228.687) | 2.939.004 |
| Outros custos e proveitos | | | | | | | | | (3.333.719) |
| Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD | | | | | | | | | (394.715) |
| Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido) | 13.570.924 | 4.255.996 | 111.027 | 1.632.727 | 295.759 | 3.272.204 | 1.210.434 | (18.923.006) | 5.426.064 |
| Aplicações em títulos e derivados (líquido) | 34.052.413 | 3.027.102 | - | 35.753 | 75.757 | 51.486 | 620.975 | (9.573.365) | 28.290.121 |
| Ativos com acordo de recompra | 504.160 | - | - | - | - | - | - | - | 504.160 |
| Crédito a clientes (líquido) | 62.062.939 | 13.623.981 | - | 680.360 | 114.091 | 1.449.049 | 2.359.671 | (5.576.991) | 74.713.101 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 192.397 | - | - | - | - | - | 5.030 | - | 197.427 |
| Ativo líquido total | 123.677.396 | 21.265.789 | 111.503 | 2.349.895 | 592.500 | 5.186.598 | 4.753.332 | (41.080.511) | 116.856.502 |
| Recursos de instituições de crédito e bancos centrais | 19.297.289 | 7.913.507 | 7 | 1.681.385 | 74.819 | 194.121 | 157.832 | (17.075.680) | 12.243.281 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 60.724.593 | 5.311.873 | - | 696.769 | 189.411 | 4.113.925 | 3.286.936 | (2.919.353) | 71.404.154 |
| Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked" | 1.148.225 | - | - | - | - | - | - | - | 1.148.225 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 12.062.611 | 6.573.650 | - | 22.784 | - | - | 67.688 | (8.136.105) | 10.590.627 |
| Provisões técnicas de contratos de seguros | 4.214.393 | - | - | - | - | - | 9.750 | - | 4.224.143 |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | Resto da Europa | América do Norte | América Latina | Ásia | África | Outros | Total |
| Margem financeira | 1.170.061 | 231.673 | 26.716 | 6.681 | 26.941 | 42.747 | 143.169 | 37.505 | 1.685.493 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 275.489 | 4.002 | - | - | - | 65 | 10.745 | (143.577) | 146.724 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 554.508 | 52.830 | 267 | 1.587 | 8.627 | 32.542 | 74.412 | (68.785) | 655.988 |
| Encargos com serviços e comissões | (143.685) | (14.749) | (1.475) | (52) | (316) | (16.884) | (18.633) | 44.786 | (151.008) |
| Resultados em operações financeiras | (38.491) | 73.555 | (554) | (4.061) | (622) | 5.816 | 65.730 | (126.135) | (24.762) |
| Outros resultados de exploração | 430.369 | (92.631) | (49) | (564) | (1.627) | 3.298 | 4.331 | (212.013) | 131.114 |
| Prémios, líquidos de resseguro | 1.238.995 | - | - | - | - | - | 4.671 | - | 1.243.666 |
| Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros | 161.631 | - | - | - | - | - | - | (18.243) | 143.388 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | (823.092) | 11 | - | - | - | - | (843) | - | (823.924) |
| Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros | (119.085) | - | - | - | - | - | 949 | 24.810 | (93.326) |
| Produto da Atividade Bancária e Seguradora | 2.706.700 | 254.691 | 24.905 | 3.591 | 33.003 | 67.584 | 284.531 | (461.652) | 2.913.352 |
| Outros custos e proveitos | | | | | | | | | (3.401.777) |
| Resultado Líquido do Exercício atribuível ao acionista da CGD (*) | | | | | | | | | (488.425) |
| Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido) | (117.441.452) | (13.066.736) | (20.426) | (800.935) | (338.409) | (1.871.116) | (3.539.475) | 145.726.887 | 8.648.338 |
| Aplicações em títulos e derivados (líquido) | 30.802.485 | 2.727.609 | 19.312 | 50.383 | 222.898 | 58.959 | 553.622 | (9.929.329) | 24.505.939 |
| Ativos com acordo de recompra | 777.954 | - | - | - | - | - | - | - | 777.954 |
| Crédito a clientes (líquido) | 62.672.163 | 9.063.396 | (10) | 669.564 | 75.871 | 1.272.127 | 2.037.318 | 2.457.196 | 78.247.625 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 440.048 | - | - | - | - | - | 12.356 | (226.202) | 226.202 |
| Ativo líquido total | 622.557 | (885.395) | 1.083 | (72.774) | (8.915) | 145.609 | 293.237 | 120.546.847 | 120.642.249 |
| Recursos de instituições de crédito e bancos centrais | 161.709.228 | 24.784.383 | 403.812 | 4.837.265 | 380.902 | 4.471.859 | 4.515.785 | (185.243.483) | 15.859.751 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 122.813.328 | 9.354.315 | 253.603 | 1.346.241 | 154.603 | 7.110.401 | 5.796.311 | (76.241.311) | 70.587.491 |
| Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked" | 2.012 | - | - | - | - | - | - | 582.867 | 584.879 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 17.893.720 | 1.139.486 | - | 23.359 | - | - | 26.668 | (4.159.924) | 14.923.309 |
| Provisões técnicas de contratos de seguros | 1.006 | 7.051 | - | - | - | 5 | 172 | 4.602.936 | 4.611.170 |

* Os valores apresentados refletem a reexpressão dos montantes relativos à HPP Saúde, dada a sua classificação como filial detida para venda

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

Nos exercícios de 2012 e 2011, a contribuição para os resultados do Grupo por área de negócio de acordo com os critérios internos de gestão, apresenta o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Atividade bancária em Portugal | Atividade internacional | Banca de investimento | Atividade seguradora e saúde | Outros | Total |
| Juros e rendimentos similares | 5.069.178 | 1.176.396 | 299.962 | 436.048 | (1.907.286) | 5.074.298 |
| Juros e encargos similares | (4.423.401) | (715.370) | (267.757) | (338.228) | 2.014.474 | (3.730.283) |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 64.089 | 17.082 | 6.279 | 1.204 | 30.289 | 118.942 |
| **Margem Financeira Alargada** | 709.865 | 478.107 | 38.484 | 99.024 | 137.478 | 1.462.957 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 453.114 | 184.894 | 71.155 | 2.532 | (33.738) | 677.957 |
| Encargos com serviços e comissões | (109.915) | (52.403) | (22.545) | (5.082) | 20.631 | (169.314) |
| Resultados em operações financeiras | 321.623 | 84.785 | (13.453) | (2.582) | (27.374) | 362.999 |
| Outros Resultados De Exploração | 70.392 | (1.329) | 2.010 | 1.503 | 18.716 | 91.291 |
| **Margem Complementar** | 735.214 | 215.947 | 37.167 | (3.629) | (21.765) | 962.933 |
| Prémios, líquidos de resseguro | - | 4.523 | - | 1.198.308 | - | 1.202.831 |
| Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros | - | - | - | 195.260 | (15.689) | 179.572 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | - | (1.678) | - | (781.365) | - | (783.043) |
| Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros | - | 1.223 | - | (118.002) | 30.533 | (86.247) |
| **Margem técnica da atividade de seguros** | - | 4.068 | - | 494.202 | 14.844 | 513.113 |
| **PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA** | 1.445.079 | 698.122 | 75.651 | 589.596 | 130.557 | 2.939.004 |
| Outros custos e proveitos | (1.799.484) | (739.422) | (78.255) | (500.737) | (215.821) | (3.333.720) |
| **RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO ATRIBUíVEL AO ACIONISTA DA CGD** | (354.405) | (41.301) | (2.604) | 88.860 | (85.265) | (394.715) |

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Atividade bancária em Portugal | Atividade internacional | Banca de investimento | Atividade seguradora e saúde | Outros | Total |
| Juros e rendimentos similares | 5.540.173 | 1.256.384 | 340.246 | 354.917 | (2.123.915) | 5.367.805 |
| Juros e encargos similares | (4.560.436) | (805.173) | (307.382) | (252.979) | 2.243.657 | (3.682.312) |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 108.994 | 4.466 | 2.648 | 1.343 | 29.274 | 146.724 |
| **Margem Financeira Alargada** | 1.088.731 | 455.676 | 35.513 | 103.281 | 149.016 | 1.832.218 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 442.680 | 169.998 | 64.855 | 4.481 | (26.026) | 655.988 |
| Encargos com serviços e comissões | (97.002) | (50.634) | (13.571) | (6.037) | 16.236 | (151.008) |
| Resultados em operações financeiras | (51.433) | 140.000 | (26.522) | (3.700) | (83.109) | (24.762) |
| Outros Resultados De Exploração | 56.690 | (87.194) | (552) | 57.380 | 104.790 | 131.114 |
| **Margem Complementar** | 350.935 | 172.171 | 24.210 | 52.124 | 11.892 | 611.332 |
| Prémios, líquidos de resseguro | - | 4.671 | - | 1.238.995 | - | 1.243.666 |
| Resultados em investimentos afetos a contratos de seguros | - | - | - | 161.631 | (18.243) | 143.388 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | - | (832) | - | (823.092) | - | (823.924) |
| Comissões e outros proveitos e custos associados à atividade de seguros | - | 949 | - | (119.085) | 24.810 | (93.326) |
| **Margem técnica da atividade de seguros** | - | 4.787 | - | 458.448 | 6.567 | 469.803 |
| **PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA** | 1.439.666 | 632.635 | 59.723 | 613.854 | 167.475 | 2.913.352 |
| Outros custos e proveitos | (1.985.248) | (622.628) | (59.743) | (609.007) | (125.150) | (3.401.777) |
| **RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD** | (545.583) | 10.007 | (21) | 4.847 | 42.325 | (488.425) |

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

## 43. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas associadas, os órgãos de gestão das empresas do Grupo e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estado Português (DGT) | Outras entidades do Estado Português | Associadas | Estado Português (DGT) | Outras entidades do Estado Português | Associadas |
| **Ativos:** | | | | | | |
| Aplicações em instituições de crédito | - | - | - | - | 434.249 | - |
| Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação | 10.598.232 | 2.967.947 | 60.746 | 7.167.801 | 1.899.039 | 65.665 |
| Crédito a clientes | 21.834 | 4.446.002 | 436.213 | - | 4.134.783 | 641.243 |
| Imparidade para crédito a clientes | - | 31.864 | 75.419 | - | (18.097) | (57.388) |
| Outros ativos | 143 | 481.463 | 4.491 | 2.018 | 521.280 | 2.986 |
| **Passivos:** | | | | | | |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 445 | 2.202.584 | 15.365 | 1.580.213 | 529.886 | 19.961 |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos | 7.952 | - | 37.423 | 16.275 | 769 | 61.080 |
| **Garantias prestadas** | 22.323 | 611.451 | 6.509 | - | 564.375 | 11.460 |
| **Proveitos:** | | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 454.472 | 206.732 | 5.223 | 166.212 | 174.507 | 6.958 |
| Ganhos em operações financeiras | 137.600 | 152.359 | 3.666 | 58.057 | 122.134 | 819 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 84 | 1.255 | 3 | 78 | 6.216 | 6 |
| Outros proveitos de exploração | - | 16 | 599 | - | 10.221 | 840 |
| **Custos:** | | | | | | |
| Juros e encargos similares | - | 2.995 | 212 | 33.989 | 4.629 | 499 |
| Perdas com operações financeiras | 1.743 | 155.135 | - | 58.755 | 105.328 | 133 |
| Encargos com serviços e comissões | - | 1 | 629 | - | 33 | 1.323 |
| Outros custos de exploração | 2 | - | 449 | - | 238 | 1.312 |
| Gastos Gerais Administrativos | - | - | 4.810 | - | - | - |

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a coluna “Outras entidades do Estado Português” não inclui saldos com a Administração local.

No decorrer do exercício de 2011, a Caixa alienou à Direção Geral do Tesouro títulos do Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, tendo em resultado desta transação reconhecido mais - valias, face ao valor líquido de imparidade, no montante de 28.024 mEuros. O valor das perdas de imparidade incorridas com esta participação no exercício de 2011 ascendeu a 32.621 mEuros (Nota 8).

*Órgãos de gestão*

Em 2012 os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros dos orgãos de gestão da Caixa e das empresas do Grupo (considerados para este efeito como os elementos relevantes do pessoal chave da gerência conforme requisitos da IAS 24 nesta matéria) ascenderam a 17.531 mEuros (20.234 mEuros em 2011). O valor dos referidos encargos no exercício de 2012 apresenta o seguinte detalhe:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Benefícios de curto prazo | 16.121 | 19.831 |
| Benefícios pós-emprego | 359 | 163 |
| Outros benefícios de longo prazo | 1.051 | 240 |
| | 17.531 | 20.234 |

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor do crédito concedido a membros dos orgãos de gestão ascendia a 7.373 mEuros e 6.978 mEuros respetivamente.

## 44. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

*Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo*

A CGD adotou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

*Risco de crédito –*

O controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD, é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, setor de atividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor das provisões por imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de default (PD) e de migração para default e recuperações após default ("loss given default" − LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

É efetuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, na presença de uma proposta de crédito elaborada pela área comercial é efetuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda aos clientes, numa perspetiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objeto da proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de rating e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de fatores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente e operação em análise. É igualmente tido em consideração, o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades bem como a identificação de aspetos/ condições que poderão mitigar o risco de crédito.

*Risco de mercado –*

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o Value at Risk (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objetivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos ativos subjacentes (basis point value (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comummente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por fator de risco (stress-testing).

São efetuadas, diariamente, análises de backtesting teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de backtesting teórico e, mensalmente, com cálculo de backtesting real. O número de exceções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos ativos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, setor, rating e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por fator de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de ações em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

*Risco cambial* –

O controlo e a avaliação do risco cambial é efetuada a nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

*Risco de liquidez e risco de taxa de juro* –

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro do balanço, na CGD, são definidas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos (“Asset-Liability Committee”, ALCO). A Área de Risco de Liquidez da DGR controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos é o órgão delegado da Comissão Executiva responsável pelo processo de ALM, o qual reúne periodicamente tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez utiliza a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados, os volumes de “cash inflows” e “cash outflows”, bem como os respetivos “gaps” de liquidez.

Os gaps de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios sujeitos a limites (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes “buckets” considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 83% do seu saldo ("core deposits") é considerado no "bucket" superior a 10 anos, sendo o restante ("non-core deposits") alocado nos "buckets" até 12 meses segundo estudos de sazonalidade e de saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes "buckets" de acordo com um modelo que estima não só a sua vida média esperada, mas também a distribuição temporal esperada para as saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no "bucket" até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. (Os títulos onerados em operações de financiamento junto do Eurosistema, ou noutro tipo de operações, são devidamente excluídos da análise). As ações e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada, são globalmente considerados no "bucket" até 1 mês.

São também realizados testes de esforço de liquidez, segundo metodologia desenvolvida internamente, e articulados com o plano de contingência de liquidez existente, visando a determinação das perspetivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

Ao longo do ano prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos "mismatchs" existentes entre os prazos dos ativos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança quer através da prática de taxas particularmente atrativas.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adotada na sua mensuração utiliza a agregação em intervalos temporais de todos os ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, de acordo com as respetivas datas de revisão das mesmas ("repricing" dates). Para esses intervalos, são depois calculados os respetivos "gaps" de taxa de juro.

A avaliação do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos ativos e passivos sensíveis, bem como o respetivo "gap" de duração. Através deste, procura medir-se o grau de sensibilidade do valor económico do balanço a variações das taxas de juro.

Para acompanhar o efeito desses "gaps" sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal do saldo dos ativos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da atividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas refletidas nas "yield curves".

Por decisão do ALCO, foi em devido tempo aprovado um conjunto de "guidelines" relativas à gestão do risco de taxa de juro do balanço e da carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objetivo dessas "guidelines" é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o "trade-off" rentabilidade-risco no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são monitorizados mensalmente no que se refere ao "gap" acumulado a 12 meses em percentagem do ativo sensível e ao "gap" de duração, e são monitorizados trimestralmente para os indicadores "economic value at risk" (que traduz as variações no valor económico do capital do banco resultantes de variações do nível das

taxas de juro), e “earnings at risk” (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco resultantes de variações do nível das taxas de juro).

Semestralmente, é também enviado ao Banco de Portugal o mapa prudencial de risco de taxa de juro da carteira bancária, que engloba todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação, de modo a possibilitar a monitorização e acompanhamento do risco de taxa de juro da carteira bancária, para o qual não existe nenhuma exigência regulamentar de fundos próprios (por oposição à carteira de negociação).

A avaliação e a medição deste tipo de risco é feita apurando o impacto nos fundos próprios e na margem financeira de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de + 200 bp (conforme Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efetuado com periodicidade trimestral, para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à atividade do Grupo CGD.

*Risco de Crédito*

*Exposição máxima a risco de crédito*

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| **Títulos de negociação** | | |
| Divida pública | 509.357 | 483.747 |
| Divida privada | 40.466 | 114.197 |
| i) | 549.822 | 597.944 |
| **Outros ativos financeiros ao justo valor em contrapartida de resultados** | | |
| Divida pública | 27.513 | 27.122 |
| Divida privada | 108.505 | 146.100 |
| ii) | 136.019 | 173.222 |
| **Ativos disponíveis para venda** | | |
| Divida pública | 9.640.807 | 5.857.476 |
| Divida privada | 8.741.851 | 8.783.027 |
| iii) | 18.382.658 | 14.640.502 |
| **Investimentos a deter até à maturidade** | | |
| Divida pública | 1.902.659 | 2.160.346 |
| Divida privada | 566.619 | 677.033 |
| iv) | 2.469.277 | 2.837.379 |
| **Ativos com acordo de recompra** | | |
| Divida pública | 68.576 | 330.764 |
| Divida privada | 435.584 | 447.190 |
| v) | 504.160 | 777.954 |
| i)+ii)+iii)+iv) | 22.041.937 | 19.027.001 |
| **Instrumentos financeiros derivados** | 2.181.287 | 2.084.059 |
| Aplicações e empréstimos de instituições de crédito | 2.517.399 | 4.956.118 |
| Crédito a clientes | 74.789.153 | 78.256.740 |
| Outros devedores | 3.267.987 | 3.229.558 |
| Outras operações a regularizar | 172.681 | 336.282 |
| | 82.928.508 | 88.862.757 |
| **Outros compromissos** | | |
| Garantias pessoais/institucionais prestadas | | |
| Garantias e avales | 4.418.988 | 5.120.509 |
| Cartas de crédito stand-by | 67.309 | 123.534 |
| Créditos documentários abertos | 410.835 | 382.499 |
| Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais | 1.091 | 11.349 |
| Contratos de depósitos a prazo a constituir | 2.000 | - |
| Linhas de crédito irrevogáveis | 1.764.341 | 2.457.880 |
| Outros compromissos irrevogáveis | - | 840.000 |
| Credit default swaps | 164.740 | 400.943 |
| | 6.829.304 | 9.336.714 |
| ***Exposição máxima*** | 111.799.749 | 117.226.472 |

*Qualidade de Crédito de aplicações em instituições de crédito*

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, considerando a notação de risco determinada de acordo com o modelo interno de avaliação desenvolvido pela Caixa para instituições financeiras, e por país de origem da contraparte::

| | 31-12-2012 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | América do Norte | Ásia | Brasil | Outros | Total |
| AA- até AA+ | - | 9.833 | 38.138 | 665 | - | 34.917 | 83.553 |
| A- até A+ | - | 86.616 | 1.188 | 43.513 | - | - | 131.316 |
| Menor que A- | 920.737 | 67.519 | 105 | 25.474 | 66.080 | 14.940 | 1.094.854 |
| Sem Rating | 150.666 | 236 | - | 19.915 | - | 86.932 | 257.748 |
| Bancos Centrais e Supranacionais | - | - | 161.457 | 389.711 | 172.762 | 225.998 | 949.928 |
| | 1.071.403 | 164.204 | 200.888 | 479.277 | 238.842 | 362.786 | 2.517.399 |

| | 31-12-2011 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | América do Norte | Ásia | Brasil | Outros | Total |
| AA- até AA+ | - | 78.235 | - | 84.411 | - | 76.923 | 239.569 |
| A- até A+ | - | 42.315 | 41.991 | 58.777 | - | - | 143.083 |
| Menor que A- | 4.140.880 | 35.079 | 395 | 28.610 | 389 | 34.136 | 4.239.488 |
| Sem Rating | 3.908 | 411 | - | - | - | 98.908 | 103.227 |
| Bancos Centrais e Supranacionais | - | - | - | 203.104 | - | 27.648 | 230.752 |
| | 4.144.788 | 156.040 | 42.385 | 374.902 | 389 | 237.615 | 4.956.118 |

No âmbito do Programa Basileia II – Projeto de Modelos de Scoring e Rating, foi desenvolvido internamente um modelo de notação de risco para o segmento de Instituições Financeiras. Este modelo permite obter estimativas de Probabilidade de default – PD (probabilidade de incumprimento) a um ano. Trata-se de um modelo estatístico que utiliza informação financeira, informação de enquadramento geográfico e tipo de atividade principal de cada Instituição financeira notada.

A escala de notação do modelo varia entre AAA (melhor notação de risco à qual corresponde uma menor PD), e CCC (pior notação de risco à qual corresponde uma maior PD).

*Qualidade de crédito de títulos de dívida*

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de "rating" atribuída pela Standard & Poor's ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| | 31-12-2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | América do Norte | Outros | Total |
| **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados** | | | | | |
| AAA | - | 21.834 | - | - | 21.834 |
| AA+ até AA- | - | 228.386 | - | - | 228.386 |
| A+ até A- | - | 105.899 | - | 39.587 | 145.486 |
| BBB+ até BBB- | 9.870 | 9.940 | 2.126 | 2.227 | 24.163 |
| BB+ até BB- | 234.025 | 10.703 | 1.130 | - | 245.858 |
| B+ até B- | 5.222 | - | - | - | 5.222 |
| Sem Rating | 4.630 | 3.916 | - | 6.346 | 14.892 |
| | 253.747 | 380.678 | 3.256 | 48.160 | 685.841 |
| Emitidos por: | | | | | |
| Corporates | 14.428 | 11.381 | - | 586 | 26.395 |
| Governos e outras autoridades locais | 197.437 | 299.846 | - | 39.587 | 536.870 |
| Instituições financeiras | 31.712 | 19.782 | 3.256 | 2.907 | 57.657 |
| Outros emitentes | 10.170 | 49.669 | - | 5.080 | 64.919 |
| | 253.747 | 380.678 | 3.256 | 48.160 | 685.841 |
| **Ativos financeiros ao justo valor através de reservas de reavaliação** | | | | | |
| AAA | - | 536.494 | 62 | 35.541 | 572.097 |
| AA+ até AA- | - | 604.630 | 49.014 | 169.945 | 823.589 |
| A+ até A- | - | 1.591.837 | 150.971 | 92.570 | 1.835.378 |
| BBB+ até BBB- | 494.350 | 1.804.864 | 188.730 | 63.677 | 2.551.621 |
| BB+ até BB- | 11.686.645 | 368.657 | - | 266.968 | 12.322.270 |
| B+ até B- | 75.155 | 56.687 | 119 | 297.483 | 429.444 |
| Menor que B- | - | 65.388 | 101 | 1.565 | 67.054 |
| Sem Rating | 216.445 | 16.912 | - | 52.008 | 285.365 |
| | 12.472.595 | 5.045.469 | 388.997 | 979.757 | 18.886.818 |
| Emitidos por: | | | | | |
| Corporates | 202.149 | 677.847 | 54.426 | 23.677 | 958.099 |
| Governos e outras autoridades locais | 8.502.459 | 622.434 | 35.651 | 513.761 | 9.674.305 |
| Instituições financeiras | 3.767.987 | 3.461.458 | 297.596 | 405.566 | 7.932.607 |
| Outros emitentes | - | 283.730 | 1.324 | 36.753 | 321.807 |
| | 12.472.595 | 5.045.469 | 388.997 | 979.757 | 18.886.818 |

| | 31-12-2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Resto da União Europeia | América do Norte | Outros | Total |
| **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados** | | | | | |
| AAA | - | 226.297 | - | - | 226.297 |
| AA+ até AA- | - | 601 | - | - | 601 |
| A+ até A- | 8.060 | 131.114 | 2.914 | 16.572 | 158.660 |
| BBB+ até BBB- | 1.534 | 6.894 | - | 5.465 | 13.893 |
| BB+ até BB- | 244.175 | 19.599 | - | 9 | 263.783 |
| B+ até B- | 71.767 | - | - | - | 71.767 |
| Sem Rating | 11.795 | 5.188 | - | 19.182 | 36.165 |
| | 337.331 | 389.693 | 2.914 | 41.228 | 771.166 |
| Emitidos por: | | | | | |
| Corporates | 81.968 | 8.553 | - | 979 | 91.500 |
| Governos e outras autoridades locais | 208.390 | 285.908 | - | 16.571 | 510.869 |
| Instituições financeiras | 38.035 | 39.701 | 2.914 | 5.761 | 86.411 |
| Outros emitentes | 8.938 | 55.531 | - | 17.917 | 82.386 |
| | 337.331 | 389.693 | 2.914 | 41.228 | 771.166 |
| **Ativos financeiros ao justo valor através de reservas de reavaliação** | | | | | |
| AAA | - | 868.110 | 58 | 57.400 | 925.568 |
| AA+ até AA- | - | 842.467 | 75.947 | 167.331 | 1.085.745 |
| A+ até A- | 256.938 | 2.955.626 | 238.105 | 267.792 | 3.718.461 |
| BBB+ até BBB- | 129.150 | 775.640 | 113.403 | 57.598 | 1.075.791 |
| BB+ até BB- | 7.363.213 | 248.568 | - | 303.757 | 7.915.538 |
| B+ até B- | 17.369 | 3.526 | 78 | 228.761 | 249.734 |
| Menor que B- | - | 127.998 | 199 | 13 | 128.210 |
| Sem Rating | 269.493 | 2.078 | - | 47.838 | 319.409 |
| | 8.036.163 | 5.824.013 | 427.790 | 1.130.490 | 15.418.456 |
| Emitidos por: | | | | | |
| Corporates | 232.102 | 636.933 | 60.095 | 17.809 | 946.939 |
| Governos e outras autoridades locais | 5.100.442 | 655.769 | 59.686 | 610.865 | 6.426.762 |
| Instituições financeiras | 2.693.046 | 4.251.157 | 306.432 | 461.715 | 7.712.350 |
| Outros emitentes | 10.573 | 280.154 | 1.577 | 40.101 | 332.405 |
| | 8.036.163 | 5.824.013 | 427.790 | 1.130.490 | 15.418.456 |

*Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro*

Os mercados de crédito da dívida soberana da Zona Euro, com especial incidência em países da sua periferia caracterizados por relevantes desiquilíbrios orçamentais, têm vindo a ser afetados por um contínuo ambiente de incerteza e instabilidade. Esta situação, visível no alargamento dos *spreads* de risco associados a estas emissões, culminou com a necessidade de intervenção do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia junto dos governos da Grécia e da Irlanda (ainda em 2010) e, já no decorrer de 2011, junto de Portugal.

As principais características destas emissões no âmbito do Grupo Caixa em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são seguidamente apresentadas:

| | Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2012 | | | | | Justo valor | Imparidade acumulada | Reserva de Justo valor | Rating |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Maturidade Residual | | | | | | | | |
| | 2013 | 2014 | Após 2014 | sem maturidade | Total | | | | |
| **Ativos valorizados ao justo valor através de resultados** | | | | | | | | | |
| Portugal | 129.549 | 49.480 | 18.409 | - | 197.437 | 197.437 | - | - | |
| Grécia | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Irlanda | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Espanha | - | - | 134 | - | 134 | 134 | - | - | |
| Itália | - | - | 147 | - | 147 | 147 | - | - | |
| | 129.549 | 49.480 | 18.690 | - | 197.719 | 197.719 | - | - | |
| **Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação** | | | | | | | | | |
| Portugal | 3.953.784 | 2.265.236 | 2.280.949 | 2.490 | 8.502.459 | 8.502.459 | - | 128.814 | |
| Grécia | - | - | 2.608 | - | 2.608 | 2.608 | - | (3.799) | |
| Irlanda | 105 | - | - | - | 105 | 105 | - | 1 | |
| Espanha | 141.945 | 20.367 | 25.446 | - | 187.758 | 187.758 | - | (2.204) | |
| Itália | 14.344 | 17.492 | 120.275 | - | 152.111 | 152.111 | - | 2.259 | |
| | 4.110.178 | 2.303.095 | 2.429.278 | 2.490 | 8.845.042 | 8.845.042 | - | 125.070 | |
| **Investimentos detidos até á maturidade** | | | | | | | | | |
| Portugal | 5 | 190.004 | 1.666.952 | - | 1.856.962 | 2.067.765 | - | (203.437) | |
| Grécia | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Irlanda | 520 | - | - | - | 520 | 523 | - | 1 | |
| Espanha | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Itália | - | 22.811 | 22.366 | - | 45.177 | 46.339 | - | 650 | |
| | 525 | 212.815 | 1.689.318 | - | 1.902.659 | 2.114.626 | - | (202.786) | |
| **Total** | | | | | | | | | |
| Portugal | 4.083.338 | 2.504.720 | 3.966.310 | 2.490 | 10.556.858 | 10.767.661 | - | (74.624) | BB- |
| Grécia | - | - | 2.608 | - | 2.608 | 2.608 | - | (3.799) | CCC |
| Irlanda | 624 | - | - | - | 624 | 627 | - | 2 | BB+ |
| Espanha | 141.945 | 20.367 | 25.580 | - | 187.892 | 187.892 | - | (2.204) | BBB- |
| Itália | 14.344 | 40.303 | 142.788 | - | 197.436 | 198.598 | - | 2.909 | BBB |
| | 4.240.252 | 2.565.390 | 4.137.287 | 2.490 | 10.945.419 | 11.157.386 | - | (77.716) | |

| | Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2011 | | | | | | Justo valor | Imparidade acumulada | Reserva de Justo valor | Rating |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Maturidades residuais | | | | | | | | | |
| | 2012 | 2013 | 2014 | Após 2014 | sem maturidade | Total | | | | |
| **Ativos valorizados ao justo valor através de resultados** | | | | | | | | | | |
| Portugal | 160.461 | 874 | 36.228 | 10.827 | - | 208.390 | 208.390 | - | - | |
| Grécia | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Irlanda | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Espanha | - | - | - | 50 | - | 50 | 50 | - | - | |
| Itália | - | - | - | 37 | - | 37 | 37 | - | - | |
| | 160.461 | 874 | 36.228 | 10.915 | - | 208.477 | 208.477 | - | - | |
| **Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação** | | | | | | | | | | |
| **Portugal** | 3.790.842 | 175.418 | 239.918 | 892.742 | 1.522 | 5.100.443 | 5.100.443 | - | (574.333) | |
| Grécia | 10.033 | - | - | 1.217 | - | 11.250 | 11.250 | (14.629) | - | |
| Irlanda | - | 100 | 24.139 | 14.667 | - | 38.907 | 38.907 | - | (8.233) | |
| Espanha | 24.050 | 65.067 | 19.766 | 23.728 | - | 132.610 | 132.610 | - | (3.068) | |
| Itália | 9.782 | 13.968 | 15.540 | 103.646 | - | 142.936 | 142.936 | - | (18.319) | |
| | 3.834.707 | 254.553 | 299.363 | 1.036.000 | 1.522 | 5.426.145 | 5.426.145 | (14.629) | (603.952) | |
| **Investimentos detidos até á maturidade** | | | | | | | | | | |
| Portugal | 17.682 | 232.773 | 181.080 | 1.386.860 | - | 1.818.396 | 1.476.727 | - | (269.410) | |
| Grécia | 18.331 | 19.758 | 18.570 | 47.788 | - | 104.448 | 56.785 | (120.035) | - | |
| Irlanda | - | 489 | - | - | - | 489 | 500 | - | (33) | |
| Espanha | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Itália | 73.359 | - | 22.041 | 21.578 | - | 116.978 | 152.351 | - | 1.466 | |
| | 109.372 | 253.020 | 221.692 | 1.456.227 | - | 2.040.312 | 1.686.362 | (120.035) | (267.977) | |
| **Total** | | | | | | | | | | |
| Portugal | 3.968.985 | 409.065 | 457.227 | 2.290.429 | 1.522 | 7.127.228 | 6.785.559 | - | (843.743) | BB+ |
| Grécia | 28.365 | 19.758 | 18.570 | 49.005 | - | 115.698 | 68.035 | (134.663) | - | CCC |
| Irlanda | - | 589 | 24.139 | 14.667 | - | 39.396 | 39.406 | - | (8.265) | BBB+ |
| Espanha | 24.050 | 65.067 | 19.766 | 23.779 | - | 132.661 | 132.661 | - | (3.068) | AA- |
| Itália | 83.141 | 13.968 | 37.581 | 125.261 | - | 259.951 | 295.324 | - | (16.853) | A+ |
| | 4.104.541 | 508.447 | 557.283 | 2.503.142 | 1.522 | 7.674.934 | 7.320.985 | (134.663) | (871.929) | |

O ano de 2011 foi caracterizado pela diminuição da liquidez observada nestes mercados, com especial incidência nos intrumentos de dívida dos países intervencionados. Esta situação foi especialmente relevante no caso da República da Grécia, refletindo os efeitos das diversas fases do processo de reestruturação e reequilíbrio orçamental ainda em curso.

O segundo plano de resgate, negociado entre a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a República da Grécia em julho de 2011, e posteriormente retificado em outubro de 2011 (o qual previa um apoio global de 130 mil milhões de euros), contou igualmente com o envolvimento do Institute of International Finance, Inc ("IIF"), em representação das instituições financeiras suas associadas (o qual a CGD não integra). Este plano previa um perdão voluntário de dívida de 50%.

As eminentes dificuldades em assegurar o financiamento do seu défice público por parte da República da Grécia, assim como as incertezas decorrentes do processo de resgate e

respetivos impactos nos credores, cenário este reforçado pelos sucessivos downgrades a que foram sujeitas as suas emissões de dívida pelas principais agências de notação, determinaram por parte do Grupo a decisão de se proceder ao reconhecimento de imparidade na exposição detida junto deste soberano, com efeitos ainda no exercício de 2011.

Em consequência desta deliberação, o saldo acumulado das reservas de reavaliação negativas associado a emissões classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 14.629 mEuros, foi reclassificado para resultados do exercício. No que respeita à exposição detida pelas Seguradoras do Grupo, classificadas como Investimentos detidos até à maturidade, foi considerado como referencial para reconhecimento de imparidade uma perda estimada correspondente a 50% do respetivo valor nominal da emissão, tendo o diferencial apurado entre este valor (ou o seu valor de balanço quando este era inferior ao referido referencial), e o respetivo custo de aquisição ajustado, no montante agregado de 120.035 mEuros, sido reconhecido em resultados do exercício.

No início de março de 2012, em resultado das negociações realizadas no âmbito do programa de assistência à República da Grécia, o Grupo foi notificado das condições inerentes ao envolvimento do setor privado neste processo ("Private Setor Involvement - PSI"), tendo por objetivo a redução da dívida pública deste soberano para 120,5% do PIB em 2020. Os termos do envolvimento do PSI previam diversas opções de troca das posições detidas por um conjunto de obrigações com diferentes maturidades, rendibilidades e valor nominal (face ao valor inicial da emissão original em causa), tendo o Grupo decidido pela adesão ao programa de troca. No decorrer do exercício de 2012 e em resultado da sua participação nesta operação, o Grupo não reconheceu perdas adicionais nas suas demonstrações financeiras.

De referir que os resultados não realizados de instrumentos de dívida soberana dos países periféricos da Zona Euro apresentados na coluna "Reserva de justo valor", não incluem as valias não registadas por contrapartida de capital próprio de títulos da carteira da Caixa Seguros e Saúde reclassificados no exercício de 2011 da classe de ativos financeiros disponíveis para venda para a classe de Investimentos a deter até à maturidade, observadas após a data da referida transferência (Nota 12), as quais totalizam ganhos potenciais de 213.627 mEuros e perdas potenciais de 411.125 mEuros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente.

Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro acima, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe no ponto "Justo valor".

*Exposições afetadas pelo período de turbulência*

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados do Grupo inclui títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

| TIPO | Rating emissão | Nível de Senioridade da tranche detida | Área geográfica origem do emitente | 31-12-2012 Valor de Balanço (líquido de imparidade) | 31-12-2012 Imparidade acumulada | 31-12-2012 Reserva de Justo valor | 31-12-2011 Valor de Balanço (líquido de imparidade) | 31-12-2011 Imparidade acumulada | 31-12-2011 Reserva de Justo valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros disponíveis para venda** | | | | | | | | | |
| **Commercial mortgage-backed securities** | | | | | | | | | |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | - | - | - | 17.372 | - | (2.091) |
| | C | Senior | União Europeia | - | - | - | 2.697 | - | (448) |
| i) | | | | - | - | - | 20.069 | - | (2.538) |
| **Residential mortgage-backed securities** | AAA | Senior | União Europeia | 215 | - | (3) | 19.385 | - | 2.052 |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 2.598 | - | (861) | 12.377 | - | (27) |
| | | Mezzanine | União Europeia | - | - | - | 200 | - | (1) |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 13.404 | - | (6.211) | 15.687 | - | (6.438) |
| | Menor que A- | Senior | União Europeia | 19.232 | - | (4.511) | 24.767 | - | (12.438) |
| | | Mezzanine | União Europeia | 2.645 | - | (2.714) | 2.487 | - | (3.310) |
| | CCC | Mezzanine | América do Norte | 101 | (9.364) | - | 199 | (9.503) | 41 |
| | D | Mezzanine | União Europeia | 1.308 | - | (5.111) | 746 | - | (5.689) |
| ii) | | | | 39.504 | (9.364) | (19.410) | 75.849 | (9.503) | (25.810) |
| **Collateralized Loan obligations** | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 7.000 | - | (250) | 6.642 | - | (678) |
| | | | Outros | - | - | - | 36.702 | - | (1.017) |
| | AA- até AA+ | Mezzanine | União Europeia | 97 | - | (4) | 80 | - | (21) |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 92 | - | (4) | 87 | - | (10) |
| | | Mezzanine | União Europeia | 252 | - | (50) | 202 | - | (101) |
| | Menor que A- | Mezzanine | União Europeia | 12.381 | - | (2.359) | 6.984 | - | (7.660) |
| | CCC | Mezzanine | União Europeia | - | - | - | 434 | - | (385) |
| iii) | | | | 19.822 | - | (2.666) | 51.131 | - | (9.872) |
| **Outros instrumentos financeiros** | Sem rating | Senior | União Europeia | 1 | (49) | - | 6.703 | (26.885) | - |
| iv) = i)+ii)+iii) | | | | 59.327 | (9.413) | (22.077) | 153.752 | (36.388) | (38.221) |
| **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados** | | | | | | | | | |
| **Outros instrumentos financeiros v)** | A- até A+ | Senior | União Europeia | 33.467 | - | - | 39.258 | - | - |
| **iv)+v)** | | | | 92.794 | (9.413) | (22.077) | 193.010 | (36.388) | (38.221) |

O movimento ocorrido nestes títulos nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

| TIPO | Rating emissão (a) | Nível de Senioridade da tranche detida | Área geográfica origem do emitente | Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2011 | Alienações e amortizações de capital | Aquisições | Impacto em Resultados do Período: Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | Impacto em Resultados do Período: Imparidade | Variação da reserva de justo valor | Outros Movimentos | Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros disponíveis para venda** | | | | | | | | | | | |
| **Commercial mortgage-backed securities** | | | | | | | | | | | |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 17.372 | (18.452) | - | (1.011) | - | 2.091 | - | - |
| | C | Senior | União Europeia | 2.697 | (3.128) | - | (17) | - | 448 | - | - |
| **Residential mortgage-backed securities** | | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 19.385 | (19.443) | - | 2.328 | - | (2.055) | - | 215 |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 12.377 | (10.191) | - | 1.246 | - | (834) | - | 2.598 |
| | | Mezzanine | União Europeia | 200 | (201) | - | (1) | - | 1 | - | - |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 15.687 | (2.397) | - | (112) | - | 227 | - | 13.404 |
| | Menor que A- | Senior | União Europeia | 24.767 | (1.969) | - | (93) | - | 7.928 | (11.400) | 19.232 |
| | | Mezzanine | União Europeia | 2.487 | (518) | - | 79 | - | 596 | - | 2.645 |
| | CCC | Mezzanine | América do Norte | 199 | - | - | (57) | - | (41) | - | 101 |
| | D | Mezzanine | União Europeia | 746 | - | - | (16) | - | 578 | - | 1.308 |
| **Collateralized Loan obligations** | | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 6.642 | - | - | (70) | - | 428 | - | 7.000 |
| | | | Outros | 36.702 | (37.127) | - | (592) | - | 1.017 | - | - |
| | AA- até AA+ | Mezzanine | União Europeia | 80 | - | - | - | - | 17 | - | 97 |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 87 | - | - | - | - | 5 | - | 92 |
| | | Mezzanine | União Europeia | 202 | - | - | (1) | - | 52 | - | 252 |
| | Menor que A- | Mezzanine | União Europeia | 6.984 | - | - | 95 | - | 5.302 | - | 12.381 |
| | CCC | Mezzanine | União Europeia | 434 | (303) | - | (517) | - | 385 | - | - |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | | | | | | |
| | Sem rating | Senior | União Europeia | 6.703 | (6.700) | - | (2) | - | - | - | 1 |
| | | | | 153.752 | (100.428) | - | 1.260 | - | 16.144 | (11.400) | 59.327 |
| **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados** | | | | | | | | | | | |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | | | | | | |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 39.258 | (6.411) | 3 | 617 | - | - | - | 33.467 |
| | | | | 39.258 | (6.411) | 3 | 617 | - | - | - | 33.467 |
| | | | | 193.010 | (106.839) | 3 | 1.877 | - | 16.144 | (11.400) | 92.794 |

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 31-12-2012, com excepção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2011.

| TIPO | Rating emissão (a) | Nível de Senioridade da tranche detida | Área geográfica origem do emitente | Valor de Balanço (Liquido) em 31-12-2010 | Alienações e amortizações de capital | Aquisições | Impacto em Resultados do Período | | Variação da reserva de justo valor | Entradas/ (saidas) de entidades no perimetro | Valor de Balanço (Liquido) em 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados | Imparidade | | | |
| **Ativos financeiros disponíveis para venda** | | | | | | | | | | | |
| **Commercial mortgage-backed securities** | | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 2.726 | (645) | - | 9 | - | 186 | (2.276) | - |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 827 | - | - | - | - | 89 | (916) | - |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 27.996 | (12.399) | - | 28 | - | 1.748 | - | 17.372 |
| | Menor que A- | Mezzanine | União Europeia | 3.256 | (3.800) | - | (787) | - | 1.331 | - | - |
| | C | Senior | União Europeia | 3.045 | (370) | - | (51) | - | 73 | - | 2.697 |
| **Residential mortgage-backed securities** | | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 23.617 | (2.252) | - | (139) | - | 155 | (283) | 21.099 |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 16.001 | (3.036) | - | (75) | - | (130) | - | 12.761 |
| | | Mezzanine | União Europeia | 196 | - | - | (0) | - | 4 | - | 200 |
| | A- até A+ | Senior | União Europeia | 26.363 | (3.070) | - | 43 | - | (4.115) | - | 19.221 |
| | | Mezzanine | União Europeia | 6.896 | (5.782) | - | (1.839) | - | 3.786 | (3.001) | 60 |
| | Menor que A- | Senior | União Europeia | 28.833 | (3.430) | - | 58 | - | (6.326) | - | 19.135 |
| | | Mezzanine | União Europeia | 18.014 | (6.159) | - | (2.669) | - | 8.930 | (14.944) | 3.172 |
| | CCC | Mezzanine | América do Norte | 415 | - | - | 5 | - | (221) | - | 199 |
| **Asset-backed securities** | | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 41 | - | - | - | - | - | (41) | - |
| | AA- até AA+ | Mezzanine | União Europeia | 1.413 | - | - | - | - | 162 | (1.576) | - |
| **Collateralized Loan obligations** | | | | | | | | | | | |
| | AAA | Senior | União Europeia | 6.565 | - | - | 16 | - | 61 | - | 6.642 |
| | | | Outros | 34.555 | - | - | 1.324 | - | 824 | - | 36.702 |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 86 | - | - | - | - | 1 | - | 87 |
| | A- até A+ | Mezzanine | União Europeia | 5.160 | (5.736) | - | (150) | - | 928 | - | 202 |
| | Menor que A- | Mezzanine | União Europeia | 53.952 | (34.738) | - | (1.980) | - | (10.170) | - | 7.064 |
| | CCC | Mezzanine | União Europeia | 847 | - | - | 16 | - | (429) | - | 434 |
| **Collateralized Debt obligations** | Menor que A- | Outros | União Europeia | 680 | - | - | - | - | 6.109 | (6.790) | - |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | | | | | | |
| | Sem rating | Senior | União Europeia | 8.922 | - | - | (699) | (1.400) | - | (120) | 6.703 |
| | | Outros | União Europeia | 12.815 | (19.456) | - | (475) | - | 7.115 | - | - |
| | n.a. | Fundos | União Europeia | 90.681 | (93.798) | - | (152) | - | 3.270 | - | - |
| | | | | 373.903 | (194.669) | - | (7.519) | (1.400) | 13.381 | (29.945) | 153.751 |
| **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados** | | | | | | | | | | | |
| **Residential mortgage-backed securities** | | | | | | | | | | | |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 1.167 | - | - | - | - | - | (1.167) | - |
| | Menor que A- | Mezzanine | União Europeia | 1.560 | - | - | - | - | - | (1.560) | - |
| **Asset-backed securities** | | | | | | | | | | | |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 412 | - | - | - | - | - | (412) | - |
| | | Mezzanine | União Europeia | 925 | - | - | - | - | - | (925) | - |
| **Outros instrumentos financeiros** | | | | | | | | | | | |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 9 | - | - | - | - | - | (9) | - |
| | AA- até AA+ | Senior | União Europeia | 47.058 | (6.411) | - | (1.389) | - | - | - | 39.258 |
| | | | | 51.131 | (6.411) | - | (1.389) | - | - | (4.074) | 39.258 |
| | | | | 425.034 | (201.080) | - | (8.908) | (1.400) | 13.381 | (34.019) | 193.010 |

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 31-12-2011.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

*Qualidade de crédito concedido a clientes*

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

| | 31-12-2012 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Créditos com análise coletiva | | | Créditos com análise de imparidade específica | Outros saldos | Total | Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual |
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em *"default"* | | | | |
| **Crédito a empresas** | | | | | | | |
| Análise Coletiva | | | | | | | |
| Vincendo | 5.422.910 | 572.022 | 381.082 | - | 2.432.164 | 8.808.178 | |
| Vencido | 13.160 | 28.741 | 962.576 | - | 82.182 | 1.086.658 | |
| Análise Individual | | | | | | | |
| Vincendo | 21.070.969 | 525.017 | 248.880 | 5.275.770 | 942.303 | 28.062.939 | |
| Vencido | 18.325 | 10.726 | 104.478 | 2.043.788 | 21.851 | 2.199.168 | |
| | 26.525.364 | 1.136.506 | 1.697.015 | 7.319.558 | 3.478.500 | 40.156.943 | *7.066.025* |
| do qual: | | | | | | | |
| *Administração Central* | *1.376.170* | - | - | *4.603* | *28* | *1.380.800* | |
| *Governo Regional e Local* | *2.055.639* | *10.413* | *87.617* | *51.978* | - | *2.205.648* | |
| | | | | | | | |
| **Crédito à habitação** | | | | | | | |
| Vincendo | 32.158.456 | 877.108 | 1.270.525 | - | 953.615 | 35.259.705 | |
| Vencido | 3.352 | 7.013 | 1.024.943 | 30 | 7.439 | 1.042.777 | |
| | 32.161.808 | 884.121 | 2.295.469 | 30 | 961.054 | 36.302.482 | *2.585.954* |
| **Credito ao consumo** | | | | | | | |
| Vincendo | 1.201.298 | 83.300 | 46.543 | 887 | 177.224 | 1.509.251 | |
| Vencido | 261 | 4.224 | 99.281 | 2.439 | 9.319 | 115.524 | |
| | 1.201.559 | 87.523 | 145.824 | 3.326 | 186.543 | 1.624.775 | *91.568* |
| **Outros créditos** | | | | | | | |
| Vincendo | 264.769 | 14.839 | 16.862 | - | 236.894 | 533.363 | |
| Vencido | 2.276 | 2.399 | 53.030 | - | 11.436 | 69.141 | *5.072* |
| | 267.045 | 17.237 | 69.892 | - | 248.329 | 602.504 | |
| **Total crédito vincendo** | 60.118.402 | 2.072.285 | 1.963.892 | 5.276.657 | 4.742.200 | 74.173.436 | |
| **Total crédito vencido** | 37.374 | 53.102 | 2.244.308 | 2.046.257 | 132.226 | 4.513.268 | |
| **Total de crédito** | 60.155.776 | 2.125.388 | 4.208.199 | 7.322.914 | 4.874.427 | 78.686.704 | |
| do qual: | | | | | | | |
| *Operações reestruturadas* | *870.619* | *394.384* | *292.021* | *1.985.859* | *95.094* | *3.637.977* | |

| | 31-12-2011 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Créditos com análise coletiva | | | Créditos com análise de imparidade específica | Outros saldos | Total | Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual |
| | Créditos sem incumprimento | Créditos com incumprimento | Créditos em *"default"* | | | | |
| **Crédito a empresas** | | | | | | | |
| Análise Coletiva | | | | | | | |
| Vincendo | 7.005.538 | 625.686 | 348.203 | - | 1.310.439 | 9.289.866 | |
| Vencido | 16.900 | 47.621 | 790.060 | - | 70.630 | 925.211 | |
| Análise Individual | | | | | | | |
| Vincendo | 23.613.388 | 465.263 | 196.751 | 4.877.343 | 749.126 | 29.901.870 | |
| Vencido | 58.967 | 12.813 | 84.538 | 1.027.879 | 20.208 | 1.204.406 | |
| | 30.694.794 | 1.151.383 | 1.419.552 | 5.905.222 | 2.150.403 | 41.321.354 | *3.704.948* |
| do qual: | | | | | | | |
| *Administração Central* | *905.510* | *10* | - | - | - | *905.520* | |
| *Governo Regional e Local* | *2.448.835* | *8.595* | *26.449* | - | - | *2.483.879* | |
| | | | | | | | |
| **Crédito à habitação** | | | | | | | |
| Vincendo | 33.624.755 | 919.170 | 1.252.001 | 5.122 | 870.331 | 36.671.381 | |
| Vencido | 4.210 | 6.803 | 924.153 | 425 | 12.281 | 947.872 | |
| | 33.628.965 | 925.973 | 2.176.155 | 5.548 | 882.612 | 37.619.253 | *2.528.118* |
| **Credito ao consumo** | | | | | | | |
| Vincendo | 1.313.169 | 84.614 | 37.224 | - | 164.383 | 1.599.390 | |
| Vencido | 562 | 4.843 | 71.222 | - | 4.675 | 81.303 | |
| | 1.313.732 | 89.457 | 108.446 | - | 169.058 | 1.680.693 | *39.441* |
| **Outros créditos** | | | | | | | |
| Vincendo | 368.795 | 19.364 | 12.549 | 173 | 128.774 | 529.655 | |
| Vencido | 2.274 | 3.507 | 47.404 | 38 | 10.209 | 63.432 | *7.238* |
| | 371.069 | 22.871 | 59.954 | 211 | 138.983 | 593.087 | |
| **Total crédito vincendo** | 65.925.645 | 2.114.097 | 1.846.729 | 4.882.638 | 3.223.053 | 77.992.162 | |
| **Total crédito vencido** | 82.914 | 75.588 | 1.917.378 | 1.028.342 | 118.003 | 3.222.225 | |
| **Total de crédito** | 66.008.560 | 2.189.685 | 3.764.107 | 5.910.980 | 3.341.056 | 81.214.387 | |
| do qual: | | | | | | | |
| *Operações reestruturadas* (*) | *422.690* | *119.555* | *48.538* | *595.276* | - | *1.186.059* | |

(*) De acordo com critérios de identificação em vigor a partir de junho de 2011

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias. Adicionalmente, foram incluídos neste segmento os saldos de operações de "Crédito à habitação" com vencido até 30 dias caso estas já tivessem apresentado prestações vencidas por um período superior a 90 dias em data anterior ("default");
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos" foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo.
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os créditos com saldos vencidos mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual, os quais se encontram incluídos no quadro acima nas colunas "Créditos com imparidade individual – Análise coletiva", apresentam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| Crédito Vivo | 478.377 | 403.717 |
| Crédito Vencido | 31.166 | 54.862 |
| **Total** | 509.543 | 458.580 |
| **Imparidade atribuída no âmbito da análise coletiva** | (18.795) | (19.376) |
| **Justo valor das garantias** | 355.032 | 603.855 |

*Operações reestruturadas:*

A CGD tem, ao longo da última década, efetuado investimentos significativos na área do diagnóstico, prevenção e tratamento do crédito em risco assim como do crédito em incumprimento.

Em 2003 foi criado o Gabinete de Recuperação de Crédito, focado no desenvolvimento de ações com vista à implementação de soluções extrajudiciais para a regularização do incumprimento em operações de crédito hipotecário de clientes particulares. Posteriormente a transformação do referido gabinete na Direção de Recuperação de Crédito, permitiu o alargamento do universo de clientes abrangidos a particulares com incumprimento em outros produtos e às empresas.

Em janeiro de 2012 com a criação da Direção de Acompanhamento de Empresas (DAE) que tem como missão acompanhar e recuperar os créditos concedidos a empresas, e respetivos grupos, com envolvimento na CGD (i) superior a 5 milhões de euros; (ii) com imparidades constituídas iguais ou superiores a 10% ou, (iii) independentemente do valor de imparidade, que pertençam a sectores de atividade de risco, a CGD foi pioneira na alteração da filosofia de abordagem à recuperação de crédito, privilegiando as soluções negociadas em detrimento do recurso à via judicial.

A par da mudança paradigmática associada ao cenário atual de crise sócio-económica em Portugal com aumento exponencial de “non-performing loans”, a CGD deu continuidade ao modelo implementado há já uma década na instituição desenvolvendo novas formas de abordagem tendo sempre em vista quer a recuperação do crédito concedido, quer a viabilização das empresas envolvidas (nas situações de crédito a empresas), quer ainda a manutenção de uma postura de suporte social aos seus clientes, demonstrada pela contínua procura e desenvolvimento de soluções extrajudiciais que permitam a manutenção da relação com o cliente em moldes vantajosos para ambas as partes.

Adicionalmente de realçar as iniciativas adotadas no processo de gestão do risco, nomeadamente no crédito hipotecário e cartões de crédito mediante a implementação de mecanismos automáticos de identificação de situações de potencial esforço financeiro dos clientes envolvidos e proposição de soluções que permitam evitar o incumprimento. Um exemplo desse facto é a implementação da Instrução 18/2012 do Banco de Portugal, o âmbito do qual a CGD e outras filiais no território nacional adaptaram os seus sistemas aplicacionais de forma a permitirem a marcação automática de clientes em dificuldades financeiras e de operações reestruturadas por dificuldades financeiras dos clientes mediante a verificação de determinados indicadores pré-estabelecidos. A título preventivo, foi ainda criada a possibilidade de marcação manual dos clientes como estando em dificuldades financeiras quando detetado pela rede comercial ainda sem indicadores derivados dos mecanismos anteriormente descritos.

Na DAE, face ao segmento de Empresas que acompanha, é desenvolvido um trabalho de avaliação caso a caso, não esquecendo potenciais sinergias setoriais face ao risco agravado de que são alvo alguns segmentos de atividade, avaliando-se a viabilidade das

empresas numa perspetiva mais alargada, ou seja, considerando igualmente os detentores de capital envolvidos com a mesma. Assim, na procura de soluções, são analisadas a estrutura acionista, capacidade de gestão, sustentabilidade do negócio, necessidades de investimento e tesouraria futuras, não negligenciando o valor proporcionado pelas garantias para conforto dos riscos assumidos.

Ao nível das Empresas, em função do apuramento quer das capacidades de gestão, quer das possibilidades de viabilização da empresa quer ainda do crédito recuperável, é definida a solução a aplicar que poderá passar por uma reestruturação da dívida, adequando o serviço da dívida, e em alguns casos renegociando as verbas em dívida, à capacidade da empresa em gerar fluxo financeiro suficiente, no acompanhamento de PERs ou insolvências com recuperação, na cedência das próprias Empresas ou de ativos a Fundos de Reestruturação de Empresas ou Fundos Imobiliários, respetivamente, por contrapartida da liquidação dos créditos, na dação de garantias, entre outras. A opção de renegociação e reestruturação de dívida ocorre sempre e apenas se for expetável, de acordo com a análise efetuada, que esta reestruturação permita a viabilização da empresa (no caso das empresas) e a recuperação dos créditos concedidos pela CGD (quer ao nível do crédito a empresas quer ao nível do crédito a particulares e empresários em nome individual).

Igualmente relevante na gestão de clientes em dificuldades financeiras na atividade bancária em Portugal, serão igualmente de destacar os requisitos normativos emanados pelo Decreto-Lei 227/2012, de 25 de Outubro, relativo ao Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI) e ao Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI) que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2013, bem como a Lei 58/2012, de 9 de Novembro, ao abrigo da qual foi criado um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil, os quais refletem em grande medida os modelos, procedimentos e soluções de recuperação em vigor na Caixa.

*Determinação de perdas de imparidade*

Em todas as situações, a imparidade constituída reflete em cada momento a expetativa do Grupo no recebimento dos créditos em dívida de acordo com a solução delineada e a valorização das garantias afetas aos créditos concedidos.

No que respeita especificamente a créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente, a Direção de Gestão de Risco, iniciou a revisão de critérios que permitam diferenciar o risco para este tipo de operações, com consequente impacto na mensuração dos respetivos níveis de perda, em complemento às definições em vigor no modelo de Imparidade.

O evento de reestruturação por dificuldades financeiras do cliente passou a ser identificado como um *trigger* de imparidade, sendo incorporado nos critérios de obrigatoriedade para efeitos de avaliação individual de imparidade, tendo também sido adotadas medidas mais conservadoras na determinação da imparidade coletiva.

Em 31 de dezembro de 2012, as operações identificadas como reestruturadas apresentavam a seguinte composição:

| | 31-12-2012 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Crédito Vivo | Crédito Vencido | Total | Imparidade atribuída | | | Justo valor das garantias |
| | | | | no âmbito da análise coletiva | no âmbito da análise individual | Total | |
| Operações reestruturadas | | | | | | | |
| Sociedades não financeiras e setor público | 2.859.224 | 329.803 | 3.189.027 | (97.796) | (536.297) | (634.093) | 1.090.875 |
| Sociedades financeiras | 60.517 | 26.596 | 87.113 | (42) | (17.678) | (17.720) | 84.436 |
| Particulares | | | | | | | |
| habitação | 325.720 | 10.039 | 335.759 | (31.434) | - | (31.434) | 89.174 |
| consumo e outras finalidades | 24.842 | 1.238 | 26.080 | (4.562) | - | (4.562) | 14.902 |
| **Total** | 3.270.303 | 367.676 | 3.637.977 | (133.834) | (553.975) | (687.809) | 1.279.387 |

## *Risco de liquidez*

O risco de liquidez corresponde ao risco de o Grupo ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de uma forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| | 31-12-2012 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | De 1 mês a 3 meses | De 3 meses a 6 meses | De 6 meses a 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1.603.147 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.603.147 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 1.300.616 | - | - | - | - | - | - | - | 109 | 1.300.725 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1.490.055 | 696.902 | 15.330 | 264.400 | 30.622 | 2.115 | 2.428 | 24.298 | 8.874 | 2.535.024 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | | |
| Negociação | 2.165 | 20.904 | 58.179 | 74.650 | 143.087 | 54.802 | 230.090 | 13.364 | 2.143.375 | 2.740.616 |
| Outros | 531.458 | 1.743.405 | 1.775.121 | 2.938.866 | 6.049.921 | 2.936.885 | 4.083.512 | 880.475 | 3.026.757 | 23.966.399 |
| Investimentos associados a produtos "Unit-linked" | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.283.786 | 1.283.786 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 4.549.845 | 4.734.498 | 5.917.046 | 4.241.421 | 13.250.782 | 10.118.168 | 16.237.665 | 29.676.280 | (910.138) | 87.815.568 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 18.081 | 50.017 | 161.357 | 144.702 | 1.738.586 | 501.548 | 438.921 | 3.673 | (210.561) | 2.846.324 |
| Ativos com acordo de recompra | 946 | 17.976 | 15.184 | 11.556 | 140.609 | 319.946 | 26.681 | - | (2.221) | 530.676 |
| Derivados de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | - | 98.725 | 98.725 |
| | 9.496.314 | 7.263.702 | 7.942.217 | 7.675.594 | 21.353.607 | 13.933.464 | 21.019.296 | 30.598.089 | 5.438.707 | 124.720.990 |
| **Passivos** | | | | | | | | | | |
| Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais | (2.756.482) | (1.581.948) | (226.531) | (365.844) | (6.770.636) | (830.322) | (1.590) | - | (19.312) | (12.552.666) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (23.314.111) | (6.637.328) | (7.660.559) | (9.053.731) | (17.284.488) | (8.429.072) | (955.648) | (1.874.320) | 580.621 | (74.628.636) |
| Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked" | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.283.786) | (1.283.786) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (255.105) | (837.772) | (884.062) | (1.188.909) | (4.174.931) | (2.056.293) | (1.788.585) | (471.255) | 56.157 | (11.600.756) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | (1.786) | (122) | (42) | (228) | (1.203) | - | (11.623) | - | (2.203.001) | (2.218.006) |
| Derivados de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | - | (84.479) | (84.479) |
| Outros passivos subordinados | (5.375) | (16.461) | (53.369) | (57.000) | (234.138) | (2.075.225) | (968.996) | (138.337) | 9.350 | (3.539.550) |
| Recursos consignados | - | (657) | (671) | (3.579) | (92.888) | (9.442) | (312.015) | (487.239) | (218) | (906.708) |
| | (26.332.860) | (9.074.288) | (8.825.234) | (10.669.290) | (28.558.285) | (13.400.354) | (4.038.458) | (2.971.151) | (2.944.668) | (106.814.587) |
| **Instrumentos Financeiros Derivados** | 7.693 | (11.047) | 21.863 | 26.782 | (12.469) | (7.114) | (18.217) | 124.463 | - | 131.953 |
| **Diferencial** | (16.828.853) | (1.821.633) | (861.153) | (2.966.914) | (7.217.147) | 525.996 | 16.962.621 | 27.751.401 | 2.494.039 | 18.038.356 |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prazos residuais contratuais | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | De 1 mês a 3 meses | De 3 meses a 6 meses | De 6 meses a 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2.704.820 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.704.820 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 814.899 | - | - | - | - | - | - | - | 167.391 | 982.290 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2.515.176 | 842.368 | 1.438.536 | 74.620 | 24.939 | 7.909 | 908 | 3.537 | 86.564 | 4.994.557 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | | |
| Negociação | 112.297 | 7.438 | 73.091 | 11.510 | 191.839 | 83.699 | 220.107 | 1.749 | 2.031.937 | 2.733.666 |
| Outros | 1.139.577 | 3.159.072 | 2.763.229 | 2.216.919 | 4.904.470 | 2.441.592 | 1.439.562 | 986.994 | 910.087 | 19.961.502 |
| Investimentos associados a produtos "Unit-linked" | - | - | - | - | - | - | - | - | 642.467 | 642.467 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 4.497.813 | 5.263.568 | 6.137.821 | 5.913.561 | 15.830.559 | 12.992.490 | 19.742.769 | 24.421.092 | 18.834 | 94.818.507 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 155.143 | 101.548 | 103.269 | 123.701 | 1.104.950 | 1.535.206 | 478.934 | 70.460 | (176.370) | 3.496.842 |
| Ativos com acordo de recompra | 204 | 128.613 | 155.765 | 49.414 | 181.511 | 21.145 | 289.260 | 32.784 | (20.975) | 837.720 |
| Derivados de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | - | 108.129 | 108.129 |
| | 11.939.930 | 9.502.607 | 10.671.710 | 8.389.724 | 22.238.268 | 17.082.041 | 22.171.541 | 25.516.615 | 3.768.063 | 131.280.500 |
| **Passivos** | | | | | | | | | | |
| Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais | (6.866.541) | (3.280.045) | (357.573) | (1.245.592) | (579.108) | (3.096.746) | (789.863) | (1.455) | (7.692) | (16.224.616) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (26.413.464) | (9.532.864) | (11.385.796) | (6.661.232) | (12.284.403) | (4.774.833) | (1.399.891) | (2.899.451) | (27.289) | (75.379.224) |
| Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked" | - | - | - | - | - | - | - | - | (642.467) | (642.467) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (1.079.246) | (849.506) | (2.606.963) | (404.389) | (5.519.927) | (3.498.330) | (1.759.780) | (501.914) | (169.179) | (16.389.235) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | (2.056) | (1.630) | (85) | (2.534) | (549) | (1.879) | - | (1.677) | (1.908.078) | (1.918.488) |
| Derivados de cobertura | - | - | - | - | - | - | - | - | (93.072) | (93.072) |
| Outros passivos subordinados | (112.065) | (17.147) | (19.622) | (984.780) | (965.064) | (38.269) | (34.242) | (142.475) | 3.726 | (2.309.937) |
| Recursos consignados | (3) | (4.575) | (4.623) | (211.549) | (129.891) | (27.487) | (131.925) | (830.923) | (3.103) | (1.344.079) |
| | (34.473.375) | (13.685.767) | (14.374.662) | (9.510.076) | (19.478.942) | (11.437.544) | (4.115.700) | (4.377.895) | (2.847.155) | (114.301.117) |
| **Instrumentos Financeiros Derivados** | 1.024 | (11.886) | 8.278 | 49.566 | 21.232 | (11.015) | (23.826) | (52.406) | - | (19.034) |
| **Diferencial** | (22.532.422) | (4.195.046) | (3.694.675) | (1.070.786) | 2.780.557 | 5.633.482 | 18.032.014 | 21.086.315 | 920.909 | 16.960.349 |

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

No caso do Crédito à Habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expetativas relativas a taxas de reembolso antecipado, determinadas em função de uma análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural do Grupo, que diferem dos anteriores na utilização dos seguintes pressupostos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respetiva reafetação dos saldos por “bucket”;
- Depósitos à ordem de clientes – reafetação do saldo de “core deposits” (montante estável de depósitos à ordem apurado com base num histórico de observações alargado) do “bucket” “Até 1 mês” para o “bucket” “Mais de 10 anos”;
- Carteira de Títulos – reafetação dos títulos de dívida e ações considerados com elevada liquidez para a maturidade “Até 1 mês”, com exceção dos títulos onerados que foram reafetados à coluna “Indeterminado”.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

| | 31-12-2012 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Maturidades remanescentes | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | De 1 mês a 3 meses | De 3 meses a 6 meses | De 6 meses a 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1.603.129 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.603.129 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 1.300.441 | - | - | - | - | - | - | - | 109 | 1.300.550 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1.488.495 | 693.700 | 15.217 | 259.332 | 29.610 | 1.411 | 440 | 21.289 | 8.874 | 2.518.368 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | | |
| Negociação | 1.031.072 | 3.093 | 8.458 | 9.930 | 18.153 | 5.950 | 31.686 | 2.005 | 1.561.533 | 2.671.878 |
| Outros (líquido de imparidade) | 8.450.811 | 258.231 | 259.262 | 411.930 | 822.285 | 380.751 | 564.035 | 124.629 | 10.630.080 | 21.902.015 |
| Investimentos associados a produtos "Unit-linked" | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.148.225 | 1.148.225 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 4.402.978 | 4.324.791 | 5.122.221 | 3.592.663 | 11.044.115 | 8.437.221 | 13.187.492 | 24.972.093 | (910.138) | 74.173.436 |
| Ativos com acordo de recompra | - | - | - | - | - | - | - | - | 504.160 | 504.160 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 15.161 | 18.100 | 138.050 | 97.915 | 1.556.058 | 436.450 | 414.605 | 3.500 | (210.561) | 2.469.277 |
| | 18.292.088 | 5.297.914 | 5.543.208 | 4.371.770 | 13.470.220 | 9.261.783 | 14.198.259 | 25.123.515 | 12.732.282 | 108.291.039 |
| **Passivos** | | | | | | | | | | |
| Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrai | (2.754.869) | (1.559.844) | (223.533) | (338.760) | (6.501.839) | (760.146) | (1.590) | - | (19.312) | (12.159.893) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (5.905.074) | (5.177.649) | (4.634.191) | (9.686.064) | (21.014.457) | (10.773.543) | (2.888.817) | (11.361.010) | 679.835 | (70.760.970) |
| Responsabilidades associadas a produtos "Unit Link | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.148.225) | (1.148.225) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (202.391) | (767.338) | (836.411) | (1.011.043) | (3.694.127) | (1.879.724) | (1.611.449) | (445.898) | 56.157 | (10.392.224) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultad | (1.786) | (122) | (42) | (228) | (1.203) | - | (11.623) | - | (2.203.001) | (2.218.006) |
| Outros passivos subordinados | (5.161) | (9.369) | (453) | (453) | (907) | (1.880.522) | (905.973) | (101.145) | 9.350 | (2.894.634) |
| Recursos consignados | - | - | - | - | (83.333) | - | (289.242) | (481.189) | (218) | (853.983) |
| | (8.869.282) | (7.514.323) | (5.694.631) | (11.036.548) | (31.295.866) | (15.293.935) | (5.708.694) | (12.389.242) | (2.625.414) | (100.427.935) |
| Diferencial | 9.422.806 | (2.216.409) | (151.423) | (6.664.778) | (17.825.646) | (6.032.152) | 8.489.565 | 12.734.273 | 10.106.867 | 7.863.103 |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Maturidades remanescentes | | | | | | | | | |
| | Até 1 mês | De 1 mês a 3 meses | De 3 meses a 6 meses | De 6 meses a 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 10 anos | Mais de 10 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2.703.874 | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.703.874 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 815.579 | - | - | - | - | - | - | - | 166.696 | 982.276 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2.505.088 | 774.336 | 1.472.124 | 73.559 | 24.474 | 7.730 | 469 | 2.841 | 86.564 | 4.947.186 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | | |
| Negociação | 586.521 | 1.164 | 10.780 | 272 | 25.916 | 10.343 | 31.053 | 274 | 1.986.085 | 2.652.407 |
| Outros (líquido de imparidade) | 4.080.011 | 495.700 | 425.268 | 332.347 | 689.136 | 342.581 | 190.163 | 133.051 | 11.628.238 | 18.316.495 |
| Investimentos associados a produtos "Unit-linked" | - | - | - | - | - | - | - | - | 584.879 | 584.879 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 4.310.840 | 4.717.217 | 5.274.772 | 4.843.259 | 12.630.456 | 10.486.904 | 15.743.971 | 19.966.180 | 18.564 | 77.992.162 |
| Ativos com acordo de recompra | - | - | - | - | - | - | - | - | 777.954 | 777.954 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 148.544 | 68.054 | 76.604 | 66.325 | 896.130 | 1.408.744 | 426.786 | 42.598 | (176.370) | 2.957.414 |
| | 15.150.458 | 6.056.471 | 7.259.548 | 5.315.762 | 14.266.111 | 12.256.301 | 16.392.442 | 20.144.943 | 15.072.610 | 111.914.646 |
| **Passivos** | | | | | | | | | | |
| Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrai | (6.853.127) | (3.243.532) | (349.380) | (1.205.764) | (445.664) | (2.996.140) | (751.455) | - | 14.718 | (15.830.346) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (7.542.373) | (7.008.772) | (8.193.791) | (8.120.857) | (16.605.026) | (6.818.922) | (3.609.536) | (12.317.787) | 136.534 | (70.080.531) |
| Responsabilidades associadas a produtos "Unit Link | - | - | - | - | - | - | - | - | (584.879) | (584.879) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (1.026.668) | (767.381) | (2.451.250) | (178.848) | (4.836.562) | (3.154.200) | (1.503.382) | (486.271) | (213.895) | (14.618.458) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultad | (2.056) | (1.630) | (85) | (2.534) | (549) | (1.879) | - | (1.677) | (1.908.078) | (1.918.488) |
| Outros passivos subordinados | (110.710) | (9.697) | - | (952.245) | (906.308) | (25.535) | (3.910) | (100.000) | 3.726 | (2.104.678) |
| Recursos consignados | - | - | - | (202.953) | (100.000) | - | (65.000) | (793.563) | (3.103) | (1.164.620) |
| | (15.534.935) | (11.031.012) | (10.994.507) | (10.663.201) | (22.894.110) | (12.996.675) | (5.933.283) | (13.699.298) | (2.554.979) | (106.302.000) |
| Diferencial | (384.477) | (4.974.541) | (3.734.959) | (5.347.439) | (8.627.999) | (740.374) | 10.459.159 | 6.445.645 | 12.517.631 | 5.612.647 |

## *Risco de taxa de juro*

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem, em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação de taxa, é apresentado no quadro seguinte:

| | 31-12-2012 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Datas de refixação / Datas de maturidade | | | | | | | | |
| | <= 7 dias | >7 dias <= 1 mês | > 1 mês <= 3 meses | > 3 meses <= 6 meses | > 6 meses <= 12 meses | > 12 meses <= 3 anos | > 3 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | |
| Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais | 1.171.874 | 431.252 | - | - | - | - | - | 3 | 1.603.129 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 1.300.441 | - | - | - | - | - | - | 109 | 1.300.550 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1.091.247 | 402.946 | 698.181 | 35.434 | 247.747 | 11.249 | 20.905 | 10.660 | 2.518.368 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | |
| Negociação | - | - | 20.050 | 56.374 | 65.774 | 119.663 | 257.426 | 2.152.591 | 2.671.878 |
| Outros (líquido de imparidade) | 166.677 | 1.381.252 | 2.788.988 | 1.846.634 | 5.708.755 | 4.397.754 | 2.685.528 | 2.926.426 | 21.902.015 |
| Investimentos associados a produtos "Unit-linked" | - | - | - | - | - | - | - | 1.148.225 | 1.148.225 |
| Crédito a Clientes (bruto) | 2.960.414 | 18.179.906 | 26.373.555 | 20.838.673 | 1.676.134 | 1.879.909 | 3.169.548 | (904.704) | 74173436 |
| Ativos com acordo de recompra | - | - | 80.000 | 204.000 | - | - | - | 220.160 | 504159,727 |
| Investimentos a deter até à maturidade (bruto) | - | 28.261 | 170.450 | 96.423 | 47.915 | 1.500.135 | 836.654 | (210.561) | 2469277,441 |
| | 6.690.654 | 20.423.618 | 30.131.224 | 23.077.537 | 7.746.325 | 7.908.710 | 6.970.061 | 5.342.909 | 108.291.039 |
| **Passivos** | | | | | | | | | |
| Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais | (2.414.415) | (340.454) | (2.309.844) | (223.850) | (336.581) | (6.503.751) | (11.865) | (19.131) | (12.159.893) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | (3.114) | (291) | (1.086) | (42) | (228) | - | (140.705) | (2.072.541) | (2.218.006) |
| Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked" | - | - | - | - | - | - | - | (1.148.225) | (1.148.225) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (17.935.364) | (9.168.310) | (9.603.668) | (11.481.749) | (7.793.633) | (14.319.173) | (1.174.405) | 715.331 | (70.760.970) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (51.391) | (182.800) | (1.756.041) | (1.169.073) | (606.596) | (3.785.601) | (2.896.879) | 56.157 | (10.392.224) |
| Outros passivos subordinados | - | (105.161) | (190.198) | (558.904) | (762.320) | (1.360) | (1.286.040) | 9.350 | (2.894.634) |
| Recursos consignados | - | - | (762.855) | - | - | - | (90.932) | (196) | (853.983) |
| | (20.404.284) | (9.797.016) | (14.623.692) | (13.433.619) | (9.499.358) | (24.609.885) | (5.600.827) | (2.459.254) | (100.427.935) |
| **Derivados** | | | | | | | | | |
| Interest Rate Swaps (IRSs) | 6.240.660 | (925.885) | (2.596.453) | (207.400) | (930.521) | (1.042.648) | (497.883) | (3.010) | 36.860 |
| Futuros sobre Taxa de Juro | - | - | 1.436.487 | 99.830 | 2.046.640 | - | 11.624 | - | 3.594.581 |
| Forward Rate Agreements (FRAs) | - | - | - | - | - | - | 5.000 | - | 5.000 |
| Opções de Taxa de Juro | - | - | - | - | - | - | - | (24.466) | (24.466) |
| | 6.240.660 | (925.885) | (1.159.966) | (107.570) | 1.116.119 | (1.042.648) | (481.259) | (27.476) | 3.611.974 |
| Exposição Líquida | (7.472.970) | 9.700.717 | 14.347.566 | 9.536.348 | (636.914) | (17.743.824) | 887.975 | 2.856.179 | 11.475.078 |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Datas de refixação / Datas de maturidade | | | | | | | | |
| | <= 7 dias | >7 dias <= 1 mês | > 1 mês <= 3 meses | > 3 meses <= 6 meses | > 6 meses <= 12 meses | > 12 meses <= 3 anos | > 3 anos | Indeterminado | Total |
| **Ativo** | | | | | | | | | |
| Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais | 1.733.971 | 969.903 | - | - | - | - | - | - | 2.703.874 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 815.580 | - | - | - | - | - | - | 166.696 | 982.276 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1.485.631 | 1.029.488 | 848.252 | 1.477.830 | 5.634 | 9.722 | 4.034 | 86.596 | 4.947.186 |
| Carteira de títulos | | | | | | | | | |
| Negociação | - | 110.177 | 6.447 | 68.692 | - | 165.287 | 262.588 | 2.039.215 | 2.652.407 |
| Outros (líquido de imparidade) | 287.872 | 2.273.699 | 4.971.074 | 2.813.847 | 2.788.350 | 1.919.587 | 2.373.408 | 888.657 | 18.316.495 |
| Investimentos associados a produtos "Unit-linked" | - | - | - | - | - | - | - | 584.879 | 584.879 |
| Crédito a Clientes (bruto) | 3.037.327 | 19.096.186 | 27.854.556 | 21.206.975 | 2.234.066 | 1.323.876 | 3.145.659 | 93.517 | 77992162,4 |
| Ativos com acordo de recompra | 12.366 | 38.747 | 437.816 | 150.000 | 40.000 | 100.000 | 20.000 | (20.975) | 777953,832 |
| Investimentos a deter até à maturidade (bruto) | - | 148.544 | 253.054 | 125.077 | 83.935 | 720.869 | 1.802.304 | (176.370) | 2957413,78 |
| | 7.372.747 | 23.666.743 | 34.371.199 | 25.842.422 | 5.151.986 | 4.239.342 | 7.607.992 | 3.662.215 | 111.914.646 |
| **Passivos** | | | | | | | | | |
| Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais | (4.308.136) | (2.590.698) | (4.560.582) | (349.403) | (1.038.719) | (4.139) | (2.993.456) | 14.787 | (15.830.346) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | (1.331) | (725) | (1.630) | (85) | (2.534) | (549) | (3.555) | (1.908.078) | (1.918.488) |
| Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked" | - | - | - | - | - | - | - | (584.879) | (584.879) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (16.851.043) | (11.121.407) | (12.216.010) | (13.369.005) | (9.948.772) | (3.577.292) | (2.955.179) | (41.823) | (70.080.531) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (526.668) | (705.648) | (1.390.481) | (2.522.973) | (308.067) | (4.326.872) | (4.627.853) | (169.179) | (14.577.742) |
| Outros passivos subordinados | (104.891) | (105.819) | (231.963) | (558.513) | (998.774) | - | (108.444) | 3.726 | (2.104.678) |
| Recursos consignados | - | (676) | (1.160.841) | - | - | - | - | (3.103) | (1.164.620) |
| | (21.792.068) | (14.524.973) | (19.561.506) | (16.799.979) | (12.296.867) | (7.908.853) | (10.688.488) | (2.688.550) | (106.261.284) |
| **Derivados** | | | | | | | | | |
| Interest Rate Swaps (IRSs) | 2.621.979 | (1.088.966) | (2.513.811) | (685.376) | 168.000 | 1.094.105 | 519.931 | - | 115.862 |
| Futuros sobre Taxa de Juro | - | - | (1.132.589) | (299.547) | (260.535) | (10.323) | - | (4.355) | (1.707.349) |
| Forward Rate Agreements (FRAs) | - | - | - | - | - | - | 5.000 | - | 5.000 |
| Opções de Taxa de Juro | - | - | - | - | - | - | - | (23.864) | (23.864) |
| | 2.621.979 | (1.088.966) | (3.646.400) | (984.923) | (92.535) | 1.083.783 | 524.931 | (28.218) | (1.610.350) |
| Exposição Líquida | (11.797.343) | 8.052.804 | 11.163.292 | 8.057.520 | (7.237.416) | (2.585.729) | (2.555.564) | 945.447 | 4.043.012 |

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo excluindo juros projetados e corridos, e correções de valor.

Na sua construção, as disponibilidades em bancos centrais foram classificadas nas colunas até 1 mês, e os depósitos à ordem de clientes foram classificados na coluna “<= 7 dias”.

## *Justo valor*

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos registados pelo custo amortizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é apresentado no quadro seguinte:

| | 31-12-2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | Valor de balanço Total |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | |
| **Ativo** | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 1.603.284 | 1.603.098 | (185) | - | 1.603.284 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 1.305.272 | 1.305.272 | - | 109 | 1.305.381 |
| Aplicações em instituições de crédito | 2.288.458 | 2.189.512 | (98.946) | 228.941 | 2.517.399 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 2.469.277 | 2.682.904 | 213.627 | - | 2.469.277 |
| Crédito a clientes | 73.291.093 | 67.898.763 | (5.392.330) | 1.422.008 | 74.713.101 |
| | 80.957.384 | 75.679.549 | (5.277.835) | 1.651.059 | 82.608.443 |
| **Passivo** | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito | 12.139.023 | 12.227.185 | (88.162) | 104.258 | 12.243.281 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 70.498.238 | 70.828.277 | (330.039) | 905.916 | 71.404.154 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 10.570.171 | 10.110.118 | 460.053 | 20.457 | 10.590.627 |
| Outros passivos subordinados | 2.889.862 | 2.501.217 | 388.645 | (795) | 2.889.067 |
| Recursos consignados | 853.960 | 877.647 | (23.687) | 23 | 853.983 |
| | 96.951.254 | 96.544.444 | 406.810 | 1.029.859 | 97.981.113 |

| | 31-12-2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos analisados | | | Saldos não analisados | Valor de balanço Total |
| | Valor de balanço | Justo valor | Diferença | Valor de balanço | |
| **Ativo** | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 2.704.482 | 2.704.352 | (130) | - | 2.704.482 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 818.805 | 818.805 | - | 167.391 | 986.197 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4.700.508 | 4.724.150 | 23.642 | 255.611 | 4.956.118 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 2.837.379 | 2.426.254 | (411.125) | - | 2.837.379 |
| Crédito a clientes | 75.539.082 | 71.696.202 | (3.842.879) | 2.708.544 | 78.247.625 |
| | 86.600.255 | 82.369.763 | (4.230.491) | 3.131.546 | 89.731.801 |
| **Passivo** | | | | | |
| Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito | 15.721.766 | 15.859.005 | (137.239) | 139.189 | 15.860.954 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 68.944.733 | 68.660.453 | 284.281 | 1.642.758 | 70.587.491 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 14.604.151 | 12.380.773 | 2.223.378 | 319.157 | 14.923.309 |
| Outros passivos subordinados | 2.055.516 | 1.820.433 | 235.083 | 19.900 | 2.075.416 |
| Recursos consignados | 1.161.516 | 1.187.708 | (26.191) | 3.103 | 1.164.620 |
| | 102.487.683 | 99.908.372 | 2.579.311 | 2.124.107 | 104.611.790 |

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida da Caixa cotadas, cujos preços foram considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos a taxa variável. Para o efeito foram tidas em consideração as condições contratuais das operações e utilizadas curvas de taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluíndo:
    - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito, durante o mês de dezembro de 2012. (Em 31 de dezembro de 2011, o apuramento do justo valor destes instrumentos não incorporou os *spreads* médios prarticados à data);
    - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações concedidas pela Caixa, durante o mês de dezembro de 2012 e 2011, para tipos de crédito e operações de retalho comparáveis;
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:
    - O crédito vencido, líquido da imparidade constituída;
    - Saldos de entidades não incluídas no cálculo efetuado pela Caixa.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

| | 31-12-2012 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Técnicas de Valorização | | | Total |
| | Nível 1 Cotações de mercado | Nível 2 Inputs observáveis de mercado | Nível 3 Outras técnicas de valorização | |
| Títulos detidos para negociação | 565.106 | 24.210 | - | 589.317 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*) | 999.784 | 162.712 | 162.632 | 1.325.129 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 10.642.987 | 9.438.599 | 315.600 | 20.397.185 |
| Ativos com acordo de recompra | 279.355 | 224.805 | - | 504.160 |
| Derivados de negociação | (9) | (132.854) | - | (132.863) |
| Derivados de cobertura | - | 14.246 | - | 14.246 |
| | 12.487.223 | 9.731.719 | 478.232 | 22.697.174 |

(*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber

| | 31-12-2011 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Técnicas de Valorização | | | Total |
| | Nível 1 Cotações de mercado | Nível 2 Inputs observáveis de mercado | Nível 3 Outras técnicas de valorização | |
| Títulos detidos para negociação | 542.755 | 133.721 | - | 676.477 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados (*) | 1.125.278 | 185.623 | 167.065 | 1.477.966 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 7.880.738 | 8.434.746 | 341.933 | 16.657.417 |
| Ativos com acordo de recompra | 455.253 | 322.701 | - | 777.954 |
| Derivados de negociação | 19 | 57.423 | - | 57.442 |
| Derivados de cobertura | - | 15.057 | - | 15.057 |
| | 10.004.043 | 9.149.271 | 508.997 | 19.662.312 |

(*) Os montantes apresentados excluem crédito e outros valores a receber

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1** - Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2 -** Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros); Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3 -** Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

No exercício de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna "Outras técnicas de valorização" apresenta o seguinte detalhe:

| | Títulos ao justo valor através de resultados | | | Ativos financeiros disponíveis para venda | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Instrumentos de capital | Instrumentos de dívida Obrigações Corporates | Subtotal | Instrumentos de capital | Instrumentos de dívida Obrigações Corporates | Subtotal | |
| Valor de balanço (líquido) em 31-12-2011 | 157.044 | 10.021 | 167.064 | 284.628 | 57.302 | 341.932 | 508.997 |
| Aquisições | 43.981 | - | 43.981 | 41.789 | 467 | 42.257 | 86.238 |
| Alienações | (25.220) | (5.225) | (30.446) | (26.376) | (8.223) | (34.599) | (65.045) |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados | 1.214 | - | 1.214 | (1) | - | (1) | 1.213 |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira | (19.096) | (165) | (19.261) | (244) | (528) | (772) | (20.033) |
| Imparidade reconhecida no exercício | - | - | - | (28.277) | - | (28.277) | (28.277) |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor | - | - | - | (5.217) | 632 | (4.585) | (4.585) |
| Outros | 79 | - | 79 | 23 | (377) | (354) | (275) |
| Valor de balanço (líquido) em 31-12-2012 | 158.002 | 4.630 | 162.633 | 266.325 | 49.272 | 315.599 | 478.232 |

| | Títulos ao justo valor através de resultados | | | Ativos financeiros disponíveis para venda | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Instrumentos de capital | Instrumentos de dívida Obrigações Corporates | Subtotal | Instrumentos de capital | Instrumentos de dívida Obrigações Corporates | Subtotal | |
| Valor de balanço (líquido) em 31-12-2010 | 152.461 | 12.009 | 164.470 | 254.387 | 56.850 | 311.237 | 475.706 |
| Aquisições | 4.590 | | 4.590 | 100.596 | 8.044 | 108.640 | 113.230 |
| Alienações | (5.113) | (2.000) | (7.113) | (83.190) | (55) | (83.244) | (90.358) |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados | 753 | 17 | 770 | (4.755) | - | (4.755) | (3.984) |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira | 4.352 | (5) | 4.347 | (503) | 58 | (445) | 3.902 |
| Imparidade reconhecida no exercício | - | - | - | (11.706) | - | (11.706) | (11.706) |
| Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor | - | - | - | 29.156 | (1.331) | 27.825 | 27.825 |
| Transferências de/ (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2) | - | - | - | - | (2.720) | (2.720) | (2.720) |
| Outros | - | - | - | 642 | (3.544) | (2.902) | (2.902) |
| Valor de balanço (líquido) em 31-12-2011 | 157.044 | 10.021 | 167.064 | 284.628 | 57.302 | 341.932 | 508.997 |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro uilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação de aproximadamente 147 mEuros e 351 mEuros, respetivamente.

As transferências observadas entre níveis de classificação nos níveis de hierarquia de determinação do justo valor decorrem essencialmente das alterações ocorridas nas fontes disponíveis para valorização destes activos (mercado ou contrapartes externas).

*Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras*

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos cash flows futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos cash flows resultantes de taxas forward (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de swaps, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRAs) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos Investor Reports).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/rating da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a origem do rating considerado: nível 2 para ratings provenientes de agências, nível 3 para ratings internos.

O recurso a ratings internos verifica-se apenas nos casos em que não existe classificação de risco externa para a emissão, emitente ou garante. Quanto ao nível 2, inclui, ainda, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas).

De um modo geral, os inputs utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de swaps. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

| | 31-12-2012 | | | 31-12-2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | EUR | USD | GBP | EUR | USD | GBP |
| Overnight | 0,0100 | 0,3000 | 0,4250 | 0,3000 | 0,3000 | 0,5550 |
| 1 mês | 0,0600 | 0,3500 | 0,5300 | 0,9800 | 1,5600 | 0,7631 |
| 2 meses | 0,0947 | 0,4000 | 0,5400 | 1,1500 | 1,5600 | 0,9166 |
| 3 meses | 0,1290 | 0,4149 | 0,5600 | 1,2229 | 1,6698 | 1,0605 |
| 6 meses | 0,2351 | 0,3660 | 0,5505 | 1,2423 | 1,1609 | 1,0841 |
| 9 meses | 0,2504 | 0,3621 | 0,5512 | 1,1631 | 1,0138 | 1,0846 |
| 1 ano | 0,2781 | 0,3652 | 0,5544 | 1,1110 | 0,9403 | 1,0756 |
| 2 anos | 0,3790 | 0,4035 | 0,7076 | 1,0396 | 0,8690 | 1,1716 |
| 3 anos | 0,4727 | 0,4930 | 0,7696 | 1,3900 | 0,8655 | 1,3662 |
| 5 anos | 0,7714 | 0,8380 | 1,0197 | 1,7470 | 1,2800 | 1,5427 |
| 7 anos | 1,1317 | 1,2570 | 1,3665 | 2,0840 | 1,6810 | 1,8428 |
| 10 anos | 1,5753 | 1,7630 | 1,8749 | 2,3880 | 2,0600 | 2,2713 |
| 15 anos | 2,0184 | 1,9040 | 2,4388 | 2,6630 | 2,4070 | 2,6392 |
| 20 anos | 2,1715 | 2,2990 | 2,7458 | 2,6830 | 2,5240 | 2,8203 |
| 25 anos | 2,2203 | 2,5210 | 2,9084 | 2,6160 | 2,5840 | 2,9311 |
| 30 anos | 2,2413 | 2,6370 | 2,9885 | 2,5480 | 2,6180 | 2,9805 |

Os valores das curvas de crédito são obtidos no sistema Bloomberg, sendo apurados com base nas cotações de um conjunto de títulos que respeita o trinómio moeda/setor/rating. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os valores da curva de crédito do governo português e alemão eram os seguintes:

| | 31-12-2012 | | 31-12-2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Governo Português | Governo Alemão | Governo Português | Governo Alemão |
| 3 meses | 1,1791 | -0,0022 | 4,3065 | 0,0141 |
| 6 meses | 1,5485 | -0,0022 | 5,4932 | 0,0010 |
| 9 meses | 2,0127 | -0,0022 | 7,2145 | 0,0035 |
| 1 ano | 2,1441 | -0,0022 | 9,1332 | 0,0060 |
| 2 anos | 3,3959 | -0,0022 | 14,3100 | 0,1374 |
| 3 anos | 4,4682 | -0,0022 | 15,4263 | 0,3742 |
| 5 anos | 5,2956 | 0,0462 | 15,0227 | 0,8644 |
| 7 anos | 6,4514 | 0,3132 | 15,2723 | 1,3822 |
| 10 anos | 6,7529 | 0,7502 | 13,5735 | 1,8504 |
| 15 anos | 6,8670 | 1,2968 | 13,1005 | 2,5092 |
| 20 anos | 6,8889 | 1,7265 | 12,0148 | 2,6113 |
| 25 anos | 6,8973 | 2,0333 | 10,8056 | 2,5015 |
| 30 anos | 6,9084 | 2,1204 | 10,5070 | 2,4056 |

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de fixing do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|---|---|---|
| EUR/USD | 1,3194 | 1,2939 |
| EUR/GBP | 0,8161 | 0,8353 |
| EUR/CHF | 1,2072 | 1,2156 |
| EUR/AUD | 1,2712 | 1,2723 |
| EUR/JPY | 113,61 | 100,20 |
| EUR/BRL | 2,7036 | 2,4159 |

*Instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco*

Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da atividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:

i) Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;

ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rendibilidade;

iii) Fluxos de caixa descontados;

iv) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;

v) Custo de aquisição.

*Risco de Mercado*

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- “Value-at-Risk” (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - Carteira de “trading” – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
  - Carteira Própria – Títulos aduiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
  - Atividade de gestão de tesouraria – funding em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

A análise de VaR exclui instrumentos financeiros geridos no âmbito da atividade seguradora. As políticas de gestão de risco aplicáveis a estes instrumentos financeiros são descritas na Nota 45.

- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras individuais da Caixa e nas seguintes unidades do grupo:
  - Caixa - Banco de Investimento;

. BCG Espanha;

. BNU Macau

. Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade

. Testes de esforço (Stress Tests)

*Análise de VaR – Risco de Mercado*

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria)
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de "trading" e atividade de gestão de tesouraria)
- período de amostra de preços: 730 dias do calendário;
- decay fator=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

.Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

**Atividade desenvolvida pela Caixa Geral de Depósitos (Sede e Sucursais):**

**Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)**

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 10.123 | 16.737 | 4.354 | 4.576 |
| Cambial | 134 | 4.755 | 8 | 28 |
| Preço | 165 | 1.968 | 116 | 186 |
| Volatilidade | - | 1 | - | - |
| Efeito diversificação | (282) | - | - | (232) |
| | 10.139 | 17.305 | 4.391 | 4.559 |

### Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 8.437 | 10.068 | 3.992 | 5.779 |
| Cambial | 1.504 | 6.255 | 370 | 6.230 |
| Preço | - | - | - | - |
| Volatilidade | - | - | - | - |
| Efeito diversificação | (1.749) | - | - | (4.932) |
| | 8.192 | 11.226 | 4.206 | 7.076 |

### Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 477 | 483 | 313 | 326 |
| Cambial | 117 | 11.695 | 10 | 502 |
| Preço | 3.832 | 4.513 | 1.729 | 3.606 |
| Volatilidade | - | 59 | 59 | - |
| Efeito diversificação | (605) | - | - | (917) |
| | 3.821 | 13.674 | 2.423 | 3.517 |

### Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 152.665 | 168.277 | 14.265 | 22.517 |
| Cambial | 99 | 1.231 | 99 | 798 |
| Preço | - | - | - | - |
| Volatilidade | - | - | - | - |
| Efeito diversificação | (61) | - | - | (527) |
| | 152.703 | 168.163 | 13.922 | 22.788 |

### Atividade da Sucursal de Londres (VaR 99%, 10 dias)

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 16.147 | 18.716 | 1.922 | 2.063 |
| Cambial | 39 | 174 | 13 | 32 |
| Preço | 223 | 1.246 | 58 | 110 |
| Volatilidade | 182 | 1.624 | 101 | 272 |
| Efeito diversificação | (374) | - | - | (434) |
| | 16.217 | 18.895 | 1.925 | 2.043 |

**Atividade desenvolvida no âmbito da Banca de Investimento:**

### Caixa BI (VaR 99%, 10 dias)

| | 31-12-2012 | Max. | Min. | 31-12-2011 |
|---|---|---|---|---|
| **VaR por tipo de risco** | | | | |
| Taxa de Juro | 27.291 | 37.039 | 16.029 | 21.022 |
| Cambial | 855 | 3.546 | 24 | 257 |
| Preço | 72 | 542 | 28 | 94 |
| Volatilidade | 451 | 556 | 29 | 62 |
| Efeito diversificação | (1.189) | - | - | (282) |
| | 27.481 | 37.140 | 15.900 | 21.153 |

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

*Análise de sensibilidade – Taxa de juro*

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de ±50, ±100 e ±200 “basis points” (bps), pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

| | 31-12-2012 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 12 | 12 | 12 | (100) | (201) | (401) |
| Aplicações em instituições de crédito | 3.853 | 2.207 | 1.420 | (2.235) | (4.414) | (8.618) |
| Carteira de Títulos | | | | | | |
| Negociação | 21.575 | 17.638 | 9.510 | (9.721) | (19.133) | (37.076) |
| Outros | 281.528 | 180.817 | 112.931 | (132.989) | (263.417) | (516.970) |
| Investimentos a deter até à maturidade (saldos brutos) | 136.382 | 66.735 | 33.013 | (32.326) | (63.982) | (125.361) |
| Ativos com acordo de recompra | 3.011 | 2.940 | 2.187 | (2.639) | (5.234) | (10.297) |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 307.784 | 204.055 | 117.506 | (150.321) | (297.174) | (581.239) |
| ***Total ativo sensível*** | ***754.146*** | ***474.404*** | ***276.580*** | ***(330.331)*** | ***(653.554)*** | ***(1.279.963)*** |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (56.718) | (56.718) | (56.716) | 74.067 | 147.356 | 291.637 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (365.857) | (249.391) | (188.983) | 246.808 | 490.067 | 966.424 |
| Responsabilidades representadas por títulos | (463.617) | (228.434) | (112.599) | 109.524 | 216.126 | 421.120 |
| Outros passivos subordinados | (126.429) | (62.552) | (30.894) | 30.156 | 59.602 | 116.460 |
| ***Total passivo sensível*** | ***(1.012.622)*** | ***(597.095)*** | ***(389.193)*** | ***460.555*** | ***913.151*** | ***1.795.641*** |
| **Total Ganho / Perda** | **(258.476)** | **(122.692)** | **(112.613)** | **130.224** | **259.597** | **515.678** |

| | 31-12-2011 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 318 | 318 | 226 | (225) | (451) | (901) |
| Aplicações em instituições de crédito | 12.755 | 9.555 | 4.831 | (4.809) | (9.590) | (19.074) |
| Carteira de Títulos | | | | | | |
| Negociação | 41.891 | 22.867 | 11.276 | (10.960) | (21.615) | (42.048) |
| Outros | 305.164 | 174.816 | 86.396 | (84.261) | (166.502) | (325.332) |
| Investimentos a deter até à maturidade (saldos brutos) | 137.270 | 66.930 | 33.058 | (32.277) | (63.807) | (124.738) |
| Ativos com acordo de recompra | 9.104 | 7.051 | 3.518 | (3.486) | (6.940) | (13.755) |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 395.583 | 261.894 | 130.761 | (128.083) | (253.711) | (498.077) |
| ***Total ativo sensível*** | ***902.085*** | ***543.430*** | ***270.066*** | ***(264.101)*** | ***(522.615)*** | ***(1.023.925)*** |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | (150.502) | (110.102) | (54.852) | 54.152 | 107.588 | 212.357 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (476.040) | (309.349) | (154.817) | 152.634 | 302.983 | 597.194 |
| Responsabilidades representadas por títulos | (481.450) | (242.556) | (120.654) | 117.666 | 231.992 | 451.346 |
| Outros passivos subordinados | (27.744) | (13.659) | (6.779) | 6.684 | 13.277 | 26.210 |
| ***Total passivo sensível*** | ***(1.135.736)*** | ***(675.666)*** | ***(337.101)*** | ***331.135*** | ***655.840*** | ***1.287.107*** |
| **Total Ganho / Perda** | **(233.651)** | **(132.236)** | **(67.035)** | **67.034** | **133.225** | **263.182** |

De referir que em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito no justo valor de deslocações paralelas nas curvas de taxas de juro de referência para operações das Sucursais do Luxemburgo, Timor e Zhuhai, e para as operações da Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A., Banco Caixa Geral – Brasil, S.A., Banco Nacional Ultramarino, Mercantile Bank, Banco Nacional de Investimento (no decurso de 2012 a Caixa vendeu a sua participação no BNI), Banco Comercial do Atlântico, S.A., Banco Comercial e de Investimento, S.A.R.L., Banco Interatlântico, S.A., Banco Caixa Geral Totta – Angola e BPD – Banco para a Promoção e Desenvolvimento.

O impacto de uma deslocação de ±50, ±100 e ±200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis, corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada do Grupo, para os exercícios de 2013 e 2012, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de ±50, ±100 e ±200 bps

**PROJEÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA**

| | - 200 bp | - 100 bp | - 50 bp | + 50 bp | + 100 bp | + 200 bp |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Exercício de 2012 | (221.416) | (261.375) | (147.664) | 152.133 | 302.600 | 611.392 |
| Exercício de 2013 | 10.005 | 1.247 | (26.037) | 146.036 | 291.610 | 582.999 |

De referir que em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito na margem financeira de deslocações paralelas nas curvas de taxas de juro de referência para operações das Sucursais do Luxemburgo, Timor e Zhuhai, e para as operações da Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A., Banco Caixa Geral – Brasil, S.A., Banco Nacional Ultramarino, Mercantile Bank, Banco Nacional de Investimento (no decurso de 2012 a Caixa vendeu a sua participação no BNI), Banco Comercial do Atlântico, S.A., Banco Comercial e de Investimento, S.A.R.L., Banco Interatlântico, S.A., Banco Caixa Geral Totta – Angola e BPD – Banco para a Promoção e Desenvolvimento.

No apuramento dos impactos apresentados foi considerado que o "stock" em balanço de ativos e passivos sensíveis a taxa de juro, nas datas de referência do cálculo, teria uma evolução de acordo com o enquadramento macroeconómico antecipado para os exercícios de 2013 e 2012, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação, e o *spread* médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores, não tem em consideração alterações na estratégia e nas políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adotar, em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

## *Risco cambial*

### *Decomposição de instrumentos financeiros por moeda*

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

| | 31-12-2012 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Moeda | | | | | | | | | | | |
| | Euros | Dólares Norte Americanos | Libra esterlina | Iene | Patacas Macau | Dólar de Hong Kong | Meticais Moçambique | Rand África do Sul | Escudo Cabo Verde | Outras | Valor de Balanço de derivados de negociação | Total |
| ***Ativo*** | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 978.456 | 195.502 | 1.989 | 996 | 7.804 | 85.733 | 176.211 | 17.145 | 27.192 | 112.257 | | 1.603.284 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 566.111 | 91.599 | 8.965 | 7.357 | 243.799 | 264.376 | 2.762 | 81.922 | 1.101 | 37.388 | | 1.305.381 |
| Aplicações em instituições de crédito | 1.064.145 | 406.080 | 13.994 | 39 | 405.462 | 129.604 | 111.114 | 14.090 | 104.711 | 280.574 | | 2.529.813 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 1.648.718 | 164.963 | 30.333 | 373 | - | - | - | 21.380 | 2.298 | 46.790 | 2.082.561 | 3.997.417 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 20.467.099 | 198.639 | 7.408 | | 7.769 | - | 252.625 | 3.448 | 62.898 | 281.508 | | 21.281.393 |
| Investimento associados produtos "Unit Linked" | 1.148.225 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | 1.148.225 |
| Investimentos detidos até à maturidade | 2.465.023 | 4.255 | - | - | - | - | - | - | - | - | | 2.469.277 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 74.338.771 | 1.264.072 | 98.406 | 6.810 | 410.515 | 845.833 | 572.921 | 484.826 | 535.375 | 344.965 | | 78.902.494 |
| Ativos com acordo de recompra | 444.778 | 59.382 | - | - | - | - | - | - | - | - | | 504.160 |
| Outros ativos | 2.858.093 | 311.240 | 1.872 | 212.328 | 386.947 | 3.114 | 25.505 | 9.895 | 23.145 | (122.055) | | 3.710.084 |
| Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros | (4.900.747) | (120.722) | (1.751) | (132) | (21.523) | (25) | (21.388) | (7.687) | (41.912) | (17.407) | | (5.133.292) |
| | 101.078.672 | 2.575.009 | 161.216 | 227.771 | 1.440.774 | 1.328.635 | 1.119.750 | 625.020 | 714.808 | 964.021 | 2.082.561 | 112.318.236 |
| ***Passivo*** | | | | | | | | | | | | |
| Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais | (11.206.989) | (872.094) | (29.134) | (614) | (14.705) | (8.512) | (23.687) | (10.573) | (2.973) | (73.999) | | (12.243.281) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (63.553.770) | (2.343.162) | (42.397) | (67.061) | (1.683.917) | (1.075.014) | (973.624) | (426.345) | (643.205) | (595.659) | | (71.404.154) |
| Responsabilidades associadas produtos "Unit Linked" | (1.148.225) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | (1.148.225) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (10.176.602) | (27.710) | - | (318.336) | - | - | (23.663) | - | - | (44.316) | | (10.590.627) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | | | | | | | | | | | (2.215.425) | (2.215.425) |
| Passivos subordinados | (2.865.930) | (14.604) | - | - | - | - | - | - | (8.533) | - | | (2.889.067) |
| Outros passivos | | | | | | | | | | | | - |
| Recursos consignados | (853.960) | - | - | - | - | - | - | - | (23) | - | | (853.983) |
| Outros | (3.039.785) | 1.415.920 | (52.312) | 163.503 | (769.937) | 332.685 | (53.414) | (122.430) | (43.748) | (302.036) | | (2.471.554) |
| | (92.845.261) | (1.841.649) | (123.843) | (222.508) | (2.468.560) | (750.841) | (1.074.388) | (559.348) | (698.482) | (1.016.011) | (2.215.425) | (103.816.317) |
| ***Derivados (Nocionais)*** | | | | | | | | | | | | |
| Swaps cambiais | (1.260.537) | 550.308 | (64.961) | - | - | 681.050 | - | 2.596 | - | 63.173 | - | (28.371) |
| Swaps de taxa de juro | (567.428) | 166.749 | - | 378.928 | - | - | - | - | - | 58.610 | - | 36.859 |
| Outros swaps | 45.000 | 37.896 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 82.896 |
| Futuros | (4.040.436) | (2.079) | (980) | (4.401) | - | - | - | - | - | (155) | - | (4.048.051) |
| Forward Rate Agreements | (5.000) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (5.000) |
| Opções e Caps & Floors | (24.459) | 22.470 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.989) |
| Operações Cambiais a Prazo | (41.020) | (222.013) | (26.348) | (2.266) | - | 187.743 | - | - | - | (11.855) | - | (115.759) |
| | (5.893.880) | 553.331 | (92.289) | 372.261 | - | 868.793 | - | 2.596 | - | 109.773 | - | (4.079.415) |
| **Exposição líquida** | 2.339.531 | 1.286.691 | (54.916) | 377.524 | (1.027.786) | 1.446.586 | 45.363 | 68.267 | 16.325 | 57.783 | (132.863) | 4.422.504 |

| | 31-12-2011 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Moeda | | | | | | | | | | | |
| | Euros | Dólares Norte Americanos | Libra esterlina | Iene | Patacas Macau | Dólar de Hong Kong | Meticais Moçambique | Rand África do Sul | Escudo Cabo Verde | Outras | Valor de Balanço de derivados de negociação | Total |
| ***Ativo*** | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 1.709.483 | 227.525 | 2.286 | 543 | 7.122 | 252.768 | 130.127 | 17.229 | 102.707 | 254.692 | - | 2.704.482 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 668.374 | 15.761 | 8.438 | 14.947 | 58.034 | 126.655 | 1.426 | 5.755 | 3.611 | 83.196 | - | 986.197 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4.139.347 | 124.143 | 8.782 | 1.868 | 191.171 | 287.735 | 22.308 | 66.809 | 6.029 | 120.240 | - | 4.968.430 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 1.994.214 | 123.625 | 588 | - | - | - | - | 16.571 | - | 20.781 | 1.975.930 | 4.131.709 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 16.650.590 | 330.995 | 12.334 | | 13.079 | - | 168.978 | 7.885 | 64.220 | 476.041 | - | 17.724.124 |
| Investimento associados produtos "Unit Linked" | 584.879 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 584.879 |
| Investimentos detidos até à maturidade | 2.953.352 | 4.062 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.957.414 |
| Crédito a clientes (saldos brutos) | 77.156.737 | 1.095.168 | 232.586 | 10.838 | 296.485 | 908.432 | 597.429 | 446.243 | 561.405 | 325.549 | - | 81.630.871 |
| Ativos com acordo de recompra | 731.363 | 46.590 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 777.954 |
| Outros ativos | 1.094.420 | 1.726.451 | (186.480) | 482.478 | 327.710 | 28.712 | 25.781 | 10.879 | 27.935 | 273.539 | - | 3.811.424 |
| Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros | (4.345.830) | (107.843) | (3.904) | (120) | (32.963) | (41) | (23.532) | (7.316) | (36.179) | (29.769) | - | (4.587.497) |
| | 103.336.928 | 3.586.478 | 74.629 | 510.555 | 860.638 | 1.604.260 | 922.516 | 564.056 | 729.728 | 1.524.269 | 1.975.930 | 115.689.987 |
| ***Passivo*** | | | | | | | | | | | | |
| Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais | (14.034.194) | (1.705.360) | (13.455) | (700) | (11.906) | (24.171) | (7.844) | (9.663) | (3.689) | (49.971) | - | (15.860.954) |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | (63.913.123) | (1.623.757) | (41.452) | (79.570) | (1.248.523) | (928.677) | (792.384) | (415.700) | (617.196) | (927.110) | - | (70.587.491) |
| Responsabilidades associadas produtos "Unit Linked" | (584.879) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (584.879) |
| Responsabilidades representadas por títulos | (14.429.118) | (28.383) | - | (429.013) | - | - | (26.668) | - | - | (10.127) | - | (14.923.309) |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.918.488) | (1.918.488) |
| Passivos subordinados | (2.051.126) | (15.738) | - | - | - | - | - | - | (8.553) | - | - | (2.075.416) |
| Outros passivos | | | | | | | | | | | | - |
| Recursos consignados | (1.161.751) | - | - | - | - | - | (2.846) | - | (23) | - | - | (1.164.620) |
| Outros | (1.304.094) | (11.104) | 9.856 | (1.897) | (452.251) | (18.714) | (55.915) | (135.015) | (40.613) | (296.223) | - | (2.305.970) |
| | (97.478.284) | (3.384.342) | (45.051) | (511.180) | (1.712.681) | (971.562) | (885.657) | (560.379) | (670.073) | (1.283.431) | (1.918.488) | (109.421.127) |
| ***Derivados (Nocionais)*** | | | | | | | | | | | | |
| Swaps cambiais | (1.457.164) | 1.188.463 | (158.701) | (12.475) | - | 425.377 | - | 2.671 | - | 45.360 | - | 33.531 |
| Swaps de taxa de juro | (149.152) | (188.834) | - | 447.145 | - | - | - | - | - | 6.705 | - | 115.863 |
| Outros swaps | 100.000 | (15.457) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 84.543 |
| Futuros | (1.811.635) | 68.116 | (795) | - | - | 215 | - | 15 | - | 521 | - | (1.743.565) |
| Forward Rate Agreements | (5.000) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (5.000) |
| Opções e Caps & Floors | (23.864) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (23.864) |
| Operações Cambiais a Prazo | (55.490) | (7.486) | (525) | 16.723 | - | (101) | - | 39.450 | - | (3.227) | - | (10.656) |
| | (3.402.306) | 1.044.802 | (160.022) | 451.393 | - | 425.491 | - | 42.136 | - | 49.358 | - | (1.549.147) |
| **Exposição líquida** | 2.456.339 | 1.246.938 | (130.443) | 450.769 | (852.043) | 1.058.189 | 36.859 | 45.813 | 59.655 | 290.195 | 57.442 | 4.719.713 |

## *Análise de VaR – Risco Cambial*

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de Value-at-Risk (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

| | VaR | | | |
|---|---|---|---|---|
| | *Atividade bancária* | | *Atividade seguradora* | |
| | 31-12-2012 | 31-12-2011 | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
| Dólar de Hong Kong | 44.391 | 46.590 | - | - |
| Pataca de Macau | 37.233 | 46.815 | 29 | 34 |
| Rand da África do Sul | 4.522 | 16.731 | - | - |
| Dólar dos Estados Unidos | 2.633 | 178 | 86 | 120 |
| Metical de Moçambique | 64.688 | 72.751 | - | - |
| Libra esterlina | 487 | 373 | 236 | 543 |
| Iene japonês | 142 | 93 | 1 | - |
| | | | | |
| Outras Moedas | 18.808 | 18.735 | 409 | 379 |
| Efeito diversificação | (108.342) | (271.484) | (172) | (433) |
| | | | | |
| Total | 64.562 | 67.963 | 589 | 1.142 |

O efeito de diversificação é calculado implicitamente.

A informação relativa à atividade seguradora apresentada nos quadros anteriores diz respeito à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

## 45. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco em vigor na área seguradora do Grupo CGD em Portugal, nomeadamente pelas companhias que integram a Caixa Seguros e Saúde (Companhia).

### 45.1 Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas no Grupo, estes são remetidos

para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

45.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

45.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipo de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas, outros), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as

variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos Produtos sob gestão.

Seleção e Saneamento de Carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção das companhias. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

45.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multirriscos Habitação) e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes Ramos Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo estas determinantes para a aceitação ou recusa de alguns tipos de risco.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

O Grupo tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção da proteção adequada aos riscos aceites.

Nos ramos Incêndio e Anexos, Engenharia, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo; também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere a ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil os riscos são cobertos por Tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e dimensão da carteira, bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os “Cúmulos de Risco das Retenções” encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da “Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza”, de caráter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de “rating” atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody’s). O “rating” mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de “A-“.

45.5. Técnicas de gestão de ativos e passivos (ALM) utilizadas pela Companhia

A Companhia tem atuações diferentes consoante o tipo de produto em causa.

Procedimentos de adequação de Ativos e Passivos

Produtos Imunizados

São tipicamente produtos de rendimento fixo definido e conhecido à partida e sem direito a participação de resultados a atribuir aos segurados. Estes produtos são cobertos com investimentos de maturidade e vencimento semelhantes aos respetivos passivos, procurando-se obter uma rentabilidade

dos investimentos que cubra a margem da Companhia e a remuneração contratualizada com os clientes.

Podem ocorrer desajustes temporários entre ativos e passivos e que, usualmente, resultam de resgate. Por este facto, a política de investimentos é condicionada por investimentos em títulos com notação de rating "investment grade", admitidos em mercados da OCDE, devendo igualmente ter elevada liquidez.

Produtos com Participação nos Resultados com capital e rendimento garantido

As carteiras de investimentos destes produtos têm uma composição que depende do modelo de gestão aplicável e dos *benchmarks* definidos relativamente a cada produto.

Os *benchmarks* são estabelecidos em função dos níveis de taxa de juro do mercado, da maturidade das responsabilidades e do rendimento garantido aos clientes. Para minimizar o risco, à medida que se aproxima o vencimento das responsabilidades, o peso do investimento em títulos de rendimento variável vai-se reduzindo gradualmente, sendo substituído por investimento em títulos de rendimento fixo.

Para projeção dos cash flows dos passivos são consideradas diversas informações relevantes, designadamente as relativas a contratos vivos, datas de vencimento dos contratos, responsabilidades atuais capitalizadas pela participação de resultados e taxa de rendimento garantida.

Para projeção dos cash flows dos ativos, em relação aos investimentos em títulos de rendimento fixo com taxa fixa, ou é utilizada a taxa do ativo ou utilizam-se cenários, de acordo com a curva de rendimentos, dependendo a sua aplicação da convicção da aderência destes cenários à realidade futura. Relativamente aos títulos de rendimento variável não são utilizadas projeções de cash flows futuros, utilizando-se, em alternativa, o seu valor atual de mercado.

Política de alocação de investimentos a produtos

Relativamente a produtos que garantam participação nos resultados e aos produtos "Unit Linked" em que o risco de investimento é do tomador do seguro, as respetivas carteiras de investimentos estão colocadas em fundos autónomos, gerindo-se um fundo autónomo por produto, com o objetivo de garantir a independência das respetivas carteiras e evitar a contaminação resultante da colocação numa única carteira dos investimentos requeridos por vários produtos.

Os produtos sem direito a participação são colocados em carteiras geridas globalmente em virtude do desempenho das respetivas carteiras não condicionar o rendimento a atribuir aos clientes. No entanto, apesar de existir uma maior flexibilidade na gestão, a mesma é feita de modo prudencial com "matching" entre ativos e passivos.

Os ativos são alocados às carteiras em função do seu valor de mercado, em particular nos casos de carteiras em que os segurados participam nos resultados obtidos, havendo também nestes casos a constituição de um fundo autónomo associado a cada carteira.

Relativamente à seleção do tipo de ativos também são definidos, por classe de ativos, os seguintes limites máximos de exposição:

| Classes de ativos | Limite máximo (% do valor global da Carteira) |
|---|---|
| Rendimento Fixo – Taxa longas* | 70,00% |
| Soberana | 70,00% |
| *Corporate* | 50,00% |
| Rendimento Fixo – Taxa curtas** | 100,00% |
| Alternativos*** | 2,00% |
| Rendimento Variável | 30,00% |
| Rendimento Variável ilíquido (Private equity e outros) | 6% |
| | (20% do investimento em rendimento variável) |
| Imobiliário | 15,00% |

(*) Entende-se por taxas longas todas as emissões de taxa fixa com maturidade superior a um ano.

(**) Entende-se por taxas curtas todas as emissões de taxa fixa com maturidade residual inferior a um ano e as emissões de taxa variável.

(***) Inclui os hedge funds e o investimento em commodities.

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes pontos:

I. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, é de 15 % do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;

II. O conjunto das aplicações expressas em moedas, são representadas em divisas congruentes com as dos compromissos assumidos em, pelo menos, 95 %;

III. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores - Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitem. Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

Modelos de avaliação de risco para derivados:

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de ativos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos ativos que as constituem Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de ativos procurando-se constituir carteiras com risco controlado que otimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efetuada internamente pela Direção de Investimentos, havendo pontualmente e sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento da Direção de Gestão de Risco do Grupo, integrada na Caixa. São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

IV. Universo de investimento para ativos de Rendimento Fixo

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos no quadro seguinte, que pondera a maturidade residual com a qualidade de crédito. A notação de rating a considerar na aquisição deverá ser a determinada pela agência de rating S&P ou, na sua ausência, a equivalente da Moodys ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Exceções a esta regra poderão ser aprovadas pelo CAD.

| | Dívida Corporate | Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro) | Limite por emitente |
|---|---|---|---|
| Até 1,5 anos | BBB- | BBB- | Min [0,5% ; € 250 M ] |
| De 1,5 a 5,5 anos | A- | A- | Min [3% ; € 250 M ] |
| De 5,5 a 15 ,5 anos | AA- | A+ | Min [3% ; € 250 M ] |
| De 15,5 a 30,5 anos | Não autorizado | A+ | |
| Superior a 30,5 anos | Não autorizado | AAA | |

Não existem limites de notação de rating para a dívida soberana dos países da zona Euro.

O investimento em outras classes de ativos não especificados deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração.

As limitações a investimentos resultam também da regulamentação em vigor.

**45.6. Ramo Vida**

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pelo IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de Risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte significativa dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

(Prémios + Rendimentos - Sinistros – Despesas de Gestão - Variação na Provisão Matemática - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

(Prémios + Rendimentos - Sinistros - Despesas de Gestão - Variação na Provisão

Matemática - Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Percentagem dos Rendimentos – Rendimentos Técnicos – Encargos de Gestão – Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)) x Coeficiente de Participação

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

Fidelidade

| Ano | Risco | | Rendas | | Capitalização com PR | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inflow | OutFlow | Inflow | OutFlow | Inflow | OutFlow |
| 2013 | 149.077 | 93.249 | - | 15.519 | 24.890 | 252.230 |
| 2014 | 129.679 | 80.681 | - | 14.716 | 21.362 | 215.315 |
| 2015 | 120.410 | 75.680 | - | 14.012 | 18.121 | 200.852 |

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

Fidelidade

| Ano | Risco | | Rendas | | Capitalização com PR | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inflow | OutFlow | Inflow | OutFlow | Inflow | OutFlow |
| 2013 | 145.548 | 90.993 | - | 15.519 | 24.229 | 314.222 |
| 2014 | 119.713 | 74.474 | - | 14.716 | 19.703 | 255.415 |
| 2015 | 105.189 | 66.121 | - | 14.012 | 15.842 | 224.197 |

### 45.7. Risco de Taxa de Juro

A política de gestão do risco de taxa de juro é desenvolvida de acordo com duas linhas de orientação. No caso das carteiras imunizadas, seguros de capitalização de taxa fixa, verifica-se uma adequação das coberturas às responsabilidades assumidas. Neste caso existe um matching entre o perfil dos cash flows dos ativos investidos e os outflows dos passivos na maturidade. O risco de taxa de juro não tem praticamente gestão ativa ao longo da vida do produto.

No caso das carteiras com modelo de gestão de benchmark, o risco de taxa de juro é gerido de uma maneira ativa de acordo com o nível de exposição alvo definido pelos benchmarks, verificando-se uma gestão tática de underweigth/overweight em função das expectativas de alteração da estrutura da curva de maneira a otimizar os retornos dos ativos.

Em termos quantitativos, o nível de exposição aos prazos mais longos não é significativo conforme leitura do quadro seguinte.

| Risco por maturidade | Valor | Peso | Mod Dur |
|---|---|---|---|
| Rendimento Fixo | 9.427.045 | 100,0% | - |
| Obrigações taxa fixa | 6.460.870 | 68,5% | 3 |
| Maturidade 1 a 3 | 4.796.128 | 74,2% | 2 |
| Maturidade 4 a 5 | 1.215.239 | 18,8% | 5 |
| Maturidade 6 a 7 | 283.673 | 4,4% | 6 |
| Maturidade 8 a 10 | 127.931 | 2,0% | 7 |
| Maturidade 11 a 19 | 15.201 | 0,2% | 13 |
| Maturidade 20 a 29 | 22.538 | 0,3% | 15 |
| Maturidade > 30 anos | 159 | 0,0% | 39 |
| Obrigações Taxa variavel | 2.384.121 | 25,3% | 0 |
| Obrigações Inflation-Linked | 73.045 | 0,8% | 6 |
| Perpétuas (Taxa Fixa) | 149 | 0,0% | - |
| Incumprimento | 1 | 0,0% | - |
| Obrigações mat < 1 ano | 508.860 | 5,4% | 1 |

As companhias utilizam ainda neste âmbito, para efeitos de monitorização do risco, os serviços da unidade de controlo de risco da CGD que divulga em sede própria os seus indicadores.

As entidades de supervisão também têm acompanhado a monitorização deste risco tendo-se desenvolvido pontualmente, nos últimos anos exercícios de stress-test para quantificação dos impactos de choques adversos na carteira de ativos.

A utilização de instrumentos derivados, no âmbito do processo de gestão do risco, limita-se atualmente à utilização pontual de *swaps* de taxa de juro nas carteiras onde se pretendeu mitigar o risco de taxa de juro, ou em casos em que este instrumento se revelou mais eficiente que uma cobertura com ativos diretos.

Em 31 de dezembro de 2012, a Caixa Seguros e Saúde dispõe de um conjunto de *swaps* de taxa de juro, destinados à cobertura de riscos financeiros dos produtos *unit linked* e taxa fixa do Ramo Vida, conforme se resume no quadro seguinte:

| Montante Nocional | Divisa | Produtos associados | Maturidade | Taxa cedida | Taxa tomada |
|---|---|---|---|---|---|
| 11.000 | mEur | K Investe | 30-03-2013 | 4,000% | 3,300% |
| 125.000 | mEur | Caixa Seguro 2 x 4,15 | 18-04-2013 | Euribor_3M_360 | Euribor_12M_360 +0,318% |
| 76.500 | mEur | Caixa Seguro Eurocampeão | 13-05-2013 | Euribor_3M_360 - 0,25% | Euribor_12M_360 |
| 50.000 | mEur | Levexpert Série B | 21-07-2013 | Euribor_3M_360 | Euribor_12M_360 - 0,14% |
| 15.000 | mEur | Postal PPR 20% | 20-05-2013 | 3,710% | 3,923% |
| 50.000 | mEur | Levexpert Série A | 20-05-2013 | 4,500% | 4,781% |
| 16.000 | mEur | Postal Valor Premium | 15-09-2013 | 4,730% | 5,010% |
| 125.000 | mEur | Caixa Seguro Duplo Invest | 06-11-2013 | Euribor_3M_360 | Euribor_3M_360 + 0,04% |
| 40.000 | mEur | Levexpert Série L | 01-09-2021 | 4,750% | Euribor_6M_360 + 1,134% |
| 5.200 | mEur | Vantagem Dupla 2013 | 01-10-2013 | Euribor_6M_360 + 0,45% | 4,670% |
| 4.000 | mEur | Vantagem Dupla 2013 | 01-10-2013 | Euribor_6M_360 + 0,45% | 4,710% |
| 100 | mEur | Vantagem Dupla 2013 | 01-10-2013 | Euribor_6M_360 + 0,45% | 4,250% |
| 12.000 | mEur | Garantido 4% | 30-03-2012 | 4,000% | 4,300% |
| 9.500 | mEur | Garantido 4,14% | 20-05-2013 | 4,140% | 4,382% |

A política de gestão de risco / análise por contraparte decorre essencialmente da grelha de seleção no momento da compra do ativo divulgado no ponto Requisitos de segregação de ativos, destinados a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos ativos da Companhia. O risco, no entanto, é monitorizado continuamente procurando acompanhar as opiniões / “outlooks” das casas internacionais de “rating” de maneira a não deixar degradar o rating dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por contraparte, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

No quadro abaixo apresentamos os grupos económicos das posições maiores ou iguais a 50 milhões de Euros:

## ATIVOS POR CONTRAPARTE

| GRUPO ECONÓMICO | CÚMULO DE CAPITAIS | % |
|---|---|---|
| **TOTAL** | 9.427.045 | 100% |
| **DÍVIDA PÚBLICA - UNIÃO EUROPEIA** | 3.631.228 | 38,52% |
| Portugal | 3.092.982 | 32,81% |
| Itália | 199.780 | 2,12% |
| França | 117.858 | 1,25% |
| Bélgica | 114.960 | 1,22% |
| Espanha | 53.600 | 0,57% |
| Alemanha | 37.496 | 0,40% |
| Holanda | 9.490 | 0,10% |
| Austria | 4.438 | 0,05% |
| Irlanda | 624 | 0,01% |
| Caixa Geral de Depositos SA | 1.534.273 | 16,28% |
| EDP - Energias de Portugal SA | 193.330 | 2,05% |
| Banco Santander SA | 157.372 | 1,67% |
| Barclays PLC | 147.031 | 1,56% |
| General Electric Co | 136.424 | 1,45% |
| Banco Espirito Santo SA | 135.583 | 1,44% |
| ING Groep NV | 132.846 | 1,41% |
| Royal Bank of Scotland Group PLC | 121.288 | 1,29% |
| Intesa Sanpaolo SpA | 107.825 | 1,14% |
| HSBC Holdings PLC | 98.810 | 1,05% |
| Fortis | 94.935 | 1,01% |
| Enel SpA | 94.400 | 1,00% |
| REN - Redes Energeticas Nacion | 90.249 | 0,96% |
| Lloyds Banking Group PLC | 89.907 | 0,95% |
| BNP Paribas SA | 88.449 | 0,94% |
| Rabobank Nederland NV | 88.031 | 0,93% |
| Westpac Banking Corp | 81.948 | 0,87% |
| Dexia SA | 76.379 | 0,81% |
| Deutsche Bank AG | 75.684 | 0,80% |
| UniCredit SpA | 70.827 | 0,75% |
| National Australia Bank Ltd | 68.744 | 0,73% |
| Bank of America Corp | 68.030 | 0,72% |
| Eni SpA | 67.802 | 0,72% |
| Unione di Banche Italiane SCPA | 65.723 | 0,70% |
| Banco Bilbao Vizcaya Argentari | 65.335 | 0,69% |
| Credit Agricole Groupe | 62.618 | 0,66% |
| Svenska Handelsbanken AB | 61.990 | 0,66% |
| Banco BPI SA | 58.182 | 0,62% |
| Credit Suisse Group AG | 55.839 | 0,59% |
| JPMorgan Chase & Co | 55.357 | 0,59% |
| Montepio Geral Associacao Mutu | 55.162 | 0,59% |
| Citigroup Inc | 50.164 | 0,53% |
| Outros ( Somatório < € 50M) | 1.445.281 | 15,33% |

## 46. GESTÃO DE CAPITAL

**Quadro regulamentar atual**

Os objetivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição e do Grupo, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade;

Para atingir os objetivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade da instituições de crédito em Portugal é regulada pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, o qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial portuguesa, refletindo, em larga medida, as Diretivas comunitárias aplicáveis ao sistema financeiro (Diretivas 2006/48/CE, 2006/49/CE e 2010/76/EU).

Os elementos constituintes do capital do Grupo CGD (fundos próprios de base, fundos próprios complementares e deduções) são os constantes do Aviso 6/2010, com as alterações introduzidas pelos Avisos 7/2011 e 2/2012, todos emitidos pelo Banco de Portugal.

Para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e de mercado, o Grupo utiliza o respetivo método padrão. Para risco operacional utiliza, desde de junho de 2009, o método standard (em substituição do método básico).

Os anos de 2011 e 2012 foram particularmente marcados por intervenções regulamentares do Banco de Portugal, com a emissão de um conjunto alargado de Avisos e outros instrumentos normativos relacionados com matérias de natureza prudencial, dos quais se destacam:

Em abril de 2011, através do Aviso 1/2011, o Banco de Portugal exigiu ao grupos financeiros sujeitos à sua supervisão em base consolidada o reforço dos níveis do rácio Core Tier 1 para um valor não inferior a 8% em 31 de dezembro de 2011. Essa exigência

foi justificada pela necessidade de manter e reforçar a capacidade do sistema bancário de enfrentar as situações adversas que têm prevalecido internacionalmente e que, mais recentemente, têm tido especial impacto em Portugal, bem como pela vantagem de antecipar a convergência para os novos padrões internacionais de Basileia III.

Em maio de 2011, no âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional – o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 (alterou o Aviso 1/2011) relativo ao reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional. Assim, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada do Banco de Portugal que incluam alguma das instituições de crédito referidas nas alíneas a) a c) do artigo 3.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, ficaram sujeitas ao reforço dos seus rácios core tier 1, em base consolidada, para um valor não inferior a 9%, até 31 de dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de dezembro de 2012.

O Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em maio de 2011, com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, definiu um conjunto de medidas e ações a desenvolver pelas autoridades portuguesas relativamente ao sistema financeiro, entre as quais a elaboração de um Plano de Financiamento e de Capital para o período de 2011-2015, sujeito a monitorização e revisão trimestrais, bem como a programas especiais de inspeções sob a responsabilidade do Banco de Portugal.

O Plano de Financiamento e de Capital visa o cumprimento de um conjunto de objetivos, nomeadamente os estabelecidos no referido Plano de Assistência Financeira e comunicados pelo Banco de Portugal do qual se destaca a apresentação por parte das instituições financeiras de um rácio core tier I mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012 (de acordo com as regras de Basileia 2).

Em julho de 2011, foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei nº 88/2011 que visa reforçar os requisitos de fundos próprios para a carteira de negociações e para as retitularizações, bem como os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Diretiva nº 2010/76/UE (que altera as Diretivas n$^{os}$ 2006/48/CE e 2006/49/CE, no que diz respeito aos requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação e para retitularizações, bem como à análise das políticas de remuneração pelas autoridades de supervisão). O Banco de Portugal, através do Aviso 9/2011, datado de dezembro, atualiza o enquadramento regulamentar relativo ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco e à divulgação de informação das instituições sujeitas à sua supervisão.

O Banco de Portugal, por Aviso 5/2012 datado de 20 de janeiro de 2012, determinou a sujeição do Grupo CGD ao cumprimento da Recomendação do EBA (EBA/REC/2011/1, datado de 8 de dezembro) e solicitou a elaboração de um Plano de Recapitalização para o efeito.

Inicialmente a CGD identificou e comunicou ao mercado em 8 de dezembro de 2011 uma necessidade de capital de EUR 1.834 milhões, dos quais 1.073 milhões de Euros constituindo o buffer de dívida pública, calculados com base nos valores de setembro de 2011 e no âmbito do stress test do EBA. Em junho de 2012, as necessidades adicionais de capital da CGD foram recalculadas e o valor total foi estabelecido em EUR 1.650

milhões. O valor inicial de EUR 1.073 milhões do buffer da dívida soberana foi mantido de acordo com a indicação do EBA, e o capital adicional necessário para enfrentar os requisitos mais exigentes de Core Tier 1 foi estabelecido em EUR 577 milhões. Os requisitos de capital de EUR 1.650 milhões foram cobertos por capital do acionista único, sendo 750 milhões de euros sob a forma de capital social e 900 milhões de euros através da emissão de instrumentos híbridos (CoCos) elegíveis para o core tier 1, de acordo com o Aviso 4/2012 do Banco de Portugal.

**Basileia III**

O conjunto das reformas acordadas e publicadas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária, coletivamente conhecidas como “Basileia III”, incide principalmente sobre o Pilar 1 (Determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios) do acordo conhecido como Basileia II, mas engloba igualmente um conjunto de orientações e recomendações para o Pilar 2 (Processo de Avaliação pela Autoridade de Supervisão) e Pilar 3 (Disciplina de Mercado).

Na União Europeia essas reformas estão englobadas no pacote designado por "CRD 4", o qual altera as regras em matéria de requisitos de capital para os bancos e empresas de investimento, designadamente o reforço das exigências de capital, a introdução de um buffer de conservação obrigatória de capital e um buffer discricionário anticíclico, e prevê um quadro de novas exigências regulamentares sobre a liquidez e alavancagem, bem como exigências adicionais de capital para instituições sistemicamente importantes.

As principais alterações podem ser sumarizadas nos seguintes pontos principais:

- ⇨ Aumento significativo dos requisitos de capital, quer em termos quantitativos (aumento progressivo dos rácios core tier 1 e tier 1, maiores deduções no core tier 1, criação de diferentes buffers de capital), quer em termos qualitativos (maior qualidade de capital requerido, estabelecendo 14 critérios para a qualificação do core tier 1);
- ⇨ Fixação do core tier 1 mínimo de 4,5% dos ativos ponderados pelo risco (até dezembro de 2014 será de 4% a 4,5%);
- ⇨ Rácio de solvabilidade mínimo permanece em 8%;
- ⇨ Introduzir exigências de liquidez da UE a partir de 2015, após um período inicial de observação, através de padrões mínimos globais de liquidez, consistindo tanto de um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR – Liquidity Coverage Ratio), como de um rácio estrutural de financiamento líquido estável de longo prazo (NSFR – Net Stable Funding Ratio);
- ⇨ O LCR será faseado, a partir de 60% em 2015 e atingindo 100% em 2018. A revisão em 2016 vai permitir à Comissão retardar a introdução da taxa de 100%, desde que justificada por acontecimentos internacionais. Até que o LCR esteja totalmente implementado, os Estados membros podem manter ou introduzir requisitos de liquidez nacionais;
- ⇨ Para resolver as questões de financiamento a longo prazo (NSFR), a Comissão terá de apresentar, até 31 de dezembro de 2016 uma proposta legislativa destinada a garantir que as instituições usem fontes estáveis de financiamento;

- ⇨ Promover a acumulação de buffers de capital, que possam ser utilizados em períodos de crise, incluindo tanto um buffer de conservação de capital como um buffer contracíclico para proteger o setor bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito;
- ⇨ Introdução de requisitos adicionais de capital, através de acumulação de buffers de capital, nomeadamente um buffer de conservação de capital de core tier 1 de 2,5% da exposição ao risco total, idêntico para todos os bancos na UE, e um buffer de capital anticíclico até 2,5% para uma instituição específica. Adicionalmente, os Estados-Membros terão a possibilidade de introduzir um buffer de risco sistémico adicional core tier 1 para o setor financeiro ou de um ou mais sub-grupos, ou buffers para instituições sistemicamente importantes.
- ⇨ O regulamento irá proporcionar a introdução do rácio de alavancagem (Leverage Ratio) a 1 de janeiro de 2018, em caso de consenso entre o Conselho e o Parlamento, com base num relatório a ser apresentado pelo Comissão até 31 de dezembro de 2016. Posteriormente irá seguir-se um período de observação inicial, a partir de 01 janeiro de 2015, onde as instituições serão obrigadas a divulgar o seu leverage ratio
- ⇨ Elevar os padrões para o processo de supervisão (Pilar 2) e disciplina de mercado (Pilar 3), conjuntamente com orientações adicionais nas áreas de boas práticas de valorização, testes de stress, gestão do risco de liquidez, governação empresarial e remunerações.

A definição do contéudo das novas normas prudenciais e a sua aplicação na União Europeia está dependente da finalização do processo legislativo europeu (CRD IV) e respetiva transposição para as leis nacionais dos estados membros, contudo estima-se que entre em vigor em 2014.

O Grupo tem acompanhado os trabalhos desenvolvidos no âmbito da alteração regulamentar denominada Basileia III (e CRD IV) e participou ativamente nas consultas públicas sobre a matéria. Adicionalmente, tem efetuado estudos internos para o apuramento dos impactos das propostas conhecidas no sentido de identificar medidas e estratégias para dar resposta ao cumprimento dos novos requisitos regulamentares.

**Rácios de capital**

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, nos finais de 2012 e de 2011, para a sua atividade consolidada.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE CONSOLIDADO

(milhões de euros)

| | | 31-12-2011 (1) | 31-12-2012 (2) | Variação (2)-(1) |
|---|---|---|---|---|
| A - | FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I) | 6.229 | 7.629 | 1.400 |
| | Capital Social | 5.150 | 5.900 | 750 |
| | Capital Contingente ("CoCos") | | 900 | 900 |
| | Reservas e Resultados Transitados | 1.175 | 866 | (309) |
| | Resultado Líquido | (477) | (406) | 71 |
| | Interesses Minoritários | 874 | 823 | (51) |
| | Impactos de transição IAS *(regime transitório)* | 70 | 45 | (25) |
| | *Deduções aos F. P. de Base (*)* | *(562)* | *(499)* | *63* |
| B - | FUNDOS PRÓP.COMPLEMENTARES (TIER II) | 1.820 | 1.749 | (71) |
| | Passivos subordinados c/ venc. Indeterminado | 1 | 1 | (0) |
| | Passivos subordinados c/ venc. determinado | 2.089 | 1.993 | (97) |
| | Reservas de Reavaliação | 139 | 147 | 8 |
| | Outros elementos (*) | (410) | (392) | 17 |
| C - | DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS | (42) | (47) | (5) |
| D - | TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS(A+B+C) | 8.007 | 9.331 | 1.324 |
| E - | POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS | 69.021 | 68.383 | (638) |
| | Risco de Crédito | 63 667 | 63 017 | ( 650) |
| | Risco de Mercado | 1 451 | 1 440 | ( 10) |
| | Risco Operacional | 3 903 | 3 925 | 22 |

| RÁCIOS | 31-12-2011 (1) | 31-12-2012 (2) | Variação |
|---|---|---|---|
| TIER I (A/E) | 9,0% | 11,2% | 2,1% |
| CORE TIER I | 9,5% | 11,6% | 2,1% |
| CORE TIER I - EBA | | 9,4% | 9,4% |
| TIER II (B/E) | 2,6% | 2,6% | -0,1% |
| DEDUÇÕES (C/E) | -0,1% | -0,1% | 0,0% |
| RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E) | 11,6% | 13,6% | 2,0% |

(*) - Incluem as deduções do investimento nas Seguradoras e nas Instituições de Crédito em que as participações são ≥ 10%.

# 2.3. Relatórios EBA

## ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING AUTHORITY (EBA) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

*Carta Circular nº 97/2008/DSB, de 3 de dezembro, do Banco de Portugal*

| I. | Modelo de Negócio | |
|---|---|---|
| 1. | Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência); | Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulos:<br>• Mensagem do Presidente;<br>• Estratégia e Modelo de Negócio.<br>Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade. |
| 2. | Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados); | Ver o referido no ponto I.1 atrás.<br>Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulos:<br>• Objetivos Estratégicos;<br>• Análise Financeira – Evolução do Balanço (sobre operações de titularização).<br>Ver Anexo às DF's Consolidadas: Notas 13 e 24 sobre títulos emitidos no âmbito de operações de titularização e produtos estruturados. |
| 3. | Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos); | No Relatório do Conselho de Administração encontra-se uma descrição pormenorizada da atividade do Grupo CGD, seus objetivos e resultados, contribuição para o negócio, consequências da turbulência nas Demonstrações de Resultados, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Ver em especial os capítulos mencionados no ponto I.1 atrás.<br>Ver Notas 30 e 42 do Anexo às DF's Consolidadas. |
| 4. | Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir; | Ver pontos I.1 a I.3 atrás.<br>Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo Gestão dos Riscos.<br>Ver Nota 2.7. do Anexo às DF's Consolidadas. |
| 5. | Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida; | Ver pontos I.1 a I.3 atrás. |

| II. | Riscos e Gestão dos Riscos | |
|---|---|---|
| 6. | Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados; | Ver Relatório do Conselho de Administração:<br>• Capítulo Gestão dos Riscos.<br>Ver Anexo às DF's Consolidadas:<br>• Nota 44: onde é efetuada a descrição pormenorizada das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo, sua monitorização, exposição máxima a risco de crédito, qualidade de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial, risco de mercado e análises de VaR e de sensibilidade à taxa de juro;<br>• Nota 45: onde se descreve a gestão de risco relativa a Contratos de Seguro e Resseguro. |
| 7. | Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas; | Ver o referido no ponto II.6 atrás. |
| III. | Impacto do período de turbulência financeira nos resultados | |
| 8. | Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados; | Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo:<br>• Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade.<br>Ver Notas 6, 8, 21 e 41 do Anexo às DF's Consolidadas. |
| 9. | Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS); | Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo:<br>• Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade.<br>Ver Nota 44 do Anexo às DF's Consolidadas. |

| III. | Impacto do período de turbulência financeira nos resultados | |
|---|---|---|
| 10. | Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido; | Ver Relatório do Conselho de Administração – Nos diversos Capítulos é feita referência às consequências da turbulência dos mercados financeiros sobre o sistema bancário e sobre a CGD, em particular, designadamente nos seguintes Capítulos:<br>• Mensagem do Presidente;<br>• Enquadramento Macroeconómico;<br>• Análise Financeira.<br>Ver o referido nos pontos III. 8 e III.9 atrás. |
| 11. | Comparação de:<br>i) impactos entre períodos (relevantes);<br>ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência; | Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás. |
| 12. | Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados; | Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás, em especial a Nota 44 do Anexo às DF’s Consolidadas. |
| 13. | Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade; | N.D. |
| 14. | Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado; | Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular o Capítulo Análise Financeira – Principais Riscos e Incertezas em 2013. |
| 15. | Divulgação do impacto que a evolução dos spreads associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto; | Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo:<br>• Análise Financeira – Resultados e Rendibilidade.<br>Os passivos emitidos pelo Grupo CGD encontram-se registados ao custo amortizado. |
| IV. | Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência | |
| 16. | Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições ”vivas”; | Ver Relatório do Conselho de Administração – Capítulo:<br>• Gestão dos Riscos.<br>Ver Anexo às DF’s Consolidadas:<br>• Nota 2.7;<br>• Nota 44, onde é efetuada uma comparação entre justo valor e valor de balanço dos ativos e passivos registados ao custo amortizado. |

| IV. | Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência | |
|---|---|---|
| 17. | Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respetivo efeito nas exposições existentes; | Ver Anexo às DF's Consolidadas:<br>• Nota 2.7, descreve as políticas contabilísticas sobre derivados e contabilidade de cobertura;<br>• Notas 11, 44 e 45, onde consta extensa informação sobre derivados, montantes nocionais e valor contabilístico das operações da Caixa através desses instrumentos, para os quais existem limites de exposição por produto e por cliente e o acompanhamento da evolução diária dos resultados. |
| 18. | Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:<br>- Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;<br>- Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages);<br>- Áreas geográficas de origem;<br>- Setor de atividade;<br>- Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);<br>- Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de ativos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;<br>- Características dos ativos subjacentes: e.g. vintages, rácio loan-to-value, privilégios creditórios; vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas. | Ver Relatório do Conselho de Administração:<br>• Nota 44 do Anexo às DF's Consolidadas. |
| 19. | Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.) | Ver Relatório do Conselho de Administração a exposição a ativos afetados pelo período de turbulência.<br>Ver pontos III.8 a III.15 atrás. |
| 20. | Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas; | N.D. |

| IV. | Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência | |
|---|---|---|
| 21. | Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos ativos segurados:<br>Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido;<br>Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respetiva proteção de crédito;<br>Valor dos “write-downs” e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados<br>Decomposição das exposições por rating ou contraparte | A CGD não tem exposição a seguradoras de tipo “monoline”. |
| **V.** | **Políticas contabilísticas e métodos de valorização** | |
| 22. | Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico; | Ver Anexo às DF’s Consolidadas:<br>• Nota 2, onde consta a descrição e o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros. |
| 23. | Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência; | N.D. |
| 24. | Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:<br>- Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;<br>- Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);<br>- Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);<br>- Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição); | Ver Notas 7 e 44 do Anexo às DF’s Consolidadas.<br>Ver ponto IV.16 atrás, em especial, na apresentação do apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros. |

| V. | Políticas contabilísticas e métodos de valorização | |
|---|---|---|
| 25. | Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:<br>- Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;<br>- Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);<br>- Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;<br>- Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);<br>- Stress Scenarios. | Ver Anexo às DF's Consolidadas:<br>• Nota 2.7, onde consta informação e os processos aplicadas pela CGD na valorização dos instrumentos financeiros;<br>• Notas 44 e 45. |
| **VI.** | **Outros aspetos relevantes na divulgação** | |
| 26. | Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro. | Ver Nota 2 do Anexo às DF's Consolidadas. |

# 2.4. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

## 2.4.1. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS INDIVIDUAIS

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

**Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("Caixa" ou "CGD"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um activo total de 102.213.089 mEuros e capitais próprios de 5.929.260 mEuros, incluindo um resultado do exercício negativo de 679.067 mEuros, as Demonstrações individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231



**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfase**

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual da Caixa, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Caixa, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. A Caixa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231



**Relato sobre outros requisitos legais**

7. É também nossa opinião que a informação financeira individual constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2012 e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Caixa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 27 de Março de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

## 2.4.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

***INTRODUÇÃO***

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da ***CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.***, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 102.213.089 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.929.260 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 679.067 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

***RESPONSABILIDADES***

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

***ÂMBITO***

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**Oliveira Rego & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda**
Sede: Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • Capital Social 50.000,00 €
Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 794 662 • Registo na CMVM nº 218 • Inscrição na OROC n.º 46 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

***OPINIÃO***

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ***CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.***, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

***RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS***

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

*LISBOA, 27 DE MARÇO DE 2013*

*OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS*
*SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS*
*Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego*


**Oliveira Rego & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda**
Sede: Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • Capital Social 50.000,00 €
Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 794 662 • Registo na CMVM nº 218 • Inscrição na OROC n.º 46 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt

## 2.4.3. RELATÓRIO DE AUDITORIA – CONTAS CONSOLIDADAS

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

**Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e subsidiárias ("Caixa" ou "CGD"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um activo total de 116.856.502 mEuros e capitais próprios de 7.280.046 mEuros, incluindo um resultado do exercício consolidado negativo atribuível ao accionista da CGD de 394.715 mEuros, as Demonstrações consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, o seu resultado ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231



**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Relato sobre outros requisitos legais**

6. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada de 2012 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Caixa nos termos do artigo 245°-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 27 de Março de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

## 2.4.4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

***INTRODUÇÃO***

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da ***CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.***, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 116.856.502 milhares de euros e um total de capital próprio de 7.280.046 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível ao accionista da CGD de 394.715 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

***RESPONSABILIDADES***

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

***ÂMBITO***

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

**Oliveira Rego & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda**
Sede: Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • Capital Social 50.000,00 €
Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 794 662 • Registo na CMVM nº 218 • Inscrição na OROC n.º 46 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt

OR&A

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

***OPINIÃO***

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da ***CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.***, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

***ÊNFASE***

7. Do perímetro de consolidação da CGD, a nossa Sociedade exerce funções de Revisão Legal de Contas nas empresas Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A., Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A. e Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A., tendo utilizado a informação disponibilizada pelos revisores/auditores das restantes empresas que integram aquele perímetro de consolidação, para efeitos de formação da nossa opinião expressa no presente documento.

***RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS***

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

*LISBOA, 27 DE MARÇO DE 2013*

*OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS*
*SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS*
*Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego*


**Oliveira Rego & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda**
Sede: Av. Praia da Vitória, 73, 2º Esq. • 1050-183 Lisboa • Tel: 213 152 672 / 213 159 759 • Fax: 213 159 936 • Capital Social 50.000,00 €
Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 794 662 • Registo na CMVM nº 218 • Inscrição na OROC n.º 46 • info@oliveirarego.pt • www.oliveirarego.pt

## 2.4.5. RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

**Caixa Geral de Depositos**

*Comissão de Auditoria*

### ***RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA***

Senhor Accionista,

**1.** De acordo com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 423º-F e no artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre à Comissão de Auditoria emitir relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da **Caixa Geral de Depósitos** (adiante designada de Caixa ou CGD), relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

**2.** No âmbito das suas competências, a Comissão de Auditoria acompanhou e fiscalizou os actos de gestão praticados na CGD, através da informação que consta nas actas das reuniões semanais realizadas pela Comissão Executiva e pela consulta eventual da documentação que suporta as decisões tomadas, preparada pelos vários serviços internos, grupos de trabalho e entidades externas, quando considerado necessário.

**3.** Os administradores não executivos que integram a Comissão de Auditoria fazem parte também da Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação, conforme modelo de Governação existente na CGD. No quadro descrito, foram realizadas reuniões com as principais estruturas centrais da Caixa e com unidades do Grupo com o objectivo de verificar a forma de funcionamento de cada direcção/unidade, o respectivo contributo para a criação de valor e a interligação com as diferentes áreas funcionais do Grupo CGD. Foram também identificadas áreas e/ou processos de risco e analisados os factores que influenciam o Plano Estratégico da CGD.

**4.** A Comissão de Auditoria promoveu, ao longo do ano, reuniões com o Revisor Oficial de Contas e com o Auditor Externo, nas quais foram abordadas as principais áreas e matérias com relevância na actividade da Caixa. A Comissão tomou conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelas referidas entidades, bem como das respectivas conclusões.

**5.** A Comissão de Auditoria velou ainda pela observância da Lei e dos Estatutos da CGD, emitindo, trimestralmente, o relatório previsto no nº 2 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 287/93 de 20 de Agosto, enviado aos Gabinetes dos Senhores Ministro de Estado e das Finanças e Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, com conhecimento do Senhor Presidente do Conselho de Administração da CGD.

**6.** A Comissão de Auditoria emitiu, em 27 de Junho de 2012, nos termos do Aviso nº 5/2008, de 25 de Junho, do Banco de Portugal, os Pareceres sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da CGD (Individual e Grupo). Em termos gerais, a Comissão de Auditoria considerou que o sistema de controlo interno existente na CGD é adequado à dimensão e à natureza e risco das actividades desenvolvidas, existindo alguns aspectos a melhorar cuja evolução continuará a acompanhar ao longo do exercício de 2013.

*Sede Social: Av. João XXI, 63 • 1000-300 LISBOA*
*Capital Social € 5.900.000.000*
*CRCL e Contribuinte sob o n.º 500 960 046*

Caixa Geral de Depositos

Comissão de Auditoria

7. A Comissão de Auditoria emitiu, em 1 de Outubro de 2012, o Parecer sobre a qualidade do sistema de controlo interno da CGD para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT) nos termos do Aviso nº 9/2012, de 29 de Maio, do Banco de Portugal. Em termos gerais, a Comissão de Auditoria considerou que o sistema de controlo interno existente na CGD, ao nível da prevenção do BC/FT, é adequado à dimensão e à natureza e risco das actividades desenvolvidas, respondendo, os procedimentos e medidas de controlo adoptados pela CGD, de forma razoável, para os aspectos materialmente relevantes, aos requisitos descritos no Aviso nº 9/2012, do Banco de Portugal.

8. A Comissão de Auditoria tomou conhecimento dos Pareceres do Revisor Oficial de Contas sobre o sistema de controlo interno associado ao processo de preparação e de divulgação da informação financeira (individual e consolidada), nos termos do Aviso nº 5/2008, do Banco de Portugal, e do Parecer do Auditor Externo sobre a adequação dos procedimentos e medidas adoptados pela CGD para garantir a salvaguarda dos bens dos clientes, no âmbito das disposições definidas nos artigos 306º a 306º-D do Código dos Valores Mobiliários.

9. A Comissão de Auditoria tomou conhecimento dos relatórios de imparidade sobre a carteira de crédito concedido pela CGD, elaborados com periodicidade semestral pelo Auditor Externo, conforme estabelecido pelo Banco de Portugal através das Cartas Circulares nº 17/2002/DSB, de 14 de Fevereiro, e nº 38/2008/DSB, de 29 de Maio.

10. A Comissão de Auditoria acompanhou, ao longo do exercício, a execução e os ajustamentos introduzidos no Plano de Financiamento e de Capital da CGD para o período 2011-2015, que visa o cumprimento dos objectivos definidos pelas entidades internacionais que subscreveram o Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, em termos de reforço da solvabilidade e da liquidez da Caixa e da definição das medidas necessárias para a reestruturação do respectivo modelo Corporativo.

11. A Comissão de Auditoria tomou conhecimento da apresentação do Plano de Recapitalização exigido pelo European Banking Authority (EBA) tendo em vista atingir os objectivos de capital regulamentar *Core Tier* 1 fixados pela EBA, e emitiu parecer favorável, nos termos do nº 3 do artigo 349º do Código das Sociedades Comerciais, sobre a operação de emissão de instrumentos financeiros híbridos. A Comissão, após o processo de recapitalização ter sido considerado pelas Autoridades Europeias como sendo ajuda de Estado, encontra-se a acompanhar a discussão entre o Estado Português e a *Directorate-General for Competition* (DG Comp), do Plano de Reestruturação do Grupo CGD que assegure a viabilidade da instituição e a limitação de impactos na concorrência.

12. Em termos de decisões tomadas e/ou consumadas no exercício findo, a Comissão de Auditoria salienta as seguintes situações:

Caixa Geral de Depositos

Comissão de Auditoria

(i) Em 30 de Março de 2012 o Estado Português celebrou o contrato de venda do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), ultimando desta forma o processo de reprivatização do Banco iniciado em Julho de 2011.
Decorrente do processo de reorganização da estrutura de activos e passivos do BPN subjacente ao processo de alienação, foram transferidos para a esfera do Estado Português, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A., e por inerência as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa sob a forma de emissões obrigacionistas e crédito a clientes, cujo valor nominal em 31 de Dezembro de 2012 ascendia, respectivamente, a 3,1 mil milhões de euros e 381,7 milhões de euros (-411,3 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2011, nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia, no quadro do programa de intervenção em curso).
Complementarmente, foram também assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes do programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000 milhões de euros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem.

(ii) Em Assembleia Geral realizada em 15 de Maio de 2012, foi aprovado o resultado líquido negativo do exercício de 2011, respeitante à actividade individual da CGD, no montante de 316,3 milhões de euros, fosse integrado na rubrica de "Outras reservas e resultados transitados".

(iii) Em 31 de Maio de 2012, a Império-Bonança – Companhia de Seguros, S.A. foi incorporada por fusão na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., tendo-se verificado, em simultâneo, a alteração da denominação social para Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade) e o aumento do capital social de 400 milhões de euros para 520 milhões de euros, por efeito da fusão.
Em Junho de 2012, em resultado da deliberação do accionista Caixa Seguros e Saúde SGPS, S.A. o capital social da Fidelidade foi aumentado de 520 milhões de euros para 605 milhões de euros. Este aumento de capital social foi integralmente subscrito pela CGD, que passou a deter uma participação directa de cerca de 14% no capital social da Fidelidade, reduzindo-se a participação da Caixa Seguros e Saúde para 86%. Posteriormente, esta participação foi alienada pela CGD à Caixa Seguros e Saúde por 85 milhões de euros (equivalente ao valor nominal do aumento de capital).
Ainda no decorrer do mês de Junho de 2012, a Caixa Seguros e Saúde realizou um aumento de capital social no montante de 351,5 milhões de euros, o qual passou para 799,9 milhões de euros, integralmente detido pela CGD.

(iv) Na sequência da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo Grupo Camargo Corrêa, a CGD alienou, em Junho de 2012, à InterCement Austria Holding GmbH a totalidade da sua participação na Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., pelo valor global de 354,2 milhões de euros, tendo para o efeito obtido o acordo da Votorantim Cimentos,

Caixa Geral de Depositos

Comissão de Auditoria

S.A., nos termos previstos no Acordo Parassocial em vigor na referida data. Estas acções foram adquiridas em Fevereiro de 2009 por 317,8 milhões de euros, ascendendo o seu valor em 31 de Dezembro de 2011 a 342,4 milhões de euros.

(v) O Estado Português, accionista único da CGD, com o objectivo de cumprir as metas definidas no Programa de Assistência Económica e Financeira e as exigências da EBA, aprovou, em deliberação unânime por escrito de 27 de Junho de 2012, o Plano de Recapitalização da Caixa no montante total de 1.650 milhões de euros, que compreendeu: (i) o aumento do capital social em 750 milhões de euros, através da emissão de 150 milhões de novas acções nominativas, integralmente realizado em numerário; e (ii) a emissão de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios *Core Tier* 1, no valor global de 900 milhões de euros, subscritos totalmente pelo Estado Português, com uma remuneração de 8,5% para o primeiro ano (38,2 milhões de euros de juros reconhecidos, com referência a 31 de Dezembro de 2012), com acréscimos anuais de 25 pontos base nos dois anos seguintes e de 50 pontos base nos dois anos restantes.

(vi) Em Junho de 2012, a Caixa e a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. celebraram com a empresa Jadeium B.V. um acordo para a venda de 33.181.144 acções e 215.000 acções da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., correspondentes a 10,805% do respectivo capital social, pelo valor global de 86,8 milhões de euros. Em resultado desta transação, o Grupo registou no exercício de 2012 uma mais valia de 10,9 milhões de euros.

(vii) Em resultado da oferta pública de aquisição de acções lançada sobre o capital da Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A. pela Tagus Holdings, a CGD alienou a esta última, pela sua totalidade, a posição que detinha nesta participada, pelo montante de 24,8 milhões de euros, tendo sido registada uma mais valia de 2,1 milhões de euros.

(viii) Em Novembro de 2012, a Caixa alienou através de operações de bolsa acções da Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp), representativas de 1% do seu capital social e direitos de voto, por um montante de 95,2 milhões de euros tendo em consequência desta transacção reconhecido menos valias de 10,8 milhões de euros.
Esta venda foi realizada no âmbito do exercício do direito de "*tag along*" previsto no Consent & Waiver Agreement celebrado entre a CGD, a Amorim Energia B.V. e a ENI S.p.A. (datado de Março de 2012), dado esta última ter decidido proceder à alienação em mercado da participação que detinha na Galp.

(ix) A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. formalizou a 19 de Novembro de 2012 a venda de 100% do capital social da HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A. (HPP) à Amil Participações S.A. (Amil).

Em Março de 2013 foi concluída a alienação da HPP ao grupo brasileiro de saúde Amil, pelo valor global de 85,6 milhões de euros, prevendo-se um acréscimo potencial de 6,0 milhões de euros caso sejam atingidos determinados objectivos. Em resultado desta transacção, o Grupo irá reconhecer, no decorrer do primeiro trimestre de 2013, mais valias na ordem dos 40,0 milhões de euros.

(x) No âmbito do Programa de Inspecções On-Site do Banco de Portugal, foi concluída uma inspecção específica que abrangeu as exposições aos sectores da construção e da promoção imobiliária em Portugal e Espanha, com referência a 30 de Junho de 2012, tendo a CGD procedido aos reforços de imparidade que se mostraram necessários, no decorrer do segundo semestre de 2012, sendo que parte decorre da análise de informação e eventos posteriores à data de referência da avaliação, como novas insolvências/falências e reavaliações de colaterais.

(xi) Em 31 de Dezembro de 2012, foi assinado um contrato de compra e venda de participações sociais entre as empresas do Grupo CGD (Gerbanca, SGPS, S.A., CGD e Caixa – Participações, SGPS, S.A.) e as empresas do Grupo Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública e Sonip – Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda.), relativo à alienação da participação no capital social do Banco para a Promoção e Desenvolvimento, S.A. pelo montante de 29,7 milhões de dólares.
Conforme estabelecido no contrato, a alienação está sujeita à obtenção das autorizações necessárias para a sua efectivação, designadamente a autorização do Banco Nacional de Angola para a transmissão das participações sociais e a licença de exportação de capitais.

(xii) Em 10 de Dezembro de 2012, foi assinado um contrato de compra e venda de acções entre o IGEPE – Instituto de Gestão das Participações do Estado e a CGD, relativo à alienação de 1.108 milhões de acções, ao preço global de 1.067.255.132 meticais (27,7 milhões de euros), representativas de 49,5% do capital social do Banco Nacional de Investimento, S.A., tendo em resultado desta operação sido reconhecido menos valias de aproximadamente 3,6 milhões de euros.

(xiii) O valor da imparidade em instrumentos de capital reconhecida pelo Grupo CGD, em 2012, por contrapartida de resultados ascendeu a 142,7 milhões de euros, com destaque para a Portugal Telecom, SGPS, S.A. (57,5 milhões de euros), La Seda Barcelona (24,5 milhões de euros) e BCP – Banco Comercial Português, S.A. (14,6 milhões de euros).

(xiv) No exercício de 2012 destacam-se os dividendos reconhecidos das participações na Portugal Telecom, SGPS, S.A. (34,8 milhões de euros), EDP – Energias de Portugal, S.A. (6,2 milhões de euros), ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (5,3 milhões de euros), Galp Energia, SGPS, S.A. (4,5 milhões de euros) e ADP – Águas de Portugal, S.A. (2,9 milhões de euros).

Caixa Geral de Depositos

Comissão de Auditoria

(xv) No decorrer do exercício de 2012, o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU Macau) realizou um aumento de capital no valor de 1.600 milhões de patacas integralmente subscrito e realizado pela CGD. Em resultado desta transacção, em 31 de Dezembro de 2012, a participação da Caixa no capital social do BNU Macau ascende a 99,43%.
No mesmo período, foi concedido um empréstimo subordinado ao BNU Macau, previamente autorizado pela Autoridade Monetária de Macau, no montante de 900 milhões de patacas (85,4 milhões de euros ao câmbio de 31 de Dezembro de 2012).

(xvi) Considerando a evolução observada na actividade da Wolfpart, SGPS, S.A. (Wolfpart) e das suas participadas Caixa Imobiliário, S.A. e Vale de Lobo, S.A. no decurso do exercício de 2012, decorrentes essencialmente das desvalorizações verificadas em investimentos no sector imobiliário aos quais estas sociedades se encontram expostas, a Caixa reconheceu imparidades para fazer face a perdas potenciais nos suprimentos concedidos à Wolfpart no valor de 64,4 milhões de euros.

(xvii) As operações de crédito da CGD associadas à aquisição de acções de empresas cotadas têm merecido particular atenção da Comissão de Auditoria, conforme relatórios trimestrais emitidos para a Tutela, nos quais tem sido recomendado a reposição do nível de garantias contratuais, atendendo ao valor das acções dadas como colateral a estas operações, a fim de acautelar a exposição da CGD.

(xviii) O valor de balanço, em 31 de Dezembro de 2012, dos investimentos em títulos de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro (líquido de imparidade acumulada) ascendeu a 10,6 mil milhões de euros relativos à República Portuguesa, 197,4 milhões de euros da República de Itália, 187,9 milhões de euros do Reino de Espanha, 2,6 milhões de euros da República da Grécia e 0,6 milhões de euros da República da Irlanda. No decorrer do exercício de 2012, relativamente a estas exposições, o Grupo CGD não reconheceu perdas adicionais nas suas demonstrações financeiras.

(xix) Em 31 de Dezembro de 2012, os financiamentos obtidos pela CGD junto do Banco Central Europeu ascendiam a 6,95 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 2,05 mil milhões de euros face ao período homólogo do exercício anterior.

(xx) Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a exposição da CGD a títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de activos financeiros (créditos concedidos a clientes), líquida de imparidade, apresenta o seguinte detalhe: (i) Fundo de Recuperação, FCR (135,4 milhões de euros); (ii) Flit-Ptrel SIVAC (113,8 milhões de euros); (iii) Vallis Construction Estate Fund (62,5 milhões de euros); (iv) Discovery Portugal Real Estate Fund (50,2 milhões de euros); e (v) Fundo Recuperação Turismo, FCR (27,6 milhões de euros).

De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, foram constituídas imparidades (67,4 milhões de euros) afectas às participações nos veículos equivalentes aos valores das perdas esperadas que se encontravam atribuídas às operações de crédito e que foram revertidas no processo de desreconhecimento de balanço destes activos.

(xxi) Em 31 de Dezembro de 2012, as responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica a empregados da CGD ascendem, respectivamente, a 1,5 mil milhões de euros e 0,5 mil milhões de euros, conforme estudo actuarial elaborado por entidade independente. As responsabilidades com pensões de reforma encontram-se financiadas a 101,25% pelo Fundo de Pensões da CGD e as responsabilidades associadas à assistência médica foram provisionadas na sua totalidade.

(xxii) Em Novembro de 2012, a CGD regressou ao financiamento nos mercados de capitais internacionais através de uma emissão de 500 milhões de euros de dívida sénior não garantida a 3 anos e cupão de 5,625%. Em Janeiro de 2013, a Caixa retornou ao mercado com uma emissão de 750 milhões de euros de Obrigações Hipotecárias a 5 anos e cupão fixo de 3,75%. Em 2012 a CGD manteve a estratégia de recompra de dívida própria, tanto de emissões privadas como públicas, operações que se saldaram na realização de mais-valias relevantes.

**13.** Em termos das Contas Individuais da Sociedade, evidenciamos os seguintes indicadores, caracterizadores da actividade no exercício:

(i) O Activo Líquido ascendeu a 102,2 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 6,7 mil milhões de euros (-6,1%) face ao ano anterior, devido, essencialmente, às reduções das aplicações em instituições de crédito e do crédito a clientes, em parte compensadas pelo aumento dos activos financeiros disponíveis para venda.

(ii) O Passivo ascendeu a 96,3 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 7,9 mil milhões de euros (-7,6%) face ao ano anterior, explicada, sobretudo, pelas reduções nas responsabilidades representadas por títulos e nos recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito.

(iii) Os Capitais Próprios ascenderam a 5,9 mil milhões de euros, registando um aumento de 1,3 mil milhões de euros em relação ao ano anterior, explicado sobretudo pela variação positiva das reservas de reavaliação e pelo aumento do capital social da CGD.

(iv) O rácio *cost-to-income* situou-se em 57,1% (55,7% no ano anterior), ficando a variação a dever-se sobretudo à diminuição do produto da actividade bancária, explicada essencialmente pela diminuição da margem financeira.

Caixa Geral de Depositos

Comissão de Auditoria

(v) O Resultado Líquido individual ascendeu a um valor negativo de 679,1 milhões de euros, registando um agravamento de 362,8 milhões de euros face ao ano anterior, devido, sobretudo à evolução desfavorável da margem financeira alargada e das provisões para crédito a clientes.

**14.** Em relação às Contas Consolidadas, salientamos os seguintes indicadores caracterizadores da actividade no exercício:

(i) O Activo Líquido do Grupo CGD ascendeu a 116,9 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 3,7 mil milhões de euros (-3,1%) face ao ano anterior, devido, essencialmente, às reduções do crédito a clientes e das aplicações em instituições de crédito, em parte compensadas pelo aumento dos activos financeiros disponíveis para venda.

(vi) O Passivo ascendeu a 109,6 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 5,7 mil milhões de euros (-4,9%) face ao ano anterior, explicada, sobretudo, pelas reduções nas responsabilidades representadas por títulos e nos recursos de instituições de crédito e bancos centrais.

(ii) Os Capitais Próprios ascenderam a 7,3 mil milhões de euros, registando um aumento de 1,9 mil milhões de euros em relação ao ano anterior, em resultado sobretudo da recuperação verificada nas reservas de justo valor e do aumento do capital social da CGD.

(iii) O rácio *cost-to-income* situou-se em 58,4% (60,8% no ano anterior), ficando a variação a dever-se sobretudo à redução dos custos operativos, com destaque para os custos com pessoal.

(iv) O rácio de solvabilidade, registou um aumento de 2,0 p.p., situando-se no final do exercício em 13,6%. O *Tier* I ascendeu a 11,2% (9,0% em período homólogo do exercício anterior) e o *Core Tier* I ascendeu a 11,6% (9,5% em período homólogo do exercício anterior), de acordo com as regras do Banco de Portugal, e 9,4%, nos termos definidos pela EBA, encontrando-se acima do valor mínimo fixado no Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

(v) O Resultado Líquido consolidado ascendeu a um valor negativo de 394,7 milhões de euros, registando uma perda inferior em 93,7 milhões de euros face ao ano anterior. O prejuízo apurado no exercício de 2012 é explicado sobretudo pela evolução desfavorável da margem financeira alargada e pelo reconhecimento de imparidades significativas no crédito concedido a clientes.

**15.** No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria analisou o Relatório de Gestão e

as Contas (Individuais e Consolidadas) apresentadas pelo Conselho de Administração em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

16. A Comissão de Auditoria apreciou o conteúdo da "Certificação Legal das Contas" emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e o "Relatório de Auditoria" (Contas Individuais e Consolidadas) emitido pelo Auditor Externo, nos termos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

17. **PARECER**:

Tudo devidamente ponderado, a Comissão de Auditoria é de parecer que a Assembleia Geral:

a) aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2012, actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;

b) pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;

c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

LISBOA, 27 DE MARÇO DE 2013

*A COMISSÃO DE AUDITORIA*

*Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira*

*(Presidente)*

*Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa*

*(Vogal)*

*Álvaro José Barrigas do Nascimento*

*(Vogal)*

[ FOLHA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO ]

# 3. Relatório Sobre o Governo da Sociedade

## AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO A QUE A CGD SE ENCONTRA OBRIGADA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 49/2007

| PBG | Recomendações | Grau de Cumprimento(1) | Referências no Relatório |
|---|---|---|---|
| **Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação** | **Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objetivos e políticas**, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade; | Cumprido | 3.1.1. a 3.1.3. |
| | **Elaborar planos de atividade e orçamentos** adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados; | Cumprido | 3.1.4. |
| | **Definir estratégias de sustentabilidade** nos domínios económico, social e ambiental; | Cumprido | 3.9. |
| | **Adoção de planos de igualdade**, de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando a discriminação em razão de sexo e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional; | Cumprido | 3.2.4.1. e 3.2.4.2. |
| | **Reporte de informação anual** à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade (via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo); | Cumprido | 3.1.3. e 3.9. |
| | **Cumprimento de legislação e regulamentação,** adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral; | Cumprido | 3.2.3.1. a 3.2.3.5 |
| | **Obrigação de tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores** e contribuir para a sua valorização pessoal; | Cumprido | 3.2.4.3. |

| PBG | Recomendações | Grau de Cumprimento[1] | Referências no Relatório |
|---|---|---|---|
| **Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação** | **Obrigação de tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos,** estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1 milhão de euros); | Cumprido | 3.3. e 3.4. |
| | **Conduzir com integridade todos os negócios da empresa**, não podendo praticar despesas confidenciais ou não documentadas | Cumprido | 3.2.2. |
| | **Ter ou aderir a um código de ética** (que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação). | Cumprido | 3.2.2. |
| **Estruturas de Administração e Fiscalização** | **Nº de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis**, de dimensão semelhante e do mesmo sector; | Cumprido | 3.5.2. |
| | **O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização** (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão criando comissão de auditoria ou comissão para matérias financeiras); | Cumprido | 3.5. |
| | **Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos** e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros do órgão de fiscalização; | Cumprido | 3.5.3.1. |
| | **Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes** com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do Órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores; | Cumprido | 3.5.5. |

| PBG | Recomendações | Grau de Cumprimento(1) | Referências no Relatório |
|---|---|---|---|
| **Estruturas de Administração e Fiscalização** | **Implementação do sistema de controlo**, que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa; | Cumprido | 3.7.1. e 3.7.2. |
| | **Promover a rotação e limitação dos mandatos** dos membros dos órgãos de fiscalização | Cumprido | 3.5. |
| **Remuneração e Outros Direitos** | **Divulgação anual das remunerações totais** (fixas e variáveis) auferidas **por cada membro do órgão de administração**; | Cumprido | 3.6. e Anexo II |
| | Divulgação anual das remunerações auferidas **por cada membro do órgão de fiscalização**; | Cumprido | 3.6. e Anexo II |
| | **Divulgação anual dos demais benefícios e regalias** (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa). | Cumprido | 3.6. e Anexo II |
| **Prevenção de conflitos de interesses** | **Obrigação dos membros dos órgãos sociais** de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse; | Cumprido | 3.5.8. |
| | **Obrigação dos membros dos órgãos sociais** de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa; | Cumprido | 3.5.8. |
| | **Obrigação dos membros dos órgãos sociais** de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse. | Cumprido | 3.5.8. |
| **Divulgação de informação relevante** | **Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações** de que tenham conhecimento, **suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa**; | Cumprido | 3.8.1. a 3.8.3. |
| | **Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado**, de forma clara, relevante e atualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e atual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais; | Cumprido | 3.8.4. |
| | **Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade** (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG); | Cumprido | 3.8.6. |
| | **Nomeação do provedor do cliente**, quando se justificar; | Não aplicável. | 3.10. |

(1) Grau de cumprimento – cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

# 3.1. Orientações de Gestão, Missão, Objetivos e políticas da Empresa

## 3.1.1. INFORMAÇÃO SOBRE AS ORIENTAÇÕES DE GESTÃO QUE SEJAM APLICÁVEIS À CGD, NOMEADAMENTE AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DESTINADAS À GLOBALIDADE DO SEE, AS ORIENTAÇÕES GERAIS DESTINADAS AO SECTOR FINANCEIRO E AS ORIENTAÇÕES ESPECIFICAS DESTINADAS INDIVIDUALMENTE À INSTITUIÇÃO, DEFINIDAS PELO MINISTRO DAS FINANÇAS

A CGD está sujeita às orientações estratégicas definidas para a globalidade do Sector Empresarial do Estado através de Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 70/2008.

Em 2011, em virtude da profunda alteração do contexto económico-financeiro português, e no âmbito do Programa de Assistência Financeira celebrado entre o Governo Português, o FMI, a Comissão Europeia e o BCE, foram estabelecidas metas de capital e de liquidez que passaram a condicionar a atividade da Caixa Geral de Depósitos.

Para o triénio 2011-2013, dada a conjuntura do País e do setor financeiro português e a consequente necessidade de adaptação da atividade, o Conselho de Administração da CGD decidiu levar a cabo uma revisão do Desafio Estratégico para o Grupo, definindo um conjunto de orientações de gestão específicas, e para as quais as metas regulamentares acima referidas foram determinantes.

O acionista único da CGD, o Estado Português, não estabeleceu objetivos de gestão para o exercício de 2012.

## 3.1.2. MISSÃO

A CGD tem como Missão:

- A consolidação da sua posição como um Grupo estruturante do sistema financeiro Português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para:
  - O desenvolvimento económico;
  - O reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas;
  - A estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.
- Enquanto líder do mercado, a procura de uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos.

## 3.1.3. PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Plano Estratégico do Grupo CGD para o triénio 2011-2013 está estruturado em dois desafios chave:

- **1.º Desafio:** Proteger e reforçar a saúde financeira (Solvência, Liquidez e Rendibilidade) do Grupo CGD, em resposta às necessidades geradas pelo novo enquadramento económico e do sector financeiro.

- **2.º Desafio:** Transformar a CGD, focalizando a atividade no negócio bancário, de forma a assegurar a sustentabilidade e competitividade do Grupo a nível organizativo e de modelo de negócio.

A prossecução destes dois desafios está alicerçada num conjunto de 9 diretrizes, com diferentes horizontes temporais de impacto:

I. Assegurar a sustentabilidade do *Funding*;

II. Proteger e dinamizar a geração de receita;

III. Otimizar a eficiência em custos e eficácia da Organização;

IV. Otimizar e desenvolver processos chave em acompanhamento e recuperação de crédito e em gestão do negócio imobiliário;

V. Dinamizar o crescimento rentável e sustentável da Área Internacional;

VI. Otimizar a proposta de Valor em segmentos chave, em particular as Empresas e os Particulares *Affluent* e Não Residentes;

VII. Otimizar o modelo e infraestrutura de abordagem comercial;

VIII. Promover a racionalização e excelência de processos;

IX. Otimizar Políticas e Gestão de Recursos Humanos.

Estas Diretrizes estiveram subjacentes nas orientações específicas transmitidas às diversidades entidades e estruturas orgânicas do Grupo no âmbito dos respetivos planos de atividade e orçamento para 2012, destacando-se as seguintes:

a) Gerir o Balanço, convergindo para um rácio de transformação consolidado de 120% até 2014;

b) Captar poupança e diversificar fontes de liquidez - Adoção de uma estratégia comercial que permita reduzir o risco de liquidez do balanço, através da captação de recursos de balanço na atividade bancária de retalho e da diversificação das fontes de financiamento nos mercados internacionais;

c) Aumentar quota nas PME's – A Caixa Geral de Depósitos deverá assumir-se como o principal Banco das melhores PMEs;

d) Aumentar o esforço de apoio às exportações/internacionalização – A Caixa deverá assumir-se como banco de apoio às empresas exportadoras, desempenhando dessa forma o seu papel enquanto agente contribuidor para o desenvolvimento económico do país através do reforço da competitividade e da internacionalização das empresas portuguesas;

e) Apoiar a capitalização das empresas e microfinança – A intervenção nesta área é fundamental para assegurar a promoção dos novos sectores da economia do conhecimento e o financiamento de investimentos necessários ao aumento da competitividade das empresas, sobretudo os ligados à inovação, à internacionalização e à atualização tecnológica dos sectores tradicionais;

f) Melhorar a margem financeira e a rentabilidade das operações financeiras;

g) Reestruturar o Modelo Corporativo:

- Prosseguir os trabalhos sobre a atividade seguradora do Grupo;
- Alienar a carteira de participações em entidades não financeiras;
- Reestruturar algumas áreas de negócio no mercado nacional;
- Reforçar os mecanismos necessários ao desempenho das funções de natureza corporativa, designadamente as ligadas à gestão estratégica,

controlo e gestão de risco e gestão de liquidez;

h) Analisar o modelo de presença internacional do Grupo CGD, em especial em Espanha, à luz das necessidades de incremento da rendibilidade e de desalavancagem do Balanço individual e consolidado, promovendo as formas de presença mais adequadas para apoiar o processo de internacionalização das empresas;

i) Melhorar a eficiência - Adoção de um programa que permita aumentar os níveis de eficiência, quer da Rede Comercial quer dos Serviços Centrais, através do redesenho de processos e da identificação do efetivo de referência face à atividade e às funções desempenhadas por cada unidade orgânica;

j) Reforçar a estratégia multicanal no relacionamento com os clientes – A maior proximidade junto dos clientes em simultâneo com a racionalização dos custos de funcionamento por via do incremento da eficiência operativa deverá passar pelo desenvolvimento da banca à distância e pela reconfiguração da rede física de agências, adotando novas localizações e novos formatos mais flexíveis.

Por último, as estratégias e políticas definidas para o Grupo visaram o cumprimento dos seguintes objetivos, tendo os mesmos sido verificados em 2012:

- Liquidez
  - Rácio de Transformação inferior a 120%
  - Utilização de Funding do BCE inferior a 10 vezes as reservas mínimas de caixa
  - Convergência do *Stable Funding* ratio para 100%
- Solvabilidade
  - Rácio de Core *Tier* I:
    - 10%, considerando as regras de Basileia 2
    - 9%, considerando as regras da EBA
    - Cumprir os mínimos de capital do *stress test* da EBA
- Eficiência
  - Convergência do Rácio de Comissões líquidas / Custos com Pessoal para 100%
  - Convergência do Cost-to-Income (BdP) para 50%

### 3.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO ANUAL DE UM PLANO DE ATIVIDADES E DE UM RELATÓRIO INFORMANDO DO CUMPRIMENTO DA MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA, INTEGRANDO AS POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SALVAGUARDA DA COMPETITIVIDADE, DESIGNADAMENTE PELA VIA DA INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO

A CGD desenvolve anualmente um processo de planeamento que tem como âmbito o consolidado e as diversas unidades de negócio que compõem o Grupo. Nesse exercício são estabelecidos os objetivos que decorrem da Missão e do Quadro de Referência Estratégico em vigor.

Para acompanhar a execução do plano de atividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por diversos relatórios periódicos sobre as diversas áreas de atividade.

Anualmente, a atividade desenvolvida e o cumprimento dos objetivos fixados é objeto de uma avaliação apresentada no Relatório e Contas.

# 3.2. Princípios Gerais de Atuação

## 3.2.1. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

A atividade da CGD está sujeita às normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa pública, cujo regime jurídico consta do DL nº 558/99, de 17 de dezembro[8].

De um modo geral, à CGD aplica-se a legislação comunitária e nacional relativa à sua atividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro[9], o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro[10], e as normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Destas normas regulamentares, salientamos o Aviso do Banco de Portugal nº 15/2012, de 13 de dezembro, que estabelece os deveres de informação a observar pelas instituições de crédito aderentes ao regime dos Serviços Mínimos Bancários na divulgação da sua adesão a este regime e das condições de acesso e prestação desses serviços, bem como o Regulamento da CMVM nº 2/2012, de 26 de novembro, relativo à informação e publicidade sobre produtos financeiros complexos, que têm como objetivo, entre outros, o reforço da transparência e o rigor da informação prestada pelas instituições de crédito aos seus clientes.

De referir que os regimes jurídicos relativos ao crédito ao consumo e ao crédito à habitação foram objeto de alterações significativas, tendo sido publicados um conjunto de diplomas legais e regulamentares com impacto neste domínio, dos quais se destacam as Leis nº 57/2012, nº 58/2012, 59/2012 e 60/2012, todas de 9 de novembro, o Decreto-Lei nº 226/2012, de 18 de outubro e o Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro, bem como os Avisos do Banco de Portugal nº 16/2012 e nº 17/2012, ambos de 17 de dezembro e as Instruções do Banco de Portugal nº 18/2012, 44/2012 e 45/2012.

A CGD está também sujeita à observância das recomendações de boas práticas definidas pelas autoridades de supervisão.

A CGD encontra-se igualmente sujeita às medidas para reforço da solidez do sistema financeiro estipuladas no DL nº 140-A/2010, de 30 de dezembro, que transpôs para o direito interno a Diretiva n.º 2009/111/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16

---

[8] Republicado pelo DL nº 300/2007, de 23 de agosto e alterado pela Lei nº 64-A /2008, de 31 de dezembro e Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

[9] Republicado DL nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro, e alterado pelo DL nº 242/2012, de 7 de novembro e Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro.

[10] Republicado pelo DL nº 357-A/2007, de 31 de outubro e alterado pelo DL nº 211-A/2008, de 3 de novembro, Lei nº 28/2009, de 19 de junho, DL nº 185/2009, de 12 de agosto, DL nº 49/2010, de 19 de maio, DL nº 52/2010, de 26 de maio, DL nº 71/2010, de 18 de junho, Lei nº 46/2011, de 24 de junho e DL nº 85/2011, de 29 de junho.

de setembro, a Diretiva n.º 2009/27/CE, da Comissão, de 7 de abril, e a Diretiva n.º 2009/83/CE, da Comissão, de 27 de julho.

Na regulamentação respeitante a estas medidas e, designadamente aos fundos próprios e à gestão de riscos, importa destacar os Avisos do BdP nºs 1/2012, 2/2012 e 5/2012, de 20 de janeiro.

Destacamos também a aplicação à CGD da Lei nº 25/2008[11], de 5 de junho, e do Regulamento EU nº 1781/2006, que estabelecem medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

De referir, neste domínio, a publicação do Aviso do Banco de Portugal nº 9/2012, de 29 de maio, que cria um reporte específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, a enviar periodicamente ao Banco de Portugal, bem como a Instrução nº 46/2012, que define um reporte informativo no âmbito da prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, estabelecendo o seu envio anual ao Banco de Portugal.

Decorrentes do seu estatuto de empresa pública, os membros do órgão de administração da CGD estão abrangidos pelo Estatuto de Gestor Público, cujo regime foi objeto de revisão pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e que foi aplicado à CGD com as alterações justificadas nos termos previstos pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro, que aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, que aprova a classificação das empresas públicas para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos gestores.

Neste domínio, o Banco de Portugal veio através do Aviso nº 10/2011, publicado em 9 de janeiro de 2012, regulamentar os princípios e regras que devem reger a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, bem como dos colaboradores que cumpram determinados critérios, das instituições de crédito, das empresas de investimento e das sucursais estabelecidas em Portugal de instituições de crédito e empresas de investimento com sede fora da União Europeia.

Em paralelo e enquanto empresa pública integrada no SEE, a CGD encontra-se vinculada aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, e às orientações estratégicas definidas na Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008, de 22 de abril.

A atividade da CGD encontra-se igualmente sujeita aos Estatutos da Sociedade, aprovados em Assembleia Geral de 22 de julho de 2011[12].

Dispõe, ainda, a CGD, de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet, às quais todos os colaboradores se encontram obrigados, que abrange os aspetos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua atividade.

### 3.2.2. CÓDIGO DE CONDUTA

O Código de Conduta da CGD, publicado pela primeira vez em julho de 2008, e atualizado e republicado em outubro de 2010, sendo parte integrante do sistema de normas internas da CGD, representa e consagra os princípios de atuação e as normas de conduta

[11] Alterada pelo DL nº 317/2009, de 30 de outubro, Lei nº 46/2011, de 24 de junho e DL nº 242/2012, de 07 de novembro.

[12] Com posterior alteração pela Deliberação Unânime por Escrito de 27 de junho de 2012.

profissional observados na, e pela Caixa, no exercício da sua atividade, contribuindo para a consolidação de uma cultura organizacional assente em princípios éticos e boas práticas reconhecidas por todos os *stakeholders*.

Considerando a importância e gestão do Código de Conduta, a CGD aprovou em setembro de 2010, o "Modelo de Gestão do Código de Conduta". Este Modelo compreende um conjunto de iniciativas de intervenção, de objetivos específicos a atingir e de medidas a adotar, em áreas consideradas mais críticas na aplicação do Código, para efeitos da sua implementação, operacionalização, monitorização e melhoria contínua.

O impacto do Código de Conduta nos seus destinatários (i.e. membros dos órgãos sociais da CGD, colaboradores, estagiários, prestadores de serviços e mandatários), tem vindo a ser calculado em três dimensões designadas por "conhecer o Código" (os valores, princípios de atuação e normas de conduta profissional consagrados no Código), "saber-fazer" (modo de atuar em situações práticas de acordo com as normas consagradas no Código), e "compromissos" (comprometer-se com os valores e princípios da CGD). Estas dimensões incluem indicadores de desempenho ético que visam contribuir para a revisão periódica do Modelo de Gestão do Código de Conduta da CGD.

No que respeita às iniciativas realizadas em 2012, pela CGD, destaca-se neste âmbito o lançamento do programa trienal (2012 – 2014) de formação em Ética e Código de Conduta aos Departamentos Centrais, em complemento da formação iniciada em 2011 à rede comercial sobre a mesma matéria.

Inserido no programa trienal, realizaram-se, em 2012, 48 sessões, num total de 144 horas de formação, para um universo de 666 participantes em sala. Os colaboradores participantes reconheceram neste projeto de Formação um compromisso muito positivo para reforço e consolidação dos princípios, valores éticos e Marca da CGD.

No que respeita à rede comercial foram realizadas 56 sessões, num total de 303 horas de formação, tendo abrangido 1133 Colaboradores em sala e outros 3100 pelo sistema de formação em cascata (os participantes em sala replicam a formação aos colaboradores das respetivas áreas de trabalho).

Ainda durante o ano de 2012, decorreu o "*Workshop* para *Compliance Officers* das Entidades CGD", que contou com a presença de 23 *Compliance Officers* e no qual foram abordados alguns dos temas considerados mais relevantes na gestão do risco de compliance, que integraram as matérias afetas à ética e código de conduta.

O Gabinete de Suporte à Função *Compliance*, acompanha a adoção do Código de Conduta pelas diversas Filiais, Sucursais e Agrupamentos Complementares de Empresas, pronunciando-se sobre as adaptações que seja necessário introduzir em virtude da legislação ou circunstâncias locais, a aprovar pelo Conselho de Administração da Caixa.

Em 2012, concluiu-se o processo de adoção da nova versão do Código de Conduta pela quase globalidade das unidades do Grupo CGD a quem se aplica o Código, encontrando-se apenas uma unidade, que integrou o Grupo CGD em 2012, em processo de adaptação e aprovação.

O Código de Conduta da CGD está disponível para consulta na Intranet e no *site* da CGD, em:

https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Governo-Sociedade/Regulamentos/Codigo-Conduta/Pages/Codigo-Conduta-CGD-Introducao.aspx

## 3.2.3. CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

A atividade da CGD é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a CGD adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

### 3.2.3.1. APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA FISCAL

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a CGD dispõe de duas Unidades Técnicas que se complementam, uma vocacionada para o cumprimento das obrigações fiscais da própria Instituição, outra que se focaliza no apoio logístico à interpretação das normas legislativas, quer as relativas à própria Instituição, quer as relativas a produtos orientados para clientes, para além de outras funções que lhe estão adstritas em matéria de contencioso tributário.

### 3.2.3.2. APLICAÇÃO DE NORMAS DE PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

A Caixa Geral de Depósitos dispõe de um programa de prevenção dos fenómenos do branqueamento de capitais (BC) e do financiamento do terrorismo (FT) que identifica, mitiga e gere estes riscos.

A atividade diária de prevenção de BC/FT é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontológicas e de boas práticas internacionalmente aceites.

É permanentemente promovido o desenvolvimento de uma cultura de compliance, com destaque para a política de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento ao terrorismo, bem como a formação ativa dos seus colaboradores neste domínio.

As políticas, princípios e procedimentos estendem-se a todas as operações internacionais do Grupo CGD, através da atuação dos *Compliance Officers* cuja articulação com o Gabinete de Suporte à Função *Compliance* (GFC) é permanente.

As unidades sedeadas no exterior são acompanhadas centralmente pelo GFC e avaliadas através de visitas periódicas, com o objetivo de comprovar o eficaz funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

### 3.2.3.3. APLICAÇÃO DE NORMAS DE CONCORRÊNCIA E DE PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

A Caixa Geral de Depósitos adota um posicionamento de equilíbrio competitivo no contexto concorrencial, prosseguindo objetivos de rentabilidade, de qualidade, de satisfação dos seus clientes, de preço justo e de rigoroso cumprimento das normas de concorrência e de proteção do cliente bancário.

O processo de definição e revisão de preço dos vários produtos e serviços bancários requer decisão do Conselho Delegado de Comunicação e Marketing e é baseado em informação de *benchmark*, na evolução do custo de *funding* e do custo dos produtos, na evolução da situação financeira e de exploração do Banco e em estimativas de impactos para o Grupo. As alterações de preçário são comunicadas previamente aos clientes e antecipadamente reportadas ao Banco de Portugal, em cumprimento rigoroso das orientações das entidades supervisoras.

O preçário completo é divulgado em todos os pontos de atendimento e canais de acesso ao Banco, segundo o modelo fixado pelo Banco de Portugal (Aviso nº 8/2009 e Instrução nº 21/2009), garantindo-se assim a comparação de preços entre os vários bancos, designadamente as taxas de juro, comissões e despesas com serviços bancários.

Os contratos de crédito aos consumidores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 133/2009 observam desde 1 de janeiro de 2010 limites máximos de taxas definidos trimestralmente pelo Banco de Portugal.

A CGD encetou várias ações para dar cumprimento à aplicação do Decreto-Lei n.º 226/2012, de 18 de outubro de 2012, que veio estender o enquadramento legal do crédito à habitação a todos os contratos de crédito a particulares garantidos por hipoteca ou outro direito sobre imóvel. A aplicação desta norma a partir de janeiro de 2013 assegurará aos clientes com créditos garantidos por hipoteca (pessoais e outros créditos a particulares) o comissionamento e os deveres de informação aplicáveis ao crédito à habitação.

No âmbito da regulamentação sobre incumprimento e na sequência da publicação da Instrução N.º 18/2012 e do Decreto-lei 227/2012, a CGD desenvolveu soluções para mitigação do incumprimento em todos os produtos de crédito pessoal, incluindo LDN e cartões de crédito, tendo em vista a identificação oportuna de indícios de degradação da capacidade de cumprimento dos clientes, a marcação nos sistemas de informação dos clientes de créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente e o efetivo controlo da atuação comercial. Essas medidas passam pela implementação de processos de recolha, tratamento e análise de informação relativa ao cliente, avaliação do risco ou situação de incumprimento e da capacidade financeira do cliente e apresentação de propostas de reestruturação de contratos de crédito aos clientes Particulares e ENI em dificuldade financeira.

A CGD tem a preocupação constante de promover e colaborar diretamente na implementação da transparência das práticas comerciais relativas a produtos de investimento, poupança e serviços, nomeadamente através da contínua melhoria dos conteúdos informativos e contratuais em todos os canais de captação de depósitos bancários, simples e indexados, através da entrega aos seus clientes de Fichas de Informação Normalizada e de Prospetos Informativos, decorrentes dos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2009, no 1º caso e nº 5/2009 no segundo, bem como dos respetivos contratos e ainda com a disponibilização de simuladores e apresentação de casos-tipo no *site* (mais de 38.000 visitas em 2012) e de *newsletters* eletrónicas, enviadas mensalmente a mais de 900.000 clientes.

Paralelamente, é ainda preocupação da CGD que a divulgação dos produtos utilize uma linguagem clara e transparente, de forma a permitir a fácil leitura e apreensão pelos clientes, conforme o disposto no Código de Conduta da CGD e respeitando os deveres de informação e transparência estabelecidos legal e regulamentarmente, sendo os suportes prévia e internamente submetidos à apreciação do Gabinete de Suporte à Função *Compliance*, da Direção de Gestão de Risco e da Direção de Comunicação e Marca e, externamente, às entidades de supervisão, sempre que estejamos perante produtos financeiros complexos.

### 3.2.3.4. APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA AMBIENTAL

No decorrer da sua atividade, a CGD tem vindo a empenhar-se na promoção da responsabilidade ambiental junto dos seus principais grupos de *stakeholders*, tanto a nível interno como externo, concretizada entre outras, através do cumprimento da legislação ambiental em vigor e da sensibilização ambiental da comunidade envolvente.

Deste modo, a CGD tem respeitado os compromissos assumidos na Política de Ambiente definida e que concretiza um dos eixos de ação da Estratégia de Sustentabilidade da CGD, a qual se encontra disponível no *site* da CGD.

Para além de promover ativamente o cumprimento da legislação ambiental aplicável, demonstrado pelo não registo de atribuição de coimas nem de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais, a CGD adota uma abordagem preventiva neste campo, tendo em vista a melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

Para o efeito, encontra-se implementado um modelo de gestão para a sustentabilidade, que integra vários órgãos de estrutura e empresas do grupo na constituição de grupos de trabalho, cuja função consiste na monitorização do cumprimento das políticas existentes nesta matéria, bem como na identificação das tendências futuras em sustentabilidade no geral e, em particular, relacionadas com alterações climáticas, com potencial impacto na atividade do Banco.

Consequentemente, a CGD tem implementado uma estratégia de combate às alterações climáticas que consubstancia vários vetores de atuação – quantificação, redução, compensação, negócio e sensibilização. Anualmente, elabora um inventário de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) sobre a atividade bancária em Portugal, de acordo com a metodologia reconhecida internacionalmente *The Greenhouse Gas Protocol* (*GHG Protocol*). A CGD compensa as suas emissões de GEE através de créditos gerados tanto por um projeto com *Certificação Voluntary Carbon Standard* como pelo projeto Floresta Caixa Carbono Zero na Tapada Nacional de Mafra.

A CGD encontra-se atenta aos impactos na qualidade do ambiente, derivados da realização de trabalhos de gestão, remodelação e manutenção das suas instalações. De forma sistemática, tem implementado um conjunto de medidas de eco-eficiência baseadas nas melhores práticas ambientais que incluem a gestão dos consumos de energia e água, a gestão de resíduos, bem como a gestão da qualidade do ar no interior dos seus edifícios. Estas medidas são divulgadas anualmente no relatório de sustentabilidade.

A responsabilidade ambiental é também incorporada ao nível do negócio e do respetivo impacto indireto no ambiente, através da disponibilização de produtos ambientalmente responsáveis no portfólio do Banco, bem como pela avaliação de riscos de *compliance* ambiental na área de *project finance*, operacionalizada pelo Caixa – Banco de Investimento, SA. Encontram-se definidos critérios socioambientais na angariação e montagem das operações, aquando da análise de projetos e empresas candidatas, conforme parecer ambiental exigido por lei, sob a forma de Declaração de Impacto Ambiental e / ou Avaliação de Impacte Ambiental para todos os principais projetos de financiamento de infraestruturas. O financiamento não ocorre sem que antes exista uma confirmação de licenciamento ambiental no processo de *due dilligence* legal. Os consultores técnicos validam, de forma independente e exclusiva, os pressupostos técnicos e ambientais dos projetos (incluindo todas as licenças relevantes) necessários durante a fase de construção e de operação. Os contratos de financiamento incluem obrigações contratuais relacionas com aspetos socioambientais.

A CGD, através da CaixaGest, dispõe ainda de fundos de investimento com benefício ambiental, destinados a proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira

diversificada, de ativos associados, diretamente e indiretamente, às energias renováveis, qualidade do ambiente e ativos *carbon*.

A CGD participa no Programa Banca & Ambiente, sob a égide da UNEP-FI, que visa promover o conhecimento sobre riscos ambientais, junto dos bancos e do setor empresarial, com vista à inclusão gradual dos riscos ambientais das empresas nas análises de crédito realizadas pelos bancos. A sua participação em 2012 consistiu na aplicação de um questionário sobre riscos ambientais dirigido a clientes autarquias, com vista a recolher informação ambiental sobre este segmento de mercado.

Em 2012, a responsabilidade ambiental da CGD foi mais uma vez reconhecida externamente, através da iniciativa *Carbon Disclosure Project*. A CGD obteve a classificação máxima (A) no *rating* de performance e entrou no *Carbon Performance Leadership Index* (CPLI), que destaca as empresas que demonstraram ter uma abordagem estratégica forte no combate às alterações climáticas e redução de emissões. Em 2012, pela primeira vez, uma empresa portuguesa foi apurada para constar deste índice – a CGD - obtendo assim a liderança em performance entre as entidades do setor financeiro da Península Ibérica e o 4.º melhor resultado entre todas as empresas ibéricas. Este resultado deveu-se à implementação contínua de objetivos e medidas de redução de emissões de GEE, com especial enfoque na eficiência energética, mobilidade dos colaboradores, gestão de resíduos, reutilização de recursos e minimização do desperdício.

### 3.2.3.5. APLICAÇÃO DE NORMAS DE NATUREZA LABORAL

No âmbito das relações laborais, a CGD pauta-se por elevados padrões éticos e princípios de grande rigor técnico-jurídico.

Assim, a Instituição numa permanente procura da excelência no cumprimento das normas laborais aplicáveis, analisa de forma sistemática todas as alterações legislativas com impacto nas relações laborais do Grupo. Em 2012 destacam-se as seguintes:

- Lei do Orçamento do Estado para 2012;
- Alterações ao Código do Trabalho – Lei 23/2012, de 25 de junho;
- Regime da renovação extraordinária dos contratos a termo;
- Obrigatoriedade de adoção de planos para a igualdade do género – Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, publicada em 8 de março de 2012.

Na sua relação com os colaboradores a CGD procura manter um clima social harmonioso em que a comunicação ativa é um instrumento essencial para procurar soluções consensuais, bem como para evitar potenciais conflitos.

Apesar do cumprimento escrupuloso do normativo laboral e da procura permanente de soluções equitativas, pontualmente surgem situações de desacordo entre os colaboradores e a Instituição.

Atendendo à dimensão do universo CGD (10.392 trabalhadores em 31/12/2012), trata-se de um número pouco significativo de casos, que em 2012 teve como expressão a interposição de 35 processos judiciais contra a Instituição.

## 3.2.4. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFETIVAS DE IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES, E DE CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL, BEM COMO DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES

### 3.2.4.1. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFETIVAS DE IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES

No que respeita à igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a CGD desenvolve boas práticas de não discriminação e uma política inclusiva assente em pilares fundamentais, nomeadamente a prática efetiva da não discriminação, a responsabilidade social e a defesa de elevados padrões éticos.

No âmbito da igualdade de tratamento e de oportunidades, designadamente em função do género, nacionalidade, etnia, religião ou orientação sexual, a CGD continua a desenvolver boas práticas de não discriminação.

Em 2012 o efetivo da CGD apresentou uma distribuição equilibrada relativamente ao género (56,3% feminino e 43,7% masculino), tendência que é transversal às funções administrativas, técnicas e específicas.

Quanto às funções de enquadramento e de direção detetam-se ainda diferenças, o que decorre da evolução histórica geral da empregabilidade em ambos os sexos, mas cuja tendência futura na CGD será de maior equilíbrio.

A CGD dá especial relevância ao recrutamento interno para funções qualificadas ou de maior responsabilidade, proporcionando a todos os seus empregados múltiplas oportunidades de desenvolvimento profissional e de progressão na carreira.

No recrutamento externo (*e-Recruitment*), a divulgação de oportunidades e o envio de candidaturas é acessível a todas as pessoas através da Internet, bastando, para tal, efetuar o registo de dados pessoais e curriculares no *site* da CGD.

Ambos os processos de recrutamento e seleção respeitam integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato.

No âmbito da responsabilidade social destaca-se a adoção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego e conciliação do trabalho e da família as quais têm impacto na política para a igualdade.

De entre as medidas de apoio empreendidas no ano de 2012, salientam-se as seguintes:

- Mobilidade geográfica e funcional baseada numa política de conjugação de interesses CGD/ interesses pessoais e familiares dos empregados;
- Prorrogação do período de Assistência à Família na doença ou acidente, sem perda de vencimento, para além do período regulamentar, em casos de recorte social excecional;
- Apoio à Maternidade, sendo assegurados lugares de estacionamento temporário na gravidez e aleitação, para além da manutenção e suporte do projeto de apoio à amamentação, bem como, manutenção da disponibilização de consultas de planeamento e preparação para o parto e da consulta do recém-nascido.

Numa perspetiva de inclusão a CGD integra sem qualquer discriminação pessoas portadoras de deficiência física, assegurando as ajudas técnicas e acessibilidades que se mostrem necessárias à plena integração e desenvolvimento destes colaboradores. Atualmente existem 71 mulheres e 58 homens portadores de deficiência física na CGD.

A implementação de políticas efetivas de igualdade de género implica também que se reconheçam e valorizem os diferentes papéis sociais, razão pela qual a CGD promove medidas de apoio à conciliação da vida pessoal, familiar e profissional conforme referido no ponto seguinte.

### 3.2.4.2. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFETIVAS DE CONCILIAÇÃO DA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E PROFISSIONAL

A CGD alicerça as suas políticas de efetiva conciliação da vida pessoal, familiar e profissional numa cultura de solidariedade social que decorre da sua própria história, adotando políticas de elevada sustentabilidade, nomeadamente no apoio prestado aos seus colaboradores.

No ano de 2012, atendendo à conjuntura económica do País, reforçou-se a atenção prestada à problemática socioeconómica dos colaboradores e famílias, com o objetivo de prevenir ruturas e de promover um clima de segurança e bem-estar.

De entre as medidas e ações de apoio desenvolvidas, além das já referidas no ponto anterior, destacam-se ainda as seguintes:

a) Apoio psicossocial

- Programa de Aconselhamento para os trabalhadores, através de uma equipa interdisciplinar das áreas de Ação Social e Psicologia da Direção de Pessoal, com garantia de confidencialidade.

b) Apoio socioeconómico

- Concessão de Crédito à Habitação e Crédito Pessoal a Empregados em condições de prazo e taxas favoráveis, incluindo a possibilidade de reestruturação de créditos em situações de precaridade económica do agregado;
- Criação em 2012 de uma linha de crédito de carácter transitória e conjuntural, destinada a apoiar as necessidades mais relevantes dos empregados.

c) Apoio na saúde

- Disponibilização de postos médicos nos principais centros urbanos e celebração de protocolos com prestadores convencionados em diversas valências, garantindo assim uma ampla cobertura nacional a nível médico;
- Celebração de protocolos para garantir cuidados continuados integrados a empregados e famílias, bem como para tratamentos específicos na área da medicina de adição;
- Atribuição de subsídios e apoios em tratamentos específicos para filhos com necessidades especiais;
- Regime específico de comparticipação na área da grande doença.

d) Políticas de flexibilidade e apoio socioprofissional

- Adequação das condições de função/ local de trabalho às necessidades físicas e psicológicas dos empregados;
- Atribuição de Subsídio de Trabalhador Estudante;
- Atribuição de subsídios sociais aos filhos dos empregados;

- Atribuição de Bolsas para filhos de empregados no ensino superior segundo critérios sociais e de meritocracia;
- Prioridade na admissão de familiares de colaboradores falecidos ou incapacitados para o trabalho.

e) Apoio sociofamiliar

- Celebração de protocolos em condições preferenciais nas áreas de transportes, seguros, creches e infantários, lares e apoio domiciliário;
- Realização de colónias de férias, cursos de línguas e oficinas organizadas nas férias escolares;
- Partilha de livros e manuais escolares já usados;
- Realização da 2ª Edição do Workshop de Empregabilidade para filhos de empregados;
- Ações de prevenção e segurança alargadas a filhos/ familiares de empregados.

f) Responsabilidade social e familiar

- Campanha de angariação de dadores de plaquetas e medula óssea, ampliando a ação do Grupo de Dadores de Sangue dos SSCGD;
- Desenvolvimento do Voluntariado Corporativo, tendo sido apoiadas inúmeras iniciativas de voluntariado social e ambiental, destacando-se o grupo de voluntários que incide na solidariedade interna e na prevenção do isolamento social após a reforma;
- Apoio às associações de aposentados que, em 2012, conheceram um forte impulso nas modalidades formativas, nomeadamente na área da informática, em torno das comemorações do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo.

g) Dinâmica sociocultural

- Acesso facilitado a espetáculos para grupos alvo específicos;
- Acesso em condições mais favoráveis à oferta cultural da Fundação Culturgest para empregados e familiares.

### 3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFETIVAS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA EMPRESA

A CGD promove uma cultura de desempenho e responsabilidade individual, assente entre outros, no sistema de gestão de desempenho, através do qual os colaboradores são avaliados pelas suas competências, atitudes e cumprimento de objetivos estabelecidos anualmente segundo um processo em cascata.

Em paralelo, a bolsa de recrutamento interna, destinada à monitorização do desenvolvimento do potencial dos colaboradores com vista à identificação de sucessores nas funções da rede comercial, tem sido assumida como um instrumento fundamental na gestão do talento, em conjugação com o programa de estágios, enquanto promotor do emprego e instrumento de atração de talentos.

A Direção de Pessoal (DPE) implementou a figura de gestores de relação, que promovem a proximidade no relacionamento com os colaboradores relativamente ao apoio no desenvolvimento de carreira e motivação e fornecem apoio técnico a todos os

departamentos relativamente a questões de gestão de recursos humanos.

Considerando que a comunicação com os empregados constitui um aspeto relevante no âmbito da gestão de Recursos Humanos da CGD, foi criada, em 2006, na Direção de Pessoal (DPE), a Unidade de Comunicação RH.

Simultaneamente, foi colocado ao serviço dos colaboradores um portal inteiramente dedicado a temas relacionados com a Gestão de Recursos Humanos – o Caixapessoal.

Este portal tem constituído ao longo do tempo um instrumento fundamental na gestão quotidiana, permitindo o acesso a informação personalizada e aplicações RH, tendo na sua raiz uma lógica de difusão de conhecimento na organização e de apoio ao desenvolvimento profissional e pessoal de cada colaborador da CGD.

Em 2012 registou-se uma média mensal de cerca de 8 mil acessos internos ao Caixapessoal, em resultado de uma política de dinamização e gestão ativa de conteúdos com interesse, assim como da disponibilização de funcionalidades relevantes para a vida de cada colaborador, tais como o acesso a destaques e notícias sobre matérias RH, acesso a Comunidades de partilha de informação no âmbito de projetos formativos internos e divulgação de campanhas com benefícios para os empregados (informática, telecomunicações, *leasing* automóvel, entre outros).

Com acesso também via *internet*, o Caixapessoal permite que cada empregado possa aceder aos diversos conteúdos quando e onde lhe for mais conveniente (nomeadamente a partir de casa), sendo este fator especialmente importante no que diz respeito à formação à distância (cursos e-*Learning* e/ou tutoriais formativos). Em 2012 registaram-se cerca de 100 mil acessos ao portal, sendo que, deste total, aproximadamente 3 mil foram acessos efetuados a partir do exterior da organização (fins-de-semana).

Nas situações em que o colaborador não encontra a informação desejada no portal ou necessita de contactar a DPE para qualquer pedido relativo a matérias de gestão RH, tem ainda à sua disposição o serviço de *Helpdesk* Caixapessoal *online*. Em 2012 registaram-se cerca de 500 pedidos via *Helpdesk*, com um nível médio de satisfação, relativamente à resposta obtida de 4.2 numa escala de 0 a 5.

A atenção dada a este diálogo permanente com os empregados continua, sem dúvida, a constituir um dos compromissos estratégicos da gestão de Recursos Humanos da CGD.

A Formação e Desenvolvimento dos empregados da Caixa é suportada no Plano de Formação anual, que em 2012 e à semelhança de outros anos, manteve programas claramente dirigidos ao desenvolvimento pessoal através de apoio individualizado a necessidades de maior especificidade no âmbito funcional e dando suporte a potencial de desenvolvimento.

Referimo-nos, neste âmbito, a três programas, tendo-se verificado que nos dois primeiros houve um crescimento no nº de empregados envolvidos se compararmos com período homólogo:

- Cursos, Conferências e Seminários no Pais e no Estrangeiro - este programa apoiou a inscrição nestes cursos permitindo uma resposta individualizada a 376 empregados no que diz respeito a necessidades específicas de formação técnica e de alinhamento com as melhores práticas no exterior;
- Programa de Formação de Alta Especialização - com o propósito de proporcionar condições de desenvolvimento profissional a empregados identificados com potencial este programa apoiou, durante 2012, 113 colaboradores, suportando despesas diretas e indiretas na frequência de cursos do Ensino Superior, Mestrados, Pós-Graduações e Cursos de Especialização e proporcionando também condições de preparação para os exames no âmbito do Estatuto

Trabalhador Estudante;

- Programa de Formação em Línguas Estrangeiras - proporcionou a 179 colaboradores das Direções Comerciais e de Direções de Suporte a realização de formação neste âmbito.

A par destes Programas, destacam-se alguns eixos decorrentes do Plano de Formação 2012, que contribuíram para a valorização profissional dos colaboradores da Caixa num contexto de mudança:

- Reforço do vetor da formação interna através de:
  - Maior envolvimento dos colaboradores no diagnóstico das necessidades de formação, na construção de conteúdos formativos e na condução de ações de formação;
  - Consolidação da Bolsa de Formadores Internos, através da sua rotação e de reforço com novos colaboradores;
  - Implementação de "Equipas Regionais" de Formadores Internos que visam reforçar o papel de formadores internos na rede comercial, permitindo uma maior proximidade destes às orientações de gestão e acompanhamento dos formandos na componente prática;
  - O desenvolvimento de programas de formação em conjunto com instituições de ensino, à medida das necessidades da CGD.
- Incremento das iniciativas de formação local, através do relançamento das Ações de Dinamização Local, com maior envolvimento das hierarquias na auto formação das equipas;
- Implementação de um processo de certificação funcional nas funções comerciais, que contempla a aferição e avaliação de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no Plano de Estágio na Função;
- Contributo do Programa de Formação Executiva junto dos órgãos diretivos da Caixa no sentido de proporcionar o contacto com novas perspetivas de Liderança e de Negócio necessárias à mobilização das equipas para o processo de transformação da CGD;
- Incremento e alargamento de Formação da área de Empresas como suporte à implementação da orientação estratégica de vocação da Caixa quer para as grandes Empresas quer para as PME.

Neste contexto, durante o ano de 2012 registaram-se 94.787 participações em ações de Formação, das quais 41% realizadas presencialmente, 32% em *e-Learning* e 27% através da realização de tutoriais formativos, permitindo que a Caixa tenha alcançado uma média de 40,92 horas de formação por empregado.

## 3.3. Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

A CGD realiza transações com empresas do Grupo, empresas associadas e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de dezembro de 2012, as demonstrações financeiras da CGD incluem os

seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

(milhares de euros)

| | 2012 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Estado Português (DGT) | Outras Entidades do Estado Português | Associadas | Entidades em Controlo Conjunto | Outras Empresas do Grupo CGD |
| **Ativos:** | | | | | |
| Aplicações em instituições de crédito | - | - | - | 1 | 5 094 952 |
| Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação | 6 591 998 | 2 965 418 | - | - | 5 928 929 |
| Crédito a clientes | 21 834 | 4 441 972 | 388 304 | 1 117 | 166 496 |
| Outros ativos | - | 481 456 | 1 305 | 43 235 | 661 426 |
| **Passivos:** | | | | | |
| Recursos de instituições de crédito | - | - | - | 483 | 2 889 475 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 446 | 2 202 584 | 8 618 | 883 | 1 836 071 |
| Débitos representados por títulos | - | - | - | - | 1 368 721 |
| Passivos subordinados | - | - | - | - | 185 419 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | 118 485 |
| Outros passivos | - | - | 34 556 | 86 876 | 189 108 |
| **Garantias prestadas** | 22 323 | 611 451 | 6 509 | 765 | 435 032 |
| **Proveitos:** | | | | | |
| Juros e rendimentos similares | 260 161 | 205 956 | 3 325 | 1 106 | 1 178 838 |
| Ganhos em operações financeiras | 104 094 | 152 323 | - | - | 3 657 803 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 84 | 1 255 | 2 | 77 | 50 646 |
| Outros proveitos de exploração | - | 16 | 19 | 274 | 38 637 |
| **Custos:** | | | | | |
| Juros e encargos similares | - | 2 995 | 8 | - | 1 117 933 |
| Perdas em operações financeiras | 22 | 155 080 | - | - | 3 470 067 |
| Encargos com serviços e comissões | - | 1 | - | - | 2 251 |
| Provisões de crédito vencido (líquido de reposições) | - | -9 117 | 89 | - | - |
| Outros custos de exploração | - | - | 241 | 37 | 890 |
| Gastos gerais administrativos | - | - | - | 8 022 | 97 |

# 3.4. Outras Transações

## 3.4.1. PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A CGD possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Preparação e Consulta ao Mercado, que incluiu o início do processo com a identificação da necessidade para novos serviços ou para renovação de contratos, a identificação dos Fornecedores autenticados a consultar, a elaboração do Caderno de Encargos, a obtenção de despacho de aprovação do Caderno de Requisitos, a elaboração da Matriz de Avaliação dos Fornecedores, o envio do Caderno de Encargos aos fornecedores previamente identificados, convidando-os a apresentar as respetivas propostas, sendo que a consulta é efetuada, sempre que possível, no mínimo a 3 fornecedores por bem/serviço e a receção das convocatórias e agendas de reuniões de esclarecimento de dúvidas relativas ao Caderno de Encargos;
- Receção, Avaliação e Negociação das Propostas, que inclui a receção das propostas dos Fornecedores consultados, dentro dos prazos indicados na Caderno de Encargos e em carta fechada, a abertura das propostas efetuada por Comissão de Abertura das Propostas, a elaboração e assinatura da ata de abertura das Propostas, a análise e avaliação comparativa das propostas (elaboração de *shortlist* se necessário) e a elaboração de um mapa de avaliação das Propostas, tendo em conta a Matriz de Avaliação, previamente definida;
- Seleção, Aprovação da Despesa e Adjudicação, que inclui a seleção dos fornecedores a transitar para fase seguinte do processo negocial, a notificação dos fornecedores excluídos ao longo do processo negocial, a realização de rondas negociais até seleção do fornecedor final, a elaboração da Informação para deliberação por parte do órgão próprio com competências delegadas para o efeito, a cativação orçamental da despesa, a elaboração do Documento de Adjudicação e a adjudicação da aquisição dos bens/serviços ao fornecedor;
- Contratação, que inclui a elaboração da Minuta do Contrato, atendendo ao conteúdo do processo negocial, não podendo porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes da data de início de produção de efeitos fixada na adjudicação e o envio da Minuta do Contrato ao Fornecedor.

## 3.4.2. UNIVERSO DAS TRANSAÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO

As contratações habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, sem consulta ao mercado, respeitam a:

- Transporte e tratamento de valores, com a ESEGUR - Empresa de Segurança, SA;
- Aquisições em regime de Locação Financeira, com a Caixa Leasing e Factoring, IFIC, SA;
- Seguros, com a Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, SA;

- *Renting* de viaturas, com a LOCARENT – Companhia Portuguesa de aluguer de Viaturas, SA.

### 3.4.3. LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS EM BASE INDIVIDUAL

Os fornecedores que representaram mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual, em 2012 foram os seguintes:

| NIPC | Fornecedor | Total em 2012 |
|---|---|---|
| PT500068801 | Companhia IBM Portuguesa, S.A. | 33.213.159,13 € |
| PT720003490 | Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos | 29.296.772,23 € |
| PT504940899 | SOGRUPO - Sistemas de Informação, ACE | 26.289.092,87 € |

### 3.4.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de abril, foi a seguinte:

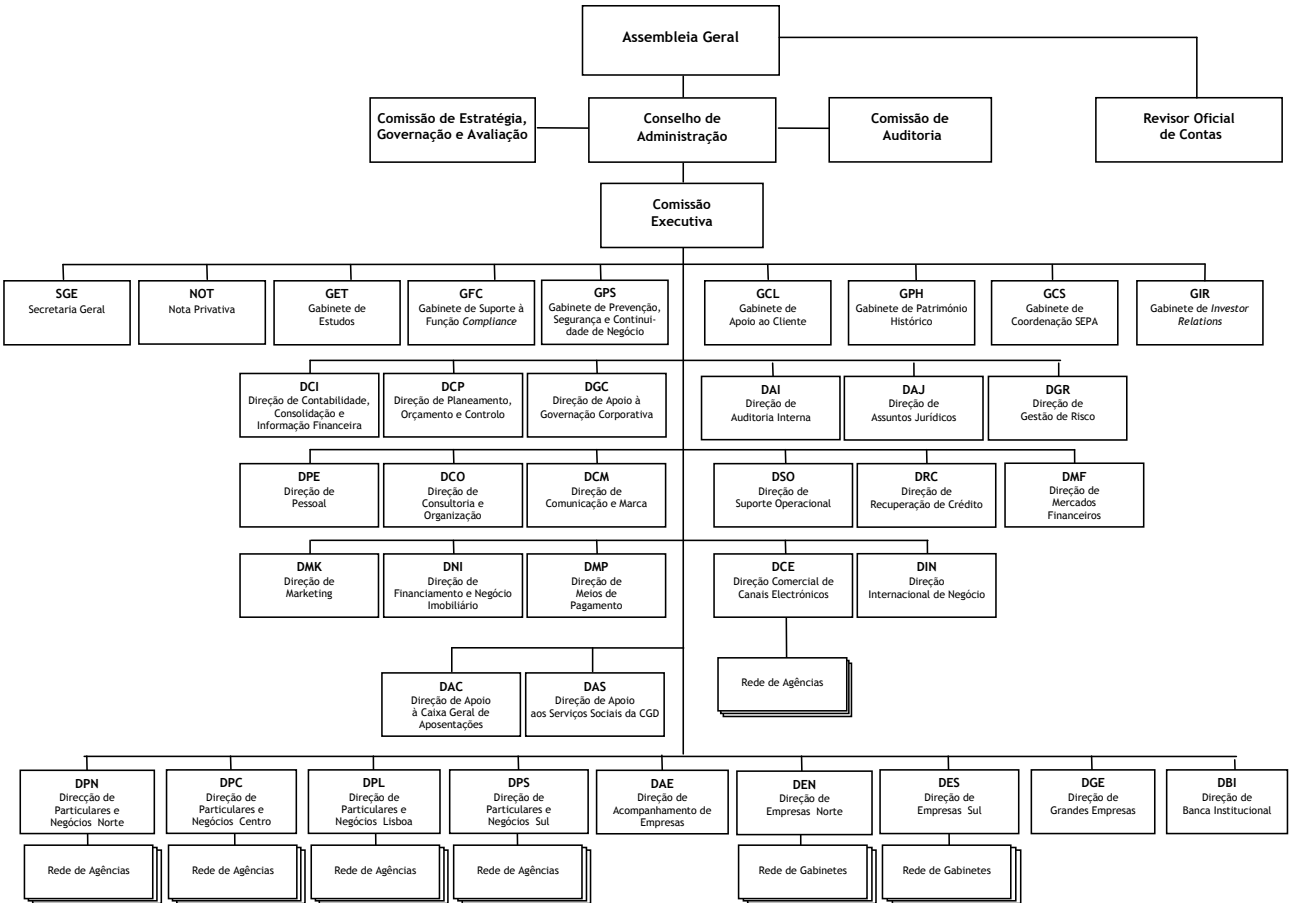
| Evolução do Prazo Médio de Pagamentos – 2012 | |
|---|---|
| Trimestre | Prazo |
| 4º Trimestre | 50 dias |
| 3º Trimestre | 37 dias |
| 2º Trimestre | 39 dias |
| 1º Trimestre | 50 dias |

## 3.5. Modelo Societário

O modelo de governo da CGD, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto por conselho de administração, compreendendo uma comissão de auditoria, e revisor oficial de contas.

Os membros dos órgãos sociais da CGD são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. No entanto, o número de mandatos exercidos sucessivamente não pode exceder o limite de quatro, com exceção dos membros da mesa da assembleia geral e dos membros independentes da comissão de auditoria, que ficam sujeitos ao disposto na lei.

ORGANOGRAMA GERAL DA CGD




## 3.5.1. ASSEMBLEIA-GERAL

A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo o atual mandato de 2011 a 2013.

*Composição da Mesa da Assembleia Geral*

**Presidente:** Manuel Carlos Lopes Porto

**Vice-Presidente:** Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete

**Secretário:** José Lourenço Soares

Os *curricula* dos membros da mesa da assembleia geral constam do Anexo I deste Relatório.

A assembleia geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuam competência, competindo-lhe, em especial:

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Proceder anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- Eleger os membros da mesa da assembleia geral, os membros do conselho de administração, com indicação do presidente e dos vice-presidentes, os membros

da comissão de auditoria e o revisor oficial de contas;

- Deliberar sobre alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos com poderes para fixar essas remunerações, nos termos do Estatuto do Gestor Público e demais legislação aplicável;
- Autorizar a aquisição e a alienação de imóveis e a realização de investimentos, uns e outros quando de valor superior a 20% do capital social;
- Tratar de qualquer assunto para que tenha sido convocada.

## 3.5.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O conselho de administração é composto por um presidente, um ou dois vice-presidentes e cinco a dezassete vogais, compreendendo estes também os membros da comissão de auditoria. Atualmente, o conselho de administração é composto por onze membros, com mandato de 2011 a 2013.

*Composição do Conselho de Administração*

**Presidente:** Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

**Vice-Presidente:** José Agostinho Martins de Matos

**Vogais:** António do Pranto Nogueira Leite, Norberto Emílio Sequeira da Rosa, Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma, José Pedro Cabral dos Santos, Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira, Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento.

Os vogais João Nuno de Oliveira Jorge Palma e José Pedro Cabral dos Santos foram designados, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2012 e de 29 de março de 2012, na sequência da renúncia aos cargos dos vogais Pedro Manuel de Oliveira Cardoso e Jorge Humberto Correia Tomé, respetivamente, para completarem o mandato em curso.

O vogal António do Pranto Nogueira Leite renunciou ao cargo por carta datada de 19 de dezembro de 2012, tendo a renúncia produzido efeito no final do mês de janeiro de 2013.

Os *curricula* dos membros do conselho de administração constam do Anexo I deste Relatório.

As competências do conselho de administração decorrem da lei, competindo-lhe em especial e de acordo com os estatutos da sociedade:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social;
- Estabelecer a organização interna da empresa e elaborar os regulamentos e as instruções que julgar conveniente;
- Contratar os trabalhadores da sociedade, estabelecendo as respetivas condições contratuais, e exercer em relação aos mesmos o correspondente poder diretivo e disciplinar;
- Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes;
- Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades;
- Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, incluindo

participações sociais, e realizar investimentos, quando o entenda conveniente para a sociedade, sem prejuízo das competências da assembleia geral nestas matérias;

- Decidir sobre a emissão de obrigações;
- Executar e fazer cumprir as deliberações da assembleia geral;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer pleitos e comprometer-se, mediante convenção de arbitragem, à decisão de árbitros;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos estatutos e deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não caibam na competência dos outros órgãos da sociedade.

A atividade do conselho de administração está regulada no regulamento do conselho de administração, aprovado por este órgão em 15 de setembro de 2011.

O conselho de administração reúne, em sessão ordinária, pelo menos uma vez por bimestre, tendo realizado 12 reuniões em 2012.

*Composição da Comissão Executiva*

Os estatutos da sociedade estabelecem que o conselho de administração delegará numa comissão executiva a gestão corrente da sociedade, definindo em ata os limites e condições da delegação.

Na sua reunião de 27 de julho de 2011, o conselho de administração deliberou nomear uma comissão executiva, que é atualmente composta pelos seguintes membros:

**Presidente:** José Agostinho Martins de Matos

**Vice-Presidentes:** António do Pranto Nogueira Leite e Norberto Emílio Sequeira da Rosa

**Vogais:** Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador, Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz, João Nuno de Oliveira Jorge Palma e José Pedro Cabral dos Santos.

Como já se referiu, os vogais João Nuno de Oliveira Jorge Palma e José Pedro Cabral dos Santos foram designados, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2012 e de 29 de março de 2012, na sequência da renúncia aos cargos dos vogais Pedro Manuel de Oliveira Cardoso e Jorge Humberto Correia Tomé, respetivamente, para completarem o mandato em curso.

O vogal António do Pranto Nogueira Leite renunciou ao cargo por carta datada de 19 de dezembro de 2012, tendo a renúncia produzido efeito no final do mês de janeiro de 2013.

Na citada reunião de 27 de julho de 2011, o conselho de administração deliberou delegar na comissão executiva a gestão corrente da sociedade, conferindo-lhe poderes gerais de administração, mas reservando para o conselho de administração, para além das definidas nos artigos 406.º e 407.º do Código das Sociedades Comerciais, a competência exclusiva sobre as seguintes matérias:

a) aprovação da política geral do Grupo CGD, entendendo-se por Grupo o conjunto das instituições de crédito e sociedades financeiras dominadas direta ou indiretamente pela sociedade e ainda as sociedades que atuam na área dos seguros;

b) aprovação do plano e orçamento anuais e plurianuais e acompanhamento periódico da sua execução;

c) aprovação dos regulamentos do conselho de administração e da comissão executiva;

d) aprovação de decisões que devam ser consideradas estratégicas por motivo do seu montante, risco ou devido às suas caraterísticas especiais, conforme vierem a ser definidas no regulamento do conselho de administração e/ou no regulamento da comissão executiva;

e) aprovação de propostas de alterações de estatutos, incluindo aumentos de capital;

f) aprovação das propostas de nomeação dos membros dos órgãos sociais e dos códigos de conduta da Fundação CGD Culturgest e das sociedades dominadas que estejam definidas no regulamento do conselho de administração;

g) instituição de outras comissões no seio do conselho de administração;

h) nomeação do secretário da sociedade e do suplente.

Ainda na mesma reunião, o conselho de administração deliberou distribuir pelos membros da comissão executiva os respetivos pelouros. Por sua vez, a comissão executiva, na sua reunião de 24 de agosto de 2011, procedeu à distribuição dos pelouros e responsabilidades entre os seus membros, na ausência dos seus primeiros responsáveis.

A comissão executiva procedeu a nova distribuição de pelouros e responsabilidades entre os seus membros e também para as situações de ausência dos seus primeiros responsáveis, nas suas reuniões de 11 de abril e de 24 de abril de 2012, respetivamente.

A 31 de dezembro de 2012, os membros da comissão executiva tinham os seguintes pelouros:

| Dr. José de Matos<br>Presidente | Prof. Doutor Nogueira Leite<br>Vice-Presidente | Dr. Norberto Rosa<br>Vice-Presidente |
|---|---|---|
| Relações Institucionais (em articulação com PCA*) | Planeamento e Orçamento e Controlo | Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira |
| Comunicação Institucional (em articulação com PCA*) | Gestão de Risco | Pessoal |
| Assessoria de Imprensa | Marketing | Apoio aos Serviços Sociais |
| Apoio ao Cliente | Comunicação Comercial | Informática |
| Secretaria-geral | Desenvolvimento Corporativo e Organizacional | Suporte Operacional |
| Auditoria Interna | Gabinete de Estudos | Meios de Pagamento |
| Compliance | Banca de Investimento | Canais Eletrónicos |
| Risco de Crédito | Capital de Risco | Sepa |
| Participações Financeiras | | Apoio CGA |
| Culturgest | | Seguros e Saúde |
| Património Histórico | | |

*PCA – Presidente do Conselho de Administração

| Dr. Rodolfo Lavrador<br>Vogal | Dr. Nuno Fernandes Thomaz<br>Vogal |
|---|---|
| Negócio Internacional | Particulares |
| Comércio Externo e Bancos Correspondentes | Recuperação de Crédito |
| Assuntos Jurídicos | Banca para Residentes no Estrangeiro |
| Nota Privativa | Gestão de Ativos |
| | Segurança |
| **Dr. Joao Nuno Palma<br>Vogal** | **Dr. José Cabral dos Santos<br>Vogal** |
| *Chief Financial Officer* | Acompanhamento de Empresas |
| Mercados financeiros | Banca Institucional |
| Financiamento Imobiliário | Grandes Empresas |
| Caixa Imobiliário | Empresas (PME) |
| Gestão de imóveis | Crédito Especializado |
| Serviços administrativos | |
| *Investors Relations* | |

A atividade da comissão executiva está regulada no regulamento da comissão executiva, aprovado pelo conselho de administração em 15 de setembro de 2011.

A comissão executiva reúne, em regra, pelo menos uma vez por semana, tendo realizado 56 reuniões em 2012.

## 3.5.3. ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da sociedade compete a uma comissão de auditoria, composta por um mínimo de três e um máximo de cinco administradores, e a um revisor oficial de contas ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas.

### 3.5.3.1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA

A comissão de auditoria é composta por um presidente e por dois vogais, com mandato de 2011 a 2013.

**Presidente:** Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

**Vogais:** Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Álvaro José Barrigas do Nascimento

Os *curricula* dos membros da comissão de auditoria constam do Anexo I deste Relatório.

As competências da comissão de auditoria decorrem da lei e dos estatutos, competindo-lhe designadamente:

- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas e, em geral, supervisionar a qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
- Analisar e emitir a sua opinião sobre os assuntos relevantes relacionados com aspetos contabilísticos e de auditoria e o impacto nas demonstrações financeiras das alterações às normas de contabilidade aplicáveis à sociedade e às suas políticas contabilísticas;
- Fiscalizar a revisão de contas e a auditoria aos documentos de prestação de contas da sociedade, bem como supervisionar e avaliar os procedimentos internos relativamente a matérias contabilísticas e de auditoria;
- Propor à assembleia geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Proceder à nomeação, contratação, confirmação ou cessação de funções e fixação da remuneração dos auditores externos da sociedade, bem como à fiscalização das suas habilitações e independência e aprovação dos serviços de auditoria e/ou de outros serviços a prestar pelos referidos auditores externos ou por pessoas ou entidades suas associadas;
- Fiscalizar a qualidade e eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, e supervisionar a execução das funções desempenhadas no âmbito da auditoria interna e sistema de controlo interno;
- Receber as comunicações de irregularidades, reclamações e/ou queixas apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros, e implementar os procedimentos destinados à receção, registo e tratamento daquelas;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos e a situação económica da sociedade.

A comissão de auditoria envia trimestralmente ao Ministério das Finanças um relatório sobre os controlos efetuados, as anomalias e os principais desvios relativamente às previsões eventualmente detetados, nos termos do artigo 6º, número 2 do Decreto-Lei nº 287/93, de 20 de agosto.

A atividade da comissão de auditoria está regulada no regulamento da comissão de auditoria, aprovado por este órgão em 19 de setembro e pelo conselho de administração em 16 de dezembro de 2011.

A comissão de auditoria realiza, pelo menos, uma reunião bimestral, tendo realizado 17 reuniões em 2012.

### 3.5.3.2. SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**Efetiva –** Oliveira Rego & Associados, SROC, representada por Manuel de Oliveira Rego

**Suplente –** Álvaro, Falcão & Associados, SROC, representada por Eleutério Ganilho Álvaro

O mandato das sociedades de revisores oficiais de contas é de 2010 a 2012.

## 3.5.4. COMISSÃO DE ESTRATÉGIA, GOVERNAÇÃO E AVALIAÇÃO

O conselho de administração, na sua já referida reunião de 27 de julho de 2011, deliberou instituir uma comissão de estratégia, governação e avaliação, composta por todos os membros não executivos do conselho de administração, a qual aprovaria o respetivo regulamento, exercendo funções por período de tempo coincidente com o mandato do conselho de administração.

*Composição da Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação*

**Presidente:** Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa

**Vogais:** Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira e Álvaro José Barrigas do Nascimento

Quando o Presidente do conselho de administração participar nas suas reuniões, assumirá a presidência.

As competências e a atividade da comissão de estratégia, governação e avaliação estão reguladas no regulamento da comissão de estratégia, governação e avaliação, aprovado por este órgão em 18 de novembro e pelo conselho de administração em 16 de dezembro de 2011.

De acordo com o seu regulamento, a comissão tem as seguintes competências:

- Emitir parecer prévio à aprovação em conselho de administração dos vetores de desenvolvimento estratégicos para a sociedade;
- Emitir parecer sobre o projeto de plano estratégico de médio e longo prazo da sociedade, a ser discutido e aprovado em reunião do conselho de administração;
- Acompanhar e avaliar o cumprimento pela comissão executiva das metas parcelares definidas no plano estratégico;
- Refletir sobre as políticas gerais da sociedade e apresentar propostas sobre o tema ao conselho de administração;
- Aprofundar o modelo de governo da sociedade, tendo em consideração a estrutura acionista da mesma e o plano estratégico de desenvolvimento aprovado;
- Verificar a eficácia do modelo de governo e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria;
- Ponderar a necessidade e, quando justificado, propor ao conselho de administração a instituição de outras comissões e comités societários, designadamente no seio do conselho de administração;
- Discutir com a comissão executiva o plano de cumprimento das orientações de gestão definidas para a sociedade, se existentes;
- Avaliar o cumprimento das orientações de gestão definidas;
- Apresentar anualmente ao Ministério da tutela um relatório de avaliação do grau e

das condições de cumprimento, em cada exercício, das orientações de gestão definidas para a sociedade.

A comissão de estratégia, governação e avaliação realiza, pelo menos, uma reunião bimestral, tendo realizado 9 reuniões em 2012.

### 3.5.5. AUDITOR EXTERNO

A auditoria anual às contas da CGD é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, competindo à comissão de auditoria, nos termos da lei, dos estatutos, do regulamento da comissão de auditoria e de normativo interno, proceder à nomeação, contratação, confirmação ou cessação de funções e fixação da remuneração dos auditores externos da sociedade, bem como à fiscalização das suas habilitações e independência e aprovação dos serviços de auditoria e/ou de outros serviços a prestar pelos referidos auditores externos ou por pessoas ou entidades suas associadas.

### 3.5.6. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O conselho de administração, na sua já referida reunião de 27 de julho de 2011, designou o secretário da sociedade e o secretário da sociedade suplente, pelo período de tempo coincidente com o do mandato do conselho de administração em exercício, de 2011 a 2013.

*Secretário da Sociedade*

**Efetivo –** João Manuel Travassos Dias Garcia

**Suplente –** Ana Paula Rögenes Perez Lopes Pargana Calado

### 3.5.7. CONSELHOS DELEGADOS

Na CGD existem sete conselhos delegados, cuja composição, competências e periodicidade de reunião são as seguintes:

- Conselho de Crédito, composto por todos os membros da comissão executiva, com o mínimo de 3, com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne em regra uma vez por semana. Realizou 52 reuniões em 2012;
- Conselho Alargado de Crédito, composto por todos os membros da comissão executiva, com o mínimo de 4, igualmente com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas e que reúne em regra uma vez por semana. Realizou 49 reuniões em 2012;
- Conselho Delegado de *Marketing*, Comunicação e Redes (CDMC), com competências delegadas em matéria de comunicação, *marketing*, mercados financeiros, redes comerciais de empresas e de particulares e produtos e serviços, composto pelos membros da comissão executiva com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3 e que reúne em regra uma vez por quinzena. Realizou 24 reuniões em 2012;
- Conselho Delegado de Pessoal, Meios e Sistemas (CDPM), com competências delegadas em matéria de gestão de aprovisionamento, organização, pessoal,

sistemas de informação e suporte operacional, composto pelos membros da comissão executiva com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3 e que reúne em regra uma vez por semana. Realizou 24 reuniões em 2012;

- Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), com competências delegadas relativas à preparação de propostas de orientações estratégicas sobre política de financiamento e de liquidez do Grupo, de gestão do risco, de rácios de capital do Grupo e de captação e gestão do capital, bem como competências respeitantes à promoção da articulação entre a estratégia financeira e a política comercial do Grupo e às ações e procedimentos destinados a controlar os riscos e a posição financeira do Grupo. É composto por todos os membros da comissão executiva. Realizou 1 reunião em 2012, em virtude de as matérias da sua competência terem passado a ser apreciadas e decididas nas reuniões semanais da comissão executiva;
- Conselho Delegado do Negócio Imobiliário (CDNI), com competências delegadas em matéria do negócio imobiliário do Grupo (doméstico e exterior), composto pelos membros da comissão executiva com o pelouro do negócio imobiliário e das áreas conexas e ainda do acompanhamento de empresas e da recuperação de crédito, com o mínimo de 3 e que reúne em regra uma vez por quinzena. Foi criado por deliberação da comissão executiva de 28 de março de 2012, realizou a sua primeira reunião em 26 de abril de 2012 e teve 14 reuniões em 2012;
- Conselho Delegado de Gestão Corporativa (CDGC), com competências delegadas em matéria de apreciação e debate dos assuntos relacionados com a definição e acompanhamento de execução da estratégia corporativa do Grupo, composto por todos os membros da comissão executiva, com o mínimo de 3 e que reúne em regra uma vez por mês. Foi criado por deliberações da comissão executiva de 28 de março de 2012 e de 4 de julho de 2012, realizou a sua primeira reunião em 23 de agosto de 2012 e teve 4 reuniões em 2012.

### 3.5.8. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os membros do conselho de administração têm pleno conhecimento dos deveres de abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam as correspondentes normas no exercício das suas funções, tendo feito a declaração prevista no artigo 22º, nº 9 do Estatuto do Gestor Público à Inspeção-Geral de Finanças, relativa às participações e interesses patrimoniais detidos, direta ou indiretamente, na Caixa Geral de Depósitos ou em qualquer outra empresa.

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na CGD e os demais cargos desempenhados pelos membros do conselho de administração, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas. Os membros da comissão de auditoria não estão abrangidos pelas incompatibilidades previstas no artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, aplicável por força do artigo 423º-B, e preenchem os requisitos estabelecidos no artigo 423º-B do mesmo código e são independentes.

Os membros do conselho de administração cumprem todas as disposições legais e regulamentares decorrentes do exercício dos respetivos cargos e dos cargos que porventura exerçam em acumulação, e prestam as declarações correspondentes, designadamente perante o Tribunal Constitucional, a Procuradoria-Geral da República, a Inspeção-Geral de Finanças, o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

A Caixa Geral de Depósitos cumpre os deveres especiais de informação a que está sujeita, designadamente junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

# 3.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

## 3.6.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A Lei nº 28/2009, de 19 de junho, que estabeleceu o regime de aprovação e de divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das entidades de interesse público, e o Aviso do Banco de Portugal nº 10/2011 preveem que o órgão de administração submeta, anualmente, a aprovação da assembleia geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros daqueles órgãos.

Relativamente ao correspondente ponto da ordem do dia da assembleia geral anual, reunida no dia 15 de maio de 2012, o representante do Estado propôs e votou favoravelmente que "*a deliberação sobre a declaração sobre política remuneratória dos membros dos órgãos sociais seja tomada quando for possível definir integralmente o estatuto remuneratório dos membros executivos do Conselho de Administração*".

Por deliberação unânime por escrito de 2 de agosto de 2012, considerando nomeadamente as alterações introduzidas ao Estatuto do Gestor Público pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, o acionista Estado fixou as remunerações dos órgãos sociais da sociedade para o mandato em curso, com efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

## 3.6.2. ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO EM 2012

*Mesa Assembleia Geral*

| Mesa Assembleia Geral | Remuneração (1) |
|---|---|
| Presidente | Senha de presença no valor de 650,00 euros. |
| Vice-Presidente | Senha de presença no valor de 525,00 euros. |
| Secretário | Senha de presença no valor de 400,00 euros. |

(1) Estas remunerações refletem já as reduções remuneratórias de 5% e 10% do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho e do artigo 20º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

*Conselho Administração*

No contexto da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), o Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, introduziu alterações ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), tendo sido também aprovada a

Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, publicada no DR 1.ª série, de 14 de fevereiro, diplomas que procederam à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro.

A CGD, para efeitos da aplicação dos critérios de determinação do vencimento mensal dos gestores públicos, nos termos da Resolução 36/2012, de 15 de março, publicada no DR 1.ª série, n.º 61, de 26 de março, obteve classificação A.

Conforme estabelecido nos n.ºs 8 a 10 do artigo 28.º do EGP, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, os gestores públicos podem optar pelo vencimento do lugar de origem mediante autorização expressa concedida por despacho fundamentado e publicado em Diário da República, sem prejuízo de, até à conclusão dos respetivos mandatos, da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do mencionado Decreto-Lei n.º 8/2012 não poder resultar um aumento da remuneração efetivamente auferida à data de 19 de janeiro de 2012, data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 8/2012.

Em conformidade, os membros executivos do conselho de administração da CGD, SA, foram autorizados a optar pela remuneração dos respetivos lugares de origem, pelo Despacho n.º 10296/2012, publicado no Diário da República, II Série, n.º 148, de 1 de agosto de 2012.

Nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 12º dos Estatutos da CGD compete à Assembleia Geral da sociedade deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais.

Assim e atendendo ao facto de o Despacho que autorizou a opção pela remuneração dos respetivos lugares de origem dos membros executivos do conselho de administração da CGD apenas ter sido publicado em 1 de agosto de 2012, a remuneração dos órgãos sociais da CGD viria a ser fixada, como anteriormente referido, por deliberação social unânime por escrito em 2 de agosto de 2012, com efeitos reportados a 1 de abril de 2012.

| | Remunerações (1) (2) |
|---|---|
| **Conselho de Administração** | |
| Presidente<br>Eng. Fernando Faria de Oliveira | 16 370,24 euros (3). |
| **Comissão Executiva** | |
| Presidente<br>Dr. José de Matos | 16 578,28 euros (4). |
| Vice-Presidentes<br>Prof. Doutor Nogueira Leite<br>Dr. Norberto Rosa | <br>13 481,60 euros (4).<br>13 481,60 euros (4). |
| Vogais<br>Dr. Rodolfo Lavrador<br>Dr. Nuno Fernandes Thomaz<br>Dr. João Nuno Palma<br>Dr. José Cabral dos Santos | <br>13 481,60 euros (4).<br>5 480,11 euros (5).<br>13 481,60 euros (4).<br>11 424,33 euros (4). |

| Comissão de Auditoria | |
|---|---|
| Presidente<br>Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira | 1 304,79 euros. |
| Vogais<br>Dr. Pedro Rebelo de Sousa<br>Prof. Doutor Álvaro Nascimento | <br>1 304,79 euros.<br>1 304,79 euros. |

(1) Em 2012 passou a 12 vezes por aplicação do artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (não pagamento dos subsídios de férias e natal);
(2) As remunerações dos membros do Conselho de Administração acima identificadas refletem já as reduções remuneratórias de 5% e 10% do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho e do artigo 20º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro;
(3) Esta remuneração encontra-se suspensa desde 1 de maio de 2012, data em que optou pela pensão de reforma da Segurança Social;
(4) Autorizada a opção pela remuneração nos termos do artigo 28º do Estatuto do Gestor Público, de acordo com o Despacho nº 10296/2012 do Ministro de Estado e das Finanças, publicado em 1 de agosto de 2012 (DR II Série nº 148);
(5) Dos quais 3.914,36 euros constituem a Remuneração Base, acrescidos de 1.565,74 euros de Despesas de Representação.

## 3.6.3. REMUNERAÇÃO E OUTRAS REGALIAS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Esta informação consta do Anexo II deste Relatório.

## 3.6.4. INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES

A Caixa Geral de Depósitos, enquanto instituição de crédito, está vinculada à divulgação, nos documentos anuais de prestação de contas, de informação agregada respeitante à remuneração dos colaboradores nos termos previstos nos artigos 1º, 16º n.º3 e 17º do Aviso do Banco de Portugal nº 10/2011, de 9 de janeiro.

Para este efeito, e tendo em conta os critérios estabelecidos no mencionado Aviso, a CGD considera abrangidos pelo conceito de colaboradores os elementos com funções diretivas nas estruturas da CGD.

Assim, nos termos do artigo 1º n.º 2 do referido Aviso a CGD procede à divulgação da informação sobre os colaboradores com funções diretivas nas estruturas da CGD.

### *Política de Remuneração e Avaliação de Desempenho*

A Política de Remuneração aplicável aos quadros diretivos da CGD é definida pelo Conselho de Administração, sem prejuízo do cumprimento das normas constantes dos Acordos de Empresa em vigor.

O Conselho de Administração é também o órgão competente para, neste âmbito, fixar a remuneração e atribuir remunerações variáveis ao universo em questão.

A remuneração dos quadros diretivos, tal como a dos restantes trabalhadores, tem uma componente fixa e uma componente variável.

De modo a acompanhar a evolução do mercado e a reconhecer o desempenho e o mérito dos colaboradores, a CGD tem implementado um conjunto de incentivos, de que destaca a remuneração anual variável.

Esta remuneração é de atribuição casuística e está estreitamente ligada à avaliação do desempenho e ao grau de atingimento dos objetivos.

A CGD tem um Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) que tem como objetivo promover a contribuição eficiente dos colaboradores para o desenvolvimento da atividade, assegurando o alinhamento de toda a organização com os objetivos estratégicos e com o planeamento orçamental da Empresa.

O SGD consiste num processo anual através do qual a CGD planifica a sua atividade, monitoriza o desempenho e avalia os resultados.

A avaliação do desempenho e a consecução dos objetivos são fatores relevantes tidos em conta na decisão sobre a alteração do estatuto remuneratório dos colaboradores, seja através de promoções por mérito, seja através da revisão de outras componentes salariais, fixas ou variáveis.

A avaliação de desempenho assenta em três componentes - competências, atitudes e objetivos - que são combinadas entre si de forma ponderada tendo em conta o perfil da função.

A definição da componente dos objetivos é realizada ao nível da Direção, Unidades e Colaboradores. Os objetivos estão intimamente ligados, decorrendo os de Unidade dos de Direção e os individuais dos de Unidade. Os objetivos de Direção dividem-se em corporativos, transversais e específicos e os individuais em objetivos de negócio/atividade e de melhoria.

A avaliação de desempenho nos termos descritos promove de forma adequada o alinhamento dos interesses dos colaboradores com os interesses da Instituição e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

No ano de 2012 não foi atribuída qualquer remuneração anual variável a nenhum colaborador da CGD em consequência das restrições impostas pela Lei do Orçamento do Estado, tendo sido atribuídos apenas incentivos à produtividade aos elementos com funções diretivas nas áreas comerciais, embora de quantitativo pouco relevante, conforme quadro apresentado no ponto referente à informação quantitativa.

### *Quadro delimitador da política de remuneração dos Colaboradores*

A CGD é uma empresa pública integrada no Sector Empresarial do Estado com a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos encontrando-se abrangida pelas limitações decorrentes da Lei do Orçamento do Estado para 2012 – LOE 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro).

No ano de 2012, nos termos do artigo 24º n.º 1 e 2 alínea b) da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado de 2011) mantido em vigor pelo artigo 20º n.º 1 da LOE 2012, foi vedada a prática de quaisquer atos que consubstanciassem valorizações remuneratórias dos trabalhadores, nomeadamente a atribuição de prémios de desempenho ou outras prestações pecuniárias de natureza afim.

Em conformidade, em 2012 a CGD não pagou remunerações variáveis aos seus colaboradores, aqui se incluindo os quadros diretivos, com exceção dos incentivos à produtividade.

Importa ainda referir que em 2012 não ocorreram atualizações salariais.

## *Informação Quantitativa*

Conforme referido, a CGD, para efeitos de divulgação de informação sobre os colaboradores, considera enquadráveis neste conceito todos os elementos com funções diretivas nas estruturas da CGD.

Assim, e de modo a cumprir os critérios de divulgação estabelecidos no art.º 17º do Aviso do Banco de Portugal acima identificado, apresenta-se quadro com a informação quantitativa referente à remuneração paga pela Instituição, discriminada entre Quadros Diretivos nas Estruturas CGD (exceto funções de controlo) e Quadros Diretivos nas Estruturas CGD com Funções de Controlo (DAI, DCO, DGR e GFC).

Atendendo às especificidades decorrentes do enquadramento legal da CGD, definidas no ponto III, fica prejudicado, para efeitos de divulgação, nomeadamente, a alínea b) do n.º 1 e alíneas c), e), g) e g) do n.º 2 do artigo 16º e alíneas b) a d) do n.º 1 do artigo 17º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal.

(euros)

| Colaboradores abrangidos pelo art. n.º 1 do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal | | |
|---|---|---|
| | **Quadros Diretivos Estruturas CGD (Exceto Funções de Controlo)** | **Quadros Diretivos das Estruturas CGD com Funções de Controlo** |
| **1. Remuneração** | | |
| 1.1. Remuneração base | 18 128 842,80 | 1 290 531,01 |
| 1.2. Remuneração variável | 20 477,23 (1) | ----- |
| 1.3. Nº Beneficiários | 262 | 21 |
| **2. Informações Adicionais** | | |
| 2.1. Novas Contratações em 2012 | 1 | 2 (2) |
| 2.2. Valores liquidados em virtude de rescisão antecipada do contrato de trabalho | ----- | ----- |
| 2.2.1. Números de beneficiários do pagamento | ----- | ----- |
| 2.2.2. Maior pagamento atribuído a um colaborador | ----- | ----- |

(1) Incentivos à produtividade atribuídos a elementos com funções diretivas nas áreas comerciais.

(2) Empregados pertencentes a Empresas do Grupo que já se encontravam cedidos à CGD.

### 3.6.5. REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E DO AUDITOR EXTERNO

*Remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas em 2012*

(euros) [a]

| Oliveira Rego & Associados, SROC, representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego | |
|---|---|
| Serviços de Revisão Legal de Contas | 215.289,24 |
| Outros Serviços | 65.000,04 |

(a) Valores sem IVA e referentes ao Grupo CGD.

*Remuneração do Auditor Externo em 2012*

(euros) [a]

| Deloitte & Associados, SROC, SA | |
|---|---|
| Auditoria Externa e Revisão de Contas | 2 444 877 |
| Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade | 582 966 |
| Consultoria Fiscal | 391 900 |
| Outros Serviços | 166 000 |

(a) Valores sem IVA e referentes ao Grupo CGD.

## 3.7. Sistema de Controlo

### 3.7.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir:

a) Um desempenho eficiente e rentável da atividade, no médio e longo prazo (objetivos de desempenho);

b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva (objetivos de informação);

c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivos de compliance).

A gestão do sistema de controlo interno no Grupo CGD encontra-se suportada em orientações e metodologias reconhecidos como boas práticas, com destaque para a metodologia genérica de controlo interno proposta pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no que se refere aos sistemas de informação na *framework* CobiT (*Control Objetives for Information and Related Technology*).

A Gestão dos Riscos é objeto de um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, bem como de uma nota que integra cada um dos Anexos às Demonstrações Financeiras

Individuais e Consolidadas, designada por "Divulgações relativas a instrumentos financeiros", que descreve as políticas de gestão dos riscos financeiros e quantifica, para cada tipo de risco, a exposição da CGD / Grupo CGD.

Com este enquadramento, e de modo a atingir de forma eficaz os objetivos definidos, o Grupo CGD procura garantir um adequado ambiente de controlo, um sólido sistema de gestão de riscos, um eficiente sistema de informação e comunicação, adequadas atividades de controlo e um efetivo processo de monitorização, com o objetivo de assegurar a qualidade e eficácia do próprio sistema ao longo do tempo.

Encontram-se definidas responsabilidades específicas e transversais para determinados órgãos de estrutura da CGD que, em conjunto e em articulação com as restantes estruturas e entidades do Grupo, desenvolvem atividades no sentido de garantir um adequado sistema de controlo interno:

*Comissão Executiva*

Compete à Comissão Executiva rever e aprovar, periodicamente, a estratégia e as políticas de gestão do risco e do controlo interno e estabelecer e garantir a sua implementação na Instituição, bem como o progressivo alinhamento das entidades do Grupo com as mesmas.

*Comité de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno (CGRC)*

Órgão responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, monitorizar a sua gestão no Grupo, bem como propor planos de ação à Comissão Executiva.

*Conselho Delegado de Gestão Corporativa (CDGC)*

Conselho responsável por apreciar, aprovar e acompanhar a execução dos planos de atividade e orçamentos individuais das Entidades do Grupo e das medidas corretivas tendo em vista o cumprimento dos planos de negócio e a mitigação de riscos associados.

*Direção de Consultoria e Organização*

A Área de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, integrada na Direção de Consultoria e Organização, apresenta como principais responsabilidades:

- Promover e apoiar o desenvolvimento e a evolução contínua do processo de gestão do controlo interno, bem como acompanhar e avaliar a sua adesão à estratégia, políticas e metodologias definidas, reportando as respetivas conclusões ao CGRC;
- Apoiar a Comissão Executiva na preparação do relatório regulamentar de controlo interno, individual e de Grupo, efetuar pontos de situação periódicos das insuficiências, proceder a uma análise crítica e à dinamização das medidas de mitigação. Estas atividades são desenvolvidas em estreita articulação com o Gabinete de Suporte à Função Compliance, a Direção de Gestão de Risco, a Direção de Auditoria Interna e as Filiais do Grupo, considerando, ainda, os comentários e observações da Comissão de Auditoria, Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo;
- Desenvolver e implementar a estratégia e as políticas de gestão do risco operacional e assegurar que o mesmo está a ser gerido adequadamente, competindo-lhe ainda promover e apoiar o desenvolvimento e a evolução contínua do processo de gestão deste risco nas Filiais, bem como acompanhar e avaliar a

respetiva aderência à estratégia, políticas e metodologias definidas.

Esta Direção é, ainda, responsável pela gestão e documentação dos processos na CGD, o que inclui a identificação de potenciais riscos operacionais e procedimentos de controlo, desenvolvendo esta atividade em articulação com os Donos de Processos e demais órgãos de estrutura. Compete-lhe, ainda, a salvaguarda da atualidade da documentação dos processos nas Sucursais e Filiais, em articulação com as estruturas locais responsáveis pela sua gestão.

### *Direção de Gestão de Risco*

A Direção de Gestão de Risco é responsável pela:

- Identificação coerente, compreensão e divulgação, no Grupo CGD, dos riscos e oportunidades existentes nos negócios;
- Gestão e controlo dos riscos de crédito do Grupo CGD, de acordo com a estratégia definida em sede de Conselho Alargado de Crédito;
- Gestão e controlo dos riscos de mercado e de liquidez do Grupo CGD, dentro dos limites definidos em sede do Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO);
- Gestão e controlo do risco de modelo no Grupo CGD.

No âmbito do processo de gestão do controlo interno, esta Direção é, ainda, responsável por elaborar periodicamente relatórios para a Comissão Executiva relativos à gestão de riscos, com uma síntese das principais deficiências identificadas e a indicação das recomendações que foram seguidas.

### *Gabinete de suporte à Função Compliance*

O Gabinete de Suporte à Função *Compliance* assegura a coordenação da gestão do risco de *compliance* na CGD e nas respetivas Sucursais e Filiais, bem como nos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) e, ainda, nas sociedades gestoras de fundos de pensões.

Neste âmbito, compete a este Gabinete a coordenação e salvaguarda da boa execução dos procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção do abuso de mercado. É, ainda, responsável por elaborar, periodicamente, relatórios de controlo interno, sobre a área de risco de compliance para a Comissão Executiva com a identificação de eventuais incumprimentos e respetivas medidas para a sua correção.

### *Direção de Auditoria Interna*

A Auditoria Interna é uma atividade permanente, independente e objetiva, que visa auxiliar a Comissão Executiva a monitorizar, através de uma avaliação sistemática e disciplinada, os sistemas de controlo interno, quer na CGD, quer no Grupo (com exceção da Área Seguradora), numa perspetiva de supervisão em base consolidada, por forma a identificar, com oportunidade, as áreas de maior risco e avaliar a eficácia da sua gestão, bem como a adequabilidade dos procedimentos de controlo de maior relevância, ajudando o Grupo a gerir os seus riscos e a promover processos de governação eficazes do sistema de controlo interno implementado na Instituição.

Neste âmbito, é, ainda, responsável por elaborar e apresentar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização um relatório, de periodicidade anual, sobre questões de auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de controlo, que possam evidenciar tendências de deterioração do sistema de controlo interno, bem

como indicando e identificando as recomendações que foram seguidas.

*Direção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira (DCI)*

Órgão diretamente dependente da Comissão Executiva, tem como objetivo principal o desenvolvimento de funções nas áreas de contabilidade, consolidação de contas e da informação financeira, incluindo, designadamente, informação de relato financeiro, informação prudencial e estatísticas monetárias e financeiras.

Para o integral exercício das suas funções, a DCI relaciona-se com os demais órgãos de estrutura da CGD, empresas do Grupo e com as entidades externas intervenientes no âmbito das suas atribuições.

Os circuitos e controlos inerentes ao processo de preparação e divulgação de informação financeira individual e consolidada são objeto de acompanhamento permanente e validação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual é responsável pela emissão de Parecer sobre a adequação e a eficácia da parte do sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira individual e consolidada (relato financeiro), remetido anualmente ao Banco de Portugal.

*Direção de Gestão de Segurança, Risco e Continuidade – SOGRUPO Sistemas de Informação, ACE (SSI)*

Órgão com responsabilidades específicas ao nível dos processos desenvolvidos no âmbito dos sistemas de informação que incluem a avaliação dos processos de acordo com a *framework* CobiT, a identificação e reporte de não conformidades e a dinamização de oportunidades de melhoria.

### 3.7.2. SISTEMA DE CONTROLO DE PROTEÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA EMPRESA E DOS SEUS ACTIVOS

Tendo por objetivo o cumprimento do disposto pelo Banco de Portugal (BdP) no Aviso nº 5/2012 (alterado pelo Aviso nº 9/2012) e, complementarmente por indicação do BdP em Carta Circular nº 23/11 de 2011/12/15, no documento da Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority* – EBA) EBA *Guidelines on Internal Governance* (GL 44), encontram-se definidos, na CGD, *guidelines* e normativos internos que são utilizados como os principais instrumentos auxiliares a um sistema de controlo de proteção dos investimentos e ativos da instituição. As *guidelines* e os normativos são, ainda, ferramentas de suporte na gestão e controlo de riscos financeiros assumidos pela CGD pois indicam, com a precisão considerada suficiente, os níveis máximos de determinados tipos de riscos financeiros que as carteiras de ativos podem incorrer. As medidas de risco utilizadas variam de acordo com a natureza do risco em avaliação.

Para a gestão e controlo de risco de mercado estão definidas *guidelines* aprovadas pela Comissão Executiva e que devem ser observadas pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e outras entidades do Grupo CGD responsáveis pela gestão de carteiras que integram ativos financeiros sujeitos a risco de mercado. A principal medida de risco utilizada na gestão de risco de mercado é o *Value at Risk* (VaR) que é complementada por outras medidas de sensibilidade mais ajustadas ao tipo específico de risco de mercado a medir como sejam, por exemplo: (i) V01 para risco de taxa de juro; e (ii) *gregos* para risco de opcionalidade.

Para a gestão e controlo de risco de liquidez e de risco de taxa de juro no balanço são aprovadas, em Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), *guidelines* que definem os papéis e responsabilidades dos diversos intervenientes, os indicadores a serem monitorizados, os limites para esses indicadores e o sistema de controlo desses limites.

Do processo de monitorização resulta a produção periódica de relatórios.

Também para a gestão e controlo de risco de crédito há normativos internos que, por recurso designadamente à notação de risco, definem limites para as exposições a utilizar no processo de decisão de crédito.

No processo de admissão de risco de crédito, acompanhado sempre por uma proposta comercial, é ainda obrigatório um parecer de risco pela Direção de Gestão de Risco (DGR) para empresas/grupos económicos cuja exposição no Grupo CGD seja superior a determinados limites, definidos em função quer da notação de risco, quer do setor de atividade.

O seguimento das carteiras de crédito é efetuado com regularidade, sendo elaborados relatórios que relevam o seu comportamento, nomeadamente na vertente do incumprimento.

Ainda relacionado com o incumprimento e com a valorização dos ativos de crédito, está implementado no Grupo CGD um processo para determinação de provisões por imparidade, sendo estas sujeitas a validação pelos auditores externos. Desta validação resulta a elaboração de um relatório para envio ao BdP.

A CGD realiza trimestralmente no âmbito do Memorandum de Entendimento (MoU), um Plano de Financiamento e de Capital com dois cenários (base e adverso) que, para além de assegurar o cumprimento de requisitos regulamentares, permite uma melhor perceção dos riscos a que a Instituição se encontra exposta, contribuindo para assegurar melhor proteção para os seus ativos.

No segundo semestre de 2012 o Grupo CGD integrou o conjunto de oito grupos financeiros Portugueses que foram objeto de uma inspeção específica sobre a qualidade dos respetivos ativos relacionados, direta ou indiretamente, com atividades de construção e promoção imobiliária (O*n-Site Inspection Programme regarding Commercial and Real Estate*).

Esta inspeção foi realizada por auditores independentes, selecionados pelo Banco de Portugal, e incidiu sobre:

- A qualidade dos ativos do banco;
- Os procedimentos internos de reconhecimento de operações reestruturadas, com ênfase para a implementação da Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2012;
- As políticas e procedimentos internos relacionados com ativos recebidos em dação.

Conforme divulgado publicamente pela CGD, disponível em https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Divulgacao-Informacao/Informacao-Privilegiada/Documents/IP_03-12-2012.pdf, "*A avaliação concluiu existir necessidade de reforço das imparidades registadas num montante de 138 milhões de euros, correspondente a cerca de 1,6% das exposições avaliadas. Dos 138 milhões de euros, 69 milhões de euros resultaram da análise de informação e eventos posteriores à data de referência, como novas insolvências/falências e reavaliações de colaterais,…*"

"*Os reforços de imparidade que o Grupo CGD constituiu entretanto, com referência a 30 de setembro de 2012, cobriram já grande parte das necessidades identificadas, reduzindo o seu montante de 138 milhões de euros para 44 milhões de euros, valor que será registado até 31 de dezembro de 2012*,…"

"*Tendo em conta os montantes de reforço de imparidade já projetados pelo Grupo CGD para o quarto trimestre de 2012, o impacto dos resultados do OIP sobre o rácio Core Tier 1 previsto para 31 de dezembro de 2012 deverá ser imaterial, não comprometendo o cumprimento do mínimo regulamentar exigido de 10%.*"

## *Valores Mobiliários Detidos para Negociação e Investimento*

Neste âmbito, a atividade de gestão das carteiras de negociação e de investimento sobre valores mobiliários encontra-se enquadrada em *Guidelines* específicas, aprovadas pela Comissão Executiva, as quais estabelecem os níveis de risco que podem ser incorporados nestas carteiras, o tipo de valores mobiliários que as podem integrar, os critérios de liquidez e os mecanismos de controlo a implementar. Estas *Guidelines* foram objeto de revisão em 2012, tendo sido aprovadas pela CE em 14 de março, quer na componente respeitante à Carteira de Negociação, quer na respeitante à Carteira de Investimento.

Em termos de controlo de riscos e valorização dos ativos, existe uma completa segregação face ao Órgão de Estrutura a quem está acometida a gestão destas carteiras, sendo aquelas funções desempenhadas pela Direção de Gestão de Risco. Esta é responsável pela valorização dos ativos, controlo e monitorização do cumprimento das *Guidelines* de gestão. Diariamente é produzido um reporte sobre este controlo, o qual é distribuído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Diretores responsáveis pela gestão destas carteiras.

## *Participações Financeiras*

A Caixa dispõe de um sistema de gestão de informação que permite acompanhar todas as suas participações financeiras, respetiva estrutura acionista de cada sociedade e os elementos que integram os órgãos sociais, bem como controlar os dividendos, a receber, das suas participações.

Anualmente, são analisados os Relatórios e as Contas das sociedades participadas e submetido ao Conselho de Administração/Comissão Executiva as posições a adotar na Assembleia Geral, relativamente à aprovação das contas, aplicação do resultado e demais pontos da respetiva Ordem de Trabalhos. Para além disso, é analisada a evolução de várias áreas de negócio do Grupo CGD, baseando-se na comparação com períodos homólogos, valores orçamentados e resultados obtidos por Grupos concorrenciais e acompanhada a evolução das participações cotadas, consideradas estratégicas, na qual é incluída, entre outros indicadores, o cálculo das perdas ou ganhos potenciais, o limiar do valor de imparidade, os totais de imparidades já relevadas.

A alienação de participações financeiras é sempre previamente deliberada pelo Conselho de Administração/Comissão Executiva, sendo suportada por informação da Direção de Apoio à Governação Corporativa, onde são analisados os resultados dos vários cenários alternativos.

Para a monitorização anual da imparidade das participações financeiras da CGD (não cotadas), de acordo com o *Steering Committee* de acompanhamento das IAS, a CGD, dependendo da rubrica em que estão relevadas e do montante investido, elabora ficha de análise individual da Sociedade ou promove a avaliação pelo Caixa - Banco de Investimento. Para as restantes participações é utilizado o valor do *equity* da participação calculado utilizando os dados contabilísticos mais recentes.

## *Ativos Imobiliários*

A Caixa Geral de Depósitos iniciou, no exercício de 2012, e numa vertente corporativa, um processo de otimização do modelo de gestão do Negócio Imobiliário do Grupo CGD.

Esse processo, ancorado no plano estratégico 2011-2013 da CGD, promove, no domínio do Negócio Imobiliário e em especial no que concerne à gestão dos ativos imobiliários, o reforço de uma visão integrada sobre todas as variáveis de negócio, a presença de

competências especializadas ao longo da respetiva cadeia de valor, aumentando a sofisticação, rapidez e eficiência na execução de processos chave que possam minimizar o risco imobiliário, os impactos globais financeiros e operacionais, com as inevitáveis consequências no reforço do sistema de controlo de proteção dos investimentos e dos ativos, nomeadamente no que diz respeito aos já referidos ativos imobiliários.

A gestão dos ativos imobiliários passou, em face desse processo de otimização, a ser assegurada por uma Direção da CGD, onde foram internalizadas as competências de negócio imobiliário, anteriormente afetas a outras estruturas do Grupo CGD.

Ao nível do modelo organizativo realça-se, ainda, a iniciativa desenvolvida de criação do Conselho Delegado do Negócio Imobiliário (CDNI) que constitui um Órgão deliberativo da Comissão Executiva responsável pela apreciação, debate, monitorização e decisão do negócio imobiliário do Grupo CGD (doméstico e exterior), de forma a permitir um maior alinhamento deste à estratégia do Grupo. Este Órgão possui, igualmente, uma vertente consultiva no âmbito do crédito que envolve um risco imobiliário significativo, emitindo pareceres prévios à sua análise e decisão nos Conselhos de Crédito da CGD.

No âmbito dos ativos imobiliários é possível identificar a sua agregação em duas classes distintas i) ativos fixos tangíveis ou imóveis para uso próprio afetos à exploração, onde estão alguns dos edifícios centrais e um conjunto significativo de agências, nacionais e internacionais, que são utilizados na atividade corrente do banco, e ii) ativos não correntes detidos para venda e/ou arrendamento, provenientes de processos de recuperação de crédito e/ou imóveis anteriormente afetos à exploração.

No decurso do ano de 2012, manteve-se uma política de reforço das medidas de controlo e de reforço da valorização dos ativos imobiliários detidos pela CGD ou recebidos em garantia de operações de financiamento, tendo em vista salvaguardar o seu valor num período de conjuntura adversa.

Esta política, de controlo e valorização, tem vindo a ser complementada pelas auditorias realizadas, no âmbito do *Special on-site Inspections Programme* (OIP), para os setores da construção e promoção imobiliária (CRE – *Construction and Commercial Real Estate*), através do qual se procedeu à atualização do valor de um conjunto alargado de bens imóveis, e para os quais a última avaliação se reportava a data anterior a janeiro de 2012. Esta ação abrangeu um elevado número de bens imóveis concedidos como colateral de empréstimos cujos valores assumem uma representatividade relevante na carteira de crédito da CGD.

Este processo de atualização do valor dos colaterais, caraterizados como bens imóveis, constituiu, igualmente, um reforço da valorização já efetuada no âmbito do *Special on-site Inspections Programme* (OIP) realizado em 2011, que abrangeu, igualmente, um conjunto de bens imóveis, previamente selecionados pela PricewaterhouseCoopers (PwC) e Banco de Portugal, e para os quais a última avaliação se reportava a data anterior a janeiro de 2010. O universo destes imóveis assumiu, também, uma representatividade relevante na carteira de crédito da CGD, nomeadamente no segmento de *Corporate*.

Adicionalmente, a Caixa desencadeou os devidos procedimentos para que de forma automática e sistematizada possa ser obtido o controlo da revisão periódica do valor dos bens imóveis que servem de colateral dos empréstimos, cumprindo, assim, os requisitos estabelecidos pelas várias disposições regulamentares do Banco de Portugal.

Como princípios de enquadramento da gestão imobiliária mantêm-se a segregação de funções, a sustentabilidade e otimização do valor dos ativos, a fiabilidade dos registos contabilísticos e informáticos, e, a avaliação em função do mercado, apurada de forma independente.

### 3.7.3. SISTEMA DE CONTROLO DE SALVAGUARDA DOS ATIVOS DE CLIENTES À GUARDA DA CGD

Os procedimentos implementados têm em consideração o disposto no Código de Valores Mobiliários (CVM), no sentido de se assegurar os seguintes objetivos (Arts.º 306.º a 306.º-D, do CVM):

- Em todos os atos que pratique, assim como nos registos contabilísticos e de operações, deve ser assegurada uma clara distinção entre os bens pertencentes ao património da CGD e os bens pertencentes ao património de cada um dos clientes;
- A abertura de um processo de insolvência, de recuperação ou de saneamento da Instituição não tem efeitos sobre os atos praticados por conta dos seus clientes;
- A Instituição, no seu interesse ou no interesse de terceiros, não dispõe de instrumentos financeiros dos seus clientes ou exerce os direitos a eles inerentes, salvo acordo dos titulares;
- A Instituição não utiliza no seu interesse ou no interesse de terceiros o dinheiro recebido de clientes.

No cumprimento do disposto no nº 4, Art.º 304º-C, do Código de Valores Mobiliários (CVM), os auditores externos procedem à emissão de um relatório anual sobre a adequação dos procedimentos e medidas adotadas pela CGD ao nível da salvaguarda dos bens dos clientes.

O último parecer, relativo a 2011 permitiu concluir que os procedimentos e as medidas adotadas pela CGD são adequados para permitir cumprir, em todos os aspetos materialmente relevantes, as disposições definidas no âmbito dos artigos 306.º a 306.º-D, do CVM, exceto quanto a alguns procedimentos associados a reconciliações de contas junto das centrais depositárias / entidades gestoras que foram entretanto corrigidos e otimizados e à manutenção de evidências de contagens físicas de alguns títulos que serão objeto de recontagem.

## 3.8. Divulgação de Informação Relevante

### 3.8.1. REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

A CGD, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, cujo contacto é o seguinte:

*Contactos do representante para as Relações com o Mercado*

Representante para as relações com o mercado: António José Alves Valente

Telefone: 217905908

Fax: 217953986

E-mail: António.valente@cgd.pt

### 3.8.2. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

Nos termos definidos pelo respetivo enquadramento legal, a CGD, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, o qual promove a tempestiva comunicação de informações que sejam suscetíveis de afetar relevantemente a situação económica, financeira e patrimonial da empresa. Complementarmente, o *site* www.cgd.pt disponibiliza um conjunto de informação institucional e referente ao negócio.

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública imediata de informação relevante, a CGD divulgou a seguinte informação privilegiada durante o ano de 2012:

| Data | Assunto |
|---|---|
| 06/12/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, S.A. informa sobre decisão de *rating* da DBRS |
| 05/12/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, S.A. informa sobre decisão de *rating* da Moodys |
| 03/12/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre resultados do programa de inspeções *on-site* à exposição do Grupo CGD aos setores da construção e promoção imobiliária |
| 28/11/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, S.A. informa sobre emissão de dívida sénior não garantida no montante de 500 milhões de euros |
| 19/11/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, S.A. informa sobre venda da HPP-Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A. |
| 06/11/2012 | Caixa Geral de Depósitos, SA *informs about 3rd quarter 2012 Results* |
| 06/11/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Resultados Consolidados relativos ao 3º trimestre de 2012 |
| 03/10/2012 | Caixa Geral de Depósitos, SA *informs about final assessment of the capital exercise and fulfilment of the EBA December recommendation* |
| 03/08/2012 | Caixa Geral de Depósitos, SA *informs about 1st half 2012 Results* |
| 03/08/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Resultados Consolidados no 1º semestre de 2012 |
| 27/07/2012 | Caixa Geral de Depósitos, SA *informs about Public Sector Covered Bond Programme* |
| 27/07/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre *Public Sector Covered Bond Programme* |
| 17/07/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da FitchRatings |
| 11/07/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da Standard e Poors |
| 29/06/2012 | Caixa Geral de Depósitos, SA *informs about Recapitalisation Plan* |

| Data | Assunto |
|---|---|
| 29/06/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre o plano de recapitalização |
| 18/06/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da FitchRatings |
| 13/06/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre venda de participação financeira na ZON Multimédia |
| 04/06/2012 | Caixa Geral de Depósitos, SA *informs about capital plan* |
| 04/06/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre reforço de fundos próprios |
| 10/05/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Resultados Consolidados do 1º Trimestre de 2012 - Versão Inglesa |
| 10/05/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Resultados Consolidados do 1º Trimestre de 2012 |
| 05/04/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre alteração na composição do Conselho de Administração |
| 30/03/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre a venda na OPA da participação que detém na Cimpor |
| 29/03/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA, a Amorim Energia, B.V. e a ENI S.p.A. informam sobre acordo relativamente aos termos e condições em que a ENI poderá alienar a participação detida na GALP Energia, SGPS, S.A. |
| 29/03/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da Moodys |
| 19/03/2012 | Caixa Geral de Depósitos, SA *informs about public offer to acquire securities and tender offer for its covered bonds and for its public sector covered bonds* |
| 19/03/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre oferta pública de aquisição sobre obrigações hipotecárias e sobre obrigações do sector público |
| 05/03/2012 | Caixa Geral de Depósitos, SA *informs about a public offer to acquire securities* |
| 05/03/2012 | A Caixa Geral Depósitos, SA informa sobre emissão de obrigações hipotecárias |
| 01/03/2012 | Caixa Geral De Depósitos, SA *informs about Competent Member State for the purposes of Article 244-A of the Securities Code* |
| 01/03/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre resultados do Programa Especial de Inspeções |
| 01/03/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Estado Membro competente, para efeitos do artigo 244º - A do Código dos Valores Mobiliários |

| Data | Assunto |
|---|---|
| 15/02/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da Standard and Poors |
| 10/02/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Resultados Consolidados de 2011 - versão em inglês |
| 10/02/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre Resultados Consolidados de 2011 |
| 07/02/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA, informa sobre acordo para a aquisição de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA. |
| 01/02/2012 | A Caixa Geral de Depósitos, SA informa sobre decisão de *rating* da DBRS |

### 3.8.3. DIVULGAÇÃO DE OUTRAS INFORMAÇÕES AO MERCADO

Ao longo de 2012, a CGD manteve uma prestação contínua de informação ao mercado em linha com as recomendações da Comissão de Mercados dos Valores Mobiliários e as melhores práticas internacionais num contexto de transparência e rigor para com investidores, analistas e clientes.

No âmbito do cumprimento do dever de divulgação pública, a Caixa Geral de Depósitos publicou toda a informação relevante e obrigatória através do sistema de difusão de informação da CMVM, disponibilizando-a também para consulta através do seu *site* na *internet* a todas as partes interessadas.

Em particular, a CGD divulgou o Relatório e Contas anual, semestral e informação trimestral sobre os resultados e atividade do Banco, a aprovação do Plano de Recapitalização por parte do Estado, bem como operações de aquisição ou alienação de participações e alterações na composição dos corpos sociais. Publicou ainda as conclusões do Programa Especial de Inspeções do Banco de Portugal e os resultados do cumprimento das recomendações da Autoridade Bancária Europeia no âmbito do Exercício Europeu de Reforço de Capitais.

Como emitente, a CGD informou sobre alterações aos seus Programas de emissão de dívida própria e respetivos prospetos de admissão à negociação, bem como sobre a colocação e reembolso de obrigações e pagamento de juros.

Destaca-se, em março, o anúncio de lançamento de uma oferta pública de aquisição sobre uma emissão de obrigações hipotecárias e de uma oferta de aquisição nos mercados internacionais relativa a uma emissão de obrigações sobre o sector público. Em resultado destas operações, foram recomprados 627M€ de obrigações hipotecárias e 305M€ de obrigações sobre o sector público.

Em julho de 2012, foi aprovada pela CMVM a 9ª adenda ao Prospeto Base do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias no montante de 15 mil milhões de euros. Em novembro, a CMVM aprovou a 10ª adenda a este prospeto. Estas adendas, bem como as versões consolidadas do prospeto foram publicados no sítio da CMVM (30/07/2012 e 23/11/2012).

Igualmente em julho, a CGD realizou uma emissão de obrigações hipotecárias, denominada Série 14, no valor de 1500 milhões de euros. As condições finais desta emissão foram remetidas à Euronext Lisboa.

Em outubro, a CGD informou sobre o reembolso parcial e antecipado de 100M€ da sua emissão de obrigações sobre o sector público, tendo pedido o cancelamento deste valor junto da central de liquidação.

Em novembro, a CGD colocou em mercado uma emissão de dívida sénior não garantida ao abrigo do seu Programa de Emissão de Euro Medium Term Notes (EMTN) no valor de 500 milhões de euros. As condições finais desta emissão foram remetidas à Euronext Lisboa. Esta informação está igualmente disponível no sítio da CMVM (28/11/12).

## 3.8.4. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO *SITE* DO SEE

O *site* www.dgtf.pt, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças possui uma área dedicada ao setor empresarial do Estado, em que é divulgada informação sobre, entre outros, os objetivos e políticas relativas às empresas que integram o setor e às suas participadas, informação financeira histórica e atual da empresa, bem como a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais.

Neste âmbito, a CGD divulga e atualiza regularmente informação no *site* do SEE sobre o conjunto de matérias constantes no seguinte quadro:

| | Divulgação | | | Comentários |
|---|---|---|---|---|
| | Sim | Não | Não Aplicável | |
| Caraterização da Empresa | X | | | |
| Identificação, Missão, objetivos, políticas da empresa, obrigações de serviço público, termos contratuais de prestação de serviços e modelo de financiamento subjacente à prestação de serviço público. | X | | | |
| Esforço Financeiro Público | X | | | |
| Estatutos | X | | | |
| Ficha síntese da empresa | X | | | |
| Objeto social, desempenho económico, participações financeiras | X | | | |
| Funções de Tutela e Acionista | X | | | |
| Informação Financeira histórica e atual | X | | | |
| Modelo Governo / Identidade Órgãos Sociais: | X | | | |
| Modelo de Governo (identificação dos Órgãos sociais) | X | | | |
| Estatuto remuneratório fixado | X | | | |
| Remunerações auferidas e demais regalias | X | | | |
| Orientações de Gestão | X | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Princípios de Bom Governo (PBG) | X | | | |
| Regulamentos Internos e Externos | X | | | |
| Transações Relevantes com entidade (s) relacionada (s) | X | | | |
| Outras transações | X | | | |
| Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental | X | | | |
| Avaliação do cumprimento dos PBG | X | | | |
| Código de Ética | X | | | |

Esta informação encontra-se disponível em: http://www.dgtf.pt

## 3.8.5. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO *SITE* DA CGD

O *site* da CGD inclui na sua arquitetura de informação, uma área de acesso público exclusivamente dedicada à divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade, de forma a cumprir integralmente os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março. Nesta área do *site* é garantida a divulgação de toda a informação obrigatória e legal respeitante às diversas matérias sobre Governo da Sociedade, incluindo informação sobre as matérias constantes no seguinte quadro:

| | Divulgação | | | Comentários |
|---|---|---|---|---|
| | Sim | Não | Não Aplicável | |
| Existência de *site* | X | | | |
| Historial, Visão, Missão e Estratégia | X | | | |
| Organigrama | X | | | |
| Órgãos Sociais e Modelo de Governo: | X | | | |
| Identificação dos Órgãos sociais | X | | | |
| Identificação das áreas de responsabilidade do CA | X | | | |
| Identificação de comissões existentes na sociedade | X | | | |
| Identificar sistemas de controlo de riscos | X | | | |
| Remuneração dos Órgãos sociais | X | | | |
| Regulamentos Internos e Externos | X | | | |
| Transações fora das condições de mercado | X | | | |
| Transações relevantes com entidades relacionadas | X | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental | X | | | |
| Código de Ética | X | | | |
| Relatório e Contas | X | | | |
| Provedor do cliente | | | X | Resposta a sugestões/ reclamações no Espaço Cliente |

Esta informação encontra-se disponível em:
https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Governo-Sociedade/Pages/Governo-Sociedade.aspx

### 3.8.6. ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas de 2012 da CGD, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade, de acordo com o princípio estabelecido no ponto 29 do Anexo da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março.

## 3.9. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

A informação apresentada nesta análise incide sobre as linhas orientadoras da sustentabilidade nos vários temas relevantes, sendo em alguns casos apresentadas iniciativas que ilustram a aplicação das mesmas pela CGD. Para uma compreensão mais exaustiva da implementação do seu Programa Corporativo de Sustentabilidade e contributos da CGD para o desenvolvimento sustentável, pode ser consultado o último Relatório de Sustentabilidade, disponível no *site* da CGD e que divulga informações mais detalhadas sobre o desempenho da CGD nos vários domínios.

### 3.9.1. ESTRATÉGIAS ADOPTADAS

Os pilares de atuação da CGD no domínio da Sustentabilidade assentam no reconhecimento da importância do equilíbrio, transparência e responsabilidade nas relações que estabelece com os seus *stakeholders*, bem como da contribuição da atividade bancária para o desenvolvimento sustentável, de forma a promover um futuro melhor.

Neste sentido, encontra-se definido um modelo de gestão para a sustentabilidade, transversal à organização e do qual fazem parte algumas empresas do Grupo CGD. Este modelo é composto por:

- Comité Geral de Sustentabilidade, estrutura de recomendação com a responsabilidade de apreciar, debater e monitorizar a implementação da estratégia de Sustentabilidade na CGD e recomendar matérias relevantes para aprovação da Comissão Executiva.
- *Steering* de Sustentabilidade, criado em 2012, que constitui um fórum intercalar de acompanhamento à implementação do Programa de Sustentabilidade e

preparação de reuniões para o Comité Geral de Sustentabilidade;

- Equipa coordenadora do Programa de Sustentabilidade, responsável por coordenar e acompanhar o Programa de Sustentabilidade e dinamizar as atividades dos grupos de trabalho;
- Grupos de Trabalho constituídos por responsáveis de vários Órgãos de Estrutura, que desenvolvem temas específicos, nomeadamente: Políticas e Códigos Voluntários | Risco | Produtos | Ambiente | Envolvimento com a Comunidade | Reporte e *Stakeholders* | Recursos Humanos |Grupo CGD_África/Brasil.

De forma a assegurar o diálogo contínuo, o alinhamento das expetativas dos seus *stakeholders*, bem como a gestão atempada de riscos e oportunidades que surgem no decorrer da interação com os mesmos, a CGD considera a gestão da relação com os vários grupos de *stakeholders* fundamental, tendo definido uma estratégia de envolvimento de *stakeholders*, reforçando assim a transparência e confiança nas relações estabelecidas.

Neste âmbito, a CGD procede periodicamente à auscultação dos seus stakeholders estratégicos em matéria de sustentabilidade: Acionista/Estado, Entidades Reguladoras, Colaboradores, Comunidade, Fornecedores e Clientes Particulares e Empresas. Este processo tem como objetivo avaliar a perceção destes sobre a CGD e identificar as principais expetativas e oportunidades de melhoria em matéria de sustentabilidade, servindo, também, de base à definição de assuntos relevantes a abordar no relato anual de sustentabilidade.

De acordo com os resultados obtidos em 2012, mais de 80% dos auscultados considerou o grau de envolvimento com o Banco bom ou muito bom. Mais de 70% considerou que é da responsabilidade da CGD contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor bancário nacional.

A informação recolhida, para além de ser tratada e incorporada na gestão, é integrada nas estruturas funcionais afetas à implementação do Programa Corporativo de Sustentabilidade, tendo em vista a melhoria contínua do desempenho da CGD no que concerne ao desenvolvimento sustentável.

A CGD, no seu processo de comunicação regular do desempenho em sustentabilidade, publica anualmente dois relatórios, o Relatório Sustentabilidade e o Relatório de Neutralidade Carbónica, em concordância com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), tendo-lhes sido atribuída a notação máxima (A+), por entidade externa independente de auditoria, que reconhece o mérito e a evolução da CGD na implementação de boas práticas nos três pilares: económico, ambiental e social. Adicionalmente, a CGD tem vindo a responder a vários *ratings* de sustentabilidade - para além do *Carbon Disclosure Project* (CDP), merece destaque a classificação *Prime* obtida na avaliação da Oekom em 2012.

No exercício responsável da sua atividade, a CGD subscreve os seguintes códigos e princípios relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, entre eles:

- Princípios de Bom Governo para as Empresas do Setor Empresarial do Estado (Resolução do Conselho de Ministros N.º 49/2007);
- Código de Conduta Europeu Voluntário do Crédito à Habitação, subscrito desde 2000;
- Código de Conduta do Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade, desde 2000;
- *Enterprise for Health* — Rede Europeia de Empresas Saudáveis, sendo a CGD Membro Fundador desde 2000;

- Programa Ambiental das Nações Unidas para o Setor Financeiro (*United Nations Environment Programme - Finance Initiative*), desde 2009;
- Carta para o Negócio Responsável do *World Savings Banks Institute/European Savings Banks Group* (WSBI/ESBG), desde 2011;
- Carta de Compromissos da Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN), no âmbito da comunicação responsável, desde 2012.

Adicionalmente, a CGD pertence ao *Advisor Comittee* do UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*), através do Gabinete de Prevenção, Segurança e Continuidade de Negócio (GPS) e integra a equipa de coordenação técnica do UNICRI Portugal, que subscreve os Princípios do Pacto Mundial das Nações Unidas *(Global Compact)*.

A CGD marca presença nas principais associações e iniciativas de Sustentabilidade, entre elas: UNEP-FI, *Carbon Disclosure Project*, BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, sendo de destacar que, em 2012, aceitou o convite para integrar o Comité de Responsabilidade Social e Corporativa do *European Savings Bank Group* (ESBG), que integra também a Comissão Europeia.

A participação da CGD neste Comité, importante fórum europeu, permite alavancar sinergias e o desenvolvimento de parcerias que poderão constituir oportunidades de evolução da sociedade e economia nacionais, tendo como referência a crescente valorização dos conceitos de inovação e empreendedorismo social como motores do progresso económico, de inclusão social e financeira e de oportunidades de captação de negócio.

A CGD tem vindo a ser convidada a partilhar o seu desempenho na Sustentabilidade em diversos fóruns externos, destacando-se, entre outros, o Instituto Superior Técnico, a Associação Empresarial Portuguesa e o ISCTE.

### 3.9.2. POLÍTICAS PROSSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE

Como linhas orientadoras de atuação, a CGD tem definido um conjunto de políticas que constituem os alicerces do seu Programa Corporativo de Sustentabilidade, sendo elas:

- Política de Sustentabilidade assente em cinco áreas estratégicas, com orientação de criação de valor para os *stakeholders:* Banca Responsável | Promoção do Futuro | Proteção do Ambiente | Envolvimento com a Comunidade | Gestão do Ativo Humano;
- Política de Ambiente;
- Política de Envolvimento com a Comunidade;
- Política de Produto e Serviço, aprovada em 2012 que decorre da Política de Marketing e Comercial do Grupo CGD, que define orientações de adequação da oferta às necessidades dos diferentes perfis de clientes, de fomento da atividade económica, de criação de riqueza e ao mesmo tempo de combate à exclusão social e económica.

Estas políticas estão disponíveis *online* na área de sustentabilidade do *site* da CGD, para consulta em português e inglês.

Em alinhamento com a sua estratégia global, a CGD prossegue o objetivo de incrementar

a melhoria da qualidade de serviço prestado ao Cliente. Neste âmbito tem vindo a desencadear diversas iniciativas para disseminar uma "Cultura da Qualidade" e promover a eficiência e a eficácia dos seus processos, nomeadamente através da implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade.

A implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) é uma forma privilegiada de incorporar melhorias organizacionais e de promover a cooperação dos colaboradores na otimização de processos, com impacto direto no incremento da qualidade do serviço prestado ao cliente.

Em 2012 foram renovadas as certificações já atribuídas, segundo o referencial NP EN ISO 9001:2008, nos seguintes processos:

- Conceção, planeamento e execução de operações em Mercados Financeiros;
- Processamento das operações nos Mercados Financeiros;
- Prevenção e Segurança.

Tendo presente as tendências do mercado e as vantagens do investimento em Sistemas de Gestão da Qualidade foram iniciados novos projetos no âmbito dos processos de *Contact-Center - Inbound*, de Concessão de Cartões, de Suporte Operacional, de Crédito a Empresas e de Comércio Externo.

Paralelamente a definição de níveis de serviço para os processos e respetiva monitorização têm sido uma forte preocupação da Caixa, pois permitem a avaliação da sua *performance*, a antecipação de ineficiências, a redução de custos e o desenvolvimento de ações de melhoria.

O investimento em formação interna e externa dos colaboradores sobre Qualidade tem sido uma constante e, considerando a dimensão da CGD, foi desenvolvido um curso em *e-learning*, que se prevê que em 2013 se estenda a outras entidades do Grupo.

Em 2012 destacam-se, ainda, o acompanhamento da implementação da Estratégia da Qualidade definida para a CGD pelo Comité Geral da Qualidade de Processos que reúne periodicamente, a criação de uma área na Intranet dedicada à Qualidade e a partilha da experiência Caixa em eventos externos, nomeadamente na Pós-Graduação "Inovação e Qualidade" do ISEG e no 37º Colóquio da Qualidade.

### 3.9.3. GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS FIXADAS

Na persecução dos valores e princípios de sustentabilidade e de bom governo, a CGD tem vindo a assumir publicamente diversos compromissos nos seus Relatórios de Sustentabilidade, consubstanciados na estratégia definida para este âmbito de gestão e intervenção.

Neste âmbito, a CGD, inseridos no Programa Corporativo de Sustentabilidade, tem assumido compromissos em diversas áreas-chave do funcionamento da organização:

- Ética e conduta;
- Incorporação de princípios e práticas de sustentabilidade no modelo de governação do Banco;
- Envolvimento de *stakeholders*, designadamente ao nível da comunidade, contribuindo para a inclusão social;
- Gestão do capital humano;
- Produtos e Serviços Ambiental e Socialmente Responsáveis;

- Qualidade de processos e certificação;
- Gestão ambiental e combate às alterações climáticas, incluindo a definição de objetivos quantificados para a redução das suas emissões de carbono e consumo de energia;
- Promoção da literacia financeira;
- Comunicação e sensibilização sobre sustentabilidade.

Para garantir o cumprimento dos compromissos, a CGD define, implementa e monitoriza um conjunto de iniciativas levadas a cabo pelos órgãos de estrutura afetos ao Programa Corporativo de Sustentabilidade. Os compromissos e respetivo estado de concretização são divulgados anualmente, sendo monitorizados e auditados por entidade externa independente no âmbito do processo de verificação dos Relatórios de Sustentabilidade e de Neutralidade Carbónica.

## 3.9.4. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS PARA A ATIVIDADE E PARA O FUTURO DA EMPRESA

Para além das orientações estratégicas definidas para a globalidade do Setor Empresarial do Estado (SEE), a CGD está sujeita a orientações específicas, nas quais constam, em particular, o reforço das capacidades e mecanismos de controlo e gestão de risco.

Os principais riscos que a CGD identifica são:

- Agravamento das condições macro económicas do país e respetivo impacto na atividade bancária, sobretudo na geração de proveitos e no incumprimento;
- Manutenção da curva de taxa de juro Euribor em patamares historicamente baixos, com impacto significativo na rendibilidade dos ativos com taxas indexadas;
- Potenciais riscos financeiros decorrentes de fatores socio ambientais por parte dos clientes;
- Potencial quebra do nível de satisfação percecionada pelo cliente relativamente à qualidade do serviço.

A CGD, como referido no ponto 3.7. do presente Relatório, procura garantir um adequado ambiente de controlo interno através de um sistema de gestão de risco, da implementação do Programa de Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI), de um eficiente sistema de informação e comunicação bem como um efetivo processo de monitorização, de acordo com os requisitos de elegibilidade estabelecidos pelo Banco de Portugal e assentes nas melhores práticas.

De forma a assegurar a proteção dos ativos e atividade da CGD, são realizados *stress-tests* aos riscos de natureza financeira, com periodicidade trimestral, dando cumprimento à regulamentação emanada do Banco de Portugal.

Adicionalmente e no plano de assistência financeira a Portugal, assinado em Abril de 2011 pelo Governo Português, foram definidos indicadores de liquidez e de capital a serem atingidos pelas principais instituições bancárias portuguesas através de Planos de Financiamento e de Capital a implementar até 2015, sujeitos a monitorização trimestral por parte do Banco de Portugal, do FMI, do BCE e da Comissão Europeia. Ainda no âmbito do memorando de assistência financeira, os bancos portugueses, incluindo a CGD, têm sido submetidos a auditorias externas independentes e regulares para validar informação sobre a qualidade dos ativos e a respetiva solvabilidade.

A gestão de risco é realizada de forma centralizada, abrangendo o controlo e avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez e de natureza operacional a que a CGD está sujeita, de acordo com o princípio de segregação de funções. Para cada tipo de risco, encontram-se definidas orientações estratégicas, definidas internamente e de acordo com a legislação e regulamentos aplicáveis em vigor.

A CGD desenvolve vários projetos na área de gestão de risco, cuja informação mais detalhada se encontra no Relatório e Contas, sendo que no que respeita ao risco de incumprimento de crédito dos clientes, a Caixa adotou uma abordagem preventiva de deteção e acompanhamento de situações de Clientes com indícios de risco acrescido, tendo desenvolvido soluções de renegociação de crédito, com vista a reduzir os encargos mensais das famílias, adequando-os ao seu nível de rendimento atual.

No âmbito da sua estratégia de combate às alterações climáticas, a CGD identificou riscos e oportunidades, incluindo os resultantes das tendências crescentes de legislação. Neste sentido, o novo ambiente regulatório terá impacto ao nível operacional da CGD, bem como da atividade desenvolvida pelas empresas suas clientes.

A sustentabilidade representa uma nova abordagem de gestão, sendo possível transformar gradualmente os riscos a que a CGD está exposta em oportunidades que os temas da sustentabilidade trazem ao negócio bancário, com a introdução de novas linhas de negócio de acordo com os requisitos de mercado, nomeadamente a integração progressiva de critérios ambientais e sociais na avaliação do risco de crédito, a divulgação de riscos ambientais e sociais junto dos vários *stakeholders* bem como promoção da educação para a poupança e para o consumo consciente e informado, com vista a contribuir para a prevenção do sobre endividamento dos Clientes e do consequente risco de incumprimento.

## 3.9.5. FORMA DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS INERENTES A UMA ADEQUADA GESTÃO EMPRESARIAL

### 3.9.5.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL

*Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos Direitos Humanos e de não discriminação*

De acordo com o referido no ponto 3.2.4.1. do presente Relatório, a CGD enquanto instituição socialmente responsável garante a igualdade de oportunidades e não discriminação a todos os seus colaboradores, a liberdade de associação, bem como a proibição de trabalho infantil e trabalho forçado, promovendo assim os direitos humanos.

Assim, a forma como o tema sobre direitos humanos é gerido na CGD reflete-se na sua abordagem à gestão do capital humano, consubstanciada nas suas políticas e código de conduta.

Atendendo a que o código de conduta se aplica não só aos colaboradores da CGD, mas também aos prestadores de serviços, incluindo a subcontratação, a CGD promove progressivamente a sustentabilidade na sua cadeia de valor, proibindo a discriminação baseada em critérios como raça, género, incapacidade, deficiência, preferência sexual, convicções políticas ou ideológicas, religião, instrução, estado civil ou outros.

A política de sustentabilidade da CGD, numa das suas linhas de orientação, estabelece também a não-discriminação e igualdade de oportunidades tanto no recrutamento como nas oportunidades de desenvolvimento profissional e na carreira bem como na remuneração.

Anualmente, a CGD reporta no seu Relatório de Sustentabilidade dados quantitativos que demonstram a aplicação destes princípios, sendo a informação auditada por entidade externa independente.

*Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores*

A missão da gestão de recursos humanos na CGD consiste na obtenção de uma equipa forte e motivada, assegurando não só os princípios de não discriminação e igualdade de tratamento e oportunidades, como também o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos colaboradores, o seu desenvolvimento profissional, e o bem-estar ao nível da saúde e segurança laboral.

A gestão do capital humano só é possível realizar-se de forma adequada tendo sempre presente o apoio direto ao negócio e à expansão da rede comercial, o desenvolvimento das competências e potencial dos colaboradores, o reconhecimento do mérito, bem como a promoção do bem-estar geral.

Para assegurar a eficácia desta gestão, a CGD dispõe de várias ferramentas e tem desenvolvido internamente várias iniciativas, das quais se destacam as apresentadas no ponto 3.2.4.3. do presente Relatório.

No que concerne à saúde e segurança laboral, a política de saúde ocupacional seguida pela CGD exige um programa de prevenção integrada, com vista à manutenção do bem-estar físico, psíquico e social dos colaboradores. A medicina do trabalho disponibiliza várias atividades além dos exames obrigatórios por lei, nomeadamente consultas em especialidades, campanhas de prevenção, vacinação e rastreios.

No âmbito da promoção contínua de mecanismos de controlo e redução dos riscos nos locais de trabalho, a CGD encontra-se a definir uma Política de Segurança e Saúde no Trabalho, com vista à implementação das OHSAS 18001, reforçando a formação em prevenção e segurança.

*Adoção de práticas ambientalmente corretas*

Promover a resposta ativa aos problemas ambientais da sociedade constitui uma das linhas orientadoras das políticas da CGD em matéria de responsabilidade ambiental. A CGD reconhece, desta forma, a necessidade de desenvolver iniciativas de gestão ambiental, assentes nas melhores práticas internacionais, procedendo também à realização frequente de *benchmarks* das práticas ambientais adotadas pelos melhores bancos no âmbito das atividades do grupo de trabalho Ambiente do Programa Corporativo de Sustentabilidade.

Neste sentido, tem sido implementadas medidas para reduzir o seu impacto ambiental, no âmbito da sua estratégia de combate às alterações climáticas e da sua Política de Ambiente.

A CGD elabora, desde 2006, um inventário de emissões de gases de efeito de estufa (GEE) relativas à atividade bancária em Portugal, permitindo-lhe quantificar, gerir e divulgar a sua pegada carbónica e monitorizar o seu desempenho ambiental, em matéria de carbono.

Com o objetivo de reduzir a sua pegada carbónica, a CGD continua a implementar um conjunto diversificado de medidas que incluem a utilização de energias renováveis, a adoção de tecnologias de baixo carbono nos edifícios e na mobilidade, e uma adequada gestão de resíduos. O mote utilizado em 2012 “O caminho faz-se caminhando... o nosso faz-se reduzindo” é ilustrativo tendo em vista a concretização dos objetivos assumidos

publicamente de redução de emissões GEE até 2015, em relação aos valores de 2006:

- Redução de 15% nas emissões globais de carbono, por colaborador (t CO2e / FTE)
- Redução de 4% no consumo de energia nas instalações, excluindo *Data Center*, por colaborador (kWh / FTE)

A CGD procede à compensação das emissões, de forma faseada, relativas à sua frota comercial, ao funcionamento da Fundação Caixa Geral de Depósitos-Culturgest (Lisboa e Porto), bem como à produção das publicações CGD.

Para compensar as suas emissões, a CGD tem um conjunto de critérios definidos que visam a aquisição e a utilização de créditos de carbono com elevados níveis de integridade e potenciadores de benefícios ambientais e sociais dos projetos que lhes estão associados. As emissões são compensadas, através de créditos gerados por um projeto de redução de emissões através da substituição de combustível fóssil numa unidade de produção de papel localizada no Brasil, com certificação internacional máxima *Voluntary Carbon Standard*. São também utilizados créditos gerados pelo projeto Floresta Caixa Carbono Zero, localizada na Tapada Nacional de Mafra. Anualmente é publicado um relatório individual de compensação de emissões (Relatório de Neutralidade Carbónica), sujeito a verificação externa independente, que pode ser consultado no *site* da CGD.

A compensação das emissões associadas tem, também, como objetivo sensibilizar públicos diversificados – Clientes, Colaboradores e população em geral - promovendo o conhecimento e a discussão sobre o tema.

A CGD tem, ainda, como compromisso a sensibilização ambiental, constituindo-se como um dos vetores da estratégia de combate às alterações climáticas. Esta sensibilização, ao nível interno, junto dos colaboradores tem sido concretizada pela disseminação das boas práticas em vários meios de comunicação interna, como a intranet, *newsletters* e publicações.

Foram desenvolvidos dois guias práticos de baixo carbono destinados à literacia ambiental e de carbono, a promover uma atitude mais sustentável junto dos *stakeholders* e à utilização responsável dos recursos disponíveis ao mesmo tempo que contribui para a redução de custos, no trabalho e em casa.

Para além destas, outras iniciativas de sensibilização foram levadas a cabo, nomeadamente a Calculadora de Carbono, o Ciclo da Poupança, a Floresta Caixa, bem como a participação em vários eventos de eficiência energética.

Em 2012, a CGD patrocinou o Portal *Green Savers* que agrega informação, atualizada ao minuto, dedicada exclusivamente a temas da sustentabilidade e que ajuda a disseminar as boas práticas no quotidiano das empresas e dos cidadãos. A CGD patrocinou ainda a Quercus na produção da série televisiva de sensibilização ambiental “Minuto Verde”, adaptada às realidades de Cabo Verde e de Moçambique.

Para além da gestão de emissões e da sensibilização ambiental, a CGD tem implementado práticas de eco-eficiência para outros aspetos ambientais, nomeadamente a implementação de medidas de redução de consumo de água, do consumo de papel e a gestão mais eficiente de resíduos, decorrente da implementação do seu Plano de Gestão de Resíduos.

De destacar, ainda, que face ao compromisso de promover a implementação de um sistema de gestão ambiental, a CGD deu início, em 2012, aos trabalhos de preparação para a sua implementação, de acordo com diretrizes da norma ISO 14001, com vista à melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

No relatório de sustentabilidade encontram-se informações mais completas sobre a gestão ambiental, incluindo resultados obtidos e descrição de medidas implementadas.

No âmbito da divulgação de informação sobre riscos ambientais destaca-se a iniciativa Banca & Ambiente – Financiar o Ambiente em Portugal 2009/2011, sob a égide da UNEP-FI, que visa promover o conhecimento sobre riscos ambientais, junto dos bancos e do setor empresarial, que visa a inclusão gradual de critérios ambientais nas análises de crédito realizadas pelos bancos, junto das empresas Clientes. Em 2012, a CGD adaptou e implementou o questionário sobre riscos ambientais, proposto pela UNEP-FI, dirigindo-o a Clientes autarquias, de forma a identificar possíveis riscos ambientais deste segmento de mercado.

No que respeita à minimização dos impactes ambientais negativos que resultam diretamente da sua atividade, a CGD tem vindo a implementar diversas medidas de eco-eficiência, disponíveis para consulta no relatório de sustentabilidade.

### 3.9.5.2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O reconhecimento da importância da atividade bancária para o desenvolvimento sustentável está firmado na Política de Sustentabilidade da CGD, estabelecendo a promoção do futuro como uma das suas áreas estratégicas. Neste domínio, a atuação da CGD tem vindo a pautar-se pela adoção voluntária de compromissos nas várias vertentes de sustentabilidade - económica, ambiental e social, que vão além das suas obrigações legais.

Por outro lado, o acionista Estado espera da CGD o cumprimento da sua missão de contribuição para o desenvolvimento económico, o reforço da competitividade, a inovação e internacionalização das empresas portuguesas, procurando sempre uma evolução equilibrada entre solidez, rendibilidade e crescimento. Uma contribuição assente no quadro de uma gestão prudente dos riscos, bem como de uma prática de *benchmark* ao nível da eficiência e qualidade de serviço, de referência de Bom Governo e de elevado sentido de responsabilidade social.

A CGD reconhece que o sucesso deste posicionamento está também dependente de um diálogo contínuo com os diversos *stakeholders*. O desenvolvimento sustentável permite construir relações equilibradas com benefício mútuo (CGD e partes interessadas), sendo reconhecido pela CGD que uma atuação sustentável é decisiva para o processo de escolha por parte dos Clientes, cada vez mais exigentes a nível socioambiental, permitindo assim a obtenção de maiores níveis de confiança e fidelização.

Em 2012, continuou o seu caminho de consolidação na aposta do desenvolvimento sustentável enquanto entidade de referência na promoção das melhores práticas do setor financeiro, através da implementação de várias iniciativas que lhe permitem reduzir a sua exposição a riscos decorrentes do impacto da sua atividade. Foi também considerado importante comunicar este percurso e reforçar a perceção da CGD enquanto instituição rigorosa, que trabalha em benefício de um futuro melhor. Para o efeito, foi lançada a campanha “Vemos o futuro com outros olhos”, simbolizando a responsabilidade no percurso sustentável alcançado.

Na vertente do negócio bancário, a CGD tem estado a trabalhar na criação de soluções financeiras que facilitam o acesso a produtos e serviços ambiental e socialmente responsáveis, e na integração destas componentes nas soluções já existentes. Deste modo, tem disponível uma oferta diversificada que visa, por um lado, promover a adoção de comportamentos e tecnologias de baixo carbono, e por outro, fomentar o desenvolvimento económico e a criação de riqueza com o apoio ao tecido empresarial

português. Igualmente, está disponível um conjunto de soluções inovadoras de fomento à poupança e inclusão financeira, destinadas a pessoas com rendimentos baixos, à criação de autoemprego com soluções de microcrédito e empreendedorismo.

Face à atual importância de que se revestem as exportações na recuperação da economia nacional, a CGD prosseguiu em 2012 a sua orientação estratégica de apoio às exportações e internacionalização das empresas portuguesas.

Consciente de que o desenvolvimento sustentável exige uma cidadania ativa e informada, a CGD posiciona-se como "Banco de apoio ao conhecimento", promovendo o desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal e apoiando projetos de interesse científico. Desempenha um papel determinante na partilha do conhecimento e na divulgação de informação que possa contribuir para alavancar a participação das pessoas na economia, no empreendedorismo social e na construção de um futuro mais sustentável.

Em 2012, a CGD apoiou a realização de um conferência dedicada exclusivamente ao tema Desenvolvimento Sustentável, a qual teve como principal objetivo alertar para a necessidade de prosseguir de forma sustentável.

Em paralelo, destaca-se o papel da CGD na inclusão financeira, em especial nas regiões com baixa densidade populacional ou economicamente desfavorecidas.

A CGD tem, também, desempenhado um papel relevante na empregabilidade da população, que constituiu um objetivo transversal, patente nas políticas de recursos humanos, de envolvimento com a comunidade, bem como na oferta disponibilizada de soluções financeiras. Por um lado, constitui-se como entidade empregadora responsável, por cerca de 20% do emprego do setor bancário português, por outro pela criação de emprego indireto através da promoção do empreendedorismo e do financiamento das empresas suas clientes.

### 3.9.5.3. SERVIÇO PÚBLICO E DE SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DA COLETIVIDADE

No âmbito da sua Política de Envolvimento da Comunidade, a CGD aposta nas boas práticas que impulsionam modelos de gestão capazes de acrescentar valor à sociedade. Para além da criação de soluções financeiras de incentivo ao desenvolvimento do tecido empresarial português e de financiamento de uma economia de baixo carbono, a CGD, no desempenho do seu papel de Banco Público Português, tem investido na criação de soluções que respondam às necessidades sociais emergentes, reforçando assim a sua posição de referência na vertente social.

A integração da comunidade como fator determinante na criação de valor e na sustentabilidade do negócio é um dos pilares fundamentais pelos quais se tem pautado a atuação socialmente responsável, desde o apoio contínuo às atividades sociais e culturais, nas quais a Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest tem sido um agente cultural crucial, até à inovação social e à educação e literacia Financeira.

No domínio da atividade cultural, a CGD continua a assumir um papel inequívoco, com uma atuação ímpar, através da promoção da música, artes plásticas, cinema, literatura, bem como a divulgação da cultura e língua portuguesa, em Portugal e no Mundo, através da sua rede de mediatecas.

No domínio de inovação social, a CGD acredita que as soluções devem ser criadas em conjunto com os *stakeholders* na resposta às problemáticas sociais, que não podem ser resolvidas de forma isolada. A criação de valor económico em paralelo com a criação de

valor social constituem aspirações comuns, estando a CGD, no âmbito do seu Programa Corporativo de Sustentabilidade, a trabalhar oportunidades e potencialidades do negócio social e inclusivo, incluindo os modelos de microfinanciamento e empreendedorismo. Tem também fomentado a educação e literacia financeira da sociedade, através de iniciativas de incentivo à poupança, consumo e investimentos mais responsáveis envolvendo várias partes interessadas.

O *Young VolunTeam* é um projeto de promoção do voluntariado em escolas do Ensino Secundário, contribuindo para o desenvolvimento de competências fundamentais nos jovens, que promove a inclusão social, a educação, o empreendedorismo, o emprego e a cidadania.

Através deste Programa, a CGD reforça a aposta nos jovens, despertando a sua consciência cívica e social, contribuindo para a valorização dos seus currículos.

No âmbito da literacia financeira, a par de outras iniciativas regulares como o *site* Saldo Positivo, o Ciclo da Poupança, a exposição itinerante Educação + Financeira, a participação no grupo de trabalho de literacia financeira da Associação Portuguesa de Bancos (APB) e o apoio ao parque temático Kidzania, a CGD criou, em 2012, o Saldo Positivo Empresas, através do qual presta um apoio essencial à capacitação financeira das empresas e à promoção de boas práticas de gestão que facilitam o crescimento económico sustentável, a inovação, a gestão do risco e o retorno do capital. A CGD promoveu também a 3ª Conferência Internacional de Educação Financeira, e apoiou o Projeto AconteSer – Liderar com Responsabilidade, que visa incentivar um conjunto de boas práticas de liderança com vista à sustentabilidade económica e social.

A CGD promove o voluntariado, incentivando a participação dos seus colaboradores em ações solidárias e de cidadania, na proteção do meio ambiente e na interação com as comunidades onde atua, nomeadamente no apoio a cidadãos carenciados e/ou debilitados. Neste âmbito, destaca-se a participação de voluntários da Caixa no projeto Aprender a Empreender do JAP Portugal, desde 2011, cuja missão consiste em desenvolver o espírito empreendedor nas crianças e jovens de Portugal, através da formação e ensino de conceitos de literacia financeira a alunos do ensino básico, secundário e universitário.

A CGD mantém também a associação às grandes causas na área da solidariedade, através do seu Grupo de Dadores de Sangue, da realização de donativos e doação de bens.

Para além do compromisso da CGD de apoio contínuo à Comunidade e da sua contribuição com respostas adaptadas às suas expetativas e necessidades reais, a qualidade do serviço público e a experiência do cliente são áreas fundamentais no reforço das propostas de valor ao cliente.

A avaliação e monitorização da experiência do cliente são asseguradas através de várias metodologias de avaliação de qualidade de serviço, alinhadas com as melhores práticas internacionais, permitindo à CGD identificar áreas críticas de atuação, adequar a oferta e os modelos de serviço, e cumprir com os níveis de serviço adequados a cada segmento.

Com especial destaque, face ao atual contexto socioeconómico, importa referir que a CGD, consciente da sua atuação responsável, desenvolveu em 2012 soluções de apoio a clientes em *stress* financeiro, que permitiram aos seus clientes de crédito a adequação dos respetivos encargos aos rendimentos disponíveis das famílias, em antecipação das tendências legislativas.

Atenta às atuais condições socioeconómicas e à necessidade de desenvolvimento e implementação de medidas que garantam o acesso à habitação, a CGD, correspondendo a convite do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, associou-se à iniciativa

governamental denominada Mercado Social de Arrendamento.

### 3.9.6. MOLDES EM QUE FOI SALVAGUARDADA A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, DESIGNADAMENTE, PELA VIA DE INVESTIGAÇÃO, DA INOVAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO

A CGD tem pautado a sua atuação no reforço da competitividade e capacidade de inovação. A CGD é membro da *European Financial Management & Marketing Association* (EFMA), cuja organização promove a inovação no retalho financeiro e diligencia o debate entre os diversos parceiros, encorajando a partilha de experiências e melhores práticas. De destacar que, em 2012, a CGD obteve o primeiro lugar do concurso *The Best Mobile Banking* APP, levado a cabo pela (EFMA). Esta distinção demonstra o reconhecimento da qualidade, capacidade de inovação e diferenciação da APP Caixadirecta para Windows 8.

Neste sentido, disponibiliza aos seus clientes particulares os serviços Caixadirecta *on-line*, Caixadirecta *invest*, Caixadirecta *sms* e Caixadirecta *mobile*, e aos Clientes empresa os serviços Caixa *ebanking* e Caixa *ebanking mobile.*

No desenvolvimento do *site* da CGD foram implementadas as melhores práticas de acessibilidade (*Web Content Acessibility Guidelines 1.0 do W3C),* o que permite disponibilizar aos utilizadores conteúdos e serviços mais acessíveis, incluindo a portadores de deficiências físicas e cognitivas de diversas naturezas. Em 2012, manteve os seus níveis máximos de acessibilidade, sem alterações, continuando a obter a classificação AAA do consórcio W3C.

A CGD tem continuado a evoluir na inclusão digital, através da tecnologia e acréscimo da acessibilidade à informação financeira importante na gestão corrente das famílias e empresas, com base na promoção da cidadania e igualdade de oportunidades. Os canais *mobile* passaram a estar acessíveis a partir de qualquer equipamento móvel com acesso à Internet, estando disponível também uma aplicação gratuita para *iPad* para leitura integral de todas as publicações para clientes.

A CGD mantem a liderança no mercado no que respeita à utilização de serviços de *homebanking,* disponibilizando a particulares, empresas e institucionais, as melhores práticas de segurança, as melhores soluções, suportadas na inovação, conveniência e usabilidade, atribuindo maior valor ao relacionamento com os seus clientes.

Na sua estratégia de apoio à inovação e empreendedorismo, a CGD apoia a Associação Empresarial para a Inovação (COTEC). Em 2012, recebeu, na Culturgest, o Encontro Nacional de Inovação Cotec, um fórum de inovação e criatividade empresarial que anualmente reúne os líderes e gestores das empresas associadas da COTEC e da sua Rede PME Inovação, assim como entidades do Governo e do Sistema Nacional de Inovação.

Na sequência da parceria estabelecida em 2012 entre a CGD e a Beta-i – Associação para a Promoção da Inovação e do Empreendedorismo, a CGD é patrocinadora da Beta-Start e Beta-Talk, constituído mais uma das suas apostas no fomento da criação de ideias e projetos inovadores com valor sustentável para o futuro.

Durante o ano de 2012, foi também formalizada uma parceria a 3 anos com a INTELI– Inteligência em Inovação, dedicada à inovação e desenvolvimento sustentável, visando o desenvolvimento de um estudo para definição de um "Índice Cidades Inteligentes e Sustentáveis 2020".

De realçar a importância da promoção da inovação internamente junto de todos os

colaboradores, tendo sido realizada mais uma edição do Caixa de Ideias, com o objetivo de estimular a criação e apresentação de ideias originais e inovadoras, aplicáveis em áreas estratégicas de atuação da CGD.

### 3.9.7. PLANOS DE AÇÃO PARA O FUTURO

Na sua política de sustentabilidade, a CGD estabelece como orientação estratégica a promoção do futuro, reconhecendo a importância da atividade bancária para o desenvolvimento sustentável, aspirando contribuir para um futuro melhor. Os compromissos que a CGD tem vindo a definir e o caminho que construiu representam o banco que pretende ser e o futuro que quer ter.

Através do modelo de gestão para a sustentabilidade, a CGD continuará empenhada na evolução do Programa de Sustentabilidade, nas suas várias vertentes, contemplando tanto o cumprimento dos compromissos assumidos, como também a adoção das melhores práticas existentes assentem na melhoria contínua, e de forma adaptada às exigências e expectativas dos *stakeholders* estratégicos, antecipando eventuais tendências emergentes do mercado e da sociedade em geral.

Além disso, a CGD considera que no atual contexto económico-financeiro é essencial reforçar a cultura e desempenho global do Grupo, através de uma estratégia corporativa integrada, com vista a melhorar os resultados consolidados, bem como manter as distinções obtidas no reconhecimento do seu desempenho e contributo para o desenvolvimento sustentável.

A CGD, com presença em múltiplas geografias, com diferentes experiências, especificidades regulamentares e culturais, está empenhada na partilha de conhecimentos e de boas práticas entre estas e a Casa-mãe, com vista a fomentar a coesão entre as várias estruturas do Grupo. Trata-se da estratégia da CGD de reposicionamento sustentável enquanto grupo multinacional nos vários mercados onde opera.

Neste sentido, pretende-se no futuro continuar a alargar o âmbito do Programa Corporativo de Sustentabilidade às estruturas internacionais, sendo identificadas no Relatório de Sustentabilidade as iniciativas planeadas para o futuro no âmbito deste Programa.

## 3.10. Nomeação de um Provedor do Cliente

O Gabinete de Apoio ao Cliente (GCL), com dependência direta da Comissão Executiva, existe desde 2008, e tem como missão assegurar o Processo de tratamento de sugestões e reclamações de Clientes, garantindo resposta independentemente do ponto de contacto ou meio utilizado.

Em matéria de acesso a meios extrajudiciais de resolução de conflitos, e no âmbito da atividade de serviços de pagamento, a Caixa aderiu a quatro Centros de Arbitragem, que foram Lisboa, Porto, Universidade Nova e Universidade Católica, aos quais os seus Clientes podem recorrer.

Em 2011, a Caixa promoveu a divulgação ampliada do Serviço de Sugestões e Reclamações, na vasta Rede de Agências e no seu *site*, por forma a torná-lo efetivamente acessível ao público. A CGD tem vindo assim a disponibilizar várias formas gratuitas de os Clientes darem a sua opinião e fazerem chegar as suas questões. A facilidade de

acesso e o conhecimento e a credibilidade do Serviço ficam espelhadas na evolução da procura: 19.022 contactos no ano de 2010, 19.695 em 2011, e 20.244 em 2012.

Estes números tornam-se mais expressivos da confiança que o Serviço e o Compromisso da Caixa - no tratamento e resolução adequada - merecem, se tivermos em conta a progressão do peso do *site* como canal escolhido para estes contactos: 17% em 2010, 25% em 2011, e 39% em 2012.

Deste modo, e num contexto de possibilidades várias de recurso por parte dos Clientes bancários, nomeadamente, os canais abertos pelas Entidades de Supervisão e o Mediador de Crédito, a Caixa tem considerado não se justificar a nomeação de um Provedor do Cliente, sem prejuízo de periodicamente avaliar esta opção.

Ainda em 2011, o GCL iniciou o caminho da edificação e qualificação de um Serviço que se quer plena e verdadeiramente orientado ao Cliente. Um Serviço com Qualidade, que garante respostas adequadas e em tempo útil, e promove a qualificação da Oferta em geral, muito além do estritamente exigível do ponto de vista regulamentar.

Neste contexto, o GCL deu início ao desenvolvimento de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), assente no cumprimento dos requisitos da norma ISO 9001:2008, de modo a viabilizar a sua Certificação, visando consolidar os processos internos, aumentar a satisfação dos Clientes e fomentar a melhoria contínua, promovendo um serviço de excelência sustentável.

Enquanto que 2011 foi um ano dedicado a realizar a documentação em que deve assentar o SGQ, a preparar os colaboradores com a formação adequada, a definir os moldes e a lançar as primeiras iniciativas de monitorização qualitativa, 2012 foi o ano de consolidação da implementação dos mecanismos de Monitorização - transversais à atividade -, designadamente:

- Cliente Externo - Realização de Inquérito de Satisfação;
- Gestão reclamações – Controlo e Auditorias de Qualidade ao Tratamento dos Processos. Coube aqui avaliar, não só a capacidade de análise, a diligência e o rigor exercidos pelos Gestores de Reclamação, mas também os *inputs* prestados por fornecedores internos;
- Colaboradores – Realização de Inquérito de Satisfação.

Estes mecanismos permitiram já resultados e conclusões importantes, merecendo especial destaque os que decorrem do primeiro:

1. Que o *site* da Caixa assume uma importância crescente e já muito relevante (1) na divulgação do Serviço de Sugestões e Reclamações, (2) como canal de acesso ao Banco – facilitador do processo -, e (3) no acesso a informação importante, potenciadora de uma utilização mais adequada e informada dos serviços e, assim, da satisfação;
2. Que os Clientes, na sua grande maioria, procuram neste Serviço uma atuação regeneradora da relação comercial que detêm com a sua Agência de Gestão, esperam uma intervenção desbloqueadora e guardiã da resolução efetiva, e pedagógica e vigilante na prevenção de situações semelhantes e que desta articulação possa resultar um serviço melhor, prestado pela sua Agência;
3. Que os Clientes valorizam o apoio e o acolhimento na formalização da Reclamação, dado que valorizam a disponibilidade, o interesse e o *feed-back* que a Caixa lhes atribua, nesta, como noutras situações;
4. Que os Clientes valorizam em primeiro lugar, de entre os vários fatores que determinam o seu grau de satisfação com este Serviço, a pronta resolução do diferendo que esteja em aberto, o que coloca ao GCL a premência da

observância deste aspeto;

5. Que os Clientes consideram relevante que lhes sejam dadas a conhecer medidas implementadas com vista à melhoria, na sequência dos casos que reportaram, atendendo a que sua motivação supera, num número significativo de situações, a sua esfera individual, para assumir uma amplitude mais ampla, que persegue a sustentabilidade, atentos os seus propósitos de competitividade, modernidade e ética para a Instituição Caixa, que consideram e que defendem – exigindo -, exercendo assim o significado de *stakeholder* em toda a sua extensão.

A opção do GCL em avançar e aprofundar um processo de Certificação serve assim o objetivo da qualificação e da eficiência do Serviço de Sugestões e Reclamações, em consonância com a qualificação que se pretende global e contínua para o Serviço da Caixa, cuja qualidade é reconhecida na Reputação que a nossa Marca atingiu.

# ANEXO I - *Curriculum vitae* dos membros dos órgãos sociais

## *CURRICULUM VITAE* DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA GERAL

*Presidente - Manuel Carlos Lopes Porto*

**Data de Nascimento:** 15 de junho de 1943.

### Cargos que Exerce:

- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde 2004;
- Presidente da *European Community Studies Association* portuguesa (AREP);
- Professor e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto, desde 2007, e Diretor do Centro de Estudos, Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA) desta Universidade;
- Professor da Universidade Lusíada, desde 2005;
- Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, desde 2001;
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Responsável pelo Curso de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 1983 e docência também em outras post-graduações da Faculdade;
- Secretário-Geral (classe de Letras) da Academia das Ciências de Lisboa.

### Cargos que Exerceu:

- Membro da Comissão de Reforma das Finanças Locais, de 2005 a 2006;
- Presidente da *European Community Studies Association* mundial (ECSA-World), eleito em 2004 e reeleito em 2006;
- Presidente da Assembleia-Geral da ANA, Aeroportos e Navegação Aérea, de 2002 a 2005;
- Presidente do Conselho Nacional de Educação, de 2002 a 2005;
- Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de 2000 a 2005;
- Professor no Instituto Superior Bissaya Barreto, de 1999 a 2010;
- Membro da Assembleia Municipal de Coimbra, em 1993 e de 1996 a 1999;
- Deputado ao Parlamento Europeu, de 1989 a 1999, tendo, entre outras funções, sido Questor de 1992 a 1994 e Vice-Presidente da Comissão dos Orçamentos, de 1994 a 1997;
- Membro da Comissão da Reforma Fiscal, de 1987 a 1988;
- Presidente do Conselho Nacional do Plano, de 1986 a 1989;
- Participação num projeto do Banco Mundial sobre "*Trade Liberalisation and*

*Adjustment Policies*", de 1986 a 1988;

- Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, de 1976 a 1989;
- Consultor do Gabinete de Estudos e Planeamento dos Transportes Terrestres (GEPT), de 1967 a 1969.

### Habilitações Académicas:

- Concurso para Professor Catedrático em Ciências Jurídico-Económicas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1990;
- Doutoramento em Ciências Jurídico Económicas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1983;
- M. Phil em Economia, Universidade de Oxford, em 1976;
- Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1965.

## *Vice-Presidente - Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*

**Data de Nascimento:** 7 de abril de 1940.

### Cargos que Exerce:

- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde julho de 2011;
- Professor convidado da Universidade Católica, onde tem regido duas disciplinas de Direito Público;
- Advogado desde 1964.

### Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, de julho de 1988 a abril de 2010;
- Assessor do Conselho de gerência da EDP;
- Administrador do Banco de Portugal, de maio de 1981, pedindo suspensão do mandato ao tomar posse do cargo de Ministro da Justiça em junho de 1989, e sendo exonerado, a seu pedido, em agosto de 1989;
- Responsável pela Chefia dos Serviços Jurídicos da CPE de 1969 a 1976.

#### *Cargos Governamentais:*

- Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, no IX Governo Constitucional, de fevereiro de 1985 a novembro de 1985;
- Ministro dos Assuntos Sociais no VI Governo Provisório de janeiro de 1976 a julho de 1979;
- Ministro da Justiça, no IX Governo Constitucional, de fevereiro de 1983 a fevereiro de 1985;
- Secretário de Estado da Emigração de setembro a dezembro de 1975.

*Cargos Parlamentares:*

- Deputado de 1985 a 1994;
- Presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano na IV e V Legislaturas;
- Presidente das Comissões Eventuais para as II e III Revisões Constitucionais, de fevereiro de 1988 a maio de 1989.

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa e curso complementar de Ciências Político-económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1963.

Distinções Obtidas:

- Mérito Militar de 1ª classe (México);
- Ordem Jugoslavenske Zastav Salentom (Jugoslávia);
- Grand Cross of the British Empire (Grã Bretanha);
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo;
- Cavaliere di Gran Croce dell' Ordine al Mérito della Repubblica Italiana (Itália);
- Honorary Doctoral Degree of Humane Letters atribuído pela Universidade de Massachussets, Darmouth;
- Doutor honoris causa em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Portuguesa.

*Secretário - José Lourenço Soares*

**Data de Nascimento:** 22 de novembro de 1950.

Cargos que Exerce:

- Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Geral de Depósitos, S.A., 2004;
- Diretor Central da Direcção de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos, fevereiro 2006;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa – Banco de Investimento, S.A., 2008;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Seguros e Saúde, S.A., 2008;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa - Participações, SGPS, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Leasing e Factoring - IFIC, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Gerbanca, SGPS, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Parbanca, SGPS, S.A., 2009;

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Partang, SGPS, S.A., 2009;
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe, SARL, 2011.

## Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho de Administração da Parvalorem, S.A., desde 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Parups, S.A., desde 2010;
- Presidente do Conselho de Administração da Participações, SGPS, S.A., desde 2010.
- Vogal do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., 2008;
- Vogal do BPN Internacional, SGPS, S.A., 2008;
- Vogal do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE, 2008;
- Vogal do Banco Efisa, S.A., 2009;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Bandeirantes, SGPS, S.A., 2009;
- Director Coordenador na Caixa Geral de Depósitos, de junho de 2000 a fevereiro de 2006;
- Director na Caixa Geral de Depósitos, de janeiro de 1997 a junho de 2000;
- Director Adjunto na Caixa Geral de Depósitos, de janeiro de 1995 a dezembro de 1996;
- Subdirector na Caixa Geral de Depósitos, de julho de 1994 a dezembro de 1994;
- Coordenador Gabinete Técnico, de abril de 1991 a julho de 1994;
- Adjunto Técnico na Caixa Geral de Depósitos, de abril de 1991 a julho de 1994;
- Assessor na Caixa Geral de Depósitos, de janeiro de 1990 a abril de 1991;
- Assistente Técnico na Caixa Geral de Depósitos, de fevereiro de 1982 a dezembro de 1989;
- Advogado desde fevereiro de 1985;
- Chefe de Secção na Caixa Geral de Depósitos, de maio de 1981 a janeiro de 1982;
- Chefe de Sector na Caixa Geral de Depósitos, de janeiro de 1978 a maio de 1981;
- Administrativo na Caixa Geral de Depósitos, de abril de 1975 a dezembro de 1977;
- 3º Empregado na Caixa Geral de Depósitos, de dezembro de 1974 a março de 1975;
- 3º Empregado Supl. na Caixa Geral de Depósitos, de novembro de 1974 a dezembro de 1974;
- Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa;
- Assistente-Estagiário e Assistente na Faculdade de Direito de Lisboa.

### Habilitações Académicas:

- Mestrado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa;
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa.

## *CURRICULUM VITAE* DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Presidente - Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*

**Data de Nascimento:** 10 de outubro de 1941.

### Cargos que Exerce:

- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde julho de 2011;
- Presidente da APB – Associação Portuguesa de Bancos, desde abril de 2012;
- Presidente da Fundação CGD-Culturgest, desde janeiro de 2012.

### Cargos que Exerceu:

#### *Cargos Empresariais:*

- Presidente do Conselho de Administração da PARCAIXA, SGPS, S.A., de dezembro de 2008 a novembro de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de janeiro de 2008 a julho de 2011;
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP – Energias de Portugal, S.A., de abril de 2008 a março de 2011;
- Presidente da Comissão Executiva do Banco Caixa Geral, de junho de 2005 a dezembro de 2007;
- Administrador (não executivo) da TAP – AIR PORTUGAL, SGPS, S.A., de 1998 a 2006;
- Administrador do HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A., de 2003 a 2005;
- Administrador do CARLTON LIFE, SGPS, S.A., de 2003 a 2005;
- Presidente do Conselho Consultivo da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e de Cooperação, de 2001 a 2005;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do IPE - Investimentos e Participações Empresariais, S.A., de novembro de 1983 a janeiro de 1990 e Conselheiro Executivo até 2002;
- Membro do Conselho Consultivo da APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento, de 2000 a 2002;
- Membro da Comissão Executiva da UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, de 2000 a 2002;

- Membro do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Administração;
- Administrador do BFE – Banco de Fomento Exterior em 1990;
- Administrador (não executivo) do ICEP – Instituto de Comércio Externo de Portugal, de 1986 a 1988;
- Administrador (não executivo) da CELBI – Celulose da Beira Industrial, de 1987 a 1988;
- Administrador (não executivo) da EGF – Empresa Geral de Fomento, em 1988;
- Administrador da Siderurgia Nacional, de 1980 a 1983;
- Chefe de Departamento de Exportação e Diretor de Relações Industriais da SOREFAME – Sociedades Reunidas de Fabricação Metálica, S.A, de 1965 a 1979.

*Cargos Governamentais:*

- Ministro do Comércio e Turismo, de abril de 1990 a novembro de 1995;
- Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, de maio de 1989 a janeiro de 1990;
- Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro, de junho de 1988 a maio de 1989;
- Secretário de Estado Adjunto do Vice Primeiro-Ministro, de fevereiro a novembro 1985;
- Secretário de Estado do Comércio Externo, de setembro de 1980 a junho de 1983.

*Cargos Parlamentares:*

- Deputado eleito por Faro nas eleições legislativas de outubro de 1991;
- Deputado eleito pelo Círculo de Lisboa em 1995.

*Cargos Académicos:*

- Professor convidado pelo IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais.

## Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico em 1965.

## Distinções Obtidas:

- Espanha – Encomenda de Número da Ordem de Isabel a Católica;
- Brasil – Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul;
- Marrocos – Grã Cruz da ALAUI;
- Chile – Grã Cruz da BERNARDO O'HIGGINS;
- Itália – Grande Oficial da Ordem de Mérito da República Italiana;
- Hungria;
- Japão.

*Vice-Presidente - José Agostinho Martins de Matos*

**Data de Nascimento:** 29 de janeiro de 1953.

## Cargos que Exerce:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde julho de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da Parcaixa, SGPS, S.A., desde setembro de 2011.

## Cargos que Exerceu:

- Vice-Governador do Banco de Portugal, de 2002 a julho de 2011;
- Substituto do Governador do Banco de Portugal no Conselho de Governadores do Banco Central Europeu (BCE), de 2002 a 2011;
- Membro do Comité de Relações Internacionais do BCE/SEBC, de 2002 a 2011;
- Presidente do Comité de Orçamento do BCE, de 2007 a 2011;
- Membro do Comité Económico e Financeiro da União Europeia, de 2008 a 2011;
- Governador substituto por Portugal do Fundo Monetário Internacional, de 2007 a 2011 e membro da delegação do Banco de Portugal às reuniões anuais e da Primavera do FMI/Banco Mundial, de 1992 a 2011;
- Diretor do Departamento de Mercados e Gestão de Reservas (DMR) do Banco de Portugal, de 2000 a 2002;
- Membro do Comité de Mercados do BCE, de 2000 a 2002;
- Diretor do Departamento de Relações Internacionais (DRI) do Banco de Portugal, de 1994 a 2000;
- Segundo Membro do Comité de Suplentes do Conselho de Governadores do Instituto Monetário Europeu, de 1995 a 1998;
- Chefe do Gabinete do Governador do Banco de Portugal, de 2002 a 2004;
- Diretor Adjunto e Diretor do Departamento de Estatística e Estudos Económicos (DEE) do Banco de Portugal, de 1988 a 1992;
- Membro do Comité de Estatísticas Monetárias, Financeiras e da Balança de Pagamentos, junto do Eurostat, de 1991 a 1992;
- Técnico Coordenador no DEE do Banco de Portugal, de 1983 a 1988;
- Membro do Grupo de Estatísticas Financeiras da OCDE, de 1983 a 1992;
- Economista no DEE do Banco de Portugal, de 1979 a 1983;
- Técnico Superior no Ministério do Comércio Interno, de 1975 a 1978;
- Técnico Auxiliar no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, de 1973 a 1975.

### *Cargos Académicos:*

- Docente no ISE;
- Docente no ISCTE;

- Docente no IGEGI.

## Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

### *Vogal - António do Pranto Nogueira Leite*

**Data de Nascimento:** 3 de março de 1962.

## Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e Vice-presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde julho de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração do CaixaBi – Banco de Investimento, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da Partang, SGPS, S.A., desde setembro de 2011.

## Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho de Administração do Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.;
- Vogal do Conselho de Administração da Locarent, S.A.;
- Director-Geral da José de Mello, SGPS, S.A., com responsabilidade global sobre Planeamento Estratégico, Desenvolvimento de Negócios, Inovação e Controlo de Gestão e, no âmbito dessas funções foi membro dos seguintes órgãos sociais, no Grupo José de Mello:
  - Vogal do Conselho de Administração da José de Mello Investimentos, SGPS, S.A., de dezembro 2010 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da José de Mello Saúde, SGPS, S.A., de 2007 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da SEC, S.A., de 2007 a 2008;
  - Vogal do Conselho de Administração da Efacec Capital, SGPS, S.A., de 2006 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da CUF Químicos Industriais, S.A., de 2006 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Comitur, SGPS, S.A., de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Comitur Imobiliária, S.A., de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Expocomitur – Promoções e Gestão Imobiliária, S.A., de 2005 a julho de 2011;

  - Vogal do Conselho de Administração da Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A., de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Imobiliária da Rua das Flores, nº59, S.A., de 2005 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da ADP, S.A.-CUF Adubos, de 2004 a 2008;
  - Vogal do Conselho de Administração da Brisa, S.A., eleito em representação do Grupo José de Mello, de 2002 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Companhia União Fabril CUF, SGPS, S.A., de 2002 a julho de 2011;
  - Vogal do Conselho de Administração da Quimigal, S.A., de 2002 a 2006;
- Presidente da Direcção, da Oceanos XXI (Cluster do Mar), de 2009 a julho de 2011;
- Presidente da Direcção, Comunidade Portuária de Aveiro, de 2009 a julho de 2011;
- Vogal do Conselho de Administração da EDP Renováveis, de 2008 a julho de 2011;
- Vice-Presidente e, posteriormente, Vogal do Conselho Consultivo do Banif Investment Bank, de 2004 a julho de 2011;
- Promotor Fundador e Presidente do Conselho de Administração, da OPEX, S.A. de 2003 a julho de 2011;
- Vogal do Conselho de Administração da Reditus, SGPS, S.A., de 2002 a julho de 2011;
- Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Crédito Público, de 2002 a 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da Nextstep, S.A., de 2001 a 2002;
- Membro do Comité Executivo da Associação de Bolsas Ibero Americanas, em 1999;
- Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Lisboa em 1999;
- Vogal do Conselho de Administração da MC Corretagem, S.A., de 1998 a 1999;
- Vogal do Conselho de Administração da Papercel, SGPS, S.A., de 1998 a 1999;
- Vogal do Conselho de Administração da Soporcel, S.A., de 1997 a 1999;
- Presidente do Conselho Fiscal da Telechamada, de 1995 a 1999.

*Cargos Governamentais:*

- Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e, por inerência Governador Suplente do BEI, do BERD e Membro Permanente do Comité Económico e Financeiro da União Europeia, de outubro de 1999 a agosto de 2000.
- Representante de Portugal no Conselho ECOFIN, de janeiro de 2000 a junho de 2000.

*Cargos de Consultoria e Arbitragem:*

- Árbitro entre o Estado Português e a Petrocontrol em 1998;
- Presidente da Comissão que elaborou o Plano Oficial de Contabilidade Pública, de 1995 a 1997;
- Consultor do Departamento de Estudos do Banco de Portugal, de 1994 a 1998;
- Presidente da Comissão Mista da Companhia Portuguesa de Eletricidade, de maio de 1994 a dezembro de 1994.

*Cargos Académicos:*

- Professor Catedrático, na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de 1995 a 2004;
- Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, de 1998 a 1999;
- Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de 1995 a 1998;
- Subdiretor do Conselho Científico da Faculdade de Economia da universidade Nova de Lisboa, de 1992 a 1995.

## Habilitações Académicas:

- Agregação pela Universidade Nova de Lisboa, em 1992;
- Ph.D. in Economics, pela University of Illinois at Urbana-Champaign, em 1988;
- Masters of Science in Economics, pela University of Illinois at Urbana-Champaign, em 1986;
- Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983.

## Distinções Obtidas:

- Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, em 2005;
- All Campus Fellow, University of Illinois at Urbana-Champaign, em 1987 e 1988;
- Outstanding Teaching Award, University of Illinois at Urbana-Champaign, em 1986;
- Prémio Amélia de Mello, em 1986;
- Phi Kappa Phi Honors Society, em 1985.

### *Vogal - Norberto Emílio Sequeira da Rosa*

**Data de Nascimento:** 3 de abril de 1955.

## Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A. desde 2004 e Vice-Presidente da sua Comissão Executiva, desde julho de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., desde 10 abril de 2012;

- Presidente do Conselho de Administração do SOGRUPO – Sistemas de Informação, ACE, desde janeiro de 2009;
- Presidente do Conselho de Administração da CAIXATEC – Tecnologias de Comunicação, S.A., desde março de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa – Participações SGPS, S.A., desde janeiro de 2008;
- Vogal do Conselho de Administração da SIBS, SGPS, S.A., desde 12 de abril de 2010;
- Vogal do Conselho de Administração da SIBS Forward Payment Solutions, S.A., desde 12 abril de 2010;
- Membro da CISP – Comissão Interbancária para o Sistema de Pagamentos, desde 2005;
- Membro de "World Savings Banks Institute and European Savings Banks Group Board of Directors", desde 2009;
- Vogal do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, desde janeiro de 2008 e Presidente, desde julho de 2011;
- Membro do Conselho Fiscal da Fundação Económicas.

### Cargos que Exerceu:

- Vogal do Conselho de Administração da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A., desde setembro de 2005;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., de 2008 a junho de 2012;
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Económicas, desde 2005 a março 2012;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., de 2008 a março de 2012;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Efisa, S.A., de 2009 a março de 2012;
- Consultor do Banco de Portugal, em 2004;
- Diretor Adjunto do Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Portugal, com a responsabilidade pela supervisão de todas as instituições de crédito e sociedades financeiras que fazem parte do Sistema Financeiro Português, de 1996 a 2002;
- Representante do Banco de Portugal no Grupo de Contacto dos supervisores bancários dos países do Espaço Económico Europeu;
- Subdiretor-geral da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, com a responsabilidade no processo de preparação e elaboração do Orçamento do Estado, no acompanhamento da execução orçamental e na elaboração da Conta Geral do Estado, de 1989 a 1992;
- Representante do Ministério das Finanças nas negociações relativas à definição da legislação complementar sobre os défices excessivos e em outras reuniões com organismos internacionais;
- Economista do Departamento de Estudos de Economia e Estatística do Banco de

Portugal. Ingressou no Núcleo de Finanças Públicas e Mercado de Capitais, tendo sido posteriormente responsável pelo Núcleo de Modelos Macroeconómicos e Econometria. Realizou diversos estudos, alguns dos quais publicados, participou regularmente na elaboração da análise de conjuntura, de que se destacam os relatórios anuais e boletins trimestrais e representou o Banco de Portugal em reuniões de Organismos Internacionais. Foi autor dum modelo macroeconómico para a economia portuguesa, que viria a ser utilizado pelo Banco de Portugal e pelo Ministério das Finanças para realizar previsões e simulações de política económica, de 1980 a 1988.

*Cargos Governamentais:*

- Secretário de Estado do Orçamento de 1993 a 1995 e de 2002 a 2004.

*Cargos Académicos:*

- Docente no Instituto Superior de Economia, onde foi responsável pelas cadeiras da área de Econometria, de 1977 a 1993.

## Habilitações Académicas:

- Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa.

### *Vogal - Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador*

**Data de Nascimento:** 16 de julho de 1964.

## Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde julho de 2011.

## Funções sem gestão corrente:

- Presidente do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A., desde junho de 2012;
- Presidente do Banco Caixa Geral – Brasil, S.A., desde abril 2012;
- Vogal do Conselho de Administração da Partang, SGPS, S.A., desde março de 2012;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Comercial e de Investimentos, S.A., desde novembro de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração da PARBANCA, SGPS, S.A., desde outubro de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau), desde agosto de 2011;
- Vogal do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, desde julho de 2011;
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral, S.A. (Espanha), desde março de 2010;

- Presidente da Comissão de Vencimentos do Banco Caixa Geral, S.A. (Espanha), desde março de 2010.

## Cargos que Exerceu:

- 1º Vice-Presidente do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A., de 2009 a junho de 2012;
- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de 2008 a julho de 2011;
- Membro da Comissão de Vencimentos da UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A., de março de 2008 a junho de 2010;
- Membro da Comissão de Vencimentos da SIBS SGPS, S.A., de março de 2008 a abril de 2010;
- Membro da Comissão de Vencimentos do Banco Caixa Geral S.A., de 2008 a 2009;
- 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral S.A., de 2008 a 2009;
- Administrador da Comissão Executiva do Banco Caixa Geral S.A., de 2005 a 2008;
- Administrador da Comissão Executiva do Banco Simeón S.A., de 2005;
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Simeón S.A., de 2002 a 2005;
- Advogado da Sociedade de Advogados "A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Torres & Associados", de 1994 a 1995;
- Responsável pelo Núcleo Fiscal do Banco Nacional Ultramarino, de 1992 a 1995;
- Técnico e Consultor Jurídico do Núcleo Fiscal e do Departamento de Assuntos Jurídicos do Banco Nacional Ultramarino, de 1989 a 1992;
- Advogado e Jurisconsulto, de 1989 a 1995.

### *Cargos Governamentais:*

- Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 2001 a 2002;
- Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, de 1999 a 2001;
- Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, de 1995 a 1999.

### *Cargos Académicos:*

- Professor Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, de 1991 a 1995;
- Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1991 a 2002;
- Docente no Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, de 1992 a 1995;
- Assistente Estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1988 a 1991;
- Docente do Instituto Superior de Línguas e Administração, de 1988 a 1990;
- Assistente da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, de 1987 a

1991;

- Monitor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 1987 a 1988.

## Habilitações Académicas:

- Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1991);
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1987).

### *Vogal - Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz*

**Data de Nascimento:** 2 de novembro de 1968.

## Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e da sua Comissão Executiva, desde julho de 2011;
- Vice-presidente do Banco Caixa Geral Totta de Angola, desde junho 2012;
- Presidente da Caixa-Gestão de Activos, SGPS, SA, desde fevereiro 2012;
- Professor convidado no INDEG/ISCTE;
- Membro do Conselho Consultivo do INDEG business school ISCTE – IUL;
- Membro do Conselho Consultivo do ISG / INB;
- Membro do Advisory Board Executive MBA;
- Vice-presidente da Associação Comercial de Lisboa;
- Membro do Conselho Consultivo do Harvard Club de Portugal;
- Conselheiro do CDS;
- Membro do Conselho Editorial da Revista Marinha;
- Membro do Comité de Sustentabilidade do LIDE Portugal.

## Cargos que Exerceu:

### *Cargos Empresariais:*

- 2012 - Administrador da Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.;
- 2012 - Presidente da Caixa Leasing e Factoring – IFIC,SA;
- 2011 - Administrador do Banco Comercial e de Investimentos, S.A.;
- 2011 - Presidente do Conselho de Administração da Imocaixa – Gestão Imobiliária S.A;
- 2011 - Presidente do Conselho de Administração do Caixa Imobiliário, S.A.;
- 2007-2011 - CEO Grupo ASK - Advisory Services Kapital;
- 2010 - Administrador da ASK Sociedade Gestora Patrimónios;

- 2009 - Administrador da ASK Sociedade Gestora de Fundos Imobiliários;
- 2009 - Administrador da ASK Angola;
- 2009 - Administrador da ASK Brasil;
- 2006-2007 - Consultor do Conselho de Administração da A.O.N. Portugal;
- 2005-2006 - CEO da Orey Financial;
- 2001-2004 - Fundador e Diretor-Coordenador do Banif Investment Bank, responsável pelas áreas de Private Banking / Corporate Banking em coordenação com retalho do BANIF SGPS;
- 2000-2001 - Vice-Presidente da Banif Ascor;
- 1999-2001 - Consultor do Conselho de Administração da Dalkia SGPS (Vivendi Group);
- 1998-2000 - Diretor do Banco de Negócios da Argentária;
- 1996-1998 - Administrador da Título – Sociedade Corretora Grupo Finibanco;
- 1994-1996 - Responsável pelos Mercados de Capitais da Europa do Sul na Carnegie London;
- 1992-1994 - Diretor de Vendas e Negociação da Carnegie Portugal;
- 1991-1992 - Sales/Trader da BCI Valores (Grupo Santander).

*Cargos Governamentais:*

- 2004-2005 - Membro do XVI Governo Constitucional como Secretário de Estado dos Assuntos do Mar.

### Habilitações Académicas:

- Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão e Pós-Graduação na Harvard Bussiness School (Vice - Presidente do Harvard Clube de Portugal).

## *Vogal - João Nuno de Oliveira Jorge Palma*

**Data de Nascimento:** 16 de fevereiro de 1966.

### Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde janeiro de 2012;
- Presidente do Conselho de Administração do Sogrupo – Compras e Serviços Partilhados, ACE;
- Administrador do Banco Comercial e de Investimentos, SA – Moçambique;
- Administrador da Portugal Telecom, SGPS;
- Administrador da Parcaixa, SGPS; S.A.;
- Presidente da Caixa – Imobiliário, S.A.;
- Presidente da Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A.

## Cargos que Exerceu:

### *Cargos Empresariais:*

- Administrador Executivo – CFO, da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS (REN – Rede Elétrica Nacional, S.A., REN – Gasodutos, S.A., REN Atlântico Terminal GNL, S.A., REN – Armazenagem, S.A., EOONDAS, Energia das Ondas, S.A., REN Trading) de março de 2010 a dezembro de 2011;
- Vogal do Conselho de Administração – CFO, do Banco Caixa Geral, Espanha, Grupo CGD, de fevereiro de 2008 a março de 2010;
- Assessor do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008;
- Vogal do Conselho de Administração – CFO, do SSI - Sogrupo Sistemas de Informacao e da CAIXANET, S.A., na Caixa Geral de Depósitos, de junho de 2004 a dezembro 2005;
- Vogal do Conselho de Administração – CFO, da HCB - Hidroeléctrica de Cahora Bassa, de agosto de 2003 a novembro 2007;
- Representante do Estado Português para as Negociações de Reversão e Transferência do Controlo da HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa;
- Nomeado pelo Governo Português para a PJC – Permanent Joint Committee, Comissão Reguladora dos Acordos entre Portugal, Moçambique e África do Sul;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Pararede, SGPS, de abril de 2002 a agosto de 2003 e Vogal do Conselho de Administração, de abril de 2000 a abril de 2002;
- Diretor Coordenador-Controller, responsável pela Direcção de Orçamento e Controlo, do Banco Pinto & Sotto Mayor, Banco Totta & Açores, Crédito Predial Português e do Banco Chemical Finance (Grupo Mundial-Confiança), de abril de 1998 a fevereiro de 2000;
- Diretor-Controller, responsável pela Direcção de Orçamento e Controlo, do Banco Pinto & Sotto Mayor (Grupo Mundial-Confiança), de novembro de 1997 a abril de 1998;
- Diretor Adjunto, responsável pela Sub-Direcção de Planeamento e Análise, do Banco Pinto & Sotto Mayor (Grupo Mundial-Confiança), de fevereiro de 1996 a novembro de 1997;
- Regional Diretor da SCA - Sanchez Computer Associates, de setembro de 1995 a fevereiro de 1996;
- Senior Executive da SCA - Sanchez Computer Associates, de novembro de 1994 a setembro de 1995;
- Diretor Adjunto Controller, do Departamento de Planeamento/Controlo e Marketing, de janeiro de 1993 a novembro de 1994, e Subdiretor, de janeiro de 1992 a dezembro de 1992, da HIASI – Hispano Americano Sociedade de Investimento, BHI – Banco Hispano de Investimento, BCHP – Banco Central Hispano Portugal – Grupo BCH, BCHP Banco Central Hispano Portugal – Grupo BCP;
- Analista Financeiro, integrado na Equipa de Research do BCI Valores – Sociedade Financeira de Corretagem, de março de 1991 a setembro de 1991.

*Cargos Académicos:*

- Assistente de Investigação, colaborador do Centro de Estudos e Gestão Empresarial (CEGE) da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia – Departamento de Gestão (MBA), de dezembro de 1988 a março de 1991.

## Habilitações Académicas:

- Pós Graduação em Negócios – PDE-VII Programa de Direcção de Empresas, pela Associação de Estudos Superiores de Empresa (AESE), em colaboração com o IESE – Instituto de Estudos Superiores de empresa da Universidade de Navarra;
- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL).

*Vogal - José Pedro Cabral dos Santos*

**Data de Nascimento:** 5 de julho de 1960.

## Cargos que Exerce:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde março de 2012;
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da Caixa Banco de Investimentos, S.A., desde março de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA. desde maio de 2012
- Vogal do Conselho de Administração da Locarent – Cª Portuguesa de Aluguer de Viaturas desde maio de 2012;
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA. desde Abril de 2012
- Vogal do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações, IP, desde março de 2012.

## Cargos que Exerceu:

*Cargos Empresariais:*

- Diretor Central da Direção de Grandes Empresas, da CGD, de março de 2002 a março de 2012;
- Vogal não executivo do Conselho de Administração da Lusofactor, Sociedade de Factoring, S.A., de março de 2003 a maio de 2008;
- Diretor da Direção de Grandes Empresas, responsável pela área Norte da Direção, de outubro de 1999 a fevereiro de 2002;
- Diretor da Direção Comercial Norte, responsável pela Coordenação do segmento de Grandes Empresas, de janeiro de 1998 a setembro de 1999;
- Diretor Coordenador (Grupo BFE/grupo BPI), inicialmente do Banco Borges &

Irmão e posteriormente com funções alargadas ao Banco de Fomento e Exterior e Banco BPI, de junho de 1994 a dezembro de 1997;

- Quadro Técnico da Finindústria – Sociedade de Investimentos e de Financiamento Industrial e posteriormente subdiretor do Finibanco e Administrador não executivo da FINICRÉDITO SFAC, de março de 1989 a maio de 1994;
- Técnico Estagiário e posteriormente Quadro Técnico da União de Bancos Portugueses, de março de 1984 a fevereiro de 1989;

*Cargos Académicos:*

- Assistente convidado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, de outubro de 1983 a setembro de 1988.

## Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

### *Vogal - Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira*

**Data de Nascimento:** 6 de maio de 1953.

## Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Cátedra Jean Monnet em Estudos Comunitários;
- Presidente da Assembleia da FDL;
- Presidente do Instituto de Direito Económico-Financeiro e Fiscal da FDL;
- Presidente do Instituto Europeu da FDL;
- Advogado com actividade predominante nas áreas do Direito Económico, Fiscal, Financeiro e Bancário;
- Fundador e sócio da Paz Ferreira e Associados, Sociedade de Advogados;
- Director da Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal;
- Presidente do Conselho Científico da Revista de Concorrência e Regulação.

## Cargos que Exerceu:

- Presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de 2007 a julho de 2011;
- Presidente do Conselho Pedagógico da FDL;
- Presidente do Instituto de Cooperação da FDL;
- Presidente da Associação Fiscal Portuguesa;
- Vogal do Conselho Superior do Ministério Público;

- Vogal do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Crédito Público;
- Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Foi responsável pela elaboração de diversos anteprojectos legislativos, designadamente os do novo regime do sector empresarial do Estado, da lei-quadro da dívida pública, da lei de finanças das regiões autónomas e da lei do sector empresarial local e da cobertura de riscos sísmicos;
- Representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão que preparou a Reforma Fiscal de 1988 a 1989;
- Assessorou o programa de Privatizações na Região Autónoma dos Açores, definindo estratégias e redigindo projetos de diploma;
- Dirigiu os estudos relativos à adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores;
- Sócio fundador da AREP e APRI e honorário do Instituto Açoriano de Cultura;
- Tem publicado diversos livros e artigos nas áreas de Direito da Economia, Finanças Públicas, Direito Fiscal e Direito Comunitário. Da sua bibliografia destacam-se: As Finanças Regionais, INCM, Lisboa, 1985; Da Dívida Pública e das Garantias dos Credores do Estado, Almedina, Coimbra, 2004; Estudos de Direito Financeiro Regional (2 volumes), Jornal da Cultura, Ponta Delgada, 1995; União Económica e Monetária – Um Guia de Estudo, Quid Juris, Lisboa, 1999; Direito da Economia, AAFDL, Lisboa, 2000; Valores e Interesses – Desenvolvimento Económico e Política Comunitária de Cooperação, Almedina, Coimbra, 2004; Ensinar Finanças Públicas numa Faculdade de Direito, Almedina, Coimbra, 2005.

### Habilitações Académicas:

- Agregação, doutoramento, mestrado e licenciatura em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa.

## *Vogal - Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa*

**Data de Nascimento**: 29 de abril de 1955.

### Cargos que Exerce:

- Vogal, Não Executivo, do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Estratégia, Governação e Avaliação e Vogal da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- *Senior Partner* da Sociedade da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados RL, que sucedeu a SSRS, desde 2009;
- Vogal, Não Executivo, do Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal SGPS, desde julho de 2012.
- Presidente e Director de várias Instituições Nacionais e Internacionais (Instituto Português de Corporate Governance, Union Internacionale des Avocats Portugal entre outras);

## Cargos que Exerceu:

- Membro do Board da Simmons & Simmons em Londres, de 2004 a 2009;
- Sócio da Simmons & Simmons Rebelo de Sousa – Sociedade de Advogados, ex-Grupo Legal Português, de 1993 a 2009;
- Presidente da Assembleia da Junta de Freguesia de Stª Isabel – Lisboa de 2005 a 2009;
- Fundador e 1º Presidente da Fundação Luso Brasileira, de 1993 a 2004;
- Membro Não Executivo, de órgãos sociais de várias empresas (PT Internacional, GALP, Alcatel Portugal, Novabase, Banif, S.A., Banif Investimentos, S.A., Refrigor SGPS, S.A., Refrigor SGPS, S.A., A. Santo, SGPS, Banco CGB Brasil, BPN, S.A.), desde 1992;
- Presidente do Conselho de Administração, responsável pela reprivatização, do Banco Fonsecas & Burnay, de 1990 a 1992;
- Vice-Presidente da Divisão Internacional de Mercados Financeiros do Citibank N.A., Nova Iorque, EUA, de 1988 a 1990;
- Delegado em reuniões do BID, BM e FMI, de 1985 a 1992;
- Vice-Presidente do Departamento de Sindicatos de Empréstimos e Reestruturações do Citicorp Investment Bank, Nova Iorque, EUA, de 1985 a 1988;
- Presidente da Câmara de Comércio Portuguesa em São Paulo, de 1982 a 1985;
- Desenvolveu antes uma carreira de In-House no Citibank N.A. do Brasil, desde 1977, chefiando o Departamento de Contratos Internacionais e sendo Deputy General Counsel, de 1981 a 1985.

### *Cargos Académicos:*

- Professor associado convidado de várias universidades Brasileiras e Portuguesas (Licenciatura e Mestrado) na cadeira de Instituições e Mercados Financeiros / Moeda e Crédito, Direito Internacional Privado e Gestão Estratégica;

## Habilitações Académicas:

- Mestrado em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas, São Paulo, Brasil;
- Especialização (Pós-Graduação) em Direito Comercial e Empresarial, pela Universidade Pontifícia Católica, no Brasil;
- Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

## Distinções Obtidas:

- Comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, Brasil;

*Vogal - Álvaro José Barrigas do Nascimento*

**Data de Nascimento:** 08 de maio de 1966.

## Cargos que Exerce:

- Vogal, não executivo, do Conselho de Administração e Vogal da Comissão de Auditoria da Caixa Geral de Depósitos, S.A., desde julho de 2011;
- Diretor da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, desde janeiro de 2008;
- Vogal do Conselho Fiscal da UNICER BEBIDAS, SGPS, desde junho de 2009;
- Professor Auxiliar da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, desde janeiro de 2006.

## Cargos que Exerceu:

### *Cargos Empresariais:*

- Consultor independente do BPI – Banco Português de Investimento, S.A., em assuntos relacionados com o mercado de capitais, de 1995 a 1999;
- Responsável pelo negócio com clientes internacionais na DOURO - Sociedade Corretora de Valores Mobiliários (Grupo BPI), entre setembro de 1992 e setembro de 1994;
- Analista de Mercados Financeiros no BPI – Banco Português de Investimento, S.A., entre setembro de 1989 e agosto de 1991.

### *Cargos Governamentais e Para-Governamentais:*

- Consultor para assuntos de regulação económica do Instituto Nacional de Transporte Ferroviário entre 1999 e 2002;
- Assessor do Ministro da Educação do XIV Governo Constitucional, no ano de 2002.

### *Cargos Académicos:*

- Assistente da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, entre outubro de 1992 e janeiro de 2006;
- Professor convidado pelo IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, entre outubro de 1990 e setembro de 1995;
- Assistente Estagiário da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, entre outubro de 1989 e setembro de 1991;
- Monitor da disciplina de Microeconomia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, entre outubro de 1988 e setembro de 1989.

## Habilitações Académicas:

- PhD in Banking and Finance, pela Cass Business School, Londres, Reino Unido, em 2005;
- MSc in International Trade and Finance, pela Lancaster University, Reino Unido,

em 1992;

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal, em 1989.

### Prémios e Distinções Obtidas:

- Em 2010, foi vencedor, em co-autoria com Ricardo Gonçalves, da primeira menção do concurso PLUG, promovido pela APRITEL – Associação dos Operadores de Telecomunicações, com o trabalho intitulado "The Post-Investment Conundrum.";
- Em 2008, foi vencedor, em co-autoria com Ricardo Gonçalves, do primeiro prémio do concurso PLUG, promovido pela APRITEL – Associação dos Operadores de Telecomunicações, com o trabalho intitulado "The Momentum for Network Separation: A Guide for Regulators.";
- Entre outubro de 1996 e setembro de 2000 foi bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, programa Praxis XXI, para desenvolvimento dos trabalhos de doutoramento na London Business School, em Londres, no Reino Unido;
- Em 1994, foi vencedor, em co-autoria com Ricardo Cruz do primeiro prémio Mercado de Capitais, promovido pela APDMC— Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais, com o trabalho intitulado "O Mercado de Balcão em Portugal e a Estrutura do Mercado Secundário de Valores Mobiliários em Portugal";
- Entre outubro de 1991 e setembro de 1992, foi bolseiro de mestrado da JNICT, programa Ciência, para obtenção do "MSc in International Trade and Finance", pela Universidade de Lancaster, no Reino Unido.

## *CURRICULUM VITAE* DE MEMBROS DA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE CESSARAM FUNÇÕES DURANTE O ANO DE 2012

*Vogal - Jorge Humberto Correia Tomé*

**Data de Nascimento:** 7 de novembro de 1954.

### Cargos que Exerceu:

- Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de janeiro de 2008 a 29 de fevereiro de 2012;
- Membro da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de julho de 2011 a 29 de fevereiro de 2012;
- Vice-Presidente do Banco Nacional de Investimentos, S.A., em Moçambique, de novembro de 2011 a 29 de fevereiro de 2012;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguros e Saúde, S.A., de outubro de 2011 a 29 de fevereiro de 2012;
- Vogal do Conselho Directivo da Caixa Geral de Aposentações, de julho de 2011 a 29 de fevereiro de 2012;
- Presidente do Conselho de Administração do Caixa Desenvolvimento, S.A., de maio de 2011 a 29 de fevereiro de 2012;

- Presidente do Conselho de Administração da Gerbanca, SGPS, S.A, de maio de 2009 a 29 de fevereiro de 2012;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., de maio de 2009 a 29 de fevereiro de 2012;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Parcaixa, SGPS, S.A. de abril de 2009 a 29 de fevereiro de 2012;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral - Brasil, S.A., de abril de 2009 a 29 de fevereiro de 2012;
- Vogal (não executivo) do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, S.A., de março de 2009 a 29 de fevereiro de 2012;
- Presidente do Conselho de Administração da Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A., de abril de 2008 a 29 de fevereiro de 2012;
- Presidente do Conselho de Administração da Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., de março de 2008 a 29 de fevereiro de 2012;
- Presidente do Conselho de Administração do Caixa – Banco de Investimento, S.A., de março de 2008 a 29 de fevereiro de 2012;
- Presidente da Comissão Executiva do Caixa – Banco de Investimento, S.A., de março de 2002 a janeiro de 2008;
- Administrador (executivo) do Caixa – Banco de Investimento, S.A., de julho de 2001 a março de 2002;
- Presidente do Conselho de Administração do Trem – Aluguer Material Circulante, ACE, de março de 2002 a fevereiro de 2011;
- Vogal (não executivo) da Comissão de Acompanhamento e Estratégia da Fomentinvest SGPS, S.A., de maio de 2008 a abril de 2010;
- Vogal (executivo) dos Conselhos de Administração das Companhias de Seguros “O Trabalho” e “O Trabalho Vida”, de maio de 2000 a julho de 2001;
- Administrador (executivo) da Companhia de Seguros Açoreana, Grupo BANIF, com a responsabilidade directa das áreas: Financeira e Administrativa, Pessoal, Informática, Gabinete Jurídico e Ramo Vida da Companhia, de dezembro de 1996 a maio de 2000;
- Administrador (não executivo) da BANIF IMOBILIÁRIA, S.A., de abril a junho de 2001;
- Administrador (não executivo) da BANIF IMO – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, de junho de 2000 a junho 2001;
- Administrador da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. – Açor Pensões, SA. (actualmente designada Banif Açor Pensões), de outubro de 1999 a julho 2001;
- “Partner” da firma internacional Coopers & Lybrand em Portugal, com a responsabilidade da Área Financeira e do Corporate Finance, de junho de 1995 a novembro de 1996;
- Administrador do Banco Pinto & Sotto Mayor, (Lisboa, Portugal), com os pelouros da Direcção Internacional, Direcção de Informática e Organização, Direcção Administrativa e da Sociedade Instrumental do BPSM do Home-Banking (telesotto), de março de 1994 a janeiro de 1995 (data de privatização do Banco);
- Administrador Executivo na Sociedade de Capital de Risco SULPEDIP, SA. (atual

PME Investimentos, S.A.), (Portugal), de junho de 1989 a março de 1994;

- Administrador da CPG – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento FIPOR, (Portugal), em representação do Banco Pinto & Sotto Mayor;
- Director do Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM) com a coordenação da Sucursal do Banco em França e do Sottomayor Bank of Canada (filial do BPSM), de fevereiro de 1995 a maio de 1995;
- Subdirector e Director da Direcção de Mercado de Capitais do Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM) (Lisboa, Portugal), de 1985 a 1989;
- Técnico de Análise de Empresas e de Projectos Industriais e do Sector de Turismo no Banco Pinto & Sotto Mayor (Direcção de Estudos Económicos), (Lisboa, Portugal), admitido em abril de 1983;
- Quadro técnico da firma internacional de auditoria Coopers & Lybrand, Lda, admitido em 1979, atingindo a categoria de Auditor Sénior em 1982.
- Técnico economista no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), admitido em setembro de 1979.

## Habilitações Académicas:

- *Advanced Management Course* na Chicago Business School – Campus de Londres;
- Mestrado de Economia Aplicada - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa;
- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no I.S.C.T.E.

# ANEXO II - Remuneração dos membros dos órgãos sociais da CGD

## *Informação sobre a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral da CGD referente a 2012*

(euros)

| Presidente | Vice-Presidente | Secretário |
|---|---|---|
| - | - | - |

## *Quadro de Remunerações 2012 – Presidente do C.A. e Membros Executivos*

| Conselho de Administração | Presidente CA Eng. Faria de Oliveira | Presidente CE Dr. José Matos | Vice Presid. CE Prof. Dr. Nogueira Leite | Vice Presid. CE Dr. Norberto Rosa | Vogal Dr. Rodolfo Lavrador | Vogal Dr. Nuno Fernandes Thomaz | Vogal Dr. João Nuno Palma | Vogal Dr. José Cabral dos Santos | Vogal Dr. Jorge Tomé |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Data início mandato | 22/07/2011 | 22/07/2011 | 22/07/2011 | 22/07/2011 | 22/07/2011 | 22/07/2011 | 02/01/2012 | 29/03/2012 | 22/07/2011 |
| Opção pela remuneração anterior (s/n) (1) | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Não | Sim | Sim | N/A |
| Remuneração mensal (2) | 16 370,24 | 16 578,28 | 13 481,6 | 13 481,6 | 13 481,6 | 5 481.1 | 13 481,6 | 11 424,33 | 13 481,6 |
| Remuneração anual recebida | 65 480,96 (4) | 206 981,16 | 161 779,20 | 161 779,20 | 161 779,20 | 89 765,79 | 161 779,20 | 102 818,97 | 26 963,20 (5) |
| Acumulação de funções de gestão | | | | 8 088,96 (3) | | | | | |

(1) - Os administradores assinalados com (Sim) optaram pela remuneração média mensal dos 3 anos imediatamente anteriores ao de início de mandato na CGD, nos termos e para os efeitos previstos no nº 2 do artº 7º do DL nº 8/2012, de 18 de Janeiro e no nº 9 do artº 28º do Estatuto do Gestor Público. As referidas opções foram aprovadas por despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças de 10/05/2012.
(2) - Remuneração decorrente da AG de 02/08/2012 que fixou os vencimentos com efeitos retroagidos a 01/04/2012.
(3) - Funções de Administração no BPN, no período de 01/01/2012 a 29/03/2012.
(4) - A remuneração foi suspensa com efeitos a partir de 01/05/2012 data em que, mediante opção, passou a receber a pensão de reforma da Segurança Social.
(5) - Em funções até 29/02/2012.

## *Quadro de Remunerações 2012 – Membros Não Executivos*

| Conselho de Administração | Presidente Comissão Auditoria Prof. Dr. Eduardo Paz Ferreira | Vogal Prof. Dr. Álvaro Nascimento | Vogal Dr. Pedro Rebelo de Sousa |
|---|---|---|---|
| Data início do mandato | 22/07/2011 | 22/07/2011 | 22/07/2011 |
| Remuneração Mensal (1) | 1 304,79 | 1 304,79 | 1 304,79 |
| Remuneração anual recebida | 23 298,45 | 20 409,60 | 20 409,60 |

(1) Remuneração decorrente da AG de 02/08/2012 que fixou os vencimentos com efeitos retroagidos a 01/04/2012.

## *Quadro de Benefícios 2012 – Presidente do C.A. e Membros Executivos*

(euros)

| Conselho de Administração | Presidente CA Eng. Faria de Oliveira | Presidente CE Dr. José Matos | Vice Presid. CE Prof. Dr. Nogueira Leite | Vice Presid. CE Dr. Norberto Rosa | Vogal Dr. Rodolfo Lavrador | Vogal Dr. Nuno Fernandes Thomaz | Vogal Dr. João Nuno Palma | Vogal Dr. José Cabral dos Santos | Vogal Dr. Jorge Tomé (1) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Outras regalias e compensações** | | | | | | | | | |
| Gastos anuais na utilização de comunicações móveis | 2 655,25 | 2 841,45 | 1 594,49 | 843,02 | 11 145,64 | 3 315,88 | 8 356,34 | 769,17 | 734,11 |
| Subsídio anual de refeição | 910,20 | 2 575,20 | 2 786,10 | 2 752,80 | 1 764,90 | 2 486,40 | 2 397,60 | 2 097,90 | 466,20 |
| Outras (identificar detalhadamente) (2) | | | 123,30 | | 677,80 | 747,70 | 562,80 | | 61,60 |
| **Encargos com benefícios Sociais** | | | | | | | | | |
| Regime de Proteção Social (anual) | 20 879,80 | 95 155,08 | 26 733,84 | 77 546,35 | 37 860,52 | 20 288,67 | 38 731,76 | 28 822,14 | 6 549,70 |
| **Parque Automóvel** | | | | | | | | | |
| Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço | 18 707,03 | 13 558,48 | 14 375,77 | 12 118,46 | 14 489,27 | 13 050,17 | 15 484,79 | 9 316,68 | 4 691,35 |
| Valor da última renda mensal de 2012 Data Início do contrato atual | 1 050,85 Junho 2012 | 1 191,28 Nov. 2011 | 1 259,11 Set. 2011 | 970,54 Julho 2012 | 1 155,52 Fev. 2012 | 1 147,04 Dez. 2011 | 1 013,42 Fev. 2012 | 1 035,61 Ago. 2010 | 1 560,00 Jun. 2010 |
| Valor anual do combustível gasto com a viatura | 5 221,12 | 2 090,23 | 6 531,76 | 1 896,88 | 2 678,77 | 4 092,29 | 2 657,43 | 3 092,02 | 486,06 |
| **Informações Adicionais** | | | | | | | | | |
| Regime de Proteção Social | | | | | | | | | |
| Segurança Social (s/n) | Sim | Não | Sim | Não | Não | Sim | Não | Não | Não |
| Outro (indicar) | | F.Pensões B.Portugal/ Seg.Social | | F.Pensões B.Portugal / Seg. Social | CGA / Fundo de Pensões | | CGA / Fundo de Pensões | CGA / Fundo de Pensões | CGA / Fundo de Pensões |
| Exercício de f unções remuneradas fora do grupo | Não | Não | Não | Sim (3) | Não | Não | Não | Não | Não |

(1) - Em funções até 29/02/2012
(2) - Subsídio de estudo.
(3) - Funções de Administração no BPN, no período de 01/01/2012 a 29/03/2012.

*Quadro de Benefícios 2012 – Membros Não Executivos*

(euros)

| Conselho de Administração | Presidente Comissão Auditoria Prof. Dr. Eduardo Paz Ferreira | Vogal Dr. Pedro Rebelo de Sousa | Vogal Prof. Dr. Álvaro Nascimento |
|---|---|---|---|
| Outras regalias e compensações | | | |
| Gastos na utilização de comunicações móveis | 414,73 | | 985,08 |
| Informações Adicionais | | | |
| Regime de Proteção Social | | | |
| Segurança Social (s/n) | Sim | Sim | Sim |

]

# 4. Cumprimento das Orientações Legais

## 4.1. Cumprimento das Orientações Legais relativas aos Objetivos de Gestão

O acionista único da CGD, o Estado Português, não estabeleceu orientações nem objetivos de gestão para o exercício de 2012, previstos no artº 11º do DL 300/2007, de 23 de agosto.

## 4.2. Cumprimento das Orientações Legais relativas aos Deveres Especiais de Informação à DGTF e à IGF

A Caixa Geral de Depósitos cumpre os deveres especiais de informação a que está sujeita, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de maio, relativo designadamente ao reporte à Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Inspeção Geral de Finanças (IGF). Deste modo, a CGD tem promovido o envio de informação regular a ambas as entidades, utilizando, entre outros meios, o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

### 4.2.1. PLANOS DE ATIVIDADES E ORÇAMENTOS ANUAIS

A CGD promoveu a divulgação do Plano de Atividades e Orçamento Anual diretamente junto do Senhor Ministro das Finanças.

### 4.2.2. PLANOS DE INVESTIMENTO

A CGD não tem remetido, às entidades em causa, planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, por se entender que o detalhe exigido não se coaduna, quer com a natureza da atividade desenvolvida pelo Grupo, quer com a respetiva dimensão e complexidade.

### 4.2.3. RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A Comissão de Auditoria enviou trimestralmente ao Ministério das Finanças um relatório sobre os controlos efetuados, as anomalias e os principais desvios relativamente às previsões eventualmente detetados, nos termos do disposto no artigo 6º, número 2 do Decreto-Lei nº 287/93, de 20 de agosto.

### 4.2.4. CÓPIAS DAS ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

A CGD remeteu a 28 de maio de 2012, cópia da ata de reunião da Assembleia Geral à Senhora Diretora Geral do Tesouro e Finanças, nos termos do Ofício circular relativo a instruções sobre o processo de prestação de contas referentes a 2011.

## 4.3. Cumprimento das Orientações Legais relativas à Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos

A CGD possui um contrato de mandato com o Sogrupo Compras e Serviços Partilhados, Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), que inclui, entre outros, a prestação de serviços relacionados com a facturação e processamento dos pagamentos relativos ao fornecimento de bens e serviços.

Neste âmbito, o SCSP tem implementado um processo de validação das faturas, que permite detectar a existência de situações de divergência quanto à conclusão e qualidade da prestação dos serviços, a valores incorretamente faturados, a faturas sem os elementos obrigatórios solicitados na adjudicação, a faturas com falta de informação no descritivo da mesma, a taxas e valores de IVA incorretos.

Como forma de tornar mais eficiente este processo de validação de facturas e tendo como objectivos a diminuição do número de divergências detectadas e a promoção de uma estratégia para a diminuição dos atrasos de pagamento decorrentes das situações referidas, encontram-se em curso diversas iniciativas de que se destacam a introdução de otimizações nos sistemas informáticos de validação de faturas e solicitação logo nas cartas de adjudicação de um conjunto de dados que devem constar na fatura, de forma a que o seu tratamento seja mais eficiente.

MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2012 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17 DE MAIO

| Pagamentos em Atraso | 0-90 dias | 90-120 dias | 120-240 dias | 240-360 dias | > 360 dias |
|---|---|---|---|---|---|
| Aquisições de bens e serviços | 7 778 718,0 | 160 036,0 | 2 144 355,0 | 448 608,4 | 490 412,0 |
| Aquisições de capital | 567 465,0 | 55 293,0 | 56 037,0 | 24 371,0 | 122 599,0 |
| Saldo em Divida | 8 346 183,0 | 215 329,0 | 2 200 392,0 | 472 979,4 | 613 011,0 |
| **Saldo em Divida a Fornecedores (Total)** | **11 847 894,4** | | | | |

## 4.4. Cumprimento das Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2011, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

# 4.5. Cumprimento das Orientações Legais relativas ao Nível das Remunerações

## 4.5.1. ORGÃOS SOCIAIS

A CGD é uma empresa pública integrada no Sector Empresarial do Estado com a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Em conformidade, o seu capital social é totalmente detido por um único acionista, o Estado Português.

Assim, os membros dos órgãos de administração da CGD são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP).

Relativamente ao ano de 2012, as remunerações dos órgãos sociais da CGD foram fixadas e pagas de acordo com o EGP tendo, também, sido cumpridos os seguintes limites legais:

- Artigo 29º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativo à não atribuição de prémios de gestão;
- Artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativo às reduções remuneratórias de 5%;
- Artigo 20º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativo às reduções remuneratórias de 10%;
- Artigo 21º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, relativo à suspensão do pagamento da 13ª e 14ª prestações.

Em conformidade, a CGD respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.

## 4.5.2. COLABORADORES

Durante o ano de 2012 a remuneração dos trabalhadores da CGD foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no artigo 20º da Lei 64-B/2011, com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial e devidamente autorizadas pelo Despacho da SETF comunicado por ofício de 13 de janeiro de 2012.

Conforme estabelecido no artigo 21º da Lei Orçamento de Estado de 2012, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, as remunerações dos trabalhadores estiveram igualmente abrangidas pela suspensão do pagamento do subsídio de férias e de Natal.

# 4.6. Cumprimento das Orientações Legais relativas à aplicação do disposto no Artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Nos termos do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os membros dos órgãos de administração da CGD não utilizam cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

Relativamente ao n.º 2 do referido artigo, na CGD não existem despesas de representação pessoal.

# 4.7. Cumprimento das Orientações Legais ao nível da Contratação Pública

## 4.7.1. APLICAÇÃO DAS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à CGD, nem às Sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

No entanto, a CGD possui um contrato de mandato com o Sogrupo Compras e Serviços Partilhados, Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), que tem por missão prestar serviços relacionados com a gestão de recursos humanos, negociação e gestão de meios (bens e serviços), na ótica de unidade de serviços partilhados do Grupo CGD, centralizando as atividades e processos comuns, procurando através de economias de escala e do conhecimento, potenciar a redução de custos, maximizar a produtividade e melhorar a qualidade do serviço prestado.

O SCSP possui procedimentos transparentes relativos aos Contratos de Prestação de Serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia. Os procedimentos adotados pelo SCSP nesta matéria, quer para a própria empresa, quer nas situações em que atua por conta e ordem das suas Agrupadas, podem ser consultados no ponto 3.4.1., que incide sobre os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços.

O SCSP promove a avaliação dos resultados obtidos pelos procedimentos adotados, quer para a sua própria Empresa, quer em situações em que atua por conta e ordem das suas Agrupadas, através da classificação dos resultados de acordo com um conjunto de pressupostos pré-acordados, em paralelo com a avaliação do prestador de serviços, que inclui a analise e justificação de eventuais desvios ocorridos nos serviços prestados, quer em termos de tempo, custo e qualidade dos serviços.

## 4.7.2. INDICAÇÃO DOS ATOS E CONTRATOS CELEBRADOS COM VALOR SUPERIOR A 5 M€

A CGD adjudicou, em 2012, os seguintes processos com valor superior a 5 M€:

- Companhia IBM Portuguesa, S.A. - já contratado;
- Talaris Portugal, S.A. - em contratualização;
- Fujitsu Technology Solutions, Lda. - em contratualização.

O contrato da IBM é relativo ao período 2012 a 2021, tendo o valor de 522.639.300,00 € (com IVA) e teve o respetivo visto prévio do Tribunal de Contas em 2012.

Os contatos com a Talaris e com a Fujitsu Tecnhology Solutions estão em processo de contratualização, devendo ser submetidos ao visto prévio do Tribunal de Contas durante o 1º Semestre de 2013.

# 4.8. Cumprimento das Orientações Legais ao nível da Racionalização de Política de Aprovisionamento de Bens e Serviços

## 4.8.1. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A CGD, embora não tenha aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), tem vindo a promover a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços, através do SCSP, cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no SNCP.

Assim, o SCSP está sujeito às normas legais relativas às sociedades comerciais, nomeadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do estatuto de Agrupamento Complementar de Empresas, bem como aos Estatutos da Sociedade, que foram atualizados em 8 de maio de 2009.

Na prestação de serviços específicos à CGD, o SCSP rege-se por um contrato de mandato celebrado com aquela Agrupada, bem como pelos normativos respeitantes a essas tarefas ou serviços que se encontram em vigor naquela entidade.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua atividade estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos pelo SCSP, na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais.

A atividade da empresa é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas. Para monitorizar esse cumprimento, nomeadamente no âmbito dos serviços prestados à agrupada CGD, é utilizado o sistema de controlo interno existente nesta entidade.

## 4.8.2. PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

Inserida na estratégia global de redução de custos, a CGD tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objectivo a racionalização da gestão da frota de viaturas, de que se destaca:

- Promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se traduziu, em 2012, numa redução superior a 20% face aos valores de 2011 dos plafonds de atribuição viaturas;
- Promoção de um rigoroso controlo da gestão de veículos e a aplicação de medidas de racionalização da despesa nesta categoria através do aumento da abrangência das regras definidas, com a uniformização e aplicação dos plafonds a todas as empresas do Grupo CGD, no mercado doméstico;
- Promoção de um maior controlo sobre todo o ciclo de vida do veiculo e redução dos respetivos custos de utilização, através do desenvolvimento da componente de gestão de frota, designadamente por via da centralização de procedimentos, no SCSP, de contratação e manutenção.

# 4.9. Cumprimento das Orientações relativas ao Princípio de Igualdade do Género

Conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 fevereiro, a CGD elaborou um diagnóstico da situação de homens e mulheres na Empresa.

No que respeita à igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres a CGD implementa politicas de recursos humanos que se pautam por:

- Boas práticas de não discriminação;
- Efetiva conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, numa cultura de solidariedade, suportada pela adoção de práticas sustentáveis enquanto Empresa familiarmente responsável;
- Integração dos pilares fundamentais, nomeadamente a prática efetiva da não discriminação, a responsabilidade social e a defesa de elevados padrões éticos, comsubstanciada numa politica inclusiva e integradora.

A CGD cumpre escrupulosamente os princípios de igualdade, quer na contratação, quer na progressão de carreira dos seus trabalhadores.

No âmbito da responsabilidade social destaca-se ainda a adoção de políticas integradas que articulam medidas de educação, formação e emprego.

De entre as medidas de apoio empreendidas no ano de 2012, salientam-se as seguintes:

- Mobilidade geográfica e funcional baseada numa política de conjugação de interesses CGD/ interesses pessoais e familiares dos empregados;
- Prorrogação do período de Assistência à Família na doença ou acidente, sem perda de vencimento, para além do período regulamentar, em casos de recorte social excecional;
- Apoio à Maternidade, sendo assegurados lugares de estacionamento temporário na gravidez e aleitação, manutenção e suporte do projeto de apoio à amamentação, bem como, manutenção da disponibilização de consultas de planeamento e preparação para o parto e da consulta do recém-nascido;
- Atribuição de subsídios e apoios em tratamentos específicos para filhos com necessidades especiais;
- Atribuição de subsídios sociais aos filhos dos empregados;
- Atribuição de Bolsas para filhos de empregados no ensino superior segundo critérios sociais e de meritocracia;
- Celebração de protocolos em condições preferenciais nas áreas de transportes, seguros, creches e infantários, lares e apoio domiciliário;
- Realização de colónias de férias, cursos de línguas e oficinas organizadas nas férias escolares.

# 4.10. Cumprimento das Orientações relativas ao Plano de Redução de Custos definido para 2012

Nos termos da metodologia definida no âmbito do Plano de Redução de Outros Gastos Gerais, submetido ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças através das cartas 19/11-SGE de 26/01/2011 e 79/11-SGE, de 26/05/2011, a Caixa Geral de Depósitos apurou uma redução de custos de 26,1% em 2012 face a 2009, que compara com um objetivo de 21,8% (15% sobre 2009 + 8% sobre 2011), conforme Ofício-circular nº 82, de 6 de janeiro.

# 4.11. Cumprimento das Orientações relativas à Redução do Número de Efetivos e de Cargos Dirigentes

A CGD tendo presente as orientações sobre a redução do número de efetivos, tem vindo a reajustar o seu quadro de pessoal, tendo em 2012, alcançado uma redução de 3,8%.

No que respeita aos cargos dirigentes, a CGD tem vindo a ajustar a sua estrutura organizacional aos novos desafios que se têm vindo a colocar à atividade bancária e a promover a preparação da renovação dos recursos afetos a funções dirigentes, o que se traduziu num aumento de 5,2%.

Unid: €

| Designação | 2010 | 2011 | 2012 | |
|---|---|---|---|---|
| **Gastos com pessoal (€)** | **568 739 376,53 €** | **512 102 647,25 €** | **469 915 650,00 €** | |
| **Gastos com Órgãos Sociais (€)** | **2 678 632,85 €** | **2 345 310,83 €** | **1 858 175,94 €** | |
| Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€) | 0 | 0 | 200 540,76 € | (1)(2) |
| Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€) | 0 | 0 | 0 | |
| **Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)** | **33 272 239,72 €** | **33 011 827,34 €** | **27 565 722,62 €** | |
| Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€) | | | 3 249 246,39 € | (1) |
| Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€) | | | | |
| **Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)** | **532 788 503,96 €** | **476 745 509,08 €** | **440 491 751,44 €** | (3) |
| Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€) | | | 40 907 022,83 € | (1) |
| Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€) | | | | |
| **Rescisões / Indemnizações (€)** | **0** | **0** | **0** | |
| **Designação** | **2010** | **2011** | **2012** | |
| **Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)** | **10 791** | **10 572** | **10 400** | |
| **Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)** | **10** | **11** | **11** | |
| Nº Dirigentes sem O.S. (número) | 261 | 275 | 274 | |
| Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número) | 10 520 | 10 286 | 10 115 | |

(1) Correspondente ao não pagamento de Subsídios de Férias e Natal;

(2) O acionista Estado, fixou as remunerações dos órgãos sociais da sociedade para o mandato em curso, através da deliberação unânime por escrito de 26 de agosto de 2011, as quais refletiam a redução remuneratória cumulativa de 15%, resultante da aplicação do artigo 12º da lei nº 12-A/2010, de 30 de junho (5%) e do artigo 19º da lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro (10%);

(3) Este valor foi apurado por diferença, podendo incluir custos relacionados com dirigentes que não são possíveis de individualizar.

# 4.12. Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

| Cumprimento das Orientações legais | Cumprimento | | | Quantificação | Justificação |
|---|---|---|---|---|---|
| | S | N | N.A. | | |
| **Objetivos de Gestão** | | | | | |
| Objetivo de Gestão | | | X | Não aplicável | |
| **Deveres Especiais de Informação** | | | | | |
| Planos de atividades anuais e plurianuais | X | | | | |
| Orçamentos anuais | X | | | | |
| Planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento | | | X | Não aplicável | |
| Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização | X | | | | |
| Cópia das atas das Assembleias Gerais | X | | | | |
| **Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")** | | | | | |
| Total de "arrears" em 31 de Dezembro de 2011 | | | | 11 847 894,40 € | Ver Quadro constante do ponto 4.3. |
| **Recomendações do acionista na aprovação de contas** | | | | | |
| Recomendação | | | X | Não aplicável | |
| **Remunerações** | | | | | |
| Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011 | | | | Não aplicável | Ver informação constante do ponto 4.5. |
| Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011 | | | | Não aplicável | |
| Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010 | | | | Não aplicável | |
| Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011 | | | | 200 540,76 € | |
| Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011 | | | | Não aplicável | |
| Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011 | | | | 44 156 269,22 € | |
| **Artigo 32º do EGP** | | | | | |
| Utilização de cartões de crédito | | | | Não aplicável | |
| Reembolso de despesas de representação pessoal | | | | Não aplicável | |
| **Contratação Pública** | | | | | |
| Normas de contratação pública | | | | Não aplicável | |
| Normas de contratação pública pelas participadas | | | | Não aplicável | |
| Contratos submetidos a visto prévio do TC | | | | 1 contrato, no valor de 522.639.300,00 € | Ver informação constante do ponto 4.7.2. |
| **Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas** | | | | | |
| % vol. de aquisições objeto de consulta no SNCP | | | | Não aplicável | |
| **Parque Automóvel** | | | | | |
| Var. em 2012 do nº total de veiculos utilizados pela empresa | | | | -6 viaturas em 201 | |
| **Principio da Igualdade do Género** | | | | | |
| Medidas adotadas | | | | | Ver informação constante do ponto 4.9. |
| **Plano de Redução de Custos** | | | | | |
| Gastos com pessoal | | | | -24,00 % | |
| Fornecimentos e Serviços Externos | | | | -26,06% | |
| **Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes** | | | | | |
| Nº de efetivos | | | | -3,8% | Ver informação constante do ponto 4.11. |
| Nº de cargos dirigentes | | | | 5,20% | |

# Extrato da Ata da Reunião da Assembleia-Geral Anual da Caixa Geral de Depósitos, SA

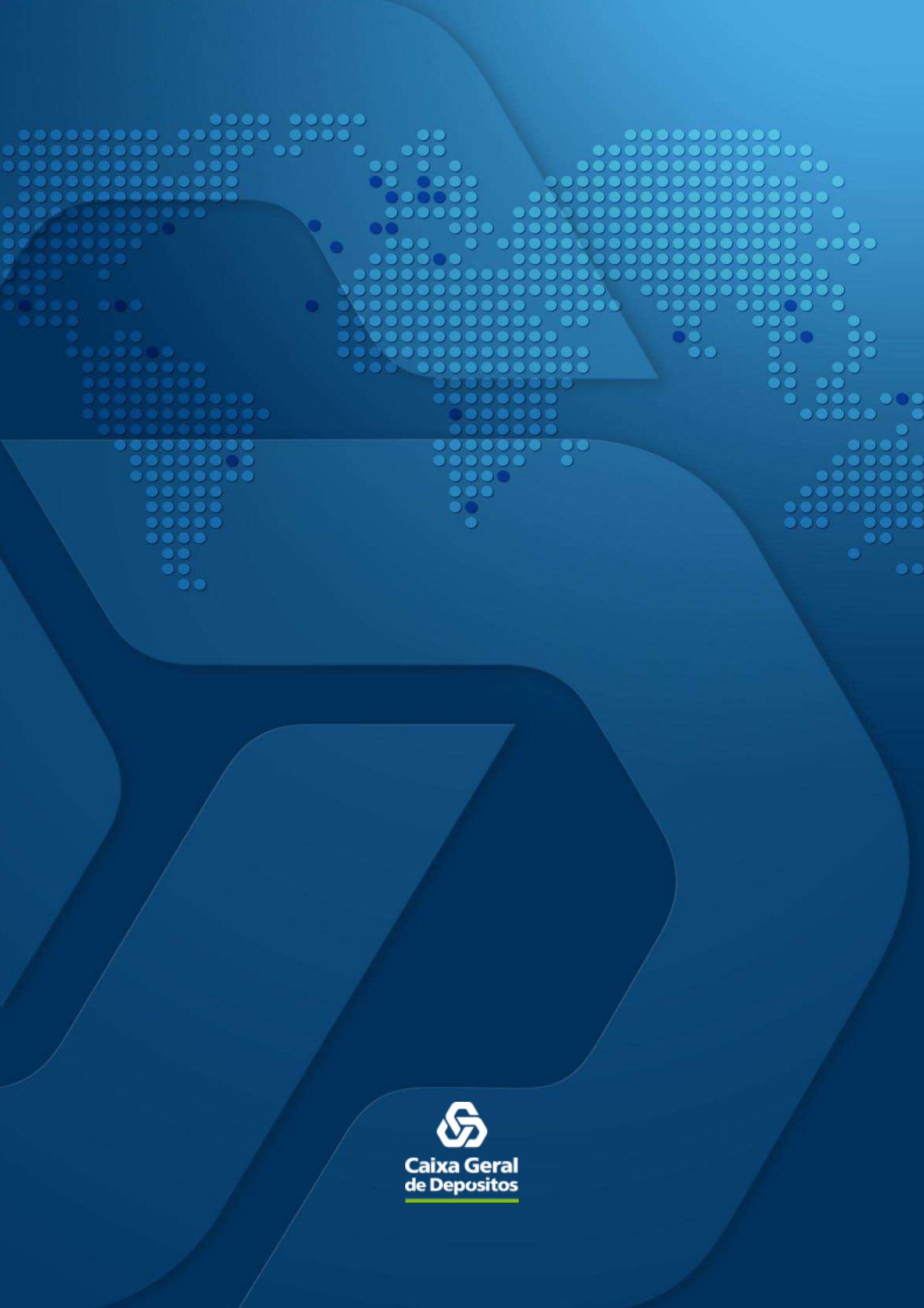
O texto infra corresponde ao extrato da Ata da Assembleia-Geral da CGD, SA n.2/13, de 31 de maio de 2013, que deliberou sobre o Relatório e Contas da CGD, SA do exercício de 2012 e a Proposta de Aplicação de Resultados, o qual se transcreve seguidamente:

"… Verificando não haver mais intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra à Senhora representante do Estado, que votou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2012, da atividade individual e consolidada, atenta a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas Consolidadas.

Passou-se seguidamente ao terceiro ponto da Ordem do Dia, sobre a proposta de aplicação de resultados, tendo a Senhora representante do Estado votado favoravelmente a proposta do Conselho de Administração, no sentido de que, nos termos do artigo 66º, nº 5, alínea f) e do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26º dos Estatutos da Caixa Geral de Depósitos, o prejuízo apurado no exercício respeitante à atividade individual da CGD, no montante de € 679.066.823,00, seja integrado na rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" do Balanço.

Sobre o quarto ponto da Ordem do Dia, a Senhora representante do Estado manifestou um voto de confiança no Conselho de Administração e nos órgãos de fiscalização da sociedade.

..."


Caixa Geral
de Depositos